LIZIANE PERES MANGILI

Anseios, dissonâncias, enfrentamentos:
o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)

SÃO PAULO
2015

LIZIANE PERES MANGILI

Anseios, dissonâncias, enfrentamentos:

o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)

*Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em Arquitetura e
Urbanismo.*

*Área de concentração: História e Fundamentos da
Arquitetura e do Urbanismo*

Orientador:

Prof. Dr. Hugo Massaki Segawa

SÃO PAULO
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-mail da autora: liziane@sc.usp.br

Mangili, Liziane Peres.

M277a Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia) / Liziane Peres Mangili. - São Paulo, 2015.

484 p.: il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP

Orientador: Hugo Massaki Segawa

1.Patrimônio cultural – Lençóis (BA) 2.Políticas públicas (Preservação)
3.Valores culturais – Lençóis (BA)

I.Título

CDU 7.025.4

Revisão: Juliana Andrade

Projeto gráfico e diagramação: Camila A. Vieira

Capa e quarta capa: grafite em fachada no Alto da Estrela, bairro nascido a partir de antigo garimpo e hoje periferia da cidade. Foto da autora, 2014. Artista não identificado.

ERRATA

Na página 34, entre o terceiro parágrafo (*Depois do tombamento, a cidade recebeu alguns investimentos dos governos estadual e federal...*) e o quarto parágrafo (*Dessa forma, a consagração do patrimônio não poderia estar vinculada a somente uma atribuição de significados...*), leia-se o seguinte parágrafo:

Estudos que analisaram situações de conflito em torno do patrimônio concluem que eles são decorrentes das diferentes atribuições de significados. Os grupos se apropriam do patrimônio histórico de maneiras diferentes, a partir das leituras que fazem do espaço urbano. Essa questão foi colocada no trabalho de Naira Morgado, *O espaço e a memória: Santana de Parnaíba* (1987). A autora identificou e classificou os grupos de interesse como os “de dentro” – naturais e descendentes das famílias locais – e os “de fora” – migrantes estabelecidos ali. O primeiro grupo valorizava e se identificava com manifestações culturais tradicionais, como as festas religiosas, e não via o patrimônio edificado como objeto de identidade, ao passo que o segundo atribuía importância somente ao conjunto edificado, reconhecendo nele o pitoresco, pelo fato de ser “patrimônio histórico”. Enquanto o grupo dos “de fora” defendia uma preservação baseada no “congelamento” da cidade, para o grupo dos “de dentro” o conjunto edificado tinha significados simbólicos, atrelados tanto ao passado áureo da cidade quanto à decadência econômica, e eram revividos no espaço das festas.

*Dedico este trabalho a Gil Junqueira Meirelles Filho (in memoriam),
com quem partilhei o gosto pela preservação
e pela simplicidade e riqueza do sertão;
e a todos os preservadores de Lençóis.*

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa de doutorado que permitiu a realização desse trabalho.

A Hugo Segawa, quem me mostrou um caminho para a preservação há anos, e a quem devo o aprendizado pela busca da reflexão precisa e da palavra correta.

A Marly Rodrigues, pelos valiosos apontamentos na banca de qualificação, e a Paulo César Garcez Marins, pelo mesmo motivo, acrescido da inspiração que me tem sido, em relação ao olhar sobre a pesquisa, desde a época do mestrado.

Aos colegas de doutorado, pelas trocas sempre frutíferas: Caroline Fidalgo de Oliveira, Magda Campêlo, Ricardo Castor, Oígres Macedo, Nara Grossi e Caroline Pádua.

A Sylvio Farias, Robson de Almeida, Gabriel Gonsalves, Eduardo Fucs e Verônica Fernandes, pelas informações fornecidas sobre o Programa Monumenta, e por todas as vezes que atenderam às minhas demandas por documentos.

A Sueli Seixas, da Casa Afrânio Peixoto, a João Pereira dos Santos, do Arquivo Público de Lençóis; a Pedrina Fernandes Andrade, Shirley Schram e Anailton Neves Silva, do Movimento Avante Lençóis, e a Ruth Velame e Delmar Alves de Araújo, da UEFS Lençóis, pelas conversas, recepção e auxílio nos arquivos.

A todos os depoentes e entrevistados, e até pelas conversas informais, que coloriram ou apimentaram essa pesquisa e me permitiram entender melhor o presente e passado de Lençóis: Nélia Paixão, Eduardo Furtado de Simas, Michele Nonato, Luís Senna, Jorge Mattos (Jorginho), Neuza Correia, Pedro Vasconcelos Teixeira, Alcino Caetano, Audrey Baldez, Laura Veronica Gualtruzzi, Max Furio, Hildete Rosa O. da Rocha, Ramiro Barbosa, Nelson Oliveira, Fábio Jesus do Nascimento, Aide Andrade Souza, Açony José Santos Silva, Maria Iraíldes Almeida (Lai), Renato César Nicótera, Maurício Alves de Lima, Dona Joaninha, Dona Sônia, Ivanice Alcântara, Anísio Alves de Macedo (Seu Anísio), Edson Oliveira Costa, Gilmar Lopes dos Santos, Jason de Oliveira Belo, Valdir Ferreira Brandão e outros tantos cujos nomes não registrei.

Em especial a José Geraldo Vieira da Costa, Heraldo Barbosa Filho, Roy Funch, Rilza Rola Ribeiro, Alexandre Aguiar, Jânio Azevedo, Ângela Leony e Marjorie Nolasco que, além das entrevistas, abriram seus arquivos de preciosos documentos, ou contribuíram em momentos cruciais da pesquisa.

A Manoel Messias Alcântara, base sólida do escritório técnico do IPHAN em Lençóis, pela ajuda inestimável ao longo de toda a pesquisa e pela amizade.

A Flávio Ribeiro dos Santos, pela pronta ajuda nos momentos urgentes. A Ricardo Marques Xavier, pelo auxílio na aplicação dos questionários.

A Roberto Rodrigues, do Colégio Estadual Renato Pereira Viana e a Janusia Cruz Silva, do

Colégio Municipal Horácio de Mattos, por possibilitarem a aplicação dos questionários entre os alunos dessas instituições.

Aos colegas arquitetos e amigos Raymara Gama, Itana Miranda de Lima e Márcio Perroni, pelas informações prestadas e pelas conversas.

A Calil Neto e a Tom Alves, que gentilmente cederam ricas imagens de seus acervos.

À Camila Vieira, pelo comprometimento e esmero dedicados à forma final desta tese.

A Roberto Dagoba, pelas vezes que me socorreu com o inglês, e pela amizade sempre prestimosa.

Aos amigos de sempre, Nilce Aravecchia, Maria Luíza de Freitas, Fernando Atique, Patrícia Tambarussi Baraldi, Felipe Soto e Luzia dos Santos Abreu, pela presença e pelo carinho.

Em especial a Marcel Alez, pela acolhida em São Paulo, e a Ângela Cavalcante, amiga querida, porto de ancoragem nas diversas pesquisas a campo, pelo apoio logístico, pelas fotos de última hora e pela confidencialidade, sempre.

Ao Alberto Huber Martins Fontes, pela companhia, nessa e em outras buscas.

À minha família, pelo apoio constante e incondicional, especialmente à minha irmã Lilian Peres Mangili, quem possibilitou, muitas vezes, a calma necessária para o andamento e para a conclusão dessa pesquisa.

Jundiaí/SP, verão de 2015.

RESUMO

MANGILI, Liziane P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos:** o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia). Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

O trabalho analisa os conflitos de valores e significados no reconhecimento e práticas de preservação do patrimônio cultural de Lençóis, Bahia. Primeiro núcleo urbano tombado a partir da solicitação da própria população pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a pesquisa examina os desencontros dos anseios da comunidade local desde o início do processo em 1971 e nas sucessivas ações governamentais (Programa de Cidades Históricas, criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia e do Nordeste e Programa Monumenta) frente às decisões adotadas pelas autoridades. Por meio de pesquisa documental e entrevistas, evidencia-se nessa trajetória dissonâncias no entendimento do sentidos da preservação entre lençoenses e técnicos, quanto divergências internas aos organismos de patrimônio e aos programas de preservação. A contemplação de alguns bens e valores em detrimento de outros, aliado a fatores conjunturais, resultaram em ressignificações do patrimônio de Lençóis. Fatores que, somados à falta de espaço participativo nas decisões sobre o quê e como preservar, vêm causando enfrentamentos que revelam formas de resistências culturais. Conclui-se que a compreensão de todas as nuances da cultura e das necessidades locais é fundamental para a efetiva gestão e caracterização do lugar do patrimônio - que deve se pretender mais inclusiva e participativa - na vida de uma cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Políticas públicas (preservação); Valores culturais; Lençóis (BA).

ABSTRACT

MANGILI, Liziane P. **Anxiety, Discord and Confrontation:** The place and trajectory of historic preservation in Lençóis, Bahia. Doctoral Thesis. São Paulo: The Graduate Program in Architecture and Urbanism, Area of Concentration in the History and Fundamentals of Architecture and Urbanism, College of Architecture and Urbanism, University of São Paulo, 2015.

This research analyzes the conflict of values and meanings in the recognition of cultural heritage preservation practices in Lençóis, Bahia. This was the first urban center preserved at the request of its own inhabitants by Brazil's National Historic and Artistic Heritage Institute. This research examines the local community's conflicting intentions and the various steps taken by authorities since the beginning of the preservation process in 1971. Since then, residents have continued to content with a series of government interventions including those of the Historic Cities Program, the creation of the Chapada Diamantina National Park by the Brazilian Forest Development Institute, the Tourism Development Program of Bahia and the Northeast, and the Monuments Program. Through interviews and documentary research, it is evident that there are many disagreements between local citizens and experts about the meanings of preservation, as well as internal differences among heritage organizations and conservation programs. In determining certain goods and values which necessarily disregard others, and taken together with cyclical factors, cultural heritage has been reinterpreted in Lençóis. These, in addition to the lack of participation in decisions about what to preserve and how to do it, caused clashes that have revealed forms of cultural resistance. This research concludes that understanding all the nuances of local culture and needs is critical to the effective management and characterization of heritage sites, and that this process should be more inclusive and participatory in the life of a city.

Keywords: Cultural Heritage; Public policies (preservation); Cultural values; Lençóis (BA).

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Mapa de localização dos municípios da Chapada Diamantina. 62
- Figura 2. Variação da população ao longo do tempo nas cidades da Chapada Diamantina. 68
- Figura 3. Jornal *O Sertão* anunciando o assassinato do coronel Horácio de Mattos. 69
- Figura 4. Anúncio de mudança de nome da Praça do Mercado para Praça Horácio de Mattos. 70
- Figura 5. Notícia no jornal *O Sertão* sobre a morte das Lavras Diamantinas. 72
- Figura 6. Campanha em prol da agropecuária no jornal *O Sertão*. 73
- Figura 7. Campanha em prol da agropecuária no jornal *O Sertão*. 73
- Figura 8. Matéria no jornal *O Sertão* defendendo a agricultura como forma de reerguer a economia das Lavras Diamantinas. 73
- Figura 9. Matéria no jornal *O Sertão* defendendo a implantação da agricultura nas Lavras. 73
- Figura 10. Publicação do projeto de lei estadual para desapropriação das minas. 75
- Figura 11. Comemoração do dia de Iansã no Jarê. 82
- Figura 12. Jarê. 82
- Figura 13. Cartão postal da festa de Senhor do Passos, 1906. 84
- Figura 14. Caixa d'água na Rua dos Negros construída por Horácio de Mattos em 1930. 85
- Figura 15. Fonte desativada na Rua Tomba Surrão. 85
- Figura 16. Casarão construído pelo coronel Octaviano Alves. 88
- Figura 17. Casarão construído por César de Andrade Sá, mais conhecido como "antiga prefeitura" por ter abrigado este uso durante muito tempo. 88
- Figura 18. Residência do coronel Horácio de Mattos. 88
- Figura 19. Casa de Cultura Afrânio Peixoto (à esquerda), 1972. 91
- Figura 20. Edificações em ruínas em Lençóis, 1971. 93
- Figura 21. Edificação em ruína em Lençóis, situada à Praça da Lira, 1971. 93
- Figura 22. Edificação em ruína em Lençóis, situada à Praça da Lira, 1971. 93
- Figura 23. Lâmpião na fachada de imóvel à Rua dos Mineiros, em Lençóis. 96
- Figura 24. Lâmpião no prédio da antiga prefeitura de Lençóis, usado como "foto do perfil" da comunidade "Viva Lençóis", no Facebook. 96
- Figura 25. Cartaz de divulgação do 14º Festival de Lençóis. 96
- Figura 26. Logotipo da administração de Lençóis gestão 2009-2013. 96
- Figura 27. Uniforme dos membros da ACVL. 96
- Figura 28. Panô elaborado pelas artesãs do Grãos de Luz e Griô, Lençóis. 96
- Figura 29. Recorte do Jornal *A Tarde*, 16 de outubro de 1971. 99
- Figura 30. Casa de Lapidação. 118
- Figura 31. Interior da Casa de Lapidação com o maquinário em madeira, ainda em funcionamento. 118
- Figura 32. O maquinário em madeira no interior da Casa de Lapidação. 118
- Figura 33. Sobrado que serviu de quartel-general às tropas de Horácio de Mattos. 118
- Figura 34. Lençóis vista a partir do bairro Tomba Surrão. 118
- Figura 35. Salão de Areias coloridas. 118
- Figura 36. *Como evitar canivete de turista em monumentos?* (detalhe). 121
- Figura 37. Matéria anunciando o convênio entre a Prefeitura de Lençóis, a SEPLAN-PR e o IPHAN para restauro dos imóveis danificados pela tromba d'água de 1977. 143

- Figura 38.** Igreja Nosso Senhor dos Passos. 151
- Figura 39.** Igreja Nossa Senhora do Rosário. 151
- Figura 40.** Praça do Rosário, 1972. 152
- Figura 41.** Casa de Lapidação, 1972. 152
- Figura 42.** Casa Natal de Urbano Duarte (sobrado no centro da foto). 152
- Figura 43.** Sede da Sociedade União dos Mineiros. 152
- Figura 44.** Sede da Prefeitura Municipal. 152
- Figura 45.** Casa na Rua Abelardo Andrea esquina com Rua Urbano Duarte, década de 1980. 152
- Figura 46.** Casa de Cultura Afrânio Peixoto. 153
- Figura 47.** Sobrado Praça da Lira esquina Ladeirão. 153
- Figura 48.** Sobrado que foi quartel-general das tropas de Horácio de Mattos. 153
- Figura 49.** Praça Horácio de Mattos. 153
- Figura 50.** Praça Horácio de Mattos. 153
- Figura 51.** Sobrado à Praça Horácio de Matos esquina com Aureliano Sá. 155
- Figura 52.** “Casas de recente construção” na Avenida Ruy Barbosa. 156
- Figura 53.** Avenida Ruy Barbosa. 156
- Figura 54.** Edifício dos Correios e Telégrafos à Av. Sete de Setembro. 156
- Figura 55.** Imóvel conhecido como “ex vice-consulado francês”. 157
- Figura 56.** Construções no bairro Tomba Surrão. 157
- Figura 57.** As “casas de pobres” da Av. Senhor dos Passos, destruídas pela tromba d’água. 159
- Figura 58.** Praça Horácio de Mattos, com os dois sobrados de esquina. 160
- Figura 59.** O “imponente sobradão” nos dias atuais. Fachada para a Praça Aureliano Sá. 160
- Figura 60.** O sobrado em estilo neoclássico, nos dias atuais. Fachada para a Praça Horácio de Mattos. 161
- Figura 61.** Os dois sobrados vistos a partir da Praça Aureliano Sá. 161
- Figura 62.** Sobrado à Rua Miguel Calmon (rua da Baderna). 172
- Figura 63.** Interior do sobrado da Rua Miguel Calmon já reformado para receber a sede do Escritório Técnico SPHAN/Pró-Memória. 174
- Figura 64.** Detalhe da escada em madeira do Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis, 2014. 174
- Figura 65.** Detalhe da placa afixada por Geraldo Costa como agradecimento ao trabalho da equipe que participou da reforma. 174
- Figura 66.** Exemplo de ficha adotada para o Inventário. 180
- Figura 67.** *Garimpo Estrella do Céu. Lençóis – Bahia.* Cartão Postal. 185
- Figura 68.** *Em visita a garimpos. Lençóis – Bahia.* Cartão Postal. 185
- Figura 69.** *Garimpeiros em trabalho. Lençóis – Bahia.* Cartão Postal. 185
- Figura 70.** *Garimpeiros trabalhando. Lençóis – Bahia.* Cartão Postal. 185
- Figura 71.** Trecho de água represada para o trabalho do garimpo no Ribeirão do Meio, em Lençóis. 186
- Figura 72.** Trecho de água represada (“poço”) para o trabalho do garimpo. 186
- Figura 73.** Antigo rego usado para deslocar água na serra, feito por garimpeiros. 187
- Figura 74.** Antigo caminho de ligação de Capão a Lençóis. 187
- Figura 75.** Trecho do antigo caminho Lençóis-Capão. 187
- Figura 76.** Evolução esquemática de um garimpo de fratura (tradicional de serra), associado ao histórico de ocupação da região, elaborado por Marjorie Nolasco. 188
- Figura 77.** Evolução esquemática de um garimpo subterrâneo (de gruna), associado ao histórico de ocupação da região, produzido por Marjorie Nolasco. 189

- Figura 78.** Mapa da área do parque proposta por Roy Funch. 194
- Figura 79.** Mapa da área final do Parque Nacional da Chapada Diamantina, proposta pelo IBDF. 195
- Figura 80.** Ingresso cobrado para acesso ao Morro do Pai Inácio. 199
- Figura 81.** Matéria no jornal *A Tarde* sobre abraço no Morro do Pai Inácio, ato simbólico requerendo sua preservação. 200
- Figura 82.** Mobilização da população em prol do tombamento do Morro do Pai Inácio. 201
- Figura 83.** Grupo de Reisado na mobilização em prol do tombamento do Morro do Pai Inácio. 201
- Figura 84.** Grupo de Reisado na mobilização em prol do tombamento do Morro do Pai Inácio. 201
- Figura 85.** Matéria no *Jornal da Tarde* denunciando a “privatização” do Morro do Pai Inácio. 202
- Figura 86.** Capa da edição do jornal *O Avante*, que trazia publicada a *Carta de Intenções* da SUM. 212
- Figura 87.** Foto da matéria “A Capital do Diamante deseja ser Monumento”, com a legenda *A cidade e o belo casario em todos os estilos*. 224
- Figura 88.** Foto da matéria “A Capital do Diamante deseja ser Monumento”, destacando o garimpeiro. 224
- Figura 89.** Fotos publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* destacando o abandono da cidade. 226
- Figura 90.** Foto do mercado, em matéria do jornal *A Tarde*, destacando o abandono. 226
- Figura 91.** Foto da ponte, em matéria do jornal *A Tarde*, com a legenda “A velha ponte perdeu a balaustrada”. 226
- Figura 92.** Foto da Praça Horácio de Mattos, publicada no jornal *A Tarde* com a legenda “Na praça principal, o movimento de pessoas é insignificante”. 226
- Figura 93.** Matéria no jornal *A Tarde*, associando a obra de recuperação do centro histórico, pelo governo do estado, à introdução de Lençóis no cenário do ecoturismo. 229
- Figura 94.** Informativo da Bahiatura ressaltando as belezas naturais de Lençóis. 230
- Figura 95.** Folder de divulgação da agência Andrenalina. 232
- Figura 96.** Folder de divulgação da agência Andrenalina. 232
- Figura 97.** Folder da agência Luck Adventure. 233
- Figura 98.** Folder de divulgação da agência Explorer Brasil. 233
- Figura 99.** Folder de divulgação do Hotel Canto das Águas, em Lençóis. 233
- Figura 100.** Folder da agência ZenTur. 233
- Figura 101.** Folder de divulgação da agência Nativos da Chapada. 233
- Figura 102.** Imagem publicada em jornal local, pela qual se insinua um conflito entre moradores e o turismo. 234
- Figura 103.** Trilha de acesso ao Serrano, alargada e pavimentada pelo Hotel Portal de Lençóis. 236
- Figura 104.** Pesquisa de estudantes de Lençóis divulgada no jornal *O Avante*, mostrando o que a comunidade pensa sobre o turismo. 242
- Figura 105.** São João de Lençóis. 243
- Figura 106.** Boi Esperança, de Lençóis. 245
- Figura 107.** Grupo percussivo Percuhitts se apresentando nas ruas de Lençóis. 246
- Figura 108.** Grupo Maracatu Baque Diamante de Lençóis. 246
- Figura 109.** Grupo Maracatu Baque Diamante se apresentando nas ruas de Lençóis. 246
- Figura 110.** Grupo Maracatu Baque Diamante nas ruas de Lençóis. 246
- Figura 111.** O que é importante preservar em Lençóis? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 248
- Figura 112.** O que você mais gosta em Lençóis? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 249
- Figura 113.** Onde costuma ir em suas horas de lazer? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 249

- Figura 114.** Onde costuma ir em suas horas de lazer? Respostas segundo os grupos etários, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 250
- Figura 115.** O que você mais gosta em Lençóis? Respostas segundo os grupos etários, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 251
- Figura 116.** O que é importante preservar em Lençóis? Respostas segundo os grupos etários, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 252
- Figura 117.** O que é importante preservar em Lençóis? Respostas agrupadas segundo patrimônio natural e cultural, segundo os grupos etários, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 253
- Figura 118.** O IPHAN é importante para Lençóis? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 254
- Figura 119.** Qual é o papel do IPHAN em Lençóis? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 254
- Figura 120.** Qual é o papel do IPHAN em Lençóis? Respostas agrupadas segundo diferentes conceitos, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. 255
- Figura 121.** Porcentagem de participantes da Oficina de Planejamento Participativo. 265
- Figura 122.** Número de participantes locais e não locais na Oficina de Planejamento Participativo. 266
- Figura 123.** Porcentagem de participantes de órgãos governamentais e sociedade civil na Oficina de Planejamento Participativo. 266
- Figura 124.** Localização dos bens imóveis de interesse de preservação. 275
- Figura 125.** Casa à Rua Miguel Calmon 315. 275
- Figura 126.** Carta de Adesão ao Programa Monumenta. 276
- Figura 127.** Construção que existia no terreno onde foi construída a agência do Banco do Brasil. 279
- Figura 128.** A agência do Banco do Brasil em 2014. 279
- Figura 129.** Praça Horácio de Matos, com agência do Banco do Brasil à esquerda. 280
- Figura 130.** Prédio do “Ex Vice-Consulado da França”. 281
- Figura 131.** Prédio do “Ex Vice-Consulado da França” em 2014. 281
- Figura 132.** Imóveis e logradouros da área de projeto. 283
- Figura 133.** Bens imóveis e áreas de projeto e de influência, antigas e novas, segundo a proposta de ampliação da Revisão do Perfil do Projeto. 285
- Figura 134.** Mapa de localização dos monumentos e imóveis contemplados na Revisão do Perfil do Projeto. 287
- Figura 135.** Mapa da área de projeto e área de influência do Perfil do Projeto. 288
- Figura 136.** Loja Maçônica Amor e Luz. Autoria e data não identificadas. 291
- Figura 137.** Prédio da Loja Maçônica em 2012. 291
- Figura 138.** Rua sem calçamento no bairro Alto da Estrela. Observa-se que no ano da foto (2014) o sistema de esgotamento sanitário já havia sido feito. 296
- Figura 139.** Rua sem calçamento no bairro Alto da Estrela. 297
- Figura 140.** Rua sem calçamento no bairro Alto da Estrela. 297
- Figura 141.** Rua parcialmente calçada no bairro Alto da Estrela, com quadra recém-construída. 297
- Figura 142.** A praça da cidade de Lençoes em dia de feira. Cartão Postal. 301
- Figura 143.** Feira na Praça do Comércio (atual Horácio de Mattos). 301
- Figura 144.** Feira no mercado e na Praça das Nagôs na década de 1980. 301
- Figura 145.** Notícia sobre o mercado no jornal *O Avante*. 304
- Figura 146.** A feira no final da Avenida Senhor dos Passos, em 2004. 304
- Figura 147.** Lateral do prédio do mercado. 305

- Figura 148.** Área de barracas de hortifrúti, em primeiro plano, e o mercado ao fundo. 305
- Figura 149.** Escada de ligação entre a área de barracas de hortifruti e o prédio do mercado. 306
- Figura 150.** Vista da área de barracas de hortifruti a partir do platô do prédio do mercado. 306
- Figura 151.** Interior do prédio do mercado. 306
- Figura 152.** Área de circulação do mercado, com venda de grãos e farinhas, queijos e manteigas, e CDs ao fundo. Na lateral esquerda, a área de alimentação. 306
- Figura 153.** Aspecto dos terrenos da área onde foi construído o novo mercado. 307
- Figura 154.** Ladeira de acesso à feira de Lençóis. 308
- Figura 155.** Ladeira de acesso à feira de Lençóis, com moradores voltando com mercadorias. 308
- Figura 156.** Piso do mercado com parte em “cimentado” (no canto superior direito da foto). 310
- Figura 157.** Cena do filme *Diamante Bruto* no mercado, mostrando a Bugrinha (Gilda) dentro de um box, conversando com Zé (José Wilker). 311
- Figura 158.** Cena do filme *Diamante Bruto* no mercado, mostrando Bugrinha (Gilda) correndo os boxes para procurar por Rita (Conceição Senna). 311
- Figura 159.** Preparação para a exibição do filme *Diamante Bruto* no Mercado. 311
- Figura 160.** Moradores carregando cadeiras e bancos para o mercado, para assistirem a estreia do filme *Diamante Bruto*. 311
- Figura 161.** Grupo de capoeira Estiva apresentando-se no mercado. 313
- Figura 162.** Fotos do mercado em 2014, com painéis expositivos (no alto). 313
- Figura 163.** Barracas de artesãos locais, que expõem seus produtos à noite. 313
- Figura 164.** Lateral do mercado que ladeia o rio. Ao fundo ficava localizado o café, fechado há alguns anos. 314
- Figura 165.** Área fechada do antigo café, atual Secretaria de Turismo. 314
- Figura 166.** Área do receptivo turístico (à direita, fechada com vidro), que atualmente abriga a Secretaria de Turismo. 314
- Figura 167.** Pessoas sentadas no passeio defronte ao mercado. 315
- Figura 168.** Comércio de carnes em frente ao mercado em dia de feira. 316
- Figura 169.** Venda de frutas na praça em frente ao mercado em dia de feira. 316
- Figura 170.** Rua das Pedras em dia de feira, quando a feira acontecia no mercado antigo. 316
- Figura 171.** Realização de audiência pública do Ministério Público no Mercado, em 28/08/2014. 317
- Figura 172.** Exibição de vídeo no mercado. 317
- Figura 173.** TV Griô no mercado. 318
- Figura 174.** Apresentação do grupo de Reisado no mercado. 318
- Figura 175.** Apresentação do grupo de Marujada no mercado. 318
- Figura 176.** Casa de Lapidação. 325
- Figura 177.** Cena do filme *Diamante Bruto*, com a roda d'água da casa de lapidação em primeiro plano. 325
- Figura 178.** Restos da antiga roda d'água na casa de lapidação. 325
- Figura 179.** Vista da antiga casa de lapidação. Na parte frontal estava situada a roda d'água. 325
- Figura 180.** Acervo em exposição no saguão do Hotel de Lençóis. 326
- Figura 181.** Acervo em exposição no saguão do Hotel de Lençóis, composto predominantemente por objetos de trabalho do garimpeiro. 326
- Figura 182.** Objetos em exposição no saguão do Hotel de Lençóis. Em primeiro plano, balança de pesar diamantes. 326
- Figura 183.** Coleção de amostras de areias coloridas do Salão de Areias de Lençóis, em exposição no saguão do Hotel de Lençóis. 326

- Figura 184.** Antiga prefeitura com estatuetas pintadas. Cena do filme Diamante Bruto. **328**
- Figura 185.** Prefeitura com todos os elementos decorativos pintados em branco. **328**
- Figura 186.** Detalhe do leão. Foto da autora, 2014. **328**
- Figura 187.** Equipamentos de ar condicionado instalados no prédio do Banco do Brasil. **330**
- Figura 188.** Seu Cori (Coriolano Rocha de Oliveira) apresentando aos visitantes um modelo de casa de garimpeiro. **331**
- Figura 189.** Escultura e quadro de garimpeiro na entrada do Rancho do Garimpeiro. **331**
- Figura 190.** Escultura e quadro de garimpeiro na entrada do Rancho do Garimpeiro. **331**
- Figura 191.** Estandarte de Senhor Bom Jesus dos Passos presente na sede da Sociedade União dos Mineiros. **332**
- Figura 192.** Roupa de trabalho do garimpeiro exposta na sede da Sociedade União dos Mineiros. **332**
- Figura 193.** Panô com pintura de garimpeiro com bateia, pertencente à Sociedade União dos Mineiros. **332**
- Figura 194.** Objetos de uso do garimpeiro pertencentes à Sociedade União dos Mineiros. **332**
- Figura 195.** Trecho da Avenida Senhor dos Passos na sua antiga configuração. **336**
- Figura 196.** Avenida Senhor dos Passos na sua antiga configuração, em dia de festa. Notam-se as antigas amendoeiras. **336**
- Figura 197.** Avenida Senhor dos Passos na sua antiga configuração, no canto superior direito da foto. **336**
- Figura 198.** Avenida Senhor dos Passos com as amendoeiras (direita da foto). **337**
- Figura 199.** Placa de obra na Avenida Senhor dos Passos. **337**
- Figura 200.** Nova Avenida Senhor dos Passos, vista a partir da Fonte da Muritiba. **337**
- Figura 201.** Nova Avenida Senhor dos Passos, vista a partir da entrada da cidade. **337**
- Figura 202.** Nova Avenida Senhor dos Passos, vista do final. **337**
- Figura 203.** Deck de madeira no final da Avenida Senhor dos Passos. **339**
- Figura 204.** Bancos em madeira e concreto instalados na Avenida Senhor dos Passos. **339**
- Figura 205.** Quiosques em concreto e madeira instalados na Avenida Senhor dos Passos, já depredados. **340**
- Figura 206.** Balizadores de madeira e aço inox instalados na Avenida Senhor dos Passos. **340**
- Figura 207.** Praça do Rosário após intervenção do Monumenta. **341**
- Figura 208.** Detalhe de deck e bancos em madeira na Praça do Rosário, após intervenção do Monumenta. **341**
- Figura 209.** Detalhe de banco em madeira e pavimento em piso ecológico da Praça do Rosário, após intervenção do Monumenta. **341**
- Figura 210.** Praça do Rosário, com destaque para os desníveis dos pavimentos, sem proteção contra quedas. **341**
- Figura 211.** Novos quiosques instalados na Avenida Senhor dos Passos, e a permanência da barraca de venda de bebidas ao fundo. **341**
- Figura 212.** Detalhe de quiosque instalado na Avenida Senhor dos Passos, depredado. **341**
- Figura 213.** Vista do novo cruzheiro da Avenida Senhor dos Passos. **342**
- Figura 214.** Vista do cruzheiro no adro da Igreja de Senhor dos Passos, que se estende até o outro lado da avenida. **342**
- Figura 215.** Avenida Senhor dos Passos na altura da Fonte da Muritiba, onde o passeio é alargado para possibilitar brincadeiras infantis. **343**
- Figura 216.** Novo padrão de calçamento para os passeios, realizado na Praça do Rosário. **345**
- Figura 217.** Padrão antigo de calçamento dos passeios, junto à Avenida Sete de Setembro. **345**

- Figura 218.** Novo padrão de calçamento executado no Beco da UEFS pelo Programa Monumenta. **345**
- Figura 219.** Exemplo de padrão antigo de calçamento na Rua dos Negros (Rua São Benedito). **345**
- Figura 220.** Exemplo de padrão antigo de calçamento na Rua Afrânio Peixoto. **345**
- Figura 221.** Mapa de localização das Poligonais de trabalho dos Logradouros – 3ª etapa. **348**
- Figura 222.** Mapa de localização das Poligonais de trabalho dos Logradouros – 2ª etapa. **348**
- Figura 223.** Mapa mostrando as áreas carentes de infraestrutura urbana (pavimentação, esgoto e limpeza urbana) em Lençóis. **356**
- Figura 224.** Mapa de Pacto Territorial do Plano Diretor Urbano do Município de Lençóis. **357**
- Figura 225.** Adesivo usado na manifestação contra o pároco local, a favor da preservação das tradições da SUM. **359**
- Figura 226.** Folheto distribuído à comunidade pela Sociedade União dos Mineiros. **359**
- Figura 227.** Procissão da festa em louvor a Senhor Bom Jesus dos Passos. **362**
- Figura 228.** Garimpeiros carregando a onça na alvorada dos garimpeiros. **362**
- Figura 229.** Baianas saindo para lavagem da igreja de Senhor dos Passos. **362**
- Figura 230.** Grupo de Reisado no dia da lavagem da igreja de Senhor dos Passos. **362**
- Figura 231.** Grupo de marujada em direção à igreja de Senhor dos Passos no dia da lavagem. **362**
- Figura 232.** Grupo de Capoeira no dia da lavagem da igreja de Senhor dos Passos. **363**
- Figura 233.** Lavagem das escadarias da igreja de Senhor dos Passos. **364**
- Figura 234.** Lavagem das escadarias da igreja de Senhor dos Passos pelas baianas. **364**
- Figura 235.** Altar com a imagem de Senhor dos Passos e o estandarte da SUM, na sede da associação. **364**
- Figura 236.** A onça usada pelos garimpeiros nas alvoradas. **364**
- Figura 237.** Vestimenta da imagem de Senhor dos Passos usada pelo santo nos dias da festa. **364**
- Figura 238.** Garimpeiro com o estandarte da SUM na porta da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, durante a lavagem das escadarias pelas baianas. **364**
- Figura 239.** O teatro de arena com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. **366**
- Figura 240.** Placas instaladas pelo pároco no teatro de arena. **366**
- Figura 241.** Teatro de arena ocupado por evento da Diocese de Irecê. **367**
- Figura 242.** Cartão postal de Lençóis em que se veem as fundações da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, abandonadas. **367**
- Figura 243.** Espaço do Teatro de Arena sendo usado como campo de futebol em 1977. **369**
- Figura 244.** Espaço do Teatro de Arena sendo usado como campo de futebol em 1977. **369**
- Figura 245.** Teatro de Arena sendo usado para apresentação do grupo dinamarquês de ginástica. **369**
- Figura 246.** O coreto em 1972, com laje de concreto e cobertura de telhas, porém sem beiral. **374**
- Figura 247.** Coreto com cobertura de telhas e beiral, em 2014. **374**
- Figura 248.** Hotel de Lençóis em 2014. **374**
- Figura 249.** Casarão de Arthur Sá, vendido para construção da Pousada de Lençóis (atual Hotel de Lençóis). **374**
- Figura 250.** Cruzeiro existente na confluência das avenidas Tomba Surrão e General viveiros. **376**
- Figura 251.** Cartaz anunciando as comemorações do 168º aniversário de Lençóis e dos 40 anos de seu tombamento. **377**
- Figura 252.** Sobrado à Praça da Lira. **414**
- Figura 253.** Imóvel à Rua Samuel Sales. **414**
- Figura 254.** Prédio da Maçonaria. **414**

Figura 255. Antiga Prefeitura Municipal. **414**

Figura 256. Rua Perilo Benjamim. **414**

Figura 257. Edifício à Praça Horácio de Mattos, 850. **414**

Figura 258. Ex-Vice Consulado Francês. **414**

Figura 259. Casa à Rua da Baderna (Miguel Calmon), esquina com final da Rua Almirante Barroso. **414**

Figura 260. Casa de Horácio de Mattos. **414**

Figura 261. Casas à Rua Tomba Surrão. **414**

Figura 262. Rua Afrânio Peixoto. **414**

Figura 263. Sobrado à Av. Sete de Setembro, s/n (antigo prédio da SUM, atual Arquivo Público). **414**

Figura 264. Sobradão à Praça da Lira. **414**

Figura 265. Casa à Praça Octaviano Alves. **414**

Figura 266. Sobrado à Av. Rui Barbosa, 827. **414**

Figura 267. Casa à Av. Sete de Setembro, 880. **414**

Figura 268. Estação meteorológica localizada no atual Teatro de Arena. **414**

Figura 269. Posto de Higiene. **414**

Figura 270. Casa no Beco do Papagaio, 13. **414**

Figura 271. Casa à Av. Sete de Setembro, 880. **414**

Figura 272. Casa de Horácio de Mattos. **414**

Figura 273. Antigo Posto de Saúde. **414**

Figura 274. Ponte e sobrado à Praça Aureliano Sá (Praça das Nagôs). **415**

Figura 275. Casa à Rua Miguel Calmon, 361. **415**

Figura 276. Sobrado à Rua Miguel Calmon, s/n (atual Casa do Patrimônio, antigo IPHAN). **415**

Figura 277. Mercado Municipal. **415**

Figura 278. Ruína à Rua Tomba Surrão. **415**

Figura 279. Casa de Arthur Sá (atual Hotel de Lençóis). **415**

Figura 280. Sobrado à Av. Rui Barbosa, s/n. **415**

Figura 281. Sobrado à Av. Rui Barbosa, 845. **415**

Figura 282. Chalé à Av. Rui Barbosa, 30. **415**

Figura 283. Casa à Rua Afrânio Peixoto. **415**

Figura 284. Interior da Casa de Lapidação. **415**

Figura 285. Interior da Casa de Lapidação. **415**

Figura 286. Imóvel à Rua dos Mineiros, s/n. **415**

Figura 287. Chalé à Av. Rui Barbosa, 30. **415**

Figura 288. Igreja de Senhor dos Passos. **415**

Figura 289. Sobrado à Praça Aureliano Sá esquina com Praça Horácio de Mattos. **415**

Figura 290. Av. Sete de Setembro. **415**

Figura 291. Imóvel à Rua Miguel Calmon (Rua da Baderna) esquina com Av. Sete de Setembro. **415**

Figura 292. Primeiro Posto de Informações Turísticas. **415**

Figura 293. Antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição. **415**

Figura 294. Rua Miguel Calmon (Rua da Baderna). **415**

Figura 295. Rua Almirante Barroso (Rua das Pedras). **415**

Figura 296. Antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição. **415**

- Figura 297. Casas na Rua Tomba Surrão. 415
- Figura 298. Imóveis à Rua Almirante Barroso (Rua das Pedras). 415
- Figura 299. Garimpeiro lavando o cascalho. 417
- Figura 300. Garimpeiro em trabalho no rio. 417
- Figura 301. Garimpeiro. 417
- Figura 302. Gruta do Lapão. 417
- Figura 303. Escarpas de serra nos arredores de Lençóis. 417
- Figura 304. Gruta do Lapão. 417
- Figura 305. Cachoeira Glass (Cachoeira da Fumaça). 417
- Figura 306. Garimpeiro no rio Lençóis. 417
- Figura 307. Rio Mucugezinho. 417
- Figura 308. Rio Mucugezinho. 417
- Figura 309. Paisagem do vale do Rio Lençóis. 417
- Figura 310. Garimpeiro com bateia. 417
- Figura 311. Paisagem próxima à Gruta do Lapão. 417
- Figura 312. Cachoeira do Sossego. 417
- Figura 313. Rio nas serras de Lençóis. 417
- Figura 314. Paisagem dos arredores de Lençóis, vista do Morro do Pai Inácio. 417
- Figura 315. Rio Ribeirão. 417
- Figura 316. Lagoa de Marrecos. 417
- Figura 317. Cachoeira Glass (Cachoeira da Fumaça). 417
- Figura 318. Morro do Camelo (ao fundo), e Morro do Pai Inácio (lateral esquerda). 420
- Figura 319. Edificações da Av. Rui Barbosa (avenida que se inicia junto com o canteiro central). 420
- Figura 320. Vista do fundo das edificações da Praça Horácio de Mattos e Av. Rui Barbosa (mais à direita). 420
- Figura 321. Edificações da Av. Rui Barbosa. 420
- Figura 322. “Construção extremamente graciosa, com caixilhos de guilhotina finamente trabalhados”. 420
- Figura 323. Praça Horácio de Mattos e Beco do Sobral (à esquerda). 420
- Figura 324. Praça Horácio de Mattos, beco de ligação com a Rua Almirante Barroso (à direita) e vista do mercado ao fundo, na Praça Aureliano Sá. 420
- Figura 325. Praça Horácio de Mattos e becos adjacentes. 420
- Figura 326. Vista geral da Praça Horácio de Mattos e becos que lhe dão acesso. 420
- Figura 327. Maquinário da Casa de Lapidação. 420
- Figura 328. Casa de Lapidação. 420
- Figura 329. Vista de Lençóis desde a entrada da cidade, com destaque para o enquadramento da cidade proporcionado pela serra. 420
- Figura 330. Serrano. 420
- Figura 331. Interior da Casa de Lapidação, com maquinário em funcionamento. 420
- Figura 332. Casa natural de Urbano Duarte (sobrado do meio). 421
- Figura 333. Casa proposta para receber tombamento. 421
- Figura 334. Edificação que abriga a SUM. 421
- Figura 335. “Sobradão” que faz esquina com a Praça Horácio de Mattos. 421
- Figura 336. Praça proposta para ser tombada. 421
- Figura 337. Prédio do mercado. 421

- Figura 338.** Casa da família César Sá. 421
- Figura 339.** Fachada da praça com “sobrado descaracterizado”. 421
- Figura 340.** Mapa de Desenvolvimento Territorial do Plano Diretor do Município de Lençóis - BA. 424
- Figura 341.** Mapa de Desenvolvimento Territorial do Plano Diretor do Município de Lençóis - BA (Detalhe). 425
- Figura 342.** Mercado municipal, vista externa. 428
- Figura 343.** Mercado municipal, fachada para a Praça Aureliano. 428
- Figura 344.** Mercado municipal, vista externa. 428
- Figura 345.** Ponte sobre o Rio Lençóis. Fonte: Cruz, 1980. 428
- Figura 346.** Mercado municipal e Praça Aureliano Sá. 429
- Figura 347.** Muro de contenção ao lado do leito do rio. 429
- Figura 348.** Fachada da biblioteca municipal (em dois pavimentos). 429
- Figura 349.** Casa à Rua Silva Jardim, 791. 432
- Figura 350.** Casa à Rua dos Mineiros, 817. 432
- Figura 351.** Casa à Rua Sete de Setembro, 880. 432
- Figura 352.** Casa à Rua Urbano Duarte, 454. 432
- Figura 353.** Sobrado à Rua Sete de Setembro, s/n. 432
- Figura 354.** Ex Vice-Consulado da França. 432
- Figura 355.** Igreja matriz Nossa Senhora do Rosário. 432
- Figura 356.** Casa à Rua Miguel Camon, 315. 432
- Figura 357.** Casas populares urbanas. 432
- Figura 358.** Mercado público municipal. 432
- Figura 359.** Ponte sobre o rio Lençóis. 432
- Figura 360.** Casa da Lapidação. 432
- Figura 361.** Ed. à Praça Horácio de Mattos, 850. 432
- Figura 362.** Sobrado à Av. Rui Barbosa, 827. 432
- Figura 363.** Ed. à Praça Horácio de Mattos, 854. 432
- Figura 364.** Ed. à Praça Maestro C. Pacheco, s/n. 432
- Figura 365.** Prefeitura Municipal. 432
- Figura 366.** Chalé à Av. Rui Barbosa. 432
- Figura 367.** Casa de Horácio de Mattos. 433
- Figura 368.** Ed. à Rua Perilo Benjamin, 166. 433
- Figura 369.** Ed. à Praça Horácio de Mattos, 849. 433
- Figura 370.** Ed. à Praça Horácio de Mattos, 852. 433
- Figura 371.** Venda popular. 433
- Figura 372.** Mapa da área histórica especificando o grau de proteção proposto para os imóveis. 433
- Figura 373.** Comercial Vila de Lençóis. 433
- Figura 374.** Mapa do Parque Municipal da Muritiba (mais conhecido por parque do Serrano) com localização das atrações turísticas, área de conservação, área de uso sustentável e área de proteção rigorosa. 435
- Figura 375.** Cachoeirinha. 436
- Figura 376.** Salão de Areias Coloridas. 436
- Figura 377.** Caldeirões do Serrano, com vista da cidade ao fundo. 436

Figura 378. Cachoeira da Primavera. 436

Figura 379. Poço Halley. 436

Figura 380. Caldeirões do Serrano. 437

Figura 381. Poço das Lavadeiras. 437

Figura 382. Tubulação de captação de água da Embasa, passando acima dos Caldeirões do Serrano. 437

Figura 383. Área de uso sustentável, usada principalmente para lavagem de roupas. 437

Figura 384. Baixo Serrano, com lavadeiras e crianças brincando. 437

Figura 385. Área de uso sustentável. 437

Figura 386. Banco do Brasil. 440

Figura 387. Beco do Papagaio, n.13. 440

Figura 388. Casa de Horácio de Mattos. 440

Figura 389. Casa da Lapidação. 440

Figura 390. Ex-vice Consulado da França. 440

Figura 391. Av. Rui Barbosa, n.30. 440

Figura 392. Av. Rui Barbosa, n.827. 440

Figura 393. Av. Rui Barbosa, n.845. 440

Figura 394. Av. Sete de Setembro, n.880. 440

Figura 395. Av. Sr. dos Passos, n.176. 440

Figura 396. Praça Horácio de Matos, n.16, 20, e 852. 440

Figura 397. Praça Horácio de Matos, n.154-854. 440

Figura 398. Rua Perilo Benjamin, n.178-09. 440

Figura 399. Rua Perilo Benjamin, n.166. 440

Figura 400. Rua dos Mineiros, n.817. 440

Figura 401. Rua Silva Jardim, n.79. 440

Figura 402. Filarmônica Lira Popular. 440

Figura 403. Loja Maçônica. 440

Figura 404. Teatro de Arena. 440

Figura 405. Arquivo Público. 441

Figura 406. Biblioteca Pública. 441

Figura 407. Casa Afrânio Peixoto. 441

Figura 408. Igreja do Rosário. 441

Figura 409. Igreja Senhor dos Passos. 441

Figura 410. Antiga Prefeitura. 441

Figura 411. Mercado. 441

Figura 412. Ponte. 441

Figura 413. IPHAN. 441

Figura 414. Cine Teatro Rex. 441

Figura 415. Antigo Posto de Saúde. 441

Figura 416. Sede Nova Prefeitura. 441

Figura 417. Av. Senhor dos Passos. 441

Figura 418. Praça do Rosário. 441

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1.** Evolução da população de Lençóis 1872-2010 **64**
- Tabela 2.** Frases proferidas, tipos de bens e valores atribuídos nos documentos do processo de tombamento de Lençóis/BA **111**
- Tabela 3.** Iniciativas do poder municipal para estancar o arruinamento da cidade **130**
- Tabela 4.** Ator envolvido, missão e contribuições ao projeto segundo os participantes da Oficina de Planejamento Participativo **268**
- Tabela 5.** Usos existentes e críticas e usos propostos para os imóveis a serem contemplados com a *Revisão do Perfil do Projeto* **290**

LISTA DE SIGLAS

Acorde	Associação dos Professores Municipais
ACVL	Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis
ASSET	Associação dos Empresários do Setor Turístico
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEPRAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CERPV	Centro Educacional Renato Pereira Viana
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
Coelba	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONTUR	Conselho Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
CRA	Centro de Recursos Ambientais da Bahia
APA	Áreas de Preservação Ambiental
Embasa	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia SA
EPROM	Escritório de Projetos e Obras do Programa Monumenta
FDPI	Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM),
GAMBA	Grupo Ambientalista da Bahia
GERMEN	Grupo de Estudos de Recomposição Ambiental
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INRC	Inventário Nacional de Referência Cultural
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPAC-BA	Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia
LALF	Liga Amadorística de Futebol
MCC	Movimento Criatividade Comunitária
Miniplan	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
MIS	Museu da Imagem e Som
NPPN	Núcleo Pró-Parque Nacional
PCH	Programa de Cidades Históricas
PIRCHN	Plano Integrado de Reconstrução das Cidades do Nordeste
PML	Prefeitura Municipal de Lençóis
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste
PRODETUR-BA	Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Semor	Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa
SEPLAN-PR	Secretaria de Planejamento da Presidência de República
SETRABES	Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
STR	Secretaria do Trabalho
SUM	Sociedade União dos Mineiros
UCG	Unidade Central de Gerenciamento
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEP	Unidade Executora do Projeto
ZOPP	Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO •29

Patrimônio: um caminho em busca de seus significados

CAPÍTULO 1 •59

De cidade inóspita a cidade monumento

1.1. Apontamentos sobre a história e a cultura de Lençóis	61
1.1.1. Localização, formação urbana e caracterização da sociedade de Lençóis	61
1.1.2. Relações de trabalho	74
1.1.3. Imbricações entre a natureza, trabalho, religião e festas	79
1.1.4. Evolução urbana e equipamentos públicos	83
1.2. As primeiras iniciativas em busca do turismo	89
1.2.1. O turismo como primeira esperança de “reerguimento econômico”	89
1.2.2. O primeiro “patrimônio” de Lençóis: a Casa de Afrânio Peixoto	90
1.3. Os bastidores do tombamento	93
1.3.1. O lobby para o tombamento de Lençóis	93
1.3.2. Os discursos de leigos e técnicos	100
1.4. Os envolvidos	101
1.4.1. “Elementos da geração mais nova”, “grupo abnegado de cidadãos”	102
1.4.2. A resistência das “famílias influentes tradicionais”	103
1.4.3. Os técnicos do IPHAN	104
1.5. Os valores nas entrelinhas dos documentos	105
1.5.1. Presente, passado e futuro de Lençóis no Plano de Reportagem Histórica e Cultural	105
1.5.2. O documento audiovisual apresentado no II Encontro	107
1.5.3. Os bens e a atribuição de valores pela comunidade e pelos técnicos do IPHAN	110
1.5.4. A pesquisa de Fernando Machado Leal	116
1.5.5. Novos valores associados ao patrimônio: o uso econômico e turístico	120
1.6. Considerações finais do capítulo	122

CAPÍTULO 2 •125

As ressignificações do patrimônio de Lençóis

2.1. “Até o momento Lençóis não recebeu um centavo de ajuda” – Iniciativas locais na busca de recursos para se evitar o arruinamento	128
2.1.1. Incentivos e punições aos proprietários de imóveis	130
2.1.2. Articulações políticas na busca de recursos para a restauração dos imóveis	134
2.1.3. O PCH como primeira esperança de investimentos e os bastidores das negociações para inserção de Lençóis no programa	137
2.2. Vozes retumbantes e vozes dissonantes	150
2.2.1. Os Relatórios de Inspeção nos primeiros anos após o tombamento e a anunciação da prática do IPHAN na cidade	150
2.2.2. “para não corremos o risco de nos transformar em apenas mais uma sigla não identificada” - a implantação do Escritório Técnico e a voz dissonante de José Geraldo Vieira da Costa	162
2.2.3. O Inventário dos Imóveis do Sítio Urbano em Processo de Arruinamento – Lençóis/BA e o olhar para a arquitetura de pequeno porte da cidade	179

2.3. Novos valores ou a retomada de valores não contemplados? As propostas de preservação da paisagem natural	184
2.3.1. A natureza domesticada do garimpo	184
2.3.2. A primeira resignificação da natureza	190
2.3.3. A criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina: de uma ideia cultural, representada pela região das Lavras Diamantinas, a uma delimitação aleatória	191
2.3.4. O Parque Municipal da Muritiba e a proteção dos atrativos naturais não contemplados pelo tombamento	197
2.3.5. O tombamento do Morro do Pai Inácio	198
2.4. Os conflitos entre o garimpo mecanizado, o garimpo de serra e as novas áreas de preservação natural	204
2.5. “Agora, com a decisão do tombamento, Lençóis tem condições de transformar-se em concorrido ponto de atração turística” – as ações do governo do estado para implementação do turismo na Chapada Diamantina	214
2.5.1. O PRODETUR (BA) e o Programa Caminhos da Bahia	215
2.6. “Descubra Lençóis e mergulhe no verde”, ou como a mídia transformou Lençóis de patrimônio cultural em paraíso ecoturístico	223
2.6.1. “Visite os monumentos de Lençóis antes que eles se transformem em ruínas”, ou o que seria “uma campanha de turismo honesta” para o município	226
2.6.2. “Ecoturismo, a nova riqueza de Lençóis”	229
2.7. “Praça Horácio de Matos agora é dos turistas”. Patrimônio, turismo e meio ambiente e a recepção pela população	234
2.8. As resignificações de Lençóis causadas pelo turismo	247
 CAPÍTULO 3 • 257	
Resistências culturais	
3.1. A inserção de Lençóis no Programa Monumenta	260
3.2. O discurso: delineação das ações do programa em Lençóis	264
3.2.1. A “participação” na Oficina de Planejamento Participativo	264
3.2.2. Uma Matriz de Planejamento forjada	270
3.2.3. Da Carta Consulta à Revisão do Perfil do Projeto: adequações locais	274
3.2.4. As verdadeiras demandas locais	293
3.3. Velhos valores, novos conflitos. A prática do Monumenta e a recepção pela população	298
3.3.1. Recuperação da ponte sobre o rio Lençóis: o valor arquitetônico priorizado em relação ao valor de uso	298
3.3.2. De Mercado Municipal a Mercado Cultural	300
3.3.3. Nem do Garimpo, nem do Coronel, tampouco Museu da Cidade. A ocupação da “Prefeitura” pelo IPHAN e a perda da cultura de Lençóis	319
3.3.4. As obras de reforma do calçamento	333
3.4. Formas de resistência da cultura lençoense e a ausência do IPHAN como mediador e defensor da cultura	358
3.4.1. Amo Lençóis e defendo suas tradições – a SUM e a luta pela Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos	358
3.4.2. O Manifesto Popular da Cidadania para garantir o uso público do Teatro de Arena	366
3.5. Patrimônio histórico descaracterizado ou cultura descaracterizada?	371

CONSIDERAÇÕES FINAIS •379

Uso, recurso, memória: o lugar da preservação para os lençoenses

FONTES E REFERÊNCIAS •391

APÊNDICE A •413

O tombamento proposto pelo grupo MCC

APÊNDICE B •419

O tombamento proposto por Fernando Machado Leal

APÊNDICE C •423

Proteções incidentes em Lençóis

APÊNDICE D •427

As obras contempladas pelo Programa de Cidades Históricas

APÊNDICE E •431

Imóveis presentes no Inventário IPAC-BA

APÊNDICE F •435

Parque Municipal da Muritiba - Serrano

APÊNDICE G •439

O Programa Monumenta em Lençóis

ANEXO A •443

ANEXO B •447

ANEXO C •453

ANEXO D •457

ANEXO E •461

ANEXO F •465

INTRODUÇÃO

Patrimônio: um caminho em busca de
seus significados

Patrimônio: um caminho em busca de seus significados

No final do ano de 2003 resolvi procurar trabalho na Bahia para realizar o sonho que tinha de morar no Nordeste. Eu havia acabado de voltar da Espanha, onde fiz o Master em Reabilitação e Restauração do Patrimônio Histórico e onde tive minhas primeiras experiências práticas no tema. A Bahia, cheia de “monumentos”, parecia um prato cheio. Acabei indo parar bem no meio desse estado, na região da Chapada Diamantina, que eu só conhecia por ouvir falar de suas paisagens naturais deslumbrantes e sua flora composta de muitas espécies endêmicas.

Lençóis foi meu destino. Uma cidade tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na qual eu iria atuar como apoio ao técnico responsável pelo órgão na cidade. Dela, só me explicaram que “tinha muita arquitetura de adobe e taipa” e, por isso, minha experiência com restauro de arquitetura de terra, na Espanha, seria útil.

Atuei acompanhando os trabalhos da técnica Raymara Gama de análise de projetos e, sobretudo, de fiscalização, tanto em Lençóis como em Mucugê e Igatu¹. Seis meses depois, Raymara foi transferida para a cidade de Cachoeira e eu fui indicada para assumir o cargo de chefe do escritório técnico do IPHAN em Lençóis. Trabalho árduo: ser “a moça do IPHAN” já era ser vista como inimiga, de antemão. Representando a instituição, eu estava lá para vigiar e não permitir que a cidade fosse descaracterizada. Quem sabe até para ensinar a sua população a entender o rico patrimônio que tinham. Por que não davam valor? Por que insistiam em modificar, ainda mais de maneira muito feia, a cidade? Que absurdos cometiam ao demolir e ao alterar arquiteturas tão belas, representativas da memória!

As primeiras dúvidas surgiram na análise dos projetos submetidos à aprovação. Muitos propunham novas construções, ou mesmo reformas, imitando o estilo das casas antigas, ou acrescentando elementos, presentes em arquiteturas da cidade, mas que nunca existiram nos imóveis em questão. Eu havia aprendido a condenar os pastiches e falsos históricos. Por outro lado, os projetos de edificações novas em “estilo novo” eram de péssima qualidade, e os precedentes mostravam que havia grande rechaço por parte da população. Sem interlocutor (no escritório havia apenas três funcionários: um administrativo concursado, um da limpeza, terceirizado, e eu), fiquei incomodada com o fato de o IPHAN não ter uma espécie de cartilha com os parâmetros que deveriam pautar as decisões dos técnicos.

¹ Com um contrato de “consultor” da UNESCO. Essa ação fazia parte da linha de “Fortalecimento Institucional” do Programa Monumenta. Ver mais detalhes sobre o programa no capítulo 3.

À medida que ia conhecendo turistas, frequentadores e principalmente moradores de Lençóis, ou seja, conforme ia compreendendo a cultura local e as formas de uso da cidade, passei a perceber que a apropriação do patrimônio acontecia de diferentes maneiras. O que nós, técnicos, considerávamos de grande importância, ou aquilo que para nós tinha um grande valor, nem sempre era importante para os moradores. Eu me deparava com pessoas em uma situação social bem diferente da minha, para as quais as edificações eram moradia, antes de ser patrimônio (e por isso precisavam ser aumentadas, por exemplo, para receber um novo membro na família). Aquilo que, enquanto arquiteta, eu entendia como belo, era, para grande parte dos moradores, feio e visto como sinal de pobreza (como a casa em pedra que nunca havia sido rebocada, o que para sua proprietária era motivo de vergonha por não ter tido recursos para terminá-la). Percebi que se delineavam na cidade territórios de uso quase que exclusivo de turistas (para os quais nós técnicos atribuíamos enorme importância) e outros frequentados apenas pela população. Vi que discussões imprescindíveis para os “preservadores” sequer tinham a mínima importância para a população. A cidade, tombada pelo IPHAN, era conhecida e comercializada por estar no Parque Nacional da Chapada Diamantina, e não por ser patrimônio nacional.

Aos poucos essas questões foram me fazendo repensar meu papel enquanto gestora desse patrimônio. Percebi que eu mal entendia o significado que a cidade tinha para moradores e para turistas, apesar de me dar conta de que eram diferentes. Passei a me sentir uma intrusa deliberando sobre coisas que não me pertenciam. Com quem eu dialogava nas minhas decisões sobre os projetos? Com os meus pares, mas não com os usuários da cidade. Estavam corretas minhas decisões? Corretas para quem? Até quando conseguiríamos, nós do campo da preservação, manter a integridade e a originalidade daquela cidade, já bastante perdida, sem atrelar as decisões aos significados que a população a conferia? Aliás, mantê-la íntegra e original é importante para quem? Se tudo muda, se a própria cultura se modifica, por que o conjunto histórico tem que se manter igual? Nossas decisões realmente o mantinham igual?

Deixei o trabalho em Lençóis com todas essas dúvidas e um grande sentimento de frustração. Voltei repetidas vezes à Chapada Diamantina, com a qual eu já havia criado vínculos profundos, desenvolvendo, inclusive, outros trabalhos na área patrimonial. As dúvidas foram decantando, e minha experiência crescente na área de patrimônio apenas as evidenciaram cada vez mais. Assim tomou forma, sete anos após ter trabalhado em Lençóis, essa pesquisa de doutorado.

Na fase de submissão do projeto de pesquisa para a seleção do doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), entrei em contato com o Prof. Hugo Segawa, explicitando minhas motivações e o tema que queria pesquisar. O professor indicou-me leitura de texto de sua autoria, intitulado *Santana de Parnaíba*². O trabalho traça um histórico sobre a cidade, ressaltando como o centro histórico se manteve, suas dinâmicas atuais de ocupação e as relações de significados para os atuais moradores. Essas

² Trata-se da versão integral do texto. A versão que foi publicada está em SEGAWA, H. *Santana de Parnaíba*. In: PESSÔA, J.; PICCINATO, G. *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 158-163. No entanto, a versão publicada não traz as questões relativas aos significados atribuídos pelos diferentes grupos ao patrimônio desta cidade.

relações estão colocadas no trabalho de Naira Iracema Monteiro Morgado (1987), *O espaço e a memória: Santana de Parnaíba*, citado pelo Prof. Segawa nesse trabalho.

Encontrei nesses dois textos muitas similaridades com o que acontecia em Lençóis: diversos grupos ou indivíduos, cada qual com diferentes leituras e atribuições de significados ao patrimônio, por um lado, e por outro, o órgão de preservação com ações pautadas em valores fixos diferentes dos atribuídos pelos grupos, o que acabava gerando conflitos. A partir dessas leituras, minha pesquisa bibliográfica ateve-se a essa temática: a situação de conflitos entre grupos em torno do patrimônio e a diferença na atribuição de significados.

Diversos trabalhos mostram que existe uma prática corrente e consolidada de preservação³ no Brasil que prioriza os bens *edificados*, os valores *arquitetônicos* a eles atribuídos, e as atribuições de valores feitas pelos *organismos oficiais*⁴. Quando se trata da gestão de *conjuntos urbanos tombados*, essa prática tem gerado conflitos entre esses órgãos e a população. Um dos motivos é que aos “objetos” – materiais e imateriais, patrimoniais⁵ ou não – desse conjunto são atribuídos valores⁶ e significados⁷ tão diversos quanto à multiplicidade de grupos sociais, que nem sempre são congruentes entre si e com os valores reconhecidos pelos órgãos de preservação.

Essa situação de conflitos foi vivenciada durante o trabalho como técnica do IPHAN⁸ em Lençóis, na Chapada Diamantina, região central da Bahia⁹. Lençóis é uma cidade surgida

3 Preservação ao longo desse texto será entendida como todas as ações – tombamento, inventário, conservação, restauro e gestão – que envolvem os bens *tombados*, ou seja, aqueles reconhecidos como patrimônio pelos organismos governamentais de preservação.

4 Entre eles, estão: Antônio Augusto Arantes (1987), Mariza Veloso Motta Santos (1992), Marly Rodrigues (1994), Livia Romanelli D'Assumpção (1995), Márcia Sant'Anna (1995), Maria Cecília Londres Fonseca (1997), Lia Motta (1987), Antonia Regina Luz Fenerich (2000), Adalberto Santos (2009), Cecília Helena Godoy Rodrigues dos Santos (2007), Cláudia dos Reis e Cunha (2010). Dentre os que analisam a atuação dos órgãos patrimoniais sob o ponto de vista do enquadramento às teorias do restauro, estão os de Antônio Luiz Dias de Andrade (1993), o de Lya Mayumi (2005) e os de Cristiane Souza Gonçalves (2007; 2010).

5 *Patrimoniais* aqui entendido como protegidos, tombados.

6 Valores históricos, arquitetônicos, arqueológicos, educacionais, naturais, econômicos, afetivos, de uso, de originalidade, de excepcionalidade etc.

7 Os termos *valores* e *significados* são bem similares. O dicionário Aulete indica uma das definições de *valor* como “qualidade pela qual uma coisa se torna importante para alguém”, e de *significado* como “importância que se atribui a algo” (AULETE Digital. Disponível em: <www.aulete.com.br>). O dicionário Houaiss, dentre uma série de definições para “valor”, apresenta duas que se aproximam ao sentido usado para o patrimônio: “reconhecimento, importância, consideração”, e “série de traços culturais, ideológicos, institucionais, morais etc. definidos de maneira sistemática ou em sua coerência interna (tb.us. no pl.)” Já para *significado* apresenta a definição de “relação de reconhecimento, de apreço; valor, importância, significação, significância” (HOUAISS, 2015). A Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 2013), em vez de “significado”, define “significância cultural” como sendo o conjunto de valores atribuídos a um determinado objeto ou sítio cultural.

8 No geral, adotaremos o nome “IPHAN” para nos referirmos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma vez que este é o nome atual do órgão e vigente desde 1994. Vale destacar, no entanto, as modificações no nome e na estrutura administrativa por que passou ao longo do tempo: de 1937 a 1946 Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), dentro da estrutura ministerial do Ministério da Educação; de 1946 a 1970 é elevado a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), ainda no Ministério da Educação; de 1970 a 1979 a nova lei que dispunha sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura transforma a diretoria em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); em 1979 é transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e se funde à Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória), que se estabelece como órgão operacional para proporcionar meios e recursos para funcionamento da Secretaria. De 1990 a 1994 é nomeado Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), voltando depois disso a denominar-se IPHAN (MEC/SPHAN/FNPM 1980; PESSOA, 1999).

9 No ano de 2004 fui consultora junto ao Programa Monumenta e ocupei, de julho de 2004 a agosto de 2005, o cargo de chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis (BA).

na metade do século XIX, em função do garimpo de diamantes, realizada por pessoas vindas do norte de Minas Gerais e do sertão e do recôncavo baianos. Após um curto período de intensa prosperidade econômica, a atividade diamantífera sofreu sucessivas crises, entrando em uma decadência constante e provocando paulatinamente a migração da população para o sudeste, deixando a cidade quase despovoada e com muitos imóveis arruinados. Em 1971, um grupo de moradores que trabalhava em prol de sua recuperação fez o pedido de tombamento junto ao IPHAN, e em dezembro de 1973 Lençóis foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lençóis* (Processo n. 847-T-71).

Lençóis foi o 12º conjunto tombado pelo IPHAN, depois de Ouro Preto (1933/1938/1986) Sabará (1953), Mariana (1938), Diamantina (1938), São João Del Rey (1938), Alcântara (1948/1974), Parati (1958), Porto Seguro (1968), São Cristóvão (1967), Olinda (1968) e Cachoeira (1971). As sete primeiras cidades listadas, além de Olinda, estão inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes, e as restantes, nos livros Histórico e/ou Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (com exceção de Olinda que está inscrita nos três livros mencionados, e de Parati, inscrita no de Belas Artes e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico). Ouro Preto foi decretada como Monumento Nacional em 1933 e inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes em 1938; 1974 é a data de inscrição nos livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Alcântara foi inscrita em 1948 no livro Histórico, e em 1974 nos livros de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (IPHAN, 2009). Essas sucessivas inscrições em diferentes Livros do Tombo remetem às mudanças nos valores atribuídos a esses conjuntos, por parte do IPHAN.

Mas o que diferencia Lençóis dos demais é que o seu pedido de tombamento partiu de um grupo de moradores, e não dos técnicos do IPHAN, como no caso dos conjuntos anteriores ou de outros conjuntos da Chapada Diamantina (Rio de Contas e Mucugê, cujos pedidos partiram de especialistas da área patrimonial). Ou seja, houve um processo de atribuição de valores pelos moradores da cidade e, durante o processo de tombamento, uma valoração feita pelos técnicos. Isso faz de Lençóis um caso de estudo especial, na medida em que permite analisar as diferenças na atribuição de valores entre moradores e técnicos, bem como as diferentes escolhas do que se entendia como bem patrimonial.

Depois do tombamento, a cidade recebeu alguns investimentos dos governos estadual e federal, mas os projetos implantados foram sempre conflituosos e muitas vezes mal recebidos por parte da população. Mas, se o tombamento e a maioria dos investimentos foram desejados pelos moradores, por que ocorreram – e têm ocorrido – os conflitos?

Dessa forma, a consagração do patrimônio não poderia estar vinculada a somente uma atribuição de significados, uma vez que “perpassa um eixo de significação e de disputa muito mais amplo do que aquele colocado pelos parâmetros técnicos-especializados”. O espaço de “afirmação de outras falas, de outras leituras no campo patrimonial”, nas palavras da autora, “se inscreve na dinâmica mais ampla de produção da cultura.” (MORGADO, 1987, p. 114).

A forma tradicional com que os patrimônios vêm sendo tratados – encerrados em torno de si mesmos, pertencentes a um campo de domínio exclusivo dos especialistas – tem feito com que as demandas de preservação extrapolem os limites das instituições patrimoniais e

extravasem para as esferas de planejamento da cidade. Isso fica claro, por exemplo, no trabalho de Ana Lúcia Goelzer Meira, *O passado no futuro da cidade* (2004), no qual a autora mostra que nas assembleias do Orçamento Participativo e no Congresso da Cidade – instrumentos de participação da população no planejamento urbano – surgiram demandas para preservação de bens até então não consagrados, revelando diferentes imaginários sobre o que foi oficialmente nomeado de patrimônio na cidade de Porto Alegre.

O estudo de Guilherme Maciel Araújo e Leonardo Barci Castriota (2008) sugere, como o de Meira, que espaços de participação têm sido cada vez mais requisitados por diferentes atores, sobretudo da sociedade civil, mostrando que “os centros de decisão passam a extrapolar o âmbito dos formatos institucionais reconhecidos na política de patrimônio”. Os autores mostraram como os valores emergiram e diferentes atores afloraram diante de uma situação que alteraria os significados atrelados ao Mercado Distrital de Santa Tereza, em Belo Horizonte (MG). Diante da falta de espaços de discussão e participação, a própria comunidade mobilizou-se para a organização de plebiscito e discussões acerca do destino do imóvel, lutando para que suas demandas fossem incluídas na pauta de planejamento (ARAÚJO; CASTRIOTA, 2008).

Os órgãos de preservação têm atuado sobre o conjunto daquilo que foi oficializado como patrimônio, seja pelo reconhecimento dos valores atribuídos pelos técnicos, seja pela ratificação, por parte destes, de valores atribuídos por outros grupos. No entanto, conforme apontam os trabalhos citados, os valores são mutáveis: novas necessidades de proteção surgem a partir de novos significados, pois a cultura também não é estanque, ela é reelaborada o tempo todo, e se manifesta de diferentes formas:

Outro conflito no campo da preservação surge quando os monumentos passam a ser os privilegiados objetos de ação por parte das políticas oficiais. As permanências e as referências não são estáticas nem imutáveis, nem restritas aos monumentos. Manifestam-se tanto na dimensão material quanto imaterial, permeadas pelos valores da sociedade, criadas e recriadas, distinguidas, hierarquizadas, priorizadas, produzidas e reproduzidas, impregnadas de significados. (MEIRA, 2004, p. 15).

Dentro dessa premissa, a visão compartimentada e polarizada entre o que é tombado e o que é o restante da cidade não consegue abarcar as próprias formas de produção da cidade enquanto artefato cultural (ARGAN, 1993). Essa forma bipartida, que ocorre principalmente quando se trata de conjuntos ou centros históricos tombados, altera constantemente os significados da cidade e as formas de apropriação do patrimônio.

Everaldo Batista da Costa (2009), ao analisar a produção do espaço urbano da cidade de Diamantina (MG) sob a ótica do par mercantilização/preservação, concluiu que a realidade e o imaginário do residente se transformaram, e a cidade, ao ser tomada pela “indústria cultural”, foi “destituída de sua particularidade no fortalecimento do sentimento de pertencimento ao lugar e na edificação da cidadania” (COSTA, 2009, p. 9). Isso aconteceu após a inscrição de Diamantina na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1999, e das atuações do Programa Monumenta. O autor conclui que reverter esse processo é possível pela implementação de políticas de gestão participativa do patrimônio e enfoque no planejamento da cidade em sua totalidade, não apenas enfocando o núcleo histórico.

Esses estudos sugerem que, para que os conflitos em torno do patrimônio sejam minimizados, o estabelecimento de políticas de preservação e a gestão patrimonial devem considerar em sua formulação todos os valores atribuídos ao patrimônio, e não somente os atribuídos pelos especialistas. A consideração de que os significados se alteram, por meio da inclusão de novos valores, ou perda de outros, aponta para a necessidade de uma gestão igualmente flexível e constantemente repensada por meio do monitoramento dos significados.

Faz-se necessário, além disso, buscar modelos mais democráticos e participativos, de forma que as minorias e aqueles grupos que também reivindicam a participação na constituição de uma identidade se vejam representados pelo patrimônio. Esses espaços de participação não devem se dar apenas sobre o que já está oficializado, mas sim estarem difundidos na forma de produção da própria cidade.

A questão de que a decisão de como se intervir depende de quais valores estão atribuídos aos bens foi colocada por primeira vez por Alois Riegl, em 1903. O historiador vienense definiu os valores a partir da perspectiva de que eles estão colocados fora dos objetos e são, portanto, relativos e mutáveis.¹⁰

Em *O Culto Moderno aos Monumentos*¹¹, que escreveu mediante a incumbência de reorganizar a conservação dos monumentos públicos na Áustria, Riegl discorreu sobre a evolução histórica dos valores monumentais. O autor concluía que havia duas categorias de valores: os rememorativos e os de contemporaneidade. Os rememorativos abrangeriam três tipos: o valor de antiguidade¹², o valor histórico e o valor rememorativo intencional. Já os de contemporaneidade, dois tipos: o valor instrumental e o valor artístico, esse, por sua vez, dividido em valor de novidade e valor artístico relativo.

A palavra “monumento”, no seu sentido original (mais antigo e primitivo), designava as obras criadas com o objetivo específico de “manter as proezas ou destinos individuais (ou um conjunto deles) sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras” (RIEGL, 2008, p. 23). A esse tipo de monumento era atribuído o valor rememorativo intencional. Riegl os distingue dos “monumentos históricos e artísticos” porque eles sempre existiram, em todas as culturas, e continuariam a existir; no entanto, não correspondiam ao “culto moderno e conservação dos monumentos”, que abrange, por sua vez, os “monumentos históricos e artísticos, segundo reza a denominação oficial” (RIEGL, 2008, p. 23, grifo nosso).

A palavra “monumento”, no seu sentido original (mais antigo e primitivo), designava as obras criadas com o objetivo específico de “manter as proezas ou destinos individuais (ou um conjunto deles) sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras” (RIEGL, 2008, p. 23). A esse tipo de monumento era atribuído o valor rememorativo intencional. Riegl os distingue dos “monumentos históricos e artísticos” porque eles sempre existiram, em todas

10 “Alois Riegl foi um dos fundadores da contemporânea historiografia da arte, estando sua concepção alicerçada na ‘vontade artística’ (Kunstwollen), em contraposição às noções de desenvolvimento linear da produção artística verificada através da sucessão de estilos.” (KÜHL, 1998, p. 196).

11 Estamos usando uma edição em espanhol de 2008, com tradução nossa para o português..

12 Alguns autores traduzem como “ancianidade”.

as culturas, e continuariam a existir; no entanto, não correspondiam ao “culto moderno e conservação dos monumentos”, que abrange, por sua vez, os “monumentos históricos e artísticos, segundo reza a denominação oficial” (RIEGL, 2008, p. 23, grifo nosso).

Segundo Riegl, essa denominação, justificada segundo as concepções vigentes do século XVI ao XIX, causava mal-entendidos devido às novas concepções sobre a essência dos valores artísticos, o que o levava à necessidade de precisão dos termos “histórico” e “artístico”.

Ao termo “histórico” Riegl associa o pensamento evolutivo, que “[...] constitui o núcleo de toda concepção histórica moderna”. Desse modo, os monumentos históricos seriam os “testemunhos que parecem representar etapas especialmente destacadas no curso evolutivo de determinado ramo da atividade humana”. Já o monumento artístico é definido com base na definição de obra de arte, “toda obra humana apreciável pelo tato, a vista e o ouvido, que mostra valor artístico”, excetuando-se da definição de “monumento” as obras de arte perceptíveis pelo ouvido (RIEGL, p. 24-25).

Todo monumento artístico seria ao mesmo tempo um monumento histórico, ao representar “um determinado estado da evolução das artes plásticas para o qual, em sentido estrito, não se pode encontrar nenhuma substituição equivalente” (RIEGL, 2008, p. 25). Dessa forma, a distinção entre “monumentos históricos e artísticos” tornava-se inexata.

O autor coloca que deveria haver algum outro valor nos monumentos “histórico-artísticos” que não apenas o valor histórico: um “valor puramente artístico que se manteria, independentemente da posição da obra de arte na cadeira histórica da evolução” (RIEGL, 2008, p. 26). Esse valor seria relativo; Riegl o entende como um dado atribuído pelos sujeitos:

É esse valor artístico um valor objetivamente dado no passado, como o valor histórico, de tal modo que constitui uma parte essencial do conceito de monumento, independente do histórico? Ou se trata de um valor subjetivo, inventado pelo sujeito moderno que o contempla, que o cria e o muda a seu prazer, com o qual não caberia no conceito de monumento como obra de valor rememorativo? (RIEGL, 2008, p. 26).

Considerando a subjetividade do valor artístico, Riegl introduz, em contraposição ao valor rememorativo, o “valor de contemporaneidade”: “Se não existe um valor artístico eterno, senão apenas um relativo, moderno, o valor artístico de um monumento não será um valor rememorativo, e sim um valor de contemporaneidade”. Mediante o valor de contemporaneidade, relativo, “de certo modo prático, do dia”, em contraposição ao “valor histórico e rememorativo do passado”, Riegl defende que aquela categoria deveria ficar fora do conceito de “monumento” e, deste ponto em diante, trata apenas dos “monumentos históricos”, que seriam sempre não intencionais (RIEGL, 2008, p. 28).

Mais uma vez fica claro que os valores não estão postos nos objetos, mas dependem dos significados que estes representam. Isso definiria posturas diferentes em relação à conservação e intervenção nos monumentos, indo contra o congelamento, por exemplo, ou a intervenção drástica, quando o valor predominante fosse o de antiguidade. Se o valor principal fosse o de antiguidade, a não intervenção seria importante:

Do ponto de vista do valor de antiguidade não se trata, pois, da conservação eterna dos monumentos criados no passado pela atividade humana, e sim de mostrar eternamente o ciclo de criação e destruição, de gênese e extinção, e isso fica garantido inclusive quando outros monumentos tenham ocupado o lugar dos existentes hoje. (RIEGL, 2008, p. 54, grifo nosso).

O contrário se passaria se o valor principal atribuído ao monumento fosse o histórico: interessa, nesse caso, a imagem da gênese do monumento, ocorrida em outro tempo histórico, e não as marcas do tempo e das ações da natureza. Mediante o valor histórico, o monumento deve ser conservado “o menos falsificado possível”. As marcas das forças naturais, os desgastes pelo uso, são irremediáveis, e pelo valor histórico não devem ser eliminados, “mas a deterioração que se possa produzir a partir desse momento e no futuro, a qual o valor de antiguidade consente e inclusive postula, carece de sentido do ponto de vista histórico e deve ser evitada de modo categórico” (RIEGL, 2008, p. 58).

Os valores de contemporaneidade, ao contrário dos valores rememorativos, estão ligados à capacidade dos monumentos em “satisfazer as necessidades materiais ou espirituais dos homens”, necessidades que, conforme coloca Riegl, as criações modernas poderiam satisfazer, de maneira igual ou até melhor. Diante disso, mediante o valor de contemporaneidade

se tenderá, desde o início, a não considerar o monumento como tal, senão como uma obra contemporânea recém-criada, e a exigir do monumento (velho) a aparência externa de toda a obra humana (nova) em estado de gênese, ou seja, a impressão de algo perfeitamente fechado e não afetado pelas influências destruidoras da natureza. (RIEGL, 2008, p. 71).

O valor instrumental, classificado como um valor de contemporaneidade, é aquele por meio do qual se considera a vida física mais importante que a vida psíquica. É o valor que considera o uso do monumento sobre todos os outros valores. Mediante esse valor, é importante que o monumento, abrigando um uso, seja constantemente reparado, para não oferecer riscos à vida física dos usuários. O tratamento que se dá aos monumentos diante desse valor é absolutamente indiferente, “desde que não afete a sua existência” (RIEGL, 2008, p. 73).

O valor artístico subdivide-se em a) valor de novidade e b) valor artístico relativo. Todo monumento, para Riegl, possui também um valor artístico na medida em que responde “às exigências da vontade de arte moderna (Kunstwollen)” (RIEGL, 2008, p. 79).

O valor de novidade é aquele pelo qual os monumentos devem parecer sempre novos, recém-acabados, formando uma integridade de forma e cor. Segundo Riegl, é o valor preferido das massas, pois não depende de uma cultura artística (opondo-se ao valor artístico relativo) ou de conhecimento histórico (ao contrário do valor histórico). Ele também acaba se sobrepondo ao valor de antiguidade que, embora seja também facilmente reconhecido pelas pessoas destituídas de cultura, acaba perdendo para o valor de novidade. Quando ele incide sobre um monumento ainda em uso (de valor instrumental), é ainda mais relevante que os valores históricos ou de antiguidade (este, segundo Riegl, completamente incongruente ao valor instrumental).

Riegl coloca que o valor de novidade, sendo um valor moderno, incide sobre os monumentos (obras velhas), e mais ainda sobre as obras novas, que devem ter “um caráter

completo impecável de forma e cor, assim como de estilo” e devem, ainda, “lembrar o menos possível as obras mais antigas, tanto na concepção como no tratamento detalhado de forma e cor” (RIEGL, 2008, p. 83). O valor de novidade leva em conta a unidade estilística.

O valor artístico relativo é assim denominado por estar submetido a uma mudança constante na forma como pode ser visto e interpretado. É aquele valor pelo qual as obras de períodos artísticos anteriores se aproximam, por sua própria composição, forma e cor, à vontade de arte moderna. Como essa vontade é mutável, esse valor artístico é apenas *relativo*.

Riegl também introduz o conceito de mudança dos significados ao longo do tempo. Os objetos com valor de antiguidade, cuja importância reside no significado que carregam da passagem do tempo e da vitória das forças da natureza sobre a criação humana, existiriam apenas enquanto durassem, ou os próprios objetos, ou este significado a eles atribuídos:

Assim vemos que o culto ao valor de antiguidade opera pela sua própria destruição. Mediante esta conclusão, nem sequer os partidários mais radicais elevarão protesto algum. A atividade desintegradora das forças naturais é, em primeiro lugar, tão lenta que é de supor que inclusive os monumentos milenares seguirão conservando-se pelo menos durante um tempo previsível – digamos que durante a vigência previsível deste culto. (RIEGL, 2008, p. 54, grifo nosso).

Outra conclusão de Riegl é a da apreciação dos monumentos por diferentes pessoas, por meio de diferentes valores atribuídos. Riegl coloca a prevalência do valor de antiguidade em relação aos demais (histórico e rememorativo intencional) justamente porque é o valor que independe de conhecimentos associados ao objeto, e é o mais facilmente reconhecido porque fala de modo direto aos sentimentos:

[...] o valor de antiguidade [...] tem vantagem sobre os demais valores ideais da obra de arte no que crê que pode aspirar a dirigir-se a todos, a ser válido para todos sem exceção. [...] Essa vantagem do valor de antiguidade se destaca de um modo especialmente claro frente o valor histórico, que descansa sobre uma base científica e só se pode conseguir diretamente por meio de reflexão intelectual, enquanto que o valor de antiguidade se manifesta imediatamente por meio da percepção sensorial mais superficial (a ótica), e pode portanto falar de modo direto ao sentimento. (RIEGL, 2008, p. 54-55).

Mediante essas afirmativas, vemos que já estava esboçada a consideração de outros valores além dos reconhecidos pelo autor, como os afetivos, contemplados pelos atuais autores que defendem uma abordagem patrimonial baseada nos valores. É interessante notar a atualidade das ideias de Riegl e como a historiografia patrimonial não a considerou em todo o seu esplendor: ao analisá-las, detém-se na forma de tratamento dos monumentos proposta por Riegl, mais que na distinção de valores.

Outra caracterização e categorização dos valores foi feita pela *Carta Australiana para os Lugares de Significância Cultural* (AUSTRALIA ICOMOS, 2013)¹³, elaborada pelo

13 A versão em português dessa carta, publicada pelo IPHAN sob a organização de Isabelle Cury (2004) bem como a publicada no site do IPHAN, não correspondem à versão original publicada pelo ICOMOS Australia. Observamos que há incompatibilidade de datas e texto. Escrita em 1979, a Carta foi revista em 1981, republicada em 1987, revisada novamente em 1988, em 1999 e 2013. Cury (2004) apresenta a data de 1980. Talvez essa “confusão” seja responsável pelo fato da Carta de Burra não ter tido repercussão nem aceitação entre importantes pesquisadores do nosso meio, como Beatriz Kühl (2009) que, nesta obra, a critica veemente. Referenciando-se na versão traduzida do site do IPHAN, Kühl (2009, p. 73) considera

ICOMOS da Austrália. Apesar de essa carta não ser endossada pela Assembleia Geral do ICOMOS, ela vem sendo adotada em outros países, como nos Estados Unidos e no Reino Unido, e servido de base para vários trabalhos no Brasil.¹⁴

O documento foi escrito em 1979, e foi revisado várias vezes, sendo a última revisão de 2013¹⁵. A carta originou-se das necessidades dos profissionais australianos por orientações mais adequadas às especificidades locais, como as questões dos sítios aborígenes, dos lugares não edificadas e do patrimônio vernacular. Ela foi elaborada a partir dos princípios contidos na Carta de Veneza, mas adaptada às demandas daquele país. Pesquisadores do Instituto Getty¹⁶ a definem como “uma aproximação mais específica que alerta para a verificação dos valores atribuídos aos lugares por todos os agentes, e para a articulação precisa daquilo que constitui o significado particular do sítio” (DE LA TORRE; MAC LEAN; MYERS, 2003, p. 2, tradução nossa).

A Carta de Burra é o primeiro documento desse tipo a colocar como fundamental a identificação da significância cultural dos lugares e monumentos, entendendo-se por “significância cultural” o conjunto de valores atribuídos por diferentes indivíduos ou grupos. A identificação da significância cultural deveria fazer parte do processo de elaboração de políticas e ações de conservação:

6.1. A *significância cultural* de um *lugar* e outras questões que afetem seu futuro são melhor entendidos através de uma sequência de coleta e análise de informações, antes das decisões. Compreender a significância cultural vem em primeiro lugar, depois vem o desenvolvimento de uma política e, finalmente, a gestão do sítio de acordo com essa política.

6.2. A política de gestão de um *sítio* deve estar baseada no entendimento da sua *significância cultural*.

6.3. O desenvolvimento da política deveria também considerar outros fatores que afetem o futuro do *sítio*, como as necessidades dos proprietários, as pesquisas, limitações externas e sua condição física.¹⁷ (AUSTRALIA ICOMOS, 2013, p. 4, tradução nossa, *itálicos originais*).

errônea uma das definições da Carta; contudo, a tradução não corresponde a nenhuma versão da Carta disponível no site do ICOMOS Austrália. (Disponível em: <<http://australia.icomos.org/publications/charters/>>, consultado em 20 jun. 2013).

14 O Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) vem desenvolvendo vários trabalhos aplicando os preceitos da Carta de Burra. Também há pesquisadores desenvolvendo o tema dos valores no Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

15 As revisões foram adotadas respectivamente em 23 fev. 1981, 23 abr. 1988, 26 nov. 1999 e 31 out. 2013 (AUSTRALIA ICOMOS, 2013, p. 1).

16 The Getty Conservation Institute, Los Angeles, EUA. As pesquisas do *The Getty Conservation Institute* têm adotado as diretrizes contidas na Carta de Burra para seus estudos de caso. De 1998 a 2005, o Instituto desenvolveu o projeto *Research on the values of heritage* (*Pesquisa em valores do patrimônio*), com o objetivo de “examinar o papel dos valores e da economia na gestão e conservação do patrimônio” (The Getty Conservation Institute, 2012). Esse trabalho resultou na publicação de três relatórios de pesquisa: *Economics and heritage conservation* (1999), *Values and heritage conservation* (AVRAMI; MASON; DE LA TORRE, 2000) e *Assessing the values of cultural heritage*, que se concentra nos métodos de identificação, articulação e estabelecimento dos significados culturais. (DE LA TORRE, 2002).

17 “Article 6. Burra Charter process. 6.1 The cultural significance of a place and other issues affecting its future are best understood by a sequence of collecting and analysing information before making decisions. Understanding cultural significance comes first, then development of policy and finally management of the place in accordance with the policy. The Burra Charter process, or sequence of investigations, decisions and actions, is illustrated in the accompanying flowchart. 6.2 The policy for managing a place must be based on an understanding of its cultural significance. 6.3 Policy development should also include consideration of other factors affecting the future of a place such as the owner’s needs, resources, external constraints and its physical condition.”

A Carta também defende a participação nas ações de conservação:

*A conservação, interpretação e gestão de um sítio devem proporcionar a participação das pessoas para as quais o sítio tem associações e significados especiais, ou aqueles que têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais sobre o mesmo.*¹⁸ (AUSTRALIA ICOMOS, 2013, p. 5, tradução nossa, itálicos originais).

O documento traz várias diretrizes para o entendimento e desenvolvimento dos significados culturais, das políticas de conservação, dos procedimentos para a realização de estudos e relatórios, e ainda um código de ética de “coexistência” em conservação de lugares de importância cultural (*Code on the Ethics of Co-existence in Conserving Significant Places*). O processo de planejamento que defende requer a integração dos valores culturais, cuja coexistência “deve ser sempre reconhecida, respeitada e incentivada”, sendo ainda “especialmente importante nos casos onde conflitam” (AUSTRALIA ICOMOS, 2013, p. 5, tradução nossa).¹⁹

Como bens, a Carta de Burra considera os “lugares com significados culturais” (places of cultural significance), incluindo lugares naturais, indígenas e históricos com valores culturais. Como “lugar”, é entendida “uma área geográfica definida”, que deveria incluir “elementos, objetos, espaços e vistas. Os lugares podem ter dimensões tangíveis ou intangíveis” (AUSTRALIA ICOMOS 2013, p. 3, tradução nossa).²⁰ Quando a comparamos às cartas anteriores, notamos uma mudança também em relação aos “interessados”, aqui considerados de forma mais abrangente, como “diferentes indivíduos ou grupos” ou “maioria ou grupos minoritários”.

Os valores listados na Carta de Burra são: estéticos, históricos, científicos, sociais, espirituais e de uso. Alguns desses valores são subdivididos em outras categorias. O *histórico* pode estar associado a um personagem, a um evento, a uma fase ou a uma atividade. O *social* é dividido em espiritual, político, de sentimento nacional ou outros sentimentos culturais.

Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 193) fez uma categorização dividindo os valores em cognitivos, formais, afetivos e pragmáticos. Os cognitivos são os associados à possibilidade de conhecimento, não apenas do que o objeto (transformado em documento) é suporte, mas também do que diz em relação à sua própria existência.

Os valores formais referem-se à materialidade do objeto e à percepção sensorial: “As funções estéticas dizem respeito, portanto, à possibilidade de certos atributos formais potencializarem a percepção, num dado contexto sócio-cultural, permitindo, assim, a construção de um universo de sentido” (MENESES, 1992, p. 193).

Os valores afetivos “são aqueles que implicam relações subjetivas dos indivíduos”, e também aqueles que dão a noção de pertencimento dos indivíduos aos lugares.

18 “*Conservation, interpretation and management of a place should provide for the participation of people for whom the place has significant associations and meanings, or who have social, spiritual or other cultural responsibilities for the place.*”

19 “*Co-existence of cultural values should always be recognised, respected and encouraged. This is especially important in cases where they conflict.*”

20 “*Place means a geographically defined area. It may include elements, objects, spaces and views. Place may have tangible and intangible dimensions.*”

Por último, os pragmáticos, são os valores de uso, apontados por Meneses como

os mais marginalizados, precisamente por serem julgados pouco ou nada 'culturais'; numa sociedade em que as relações sociais predominantes forçam uma distância cada vez maior entre a vida enquanto experiência e prática e, ao inverso, enquanto objeto voyeurístico de contemplação descomprometida ou conhecimento redutor. (MENESES, 1992, p. 193).

Meneses observa, ainda, que além do valor das coisas, é indispensável o levantamento das representações sociais, que são as matrizes dos valores, e incluem ideologias, aspirações e expectativas, ou seja, o imaginário (MENESES, 1992, p. 193).

O objetivo deste trabalho é o de identificar e analisar os conflitos oriundos dos diferentes significados atribuídos ao patrimônio histórico de Lençóis por sua população e pelos seus gestores, tanto por meio de suas representações quanto de suas práticas, bem como analisar os impactos que as decisões sobre o patrimônio têm gerado na mudança de significados do patrimônio de Lençóis.

Nossa tese é a de que os conflitos foram gerados devido à priorização de bens arquitetônicos e valores estéticos, por parte da gestão pelo IPHAN, em detrimento de outros bens, como os naturais, e outros valores, como os simbólicos e o de uso, atribuídos pela população. Alguns desses bens e valores, ao não serem contemplados pelo IPHAN, levaram à busca de outros meios de proteção, como a criação dos parques Nacional da Chapada Diamantina e Municipal da Muritiba (Serrano), que oficializaram a proteção aos bens naturais já colocados pelos moradores no pedido de tombamento, notadamente com valores de uso (turístico e de lazer).

Nosso campo de estudo foi delimitado pelo nosso objeto: o conjunto tombado de Lençóis. Buscamos traçar uma trajetória do lugar da preservação nessa cidade, cuja proposta de tombamento foi feita pelos próprios moradores. Isso a torna um estudo de caso especial: uma vez que o tombamento confere novos significados aos bens, já que os desloca de seu universo original para outro, o do patrimônio (ARANTES, 1989 apud RODRIGUES, 1994, p. 162)²¹, como se processou essa ressignificação, partindo do fato de que os moradores foram os primeiros a fazer a valoração, a atribuir novos significados, deslocando os bens para a condição de patrimônio?

Partimos da análise dos valores presentes no momento da valoração por proponentes e técnicos, respondendo às seguintes questões: os valores atribuídos foram os mesmos? Como se deu a transposição de valores locais para valores nacionais? Os diversos envolvidos atribuíram os mesmos valores? Objetivamos, também, identificar, nas diversas vezes que a cidade recebeu recursos para preservação do patrimônio, os valores contemplados por cada um dos agentes.

A busca pelo turismo, como alternativa econômica para a cidade, foi um dos obje-

21 ARANTES, A. A. A preservação de bens culturais como prática social. *Revista de Museologia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 12-16, 1989.

tivos originais dos proponentes ao tombamento. No entanto, as representações e referências posteriores sobre Lençóis não se dão enquanto cidade patrimônio: elas se confundem e se sobrepõem a outras duas instâncias, o Parque Nacional da Chapada Diamantina, e a própria região turística da Chapada Diamantina. Nota-se claramente que houve um processo de ressignificação, inclusive com sobreposição de valores. Mas como se deu esse processo? Se nos colocava, como desafio, entender como e por que se dá essa sobreposição.

Os estudos sobre Lençóis são divergentes a respeito da implantação do turismo na cidade e na região. O antropólogo Ronaldo Senna²² entende que a proposta de tombamento, levada a cabo pelo grupo Movimento Criatividade Comunitária (MCC), foi a construção “do próprio projeto de vida” desses “jovens idealistas”, mas que eles não vislumbraram que “a acolagem do casario com a generosidade da natureza, em forma de águas, iria alavancar mais um centro turístico na Bahia” (SENNA, 2002, p. 245). Para Senna, o turismo só se solidificou nos anos de 1980, “com a construção de pousadas e a reforma de espaços antigos para abrigar lojinhas e tendas de artesanato”²³ (SENNA, 2002, p. 248). O autor aponta aqui, sem dúvida, para uma ressignificação e para uma alteração no espaço público.

Senna retomaria, com outras duas autoras, a ressignificação causada pelo turismo em outra obra:

O contínuo espaço-tempo apoia-se em crenças mágicas, religiosas, míticas e rituais, que embasam as certezas e, de repente, um outro mundo (os referenciais do turismo), assim substituem os paradigmas do imaginário, historicamente estabelecidos. (MACIEL, SENNA, GUANAES, 2012, p. 15).

Nessa obra, o tombamento de Lençóis pelo IPHAN, e a construção da Pousada de Lençóis, em 1979²⁴, são vistos como os dois eventos relacionados ao processo de criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em 1985. Este, por sua vez, é colocado como causa da transformação da cidade em turística e da proibição do garimpo²⁵ (MACIEL, SENNA, GUANAES, 2012, p. 33).

Outros autores que desenvolveram trabalhos sobre Lençóis e a Chapada Diamantina, nas áreas de geografia e ciências sociais, a exemplo de Renato Léda (1995)²⁶, Ângela Leony

22 Ronaldo de Salles Senna, natural de Lençóis, é um importante estudioso sobre a cidade, tendo se debruçado principalmente sobre o Jarê, manifestação religiosa típica da região das Lavras Diamantinas, oriunda do candomblé de caboclo. A esse respeito, desenvolveu dissertação de mestrado junto à Universidade Federal da Bahia, intitulada *Garimpo e religião na Chapada Diamantina: um estudo do Jarê – variante regional do sincretismo candomblé de caboclo – umbanda* (1973), e tese de doutorado na Universidade de São Paulo com o tema *Jarê, manifestação religiosa na Chapada Diamantina* (1984). Em 1998, publicou a obra *Jarê, uma face do candomblé*; em 2002, *Bambúrrios e Quimeras. Olhares sobre Lençóis: narrativas de garimpo e interpretações da cultura*, e em 2012, *Lençóis – um altar de granito. Fragmentos de paisagem*, as duas últimas em coautoria. Senna é professor titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e foi importante articulador na criação do Campus Avançado da UEFS em Lençóis.

23 Senna refere-se, aqui, às ações do governo do estado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR/BA). Trataremos dessa questão no capítulo 2 deste trabalho.

24 Também dentro do PRODETUR/BA.

25 Na década de 1980 dá-se lugar, em Lençóis e no município vizinho de Andaraí, a instalação de empresas mineradoras mecanizadas, incentivadas pelo governo do estado. Conforme mostraremos no capítulo 2, essa atividade, com alto poder de destruição da natureza, aos poucos tornou-se incompatível com o projeto turístico para a região, projeto esse do próprio governo estadual. Com isso proibiu-se o garimpo mecanizado na região e, alguns anos depois, também o garimpo tradicional.

26 LÉDA, R. *A sedução da paisagem: a Chapada Diamantina e o turismo ecológico*. 1995. Dissertação (Mestrado em

(2001, 2002)²⁷, Francisco Brito (2005)²⁸ e Líliam Andrade Santos (2006)²⁹ atribuem a transformação do espaço de produção do garimpo em espaço turístico, aos programas de desenvolvimento turístico do Governo do Estado da Bahia. No entanto, reconhecem que as ações de preservação tiveram influência nesse processo:

O entorno de Lençóis possui uma natureza exuberante com clima aprazível, sendo seus recursos naturais o atrativo principal de visitação, relativo a 76%, seguindo-se a esse, com 17%, tem-se o patrimônio histórico representado principalmente pelo acervo arquitetônico da cidade e 4% para rever pessoas. Daí conclui-se que, tanto a criação das Unidades de Conservação como os tombamentos tiveram influência no desenvolvimento do turismo local. (LEONY, 2001, p. 130-131).

Desde o momento em que se consuma o processo de decadência da economia mineral, resta à Chapada Diamantina o seu patrimônio arquitetônico e natural representado pela imponência do casario, pela exuberância das quedas d'água, cavernas, fauna e flora que, anteriormente, considerados sem a devida importância, foram mais tarde ressignificados e valorizados, passando a constituir o elenco de amenidades disponíveis que, num primeiro momento, ensejaram a fixação de residência de pessoas provenientes dos centros urbanos em busca de uma vida mais saudável – muitas delas integrando comunidades alternativas e consumindo produtos “naturais” – e num segundo momento, através do tombamento patrimonial e ambiental, acabaram promovendo a reconversão econômica de muitos municípios desta região à atividade turística. (BRITO, 2005, p. 14).

Outra questão bastante destacada nos estudos refere-se aos conflitos entre meio ambiente, turismo e garimpo, destacando-se os trabalhos de Senilde Guanaes³⁰, *Nas trilhas dos garimpeiros de serra – garimpo e turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina – Ba* (2001) e *Meu quintal não é parque! Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA* (2006). Guanaes analisa como a identidade do garimpeiro “de serra” emerge diante da inserção de uma atividade nova, alheia à tradicional, o garimpo mecanizado, e o processo de reconstrução dessa identidade auxiliada pelo movimento ambientalista regional. A autora destaca as relações dos garimpeiros com os espaços da serra e da cidade, ao longo do tempo, mostrando como ela se altera: “a apropriação e uso dos lugares se inverteu, a serra passou a ser um local de passagem e de passeio, e a cidade a morada e prin-

Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Renato Leone Miranda Léda é geógrafo, professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

27 LEONY, A. *Turismo em área periférica protegida: o caso de Lençóis e arredores, Chapada Diamantina, Bahia*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001 e Circuito do Diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. Ângela Leony é arquiteta, participou, quando estudante de arquitetura da UFBA, da elaboração do *Inventário de imóveis do sítio urbano em processo de arruinamento*, junto ao Grupo de Estudos de Recomposição Ambiental – GERMEN (sobre o qual tratamos no item 2.2.3 do capítulo 2 deste trabalho), e atualmente é gestora de Unidade de Conservação no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) da Bahia.

28 BRITO, F. E. M. *Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina*. Salvador: EDUFBA, 2005. Francisco Brito é graduado em agronomia e doutor em sociologia pela Universidade Federal da Bahia.

29 SANTOS, L. M. A. *Do diamante ao turismo: o espaço produzido na cidade de Lençóis*. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Líliam Andrade Santos é jornalista e atuou por 30 anos junto à Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa) nas áreas de comunicação, planejamento e marketing. Atualmente mora em Lençóis.

30 Senilde Alcântara Guanaes é antropóloga, e possui forte ligação com a cidade, uma vez que é filha de garimpeiro de Lençóis. Os trabalhos citados são frutos, respectivamente, do mestrado junto ao Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e do doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, pela mesma instituição. Atualmente é professora e coordenadora do curso de Antropologia da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

cipal meio de vida dos garimpeiros” (GUANAES, 2001, p. 16). Guanaes não reconhece que na proposta de tombamento, os valores associados à natureza já estavam contemplados:

No caso da Chapada Diamantina os discursos e movimentos para a preservação da natureza e, conseqüentemente, as demandas pela criação do Parque Nacional, aconteceram dissociados daqueles que engajavam-se na preservação da cultura e história local. Embora muitas vezes os relatos tentem mostrar o contrário, o processo de tombamento da cidade de Lençóis pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – em 1983 [sic], antes portanto da criação do Parque, é um exemplo disso. O movimento pelo tombamento de Lençóis não citava em nenhum momento a vocação paisagística do entorno da cidade. (GUANAES, 2006, p. 30).

Dessa forma, para a autora, os conflitos entre meio ambiente, turismo e garimpo são associados predominantemente à criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Já Francisco Brito (2005) defende que os conflitos foram ocasionados pelo modelo parquista adotado, tributário ao modelo de Yellowstone, “que além de advogar a existência de parques sem gente, abre estas áreas à visitação turística”, causando problemas socioeconômicos e culturais.

Buscamos entender as ressignificações, apontadas pelos autores, a partir da atribuição de valores feitas pelos diferentes grupos.

Por último, parece-nos primordial pontuar algumas narrativas sobre Lençóis, uma vez que, no desenvolvimento da pesquisa, nos deparamos com uma referência constante ao coronelismo, presente tanto no imaginário da população quanto nas narrativas oficiais.

Carlos Almeida de Toledo, em *A mobilidade do trabalho nas Lavras Baianas* (2001)³¹, observa que “a história da região, dada a sua baixa potencialidade econômica, não é sistematicamente estudada”. Isso interfere diretamente no sucesso de trabalhos como o que ele propõe, em relação à mobilidade do trabalho, uma vez que ela “só pode ser compreendida desde que seu lado obscuro seja revelado”. O autor também observa que há “uma produção muito maior sobre a vida de Horácio de Matos³², do que sobre o processo de trabalho nas Lavras onde ele viveu” (TOLEDO, 2001, p. 108).

Uma obra que se consolidou e que é muito reproduzida é *Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia*, de Walfrido Moraes (1963). Ela constitui-se em uma crônica/romance cujo foco principal é a história do Coronel Horácio de Mattos. Para bem caracterizá-la, Moraes traça o histórico da ocupação da região das Lavras Diamantinas e dá um panorama da sociedade lavrista, baseado em documentação primária e bibliográfica. Moraes eleva a figura de Horácio de Mattos ao patamar de herói, atribuindo, inclusive, o êxodo e decadência das lavras à perda do coronel como líder da Chapada Diamantina:

31 Dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Toledo desenvolveu também no doutorado, na mesma instituição, pesquisa intitulada *A região das Lavras Baianas* (2008), que discorre sobre a formação dessa região do ponto de vista da organização das relações de produção. Toledo é professor de Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

32 Encontraremos, ao longo do trabalho, duas grafias: Matos e Mattos. Vamos utilizar sempre a segunda delas, exceto nas citações onde aparecer a primeira, que iremos respeitar.

O diamante acabou...

Em verdade, não foi o diamante que acabou.

O que acabou foi o estímulo. Foi a esperança. Foi a Fé no coração daquela gente.

E mais do que tudo isso: foi aquela preocupação, foi aquele aprêço, foi aquele respeito antigo dos governos constituídos pela grande região diamantina da Bahia! (MORAES, 1963, p. 211).

Delmar Alves de Araújo³³ e Erivaldo Fagundes Neves (2002)³⁴, em *Bambúrrios e Quimeras - olhares sobre Lençóis: narrativas de garimpos e interpretações da cultura* fazem uma análise crítica do trabalho corográfico³⁵ de Gonçalo de Athayde Pereira (1860-1944), *Memória histórica e descritiva do município dos Lençoes (Lavras – Diamantinas)* (1910). Esse trabalho foi durante muito tempo importante fonte para se conhecer a história de Lençóis, servindo de referência a diversos autores que vieram posteriormente. Muito da história ensinada nas escolas e constantemente reproduzida advém da narrativa de Pereira e autores subsequentes, como Walfrido Moraes (1916-) e Américo Chagas (1905-1975). Porém, conforme defendem Araújo e Neves, é preciso inseri-lo no seu tempo e considerar o lugar de onde fala Gonçalo de Athayde Pereira: “um rico comerciante de pedras, representante do poder que caracterizou aquele período e satisfaz a necessidade de sua classe” (ARAÚJO, 2002, p. 168).

Delmar Araújo descreve que no trabalho de Pereira

vê-se a presença de uma sociedade preocupada com a educação que não oculta o projeto de dominação, que tem orgulho do desbravamento aventureiro, coroado pela saga política oligárquica. As suas personagens, quando não são figuras lendárias, materializam-se em homens bravios, inseridos em fatos fragmentados, que sustentam a sua ideologia.

Apresenta o poder profuso e a força de uma sociedade presa num presente-passado que se arrisca no limiar da busca do enriquecimento, demonstrando descompromisso com o futuro, explorando e cristalizando seus sonhos presentes. Uma sociedade desbravadora que deseja lucrar, tem o seu destino difuso e negligencia os problemas da sociedade sem um exercício de transformação. (ARAÚJO, 2002, p. 167-168).

Erivaldo Neves resgata a influência sofrida por Gonçalo de Athayde Pereira como sócio do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Segundo Neves (2002, p. 17), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) articulava intelectuais nas diversas regiões do Brasil e tinha como objetivo “investigar, organizar e publicar documentos históricos ou, como definiram os estatutos originais, ‘colidir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil’”, sendo responsáveis pela elaboração da “memória da jovem nação” e constituição da identidade nacional. O IHGB, mesmo tendo tentado

33 Delmar Alves de Araújo é lençoense, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana. Além da obra citada, Araújo produziu o curta-metragem *Jardim de Plástico* (2008) e foi responsável pela pesquisa e texto histórico da obra *Chapada Diamantina: culinária e história* (2013), publicada pelo SENAC. Delmar Araújo foi secretário de Turismo e Cultura de Lençóis de 1990 a 1992, de Educação de 1997 a 2000 (assumindo também a pasta de Cultura de 1998 a 2000), e de Turismo de 2010 a 2012.

34 Erivaldo Fagundes Neves é historiador, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana e desenvolve trabalhos principalmente sobre a história do sertão da Bahia.

35 Neves define a corografia como “descrição geográfica associada à crônica histórica” que “firmou-se como primeiro recurso metodológico de escrita da história do Brasil” (NEVES, 2002, p. 17).

desenvolver métodos alternativos de escrita da história do Brasil, no intuito de uma abordagem mais totalizante,

quando procuravam sistematizar “uma história oficial”, caracterizaram-se pelos regionalismos, consagradores das elites locais [...]. Nessas circunstâncias, demarcaram espaços, definindo especificidades das regiões e, sempre que possível, hegemonia cultural”. (NEVES, 2002, p. 18-19).

Diante disso, Araújo coloca que o trabalho desenvolvido sobre a obra de Gonçalo do Athayde Pereira busca

realizar analogias, firmar estudo das relações e dos comportamentos daquela gente da Chapada Diamantina, em especial, Lençóis, fazendo revelar, através da investigação, as raízes histórico-culturais, desmistificando o imaginário que reconstrói a história e acrescenta elementos de um verniz de cultura, moldura de um segmento social saudosista que permeia as mentes, até o presente. (ARAÚJO, 2002, p. 169).

Ronaldo de Salles Senna (2002), em capítulo do mesmo livro, busca pontuar traços da história social de Lençóis que Gonçalo Athayde Pereira não narrou, identificando as leituras criadas pela própria sociedade e mostrando interpretações de elementos da cultura. Senna analisa a produção de alguns historiadores, como Olympio Barbosa, Américo Chagas e Walfrido Moraes e situa nelas uma visão que tende a destacar sempre a pompa e o esplendor da sociedade de Lençóis. O autor relativiza essa visão fabulosa afirmando que essas narrativas escondem outras histórias:

O que parece que se destaca dessa fotografia do passado, é muito mais a moldura que as mentes recriam, que a realidade interna dos quadros que o tempo parou. Parece que as tintas do imaginário, mitificando este retrato desbotado que se quer ornado de pompas, também esconde a prepotência e a injustiça, transfigurada em atos heroicos. O heroísmo, na verdade, tornava-se, muitas vezes, a única forma possível de resistência a esta realidade traumática. (SENNA, 2002, p. 239).

O autor atribui a isso o fato de Lençóis não ter produzido “historiadores no sentido moderno do termo, produzindo, no entanto, excelentes repórteres da história” (SENNA, 2002, p. 240).

Ronaldo Senna (1998) alerta também para outra dimensão da história: o esquecimento. Senna mostra que, no Jarê, prevaleceram os caboclos e não os orixás. Essa prevalência é explicada como negação à escravidão, uma vez que os primeiros estão associados ao índio, aquele que nega a escravidão, e os segundos, ao negro. Carlos Toledo (2001) utiliza-se desse conceito de Senna, mencionando o esquecimento como “estratégia de resolução da tensão das relações escravistas”. Segundo o autor, o esquecimento era “muito positivo para criar a ilusão do fetichismo, a naturalização das relações sociais e o entendimento do presente como imediatamente explicável por si” (TOLEDO, 2001, p. 103).

Buscamos levar em consideração todas essas perspectivas no desenvolvimento do trabalho.

Fontes e procedimentos

O objetivo colocado no início da pesquisa era o de identificar os valores e significados atribuídos a Lençóis, do tombamento aos dias atuais, bem como os diferentes agentes ou grupos sociais envolvidos. No entanto, essa identificação é difícil de ser feita, uma vez que os valores atribuídos ao patrimônio, bem como os grupos sociais, não são estanques e se modificam com frequência.

As metodologias de identificação de valores estão na pauta das pesquisas desenvolvidas pelo ICOMOS Austrália, e pelo Instituto Getty de Conservação (IGC)³⁶, entre outros. Na gestão tradicional do patrimônio, os valores são identificados inicialmente por meio de pesquisa histórica, e toda a organização (categorização, registro) sobre os monumentos ou sítios históricos é feita com base na história. A abordagem baseada em valores, que tem sido levada a cabo pelo ICG, tem por premissa a consulta a todos os envolvidos³⁷ direta ou indiretamente na preservação dos bens. Isso implica tanto a consideração dos pontos de vista de *experts* de outras áreas quanto dos diversos grupos da comunidade ou outros que possam ter interesse sobre o bem histórico.

Mason (2002, p. 7) sugere uma aproximação antropológica que permita compreender tanto a faixa de valores quanto os processos de valoração vinculados ao patrimônio. E, entendendo o valor como “um produto da interação entre o artefato e o seu contexto” (MASON, 2002, p. 8), aponta para a necessidade de compreender seu contexto social, histórico e também espacial.

Meneses, conforme já mencionado, defende que a compreensão da cidade como bem cultural implica o enfrentamento das suas três dimensões: o artefato, o campo de forças e as representações sociais. O campo de forças seria o “espaço definível de tensões, conflitos, de interesses e energias em confronto constante, de natureza econômica, política, social, cultural e assim por diante” (2006, p. 36). Considerando que é dentro desse campo de forças que surgem as representações sociais, como sendo os aspectos simbólicos que lhe dão sentido, os valores poderiam ser identificados a partir dos conflitos.

Esse foi o procedimento usado nessa pesquisa: buscamos primeiro identificar os conflitos, principalmente entre os técnicos dos órgãos de preservação e a população, para a partir deles identificar os valores. Essa identificação está feita, nessa pesquisa, empiricamente, tentando relacioná-los às categorizações propostas por Alois Riegl (2008) e Ulpiano Meneses

36 O Instituto Getty de Conservação publicou um relatório, *Assessing the Values of Cultural Heritage* (DE LA TORRE, 2002) no qual analisa algumas metodologias, tomadas das áreas das ciências sociais, da conservação ambiental e da economia. O aprofundamento e avaliação dessas metodologias foi feito por meio de quatro estudos de caso: um parque natural e arqueológico (*Parque Histórico Nacional da Cultura Chaco*), dois sítios isolados (*Sítio Histórico Nacional de Grosse Île e Memorial Irlandês* e *Sítio Histórico Porto Arthur*) e um patrimônio mundial de grande abrangência geográfica (*Muralha de Adriano*). Nesses estudos, as diretrizes da Carta de Burra (BURRA CHARTER, 2013) foram empregadas principalmente para a classificação dos valores e análise de como são contemplados pelas políticas patrimoniais e na gestão dos sítios tombados. No Brasil, há estudos que usam e avaliam a aplicação dessas metodologias, buscando estabelecer a Declaração de Significância para monumentos e sítios. Entre eles, estão o de Fernanda Trindade de Carvalho (2012), *Atores e valores: o processo de readequação do espaço físico da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana*, desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais sob orientação de Leonardo Castriota, e o de Patrícia Coelho Pedrosa (2011), *Significância Cultural como critério para conservação do patrimônio mundial*, desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco.

37 Denominados *stakeholders*.

(2006). Essa pesquisa não emprega nenhuma metodologia de identificação de valores específica, visto que, mesmo entre os autores que as têm estudado, ainda não se estabeleceu um consenso sobre suas eficácias e limitações. A natureza mutável dos valores acaba dificultando sua própria identificação, categorização e análise. Outra questão colocada por esses estudos é que não é possível entender os valores fora de seus contextos, pelo que se fez necessário que os estudássemos, buscando traçar um panorama social, cultural e econômico, e identificar em que medida participaram nas alterações dos valores e foram por eles alterados.

O ponto de partida da pesquisa foi a análise dos documentos constantes no processo de tombamento de Lençóis, material localizado no Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro (antigo Arquivo Noronha Santos). Com essa procura, identificamos os proponentes do tombamento e, a partir disso, realizamos entrevistas com alguns deles, membros da população de Lençóis. Por meio desse contato conseguimos levantar o material audiovisual que os proponentes do tombamento apresentaram ao IPHAN em dois eventos, bem como ouvir seus discursos sobre as aspirações que os levaram a solicitá-lo. Pudemos, então, analisar os discursos dos proponentes nesse material, e o discurso dos técnicos do IPHAN nos documentos do processo de tombamento.

A etapa posterior foi um constante processo de ida e vinda a arquivos, para o levantamento de fontes primárias, e campo, para coleta de depoimentos e entrevistas. Conforme analisávamos o material levantado nos arquivos, surgia tanto a necessidade de complementação, com busca em arquivo diverso, quanto da realização de entrevistas.

A pesquisa empírica foi sendo confrontada com análise teórica. As fontes secundárias, principalmente os estudos sobre Lençóis das áreas de antropologia, geografia e turismo, possibilitaram compreender uma série de questões, como por exemplo, a prevalência da história do coronelato sobre outras narrativas de Lençóis, as ações do Governo do Estado da Bahia no desenvolvimento turístico da Chapada Diamantina, em especial de Lençóis, e que nos indicaram vários conflitos oriundos da produção do espaço turístico nessa cidade.

A seguir, descrevemos as principais fontes utilizadas no trabalho.

Documentação primária

Consultamos vários arquivos, o que nos permitiu cruzar informações de diversos tipos: os arquivos do IPHAN (no Rio de Janeiro, em Salvador e, em menor grau, o do escritório técnico de Lençóis), o arquivo público municipal de Lençóis, chamado Dom Obá II D'África, o arquivo da Associação Avante Lençóis, a biblioteca do campus avançado da Universidade de Feira de Santana (UEFS) em Lençóis, a Biblioteca Casa Afrânio Peixoto, também em Lençóis, e o arquivo do Programa Monumenta em Brasília. Além disso, conseguimos documentos que foram essenciais à pesquisa diretamente com os entrevistados.

Nos arquivos do IPHAN levantamos a documentação relativa às obras realizadas com investimentos públicos na cidade de Lençóis. Essa documentação está dispersa: sobre o mesmo assunto, encontramos pastas de documentos em Salvador e no Rio de Janeiro. A orga-

nização geralmente está feita tendo por base os nomes dos imóveis, mas há muitas pastas com nomes subjetivos, como “tromba d’água” ou “recuperação do centro histórico”, sem mencionar a qual programa se referem. Também encontramos diversas pastas e caixas com grafias errôneas, como “Programa dos Monumentos” para se referir a “Programa Monumenta” e “logradouros” referindo-se a “logradouros”³⁸. As referências aos documentos dos arquivos do IPHAN foram sempre colocadas nas notas de rodapé.

No arquivo público municipal de Lençóis, buscamos a documentação oriunda da Câmara de Vereadores, e notícias de jornais sobre a cidade, organizadas na forma de clipping (recortes de jornais). Por esse motivo, muitas das fontes citadas provenientes desses recortes apresentam apenas o nome do periódico e a data da publicação, estando ausentes informações relativas a número e edição.

No arquivo da Associação Avante Lençóis, consultamos todo o acervo do jornal *O Avante*, que surgiu como um informativo, em setembro de 1995, e tornou-se um jornal de periodicidade média bimensal, circulando até janeiro de 2007. Essa associação, composta de moradores de Lençóis, ainda é atuante na cidade, embora não publique mais o jornal e tenha alterado seus objetivos ao longo do tempo. Surgiu para “fiscalizar, cobrar e colaborar para que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sejam exercidos corretamente” (MOVIMENTO AVANTE LENÇÓIS, 1995b). O jornal era um espaço de denúncia, reivindicação e proposição, trazendo matérias que representavam os anseios da comunidade. Por esse motivo, constituiu-se como fonte importante para identificação dos conflitos e para entendermos as demandas locais.

A biblioteca do campus avançado da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em Lençóis, forneceu trabalhos e levantamentos sobre Lençóis, produzidos nos cursos oferecidos no campus³⁹, além de teses e dissertações sobre a cidade e a região. Na Biblioteca Casa Afrânio Peixoto consultamos títulos sobre Lençóis e a região.

No arquivo do Programa Monumenta em Brasília, tivemos acesso a todo o material produzido pelo programa para a cidade de Lençóis: 1) os documentos prévios à assinatura do convênio com prefeitura e estado, ou seja, aqueles da fase de constituição do Programa em nível nacional; 2) os documentos elaborados após a assinatura do convênio; e 3) os projetos das obras contempladas.

Os primeiros dizem respeito ao *Relatório da Oficina de Planejamento Participativo* e à *Carta Consulta*. A oficina de planejamento participativo era uma exigência do Regulamento Operativo do Programa Monumenta e tinha o objetivo de identificar os anseios da comunidade. O relatório da oficina era a peça fundamental para a confecção da Carta Consulta. Esta, por sua vez, era um “conjunto de informações e proposições que definem o Projeto a ser desenvolvido [...] com vistas ao seu enquadramento nas disposições do Regulamento Operativo do Programa” (BRASIL, 2001b).

38 Isso se deu principalmente no arquivo do IPHAN em Salvador.

39 Durante alguns anos o campus ofereceu o curso de especialização em Antropologia e Turismo, coordenado pelo professor Ronaldo Salles de Senna.

Como a constituição do patrimônio se dá pelo processo de seleção, que implica a escolha de certos bens e renúncia a outros, esses dois documentos mostram quais seriam as demandas locais de preservação e investimentos, enquanto os elaborados após a assinatura do convênio, o *Sumário Executivo do Projeto*, o *Perfil do Projeto* e a *Revisão do Perfil do Projeto* mostram quais seriam os bens efetivamente contemplados.

Os projetos dos imóveis contemplados pelo Monumenta foram úteis para analisarmos quais valores foram referendados pelos técnicos que os elaboraram.

Vale mencionar que não tivemos acesso ao arquivo físico do Programa Monumenta; todos os documentos nos foram fornecidos em arquivo digital, escaneados.

Por último, cabe mencionar a documentação que nos foi cedida por particulares. Heraldo Barbosa Filho⁴⁰ nos permitiu acesso a todo o material produzido pelo grupo que propôs o tombamento de Lençóis (fotos e arquivo de áudio) e nos forneceu a coleção quase completa do jornal *O Sertão*⁴¹. Heraldo nos forneceu também a cópia da carta que remeteu ao governador da Bahia solicitando a paralisação das obras de reforma de logradouros, pelo Programa Monumenta, em 2011, além de ter concedido várias entrevistas.

José Geraldo Vieira da Costa, o arquiteto responsável por instalar o Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis, entre 1984 e 1987, forneceu-nos cópia de diversos documentos sobre a criação e instalação do escritório, bem como trabalhos que apresentou ao IPHAN e em eventos, além de ter concedido entrevistas.

Richard Roy Funch nos forneceu cópia da carta que enviou ao BID solicitando participação da comunidade e alteração do projeto de reforma dos logradouros pelo Programa Monumenta.

Entrevistas, depoimentos e questionário

A parte empírica da pesquisa deu-se por meio da realização de entrevistas, coleta de depoimentos e aplicação de um questionário.

As entrevistas foram realizadas nos casos em que já tínhamos perguntas pré-elaboradas, relativas a assuntos específicos. No geral, os entrevistados foram os técnicos do IPHAN e do Monumenta. Após a análise de projetos e da documentação primária levantada nos arquivos, sentimos a necessidade de esclarecer alguns aspectos e, a partir disso, elaboramos e fizemos as entrevistas. Foram registradas com gravador de voz e posteriormente transcritas.

O que chamamos de depoimentos foram conversas formais e informais, entrevistas abertas com os moradores de Lençóis e principalmente observação participante. Nem todos esses depoimentos foram gravados, ora porque assim o quis o depoente, ora porque nos pareceu mais conveniente que a gravação não interferisse no depoimento, abrindo espaço para

⁴⁰ Morador de Lençóis, um dos principais idealizadores do tombamento da cidade e durante vários anos, Secretário de Turismo de Lençóis. Referências a Heraldo Barbosa Filho aparecerão ao longo dos capítulos. Cabe mencionar que o jornal, na sua última fase, era editado por Olímpio Barbosa, tio de Heraldo Barbosa Filho.

⁴¹ Consultamos esse jornal também na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, em Salvador.

a representação do depoente⁴². Nesse caso, usamos apenas anotações em papel. Considerando que a história oral se destaca por nos contar “menos sobre eventos e muito mais sobre significados” (PASSERINI, 1981, p. 84 apud MORGADO, 1987, p. 5)⁴³, essa fonte de informação nos foi muito útil.

Ao longo da pesquisa, surgiu a necessidade de encontrarmos um meio que nos apontasse para os novos significados atribuídos a Lençóis, principalmente pelos moradores. Elaboramos, então, um questionário, com quatro perguntas sobre dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, bairro onde mora) e cinco perguntas dissertativas:

- 1) O que você mais gosta em Lençóis?
- 2) O que você não gosta em Lençóis?
- 3) Onde costuma ir nas suas horas de lazer?
- 4) Você já ouviu falar do IPHAN? Qual é o papel do IPHAN em Lençóis? É importante? (Sim ou não)
- 5) O que é importante preservar em Lençóis e o que é importante mudar? Por quê?

O questionário foi respondido por 160 pessoas, entre moradores e turistas.

O cruzamento dos dados levantados pelo questionário nos possibilitou conhecer os lugares mais importantes e/ou mais frequentados pelos grupos etários; saber o grau de conhecimento da população (por grupos etários) em relação ao IPHAN, bem como da importância do órgão para a cidade; e entender a demanda de preservação⁴⁴.

Usamos perguntas simples e diretas, que não limitaram as respostas ao ambiente construído, e permitiram que os diversos componentes da *cidade* pudessem ser citados. A abordagem dos respondentes foi feita de maneira a não direcionar as respostas. Optamos por não dar muitos dados sobre a pesquisa de doutorado realizada e nos limitamos a informar que se tratava de “uma pesquisa de doutorado, desenvolvida na USP, sobre o que os moradores de Lençóis pensam sobre sua cidade”.

Fontes secundárias

Existem muitos trabalhos desenvolvidos sobre Lençóis no meio acadêmico, além

42 O fato do depoente saber que está tendo suas palavras registradas o conduz, muitas vezes, a representar ou a direcionar seu discurso para o que ele considera como melhor para o pesquisador. Algumas vezes nos deparamos com esse problema, em campo: ao fazermos uma pequena explanação sobre nossos objetivos em realizar a gravação, percebíamos que o depoente se esforçava por alinhar seu discurso à nossa imagem (muitos deles ainda me associavam ao cargo que ocupei como chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis). Diante disso, procuramos evitar tanto a gravação quanto os depoimentos de pessoas conhecidas.

43 PASSERINI, L. Work and consensus under Italian fascism In: **History Workshop**, n. 12, outono 1981, p. 84.

44 A princípio, imaginávamos que o cruzamento de dados pudesse revelar também a identificação de grupos, por isso inserimos perguntas relativas a “bairro onde mora” e “local de nascimento”. No entanto, o cruzamento desses dados com as respostas dissertativas não indicou para a conformação de grupos, motivo pelo qual não citamos esses dados quando apresentamos a análise. As respostas à pergunta “O que você não gosta em Lençóis?” foram igualmente irrelevantes para os objetivos desta pesquisa, apontando, contudo, dados importantes para a administração municipal, por revelarem a insatisfação com os serviços públicos municipais.

de romances de autores da região, que serviram de fonte para este trabalho.

Romancistas importantes, nascidos na região, usaram Lençóis e outras localidades das Lavras Diamantinas para compor os cenários de suas obras, tratar de ciclos econômicos e da cultura da região, inserindo-se, todos eles, na linha literária regionalista. Entre eles estão Lindolfo Rocha, Afrânio Peixoto e Herberto Sales.

Lindolfo Rocha (Grão-Mogol, 1862 – Jequié, 1911), no romance *Maria Dusá* (1910), mostra a sociedade diamantina baiana dos anos de 1860, quando a economia garimpeira sofria sua primeira crise devido à seca. Apesar de ambientado em Xique-Xique (atual Igatu, distrito de Andaraí), o romance fornece um retrato dos costumes da época, dos modos de vida dessa sociedade recém-formada por mineradores, comerciantes e donos de terra. A obra inspirou a novela *Maria, Maria* (1976), de Manoel Carlos, produzida e exibida pela Rede Globo.

Afrânio Peixoto (Lençóis, 1876 – Rio de Janeiro, 1947) escreveu dois romances ambientados na Chapada Diamantina: *A Esfinge* (1911), que descreve o Barro Branco, um povoado de Lençóis⁴⁵, e *Bugrinha* (1922) cuja história ocorre inteiramente em Lençóis, onde Afrânio Peixoto passou sua infância, trazendo inclusive personagens reais da cidade. *Bugrinha* inspirou o filme *Diamante Bruto* (1977), do também lençoense Orlando Senna.

Herberto Sales (Andaraí, 1917 – Rio de Janeiro, 1999) escreveu dois romances cujos cenários são a Chapada Diamantina⁴⁶. Sua obra de estreia, *Cascalho* (1944) passa-se em Andaraí, e constitui um excelente registro dos costumes e da identidade do garimpeiro das Lavras Diamantinas. Retrata, ainda, a prática do coronelismo, as relações de trabalho do garimpeiro e sua condição social. O romance foi adaptado para o cinema em 2005, no filme homônimo de Tuna Espinheira.

Já em *Além dos Marimbus* (1961), Herberto Sales debruçou-se sobre outra importante atividade econômica ocorrida na Chapada Diamantina após a decadência do garimpo: a extração madeireira, que devastou as florestas de vales e altas planícies nas décadas de 1920 e 1930. Carlos Heitor Cony, em crítica à obra do autor, diz que “Herberto surpreende o leitor de hoje com a visão pioneira da ecologia que, naquele tempo, não entrara ainda no vocabulário e na preocupação do homem contemporâneo” (CONY, 2005).

Herberto Sales escreveu também um documentário, *Garimpos da Bahia* (1955), publicado pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, na série “Documentário da vida rural”. Nele, Sales caracteriza todo o processo da garimpagem, descrevendo minuciosamente os diversos tipos de garimpo, as ferramentas e vestes do garimpeiro, seus costumes e o linguajar próprio, trazendo ainda um glossário de termos relativos ao garimpo.

Vários autores escreveram sobre as descobertas do diamante e a consequente ocupação do território, elaborando uma narrativa histórica pautada nos eventos econômicos e políticos.

45 A *Vila do Barro Branco* possui tombamento provisório pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Processo n. 003/01.

46 Outras obras do autor também têm como cenário a Andaraí onde nasceu: o livro de memórias *Subsidiário*, de 1988, e o romance *Rio dos Morcegos*, de 1993. Este último, com “elemento auto-biográfico puramente incidental”, nas falas do autor, que nele buscou uma maneira de “reencontrar-se em suas origens”.

Há que se destacar também o romance de Herman Lima, *Garimpos* (1976), cujo enfoque é dado às condições de vida dos trabalhadores do garimpo.

O trabalho de José Martins Catharino (1986), *Garimpo, garimpeiro, garimpagem*, faz um compêndio de fontes documentais e principalmente bibliográficas, descrevendo desde os aspectos geológicos e geográficos, as descobertas de diamantes na região, o processo do garimpo, até os diferentes tipos de diamantes, ordenamento jurídico do trabalho e das jazidas e as relações de trabalho no garimpo.

Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em três capítulos e considerações finais. A divisão dos capítulos reflete três períodos temporais distintos: o primeiro, da valoração do patrimônio, quando é feita a proposta de tombamento, por membros da comunidade, analisada pelos técnicos do IPHAN, e finalmente oficializada pela inscrição no Livro do Tombo (1971-1973). O segundo período refere-se a um processo contínuo de ressignificação do patrimônio pós-tombamento, no qual outras formas de proteção foram buscadas para preservação de outros bens, não contemplados pelo IPHAN (1974-1999). O terceiro período refere-se aos últimos quinze anos (2000-2015) e coincide parcialmente com a implementação do Programa Monumenta na cidade (2002-2011).

Embora tenhamos feito a divisão por capítulos com base em uma periodização, é importante mencionar que ela não é estanque e está muito mais relacionada aos processos que ocorrem nesses espaços temporais. No entanto, eles não se encerram dentro desses períodos: as ressignificações que se iniciam até mesmo antes do pedido de tombamento ao IPHAN, que são próprias de todo processo de constituição do patrimônio (seleção, escolhas, análises), continuam a ocorrer até os dias atuais.

No **Capítulo 1** analisamos o processo de reconhecimento de Lençóis pelo IPHAN: mostramos quem foram os proponentes do tombamento de Lençóis, as ações empreendidas por eles para atingirem o objetivo e quais eram suas aspirações. Identificamos, por meio de entrevistas e principalmente pela análise dos documentos do processo de tombamento, quais foram os bens e valores elencados pelos diferentes agentes nesse processo, e quais foram efetivamente oficializados pelo IPHAN.

Houve diferenças quantitativas e qualitativas no reconhecimento de bens patrimoniais e na atribuição de valores. Por parte dos proponentes do tombamento, o conjunto de bens ia desde a paisagem natural até o casario, praças e ruas, ofícios e manifestações religiosa e cultural, e os valores eram de ordem histórica, econômica, espiritual, memorial e social. Destacamos o pioneirismo da comunidade e do poder municipal de Lençóis ao reconhecerem como bens, elementos de natureza imaterial. Também evidenciamos, nesse capítulo, que a expectativa de transformação de Lençóis em cidade turística estava explicitamente colocada: o registro como patrimônio estava colocado como modo de alcançar esse fim.

No **Capítulo 2**, identificamos uma série de fatores que causaram ressignificações

do patrimônio de Lençóis: os investimentos, por parte dos governos federal e estadual, em recuperação de imóveis na área tombada; as novas propostas de preservação do patrimônio natural; e as ações de desenvolvimento econômico da região pelo governo do estado: implantação do garimpo mecanizado, por um lado, e interiorização do turismo por outro, por meio de ampla divulgação, que atrelou a Lençóis novos conceitos, notadamente o de *ecoturismo* e destino de *turismo de aventura*.

Essas ações, juntamente com o tombamento, não aconteceram em modo de causa-efeito, mas se influenciaram mutuamente em um processo contínuo e acumulativo, causando ressignificações no patrimônio de Lençóis, enaltecendo alguns bens e fazendo emergir conflitos diante da ameaça de sobrevivência de outros.

Buscamos também, nesse capítulo, entender a relação do IPHAN com a comunidade local, por meio da análise de alguns documentos que revelam como ela se deu nas duas primeiras décadas de tombamento. Por meio deles, diferentes visões sobre patrimônio e sobre a sua condução emergem, ora mais condizentes com as demandas locais e com as novas orientações do órgão, sob a gestão de Aloísio Magalhães, ora como permanências do legado de Rodrigo Mello Franco de Andrade.

As diferentes atribuições de valores ficam explícitas também nos dois inventários realizados sobre Lençóis: o *Inventário de Proteção do acervo cultural: monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina* (IPAC-BA) desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico da Bahia (IPAC), sob a coordenação de Paulo Ormino de Azevedo (BAHIA, 1980), e o *Inventário dos imóveis do sítio urbano em processo de arruinamento*, desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Recomposição Ambiental (GERMEN), formado por estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e com apoio da Prefeitura de Lençóis (GRUPO DE ESTUDOS..., 1985).

Mostrar essa iniciativa (o Inventário do Grupo GERMEN), que se coloca como alternativa ao inventário oficial (o IPAC-BA) reforça dois argumentos: o de que há outros valores, diferentes dos reconhecidos oficialmente, e o de que como a historiografia influencia nos processos de ressignificação do patrimônio.

No final do capítulo 2, mostramos que há, por parte da população de Lençóis, uma constante reivindicação por mais participação nas decisões, e uma preocupação de perda da identidade e de “descaracterização cultural” como uma ameaça imposta pelo turismo. Esses conflitos são revelados, bem como as ressignificações causadas pela mudança de uma economia extrativista (garimpo) para uma terciária (turismo).

No **Capítulo 3**, identificamos os conflitos oriundos das obras implantadas pelo Programa Monumenta em Lençóis, e alguns conflitos mais recentes entre agentes locais que, embora não estejam diretamente ligados à gestão patrimonial em Lençóis, constituem dados importantes, na medida em que revelam omissões do IPHAN em relação a determinados aspectos da cultura.

O Regulamento Operativo do Programa Monumenta, ou seja, o documento que

definia suas bases junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), requeria a elaboração de sucessivos documentos, por meio dos quais se definia e acompanhava as ações do programa em cada município por ele contemplado. A análise desses documentos elaborados pelo Programa Monumenta para Lençóis – *Relatório da Oficina de Planejamento Participativo, Carta Consulta, Sumário Executivo do Projeto, Perfil do Projeto* e suas posteriores revisões – permitiu identificar o processo de escolha dos bens a receberem recursos e os valores que definiam essas escolhas.

Em um primeiro momento, nota-se a vontade de contemplar os mesmos valores atribuídos pela população, ignorados, até então, pelo IPHAN. Conforme o programa foi se delineando, as decisões foram se assemelhando cada vez mais à prática já consolidada, baseada na ausência de diálogo e na prevalência de entendimentos exclusivos dos técnicos, que exclui todas as nuances e envolvidos locais.

Mostramos também, nesse capítulo, duas ordens de conflitos que recentemente acontecerem na cidade: as disputas entre a população, mais especificamente a Sociedade União dos Mineiros (SUM), e o pároco local. Esses conflitos revelam disputas de poder para organização e controle da Festa de Senhor Bom Jesus dos Passos, e pelo uso de um espaço, o Teatro de Arena. A possibilidade da perda e da descaracterização cultural, por parte da população e da SUM, fez aflorar a necessidade de proteção de elementos da cultura imaterial. Buscamos evidenciar esse processo, identificando a postura do IPHAN diante dele.

No final do capítulo 3 traçamos algumas considerações sobre uma questão latente ao longo da pesquisa: o conceito de descaracterização, associado ao patrimônio e à cultura, que abriga interpretações distintas a dos técnicos, associada à materialidade, e a do senso comum, ligada aos aspectos mais abrangentes da noção de cultura.

Como a atribuição de valores passa pela categorização e escolha dos bens, preparamos sete apêndices que documentam em imagens quais foram os bens eleitos em algumas dessas fases por diferentes agentes. Estão assim numerados e nomeados:

Apêndice A: O tombamento proposto pelo grupo Movimento Comunidade Criatividade (MCC).

Apêndice B: O tombamento proposto por Fernando Machado Leal.

Apêndice C: Proteções incidentes em Lençóis.

Apêndice D: As obras contempladas pelo Programa de Cidades Históricas.

Apêndice E: Imóveis presentes no Inventário IPAC-BA.

Apêndice F: Parque Municipal da Muritiba – Serrano.

Apêndice G: O Programa Monumenta em Lençóis.

No Apêndice A, reproduzimos toda a documentação elaborada pelo grupo MCC, proponente do tombamento, ao solicitá-lo ao IPHAN. Uma vez que essa documentação não

está presente no processo de tombamento arquivado no IPHAN, por ser oriunda de material audiovisual, consideramos importante sua reprodução, para tornar pública essa ação pioneira dos membros da comunidade de Lençóis. Se confrontarmos as informações desse apêndice com os apêndices C e F, veremos que os bens naturais, elencados pelo MCC, mas não protegidos pelo tombamento do IPHAN, foram enquadrados posteriormente sob outras formas de proteção: pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, pela Área de Preservação Ambiental Marimbus-Iraquara, e pelo Parque Municipal da Muritiba.

No Apêndice B mostramos as imagens relativas à proposta de tombamento elaborada por Fernando Machado Leal. Este arquiteto foi contratado pelo IPHAN para executar uma pesquisa histórica e levantamento fotográfico de Lençóis que instruíram o processo de tombamento. Foi o único técnico que efetivamente esteve na cidade nesse período, e seu trabalho orientou a elaboração dos pareceres dos técnicos do IPHAN. Apesar de sua proposta não ter sido acatada pelos técnicos do IPHAN, observa-se que ela assemelha-se um pouco com os anseios do grupo proponente ao tombamento, atribuindo valores diversos, que não apenas arquitetônicos, e a bens representativos da cultura garimpeira, a exemplo da Casa de Lapidção.

No Apêndice C apresentamos um mapa com todas as proteções incidentes no município.

O Apêndice D traz as imagens dos imóveis contemplados pelo Programa de Cidades Históricas. Se compararmos com o Apêndice G, relativo às obras realizadas pelo Programa Monumenta, vemos que referem-se aos mesmos imóveis.

O Apêndice E reproduz imagem dos imóveis constantes no inventário do IPAC-BA (BAHIA, 1980). Se o confrontamos com o Apêndice G, podemos constatar que os imóveis elencados como possíveis de receberem recursos, na *Carta Consulta* (BRASIL, 2001b), são os mesmos imóveis constantes no inventário IPAC-BA. Com isso, vemos como esse trabalho foi inspirador de ações de preservação, consolidando uma visão sobre o patrimônio, dentre várias existentes.

No Apêndice F os bens naturais protegidos pelo Parque Municipal da Muritiba.

Por último, no Apêndice G, reproduzimos as imagens dos imóveis listados em três fases do Programa Monumenta: na *Carta Consulta* (BRASIL, 2001b), na *Revisão do Perfil do Projeto* (BRASIL, 2004) e as obras efetivamente realizadas. De um documento a outro, imóveis foram excluídos e outros foram acrescentados; inclusive novas construções foram contempladas, e não apenas intervenção em imóveis preexistentes. Essas mudanças refletem as alterações no próprio programa, que estão explicitadas no capítulo 3.

Finalmente, nas considerações finais, buscamos alinhar algumas questões importantes a respeito das limitações de uma gestão do patrimônio fechada ao diálogo, que relega os significados e demandas locais, bem como levantar a problemática da dissociação entre políticas de patrimônio e de planejamento urbano, apontando para a necessidade de criação de espaços partilhados de gestão e a divisão de responsabilidades entre as esferas de poder público entre si, e destes com a sociedade civil.

CAPÍTULO 1

De cidade inóspita a cidade
monumento

De cidade inóspita a cidade monumento

1.1. Apontamentos sobre a história e a cultura de Lençóis

A história de Lençóis é relativamente bem documentada, embora haja o predomínio de narrativas sobre o coronel Horácio de Mattos em detrimento de outras narrativas possíveis. No entanto, conforme vimos na introdução desse trabalho, há uma série de romances, estudos históricos e trabalhos acadêmicos que vêm sendo desenvolvidos e permitem um bom panorama.

Por esse motivo, não vamos reproduzir aqui todas essas narrativas. Elaboraremos apenas apontamentos que nos permitam situar para o leitor o nosso objeto de estudo no espaço e no tempo. Buscaremos também mostrar algumas nuances da cultura lençoense, bem como os aspectos da evolução urbana da sede do município.

1.1.1. Localização, formação urbana e caracterização da sociedade de Lençóis

Lençóis está localizada na Chapada Diamantina, porção central do estado da Bahia. O município conta com área de 1.277 km², a população em 2010 era de 10.368 habitantes (IBGE, 2010) e a estimada para 2014 de 11.340 (IBGE, 2015). Ocupa a 80^a posição, entre os municípios baianos, no ranking do Atlas do Desenvolvimento Humano segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (ATLAS, 2010). A economia está baseada nos serviços (76,5%), principalmente ligados ao turismo, seguido da indústria (12,3%) e agropecuária (11,2%) (IBGE, 2009).

O termo “Chapada Diamantina” serve para denominar tanto uma formação geológica quanto uma região econômica. Como formação geológica, faz parte da Cadeia do Espinhaço em seu prolongamento pelo Estado da Bahia, e abrange uma área de aproximadamente 38.000km². Como região econômica e administrativa, configura o Território de Identidade Chapada Diamantina, composto de 23 municípios.¹

¹ Compõem o Território de Identidade: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.

Figura 1. Mapa de localização dos municípios da Chapada Diamantina. Fonte: Elaborado a partir de SEI, 2010.

Norte e sul da Chapada Diamantina foram povoados predominantemente no século XVIII, em função da “corrida do ouro” para a região. São exemplos as cidades de Rio de Contas e Jacobina, esta última surgida como pouso de tropas, antes mesmo da exploração aurífera. Já a Serra do Sincorá teve um importante incremento populacional no século XIX², em função do ciclo econômico do diamante.

A ocorrência dessa pedra preciosa se dá principalmente na Serra do Sincorá, na porção leste da Chapada Diamantina, território que corresponde hoje aos municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí e Palmeiras. A esta região denominou-se Lavras Diamantinas. Os municípios vizinhos predominantemente agrícolas estavam associados às lavras por relações de abastecimento, sendo os principais produtores de alimentos para o grande contingente populacional da região. Segundo Senna (1998), eles se originaram de “frentes pioneiras de expansões agropastoris, oriundas do desdobramento de fazendas, passagens de gado e aguadas”³, a exemplo de Iraquara e Irecê.

A versão mais aceita sobre a descoberta da pedra na região é aquela que a atribui a José Pereira do Prado, em 1844. Prado explorava a região e foi do córrego Cumbucas, na atual Mucugê, que extraiu uma pedra de grande valor. Com a venda da pedra, o local foi divulgado, e iniciou-se a exploração, por parte de garimpeiros vindos de Minas Gerais, das regiões de Tijuco e Grão-Mogol.

O primeiro núcleo que se formou na região foi o de Santa Isabel do Paraguaçu (hoje Mucugê). Adentrando a Serra do Sincorá pelos córregos e rios, formaram-se, posteriormente, Xique-Xique (hoje Igatu), Andaraí e Lençóis. O território de todas essas cidades pertencia a Rio de Contas. O primeiro desmembramento deu origem à Santa Isabel do Paraguaçu, e a partir desse, formaram-se posteriormente Andaraí e Lençóis (este em 1856).

O pico populacional deu-se nesse ano, chegando a 58.800 pessoas em toda a região das Lavras Diamantinas. Conforme ressalta Nolasco (2002), há de se considerar que esse número não contabiliza a população de escravos, já que eram considerados bens dos donos das terras. Assim, a população seria muito maior que o mencionado. Conforme vemos nos gráficos da Figura 2, p. 68, elaborado pela autora, após a abolição da escravatura em 1888, a população de ex-escravos passa a ser recenseada, motivo pelo qual observa-se que, em meados da década de 1910, ela atingia quase 90.000 pessoas em toda a Chapada Diamantina, tendo chegado, em Lençóis, ao valor estipulado de aproximadamente 35.000 (NOLASCO, 2002, p. 86).

Apesar da descoberta de diamantes ter-se dado em Santa Isabel do Paraguaçu, a povoação de Lençóis destacou-se como principal centro produtivo e econômico da região, em função da quantidade e da qualidade das pedras. Em menos de meio século de existência (foi elevada à categoria de cidade em 1864), passou a contar, somente em sua sede, com 22.230 habitantes (Tabela 1, p. 64). Há autores que mencionam que no seu primeiro decênio, contado a partir de 1844,

2 É importante lembrar que a região foi habitada por índios cariri (PEREIRA, 1937). A área é rica em acervos de pintura rupestre. Ver, a este respeito, ETCHEVARNE, C. *Escrito na pedra: Cor, forma e movimento nos registros rupestres da Bahia*. Prêmio Clarival do Prado Valladares 2007. Fundação Odebrecht, Rio de Janeiro: Versail, 2007.

3 “As aguadas eram lugares de pouso de boiadas e boiadeiros, não formando rotas cruzadas como as passagens, mas sendo tão importantes como estas para formação e crescimento de povoados.” (SENNA, 1998, p. 50).

chegou a ter trinta mil habitantes (GANEM, 2001, p. 18; NOLASCO, 2002, p.86).

Tabela 1. Evolução da população de Lençóis 1872-2010

	1872	1892	1900	1920	1950	1970	1980	1990	2000	2010
Urbana	10.503	14.152	22.230		4.932	2.227	7.261	1.348	5.639	
Rural					4.964	2.874	2.302	3.410	5.251	
Total	24.913			7.789	9.896	5.101	9.563	4.758	10.890	10.368

Fonte: Tabela organizada pela autora a partir de Pereira (2002, p. 11); Araújo, Neves, Senna (2001, p. 137); Santos, (2006, p. 67); IBGE (1957, p. 4, 2010).

A supremacia de Lençóis em relação aos demais núcleos da região explica porque, em 1857, o governo transfere a Repartição Diamantina, criada em 1847 em Mucugê⁴ (então Santa Isabel do Paraguaçu) para Lençóis (GANEM, 2001, p.45-46).

Os primeiros exploradores eram aventureiros da região de Grão-Mogol. Aguiar (1888⁵ apud NOLASCO, 2001, p. 86) descreve que

Este garimpeiros têm as mais diversas origens sociais e estaduais, predominam mineiros (de Serro Frio e Diamantina) em busca de fugir do controle imposto pela Coroa e baianos do Recôncavo (fazendeiros de açúcar) não sendo incomum se ver, nas ruas, pessoas das mais diversas nacionalidades e bandeirantes paulistas.

Os primeiros exploradores se dedicavam à cata direta e venda do diamante em estado bruto. Logo se estabeleceram na cidade comerciantes ricos, vindos da zona do Recôncavo da Bahia, com seus escravos. Segundo Senna (1998, p. 45), esses pioneiros conseguiram competir, a princípio, com os senhores de escravos na posse de terras devolutas, das quais ambos iam se apossando.

É importante mencionar que a concessão de terras para exploração, pelo governo, se dava aos proprietários de escravos. Para se ganhar a concessão de uma empresa mineradora, era necessário ter no mínimo cem escravos. Isso explica porque essas terras que, originalmente eram da sesmária dos Guedes de Brito, puderam, em um primeiro momento, ser ocupadas por pequenos proprietários de escravos e até por quilombolas, mas depois ficaram concentradas nas mãos de pouquíssimas famílias (NEVES, 1998, p. 55). Por isso Senna (1998) menciona que os primeiros aventureiros conseguiram competir com os donos de escravos.

A figura do capangueiro⁶, o comerciante de pedras, que não estava ligado à disputa de propriedade e possuía alto potencial de mobilidade, surge tão logo aparecem os exploradores de diamantes. Pertencentes ao setor médio da sociedade, os primeiros capangueiros

4 A Repartição teria sido criada em 1843, mas instalada em Mucugê apenas em 1847, para garantir a cobrança de impostos sobre a exploração. Ganem menciona que o imposto cobrado sobre o diamante exportado era de 0,5% por oitava, passando depois a 3%, e sendo suspenso em 1858 (GANEM, 2001, p. 46).

5 AGUIAR, D. V. Descrições práticas da Província da Bahia. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra – MEC, 1979. 321 p. Primeira edição em 1888.

6 “Capangueiro: comerciante de diamantes. Tinha esse nome dado à capanga que levava os piquás (pequeno vaso feito de madeira, coco de dendê ou chifre onde se colocava o diamante para comercialização). Compra o diamante bruto ou lapidado e revende a ourives, joalheiros ou particulares. Antigamente vendia ao pedrista.” (SENNA, 1998, p. 45).

foram se enriquecendo, adquirindo casas de comércio de diamantes e tornaram-se, então, os negociantes de gabinete, denominados pedristas. Junto aos donos de garimpos, os pedristas compunham a “aristocracia do diamante”, o segmento mais alto da sociedade.

Segundo Senna (1998, p. 46),

o acúmulo de riquezas nas mãos desse grupo fechadíssimo dos pedristas, no que se refere ao comportamento societário, permitiu-lhes uma vida fabulosa, de luxo e ostentação, possivelmente chegando mesmo às raias do ridículo, ainda que consideremos os valores da época.

Na base da sociedade estavam os escravos (no período monárquico) e os garimpeiros livres ou ex-escravos, que detinham unicamente sua força de trabalho como meio de enriquecimento. Contudo, “esta meta só poderia ser alcançada mediante uma sorte extraordinária” e, mesmo que o garimpeiro livre achasse a grande pedra, “os acessos ao segmento mais alto não se abriam” (SENNA, 1998, p. 47). Por esse motivo, só lhe restava gastar sua fortuna advinda do bambúrrio⁷ em grandes farras, fazendas finas, bebidas e mulheres, “por necessidade de imitação dos salões dos pedristas” (SENNA, 1998, p. 48).

O segmento médio dessa sociedade era composto por trabalhadores livres, comerciantes, tropeiros, prostitutas, “por vezes proprietários de poucos escravos”. (TOLEDO, 2001, p. 25). Este autor esclarece que

a mobilidade do trabalho neste grupo é intensa: com gente chegando e partindo, garimpeiros virando comerciantes, tropeiros tornando-se garimpeiros, prostitutas tornando-se empresárias. Além disso, do *bamburro* – um achado de uma boa pedra – ao *infusamento* – insucesso repetido dos serviços – a mobilidade vertical no interior dessa camada média parece ter sido frenética. (TOLEDO, 2001, p. 26, *italico original*).

A presença de estrangeiros também foi uma constante: árabes, judeus e franceses, em geral comerciantes ou compradores de pedras. Dessa forma, a sociedade que ali se formava sempre contou com grande troca cultural e influências externas.

No segmento médio estavam também o capangueiro (em um segundo momento) e o mosquitador. Pedristas, capangueiros e mosquitadores são três tipos de comerciantes de pedras definidos de acordo com o tipo de venda e de diamante que comercializam. O pedrista está associado diretamente à exportação; o capangueiro era o comerciante de porte médio (comprava dos garimpeiros e vendia aos pedristas), e o mosquitador, de menor porte, comercializava pequenas pedras, conhecidas por *mosquitos*. Todas essas categorias podem ser chamadas apenas de capangueiros, por serem os primeiros compradores de diamantes das mãos dos garimpeiros.

Enquanto o pedrista ocupava o segmento mais alto da sociedade, junto com os donos de serra, os capangueiros e mosquiteiros tinham maior mobilidade. Pedristas e proprietários de terra geralmente possuíam ligações mais próximas que as puramente econômicas, sendo muitas vezes membros da mesma família, por consanguinidade ou por casamentos.

⁷ “Bambúrrio – achado de pedra de grande valor”. (SENNA, 1998, p. 47).

O auge da economia de diamantes das Lavras deu-se “no momento em que a exportação nacional de diamantes alcançou os 4,6% das exportações totais do país, em 1855” (TOLEDO, 2001, P. 25)⁸. A decadência se iniciaria poucos anos depois, com a primeira grande seca (1859-1862), acompanhada de epidemia de cólera e varíola, e que provocou o início da migração. A crise se intensificou com a descoberta de diamantes na África do Sul (1867)⁹, o que provocou a queda dos preços e a agravou.

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) partiram tropas de “Voluntários da Pátria” da Chapada Diamantina para lutar no conflito. Alguns dos componentes das tropas eram escravos, a exemplo de Dom Obá II d’África (Cândido da Fonseca Galvão), que recebeu, após a guerra, a condecoração de oficial honorário do Exército Brasileiro, por ato de bravura (SILVA, [2000?]).

A esse evento seguiram-se a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a descoberta de novas minas de diamantes em Salobro, na Bahia. Todos eles contribuíram ou para a migração, ou para a queda no preço dos diamantes.

Teodoro Sampaio notou essa decadência em viagem à Chapada Diamantina (1879-1880):

Por ocasião da nossa visita, porém, a mineração estava já em franca decadência. As lavras permaneciam abandonadas, e os lucros das que ainda se mantinham já não compensavam, muitas vezes, os esforços dos mineiros.

Os trabalhos agrícolas começavam a solicitar a atenção dos habitantes, já agora desengañados de que não podiam esperar mais nada da mineração. (SAMPAIO, 2002, p. 264).

A agricultura a que se refere Sampaio deu-se principalmente nas regiões de Andaraí, Mucugê e Caeté-Açu, povoado de Palmeiras que surgia nesse período. Nessas regiões, não raro os donos de terras possuíam propriedades com relevo e tipo de solo que permitissem a agricultura, e puderam transferir, assim, parte do contingente de mão de obra – os escravos – para a lavoura e pecuária, com a queda na produção de diamantes e a baixa nos preços. Isso permitia, também, a diversificação das atividades, mas também a liberação de trabalhadores da mineração para as roças de subsistências.

Essa transferência de trabalhadores para o setor agrícola permitiu a diminuição dos custos da mineração e, “ao contrário da história de riqueza e fausto que muitos descreveram, o que se vê é uma sociedade pobre, sem infra-estrutura de transportes, em uma província que vivia um período de decadência” (FALCÓN; DULTRA, 1978, p. 101-103 apud TOLEDO, 2001, p. 43-44). De qualquer forma, ao lado dos grandes donos de terra que puderam desenvolver uma pecuária extensiva, havia uma série de roças de subsistência, nas quais o garimpeiro, sendo meia-praça e, portanto, tendo certa liberdade de uso do seu tempo, poderia cultivar alguns produtos. Essas roças não eram totalmente autônomas e dependiam de relações comer-

8 O autor utiliza dados de FALCÓN, G. A. O.; DULTRA, C. M. M. *A inserção da Bahia na evolução nacional*. 1ª Etapa: 1850-1889. Salvador. Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. 1978. (Fundação de Pesquisas – CPE), p. 97.

9 Nolasco (2001, p. 88) fala em 1871-1872.

ciais, como a venda do excedente.¹⁰

Embora diversos autores, como Ronaldo Senna (1998), mencionem que a agricultura teria surgido como uma alternativa à mineração após a decadência, Carlos Almeida de Toledo (2001, p. 46-47) defende que as roças já existiam antes mesmo da exploração “oficial” do diamante, a partir de 1844. O autor levanta a hipótese de que Cazuzinha do Prado (José Pereira do Prado), a quem se deve a descoberta do diamante no córrego Cumbuca, em Mucugê, não estaria negociando farinha, e sim diamantes¹¹. Baseia-se no fato de que o a Chapada Velha, ao norte das Lavras Diamantinas, já vivia da mineração de diamantes, e havia sido povoada como uma expansão mineira de Diamantina (MG), e também nas evidências de quilombos e povoações de roceiros que existiam nas regiões de Andaraí e Lençóis (onde é atualmente o Remanso).

Nas duas décadas finais do século XIX descobriu-se o valor econômico de outra pedra na Chapada Diamantina, o carbonado¹². Por volta de 1860, conforme aponta Sales (1955¹³, p. 9), o carbonado começava a despertar interesse dos compradores estrangeiros. Essa pedra, preta, opaca e amorfa, tem dureza igual ou maior que o diamante e é empregada na indústria, principalmente para perfuração.

Por desconhecimento, os carbonados eram desprezados, ou confundidos com as *informações*¹⁴, quando encontrados entre os cascalhos¹⁵. Quando começa a procura por essas pedras, a partir do final da década de 1880, novo afluxo populacional ocorre nas Lavras Diamantinas, e inicia-se um período de alta na economia. O carbonado, conforme apontam diversos autores, é encontrado exclusivamente na Chapada Diamantina (SALES, 1955; SAMPAIO, 2002).

Embora o gráfico de Nolasco (Figura 2, p. 68) mostre que nas primeiras décadas de 1900 houve um decréscimo populacional, e outros autores apontem que nesta época o carbonado também estava em decadência, em Lençóis parece ter havido um surto econômico, pois são dessas décadas diversas melhorias urbanas e a modernização e construção de várias residências, conforme iremos tratar mais adiante.

10 Um dos moradores de Lençóis entrevistado afirmou que sua família tinha uma pequena roça nos arredores da cidade, onde plantava mandioca para produção de farinha, e outros gêneros, e criava alguns animais, além de possuir vasto pomar, fato bastante comum em Lençóis. O excedente da farinha era comercializado na feira semanal de Lençóis. Informação fornecida por Aqony José Santos Silva, em entrevista realizada em Lençóis em 11 de dezembro de 2014.

11 “Ao que se conta – e Gonçalo do Ataíde Pereira, historiador e cronista honestíssimo o confirma – viajando para Andaraí, a fim de efetuar compras de farinha ou estabelecer contacto com roceiros que a esse tempo já ali existiam, deparou aquele negociante o córrego que passa em Santa Isabel e vem desembocar no Rio Combucas, reconhecendo mais ou menos o mesmo cascalho que estava acostumado a ver em Chapada Velha... Tirando seis oitavas de diamantes grossos, um dos companheiros de Cazuzinha do Prado foi vende-las na Chapada Velha. Ali chegando, despertou suspeitas em um capangueiro, que o denunciou como provável assassino de algum comprador ou negociante de Minas, de viagem a Bahia. Para se defender, Pedro Ferreiro foi obrigado a revelar o lugar da descoberta dos diamantes ‘que produziram um verdadeiro alarme na Chapada Velha’” (MORAES, 1963, p. 12-13).

12 Também chamado de carbonato.

13 Publicado pela primeira vez em 1944.

14 Informações são diferentes tipos de pedra que denunciam ou apontam a presença de diamantes.

15 Cascalho: “nível de sedimentos grossos a conglomeráticos, em relação ao todo do depósito, objeto do garimpo.” (NOLASCO, 2002, *glossário*).

Quadro 8 - Variação de população ao longo do tempo por cidade, observe as variações quando das suas criações e, no geral da área estudada; com eventos históricos e naturais destacados, observe a clara relação entre os picos positivos e negativos de população e a história econômica mundial, apontando a força do diamante sobre o desenvolvimento da região. 1 - Mucugê, 2 - Lençóis, 3 - Andaraí, 4 - Palmeiras, 5 - População total e eventos importantes para o garimpo, que se repetem por cidade. Linhas interrompidas - curvas estipuladas, com base no contexto histórico.

Figura 2. Variação da população ao longo do tempo nas cidades da Chapada Diamantina. Fonte: Nolasco, 2002, p. 87.

Essa época – 1900 a 1930 – também foi o período em que o coronelismo esteve no seu auge, sendo o coronel mais conhecido, Horácio de Mattos. Após sua morte, em 1931, inicia-se um novo período de declínio, agravado pela seca de 1932. A industrialização do sul e sudeste do país, e a abertura da BR-116 atraem e possibilitam a migração para essas regiões.

Alguns autores, como Moraes (1963) e Chagas (1961), atribuem o abandono e declínio da região das Lavras Diamantinas à morte do coronel Horácio de Mattos. Walfrido Moraes cita e endossa um trecho do discurso de Alberto Moraes, feito por ocasião do sepultamento de Horácio de Mattos, que dá essa dimensão:

Com o teu desaparecimento o sertão está órfão. Quem nos poderá guiar de agora por diante, para a paz ou para a guerra? [...] Quem terá condições para substituir-te, e levar-nos, com a mesma bravura e com a mesma serenidade à busca das nossas sagradas reivindicações de homens livres? [...] Quem, como tu, nos poderá ensinar a corrigir as injustiças sociais e gritar contra a indiferença dos governos? [...] (MORAES, 1963).

Essa postura foi veiculada pelo principal semanário de Lençóis, o jornal *O Sertão*, em 24 de maio de 1931 (*O POVO...*, 1931) (Figura 3). Há de se lembrar, contudo, que este veículo de informação foi fundado por Horácio de Mattos. No cabeçalho das edições, lê-se: “Propriedade de Mattos & Queiróz”. O semanário se apresentava como “Hebdomadário independente e defensor dos interesses do sertão”.¹⁶

Figura 3. Jornal *O Sertão* anunciando o assassinato do coronel Horácio de Mattos. Fonte: *O povo...*, 1931, p. 1.

¹⁶ O jornal ficou algumas épocas sem circulação. Foi adquirido em 1941 por Olympio Barbosa (PALMILHANDO..., 1941, p. 1) e em 1948 por “Ganem e irmão” (A IMPRENSA..., 1948, p.1).

A família e os simpatizantes de Horácio de Mattos logo tomaram medidas para perpetuar sua memória. Em 7 de junho de 1931, o jornal *O Sertão* trazia estampada na primeira página a pergunta: “Qual será a melhor forma de o Município de Lenções homenagear de modo indelével a sua memória?” (1931). O número de 21 de junho do mesmo ano trazia a sugestão de Octaviano Alves de mudar o nome da principal praça da cidade, a Praça do Mercado (antigamente denominada Praça do Commercio), para Praça Horácio de Mattos (CARTA..., 1931, p. 1). Em julho, o prefeito Isaac Benjamim de Viveiros, por meio do “Acto n. 8”, mudava o nome da Praça do Mercado para Praça Horácio Mattos, “como homenagem á sua memoria”, “tendo em vista que o Cel. Horácio de Mattos exerceu diversos cargos publicos, entre os quaes o de Prefeito deste Municipio” (HORÁCIO..., 1931, p. 1). (Figura 4)

Figura 4. Anúncio de mudança de nome da Praça do Mercado para Praça Horácio de Mattos. Fonte: Horácio..., 1931, p. 1.

Em 1932, Olympio Barbosa divulgava “A Miséria nas Lavras” por meio de carta enviada ao jornal *A Tarde*. Barbosa explicava que os dois produtos que movimentavam toda a economia nessa região eram o diamante e o carbonado. Além do baixo valor dessas pedras nos últimos anos, o carbonado estava, naquele momento, sem procura nenhuma. Diversos garimpeiros (donos de garimpo) haviam acumulado carbonados esperando maior preço. Finda a procura, não tinham como se sustentar, e o baixo valor dos diamantes não aliviava a crise:

O pequeno commercio de diamantes, que ainda se faz, é somente um paliativo, mas um paliativo que pouco vale, porque os garimpeiros que restam, depois das constantes emigrações sem destino, não podendo fazer o “sacco” (provisão semanal de alimentos), não podem ir para os garimpos, geralmente nas serras, e ficam nos povoados e Cidades a implorar migalhas daquelles que elles supõem poderem servir-lhes,

mas que, na maioria, estão na mesma ou quasi na mesma condição de necessitados. (A MISÉRIA..., 1932, p. 1).

A tudo isso se somava a seca, que tinha “estorricado e extinguido a pequena lavoura das visinhanças, como as longinquas” (A MISÉRIA..., 1932, p. 1). O quadro pintado por Barbosa era de desolação e fome.

A carta, que havia sido dirigida à redação do jornal *A Tarde*, evocava o interventor federal na Bahia, Juracy Magalhães, que havia visitado Lençóis meses antes e visto, ele mesmo, a miséria e situação de indulgência na qual se encontrava a cidade.

Essa situação melhorou dois anos depois. Em 1934, chegava-se a chamar a cidade de “A phenix das Lavras”:

Como seu povo em geral vive exclusivamente do diamante e do carbonato, quando estes cáem de preços e desmerecem da procura, Lenções passa a sofrer.

Si então sobrevem outras causas de caracter geral, como a deficiência de chuvas, mal que o interior do nosso Estado, às vêzes, padece quase como o Nordeste do Paiz, e as consequentes carestias e falta de víveres, como que Lenções constróe a fogueira (não perfumada e é só nisto que está a diferença), sim constróe a fogueira em que se consome, para, das proprias cinzas renascer. (A PHENIX..., 1934, p. 1).

O artigo afirmava que três fatores teriam modificado o estado de penúria de dois anos antes: as chuvas de 1933, uma “pequena melhoria nos preços e na procura” de diamantes e carbonados, e a abertura da “estrada de rodagem Lenções a Andarahy” (A PHENIX..., 1934, p. 1). Conforme descreve, a cidade experimenta uma onda de imigração, com o regresso dos “naturaes que tinham emigrado” e chegada de gente nova. A cidade, que estava com mais de dois terços de suas casas desocupadas, mostrava-se “apreciavelmente densa, parecendo que muita gente ressurgiu entre as pedras” (A PHENIX..., 1934, p. 1).

Em 1938 começa a perceber-se nova crise; desse ano até 1940 o jornal *O Sertão* noticia constantemente a situação de pobreza das lavras. No entanto, com o ano de 1941 se inicia um novo ciclo de melhoramentos urbanos que demonstram, novamente, um sutil aquecimento da economia.

Essas pequenas variações na economia não escondiam, entretanto, a decadência, que foi constante até a década de 1970. Nesse ano, a população de Lençóis se restringe a pouco mais de 2000 habitantes na sua sede (Tabela 1, p. 64). Um registro fotográfico elaborado em 1971 por Steve Horman (Apêndice A, p. 415) mostra a situação de ruína de muitos imóveis.

Cada vez mais se pensava em alternativas para salvar as Lavras. Em 1938, fala-se da criação do Instituto do Carbonado em Lençóis, aos moldes do “Instituto do Cacau”, que serviria para controlar os preços da pedra no mercado (FELIPPI, 1938). Em 1948 se empreendia uma forte “campanha da lavoura [...] considerada por todos os lavristas como único meio de salvação do nosso comércio agonizante”. A matéria afirmava que não se tratava “de abandonar os garimpos, mas de incrementar e desenvolver a lavoura como meio de salvação” (SOMENTE..., 1948). Falava-se, inclusive, do emprego de mão de obra estrangeira:

Principiam a morrer as cidades das Lavras Diamantinas

Não tenhamos ilusões. Outro dia escrevemos — assistindo a decadência em que vão as localidades das Lavras Diamantinas, fazendo uma distinção quanto a Seabra e Andaraí, em cujos Municípios há um tanto de vida agrícola e pastoril, o que, aliás, não as salva de irem de roldão com as outras, que também arrastam Piatã e Ibitiara.

Sim, porque, entrelaçadas por hábitos e relações comerciais e sociais, perambulam ou trocam umas as particularidades do bem-estar e de aperturas.

De fato, a abastança que pôde ter Seabra ou qualquer localidade próxima, decorrente de sua atividade agrícola ou pastoril, fica sufocada pela pobreza das localidades com as quais negociam seus produtos, pois é crucial que o produtor se resista a qualquer que assobieira o contumidor de seus produtos.

Deste jeito, a decadência de umas contagia às outras, ficando toda a região envolta na mesma onda de marasmo causada pelo queixoso engolimento das jazidas de diamantes e consequente esvaziamento do braço laborador, que, como remanescente de uma raça que estava habituada a lutar contra a pedreira rígida e as vezes homicida, emigra para as terras do Sul do País onde as fontes de vida são mais multiplicadas e mais convidativas.

Isso cria para uma certa parte do nosso hinterland, notadamente a circumscrita aos Municípios de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Seabra, Piatã e Ibitiara, uma situação especial de quase calamidade, e, portanto, digna da concessão dos poderes públicos, não só para o efeito de favores de ordem geral em bem das coletividades, como em matéria fiscal, sem o que cada uma de tais localidades será, dentro de algum tempo, apenas um peque-

no amontoado de ruínas.

Não vão aqui expostas armadas para alarmar, mas expressões de realidades palpáveis. E todos os Departamentos da pública administração do Estado tem testes — para confirmação do que ali vai dito.

Urge que os poderes estaduais arranjem para a mencionada região, um regime fiscal si não definitivo, pelo menos de emergência, que, aliviando com a redução de impostos e taxas, permita que o comércio, a lavoura e a indústria possam ir se arrastando a serviço da economia geral.

O critério de redução de certos impostos em determinadas zonas acossadas de deficiências de vida, já é capítulo de leis fiscais do Estado. Isto se dá, por exemplo, na faixa territorial ao lado esquerdo do Rio de São Francisco para as extremas dos Estados de Piauí e Goiás.

Baseado neste precedente equitativo e razoável, os poderes do Estado, si quiserem proporcionar um pequeno alento à região diamantina e ao seu sertão imediato, cuidem de estabelecer normas que ali diminuam de uma justa percentagem alguns impostos, como, por exemplo, de indústrias e profissões, o territorial, o que grava à produção e os das feiras livres.

Favorecidas as classes que são incursas nesses impostos, o benefício, por injunções de economia geral, redundará em prol da coletividade toda, do mesmo modo como a produção de uma classe se reflete em benefício de outras da mesma região.

Ahi está o alvitre que, caso não seja digno de exame, poderá provocar outro mais aceitável, na mesma intenção, o que também será.

Lençóis, Setembro, 1948.

Olympio Antonio Barbosa

Membro da A. B. I.

CORREIO DE SEABRA

FALTA DE EDUCAÇÃO E
SAÚDE

Não queremos aboridar aqui o que nos vai no momento ou de há muito tempo, pelas zonas rurais e, até pelas nossas vilas e cidades, quanto a falta de escolas e organização de ensino nas escolas existentes; quanto ao custo dos remédios, quanto ao desenvolvimento alarmante da bubônica e da varíola, quanto a desenvoltura de sarampos e de escarlatinas, em coerência com o título acima.

A coerência é dos títulos e dos acontecimentos.

Falta de Educação e Saúde é a falta absoluta daquele retângulozinho de papel vermelho, daquele intrometidosinho e cabuloso sinal de taxa, que o fisco nacional nos põe, obrigatoriamente e sem remissão, por baixo de todos os termos e firmas. Até agora eram os selos grandes que faltavam. Os escravos, os tabelães e particulares, tinham até um recurso bonito para remediar a falta: bordavam os livros e os escritos com a minúscula existente nas coletoiras e ficava cada beleza de documento que era um encanto mostrar às partes. Agora nem boniteza nem nada, porque o diabinho do selo de educação, que era a tinta melhor para um enfeite, desapareceu do mercado e fugiu do campo, sem esperança de comparecer ao céu com a sua encarnadinha presença.

Os coletores não pedem o tal, antes que o tal se esgote e o correio, de ida e vinda, tem anos a gastar.

So tem um jeito que é o de se pagar multa por falta de selos e esperar que este Brasil se concerte.

D' "O Correspondente"

Loja "Amor e Luz 3a."

N.º 12 da Seren. Or. Loj. Simb. da Bahia.

De ordem do Ven.º Mestr.º, convido aos MM.ºs regulares e aos dignos O.ºs do Quad.º para a Sess.º Mag.º de Inic.º que realizará esta Loj.º no dia 19 Setembro do ano em curso, às 20 horas, no lugar do costume. Or.º de Lençóis, Estado da Bahia, 29 de Agosto de 1948 — (E.º V.º) O Secr.º.

Pague a sua assinatura para continuar a receber este semanário.

Esportes

Em nossa crônica de hoje não vamos comentar resultados de jogos realizados, como o fazemos toda semana, após, as partidas, mas, com certo pesar, dizer algumas palavras sobre a maneira lastimosa, incorrigível, imperdoável, com que alguns jogadores se voltam em campo, durante o correr dos prelhos, desrespeitando, sistematicamente, a autoridade dos árbitros, discutindo ruidosamente com seus adversários, retirando-se de campo antes da hora regulamentar, procurando, deste modo, sublevar os quadros, compeirados de que são donos do futebol e convencidos de que as novas regras cairam do céu por descuido, exclusivamente para eles, e chegam a si gabar, aos quatro ventos, de que só eles sabem regras de futebol, como se isto fosse privilégio deles, o que não é, com toda certeza, a verdade, pois as regras primordiais para a prática dos esportes, residem na cortesia, na educação, no cavalheirismo e não na sublevação, na desordem, e no desrespeito.

Assim, pois, estes amotinadores de campo de futebol nada mais fazem senão mostrar do quanto são dotados em matéria de educação esportiva, provando que não sabem nem uma coisa e nem outra, isto é, não sabem regras de futebol, nem sabem se conduzir socialmente. É lamentável isto, mas, infelizmente, é a verdade e não é possível que nós nos deixemos encerrar dentro deste círculo de vícios intoleráveis, quedos, à mercê desses figurões reacionários, que estão sempre a motivar discórdias, semeando tempestades por intermédio de seus atos de desatinos em campo, generalizando, deste modo, um mal contagioso para a assistência que, de há muito, vem copiando fielmente os mesmos erros e costumes estrambóticos, como sejam as invasões da cancha e outros. Para que haja uma invasão total do campo, é bastante o árbitro chamar a atenção ou censurar a atuação deste ou daquele jogador, para logo os medalhões arbitrários se manifestarem em demonstrações espetaculosas, protestando e gesticulando em altas vozes, meramente por exibicionismo, secundados pela assistência que, nesse momento, rompe para dentro da cancha, intrometendo-se em incidentes que são ao juiz de campo compete solucionar. É um costume horrível, que precisa ser combatido, corrigido e condenado, com energia, pelos dirigentes dos Clubes, pois, se assim não acontecer, estaremos estrangulando, sem piedade, as verdadeiras finalidades do esporte, entre nós, que é o desenvolvimento físico. E para se desenvolver fisicamente por intermédio do esporte, é necessário, é essencial o amparo dos bons princípios morais e sociais.

JU

Camara Municipal de Lençóis

A' hora regimental, com a presença de seis Vereadores, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Lida a ata da sessão anterior foi aprovada.

EXPEDIENTE
Ofício N.º 65 — Do Sr. Prefeito Municipal, trazendo ao conhecimento da Casa, as medidas tomadas junto à Empresa Hidro-Eletrica desta cidade, e a transcrição do ofício da referida Empresa dirigido à Prefeitura. Despacho — Comunique-se à Casa.

Ofício do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando à Câmara, a 1.ª Via do Projeto da Lei de Orçamento do Município, para o exercício de 1949.
Ofício N.º 73 — Do Sr. Prefeito Municipal, solicitando a devolução do Projeto da Lei Orçamentária do Município, a esta Câmara encaminhado, a fim de observar o art. 8.º, letra a, da lei Federal n.º 302.

Despacho — Atenda-se.
ORDEN DO DIA
Discussão do Ofício n.º 65 do Sr. Prefeito Municipal, e da transcrição do ofício da Empresa.

Uzo da palavra o Vereador Jorge Filippi, que fazendo apreciação sobre a linguagem do ofício da Empresa, quanto a ultima resolução desta Casa, julgou-a estranha e solicitou que não se atendessem como justificativas as alegações da dita Empresa, por não constituírem as mesmas motivo de força maior, e sendo assim, que se autorizasse por ofício ao Sr. Prefeito, para que fossem aplicadas a mencionada Empresa, as multas das cláusulas 5.ª a 13.ª em caso da falta de observância das mesmas, conforme contrato assinado pelas partes. Submetida à votação, foi aprovada pela Casa.

Parer n.º 2 da Comissão Especial, para estudar o caso da criação de animaes soltos nos Distritos e Povoados deste Município. Despacho — Comunique-se à Casa.

E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a sessão.

Octaviano Alves

Diamantes e Carbonados

Compra, venda e exportação

SALVADOR

LENÇÓIS

Praça Duque de Caxias n.º 17 — Praça Horácio Matos a/1

Endereço Telegrafico: "OCTALVES"

Figura 6. Campanha em prol da agropecuária no jornal *O Sertão*. Fonte: Somente..., 1948, p. 1.

Figura 7. Campanha em prol da agropecuária no jornal *O Sertão*. Fonte: Poderemos..., 1948, p.1.

Figura 8. Matéria no jornal *O Sertão* defendendo a agricultura como forma de reerguer a economia das Lavras Diamantinas. Fonte: Assistiremos..., 1948, p. 1.

Figura 9. Matéria no jornal *O Sertão* defendendo a implantação da agricultura nas Lavras. Fonte: O nosso..., 1948, p.4.

Creio que o garimpeiro, devidamente instruído, se adaptará perfeitamente à lavoura, pois são homens afeitos a qualquer sistema de vida que se lhes impõe. Todavia, é necessária a colonização: é preciso que se conte com o elemento estrangeiro, não somente para possibilitar o desenvolvimento da agricultura em nossa região, como, também, servir de exemplo ao próprio garimpeiro que não se preocupa com a lavoura por inexperiência e porque supõe que esta não lhe proporcionaria riqueza mais fácil que o garimpo. (SOMENTE..., 1948).

Nos anos 1950 e 1960, o problema da emigração parecia ser o mais iminente, e discutia-se medidas de fixação do homem à terra. O deputado estadual Octaviano Alves, natural de Lençóis, elaborou um projeto de lei de desapropriação das minas, para que os garimpeiros pudessem trabalhar livremente e assim, fixar-se na terra. Era um projeto de recuperação econômica e social das lavras (DESAPROPRIAÇÃO..., 1950). (Figura 10, p. 75)

Também são da década de 1960 os primeiros esforços para implantação do turismo na cidade, que seriam intensificados na década de 1971, pela proposição do tombamento da cidade como patrimônio nacional, conforme veremos no item 1.2, p. 89.

1.1.2. Relações de trabalho

Nas Lavras Diamantinas desenvolveram-se relações de trabalho muito peculiares. Ronaldo Senna (1998) e Carlos Almeida de Toledo (2001) explicam bem essas relações. Ambos concordam que “o comércio de diamantes era uma das vias mais importantes de enriquecimento na gênese das classes sociais” (TOLEDO, 2001, p. 29), mas Toledo entende que ele fazia parte de uma complexa rede de relações.

Os proprietários de terra podiam ou não explorar diamantes em suas serras. Eventualmente, essas propriedades eram arrendadas para *donos de garimpos*. São conhecidos como *donos de serra* tanto os proprietários que exploravam seus terrenos quanto os arrendatários. A denominação *donos de serra* era dada, portanto, àqueles que exploravam diamantes nas serras, independentemente de serem os proprietários ou não das terras.

Apenas os donos de serra que de fato eram proprietários de terras empregavam garimpeiros diaristas no trabalho, além dos escravos, mas esta relação não era muito comum. Os donos de garimpo, ou donos de serra que eram arrendatários, pagavam ao dono da terra uma porcentagem preestabelecida, uma subdivisão do *quinto*, calculado sobre o preço pago pelo capangueiro ou outro comprador.

O *quinto* também era a parte que os garimpeiros não diaristas deveriam pagar ao dono do garimpo pelas pedras encontradas. Essas pedras eram sempre vendidas aos capangueiros ou aos mosquitadores. O garimpeiro não tinha como evitar esse intermediador, que o atrelava também ao pagamento do quinto. Apenas os mosquitadores representavam uma oportunidade concreta de ilegalidade e não pagamento do quinto, pois, como as pedras comercializadas eram pequenas, eventualmente poderia se “omitir” ao dono do garimpo o achado de algumas delas.

Essa relação de trabalho sugere, a princípio, certa liberdade dos garimpeiros em

DESAPROPRIAÇÃO DAS MINAS

Importante Projeto apresentado à Câmara Legislativa pelo Deputado Octaviano Alves

Importante projeto acaba de ser lançado à Câmara Legislativa do Estado, pelo Deputado Octaviano Alves, sobre a desapropriação das minas de diamantes, projeto este que passamos a publicar, na íntegra. De nossa parte só temos que felicitar o ilustre representante do povo lavrista, tanto mais que a desapropriação das minas já foi alvo das nossas comentários, numa campanha de recuperação econômica das Lavras Diamantinas, iniciada com uma entrevista do Dr. José Ganem, vereador em Andaraí. De um artigo publicado pela Redação deste semanário em torno de uma sessão realizada na sede da União dos Mineiros, nesta Cidade, destacamos, para efeito desta nota com que apresentamos o Projeto do Deputado Octaviano Alves, o seguinte trecho:

«Falou», claramente, na desapropriação das minas e com tanto vigor que somente aos simplórios poderá parecer, agora, irrealizada a reivindicação dos nossos principais trabalhadores.

De nossa parte, que tanto nos batemos em defesa dos interesses do nosso povo, sentimos o prazer da vitória, pois, quem leu «O Sertão», há de haver despertado, em alguns dos seus números anteriores, o mais amplo e desasombroso comentário sobre a matéria, sendo que a iniciativa política é incontestável em que o Dr. José Ganem rompeu o voo dos interesses pessoais, para se colocar ao lado do garimpeiro e do pequeno empreendedor. Portanto, sem que haja nisso a menor parcela de vaidade, cabe-nos a primazia da campanha recetiva que, em todos os sentidos, só tem de beneficiar a nossa pobre gente».

O PROJETO

«Secundando o projeto que foi apresentado logo ao início da Legislatura atual, mandando o Estado executar um plano de aproveitamento do Vale do Rio Utinga, um novo projeto de interesse da zona das Lavras foi então, apresentado na Assembleia Estadual pelo sr. Octaviano Alves, autor daquela outra proposta, hoje transformada em lei, e que foi o projeto número 1, da legislatura ordinária. Trata-se de uma iniciativa que vinha sendo de há muito reclamada, conforme acentuou o seu autor e depois foi confirmada pelo sr. Souto Soares, em discurso espontâneo, visando beneficiar a região do garimpo, de onde o Estado retira bons proventos para a sua economia. O sr. Octaviano Alves, aliás, acentuou que o seu projeto não visa interesses políticos, mesmo porque ele não é candidato a nenhuma outra posse eletiva e teve boa acolhida no legislativo, a exemplo dos dois outros anteriores apresentados pelo mesmo deputado ao seio do Vale do Utinga e o projeto que manda aplicar a taxa de selo judiciário em edifícios para a justiça no interior do Estado.

DECADÊNCIA ECONÔMICA DAS LAVRAS

Na sua justificativa acentuou o sr. Octaviano Alves: — «Não há região, hoje, mais desamparada, no Estado do que a das Lavras Diamantinas. Enquanto o São Francisco é objeto de merecida atenção, o Sul, e especialmente a zona caucana, conhece a prosperi-

Dep. Octaviano Alves

dade, e mesmo o Nordeste sente pulsar uma esperança desconhecida na sua história, com o plano de aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso, a região das Lavras mergulha, cada vez mais, numa decadência econômica e social tanto mais dolorosa quanto mais contrastante com o quadro de opulência e prosperidade que ostentou no passado.

Uma pequena estatística da produção de diamantes e carbonatos no último decênio, ilustra, tristemente, essa situação de declínio.

Morro do Pai Inácio — magestosa penha, figura de um castelo fantástico. Uma das belezas naturais das Lavras Diamantinas

ANO	QUILATOS	VALOR
1939	69.219	9.335.000,00
1940	57.392	14.406.000,00
1941	72.196	24.078.000,00
1942	55.536	21.022.945,00
1943	52.019	22.019.892,00
1944	46.751	23.214.280,00
1945	41.143	23.811.524,00
1946	37.693	21.986.538,00
1947	46.891	14.574.811,00
1948	43.482	13.233.085,00
1949	21.215	8.508.357,00

A SITUAÇÃO DOS GARIMPEIROS

Não menos lastimável é a situação da classe dos garimpeiros, que, não sendo sindicalizada e não tendo o amparo das leis trabalhistas, vive à mercê da sorte ou da benevolência que é propiã do povo daquela região. As leis de minas e de garimpagem, embora tenham procurado minorar os seus males não alcançam resolver os problemas desses trabalhadores.

Se há proprietários liberais, dispostos a um tratamento equânime e mesmo encorajador do espírito de trabalho e empresa dos garimpeiros, não menos verdade é que a maioria dos donos das terras leva a parte de leão no esforço dessa gente humilde, juntando-a a uma situação de dependência servil. Não satisfeitos com receber um quinto do valor dos diamantes encontrados, impõem esses proprietários o preço de venda que lhes convém como compradores em condições privilegiadas em face dos seus concorrentes, quando não exigem participar como sócio no «cascalho» descoberto.

Essa conduta dos proprietários, além dos prejuízos diretos aos garimpeiros, contribui para tornar, por outro lado, ainda mais di-

ficil a vida destes, desanimando-lhes os seus fornecedores. Com efeito, trabalha o garimpeiro, comumente, em regime de parceria — «solta praça», como se diz no uso local — dando-lhe o sócio ou fornecedor, semanalmente, certa quantia para as suas despesas. Em face, porém, das exigências desrazoáveis dos donos das terras, retraem-se os fornecedores, e o garimpeiro, privado de recursos milhãres desses cavadores de pedras preciosas.

O DRAMA DAS LAVRAS

A região vê-se, em consequência disso, sangrada não só nas suas fontes de rendas, como em recursos humanos, pois levas e levas de homens fortes e capazes deixam aquela zona e quicá o Estado, lavando o seu conceito inestimável para fazer a riqueza de outras plagas mais felizes.

Eis aí, em traços ligeiros, o drama das Lavras Diamantinas, para cujo alívio esperamos contar com o espírito esclarecido e patriótico dos nossos colegas, indo ao encontro — estamos certos — da reconhecida boa vontade do sr. Governador do Estado para com aquela região, expressa em compromisso na sua campanha eleitoral e reiterada, várias vezes, ao primeiro signatário deste projeto.

Registre-se, ainda como consideração final, que o projeto além de procurar libertar o minerador do nosso Estado, fixá-lo ao solo, resolvendo o problema social e econômico de uma região, significará uma aplicação produtiva dos dinheiros públicos,

possibilitando uma compensação direta ao Erário pelo aumento da produção mineral, com os efeitos correlatos no desenvolvimento do comércio, da lavoura e da indústria».

O TEXTO DO PROJETO

É o seguinte o texto do projeto ontem apresentado.

«Art. 1º — No interesse social de amparo aos trabalhadores do garimpo, ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação as terras onde existem, comprovadamente, minas ou jazidas de diamantes e carbonados, no Estado da Bahia.

Art. 2º — As terras diamantíferas do Estado não poderão ser objeto de alienação a particulares, e serão destinadas, juntamente com as desapropriadas por força desta lei, ao livre exercício da garimpagem, nos termos da regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, obedecidos os preceitos da legislação federal alinente à matéria.

Art. 3º — Para efetivar as desapropriações previstas nesta lei fica o Poder Executivo autorizado a utilizar-se das apólices de «Fomento Econômico» até o limite de dez milhões de cruzados (Cr.\$ 10.000.000,00), podendo também abrir um ou mais créditos especiais até o mesmo limite, com qualquer dos recursos referidos no art. 6º da lei nº 75, de 27 de julho de 1948.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1950.

«Transcrito do REGISTRO DA BAHIA»

trabalharem nos garimpos que escolhessem e venderem os diamantes encontrados ao capangueiro que quisessem – pagando o quinto, obviamente, ao dono do garimpo ou dono da serra. No entanto, uma relação que se estabeleceu – o do fornecimento – fazia com que o garimpeiro ficasse “cativo” do dono do garimpo, quando este era também o seu *fornecedor*. E essa era a situação mais comum.

O fornecedor é uma espécie de empresário do garimpeiro. Por meio de acordo verbal, ele se compromete a pagar uma quantia semanal ao garimpeiro, quer ele *bamburre* (encontre boas pedras) ou *infuse* (encontre apenas pedras de baixo valor ou nenhuma pedra). Quando o garimpeiro encontra pedras, ele as repassa ao fornecedor. Após extraído o quinto, de direito do dono de serra, e efetuada a venda das pedras, o valor é dividido ao meio entre o fornecedor e o garimpeiro que, neste caso, é chamado de *meia-praça* (que recebe metade do valor de uma praça, ou seja, uma venda de diamante).

O quinto nem sempre correspondia a 20%, podendo ser 10% ou 15%. Ronaldo Senna aponta que

Durante o século XIX até aproximadamente 1930 era comum a equivalência aos 20%, ficando então a denominação até hoje, quando praticamente não mais se usa esse percentual rígido. A diferença entre os 10% e os 15% reside no fato de os garimpos poderem ser “secos” ou “molhados”, isto é, aqueles em que os garimpeiros têm de deslocar água até eles (secos) ou a água já ali se encontra (molhados). (SENNA, 1998, p. 54).

O autor aponta que existiam outras relações além do meia-praça, como o “quarto”, que ocorria em três situações: 1) quando o garimpeiro possuía dois fornecedores (que dividiam a metade da venda por dois), 2) quando dois fornecedores supriam garimpeiros diversos (esses garimpeiros recebiam metade da venda e os fornecedores um quarto cada um), 3) O fornecedor fornece ao garimpeiro apenas metade da quantia semanal, recebendo assim um quarto da venda e o garimpeiro, três quartos. Segundo Senna (1998, p. 55), essa relação facilitava ao garimpeiro ter mais de um fornecedor.

A relação entre garimpeiros e capangueiros era estritamente comercial, mas a estabelecida entre garimpeiros e fornecedores era “profundamente desconcertante”, nas palavras de Ronaldo Senna (1998, p. 55):

Em virtude das quantias irrisórias, tidas como irreais em outros agrupamentos e comunidades, mesmo na sociedade local não diretamente vinculada ao garimpo, este processo enquadra-se como economicamente excepcional. Defendem-se, no entanto, graças às roças que margeiam os garimpos e de onde o garimpeiro tira parte da sua subsistência dentro de um processo de trocas contínuas com outros garimpeiros sendo, desta forma, um integrante de um sistema “forçado” de escambo, embora ainda insuficiente para sua manutenção.

Isso ocorria porque os fornecedores dos meias-praças exigiam ser os compradores das pedras, e eram, também, os donos de garimpo, o que lhes conferia “vantagem nada desprezível” no acúmulo de riquezas (TOLEDO, 2001, p. 30). Para ilustrar essa relação e a primazia do dono de garimpo sobre a compra do diamante encontrado pelo garimpeiro, Carlos Toledo

cita uma passagem do livro *Cascalho*, de Herberto Sales, que iremos reproduzir aqui. Trata-se de uma cena de comercialização de um carbonado, na qual o garimpeiro Neco negocia com seu fornecedor, seu Teotônio, a venda da pedra, sugerindo que se corra a praça para apurar o seu preço. O diálogo que se instaura é o seguinte:

– Correr a praça? Você se esquece que trabalha na minha serra? – Ao proferir as últimas palavras sentiu a necessidade imperiosa de repeti-las: elas tornavam mais convicto o seu tom desabrido. – Em minha serra? – continuou. – Então você acha que vou consentir que diamante ou carbonato saído em minha serra vá parar nas mãos de outro comprador?

Filó¹⁷ interferiu: não compreendia como Neco tinha feito uma pergunta tão estúpida.

– Veja se o senhor pode dar mais alguma coisa – disse.

Mas o capangueiro prosseguiu:

– É por essas e outras que eu estou suspendendo muitos garimpeiros que trabalham em minha serra. Nem todos sabem cumprir com sua obrigação.

– Eu falei por falar... – explicou Neco.

– Pois andou muito mal – observou Seu Teotônio – Além de dono da serra, eu sou o único fornecedor da sociedade, pois a outra meia-praça é minha mulher; sou o patrão. Tenho preferência sobre o carbonato, e essa preferência só Deus me tira.

– Sei disso... – murmurou ainda Neco. (SALES, 1951, p. 236).

Vale mencionar também que o fornecimento nem sempre se dava em dinheiro, sendo muitas vezes feito em víveres: os suprimentos que o garimpeiro iria usar na serra durante sua semana de trabalho. Esses suprimentos compunham o “saco”, que muitas vezes era feito no armazém do próprio fornecedor. O saco era composto de feijão, farinha, carne seca, toicinho, arroz, café, fumo, rapadura. O garimpeiro, quando estava trabalhando na serra, morava em uma toca ou loca. Nesse local ele eventualmente fazia uma pequena roça, plantava mangueiras e jaqueiras que ajudavam na complementação de sua alimentação. Também extraía da serra vários alimentos, como a batata da serra e o mucugê, além da caça.

Carlos Toledo (2001) defende que essas relações tornam compreensível a retenção do excedente na mineração de diamantes. Também atribui essa relação, de fornecedor e meia-praça, a um ajuste de práticas que já vinham se delineando desde o início da formação das lavras, quando ele se fez necessário em virtude da decadência. Assim, as incertezas diante dos achados e dos preços é que moldaram essa relação, que beneficiava o dono de garimpo e dono de serra e prejudicava o garimpeiro.

Nas épocas de maior crise, essas relações sofreram inclusive adaptações. Um morador de Lençóis nos contou que em certa época houve na cidade umas “fichas” que substituíram o dinheiro. Seu pai, que trabalhou no garimpo de Isaías Sena Pereira, recebia essas fichas e podia com elas pagar suas compras nos armazéns. Porém, Isaías Pereira era o dono do

17 Filó era outro garimpeiro que participava da conversa.

garimpo, o dono da serra e também o dono dos armazéns¹⁸.

Tentamos descobrir com outros moradores da cidade sobre se essas fichas circulavam como se fossem moeda, mas pelas informações obtidas elas eram usadas exclusivamente no garimpo de Isaías Pereira. Carlos Toledo (2001, p. 127) sugere que esse sistema tenha sido essencial para “neutralizar a carência de capital de giro”, mas também afirma que “aparentemente só podiam ser trocadas em seu armazém [no de Isaías Pereira]”.

Este dono de serra detinha também muitas propriedades na cidade, casas e lotes urbanos de área considerável do centro de Lençóis. Ele também foi o dono do Cine Teatro Rex. O entrevistado fazia menção a Isaías Pereira como um homem “muito bom”: “pra mim, foi o maior homem que teve em Lençóis. Ele foi uma das pessoas que na época da decadência do diamante, nos anos [19]60, [19]70, foi quem sustentou a maioria do povo de Lençóis”¹⁹. O uso das fichas foi mencionado como uma forma de manter empregados muitos garimpeiros, em uma época de extrema decadência, na qual havia muito desemprego na cidade²⁰.

É importante mencionar ainda uma outra forma, menos predominante, que teria se dado principalmente na transição do trabalho escravo para o trabalho livre (TOLEDO, 2001): a do *alugado*. O alugado, termo designado para o garimpeiro que recebia a diária de trabalho, teria sido útil para os trabalhos nos quais se necessitava de um controle de um patrão sobre um empregado. Por exemplo, na construção de obras para viabilização de determinados serviços de garimpo, como represas, desvio de rios, regos, jiraus no interior das grunas²¹ etc. Esse tipo de trabalho foi executado pelos escravos até a abolição.

A situação do garimpeiro *alugado* era pior que a do meia-praça. Enquanto este possuía maior mobilidade de trabalho, participando do jogo do garimpo no qual havia a possibilidade de enriquecimento fácil, o alugado detinha exclusivamente sua força de trabalho e recebia o mesmo valor independentemente da sua produção.

Essa forma, como já mencionamos, não foi a predominante, entretanto, e teria se dado apenas no momento de transição que mencionamos. Segundo Carlos Toledo, o meia-praça tinha outra função que se mostrou importante para a viabilização e continuidade da mineração de diamantes nas lavras: ele constituía o “exército de pesquisadores a baixo custo”, trabalho que o alugado certamente não faria (TOLEDO, 2001, p. 60). O meia-praça percorria as serras em busca de novas frentes de trabalho, guiado por seu próprio interesse. O “baixo custo” se dava pelo motivo de que esses garimpeiros tinham a prática de sobrevivência na serra: sabiam se locomover e se alimentar nesse ambiente muito bem.

18 Informação fornecida por Açony José Santos Silva em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 11 de dezembro de 2014.

19 Informação fornecida por Açony José Santos Silva em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 11 de dezembro de 2014.

20 Os garimpeiros que Carlos Toledo entrevistou referiram-se a mais de trezentas pessoas empregadas por Isaías Pereira (TOLEDO, 2001, p. 127).

21 As grunas são “grutas” que foram feitas pelos garimpeiros, por meio de escavação e remoção das rochas sedimentares depositadas entre as rochas. Nolasco as define como “garimpo subterrâneo”, explicando que “A denominação gruna abrange as demais situações subterrâneas, apresentando geometria e dimensões extremamente variáveis, que podem se configurar como: a) aprofundamento de fraturas verticais, conectadas ou não a áreas mais amplas, indicadas por fraturas fechadas na superfície; b) espaços sob blocos e poços; c) sumidouros, grutas naturais e minadouros, ampliados ou não pelo trabalho garimpeiro.” (NOLASCO, 2002, p. 125).

Tanto o alugado quando o meia-praça eram trabalhadores que não possuíam nenhuma garantia trabalhista. Ronaldo Senna (1998) menciona que o contrato de fornecimento originalmente contemplava a obrigação moral, por parte do fornecedor, em prestar auxílio ao garimpeiro e à sua família no caso de doença grave, de acidente de trabalho ou até invalidez ou morte, mas que esta parte do contrato – sempre feito verbalmente – foi sempre relegada.

Talvez por esse motivo tenham havido várias associações beneficentes na cidade: a Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos, criada em 1889 (SOCIEDADE..., 1944, p. 2); a Sociedade União dos Mineiros (SUM), de 1927; e a Sociedade União Fraternal, que se fundiu com a SUM em 1932 (SOCIEDADE..., 1932). Das citadas, a única ainda existente é a SUM. O “espírito associativo” do garimpeiro foi assim descrito:

É reconhecido, até no Sul do país, o elevado espírito associativo do povo das Lavras Diamantinas da Bahia, onde existem várias sociedades beneficentes, que honram a tradição de uma zona civilizada e hospitaleira.

O garimpeiro lavrista, em geral, não é muito instruído, entretanto, é sociável e pródigo; nunca foi indiferente ao sofrimento alheio; gosta das festas cívicas e religiosas, e se interessa pelos problemas sociais do ambiente em que vive, com acentuada fraternidade. O árduo trabalho dos garimpos diamantíferos é como um jogo de azar, em que o homem amanhece pobre e anoitece rico, com preciosos diamantes, enquanto outros levam a vida inteira na esperança de se enriquecerem também, sem nunca chegar esse dia; daí, talvez, venha essa camaradagem tão apreciada, mormente, nos momentos de infortúnio.

A Sociedade União dos Mineiros de Lençóis é uma demonstração viva da generosidade desta gente tão abnegada e ordeira, que sabe sofrer os reveses da sorte com coragem e resignação. Por maior que seja a crise que atormente esta zona, o lavrista é sempre bom e contrário à prática dos crimes; o que não se dá com a maioria dos trabalhadores de outras regiões do Estado e do País. (VIANA, 1944, p. 3).

As relações de trabalho, assim como a própria natureza do diamante nessa região, fizeram com que uma série de mitos em relação ao garimpo e ao diamante surgissem, e era no terreiro ou na casa de Jarê e nos seus curadores que o garimpeiro se amparava.

1.1.3. Imbricações entre a natureza, trabalho, religião e festas

Para explicar acontecimentos cotidianos relacionados ao seu trabalho em meio à natureza, o garimpeiro criou um universo mágico que foi incorporado a uma manifestação religiosa, o Jarê. O Jarê é um “candomblé de caboclo que, a partir de vários elementos formativos, instalou-se, adaptou-se e sofreu transformações [...], tendo por núcleo histórico inicial a Região das Lavras – centro da Chapada Diamantina” (SENNA, 1998, p. 36).

O Jarê consolidou-se nas Lavras, “operando-se, basicamente, com garimpeiros”, tendo posteriormente se expandido para a zona agrícola, onde sofreu transformações maiores em vista dos agentes dessa região, “advindos do catolicismo popular rural que não mais possuíam a ‘memória africana’” (SENNA, 1998, p. 36).

Na região de Lençóis e Andaraí, o Jarê foi influenciado pelo “mundo mágico do garimpo” que ajudou a formar “o corpo místico do Jarê” nessa região. Senna (1998, p. 87-89)

destaca os quatro mitos mais importantes: o encanto do diamante, o do destino das pedras, do Chamamento e o da vida orgânica da pedra, que vamos transcrever, embora sejam longos trechos, para nos manter fiel às palavras de Senna:

O Encanto do Diamante

É a união espiritual com os astros. Para cada estrela no Céu existe um diamante na Terra e nenhum garimpeiro conseguirá apanhá-lo, se as forças dos seus astros não permitirem o bambúrrio, desde que na união do astro com a pedra o elo humano é um garimpeiro específico, formando-se, assim, uma espécie de triângulo mágico. (SENNA, 1998, p. 87).

Provavelmente essa crença tenha nascido, conforme explica Senna (1998, p. 87), da “dificuldade apresentada no trabalho de cata e da impossibilidade de cálculos exatos da quantidade de diamantes possíveis de serem encontrados em cada medida de cascalho retirada de uma área aluviônica”.

O Destino das Pedras

É a posse determinada do diamante por um garimpeiro escolhido pelos astros. Isto significa que cada diamante tem o seu dono previamente escolhido pelo destino. É comum o garimpeiro, para saber se é dono de alguma pedra, procurar o curador de Jarê e saber se este poderá lhe indicar alguma pista. Geralmente, nesses casos, o curador determina obrigações rituais para que o garimpeiro se torne dono de alguma pedra na serra, se assim está escrito nos astros. Estas obrigações não têm a finalidade de conduzir ao bambúrrio, mas apenas de livrar o garimpeiro do véu do destino e da sorte que o separa do seu astro e da sua pedra. Desse modo, caso a pedra seja achada pelo seu possuidor, ela só trará coisas boas para ele e sua família. Nos casos de ser encontrada por quem não é o seu dono (quebra de determinação do destino), ela só trará dissabores. (SENNA, 1998, p. 87-88).

Às origens desse mito Senna atribui as disputas violentas, por vezes sangrentas, das pedras de grande valor.

O Chamamento

O diamante chama o seu dono através de luz e som. O garimpeiro ouve batidas nas piçarras e vê a luz correr a serra. É o diamante mostrando-se para o apanhado. (SENNA, 1998, p. 88).

Esse mito pode ter origem nos fenômenos físicos naturais que ocorrem nas serras. Essas regiões têm grande quantidade de pedras e água em abundância, e possivelmente o reflexo da água nas pedras, ou os deslocamentos, que se faziam sentir mais evidentes no “silêncio das serras e das noites” tenham inspirado essa interpretação pelos garimpeiros (SENNA, 1998, p. 88).

A Vida Orgânica da Pedra

A pedra tem vida e, por isso mesmo, pode observar os deslocamentos dos garimpeiros nas serras e se esconder de quem não for seu dono. Não apenas tem vida, como, também, voz e visão. (SENNA, 1998, p. 88).

Essa visão pode estar relacionada à característica geológica da região, na qual o diamante é encontrado nos depósitos aluviais. Eles não estão, portanto, concentrados em um só local, junto à rocha mãe (kimberlito), como na África do Sul, e sim foram espalhados pelos

leitos de rios, pelas serras e pelas grutas, junto com o cascalho comum, areia e outras rochas sedimentares (FUNCH, 2007, p.161), sendo impossível determinar sua localização.

O filme *Diamante Bruto*, de Orlando Senna (1977), descreve esses mitos. Eles aparecem sintetizados na “crença dos três Ds”, correspondendo ao Diamante, Dono e Dia. Ou seja, o *diamante* escolhe o seu *dono* e o *dia* de mostrar-se a ele. Um garimpeiro pode lavrar uma área e chegar muito próximo de um diamante, sem tê-lo encontrado, contudo, e outro garimpeiro encontrá-lo, se essa pedra estivesse destinada a ele. Também poderia não ser o dia certo para o garimpeiro encontrar a pedra, por esse motivo o bambúrrio só acontecia quando o universo conspirasse para que os três Ds estivessem reunidos no mesmo momento.

Era no ambiente do Jarê, principalmente na figura do curador, que o garimpeiro tinha a sua “tábua de salvação”: pedindo para que o “diamante infusado”²² se revele a ele, para finalmente atingir o bambúrrio, eliminando os “encostos”²³ que lhe tornavam um garimpeiro *infusado*²⁴ (SENNA, 1998, p. 47-48). Contra o infusamento, “as nagôs”²⁵ faziam tratamento em garimpeiros [...], prescreviam-lhes banhos e outras obrigações.” (SENNA, 1998, p. 71).

No Jarê se curavam os males da alma e também os do corpo, nesse ambiente (as Lavras Diamantinas) onde a figura do médico e do farmacêutico foi sempre escassa. Uma vez que o garimpeiro, livre ou escravo, não recebia qualquer assistência no caso de doenças adquiridas na serra (impaludismo, febre amarela, infecções broncopulmonares pela permanência prolongada abaixo da terra) ou de acidentes (desabamentos, explosões de dinamite nas mãos ou junto ao corpo), recorria-se ao socorro dos

companheiros que administravam remédios de folhas e raízes, havendo geralmente, nos garimpos, alguém que mais entendesse desse tipo de medicina rústica e que, por isso mesmo, era mais respeitado, por vezes venerado.

Esses garimpeiros, com grande conhecimento dos problemas de saúde nas serras, aprendiam a procurar vegetais e preparar “sumos”²⁶, “garrafadas”²⁷ dos “curadores de raiz”²⁸ e dos “curadores de Jarê”²⁹. (SENNA, 1998, p. 49).

22 Diamante “que se escondia do garimpeiro por obra de uma realidade mágica ou religiosa (a sorte bloqueada pelo encanto do diamante [...]).” (SENNA, 1998, p. 47-48).

23 O encosto era “originário de forças sobrenaturais, por exemplo, que com ele andava e dele era necessário retirar”. (SENNA, 1998, p. 48).

24 “Infusado – garimpeiro que não bamburra há muito tempo, nunca o fez ou mesmo as pequenas pedras achadas não lhe rendem nada de substancial, segundo suas estimativas. – Linguagem local.” (SENNA, 1998, p. 48).

25 As nagôs eram negras que se dedicavam assiduamente à crenças e “rituais mágicos ligados às sobrevivências de traços de religiões africanas”. Eram escravas alforriadas ou libertas, das famílias de escravos que os primeiros senhores de garimpo levaram para a região das Lavras. Existiam também homens, mas comumente se usava o termo precedido da vogal feminina. (SENNA, 1998, p. 70).

26 “Sumos – preparados de folhas ou cascas de frutas maceradas sem uso de água para cozimento ou infusão. – O termo está no texto com este sentido que se dá na região”. (SENNA, 1998, p. 49).

27 “Garrafadas – preparo de folhas, raízes, ervas, ou cascas de madeira posto de infusão com bebida alcoólica (geralmente aguardente) em garrafas com prescrições de tempo e, muitas vezes, elementos de magia para ser ingerido”. (SENNA, 1998, p.49).

28 “Curador de raiz – também chamado raizeiro. Ervanário. Preparador de compostos rústicos. Geralmente o seu receituário vem acompanhado com comportamentos mágicos ligados à crença do catolicismo rural ou do espiritismo kardecista.” (SENNA, 1998, p. 49).

29 “Curador de Jarê – Curandeiro ou ervanário cujo universo mágico liga-se aos cultos afro-brasileiros.” (SENNA, 1998, p. 49).

Senna aponta ainda para o fato de, mesmo praticando o Jarê, os garimpeiros não perderem “a fé nos valores da religião oficial contemplativa, ao tentarem uma interferência no sobrenatural: mitificavam as serras, transformando-a numa espécie de altar ou templo subjetivo” (SENNA, 1998, p. 70). Isso se nota na “Canção do Garimpeiro”, cujo refrão traz os seguintes versos:

Avante garimpeiros, bem unidos
Sêde do País, preceito, exemplo,
Cantando ficarão vossos gemidos
Nesse altar de granito, vosso templo (GONÇALVES, 1984, p. 205).

O Jarê foi bem aceito pela sociedade lençoense; as nagôs, que faziam simpatias para evitar “feitiços” eram procuradas, e a “população que se considerava branca” tinha medo delas (SENNA, 1998, p. 70-71). Os rituais eram frequentados também por brancos, embora não se envolvessem totalmente³⁰.

O Jarê incorpora alguns elementos das manifestações culturais, como a marujada e o reisado, nas vestimentas e alguns cânticos. Muitos dos frequentadores e até os líderes do Jarê fazem parte também dessas manifestações. Também se observa um sincretismo religioso muito forte em Lençóis: a lavagem da Igreja de Senhor dos Passos, na abertura da festa em louvor a este santo, é feita pelas “baianas” do candomblé. Participam também os grupos de reisado e marujada; a Filarmônica Lyra Popular, e mais recentemente o grupo de capoeira.

Ronaldo Senna analisa e descreve todas as dimensões do Jarê. Para nosso intuito, mostramos apenas aquelas capazes de caracterizar o universo mágico do garimpeiro, bem como contextualizar sua visão de mundo.

Figura 11. Comemoração do dia de Iansã no Jarê. Autor: Calil Neto, 2010. Foto gentilmente cedida pelo autor.

Figura 12. Jarê. Autor: Calil Neto, 2008. Foto gentilmente cedida pelo autor.

³⁰ Senna menciona que durante o ritual, as pessoas que fossem tocadas pelo orobô, uma planta usada no ritual, tinham que dançar ou pagar uma certa quantia. As pessoas brancas costumavam pagar, sendo essa “uma forma simpática de rejeitar os grupos negros, dado ao paternalismo implícito no ato da doação”, e também porque “ficariam bem menos sujeitas a serem incorporadas por um encantado” (SENNA, 1998, p. 71).

1.1.4. Evolução urbana e equipamentos públicos

A povoação de Lençóis teve formação e crescimento rápido e espontâneo. Dois núcleos surgiram às margens do rio Lençóis: o Serrano, do lado direito, e o de São Félix, do lado esquerdo. As primeiras habitações eram simples e improvisadas, geralmente feitas de barro com o sistema pau a pique, e cobertas de palha.

Não há muitas informações históricas sobre a evolução urbana da cidade nas primeiras décadas. Contudo, é de se supor que os núcleos de povoamento tenham surgido próximos às áreas de garimpo que, no primeiro momento, deram-se nos rios. É mais provável que o núcleo do Serrano tenha começado pela área que hoje corresponde ao bairro do Alto da Estrela, que tinha um garimpo assim denominado, e o núcleo de São Félix, pela rua que leva hoje esse nome. O crescimento de ambos deu-se em direção ao rio Lençóis.

A permanência de casas de taipa cobertas de palha de pindoba, em ruas do Alto da Estrela e do Tomba Surrão, pode ser uma evidência de que foram elas os primeiros abrigos dos garimpeiros de Lençóis. Nos períodos de migração, esses dois bairros teriam ficado completamente abandonados. Hoje, são os bairros mais pobres de Lençóis, junto com o Lavrado e o Loteamento Miguel Ângelo Guerreiro, tendo várias ruas sem pavimentação, algumas ainda sem eletrificação e tendo apenas muito recentemente (a partir de 2000) recebido sistema de águas e esgotos. (Ver figuras 223, p. 356, 138, p. 296 e 139, 140, e 141, p. 297)

Há menção de que algumas obras teriam sido feitas em virtude das secas, como meio de se absorver parte da mão de obra ociosa do garimpo. A construção da ponte sobre o rio Lençóis é uma delas; teria sido determinada por D. Pedro II quando, em visita a cidade de Cachoeira, teve conhecimento da situação das Lavras Diamantinas e compadeceu-se, mandando construir a ponte, em 1860 (GANEM, 2001, p. 61-62).

As duas capelas da cidade, a de Nossa Senhora do Rosário e a de Senhor dos Passos, foram edificadas respectivamente em 1850 e 1855, sendo reformadas posteriormente. Também havia a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

A capela de Senhor dos Passos teria sido construída quando chegou à cidade a imagem, vinda de Portugal. Foi desembarcada no porto de Salvador e trazia pelo rio Paraguaçu até onde hoje é Andaraí, e depois subiu o rio São José até chegar a Lençóis, em um lugar chamado Porto, distante doze quilômetros. Os moradores teriam ido em procissão, levando a imagem de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira, ao encontro da imagem de Senhor dos Passos, até o início do rio São José, a um quilômetro da cidade. Lá chegando, os garimpeiros que conduziam a imagem em procissão colocaram-na sob uma tolda no lajedo ao lado do rio Lençóis, onde depois edificaram a capela para abrigá-la. O dia de Senhor dos Passos, em Lençóis, é comemorado em 2 de fevereiro, dia de chegada da imagem na cidade. Esse santo é o padroeiro dos garimpeiros e muito superior em importância a qualquer outro santo cultuado em Lençóis, como Nossa Senhora do Rosário e da Conceição.

Figura 13. Cartão postal da festa de Senhor do Passos, 1906. Fonte: acervo de Mestre Osvaldo.

Nadir Ganem (2001, p. 22), apoiado em relatos, diz que a imagem foi encomendada por dois irmãos portugueses, José e Joaquim Tojal, que teriam também doado o terreno para construção da capela. No entanto, por desentendimentos com a população, acabaram nunca pisando na capela: eles desejavam que ela fosse construída com a entrada voltada para seu solar, ficando, portanto, de costas para a cidade. A população rejeitou essa posição e a construiu de frente para a cidade, mirando-a pelo outro lado do rio.

Em 1918 instalou-se o primeiro cinema no mercado, o Cinema Brasil (ainda descoberto), pelo que se usava uma tenda de circo. Na década de 1920 foi adquirido por outra pessoa e passou a funcionar na Rua da Boa Vista. Ainda nessa década, instalou-se o Cinema Ideal no mercado. Em 1938 foi exibido o primeiro filme falado em Lençóis, no Cine Teatro Rex, instalado na antiga Sociedade de Socorros Mútuos, na Rua Sete de Setembro, indo depois para a Av. Rui Barbosa. Em 1944, Isaías Senna Pereira, dono do cinema, reformou-o, transformando-o em “um edifício moderno”, “com mobiliário condigno, dentre o qual belas e confortáveis poltronas”, fazendo dele “mais digno de Lençóis” (O CINE-REX..., 1944). (Figura 414, p. 443 do Apêndice G)

O calçamento das ruas do que podemos chamar “centro” de Lençóis e sua avenida de acesso, a Senhor dos Passos, foi concluída em época relativamente recente. Pelo que pudemos obter das informações do jornal *O Sertão* e fontes bibliográficas, ele começou a ser executado apenas no início do século XX.

Nos anos de 1930, Horácio de Mattos empreendeu uma série de melhoramentos, calçando diversas ruas, inclusive algumas que tinham lajedos, as quais tiveram que ser aplainadas a dinamite, como a Rua do Papagaio e a Rua do Rosário. Segundo Ganem (2001), o coronel teria conseguido, com o calçamento, controlar o maior foco de impaludismo da cidade.

Horácio de Mattos constrói, também em 1930, a caixa d'água da Rua dos Negros. Essa caixa ainda existe, embora esteja desativada. Juntamente com outras fontes na cidade, constituía importante equipamento de abastecimento.

Figura 14. Caixa d'água na Rua dos Negros construída por Horácio de Mattos em 1930. Foto da autora, 2014.

Figura 15. Fonte desativada na Rua Tomba Surrão. Foto da autora, 2014.

O “calçamento e arborização” da Rua Sete de Setembro foi feito em 1934 pelo prefeito Octaviano Alves, após a dura crise e a seca, ocorridas no início dos anos de 1930. A cidade, nesses anos, se refaz: “Diversos prédios, uns que estavam completamente abandonados, outros que estavam habitados sem devido trato, entram em concertos [sic], outros em reedificação, e até novas construções se fazem” (A PHENIX..., 1934, p. 1).

Em 1935 tenta-se reativar a iluminação pública de Lençóis. O prefeito Armando Pereira, que em 1922 já tentara dotar a cidade deste benefício, mostrava-se empenhado em promover às suas expensas o sistema. Naquela ocasião, ele retirara os antigos lampiões de ferro fundido, instalados em 1850, que funcionavam originalmente com óleo de mamona, e posteriormente querosene e carbureto.

É também nesse ano que se empreende forte campanha para a construção da matriz da cidade, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, iniciada ainda no século XIX e que tivera suas obras paralisadas ainda nas fundações. Solicitavam-se doações no jornal *O Sertão*, e até se consentiu ao vigário da freguesia a abertura de uma cata em praça da cidade, para que o resultado obtido fosse revertido na construção da igreja. A concessão, no entanto, teria gerado

descontentamento a alguns moradores:

Não discutimos a legalidade dessa concessão. Registramos, apenas, acrescentando o concurso da “S. União dos Mineiros”, a esta iniciativa.

Acontece, porem, que a referida praça está inteiramente danificada, ameaçando desmoronamento as casas existentes, notadamente um grande sobrado, pezado, capaz de se desmoronar. Em tal caso, é evidente a responsabilidade do município.

Ademais, a rua está intransitável, apresentando um aspecto bem desprimoroso. (O ASPECTO..., 1935, p. 1).

Não obstante todas essas melhorias, a cidade ainda tinha muitas deficiências:

Estamos abarbadados de dificuldades, sem meios de reparar as estradas pelas quaes o povo se transporta, realizando o commercio necessário e imprescindível a nossa existência; não dispomos de luz na cidade, bastante para satisfazer o publico; as ruas estão descalçadas, precisando de cuidados imediatos; a saude publica está perigando com um surto de variola, e agravada com o paludismo que grassa desde há muito tempo; não temos uma cadeia publica condizente com o grau de cultura que já atingimos e muito menos com as exigências da criminologia. (VAMOS..., 1935, p. 1).

Na década de 1940, outra série de melhoramentos públicos foi iniciada. Nesses anos, Octaviano Alves empreendeu “vultosos melhoramentos” (AVENIDA..., 1941, p. 1), que compreenderam o calçamento de diversas ruas, construção de praças, construção do adro e escadaria da capela de Senhor dos Passos, avançando o adro para as margens do rio Lençóis e instalando nele o cruzeiro, o calçamento desse trecho de via, transformando-o na “Avenida Senhor dos Passos”. Além desses, o prefeito “aceitou” doações de imóveis arruinados situados entre as ruas Ruy Barbosa e Floriano Peixoto, bem como os serviços de demolição dos mesmos. Em troca, foi permitida a cata de cascalhos nesses terrenos, sendo 20% dos diamantes encontrados revertidos à prefeitura como forma de contribuir no calçamento do novo logradouro que ali se abriria, “uma artéria larga e arborizada e um parque infantil” (A ADMINISTRAÇÃO..., 1943, p. 3). Nesses anos também se tinha a expectativa de inauguração da iluminação pública elétrica da cidade.

A cata de cascalhos em terrenos urbanos, e mesmo no interior e parede das casas, foi algo muito comum em Lençóis e outras cidades das Lavras Diamantinas, principalmente nas épocas de maior crise. Esse fato também foi responsável pelo constante refazimento da cidade: demoliam-se residências, fazia-se a cata e depois se construía em “estilo moderno”, a exemplo de “Termos de Responsabilidade” assinados entre peticionantes e prefeitura:

Aos Doze dias do mês de Fevereiro de 1943, nesta cidade de Lençóis, no Gabinete da Prefeitura Municipal, presente, de um lado o Sr. Octaviano Alves, Prefeito, do outros os Srs. Cyridião Bacelar e José Pereira Senna, declararam estes que tendo encaminhado uma proposta de demolição de duas casas pertencentes ao primeiro peticionante Cyridião Bacelar, sitas á Rua Ruy Barbosa n.os 841 e 842, nesta cidade, para fins de mineração e sob o compromisso de reedificação de uma só casa, estilo modernizado, com planta devidamente aprovada pela Prefeitura, vinham, de acordo com o despacho do Sr. Prefeito aceitando a proposta em lide, assinar o termo de responsabilidade respectivo, dentro das seguintes cláusulas:

1ª. – os proprietários, por este termo, se obrigam a construir, no prazo de um ano, outra propriedade no local das que pretendem demolir, em estilo modernizado e de acordo com a respectiva planta, devidamente aprovada pela Prefeitura; [...] (TERMO..., 1943, p. 5).

Este afã pela exploração de terrenos ainda não explorados, na busca de diamantes e carbonados, bem como as possibilidades de melhoramentos urbanos por parte da prefeitura, foram possíveis pelo aumento dos preços das pedras, provavelmente em função da Segunda Guerra Mundial, conforme nota-se na Figura 2, p. 68 (NOLASCO, 2001).

Entretanto, ao lado desses avanços urbanísticos, a cidade ruía. Várias notas no jornal *O Sertão* aludem a prédios em ruínas, chamando seus proprietários para a devida manutenção. A prefeitura também buscava medidas de “asseio da fachada dos prédios”, por meio de intimações aos proprietários:

Quanto a diversos [prédios em ruínas] que existem em várias Ruas, e até nas principais da Cidade, o que está a ser exigida é a reconstrução de qualquer modo, a saber, ou a transformação em prédios novos, conforme as possibilidades dos respectivos proprietários, ou, pelo menos a construção de muros decentes, arrematados por platibanda ou cornija, segundo o plano da Prefeitura Municipal, que, aliás, neste sentido, está fazendo intimarem-se os interessados no assunto. (ASSEIO..., 1941, p. 1).

As poucas famílias do segmento mais alto da sociedade, em especial os pedristas, teriam sido as responsáveis pelo culto aos “modismos europeus de elite”, que mais teriam influenciado o “universo intelectual do segmento dominante”. (SENNA, 1998, p. 45). Nadir Ganem (2001, p. 98) menciona os coronéis³¹ que teriam construído seus palacetes inspirados no que viram em suas viagens à Europa, já no século XX: Felisberto Augusto de Sá “mantinha troca de correspondências com os correligionários da Corte. Sua residência era um vasto solar colonial, de estilo barroco”. César de Andrade Sá construiu

o belo palacete que lhe serviu de residência, em que predomina a graça da belle époque, de forma quadricular, encimado, em cada canto, por estatuetas representando as quatro estações do ano. As escadarias são de mármore, os canteiros de estalactites, o gradil que o circunda em forma de lanças e, guardando o edifício em ambas as entradas, - a da rua e a da praça - quatro leões, semelhantes aos que guardam, na Espanha, o Palácio Mourisco da Alhambra, em Granada. (GANEM, 2001, p. 98). (Figura 17)

Otaviano Alves teria construído “em estilo sóbrio e de linhas modernas” o seu palacete, em cima do de Felisberto, quando este já estava em ruínas (Figura 16). E Horácio de Mattos, que “viajou pelo Brasil e, no Rio de Janeiro, privou com as mais altas autoridades da República” e que “já antes mantinha correspondência com os presidentes Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Washington Luís” construiu seu palacete na Rua Afrânio Peixoto (GANEM, 2001, p. 98-99) (Figura 18).

Não encontramos fontes que nos permitissem situar as obras públicas ou civis após a década de 1950. No entanto, pela situação com que a cidade chegou à década de 1970, é provável que poucas obras significativas tenham sido feitas nesse período.

31 Os “títulos nobiliárquicos” eram conseguidos por meio “de dinheiro e brilhantes” (SENNA, 1998, p. 46).

Figura 16. Casarão construído pelo coronel Octaviano Alves. Foto da autora, 2014.

Figura 17. Casarão construído por César de Andrade Sá, mais conhecido como "antiga prefeitura" por ter abrigado este uso durante muito tempo. Foto da autora, 2014.

Figura 18. Residência do coronel Horácio de Mattos. Foto da autora, 2014.

1.2. As primeiras iniciativas em busca do turismo

1.2.1. O turismo como primeira esperança de “reerguimento econômico”

O poder executivo municipal, prestigiando por dever patriótico a imensurável e nobre causa da preservação do patrimônio histórico da cidade, criou em 1962 [sic], na gestão do Prefeito Olímpio Barbosa Filho, o C.M.T.L. (Conselho Municipal de Turismo Lençoense) que visa a preservação de todo o patrimônio histórico e cultural da terra. (REPRESENTAÇÃO..., 1973, p. 289, grifo nosso).

Diante do cenário de decadência instaurado em Lençóis, o turismo é colocado como alternativa econômica à mineração, pela primeira vez, em 1961, por meio da criação da Lei nº 190 de 30 de novembro de 1961 (REPRESENTAÇÃO..., 1973, p. 289).

Era uma proposta bem ousada para a época, quando as políticas de turismo ainda estavam engatinhando³². Na capital baiana, um Conselho Municipal de Turismo havia sido implantado pioneiramente em 1953 e tinha “como objetivo central elaborar um plano de desenvolvimento para o turismo, o qual compreenderia intervenções no espaço geográfico de Salvador, com a constituição de zonas turísticas no município e a adequação dessas a finalidades primordiais, previamente estabelecidas” (QUEIROZ, 2005, p. 315).

A atuação do Conselho Municipal de Turismo de Salvador pode ter influenciado o prefeito de Lençóis na época, Olímpio Barbosa Filho, na elaboração da Lei nº 190 de 30 de novembro de 1961, que criou o Conselho Municipal de Turismo de Lençóis (REPRESENTAÇÃO..., 1973, p. 289). No entanto, segundo Olímpio Barbosa, a ideia surgiu após ele ter ouvido

num programa de rádio que o Prefeito de uma pequena cidade do interior de São Paulo, cuja atividade pecuária estava em crise, pedia aos congêneres das cidades próximas que melhorassem a recepção e a infraestrutura dos atrativos como forma de facilitar a chegada dos visitantes.

“era isso que eu procurava. Lençóis tinha tradição, atração natural podendo ter turismo e levar propaganda para as outras cidades”. (BRITO, 2005, p. 117).

Na fala de Olímpio Barbosa Filho, Lençóis tinha “tradição” e “atração natural”, ou seja, combinava a uma só vez atrativos naturais e culturais. Nas atribuições do Conselho, estes conceitos ficam expressos nos itens primeiro, dois, três e seis:

Parágrafo único – Compete ao referido órgão municipal: Instalar, organizar, dirigir uma exposição permanente, à guisa de um pequeno Museu, com fotografias, livros, documentos, amostras e objetos sobre História, riquezas, produção e lugares pitorescos do Município;

2. Estudar e promover a reconstituição e conservar os edifícios e lugares históricos,

³² Esta política só começaria a ser implantada no país em 1966, pelo Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que criava o Conselho Nacional de Turismo – CNTur, e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (BRASIL, 1966).

bem como o aproveitamento e acesso aos recantos aprazíveis de Lençóis;

3. Organizar e promover exposições, festas folclóricas, cívicas e religiosas, concursos sobre investigações históricas ou sobre divulgação e aproveitamento das riquezas e produção locais e ainda patrocinar campanhas financeiras para a realização de seus planos;

4. Incrementar por todos os meios o turismo neste Município;

5. Orientar e dirigir as Juntas Distritais do CMTL;

6. Promover por todos os meios a divulgação de tudo que diz respeito à história, vida, paisagem e riquezas do Município. (REPRESENTAÇÃO..., 1973, p. 289-290).

Ainda mais adiantado para a época era a ideia presente no item 2, de “estudar e promover a reconstituição e conservar os edifícios e lugares históricos”. A ligação entre turismo e patrimônio existia; as cidades mineiras patrimoniais, como Ouro Preto, já o exploravam. Porém, os conselhos de turismo da época não faziam menção ao patrimônio histórico como meio de promoção turística³³.

O Conselho Municipal de Turismo de Lençóis ficou à deriva durante muito tempo; tanto sua implantação quanto a do turismo não aconteceram. Por um lado, não havia apoio aos chamados do prefeito para as obras de infraestrutura requeridas ao governo do estado. O acesso a Lençóis, até então, era feito por estrada de terra, e a principal rodovia que viria a lhe favorecer, a BR-242, ligando Salvador a Brasília, só seria inaugurada em 1970.

Por outro, como relata Brito (2005, p. 118) por meio de depoimento obtido com o antigo prefeito, faltava também o apoio dos lençoenses, que se mostravam incrédulos às ideias de Olímpio Barbosa Filho:

[...] quando foram convidados para integrar o Conselho eles reagiam dizendo, “Lençóis não tem praia, como vamos chamar o pessoal de fora se aqui não tem praia! Chamar eles para ver sobrado caindo, cachoeira no mato e macaco no galho das árvores!”

Justamente os “sobrados” e as “cachoeiras no mato” seriam ressaltados como “bens de interesse histórico” quando, anos mais tarde, um grupo de moradores proporia o tombamento da cidade pelo IPHAN.

1.2.2. O primeiro “patrimônio” de Lençóis: a Casa de Afrânio Peixoto

Em 1951, por meio do ofício nº 26-1951³⁴, Renato Viana, diretor do Educandário Afrânio Peixoto de Lençóis solicitava ao então ministro da Educação, Ernesto Simões da Silva Freitas Filho, que mandasse “considerar como patrimônio histórico e nacional a casa onde nasceu e viveu a sua infância o ilustre patricio AFRÂNIO PEIXOTO” (maiúsculas originais). O

33 O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, o CONDEPHAAT, só passaria a existir a partir de 1968.

34 Documento constante na “Série Inventário – Lençóis-Bahia”, Arquivo Central do IPHAN, caixa 0029, pasta 01, envelope 07.

pedido era feito porque a casa encontrava-se em estado de abandono e, sendo “reconstituída”, poderia “ser aproveitada para uma escola, biblioteca ou museu, ou ainda um posto médico ou qualquer instituição de utilidade pública”.

Figura 19. Casa de Cultura Afrânio Peixoto (à esquerda), 1972. Autor: Fernando Machado Leal. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

Esse documento revela a primeira vez em que foi atribuído um valor patrimonial a uma edificação em Lençóis. Embora não tenha sido tombada, a casa natal de Afrânio Peixoto tornou-se, posteriormente, uma Casa de Cultura, “realização do Conselho Federal de Cultura [...], do Governo do Estado da Bahia [...] e da Prefeitura Municipal de Lençóis” (Processo n. 847-T-71, p. 7-8)³⁵. Nas palavras de Renato Viana percebemos um forte apelo de exaltação desse personagem, ressaltando sua importância na história da nação: “considerando que o imortal AFRÂNIO PEIXOTO é um grande nome nacional, em todos os setores da sua excepcional vida pública”³⁶.

Até 1950, dez casas de personalidades ligadas à literatura, à política ou a eventos da história nacional haviam sido tombadas pelo IPHAN³⁷. O pedido de Renato Viana pode ter sido advindo por conhecer esses tombamentos. O folder da Primeira Semana Afrânio Peixoto, de 1970, destaca sua importância na literatura nacional, reconhecida internacionalmente:

Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Ciências de Lisboa, da Academia de Letras da Bahia, da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre dezenas de entidades culturais a que pertenceu, no Brasil e no exterior, deixou obra das mais renomadas nos diversos campos em que incursionou. (Processo n. 847-T-71, p. 7).

Afrânio Peixoto faleceu no ano de 1947; três anos depois foi feito o pedido de tombamento de sua casa natal. Esta edificação seria novamente ressaltada como patrimônio histó-

35 Processo n. 847-T-71 Conjunto Histórico e Paisagístico de Lençóis/BA. IPHAN/DET. Seção de História. Todas as referências ao processo de tombamento serão citadas, de aqui em diante, apenas pelo número do processo seguido da página em que se encontra. A lista de todos os documentos do processo de tombamento está no Anexo I do trabalho.

36 Arquivo Central do IPHAN: Série Inventário – Lençóis-Bahia, caixa 0029, pasta 01, envelope 07.

37 Ao todo, são 18 casas tombadas até 2003 (IPHAN, 2009).

rico de Lençóis na ocasião da proposição do tombamento da cidade; nessa ocasião (1970), não só como “casa natal”, mas também como Casa de Cultura. No folder de divulgação da Semana Afrânio Peixoto, ocasião em que a Casa de Cultura foi inaugurada, ressalta-se a “dedicação” do escritor à sua terra natal:

Presta, assim, uma comovida homenagem ao seu grande filho, a terra que o viu nascer, e a quem ele dedicou, vida afora, entranhado amor e devoção constante, que se refletem nos seus romances e na fixação dos costumes, dos tipos, das histórias e das paisagens de toda a região³⁸. (Processo n. 847-T-71, p. 8).

Qual seria o valor atribuído à casa natal de Afrânio Peixoto e quais os interessados? Ao que os discursos indicam, essa edificação é revestida de valor de rememoração; ela seria o objeto material que traria à lembrança, em primeira instância, o próprio escritor, e junto a isso, sua obra e sua representatividade.

Quanto aos interessados, um escritor, também lençoense e amigo pessoal de Afrânio Peixoto aparece como o idealizador da transformação da casa natal em Casa de Cultura, apoiado por três outros também escritores, políticos e os três membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (como Afrânio Peixoto):

A ideia de criação da Casa de Afrânio Peixoto data de longos anos, e se deve a Fernando Sales, que há cerca de 20 anos persegue este objetivo. Filho da região, onde a memória de Afrânio Peixoto foi sempre objeto de reverente admiração e carinho, Fernando Sales, ainda rapazinho, assistiu em 1941 à volta do grande escritor à sua terra, após 56 anos de ausência. E desde então, vendo confirmada pelo próprio a certeza de que nascera no pequenino sobrado da antiga Praça do Rosário, imaginou criar, no mesmo solo onde Afrânio Peixoto ensaiara os primeiros passos, a perpetuação material de sua glória, irmanada à vaidade e ao orgulho da cidade que lhe deu o berço natal. Correspondeu em vida com o escritor, e, após sua morte, já no Rio, procurou concretizar aquela ideia. [...] Afinal, há dois anos, encontrou ressonância no Conselho Federal de Cultura, no seu presidente-historiador Arthur César Ferreira Reis, e na sua Câmara de Letras [...]. Por uma feliz coincidência, o escritor Luís Viana Filho, admirador e amigo de A.P. nos últimos anos de sua vida, ascendera ao Governo do Estado, e ninguém melhor do que ele, pois que em 1941 acompanhara, juntamente com Wanderley de Pinho, o glorioso escritor na sua derradeira peregrinação à sua terra natal, para compreender àquela homenagem. Sensível, à ela, acolheu a idéia e lhe deu apoio através do Departamento do Ensino Superior e da Cultura do Estado. (Processo n. 847-T-71, p. 8, grifo nosso).

No processo de tombamento de Lençóis, a casa natal de Afrânio Peixoto é citada como *Casa de Cultura*, associada, portanto, muito mais a seu uso que à representatividade do escritor, o que anuncia uma primeira mudança nos valores a ela associados.

³⁸ Afrânio Peixoto ambientou alguns de seus romances em Lençóis e arredores: *A esfinge* (1911), *Maria Bonita* (1914), *Fruta do Mato* (1920) e *Bugrinha* (1922), considerado por alguns críticos, “algo de autobiográfico” (SALES, 2001, p. 131).

1.3. Os bastidores do tombamento

1.3.1. O *lobby* para o tombamento de Lençóis

Os Voluntários da Paz e o Movimento Criatividade Comunitária

No final da década de 1960, o despovoamento, a situação de ruínas dos imóveis e a precariedade da cidade fizeram com que ela fosse classificada como “município inóspito” pelo IBGE (informação verbal)³⁹. Esses mesmos motivos levaram o prefeito, Olímpio Barbosa Filho, a inscrevê-la no programa de cooperação do governo norte-americano *Aliança para o Progresso*. Ligada a esse programa estava a organização governamental *Peace Corps* (Corpo da Paz), cujo objetivo era “unir todos os países da América através de programas de ajuda e projetos comunitários” (GUANAES, 2006, p. 83).

Figura 21. Edificação em ruína em Lençóis, situada à Praça da Lira, 1971. Autor: Steve Horman. Fonte: arquivo pessoal de Heraldo Barbosa Filho.

Figura 20. Edificações em ruínas em Lençóis, 1971. Autor: Steve Horman. Fonte: arquivo pessoal de Heraldo Barbosa Filho.

Figura 22. Edificação em ruína em Lençóis, situada à Praça da Lira, 1971. Autor: Steve Horman. Fonte: arquivo pessoal de Heraldo Barbosa Filho.

39 Segundo depoimento (julho de 2011) de Heraldo Barbosa Filho. A classificação feita pelo IBGE, segundo Barbosa, referia-se aos aspectos econômicos e sociais.

Três voluntários vieram, sucessivamente, para Lençóis: David Blackburn (1969), Steve Horman (1970) e Roy Funch (1973), todos com a “missão” de promover o desenvolvimento social por meio de trabalhos comunitários. Os três trabalharam nessa perspectiva, cada qual dentro do seu campo de conhecimento, e os três, de alguma forma, visualizaram o turismo como uma possibilidade de desenvolvimento econômico.

O primeiro voluntário, David Blackburn tinha formação em sociologia e era natural de Los Angeles. Entre 1965 e 1968, período em que ficou em Lençóis, Blackburn criou um grupo de escoteiros e trabalhou em temas relacionados à educação, noções de higiene, e ensinando um ofício a moradores, como o conserto de aparelhos eletrodomésticos⁴⁰. Foi o primeiro a vislumbrar a criação de um parque nacional. No entanto, suas ideias não tiveram respaldo ou apoio da população; Davi (como era chamado pelos lençoenses) chegou a desabafar com mestre Osvaldo⁴¹ que “o povo de Lençóis não havia compreendido a sua proposta, mas que com 20 anos o Parque sairia” (BRITO, 2005, p. 120).

Steve Horman – Estevão, como foi chamado entre os moradores, foi o segundo voluntário a chegar a Lençóis. Preocupou-se em organizar a população, dentro da linha de “desenvolvimento de comunidade” pregada pelo Corpo da Paz. A ideia era pensar em soluções junto com a comunidade para reerguer a economia local e recuperar a cidade. Segundo Roy Funch, o grande mérito de Horman foi mobilizar a população: “Estevão era muito carismático, tinha muita energia, e botou aquela cidade para ferver. Ele formou o MCC, tomou um curso da Igreja Católica e colocou pra funcionar em Lençóis” (informação pessoal)⁴².

O Movimento Criatividade Comunitária (MCC) era um sistema de treinamento social que buscava orientar a população sobre formas de melhorar a condição de vida. O curso era promovido pela Igreja Católica⁴³, por meio de convênio com o Corpo da Paz. Nas palavras de Heraldo Barbosa Filho⁴⁴,

Estevão é que descobriu esse método de criatividade comunitária (MCC), a ideia veio de um brasileiro chamado Eduardo Gregori, ele criou um método de dinâmica social que se baseava em quatorze sistemas sociais. Ele dividiu o social em quatorze sistemas (tipo limpeza, saneamento, saúde, educação... não lembro todos) e o método era todo baseado na criatividade humana, a gente tinha que criar bastante para poder arranjar os recursos materiais para desenvolver os projetos, com apoio dos governos, sempre com o apoio dos governos, o governo federal, estadual, municipal, nunca subversivamente, sempre com a anuência dos poderes constituídos. (GUA-NAES, 2006, p. 98).⁴⁵

40 Encontramos também uma planta da cidade de Lençóis, de 1967, de autoria de David Blackburn, no Arquivo Central do IPHAN; no entanto, não conseguimos mais informações sobre qual seria sua finalidade.

41 “Mestre” Osvaldo, como é chamado entre a população, foi uma importante figura em Lençóis. Montou em sua própria casa um museu, aludindo à cidade e ao garimpo, e foi referência para todos os pesquisadores de Lençóis e da Chapada Diamantina, por seus depoimentos e do acervo pessoal que disponibilizava. Mestre Osvaldo faleceu em 2011.

42 Informação fornecida por Roy Funch em entrevista realizada em Lençóis/BA, em fevereiro de 2013.

43 A Igreja Católica também era a responsável por distribuir os donativos do programa assistencialista *Aliança para o Progresso*.

44 Heraldo Barbosa Filho nasceu e vive em Lençóis. Foi membro do grupo Movimento Comunidade Criatividade (como veremos a seguir), que propôs o tombamento da cidade. Heraldo foi também secretário de turismo de Lençóis em diversas gestões.

45 Entrevista de Heraldo Barbosa Filho concedida a Senilde Alcântara Guanaes em 2004.

Em torno do MCC organizaram-se três grupos com 126 membros no total. Os grupos eram compostos por pessoas com ocupações diversificadas: pedreiros, lavadeiras, garimpeiros, professores, estudantes. As tarefas eram executadas nos bairros segundo os sistemas, e iam desde campanhas de arrecadação de verbas, até varrição das ruas, consertos de sanitários na escola, e cursos, como de agricultura, higiene e noções de saúde.

Dentre as ações voltadas ao conjunto urbano edificado, o grupo restaurou os antigos lampiões da cidade, devolvendo-os às fachadas. Os lampiões haviam sido usados como iluminação pública até meados da década de 1930, quando foram substituídos pela energia elétrica. Funcionaram de 1888 a 1920 com querosene, e com carbureto até perderem a utilidade, devido à energia elétrica instalada na cidade. Em uma campanha de arrecadação de ferro velho para a 2ª Guerra Mundial, foram doados, mas ficaram em um depósito sem serem retirados. Três décadas depois, foram restaurados e reinstalados nas fachadas pelo grupo.

Hoje, os lampiões são o símbolo de Lençóis; estão presentes na maioria das peças publicitárias de eventos da cidade, de agências e inclusive nas logomarcas das administrações e associações, a exemplo da Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis (ACVL). (Figura 23 a Figura 28)

Em algumas ocasiões, a perda deste símbolo foi associada à descaracterização cultural. Em 1999, o jornal *A Tarde* noticiou que os lampiões estavam “desaparecendo das ruas e já preocupam a população”:

Um dos maiores patrimônios históricos do Brasil está sendo descaracterizado, neste município. Instalados em 1888 para servir de iluminação pública a querosene, os lampiões representam a marca predominante da beleza visual dos monumentos históricos da cidade e, ano após ano, vêm desaparecendo das fachadas dos sobrados sem que nenhuma providência seja adotada para repô-los.

Dos 158 lampiões existentes, restam apenas 21 e a falta é mais visível em pleno centro histórico, ficando os imóveis despidos deste importante cartão postal secular. (PATRIMÔNIO..., 1999).

Na Oficina de Planejamento Participativo do Programa Monumenta, ocorrida em 2001⁴⁶, os “lampiões danificados” foram apontados também como causa do “patrimônio descaracterizado” (BRASIL, 2001a).

Para Steve Horman, a ação mais importante do grupo foi a elaboração de “uma pesquisa que visava incluir Lençóis no rol das cidades a serem estudadas pelo IPHAN para se tornar Patrimônio Nacional, porque, a partir daí poderia ocorrer um grande interesse turístico” (BRITO, 2005, p. 122).

Steve Horman era natural de Marshall, estado de Missouri (EUA) e a ideia de propor o tombamento teria sido inspirada em cidades americanas parecidas a Lençóis em diversos aspectos: surgiram e cresceram rapidamente em função da mineração, decaíram e se tornaram

46 Ver Capítulo 3.

turísticas (informação verbal)⁴⁷.

Heraldo Barbosa Filho, um dos membros mais ativos do grupo MCC e um dos maiores entusiastas pelo tombamento, conta que as ações para a transformação de Lençóis em monumento nacional foram ocorrendo sem muito planejamento, pois não sabiam muito bem

Figura 23. Lâmpião na fachada de imóvel à Rua dos Mineiros, em Lençóis. Foto da autora, 2014.

Figura 24. Lâmpião no prédio da antiga prefeitura de Lençóis, usado como "foto do perfil" da comunidade "Viva Lençóis", no Facebook. Fonte: Viva Lençóis, 2014.

Figura 25. Cartaz de divulgação do 14º Festival de Lençóis. Fonte: Guia Chapada Diamantina, 2012.

Figura 26. Logotipo da administração de Lençóis gestão 2009-2013. Fonte: Albuquerque, 2013.

Figura 27. Uniforme dos membros da ACVL. Foto da autora, 2014.

Figura 28. Panô elaborado pelas artesãs do Grãos de Luz e Grão, Lençóis. Foto da autora, 2014.

⁴⁷ Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho em Lençóis/BA, em julho de 2011.

como proceder. O primeiro passo, sugerido por Steve Horman, foi a elaboração do *Plano de Reportagem Histórica* – documento que foi anexado ao pedido de tombamento, embora não tivesse, de início, esse objetivo.

Além de Heraldo Barbosa Filho e Steve Horman, trabalharam na confecção do *Plano* outros três jovens: Rená, Luis Otávio e Ivanyce. Nas palavras de Barbosa, “acho que ficamos uns 90 dias trabalhando no levantamento histórico e socioeconômico de Lençóis e envolvemos muitas pessoas da comunidade. Aquilo era um verdadeiro sonho” (BRITO, 2005, p. 122).

O material produzido pelo *Plano de Reportagem Histórica* rapidamente encontrou uma finalidade. Nas palavras de Heraldo Barbosa Filho

um dia ele [Steve Horman] veio com um jornal falando do [II] Encontro dos Governadores. Pensamos que aquela seria nossa chance, falamos com mestre Osvaldo e ele apoiou. Era julho, e o encontro seria em outubro. (informação verbal).⁴⁸

Para o II Encontro de Governadores (1971), prepararam uma apresentação de slides com fotos da cidade e arredores, e uma fita K7, com narração do próprio Heraldo Barbosa Filho⁴⁹, contendo uma poesia de Fernando Sales e um texto destacando as “belezas” de Lençóis.

Entretanto, descobriram que a participação no evento só seria possível de forma institucional, por órgão oficial constituído. “Para inscrever no Encontro foi uma dificuldade”, relata Barbosa, “pois tinha que representar uma entidade” (informação verbal)⁵⁰. Lembraram-se, então, do antigo Conselho Municipal de Turismo Lençoense, criado em 1961, mas que estava sem atividades. A saída foi nomear Heraldo Barbosa Filho como membro do Conselho Municipal de Turismo de Lençóis, fato que não deve ter encontrado resistência política na cidade, uma vez que Heraldo era parente do então prefeito, que tinha amplos poderes para nomear diretamente os membros do conselho. Nos documentos do II Encontro de Governadores, a proposição da Prefeitura de Lençóis é assinada apenas por “Representação da Prefeitura de Lençóis” (REPRESENTAÇÃO..., 1973 p. 292).

No II Encontro de Governadores, conseguiram um espaço para proposição. Iniciaram a apresentação com o documento audiovisual, a sequência de slides com narração ao fundo. Após o término, leram o texto que haviam preparado, “Trabalho da Prefeitura em prol dos Monumentos Históricos”, aludindo ao Projeto de Lei nº 190 da Câmara dos Vereadores, que criava o Conselho Municipal de Turismo de Lençóis e a proposta de tombamento. Foram muito aplaudidos. Em algumas matérias de jornais, os autores disseram-se impressionados com a beleza de cidade e a iniciativa dos jovens:

Foi Odylo Costa, filho, tão logo chegado do II Encontro de Governadores, realizado em Salvador em setembro de 1971, quem primeiro me falou da resolução tomada naquele conclave em relação ao tombamento da cidade baiana de Lençóis. Assistira ele, com o maior interesse, a exibição de “slides” focalizando alguns dos mais curiosos aspectos de arquitetura, das belezas naturais, dos casarões densos de tradição

48 Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho em Lençóis/BA, em julho de 2011.

49 A este documento nos referimos como “documento audiovisual” ao longo do texto.

50 Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho em Lençóis/BA, em julho de 2011.

que formam o esplêndido conjunto histórico da velha e sempre louvada “Capital do Diamante”, na Bahia, acrescentando, ao fim das impressões transmitidas: “Preciso conhecer Lençóis”. (SALES, 1973b).

O grupo atuou também em outra frente, procurando inserir Lençóis como destino turístico da Bahia. Acreditava-se que o tombamento seria o estopim, o ponto de partida para a atração de turistas. Nas palavras de Heraldo Barbosa Filho, “A ideia era proteger para ter turismo” (informação verbal)⁵¹.

Alguns meses após a apresentação da proposta no II Encontro de Governadores, Heraldo Barbosa Filho e Steve Horman viajaram a Brasília para a I Reunião Oficial de Turismo, em 1972. Nesse evento, que tinha objetivos de cunho mais administrativo⁵², conseguiram falar diretamente com Paulo Manoel Protásio, presidente da EMBRATUR, e agendar a apresentação do material audiovisual “para o jantar, na sede do Rotary Club”⁵³, onde também estavam presentes representantes da Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa).

Essas apresentações seriam fundamentais. Embora não tenham tido consequências imediatas, os logros seriam alcançados mais adiante, quando a Bahiatursa passaria a olhar com especial interesse a cidade de Lençóis (conforme veremos no capítulo 2). Segundo relatos, as apresentações conseguiram cativar pessoas influentes que passaram a defender tanto o tombamento quanto a inserção da cidade em programas do governo estadual e federal, como o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, o PCH⁵⁴:

O atual secretário da Cultura e Turismo do Estado, Paulo Gaudenzi [...] lembra que foi ele mesmo a defender o tombamento da cidade pelo IPHAN, durante evento em Brasília: “em Lençóis o governo trabalhou pelo tombamento, eu fiz uma apresentação para o Programa das Cidades Históricas Brasileiras, fui eu por acaso, não trabalhava com nada disso e a Secretaria de Planejamento, na época, me chamou e fui falar sobre Lençóis, sobre a cidade, sobre a história, sua importância arquitetônica”. (SANTOS, 2006, p. 77).

Junto ao IPHAN, a apresentação teve peso na instrução do processo, principalmente porque redundou em uma das recomendações do *Compromisso de Salvador*, documento conclusivo do II Encontro:

2. Na presente oportunidade encaminham à consideração dos Responsáveis as seguintes proposições adotadas no Documento ora assinado, que se chamará Compromisso de Salvador: [...] - a inscrição, como monumento de valor cultural, do acervo urbano de Lençóis, Bahia. (ENCONTRO DE GOVERNADORES..., 1973, p. 375 e 378).

Podemos ver suas consequências no próprio processo de tombamento. O pedido, feito em 25 de junho de 1971 pelos proponentes diretamente ao ministro de Educação e Cultu-

51 Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho em Lençóis/BA, em julho de 2011.

52 A reunião teve por finalidade: I – integrar o sistema nacional de turismo, definido pelos decretos 55/56, e o 60.224/67, dentro de um programa de interesse nacional de empreendimentos turísticos; II – estabelecer bases para a Delegação de responsabilidades executivas, com o objetivo de imprimir um ritmo cada vez mais ativo no desenvolvimento dos planos oficiais de turismo; III – fixar estratégias operacionais conjugando os esforços oficiais em benefício de uma ação permanente, traduzindo um só pensamento e orientação quanto ao Sistema Nacional de Turismo. (Diário de Notícias/RS, 2 jun. 1972; Correio do Povo/RS, 2 jun. 1972, apud HALLAL et al, 2010, p. 5).

53 Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho em Lençóis/BA, em julho de 2011.

54 Ver capítulo 2, no qual tratamos da inserção de Lençóis no PCH.

ra, Jarbas Passarinho, foi despachado por Renato Soeiro, presidente do IPHAN na época, ao chefe do 2º Distrito, Godofredo Filho. No dia 20 de outubro do mesmo ano, Godofredo Filho enviava o ofício nº 119 a Renato Soeiro, antes mesmo da realização do II Encontro, em que demonstrava conhecer o material preparado pelo grupo de Lençóis:

[...] cumpre-me informara a V.S., para os devidos fins, que esta Chefia, tendo conhecimento de ampla documentação fotográfica e de alguns estudos já realizados sobre o conjunto arquitetônico e urbanístico daquela cidade, documentação e estudos levados a efeito por particulares e entidades locais, inclina-se em princípio à efetivação da medida pleiteada [...] (Ofício nº. 119. Processo n. 847-T-71, p. 10).

Como mostra o jornal *A Tarde* de 16 de outubro de 1971 – nove dias antes do início do II Encontro – o grupo já havia apresentado a Godofredo Filho o documento audiovisual.

Figura 29. Recorte do Jornal *A Tarde*, 16 de outubro de 1971. Fonte: Santos, 2006, p. 68.

Em outro documento do processo de tombamento, a informação nº 47, do arquiteto Augusto de Silva Teles a Renato Soeiro, há menção ao Compromisso de Salvador e à apresentação do grupo, levando o arquiteto a destacar o interesse pelo tombamento:

[...] quando do II Encontro de Governadores para a proteção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do país, realizado em Salvador, de 25 a 29/X/71, a Prefeitura Municipal de Lençóis voltou a apresentar proposta objetiva, para tombamento do núcleo urbano e da área paisagística das imediações, ocasião em que foi mostrado aos congressistas filme documentário da região. Nas conclusões do II Encontro, figura um item, onde, especificamente se propõe “a inscrição como monumento de valor cultural do acervo urbano de Lençóis – Bahia”. [...] Pelo documentário mostrado, ficou claro o interesse do núcleo urbano em causa.” (Informação nº 47. Processo n. 847-T-71, p. 20).

O levantamento elaborado pelo arquiteto Fernando Machado Leal também faz referência ao trabalho dos membros do MCC:

[...] é de justiça salientar-se o trabalho apresentado no II Encontro dos Governadores, sobre a defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, [...] por uma equipe de jovens idealistas, naturais ou radicados em Lençóis, que chamou a atenção do conclave para esta cidade. (LEAL, 1978, p. 116).

O apoio de algumas personalidades influentes foi outra estratégia do grupo para alcançar a proteção do IPHAN. O primeiro a apoiar a causa do grupo foi Walfrido Moraes, pesquisador sobre a Chapada Diamantina e escritor de *Jagunços e Heróis* (obra que narra a história do Coronel Horácio de Mattos, nascido em Lençóis). Walfrido Moraes escreveu um ofício ao então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, que foi acompanhado da carta com o pedido de tombamento, assinada por Heraldo Barbosa Filho, e de uma declaração de apoio da Prefeitura de Lençóis⁵⁵. Talvez tenha sido por Walfrido Moraes que conseguiram “contaminar algumas pessoas, como Pedro Calmon”, relata Barbosa. Membro da Academia Brasileira de Letras, Pedro Calmon foi o conselheiro que escreveu o parecer sobre o tombamento da cidade. Vale lembrar, ainda, que a importância de outros dois escritores lençoenses – Urbano Duarte e Afrânio Peixoto – que também haviam sido membros da Academia Brasileira de Letras, podem ter sido fatores importantes no parecer de Pedro Calmon a favor do tombamento. Urbano Duarte foi o fundador da “cadeira 12” na *Academia*; Afrânio Peixoto foi o sucessor de Euclides da Cunha nesse mesma instituição⁵⁶.

Essas foram as maneiras com as quais a comunidade de Lençóis, sobretudo os integrantes do MCC, conseguiram se inserir nos meios de discussão sobre turismo e patrimônio e pressionar as autoridades responsáveis para o tombamento da cidade. Além dessas atitudes – estratégias avançadas para aquele grupo de jovens do sertão da Bahia – o discurso que adotaram, alinhado aos discursos dos técnicos, parece ter também contribuído para alcançar o que queriam.

1.3.2. Os discursos de leigos e técnicos

O ponto de congruência entre discursos de leigos – os proponentes do tombamento – e dos técnicos é a recorrência em traçar um paralelo às primeiras cidades-monumento do país, as cidades mineiras do ciclo do ouro. Ele aparece nas falas de Lygia Martins Costa e de Pedro Calmon⁵⁷, e também nas de Walfrido Moraes, de Heraldo Barbosa Filho e da Prefeitura de Lençóis: “vários aspectos turísticos e culturais tais como possui Cachoeira, Ouro Preto, Diamantina e outros centros históricos nacionais”; “seus monumentos erigidos no mais puro estilo colonial”; “de costumes dos mais variados matizes de sabor colonial”; “os sobrados coloniais”. (Processo n. 847-T-71, p. 3, 4, 16 e 18).

Tendo Lençóis se formado a partir de 1844, o “colonial” certamente não se refere ao período histórico, e sim ao estilo arquitetônico. Lençóis foi construída de forma rápida e sem planejamento. As primeiras construções certamente foram empreendidas por garimpeiros, oriundos de áreas de garimpo, como a região do Grão-Mogol. Conforme o núcleo foi crescendo,

55 A preocupação em obter apoio governamental aparece de forma recorrente nos depoimentos dos componentes do MCC, talvez herança da ditadura. “Todas as ações desenvolvidas pelo grupo tiveram apoio da prefeitura, nada era feito de modo anárquico, tudo com conhecimento das instituições”, esclarece Heraldo Barbosa Filho. (Informação fornecida em Lençóis/BA, em julho de 2011).

56 Segundo biografias da página de internet da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=540>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

57 Lygia Martins Costa era museóloga, chefe da Seção de Arte do IPHAN.; Pedro Calmon, do Conselho do IPHAN, foi o relator conselheiro do Processo de Tombamento de Lençóis.

começaram a se estabelecer na cidade famílias aristocráticas do Recôncavo baiano. Desde sua origem, a cidade recebeu pessoas de muitos lugares diferentes, tropas que abasteciam a cidade, vendedores de artigos importados. Ou seja, houve diversas influências externas, trazidas pelos viajantes, pelos comerciantes e principalmente por moradores que viajavam para a Europa⁵⁸, que se refletiram na arquitetura da cidade.

Assim, as características da arquitetura colonial estão predominantemente presentes no casario mais modesto, enquanto nos sobrados das famílias mais abastadas predominaram traços de movimentos revivalistas, como o neoclássico e o neogótico, e o eclético (ver Anexo A). Trata-se de um *colonial tardio modernizado*: sobre uma estrutura colonial, considerando implantação no lote e tipologia (REIS FILHO, 2004), foram sobrepostos novos elementos decorativos ao gosto da época. Essa foi uma prática muito comum nas três primeiras décadas do século XIX, conforme mencionamos na parte 1.1.4 deste capítulo.

Destacar o casario de Lençóis exclusivamente como “colonial” parece ter sido o meio dos proponentes exaltarem valores estéticos que já haviam sido reconhecidos pelo IPHAN, reforçando assim, as chances de conseguirem o tombamento.

O parâmetro de comparação continuava sendo as cidades mineiras, aludindo à “cultura do colonizador” (FONSECA, 1997, p. 143), embora outros valores comessem a ser atribuídos também pelos técnicos. Indicação disso é a representatividade da “memória social” por meio da “arquitetura tosca” a que se refere Pedro Calmon:

Porque Lençóis deve ser conhecida como um nobre e raro modelo de cidade feita, refeita, contrafeita ao sabor do povoamento ambicioso, repetindo no século romântico (o XIX) a aventura mineira do século barroco (o XVIII) [...] Não deram para estabelecer uma civilização, como a do ouro. Deram contudo para criar à sua imagem uma sociedade adventícia em transição para uma cultura agarrada ao solo, isolada nas alturas, ciosa da tradição, fiel ao arraial, que se urbanizou ao léu da escalada, sem pretensões externas, o engenho anterior à engenharia, com aquela amorável desarrumação do acampamento que se transformaria em vila, conservando, na irregularidade do traçado e na improvisação do casario, a história da conquista. Há por isso uma inevitável semelhança panorâmica com as velhas cidades mineiras. (Pedro Calmon, parecer de tombamento. Processo n. 847-T-71, p. 23, grifo nosso).

1.4. Os envolvidos

Chamamos aqui de “partes envolvidas” não apenas aquelas que propuseram o tombamento, mas todas que participaram, direta ou indiretamente. A análise dos documentos do processo de tombamento e de outras fontes, como os depoimentos, nos leva a identificar três grupos principais: os “proponentes”, os “membros de famílias tradicionais” e os “técnicos”. No primeiro grupo estão todos os que apoiaram a causa: um grupo de jovens, o escritor Walfrido Moraes e a prefeitura de Lençóis. No segundo, estão aqueles que se opuseram ao tombamento

⁵⁸ Conforme. p. 87 deste capítulo.

e tentaram boicotar o trabalho do grupo de jovens que o propunha. No terceiro grupo estão todos os que instruíram o processo e/ou analisaram, concedendo o tombamento: o arquiteto Fernando Machado Leal e os técnicos do IPHAN.

1.4.1. “Elementos da geração mais nova”, “grupo abnegado de cidadãos”

Os documentos constantes do processo de tombamento de Lençóis⁵⁹, no Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro), estão reunidos em uma única pasta e somam 45 páginas. Um processo bastante modesto se comparado aos atuais, que chegam a ser constituídos por muitos volumes, ainda que levemente mais vultoso em relação aos tradicionais processos de tombamento do IPHAN até a década de 1970. As diferenças que guarda, entretanto, em relação aos processos anteriores a ele estão muito além do número de páginas.

A primeira está explícita nas quatro primeiras páginas e se refere a quem fez o pedido de tombamento. Lençóis foi o primeiro conjunto urbano tombado pelo IPHAN cuja proposta de tombamento não partiu dos técnicos, e sim dos próprios moradores. Pela descrição dos bastidores, vimos que a ideia de tombamento e o empenho em consegui-lo foram do grupo do MCC. No entanto, nos documentos do processo de tombamento o grupo não aparece como tal. É possível caracterizá-lo, por meio de algumas falas, como um grupo de jovens, composto por residentes nativos e não nativos da cidade, e bastante empenhados na causa.

No ofício de Walfrido Moraes, ele é citado como “elementos da mais nova geração com uma imensa esperança no futuro” (Processo n.º 847-T-71, p.1)⁶⁰. Na declaração da prefeitura, ele é citado duas vezes, primeiro como “um grupo abnegado de cidadãos – filhos da terra uns, outros aqui residentes”, e no final como “esta plêiade de criaturas que visa só exclusivamente o bem-estar do nosso povo” (p. 4). Na informação n. 47, do arquiteto Augusto da Silva Telles a Renato Soeiro, presidente do IPHAN (p. 20), os interessados aparecem como sendo “o sr. Walfrido Moraes e outros amigos de Lençóis, com aquiescência do Prefeito Municipal”.

A segunda diferença refere-se a quem o pedido foi feito. Nesta tríade de documentos – o ofício de Walfrido Moraes, a carta de Heraldo Barbosa e a declaração da Prefeitura – não fica muito claro o que e para quem se pede. No ofício de Walfrido Moraes, pede-se o “patrocínio”, “roga-se o amparo”, tanto para “providências para o cadastramento e tombamento” quanto para a “restauração histórica” de Lençóis e “recuperação econômica do seu povo”:

[...] vimos pedir o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura no sentido das providências para o cadastramento e tombamento da cidade de Lençóis (p. 1)

[...] vimos ao encontro de Vossa Excelência rogar o amparo do Ministério da Educação e Cultura para a campanha que estamos empreendendo no sentido da restauração histórica da antiga capital do diamante da Bahia e da recuperação econômica do seu povo que, após a Revolução de 1930, entrou em desoladora decadência. (p. 2)

⁵⁹ Ver Anexo I.

⁶⁰ Neste item, as referências ao Processo de Tombamento serão citadas apenas pela página, visando não interromper a leitura.

A carta de Heraldo Barbosa Filho começa com tom informativo (“levar ao Vosso conhecimento”), solicita “auxílio”, “colaboração”, e que “contribua marcadamente”, e mostra o desejo de “realizar a transformação de Lençóis num ‘Monumento Histórico’”:

É mister levar ao Vosso conhecimento o desejo nosso de poder realizar a transformação de Lençóis num “Monumento Histórico” (p. 3)

Nós, empenhados em tal trabalho, carecemos de auxílio e necessitamos de oportunidade para mostrar, com orgulho, a história de um povo que também teve sua história. Portanto, é de grande valor toda e qualquer colaboração no sentido de nos ajudar mais uma vez, contribuindo marcadamente para a realização da transformação desse legado que nos foi doado pelo sacrifício, cultura e dedicação dos nossos antepassados (p. 3)

Além do fato do pedido não ter sido direcionado diretamente ao IPHAN, é curioso que não tenha sido a prefeitura a fazê-lo, uma vez que o apoiou, citando na declaração, inclusive, o Artigo 180 da Emenda Constitucional Nº 1 (BRASIL, 1969), que diz:

O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único: Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

As informações obtidas pelos depoimentos com moradores mostram que o grupo era bem mais heterogêneo que o que aparenta nos documentos. Várias classes sociais, de várias idades e com ocupações diversas: cerca de 130 pessoas, entre eles

um juiz, um promotor, um padre, um médico, pedreiros, garimpeiros, lavadeiras, etc.; todos colaboravam de acordo com suas capacidades, enquanto uns varriam as ruas outros ajudavam os enfermos no posto de saúde e/ou elaboravam documentos para solicitação de verbas e benfeitorias para a cidade. (GUANAES, 2006, p.98).⁶¹

Essa capacidade de reunir pessoas de diversas classes sociais e com ocupações distintas era, na opinião dos componentes, uma qualidade importante. Talvez tenha sido essa heterogeneidade e a troca de visões e experiências que ela possibilitava, que tenha feito com que a visão de patrimônio do grupo fosse tão ampla, contemplando o material e o intangível, antecipando em algumas décadas mudanças tipológicas no campo patrimonial, como veremos mais adiante.

1.4.2. A resistência das “famílias influentes tradicionais”

Embora saibamos que todos os esforços foram empreendidos apenas pelo grupo, manter-se escondido e demonstrar-se como “comunidade”, com apoio do poder municipal, da mídia e de personalidades, foi a forma encontrada para demonstrar coesão e unanimidade frente ao IPHAN.

Embora as ações de Steve Horman e do MCC tenham sido abraçadas por muitos,

⁶¹ Entrevista de Heraldo Barbosa Filho concedida a Senilde Alcântara Guanaes em 2004.

elas não agradaram a todos. Famílias mais tradicionais da cidade, que detinham o poder, viam a possibilidade de entrada do turismo como uma ameaça ao controle que tradicionalmente exerciam. Brito (2005, p. 122 -123) descreve três episódios desse conflito:

As pessoas influentes [...] reagiram, pressionaram o prefeito e passaram a perseguir o MCC e o movimento pelo tombamento caracterizando-o como “esquerdista”, culminando com o envio de um processo para o Governo Federal no qual Estevão era acusado de “subversivo comunista”.

Houve também ameaças de prisão aos participantes do MCC. Segundo Steve, também fizeram promessas de emprego “para quem assinasse uma denúncia contra mim, mas demonstrando muito caráter e coragem ninguém do MCC assinou”. Após um encontro com as autoridades locais para os devidos esclarecimentos, foi negociada a continuidade dos trabalhos do MCC e em prol do tombamento.

Uma outra reação dos potentados locais, contra a retirada da cidade do isolamento e chegada de outra atividade econômica, acarretando uma possível perda de controle político, ocorreu quando Estevão foi criticado pelo fato de colocar uma placa à margem da asfaltada BR242, indicando “Lençóis 12 km.”

Steve Horman, em carta enviada à Câmara dos Vereadores de Lençóis, de 26 de abril de 1974, quando o voluntário já não estava mais na cidade, mostra que mesmo após o tombamento houve resistência na cidade para aceitá-lo:

É bem possível que existe [sic] pessoas da cidade que consideram seu Tombamento como Monumento Histórico nacional, um grande passo para traz. Mas gostaria de responder a eles que Lençóis com suas paisagens deslumbrantes, seu conjunto neo-colonial, suas festas e tradições e a hospitalidade do seu povo consta uma verdadeira riqueza praticamente incomparável no Estado da Bahia. (HORMAN, 1974 apud ARAÚJO, NEVES, SENNA, 2002, p. 207).⁶²

1.4.3. Os técnicos do IPHAN

O terceiro grupo de envolvidos é caracterizado pelos técnicos do IPHAN, e engloba os funcionários do órgão que participaram do processo, os membros do Conselho Consultivo e os profissionais contratados, externos ao órgão, que elaboraram trabalhos para a instrução do processo.

Poucos são os funcionários envolvidos no processo de tombamento de Lençóis: Renato Soeiro, diretor do IPHAN; Godofredo Filho, diretor da 2ª Regional (Bahia); o arquiteto Augusto da Silva Teles; e a museóloga Lygia Martins Costa. Em relação ao Conselho, na ata da reunião (p. 28-29)⁶³ na qual se votou pelo tombamento de Lençóis, identifica-se apenas um, Pedro Calmon, o conselheiro relator, uma vez que não há registros de opiniões dos demais conselheiros, apenas o voto a favor. Por último, no rol de profissionais contratados, está o arquiteto Fernando Machado Leal, que desenvolveu pesquisa histórica e levantamento fotográfico da

62 Carta de Steve Horman aos vereadores de Lençóis. 26 de abril de 1974. Anápolis – Goiás. Arquivo Municipal Dom Obá II (Lençóis). Documento sem catalogação.

63 IPHAN. Conselho Consultivo. Ata da Sexagésima Segunda sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 14 dez. 1973.

cidade, para subsidiar a análise pelos técnicos e pelo conselheiro relator.

O que faz com que estes estejam agrupados é a posição que ocupam, de “analistas do pedido”, e sua vinculação ao órgão. No entanto, um arranjo diverso pode ser feito a partir de seus respectivos discursos. Desse ponto de vista, o arquiteto Fernando Machado Leal pode ser considerado uma voz diferente, uma vez que sua atribuição de valores difere em parte da que ficou oficializada pelos técnicos do IPHAN.

1.5. Os valores nas entrelinhas dos documentos

1.5.1. Presente, passado e futuro de Lençóis no Plano de Reportagem Histórica e Cultural

O *Plano de Reportagem Histórica e Cultural sobre a Cidade de Lençóis* – Bahia, datado de julho de 1971 (Processo n. 847-T-71, p. 5-6), era na verdade o planejamento das ações e da pesquisa a ser proceder sobre a cidade. Foi a estrutura da documentação preparada, pelo MCC, para a apresentação solicitando o tombamento, e dessa pesquisa foram produzidos uma fita K7, com narração feita por Heraldo Barbosa, e uma sequência de slides com imagens da cidade.

Estava dividido em três “fases”, correspondendo a: *Fase 1 – Cidade de Lençóis-Ba no passado; Fase 2 – Cidade de Lençóis-Ba no presente e Fase 3 – Futuras perspectivas da cidade de Lençóis-Ba*. (Processo n. 847-T-71, p. 5-6). No *Plano* também aparecem várias orientações de cunho turístico, como veremos a seguir.

É interessante notar a dicotomia existente entre “a cidade de Lençóis” no “passado” e no “presente”, segundo o *Plano*. A descrição da cidade *no passado* reunia tanto o passado em si, quanto sua representação. Os itens *eventos históricos* (com a “descrição de cada evento” e “as influências que os mesmos condicionaram na Região, Estado, e Nação”) e *personalidades importantes* (“mostrando as influências que as mesmas exerceram na Região, Estado, Nação”), pareciam buscar a legitimação da participação de Lençóis na história oficial. Outros dois itens, *Aspecto geográfico e arquitetônico na cidade* e *Coleção de publicações sobre a cidade de Lençóis* buscavam reunir “retratos da cidade antiga”, “mapa da cidade” e “bibliografia”. O primeiro dos itens, *Descrição Geral do tempo passado*, reunia “aspectos culturais e religiosos”, agrupados como “festivais” e “folclóricos (inclusive jarê)”:

A. Descrição [sic] Geral do tempo passado

1 – Aspectos culturais e religiosos

a – Festivais

b – Folclóricos (inclusive jarê)

c - Bibliografia

B. Eventos históricos

- 1 – Lista dos eventos históricos (cronologicamente)
 - a – Descrição [sic] de cada evento histórico e as influências que os mesmos condicionaram na Região, Estado, e Nação
 - b - Bibliografia

C. Personalidades importantes

- 1 – Bibliografia de cada personalidade (mínimo duas páginas) mostrando as influências que as mesmas exerceram na Região, Estado, e Nação.
- 2 – Obras importantes (livros, artigos, retratos, etc)
- 3 – Bibliografia

D. Aspecto geográfico e arquitetônico da cidade

- 1 – Coleção de retratos da cidade antiga
- 2 – Mapa da cidade
- 3 – Bibliografia

E. Coleção de publicações sobre a cidade de Lençóis

(Processo n. 847-T-71, p. 5)

Manifestações culturais e religiosas são colocadas no tempo *passado*, e entre os aspectos geográficos e arquitetônicos estão fotos da cidade *antiga*, e não da atual. Isso nos dá uma pista para entender como esses jovens estavam atribuindo valores e quais significados a cidade tinha para eles. Da forma como são colocadas as festas e manifestações religiosas, parece que neste período elas não mais aconteciam, o que nos soa um pouco estranho, pois nos depoimentos de alguns moradores, essas manifestações foram muito ressaltadas. Temos duas hipóteses em relação a isso: que nesse período, devido ao despovoamento da cidade e da região, essas manifestações não tinham mais a força que tiveram no passado (considerando a “participação” dos moradores); ou que elas fossem ainda vivas nesse período, mas foram colocadas “no passado” no sentido de tradição.

Em relação à “fase 2”, *Cidade de Lençóis no presente*, quatro itens foram elencados:

A. Descrição [sic] Geral sobre Lençóis atual

- 1 – População
- 2 – Indústria
- 3 – Educação e cultura
- 4 – Religião
- 5 – Comunicação e transporte
- 6 – Governo municipal
 - a - Reportagem sobre as finanças do município
 - b - Serviços Públicos Municipais

B. Atuais pontos turísticos e históricos existentes

- 1 – Relação dos pontos turísticos e históricos
- 2 – Descrição [sic] da cidade indicando os pontos turísticos e históricos
 - 3 – Análise das condições estruturais dos pontos indicados
 - 4 – Mapa da cidade indicando os pontos
- 5 - Descrição [sic] do trabalho da Prefeitura Municipal em prol da restauração e preservação dos pontos
 - 6 – Apresentação [sic] dos slides coloridos

- C. Mapa da Bahia salientando as estradas que facilitam o acesso
 - D. Diagrama das distâncias e tempo entre Lençóis e outras cidades
- (Processo n. 847-T-71, p. 5-6).

Observa-se que o “atual” era composto por atrações turísticas, e que o grupo que elaborou o documento pensou este item nos moldes de um informativo turístico. A “Lençóis no passado” era a cidade que se pretendia proteger, por meio do tombamento (como veremos mais adiante, ao analisarmos os produtos desse *Plano*); a “Lençóis no presente” era a cidade turística. Esses dois tempos se mesclavam nas “futuras perspectivas para a cidade de Lençóis-Ba”, notadamente sobre duas vertentes: a do ciclo econômico (“período dos garimpos”, “casa do garimpeiro”, “casa da lapidação”) e a da “personalidade histórica” Horácio de Mattos.

A. Criação do Museu Regional

- 1 – Decreto da criação
- 2 – Desenho proposto
- 3 – Descrição do conteúdo do Museu
 - a – Período dos garimpos
 - b – Coronel Horácio de Matos
 - c – Apresentação da cidade antiga

B. Restauração da Casa do Garimpeiro

- 1 – Descrição [sic]
- 2 – Apresentação fotográfica

C. Preservação da Casa da Lapidação

- 1 – Descrição [sic]
- 2 – Apresentação fotográfica

D. Reportagem sobre a nova energia elétrica da cidade

E. Declaração Pública

F. Decreto da Prefeitura Municipal

(Processo n. 847-T-71, p. 5-6).

É interessante notar que no *Plano de Reportagem Histórica* não consta menção à Casa de Cultura Afrânio Peixoto, que havia sido inaugurada apenas seis meses antes da elaboração do *Plano*.

1.5.2. O documento audiovisual apresentado no II Encontro

O documento audiovisual⁶⁴ preparado pelos proponentes do tombamento é o documento mais importante de que dispomos para a análise dos valores atribuídos a Lençóis no momento de sua valoração. Está composto de fotos (que foram projetadas por slides) e um texto narrado, intercalado por uma música cantada pelo próprio Heraldo Barbosa Filho (informação verbal).⁶⁵ Reproduzimos todas as fotos apresentadas e a transcrição do áudio no Apêndice A, p. 415.

64 Movimento Criatividade Comunitária. Áudio da apresentação para o II Encontro de Governadores. Arquivo WAV. 22 minutos 12 segundos. Lençóis, 1971. Narração de Heraldo Barbosa Filho. Arquivo particular de Heraldo Barbosa Filho.

65 Rilza Ribeiro Rola, integrante do MCC, nos contou que “foi uma dificuldade fazer todo aquele trabalho. A gravação foi feita em um banheiro, nos trancamos lá porque a acústica era um pouco melhor”. Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola

Podemos dividir a narração em cinco partes: 1. A primeira, relatando suas paisagens naturais e o ofício do garimpo; 2. A segunda, um texto do escritor Fernando Sales, *Canto da velha Lençóis*, 3. Um pequeno texto falando sobre o coronel Horácio de Mattos e o Jarê; 4. Um texto de cunho turístico, ressaltando, mais uma vez, aspectos da paisagem natural; 5. Uma canção que entremeia cada um dos textos. Todos os textos são narrados por Heraldo Barbosa Filho – inclusive a canção, que é cantada e acompanhada ao violão – e com exceção do quarto texto, que mais parece um programa de rádio, e cujo narrador desconhecemos. Nesta narração, mais que em qualquer outro documento, há uma forte ênfase a bens de natureza imaterial e, principalmente, à paisagem natural.

A primeira parte do áudio se inicia com a frase “lindas paisagens com vistas agradáveis”. Na continuação, fala-se das águas, “riachos, córregos e quedas”, e passa-se a destacar a “Cachoeira Glass” – atual Cachoeira da Fumaça – “descoberta no ano de 1960”. Descreve-se então a Gruta do Lapão, “belas formações de cristais e grandes salões de pedras de enormes extensões”, para em seguida enaltecer a atividade que deu origem às cidades da região: o garimpo. A atividade do garimpo de serra é descrita sumariamente até chegar à lapidação: “a arte de lapidar diamantes é mantida aqui em Lençóis”. Por fim, há menção às “areias coloridas” com as quais um estudante local “aproveita dessas areias para decoração de garrafas com lindos desenhos geométricos”.

Nota-se, nessa primeira parte, o anúncio da vocação de Lençóis para o turismo de natureza, vocação que viria a se consolidar a partir de meados da década de 1980, após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e sua inserção como primeiro destino ecoturístico do país. A menção à Cachoeira Glass reforça o apelo à paisagem natural: a cachoeira é mostrada como sendo de Lençóis, e seu município, Palmeiras, não é mencionado. Além das paisagens naturais, são enalticidos três “fazeres”: os ofícios da garimpagem e da lapidação de diamantes, e um tipo de artesanato local.

Após esse trecho, uma música com a seguinte letra é cantada, acompanhada de um violão:

Lençóis dos diamantes
Terra onde nasci
De casarões sobre a cascata
Tenho saudades de ti⁶⁶

O segundo trecho é a leitura do um texto do escritor Fernando Sales, *Canto à velha Lençóis*⁶⁷. Trata-se do surgimento de Lençóis e de aspectos da vida cotidiana da cidade, aparentemente quando do seu auge econômico: “eu canto com orgulho a grandeza de Lençóis”. Nele, são mencionados “templos e casarões”, costumes, “Lençóis das noites líricas de ricos responsais, com bandas de músicas e casacas de Paris implantando civilização”, festas e manifestações: “Lençóis tradicional das festas de 2 de julho, com bandeirolas de papel de cor nas

em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

66 Desconhecemos a autoria da música.

67 Não descobrimos de que obra faz parte.

ruas, arcos de bambu e discursos patrióticos”, aspectos de arquitetura “menor”: “Dos bairros modestos de ruas compridas, de casas de taipa branquinhas de cal”. No final, há referência também à decadência: “Lençóis, tão simples na aventura e ativa no infortúnio”.

A terceira parte enaltece a presença do “campo de armas” do Coronel Horácio de Mattos, em que “o famoso chefe da Chapada Diamantina, e cidadão de Lençóis, começou a sua famosa revolução”, e também a existência do Jarê: “A Bahia é famosa pelo seu candomblé. Lençóis é única a esse respeito porque lá existe uma forma de candomblé típico dessa região, o Jarê”.

Neste trecho, fica claro que se buscava legitimar a inclusão de Lençóis como patrimônio nacional, pela sua participação na “história da nação”, por meio da revolução do Coronel Horácio de Mattos, e pela característica de excepcionalidade do Jarê, manifestação religiosa típica de Lençóis.

A última parte, cujo narrador não identificamos, é feita nos moldes de um informe publicitário de rádio. Há um forte apelo turístico colocado, destacando apenas aspectos naturais: “Na região da Chapada Diamantina, município de Lençóis, existem pontos que, pelo seu aspecto natural, oferecem condições ao desenvolvimento do turismo”. A “indústria turística” é defendida como propulsora do desenvolvimento econômico:

O turismo entre nós não está bem conceituado como a maior de todas as indústrias, aquela que mais oferecer emprego, integração e expansão de conhecimentos. A criação da EMBRATUR, uma empresa estatal do CNDU como órgão de cúpula, foi uma experiência pioneira que necessita ser amplamente desenvolvida e amparada. O objetivo claro e preciso da descentralização do turismo se faz dia a dia mais imprescindível à integração do país, pois como é constatado, esta indústria turística, além de ser um fator de entendimento entre os homens e propagação da cultura, é uma extraordinária fonte de riqueza.

O texto dá a entender que o Conselho de Turismo de Lençóis conhecia as orientações da EMBRATUR e da Bahiatursa de interiorização do turismo⁶⁸:

Dentro da complexa estrutura reclamada pelo turismo, o que o Brasil possui de autêntico, de característico, representa um acervo de valores naturais e culturais que nos compete proteger e utilizar com inteligência. Com base nisto, é que o Conselho Municipal de Turismo de Lençóis, com o auxílio das agências turísticas estaduais e nacionais, levará o desenvolvimento como ato de descentralização e integração o turismo na Chapada Diamantina, no Estado da Bahia.

Os lugares destacados neste texto são: Morro do Pai Inácio; a “queda Glass” (que, como já mencionamos, não está situada em Lençóis, e sim em Palmeiras); a queda do rio Mucugezinho; a Gruta do Lapão; o rio Lençóis; as areias coloridas (posteriormente “Salão de Areias”); lagoa dos Marrecos; rio Ribeirão, Serra do Rio Capivara.

O texto refere-se ainda à criação de áreas de camping em vários destes locais, destacando a proximidade deles com a recém-construída BR-242, com a estrada de acesso a

68 Isso contraria as informações que obtivemos nos depoimentos e bibliografia, de que o Conselho estaria “parado” e de que Heraldo Barbosa Filho teria sido nomeado exclusivamente para que o grupo do MCC pudesse participar do II Encontro.

Lençóis “que será asfaltada em poucos meses”, e o fácil acesso a outros locais. A atividade do garimpo é mais uma vez mencionada, agora como possível “atração”: “Nesse rio ainda se pode apreciar o trabalho do garimpeiro em busca da sua fortuna e cachoeiras que caem das serras altas que cercam a cidade de Lençóis”.

Em relação às fotos que acompanharam esta narração, não sabemos em que ordem foram apresentadas e qual a correspondência com a narração, pois obtivemos o material em separado. Há um grupo de fotos de edificações da cidade, e outro que parece corresponder à narração. Dentre estas, a única foto de edificação de Lençóis é a da casa de Horácio de Mattos; as demais correspondem às paisagens mencionadas na narração e a garimpeiros e lapidários em atividade. No Apêndice A, p. 415, estão reproduzidas as fotos que acompanharam a narração e as demais, feitas por Steve Horman. Esse conjunto, junto com a transcrição do áudio, nos dá um quadro geral dos bens apresentados, ao se fazer a proposta de tombamento.

1.5.3. Os bens e a atribuição de valores pela comunidade e pelos técnicos do IPHAN

Uma análise comparativa de cada um dos documentos do processo de tombamento permite identificar quais os *bens* destacados e quais os valores a eles atribuídos por cada um de seus autores. Sintetizamos esses dados na Tabela 2, na qual estão transcritas as frases proferidas em cada documento que nos permitiram fazer tais associações.

A identificação e classificação dos valores, quando eles não são explicitamente mencionados, não é tarefa fácil: uma frase como “antiga capital do diamante da Bahia” guarda sutilmente muitos significados. *Antiga capital* refere-se à importância da cidade (não uma cidade qualquer, mas uma *capital*), mas sendo *antiga*, uma importância que já não mais existe. Portanto, está subentendido um valor *histórico*, mas que pode ser qualificado quando analisamos o termo completo: capital do *diamante*. Isso já sugere um valor histórico *econômico*. Mas se completarmos ainda mais a frase, antiga capital do diamante *da Bahia*, podemos entender que se trata de um valor histórico-econômico colocado em nível *regional*.

É claro que *antiga capital do diamante na Bahia* pode ainda trazer significados escondidos, subjetivos, que só são possíveis de desvendar com profundo conhecimento da cultura e da sociedade locais. Por exemplo, ser a antiga capital do diamante da Bahia pode aludir à quantidade e/ou qualidade da produção. Pode aludir aos aspectos urbanos dessa capital, com todos seus melhoramentos raros para qualquer outra cidade do sertão em meados do século XIX. Pode aludir à importância de Lençóis perante o mundo, conforme expressou Afrânio Peixoto:

Lençóis, seus carbonados, exclusivos nossos, seus diamantes mais duros que os outros, são 80% das pontas de aço de energia mecânica que rompe as pedras dos túneis e dos solos e faz a alma dos canhões, os monstros de guerra, que vomitam projecteis e ruínas... Lençóis colabora com o mundo, no melhor e no péssimo, sem que o mundo o diga, se acaso o sabem os que dizem... Minorias são as gemas que esmaltam colos, punhos, dedos, em colares, pulseiras, barretes, arrecadas, anéis, os diamantes de “primeira água”, a “fazenda boa” que vai às lapidações a aos ourives: arte para exaltar a mulher, a gema da natureza. Lençóis colabora com a indústria,

a guerra, os serviços públicos, as artes de joalheria... Quando o vejo, pelo mundo, a tudo isto, digo comigo... tudo isto é meu, se é de minha terra. E me orgulho, de Lençóis... (PEIXOTO, 1944, notas, p. 338).

A legislação nacional de proteção ao patrimônio histórico – o Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937) – contempla os bens que sejam dotados de valores *históricos, artísticos, etnográficos e paisagísticos*. Os *históricos* podem abarcar valores *memoriais*, ligados a fatos e personagens importantes para a história da nação, e todos eles podem conter também o valor de *excepcionalidade*, caso se trate de algo único.

Não podemos, entretanto, fazer uma análise da atribuição de valores que foi realizada no início da década de 1970, com parâmetros atuais, o que se constituiria em anacronismo. Assim, elaboramos a tabela classificando os valores conforme pudessem ser “encaixados” nas categorias possíveis do Decreto-Lei nº 25.

Tabela 2. Frases proferidas, tipos de bens e valores atribuídos nos documentos do processo de tombamento de Lençóis/BA

<i>Frases proferidas nos documentos constantes no Processo de Tombamento de Lençóis</i>	<i>Tipo de bem</i>	<i>Valor atribuído</i>
(A) Ofício n. 3/71, de Walfrido Moraes ao ministro (p. 1-2)		
Papel histórico, quer do ponto de vista econômico, quer político, quer social, [...] nos destinos da Bahia e do Brasil.	Lençóis*	<i>Histórico</i>
Fatos significativos fixados em obras magistrais dos escritores como Afrânio Peixoto, Lindolfo Rocha, Marcelino José das Neves, Herman Lima, Herberto Sales, etc.	Lençóis	Memorial <i>Histórico</i>
Antiga capital do diamante da Bahia.	Lençóis	<i>Histórico</i>
(B) Carta de Haroldo Barbosa Filho ao ministro (p. 3)		
[...] terra de Afrânio Peixoto, Horácio de Mattos, Urbano Duarte	Lençóis	<i>Memorial</i>
Terra de jagunços e de heróis, do garimpeiro e do Sr. coronel e de toda uma civilização.	Lençóis	<i>Etnográfico</i>
(C) Documento: Declaração (Prefeitura de Lençóis) (p.4)		
Todos os faustos do nosso passado pleno de heroísmo, cultura e labor.	Lençóis	Histórico <i>Etnográfico</i>
[...] seus monumentos erigidos no mais puro estilo colonial, de par com suas paisagens miríficas e eternamente sugestivas.	Conjunto arquitetônico e urbanístico; Paisagens naturais	<i>Artístico</i>
(D) Documento: Proposição da Prefeitura de Lençóis ao II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural Nacional – (p. 16-19)		
Passado histórico eivado de belíssimas páginas, originárias dos minérios explorados na região.	Lençóis	<i>Histórico</i>
Os sobrados coloniais, as ruas de calçamento rústico, o lampião de azeite, ainda se conservam.	Conjunto arquitetônico e urbanístico	<i>Artístico</i>

Bagagem diversificada de luxo, grandeza, cultura, civilização e aventuras misturadas no bojo da opulência – de costumes dos mais variados matizes de sabor colonial, tendo como contrapeso a beleza.	Manifestações culturais; Rituais	<i>Etnográfico</i>
dos lundus, batuques, crenças e rabuscadas [sic] de superstições que davam uma tonalidade coreográfica própria do negro escravo africano.	(intangível)	
É inegável o acervo cultural e riquezas naturais	Lençóis Paisagens naturais	<i>Etnográfico</i>
Casa da Cultura Afrânio Peixoto	Arquitetônico	<i>Memorial</i>
Biblioteca pública Urbano Duarte	Arquitetônico	<i>Memorial</i>
(E) Documento: áudio elaborado pelo MCC (arquivo de Heraldo Barbosa Filho)		
Lindas paisagens com vistas agradáveis	Paisagem natural	<i>Etnográfico</i>
A arte de lapidar diamantes é mantida aqui em Lençóis	Ofício (intangível)	<i>Etnográfico</i>
[...] se pode observar uma paisagem espetacular da serra onde hoje, como há cem anos passados, garimpeiros trabalham precariamente procurando sua fortuna nos rios e cachoeiras que correm de grandes alturas, sem princípio e sem fim.	Ofício (intangível)	<i>Etnográfico</i>
Usando habilidade e criatividade de artista, um estudante chamado Manoel Reis aproveita dessas areias para decoração de garrafas com lindos desenhos geométricos	Ofício (intangível)	<i>Etnográfico</i>
A Bahia é famosa pelo seu candomblé. Lençóis é única a esse respeito porque lá existe uma forma de candomblé típico dessa região, o Jarê. [...] a Bahia quando exalta o candomblé, pode também apontar o Jarê como parte de sua intrincada herança cultural.	Rituais (intangível)	<i>Etnográfico</i>
Lençóis tradicional das festas de 2 de julho, com bandeirolas de papel de cor nas ruas, arcos de bambu e discursos patrióticos	Festas (intangível)	<i>Etnográfico</i>
Dos bairros modestos de ruas compridas, de casas de taipa branquinhas de cal	Arquitetura Menor	<i>Etnográfico</i>
(F) Informação 295 - De Lygia Martins Costa (Chefe da seção de arte IPHAN) (p. 23-24)		
por sua singularidade surpreende o estudioso de nossas coisas antigas.	Lençóis	<i>Excepcionalidade</i>
Uma cidade fantástica, sob todos os ângulos. [...] mas sobretudo pela própria cidade, que conjuga harmoniosamente os remanescentes setecentistas com a predominância arquitetônica do séc. XIX, de particular interesse pela casario ritmado de praças e ruas evidenciando o domínio dos vasados, em sobrados e casas térreas com exemplares de grande leveza e elegância, as vergas em arco de pleno centro ou repetidamente de ogivas, retas em menor número, telhados à vista ou disfarçados por platibandas, o calçamento especial de pedra em feição própria, tudo formando um conjunto de unidade cadenciada e limpeza arquitetônica [...]	Conjunto arquitetônico e urbanístico	<i>Excepcional valor artístico</i>

Impressiona Lençóis por sua beleza inusitada, tanto no todo como no particular, do caráter quase irreal da praça Honório de Matos ao detalhe animalista de um buzinode ou perfil sóbrio de um lampião; de ruas acolhedoras embora menos dignas de nota, como trecho da Avenida Rui Barbosa do fim do século passado, a sobrados de pureza clássica da entrada dos Oitocentos, nos quais os vãos se agrupam em linha ondulada, o andar em vidraças peculiarmente trabalhadas com remate de pronunciado e elegante beiral.	Conjunto arquitetônico e urbanístico	<i>Excepcional valor artístico</i>
--	--------------------------------------	------------------------------------

(G) Parecer Pedro Calmon (Conselheiro IPHAN) (p. 26-27)

Lençóis deve ser conhecida como um nobre e raro modelo de cidade feita, refeita, contrafeita ao sabor do povoamento ambicioso.	Conjunto arquitetônico e urbanístico	<i>Excepcional valor artístico e etnográfico</i>
[...] núcleo magnífico da mineração de outrora	Lençóis	<i>Etnográfico</i>
[...] na impressionante unidade de sua arquitetura tosca	Conjunto arquitetônico e urbanístico	<i>Etnográfico</i>

* Quando não havia referência a um bem específico, a alusão era feita à cidade. Nesses casos, percebe-se que os valores estão associados não apenas ao conjunto edificado e paisagens, mas também aos bens de natureza intangível.

Fonte: Tabela organizada pela autora a partir de Processo nº 847-T-71, Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

A análise nos conduz a surpreendentes conclusões: a diferença qualitativa e quantitativa no número de bens e na atribuição de valores pelos proponentes e pelos técnicos. Nos sete documentos que integram o dossiê de tombamento, que foram redigidos pelos proponentes, e no documento audiovisual apresentado às autoridades, vários são os “bens” enaltecidos no discurso: a *paisagem natural*, as festas, o Jarê (dissidência do candomblé típico de Lençóis), o ofício do garimpo e da lapidação, a arquitetura. Já nos dois documentos redigidos por técnicos do IPHAN, apenas o conjunto arquitetônico é mencionado. Vejamos:

O discurso dos proponentes (documentos A a E na Tabela 2) fazia alusão aos mais diversificados bens – tanto materiais quanto intangíveis: a paisagem natural; a paisagem urbana; as festas; os ofícios; o Jarê como manifestação religiosa; as casas onde nasceram Afrânio Peixoto e Horácio de Mattos; a biblioteca pública. Além de ressaltados nos discursos, os bens foram apresentados nas fotos, como vemos nas Figuras do Apêndice 2. A esses bens estavam associados diversos valores e significados, econômicos, sociais, históricos e espirituais: a cidade como núcleo do ciclo econômico do diamante na Bahia e do exército do Coronel Horácio de Mattos; como berço de importantes personalidades (coronel Horácio de Mattos e escritores); como lugar de convívio de diversas classes sociais (“terra de jagunços e heróis, do Sr. Coronel”).

Podemos ter outro indicativo dos valores associados ao patrimônio de Lençóis por meio de um informativo elaborado pelo grupo de jovens do MCC. Essa espécie de “guia turístico” da cidade trazia informações sobre a história do nome “Lençóis”, indicação de distâncias, necessidade de guias de turismo, indicação de onde ficar (na época, apenas duas pousadas) e instruções relativas a precauções a serem tomadas para evitar acidentes e limpeza das trilhas. O informativo trazia ainda, um roteiro turístico com indicação das seguintes “atrações” urbanas: Biblioteca Urbano Duarte; Praça Horácio de Mattos; prefeitura municipal; Casa de Cultura Afrânio Peixoto; Igreja Matriz; Casa de Jarê; Casa de Lapidação; Campo de Batalha; Casa de Horácio de Mattos; Igreja Senhor dos Passos; Casa do Garimpeiro. Como atrações naturais:

Baixio; Serrano; Salão de Areia; Queda do Rio Lençóis; Praia do Rio São José (conhecida como Zaidan); Ribeirão; Mucugezinho; Morro do Pai Inácio e Gruta do Lapão (SANTOS, 2006, p. 78).

Segundo a classificação pelo Decreto-Lei nº 25 (BRASIL, 1937), esses bens e valores podem ser classificados, quase todos, em dois grandes conjuntos que seriam o “histórico” e “etnográfico”. Segundo as frases dos proponentes do tombamento sobre esses bens, poderíamos classificá-los em uma gama bem maior e específica: histórico, espiritual, social, econômico e estético.

No entanto, para a época, essa questão não era sequer colocada. Vimos que, embora em todos os documentos apresentados pela comunidade, tais bens fossem destacados, e associados a eles diversos valores, nos documentos do IPHAN nota-se que essa discussão não foi contemplada. Como explica Leonardo Barci Castriota,

A questão da atribuição de valor – que hoje nos aparece em toda sua complexidade – não parecia ser, no entanto, até há algumas décadas, uma questão controversa, nem digna de maior investigação: como já mostramos, a conservação constitui durante muito tempo um campo relativamente fechado, sendo a atribuição de valor feita, via de regra, por experts, que decidiam o que era (ou não) patrimônio. (CASTRIOTA, 2009, p. 100).

No discurso dos técnicos (documentos F e G na Tabela 2) prevaleceram alusões ao conjunto edificado, ao patrimônio material. Até os procedimentos e instrumental dos técnicos, usados para a averiguação dos valores, também visaram exclusivamente o conjunto edificado:

Ocorre esclarecer que a documentação fotográfica, daquela cidade, existente em nosso arquivo, é insuficiente para habilitar-nos a deliberar a respeito. (Ofício nº 1876. Processo n. 847-T-71, p. 8 p. 8, grifo nosso).

Resta, portanto, para melhor ajuizamento, que se prepare um estudo de delimitação das áreas de real interesse para preservação e, bem assim, das áreas vizinhas em que devam ser adotadas algumas medidas restritivas de caráter imediato. (Informação nº 47. Processo n. 847-T-71, p. 20, grifo nosso).

Contratação do levantamento documental fotográfico do núcleo urbano e paisagístico de interesse e, bem assim, o estudo de delimitação das áreas a serem preservadas por tombamento... (Informação nº 47. Processo n. 847-T-71, p. 20, grifo nosso).

Mesmo usando como referência o audiovisual apresentado pelo grupo proponente, as orientações ficaram no sentido restrito de proteção do núcleo urbano: “Pelo documentário mostrado, ficou claro o interesse do núcleo urbano em causa.” (Processo n. 847-T-71, p. 20). Vale lembrar que, além de fotos do casario, ruas e praças, o documentário trazia várias imagens associadas aos outros bens e valores destacados pelos proponentes.

Na informação de Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Arte do IPHAN, a prevalência de valores ligados à excepcionalidade fica clara:

Ela se impõe ao primeiro olhar, toca a sensibilidade, e por sua singularidade surpreende o estudioso de nossas coisas antigas.

Uma cidade fantástica, sob todos os ângulos. [...] mas sobretudo pela própria cidade, que conjuga harmoniosamente os remanescentes setecentistas com a predo-

minância arquitetônica do séc. XIX, de particular interesse pelo casario ritmado de praças e ruas evidenciando o domínio dos vasados, em sobrados e casas térreas com exemplares de grande leveza e elegância, as vergas em arco de pleno centro ou repetidamente de ogivas, retas em menor número, telhados à vista ou disfarçados por platibandas, o calçamento especial de pedra em feição própria, tudo formando um conjunto de unidade cadenciada e limpeza arquitetônica [...].

Impressiona Lençóis por sua beleza inusitada, tanto no todo como no particular, do caráter quase irreal da praça Honório de Matos ao detalhe animalista de um buzino ou perfil sóbrio de um lampião; de ruas acolhedoras embora menos dignas de nota, como trecho da Avenida Rui Barbosa do fim do século passado, a sobrados de pureza clássica da entrada dos Oitocentos, nos quais os vãos se agrupam em linha ondulada, o andar em vidraças peculiarmente trabalhadas com remate de pronunciado e elegante beiral. (Processo n. 847-T-71, p. 23-24, grifo nosso).⁶⁹

Já no parecer de Pedro Calmon, Lençóis é destacado como “núcleo magnífico da mineração de outrora” e como berço de dois importantes escritores brasileiros, Urbano Duarte e Afrânio Peixoto (membros da Academia Brasileira de Letras, assim como Calmon). Ou seja, é destacado o valor memorial. Pedro Calmon atribuiu valores que iam além do histórico e estético⁷⁰, mas a conclusão foi pelo “tombamento em conjunto” da cidade, conjunto que abrangia apenas o patrimônio edificado.

Poderá o núcleo magnífico da mineração de outrora desfigurar-se, ou perecer, sem o conseqüente desfalque do patrimônio artístico e histórico da Nação? Que contas daríamos à posteridade deste tesouro da “memória” social [...] Seria perdoável, esquecer Lençóis, na impressionante unidade de sua arquitetura tosca, na multiplicidade formidável de suas condições retrospectivas e poéticas? [...] Opinamos pelo tombamento em conjunto [...] de que necessita a cidade de Urbano Duarte e Afrânio Peixoto. (Pedro Calmon, parecer de tombamento. Processo n. 847-T-71, p. 26).

Fica claro que a eleição do que seria preservado em Lençóis, feita pelos técnicos, foi limitada, negando diversos bens que eram reclamados como patrimoniais pela comunidade. Isso se deve à própria forma com que era pensado o patrimônio há algumas décadas:

A maior parte dos conceitos que norteavam então as escolhas e opções na constituição do corpus patrimonial derivava do campo das artes, usando-se noções como as de “obra-prima”, “valor intrínseco” e “autenticidade”, que eram incorporadas sem maiores discussões ou aprofundamento. Nesse caso, mesmo que pudessem ser detectadas variações significativas nas diversas trajetórias nacionais das políticas do patrimônio, o conceito dominante vai ser sempre o de “excepcionalidade”, que termina por diluir num conceito genérico a complexa matriz de valores envolvidas em cada caso. [...] Nesse momento, a questão do patrimônio parecia, de fato, adstrita a um pequeno grupo técnico, que compartilhava, a grosso modo, um mesmo universo conceitual e os mesmos valores, o que tornava supérflua qualquer discussão mais aprofundada nesta direção. (CASTRIOTA, 2009, p. 100).

69 IPHAN. Informação nº 295. Assunto: Tombamento de Lençóis – Ba. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1973. Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Arte. Enviada a Renato Soeiro, embora seu nome não esteja no documento.

70 Vale destacar que nem Pedro Calmon nem Lygia Martins Costa eram arquitetos. Lygia Martins Costa é graduada em Museologia em 1939, pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. Pedro Calmon, baiano de Amargosa, foi “professor, político, historiador biógrafo, ensaísta e orador”. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e de Institutos Históricos de vários estados brasileiros. O fato de não ser arquiteto – que constituíam a maioria dos profissionais do IPHAN – certamente faz com que a atribuição de valores aos bens patrimoniais esteja bem além do exclusivamente estético. Para mais informações ver Pedro Calmon, biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=315&sid=193>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

O “universo conceitual e os mesmos valores” aparecem, ademais, na referência constante ao primeiro conjunto de bens patrimoniais eleitos pelos técnicos do IPHAN: as cidades coloniais, tombadas por constituírem as bases da identidade nacional, segundo o corpo técnico que o elegeu. Essas referências eram tão fortes que aparecem não só nos discursos dos técnicos, mas também dos leigos.

Segundo Fonseca (1997, p. 143), a partir dos anos de 1970 o IPHAN começou a mudar sua conduta em vista de novos agentes e pressões da sociedade, que fez com que tanto a tipologia dos bens tombados fosse questionada quanto os pedidos de tombamento partissem de outros agentes, que não os técnicos do IPHAN. Segundo a autora, a política de tombamento do IPHAN começava a ser criticada, por dar ênfase “aos monumentos da cultura do colonizador” e não permitir, assim, “uma identificação social mais abrangente com o patrimônio”.

No processo de tombamento de Lençóis podemos observar em parte essas constatações. Primeiro, a origem do pedido de tombamento, já comentada; segundo, a tipologia dos bens a serem considerados patrimônio que, como vimos, era bem mais ampla na visão dos proponentes. Pelos discursos dos proponentes, nota-se que esses eram os bens que conformavam a identidade do grupo, muito mais que o conjunto edificado. Entre eles, várias manifestações de cunho imaterial que, no entanto, foram totalmente desconsideradas pelos técnicos do IPHAN.

1.5.4. A pesquisa de Fernando Machado Leal

Pelos documentos do processo de tombamento consta que foi contratado ao arquiteto Fernando Machado Leal um levantamento sobre a cidade de Lençóis, para instruir o processo⁷¹ que, no entanto, não está anexado ao Processo de Tombamento.

Na pasta do arquiteto Fernando Machado Leal⁷², no Arquivo Central do IPHAN, encontramos alguns trabalhos que aquele realizou para o órgão, entre eles um que acreditamos seja o levantamento de Lençóis. Trata-se de publicação na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n. 18, de 1978, sob o título *A antiga comercial Vila dos Lençóis*.

O trabalho é composto por três partes, a primeira e segunda referem-se ao levantamento histórico (1. Introdução e 2. Resenha Histórica), e a terceira, sob o título “A cidade”, aos diversos aspectos de Lençóis nos primeiros anos da década de 1970, quando foi feito o trabalho: 3.1. O sítio e o clima; 3.2. evolução urbana; 3.3. Mão de obra e técnica construtiva; 3.4. Arquitetura civil e religiosa; 3.5. Infraestrutura urbana; 3.6. Proposições iniciais para a preservação da cidade.

Na *Resenha Histórica* Leal fala rapidamente sobre a descoberta de diamantes na região, a construção das igrejas de Lençóis, as crises, o nascimento dos escritores Urbano Duarte e Afrânio Peixoto, a participação de lençoenses na Guerra do Paraguai e Guerra de Ca-

⁷¹ No Arquivo Central do IPHAN, as fotos deste documento foram separadas da parte textual e estão na pasta “inventário”. O texto não está nesta pasta, nem junto ao processo. Encontramos, entretanto, um artigo publicado na *Revista do Patrimônio* que consideramos ser o texto apresentado ao IPHAN, na íntegra.

⁷² No Arquivo Central do IPHAN há uma série chamada “personalidades”, na qual existe a pasta Fernando Machado Leal.

nudos, dizendo que não citaria dados da “história recente”, pois que não teriam influência na formação urbana e na arquitetura da cidade. É interessante notar que as últimas páginas da resenha histórica sejam para tratar do tema da lapidação, enfatizando que Lençóis era das poucas cidades brasileiras a possuir lapidário, e que dos três que tivera, um ainda estava em funcionamento e empregava ainda maquinário e técnicas originais:

[...] ainda hoje, como pude observar, Renato Andrade e seu irmão trabalham na Casa de Lapidação em oficina movida a roda d'água, utilizando o mesmo instrumental de origem e empregando a técnica de antanho, no sistema chamado de lapidação holandesa. (LEAL, 1978, p. 128).

Fernando Machado Leal teve contato, durante a produção desse levantamento, com os membros do MCC, o que deixa claro na introdução do trabalho pelos agradecimentos:

Colaboraram na elaboração do aludido trabalho as seguintes pessoas: Steve Horman, Heraldo Barbosa Filho, Emanuel Calmon Maciel, Olimpio Senna, Itamar Aguiar, Ivanyce Alcântara, Rena Ribeiro Rola, Luiz Otavio Pereira Guedes e Ronaldo Sena – aqui enumerados segundo a ordem com que foram tratados os diversos assuntos. A todos eles, os nossos agradecimentos, sobretudo àqueles que procuraram facilitar nossa tarefa. (LEAL, 1978, p. 116).

Esse fato pode ter colaborado para que seu olhar sobre Lençóis coincidisse mais com a valoração atribuída pelos moradores que pelos técnicos do IPHAN. Dois outros elementos que estavam sendo valorados como “bens culturais” pelo grupo proponente ao tombamento também foram destacados por Leal nas “proposições iniciais para preservação da cidade”: o tombamento da Casa de Lapidação e da “casa natural de Urbano Duarte, tendo em vista a importância deste vulto, fundador da Academia Brasileira de Letras” (LEAL, 1978, p. 141-142).

As figuras 30 a 35 são imagens do levantamento de Fernando Machado Leal, que mostram que alguns “bens” elencados pelos proponentes do tombamento eram de conhecimento dos técnicos do IPHAN.

No entanto, Leal ainda estava pautado a uma atribuição de valor exclusivamente nos moldes do Decreto-Lei nº 25 (BRASIL, 1937). Assim, à Casa de Lapidação era associado o valor de excepcionalidade, e à casa de Urbano Duarte o “valor memorial”.

Leal procurou destacar características peculiares a Lençóis, como a grande proporção de edificações em estilo neogótico:

Das cidades antigas que conhecemos, pelo que nos lembramos, Lençóis é a que possui maior percentagem de vãos com essas características [ogivais], o que lhe confere posição singular, demonstrando “atualidade” com os modismos da época. Se assim opinamos, é pelo fato deste elemento característico do gosto neogótico, colocado na ordem do dia pelo romantismo, apesar de introduzido no Rio de Janeiro, na época de D. João VI, foi então considerado de mau gosto, tanto assim que, em 1821, foram demolidos os arcos ogivais executados na Quinta da Boa Vista. Só na segunda metade do século é que a inovação, trazida ao Brasil pelo arquiteto João Johnston, passou a ser aceita e se difundiu. Em Lençóis, o intercâmbio mantido diretamente com a Europa, pelos comerciantes mais abastados, deve ter contribuído para a adoção deste partido arquitetônico. (LEAL, 1978, p. 137).

Figura 30. Casa de Lapidação. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Figura 31. Interior da Casa de Lapidação com o maquinário em madeira, ainda em funcionamento. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Figura 32. O maquinário em madeira no interior da Casa de Lapidação, "talvez testemunha única, do gênero, em todo o país" (LEAL, 1978, p. 141). Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Figura 33. Sobrado que serviu de quartel-general às tropas de Horácio de Mattos. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Figura 34. Lençóis vista a partir do bairro Tomba Surrão. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 03.

Figura 35. Salão de Areias coloridas. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 03.

A outros exemplares edifícios ou conjuntos de casas para os quais propõe a preservação, destaca sempre características arquitetônicas: “construção extremamente graciosa”, “por suas qualidades arquitetônicas”, “em virtude da qualidade do sobrado”. Nota-se também uma extrema preocupação com a “originalidade”: quanto à Casa de Lapidação, esclarece que seja tombada “menos pelo aspecto arquitetônico, que é antigo, e mais por conservar ainda o ferramental de início, talvez testemunha única, no gênero, em todo o país” e que “para sua preservação e volta à feição de origem há que, somente, substituir-se a atual tubulação de fibrocimento [...] pela canalização antiga de madeira”. Quanto à casa natal de Urbano Duarte, diz que a “edificação guarda muito dos seus elementos de origem”. Em relação ao conjunto da Praça Horácio de Mattos, afirma que “é bem verdade que há casas desfiguradas [...] mas facilmente se pode fazer voltar à feição mais antiga as edificações descaracterizadas”. Por último, em relação ao conjunto da Praça Aureliano Sá, “há que cogitar-se [...] da recomposição das outras edificações térreas. Quanto ao mercado [...] poderá ser recomposto e ter-se-á desta forma uma praça de aspecto extremamente agradável” (LEAL, 1978, p. 141-143).

E, apesar do documento trazer fotos de exemplares da arquitetura menor, os tombamentos sugeridos referem-se somente àquelas edificações de maior vulto, sobrados representativos das famílias mais abastadas que, por suas qualidades arquitetônicas deveriam ser protegidas (Ver Apêndice B, p. 421, com imagens dos bens propostos para preservação):

- Praça Horácio de Mattos e becos que lhe dão acesso, “em virtude da qualidade e do número de edificações”, sugerindo “tratamento” ao “sobrado novo” de esquina com a Praça Aureliano Sá;
- Edificações situadas à Av. Rui Barbosa com fundos para o rio, até o chalé recuado. Embora “de data recente [...], compõem o conjunto, até mesmo pelo contraste que assinala épocas de construção”;
- Sobrado n. 27 da Av. Rui Barbosa, “construção extremamente graciosa, com caixilhos de guilhotina finamente trabalhados”;
- Edificação que abriga a Sociedade União dos Mineiros, “por suas qualidades arquitetônicas”;
- Casa da família César Sá, “exemplar significativo de uma época”;
- Casa de esquina da Rua Abelardo Andréa com Rua Urbano Duarte, “por suas características arquitetônicas”;
- Conjunto arquitetônico da Praça Aureliano Sá, “em virtude da qualidade do sobrado que faz esquina com a Praça Horácio de Mattos.” Para o Mercado, na mesma praça, indica que “poderá ser recomposto e ter-se-á dessa forma uma Praça de aspecto extremamente agradável” (LEAL, 1976: 142-143).

Leal sugere o tombamento de apenas dois imóveis que não teriam méritos arquitetônicos, mas outros valores:

- Casa de Lapidção com seus pertences, “por conservar ainda o ferramental de início, talvez testemunha única, no gênero, em todo o país” (LEAL, 1976, p. 141);
- Casa natural de Urbano Duarte, “tendo em vista a importância deste vulto” (LEAL, 1976, p. 142).

Quanto à casa de César Sá, Fernando Leal justifica porque estava propondo a proteção de um exemplar de arquitetura recente:

É nosso pensamento que, se não se preservarem certas edificações dessa época, no futuro, delas só se terá notícias através de fotografias. Vale observar-se o desaparecimento de grande número de edificações de certa importância, datando de fins do século passado e princípio do atual, por falta de proteção legal, de que é exemplo o ocorrido não só em Salvador como na cidade de S. Paulo. (LEAL, 1976, p. 142).

Podemos considerar, por essas razões, que Fernando Leal anunciava uma prática que ainda não era corrente, sobretudo no IPHAN.

Devemos destacar, também, a proposição de Fernando Machado Leal que faz referência à paisagem natural, pela qual reconhece a necessidade de preservação:

Seja ouvido técnico ligado ao I.B.D.F. [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal], com vista ao tombamento de elementos naturais, relativos à preservação da paisagem que envolve a cidade. (LEAL, 1978, p. 141).

Essa “paisagem”, contudo, “que envolve a cidade”, não é a mesma a que os proponentes do tombamento se referiam; eles enalteceram lugares naturais que estão nos arredores da cidade, mas que visualmente não fazem parte da paisagem envoltória. (anexo A, p. 445)

1.5.5. Novos valores associados ao patrimônio: o uso econômico e turístico

LENÇÓIS VIVE AGORA DE UM NÔVO SONHO: TURISMO

O garimpo é uma atividade egoísta que não permite variações. Todas as atenções estavam voltadas, portanto, para a exploração das pedras preciosas, cujo brilho ofuscava os olhos e a mente dos homens sequiosos de riqueza. A consequência desse egoísmo se vê hoje, na estagnação econômica em que se encontra o município. A situação é tal que de suas terras férteis nada se colhe. A agricultura, mesmo a de subsistência, nunca existiu. Até o leite, as frutas, ovos e as verduras, em geral, são importadas de outros municípios. No tocante à assistência médico-hospitalar, a população vive “ao Deus dará”. Ali não existe um médico sequer, quando se sabe que Lençóis já possuiu até uma Santa Casa da Misericórdia, dotada de moderno hospital. (Jornal da Bahia apud SANTOS, 2006, p. 76-77).⁷³

Essa matéria no *Jornal da Bahia* foi publicada no ano de 1970, seis meses após a proposta de tombamento ter sido levada ao ministro da Educação e Cultura. Ela expressa de forma precisa a expectativa dos proponentes do tombamento: transformar Lençóis em uma cidade turística. O turismo era visto como a tábua de salvação para o reerguimento econômico

⁷³ LENÇÓIS vive agora de um nôvo sonho: turismo. *Jornal da Bahia*, Salvador, 17 dez. 1970. Caderno 2, p. 1.

da cidade; o tombamento, como o que possibilitaria o turismo.

Vimos que esta intenção já havia sido colocada no ano de 1961, ao ser criado o Conselho Municipal de Turismo de Lençóis. Para o prefeito que o criou, a relação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico era tão estrita, que o limiar entre essas instâncias era tênue, chegando a tornarem-se uma coisa só. Alguns anos depois, o turismo como promessa de desenvolvimento econômico era novamente reivindicado para Lençóis, dessa vez por meio do tombamento:

[...] vimos ao encontro de Vossa Excelência rogar o amparo [...] para a campanha que estamos empreendendo no sentido da restauração histórica da antiga Capital do diamante da Bahia e da recuperação econômica do seu povo (ofício de Walfrido Moraes a Jarbas Passarinho, Processo n. 847-T-71, p. 2).

Considerando [...] que o passado de Lençóis através de sua história e de seus monumentos [...] de par com suas paisagens miríficas e eternamente sugestivas, podem constituir fonte perene de riqueza através da exploração racional da Indústria Turística (Declaração da Prefeitura de Lençóis, Processo n. 847-T-71, p. 4).

Na década de 1970, no momento em que se propunha o tombamento de Lençóis, o turismo associado ao patrimônio histórico estava em plena expansão e era pauta de discussão nos órgãos de turismo, no IPHAN e inclusive na mídia impressa. Manchetes como “Monumentos e turismo hoje” (1971, p. 3), “A cruz vermelha dos monumentos” (1971, p. 3), “Bahia: um patrimônio dilapidado” (1971, p. 8) e “Como evitar canivete de turista em monumentos” (1971), à parte de demonstrarem que havia uma preocupação pela destruição que o turismo poderia causar ao patrimônio, revelam o uso turístico dos monumentos.

Figura 36. *Como evitar canivete de turista em monumentos?* (detalhe). Fonte: Como..., 1971.

As transformações das cidades que se iniciaram ainda na década de 1950 com a industrialização e consequente expansão territorial, fizeram com que o turismo despontasse como atividade de massa, preocupando as autoridades ligadas ao patrimônio. As cidades-monumento, que até então apresentavam problemas apenas de “manutenção de suas características formais” (SANT’ANNA, 1995, p. 153), começavam a sofrer com o crescimento urbano e o grande fluxo de turistas.

A industrialização de regiões até então abandonadas e a abertura de estradas, facilitando o acesso a áreas afastadas, provocaram demanda populacional e difusão do turismo. [...] A questão que se apresentava então era verificar que, se por um lado, aumento demográfico, industrialização e turismo podem ser fatores positivos de enriquecimento municipal, por outro podem representar graves riscos para o patrimônio se não forem devidamente dirigidos e adequados.” (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 19-20).

Tais transformações ocorriam não só no Brasil, mas também em países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, sobretudo da América Latina. Sucessivas recomendações por parte de órgãos internacionais foram formuladas a esse respeito, como a *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*, pela Conferência Geral da UNESCO (12^a sessão), de 1962; as *Normas de Quito*, pela OEA (Organização dos Estados Americanos) em 1967; e a *Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas*, pela Conferência Geral da UNESCO (15^a sessão), em 1968.

Dentre elas, as *Normas de Quito* estavam fortemente pautadas na atribuição de um “novo valor” aos conjuntos históricos: o valor econômico. Ao patrimônio passava a estar vinculada a promessa de desenvolvimento econômico, advindo principalmente do turismo. Os planos regionais de desenvolvimento deveriam levar em consideração a potencialidade turística dos monumentos (e cidades monumentos), de modo a usá-los a favor de um desenvolvimento econômico.

No âmbito patrimonial, o uso turístico começava a ser uma destinação comum aos bens históricos. As novas orientações do IPHAN após a consultoria de Michel Parent, enviado pela UNESCO ao Brasil⁷⁴ em 1966, passam a ser a da “preservação através do planejamento urbano e aproveitamento turístico” (SANT’ANNA, 1995, p. 155).

No âmbito turístico, o patrimônio era mais um atrativo, mais um produto a ser comercializado. O 1º Plano de Turismo do Recôncavo⁷⁵, por exemplo, derivado de uma linha de ação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tinha como um dos objetivos a preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural baiano. O projeto “Identificação do Potencial Turístico do Estado”⁷⁶, desenvolvido pela Bahiatursa a partir de 1974, “além de analisar as principais atividades econômicas dos municípios também efetua o levantamento fotográfico da área urbana, do artesanato, das manifestações culturais e dos principais casarões das cidades” (BRITO, 2005, p. 124).

1.6. Considerações finais do capítulo

Vimos que por parte dos proponentes do tombamento (comunidade de Lençóis, mais especificamente o grupo do MCC), o conjunto de bens destacados foi amplo: desde a pai-

74 Michel Parent percorreu o país entre 1966 e 1967, enviando no ano seguinte um relatório que passou a “constituir a base de toda a atuação futura não só do SPHAN mas de todo o governo federal com relação ao patrimônio.” (SANT’ANNA, 1995, p. 153).

75 Idealizado logo depois da criação da EMBRATUR, o Plano de Turismo do Recôncavo não chegou a ser implantado, mas “resultou em amplas contribuições para a gestão estadual [Bahia] do turismo.” (QUEIROZ, 2005, p. 264).

76 O projeto deslocou uma equipe técnica pela primeira vez à região da Chapada Diamantina “com o objetivo de interiorizar e promover o desenvolvimento do turismo”. Deste projeto resultou o documento “Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê.” (BRITO, 2005, p. 124).

sagem natural até o casario, praças e ruas, ofícios e manifestações religiosa e cultural. Os valores a eles referenciados foram de ordem histórica, econômica, espiritual, memorial e social. A expectativa de transformação de Lençóis em cidade turística estava explicitamente colocada.

Por parte dos técnicos do IPHAN, contudo, prevaleceram os valores estéticos, associados a uma parte do conjunto urbano. Ou seja, houve diferenças quantitativas e qualitativas no reconhecimento de bens patrimoniais e na atribuição de valores⁷⁷.

Por um lado, isso destaca o pioneirismo da comunidade e poder municipal de Lençóis ao reconhecerem como bens, elementos de ordem imaterial. Sabe-se que, embora o projeto de Mário de Andrade para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN) contemplasse os bens de natureza imaterial e de origem popular, o que acabou prevalecendo no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937) como bens passíveis de constituição do patrimônio nacional foram os de natureza material, como demonstramos pela análise do decreto-lei.

No caso de Lençóis, ficou oficializado o reconhecimento de seu *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico*, e toda a gestão do patrimônio desde então contemplou somente os bens edificados.

Essa análise serve de base para a avaliação das mudanças dos significados culturais de Lençóis quando, posteriormente, novos meios de preservação daqueles bens que ficaram “de fora”, ou seja, que não foram oficializados pelo IPHAN no momento do tombamento, é realizada, por meio da criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, do Parque Municipal da Muritiba/Serrano e do tombamento do Morro do Pai Inácio. Essas são as questões que abordaremos nos próximos capítulos.

⁷⁷ Lençóis foi registrado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Inscrição n. 060 de 17/12/1973) como *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico*, sem ter, contudo, uma delimitação da área tombada.

CAPÍTULO 2

As ressignificações do patrimônio de
Lençóis

As ressignificações do patrimônio de Lençóis

No capítulo anterior, mostramos como se processou o tombamento de Lençóis. Ele era visto pelos proponentes como um instrumento para atrair o turismo: aspiração maior do grupo e uma alternativa econômica para a cidade. Lençóis ainda não contava com nenhuma infraestrutura turística, mas tinha os atrativos necessários: história, cultura e natureza. O tombamento era solicitado como a oficialização, o reconhecimento destes por um órgão federal.

No entanto, essa oficialização não se deu para todos os “bens” destacados pelo grupo do MCC, proponente do tombamento. O IPHAN reconheceu os valores atribuídos ao “conjunto arquitetônico e paisagístico”, sem expressar, contudo, em algum momento, o que era o “paisagístico” ou delimitar esse conjunto. As manifestações culturais, a exemplo do Jarê, ou os legados do garimpo de diamantes, a exemplo da própria paisagem, extremamente moldada pela atividade garimpeira, não foram contemplados.

Neste capítulo, iremos tratar dos acontecimentos das três décadas seguintes¹ ao tombamento, nas quais tiveram lugar as ressignificações do patrimônio de Lençóis: os investimentos, por parte dos governos federal e estadual, em recuperação de imóveis na área tombada; as novas propostas de preservação do patrimônio natural; e as ações de desenvolvimento econômico da região pelo governo do estado: implantação do garimpo mecanizado, por um lado, e interiorização do turismo por outro, por meio de ampla divulgação, que atrelou a Lençóis novos conceitos, notadamente o de *ecoturismo* e destino de *turismo de aventura*.

Essas ações, juntamente com o tombamento, não aconteceram em modo de causa-efeito, mas se influenciaram mutuamente em um processo contínuo e acumulativo, causando ressignificações no patrimônio de Lençóis, enaltecendo alguns bens e fazendo emergir conflitos diante da ameaça de sobrevivência de outros.

No âmbito do IPHAN, buscando entender a relação deste órgão com a comunidade local, analisamos alguns documentos que revelam como ela se deu nas duas primeiras décadas de tombamento, ressaltando as diferentes visões dos técnicos sobre patrimônio e sobre a sua condução, condizentes ou não com as demandas locais. Ficam claras, nessa análise, as vozes

¹ O trabalho não faz, e nem pretende fazer, uma periodização exata, uma vez que na prática, ela não existe. Adotamos como “marcos” de análise, apenas para melhor explicitar a problematização, o processo de tombamento (1971-1973); o período após o tombamento e antes da implantação do Programa Monumenta (1973-1999), e os últimos anos, após a implantação do Monumenta e até os dias atuais (2000-2015).

retumbantes, ou seja, as que consolidaram a ação do órgão, tanto em nível local quanto nacional, e aquelas vozes dissonantes: a de um dos técnicos locais que, convivendo diariamente com a população e entendendo seus problemas mais básicos, propôs novas alternativas que, no entanto, pouco frutificaram, encobertas pelas vozes mais habituais.

Dentre as “vozes dissonantes”, apresentamos também uma iniciativa de um grupo de jovens da Universidade Federal da Bahia (UFBA): um inventário que se debruçava sobre a *arquitetura menor* da cidade, mostrando aquela arquitetura que os inventários oficiais não cobriam, ao considerarem-na sem valor arquitetônico ou artístico, mas que tinha especial valor *cultural*.

Ao longo do capítulo, e mais especificamente no item final, mostramos como a população recebeu todas essas ações, sejam as nascidas de iniciativas locais, sejam as empreendidas pelos órgãos governamentais. Percebe-se uma constante reivindicação por mais participação nas decisões, sobretudo na década de 1990, e uma preocupação de perda da identidade. Esta “descaracterização cultural” era entendida pela população como uma ameaça imposta pelo turismo, mas podemos concluir, no final do capítulo, que a não contemplação de valores culturais colocados já no pedido de tombamento contribuíram para deixar desprotegidos vários aspectos da cultura local que, no entanto, permanecem, como uma resistência constante.

Outras conclusões se delineiam neste capítulo e se afirmam pelas análises que compõem o próximo: 1) a da reincidência de investimentos em certos imóveis; 2) os investimentos em dois imóveis em particular (Teatro de Arena e “Centro Cultural” do IPHAN) que, ao traduzirem os anseios da população, tornaram-se espaços referenciais para a cultura de Lençóis. Aqui, mostraremos como se deram essas intervenções, e, no capítulo seguinte, trataremos dos conflitos surgidos recentemente diante da ameaça de perda desses lugares.

2.1. “Até o momento Lençóis não recebeu um centavo de ajuda” – Iniciativas locais na busca de recursos para se evitar o arruinamento

Embora tenha sido devastada por uma tromba d’água em 1977, só agora a cidade de Lençóis recebe promessa de auxílio federal [...]. O prefeito Paulo Pinheiro da Silveira informa que até o momento Lençóis não recebeu um centavo de ajuda, tanto da União quanto do governo do estado. Entretanto, com recursos exclusivos da prefeitura, recuperou inteiramente a Av. Senhor dos Passos, a Avenida do Rosário e a Rua São Félix. (LENÇÓIS TERÁ..., 1979).

Durante a década de 1970, Lençóis apresentava um movimento turístico insignificante. As visitas se davam por conta de alguns estudantes universitários, pesquisadores da flora, fauna e geologia da região, técnicos do governo do estado, “aventureiros” e pessoas que buscavam um estilo de vida alternativo. Nessa época, Lençóis contava somente com duas pousadas que, além desses visitantes, atendiam também a viajantes comerciais, a partir da inau-

guração da BR-242 em 1970, rodovia que liga Salvador a Brasília e ao centro-oeste (BRITO, 2005).

As pessoas que chegaram nessa época na cidade, dizem que ela era vazia, só havia velhos e crianças. Os recém-chegados eram vistos sempre com muita curiosidade: “eles botavam a cara dentro de casa para espiar a gente” (informação verbal)². Depoimentos como este mostram que, além de esvaziada, a cidade era “isolada, parada no tempo”.

O longa-metragem *Diamante Bruto*, de Orlando Senna, mostra bem essa situação. Locado na cidade e com estreia em 1977 (quatro anos após o tombamento), o filme retrata o abandono da cidade, a miséria de seus habitantes, a iniciativa governamental de implantação da agricultura (ligada ao projeto nacional de desenvolvimento econômico e expansão das fronteiras para oeste), e as lendas ligadas ao garimpo.

O diretor deixava explícita a “necessidade pessoal de fazer um filme sobre sua região, a Chapada Diamantina da Bahia, e sobre a sua cidade, Lençóis. – Mais especificamente, sobre os garimpeiros”, o que nos permite usá-lo como fonte (SENNA, 1977, p. 1).

As falas de Senna ilustram o momento pelo qual a região estava passando e a preocupação com o destino dos garimpeiros:

Eles vivem um momento crucial de suas vidas: há dois anos o Governo está executando um plano de recuperação econômica através da implantação de grandes empresas agropecuárias e de mineração. Como reagirão aos novos tempos, estes homens que trabalham rudimentarmente? (SENNA, 1977, p. 1).

Inspirado no romance *Bugrinha*, de Afrânio Peixoto (1947), o filme teve como protagonistas o ator José Wilker e Gilda, moradora de Lençóis. A quase totalidade dos protagonistas, além dos figurantes, também era de moradores locais. Todas as cenas foram filmadas na cidade e arredores, retratando, portanto, procissões, rios e cachoeiras, e o cotidiano de seus habitantes, fato pelo qual o filme foi anunciado pela crítica como estando

na fronteira imprecisa entre o documentário e a ficção [...]

Metade é ficção, feita sobre o romance de Afrânio Peixoto [...]. Metade é documentário, feito sobre os garimpeiros de Lençóis. Entrevistas sobre a vida pobre na Chapada já quase sem diamantes. Depoimentos sobre as difíceis relações entre os garimpeiros e as companhias de mineração, que exploram os garimpos com dragas e perfuratrizes, ou as companhias agropecuárias, que ocupam serras e vales (AVELLAR, 1978, p. 1).

O filme não mostra nenhuma interferência do turismo na cidade. Se formos considerar o aspecto documental da obra, podemos afirmar que o turismo nesse ano era tão irrisório a ponto de não valer menção.

Apenas no final da década de 1970 é que um sensível incremento turístico começa a ser percebido:

² Informação fornecida por Sônia em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 23 de janeiro de 2014.

O prefeito Paulo Silveira mostra-se muito satisfeito com o desenvolvimento do turismo em Lençóis. Frisando que toda a cidade é tombada pelo IPHAN como possuidora de um dos mais valiosos conjuntos arquitetônicos do país.

No dia 30 de junho, dois ônibus da L.R. Turismo levaram muitos casais, que passaram a festa de São Pedro, uma das mais animadas do estado, na cidade. Grande atração turística, além do casario colonial, é o Museu Afrânio Peixoto, instalado na casa onde ele nasceu. (LENÇÓIS TERÁ..., 1979).

Embora a expectativa fosse contrária, o tombamento não trouxe, de imediato, recursos do governo federal a Lençóis. O IPHAN demorou mais de uma década até instalar um escritório técnico na cidade. A vinda de recursos dependia da inserção da cidade em programas governamentais, a exemplo do Programa de Cidades Históricas que estava em formação.

O poder público municipal tentou, como pôde, ações para recuperar a cidade com seus poucos recursos. Os investimentos foram destinados não diretamente a “embelezar” a cidade para o turismo, mas sim a suprir necessidades mais básicas da população, a exemplo da recuperação dos calçamentos, que haviam sido destruídos por uma tromba d’água.

Mostraremos aqui as iniciativas do poder público municipal, pela criação de leis, para tentar estancar o arruinamento dos imóveis, bem como as tratativas políticas no intuito de trazer recursos do governo federal para Lençóis.

2.1.1. Incentivos e punições aos proprietários de imóveis

Buscando reverter, ou ao menos atenuar, o estado de ruína em que se encontrava a cidade, o poder público municipal teve algumas iniciativas no início da década de 1970³: decretou algumas leis considerando de utilidade pública certos imóveis em estado de ruína, dando a eles outra destinação, ou até mesmo doando tais imóveis a quem quisesse restaurá-los ou reconstruí-los. É o caso das leis listadas na Tabela 3, elaboradas pela Câmara dos Vereadores e sancionadas pelo prefeito municipal.

Tabela 3. Iniciativas do poder municipal para estancar o arruinamento da cidade

Anteprojeto de Lei nº 276, de 20 de janeiro de 1970	<i>Doa terreno para construção e isenta de pagamento do imposto predial a quem venha edificar casas residenciais e de comércio e indústria e dá outras providências</i>	Imóveis a que se refere: terrenos do patrimônio público ou que venham a ser; posses em aberto “cujos proprietários não venham pagar impostos devidos e murá-las ou construir casas”.
Anteprojeto de Lei nº 277, de 20 de janeiro de 1970	<i>Cria a Biblioteca Municipal com o nome URBANO DUARTE e dá outras providências.</i>	

3 Iniciativas similares haviam sido tomadas anteriormente, visto que havia imóveis em ruína na cidade desde a década de 1950. No entanto, nos referimos aos decretos que encontramos e que correspondem ao período de estudo.

Projeto de Lei nº 278, de 18 de agosto de 1970	<i>Considera de utilidade pública para fins de melhoramentos urbanísticos, prédios em estado de completa ruína, e dá outras providências.</i>	Imóveis a que se refere: sobrado à Rua Perilo Benjamim; sobrado situado à Praça da Lira, pertencente aos herdeiros de Cosmi de Andrade Sá; casa situada à Rua Perilo Benjamim.
Projeto de Lei nº 299, de 29 de outubro de 1972	<i>Considera de utilidade pública para fim de desapropriação, prédio em estado de completa ruína e dá outras providências.</i>	Imóveis a que se refere: sobrado situado à Rua dos Mineiros, nº 814, pertencente aos herdeiros de Domingos Bento de Souza.
Edital de 11 de novembro de 1975	<i>Notificar os proprietários, e seus representantes, dos imóveis urbanos e adjacentes, para promoverem a reconstrução, os consertos ou reparos necessários à preservação dos seus prédios, sob pena de desapropriação e venda ou locação a quem estiver em condições de dar-lhes destinação apropriada, ouvido o IPHAN, e com alvará desta Prefeitura.</i>	

Fonte: Tabela organizada pela autora a partir da legislação de Lençóis (LENÇÓIS, 1970a, 1970b, 1970c, 1972, 1975b).

O Anteprojeto de Lei nº 276, de 20 de janeiro de 1970, assinado pelo prefeito José Pereira Senna Brito, tinha como exposição de motivos “alegar que o objetivo visado é tão somente concorrer no que lhe é possível no sentido de incentivar a construção na cidade, cujo déficit residencial etc. é cada vez mais crescente” (BAHIA, 1970a).

É estranho que o prefeito tenha falado em “déficit habitacional crescente”, uma vez que o município, até 1970, passava por um importante decréscimo populacional: sua população fora reduzida quase à metade entre 1950 e 1970. No entanto, é possível que já se sentisse o incremento de população que viria a ocorrer nessa década, com aumento de 220% na área urbana. (Tabela 1, p. 64 – capítulo 1)

Outros fatos interessantes nessa lei eram tanto as punições quanto os incentivos fiscais que dava aos contribuintes. As punições se dariam pela desapropriação das “posses em aberto” cujos proprietários não pagassem os impostos devidos, bem como das que não fossem muradas ou recebessem construções. Assim, temos em 1970 a proposta de uso de um instrumento muito semelhante ao IPTU progressivo, estabelecido pelo Estatuto da Cidade em 2001.

Os incentivos fiscais viriam na forma de isenção de Imposto Predial, da seguinte maneira:

Art. 4º: Além das vantagens que o Poder Executivo oferece nesta lei, também se inclui isenção do Imposto Predial:

- I – Por dez anos a quem venha construir;
- II – Por cinco anos a quem venha reconstruir;
- III – Por três anos a quem venha melhorar casas para as finalidades citadas no Art. 1º desta lei;
- IV – Por um ano a quem venha pintar ou caiar dando melhor aspecto à frente de sua casa. (LENÇÓIS, 1970a).

Nota-se que a lei estava priorizando a modernização da cidade, ao dar maiores isenções às construções e/ou reconstruções, e menores às melhorias. De qualquer forma, estava colocada também a preocupação com a imagem da cidade, e nos parece uma lei bastante avançada para a época. Vale lembrar que o pedido de tombamento de Lençóis se daria um ano depois, ou seja, em 1971.

Os dois projetos de lei que se seguiram, de nº 278, de 18 de agosto de 1970, e de nº 299, de 29 de outubro de 1972, mencionavam imóveis específicos que estavam em situação de ruína. A justificativa desses projetos era “evitar a continuação dos perigos e ameaças que os prédios citados oferecem aos transeuntes” e às propriedades vizinhas, e “incentivar os meios de melhoramento da urbe que se apresenta em parte decepcionante às vistas dos visitantes da cidade” (LENÇÓIS, 1970c). Nota-se claramente a preocupação com a imagem da cidade, sobretudo aos olhos dos seus visitantes.

Um dos anteprojetos de lei, o de nº 277, de 20 de janeiro de 1970, visava comprar ou desapropriar o imóvel onde nascera o escritor Urbano Duarte para instalar ali uma biblioteca com o seu nome. A exposição de motivos considerava que a iniciativa iria “ao encontro do Conselho Nacional de Cultura, que vem procurando homenagear a memória do insigne homem de letras URBANO DUARTE, nascido como nasceu AFRÂNIO PEIXOTO, na cidade de Lençóis.” (LENÇÓIS, 1970b, maiúsculas originais). De fato, como vimos no capítulo 1, a casa onde nasceu Afrânio Peixoto foi o primeiro imóvel a ser visto como patrimônio de Lençóis, ainda em 1951, e foi transformada em Casa de Cultura em 1970.

O edital de 11 de novembro de 1975, assinado pelo prefeito Helmo Pereira Senna Brito, trazia em suas considerações princípios de duas leis federais: o artigo 5º do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, e o artigo 4º da Lei 4.132, de 10 de setembro de 1962. O primeiro deles “dispõe sobre desapropriações sobre utilidade pública”, e o edital em questão destacou as seguintes partes do artigo 5º:

a salubridade, a criação de melhoramentos de centros urbanos de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência, a assistência pública às obras de higiene e decoração; abertura, conservação e melhoramentos de vias ou logradouros públicos; a execução [sic] de planos de urbanização, o loteamento de terrenos para melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a preservação e conservação de monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos e rurais, bem como manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos; e ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza. (LENÇÓIS, 1975b).⁴

Destaca ainda que o referido Decreto-Lei outorga ao município o direito de desapropriação de qualquer bem, e que o artigo 4º da Lei 4.132⁵ (BRASIL, 1962) confere ao mesmo “o direito de vender ou locá-lo a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista” (LENÇÓIS, 1975b).

Considerava também o fato de ser Lençóis “monumento histórico nacional” e que era

4 As partes citadas no Edital não correspondem ao artigo 5º na íntegra.

5 Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962, “define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação”.

vultoso o número de imóveis urbanos, e adjacentes à área urbana, em estado de abandono, de deterioração e de ruína – de muito dos quais só há vestígios – decorrente do descaso e indiferença dos respectivos proprietários, ou seus representantes, apagando-se o passado histórico e artístico da cidade. (LENÇÓIS, 1975b).

O Edital notificava então os proprietários e seus representantes

para promoverem a reconstrução, os consertos ou reparos necessários à preservação dos seus prédios, sob pena de desapropriação e venda ou locação a quem estiver em condições de dar-lhes destinação apropriada, ouvido o IPHAN, e com Alvará desta Prefeitura. (LENÇÓIS, 1975b).

O fato parece ter causado muita polêmica, a ponto de ser noticiado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 23 de novembro de 1975, com depoimentos do prefeito:

A medida foi considerada drástica pelo próprio prefeito [...]. “Relutei muito em tomar esta medida. Sei que o povo está deixando que o nosso patrimônio seja dilapidado, porque não tem condições de evitar a sua destruição. Nem mesmo o município pode fazer alguma coisa, porque não dispõe de recursos e eu não tenho medo de dizer que se formos esperar pelo IPHAN, os jornais em breve estarão noticiando o fim de um dos mais puros e ricos patrimônios que o país possui. [...] ninguém pode me acusar de não ter esgotado as últimas possibilidades na tentativa de fazer ver aos homens que deveriam cuidar do patrimônio histórico nacional, que os nossos mais belos prédios estão caindo aos pedaços e que muitos deles já não suportam sequer uma restauração”. (OLIVEIRA, 1975, p. 32).

Esses esforços da prefeitura em ocupar e dar uso aos imóveis abandonados resultaram em um grande número de posses por parte da prefeitura que acarretaram conflitos mais tarde, no ano de 2010, quando o então prefeito municipal resolveu restituir os imóveis aos antigos donos, conforme veremos no capítulo 3.

Para nosso intuito de verificar os valores atribuídos ao patrimônio de Lençóis, é importante situar essas primeiras ações e principalmente sobre quais imóveis incidiram, uma vez que se verifica uma recorrência de investimentos em alguns bens, que se manteve por diversos programas até a última década. Nesse primeiro momento vale destacar:

- o embelezamento da cidade, entendido como a “modernização” e/ou tratamento das fachadas;
- a importância da produção de uma (boa) imagem da cidade para os visitantes;
- a criação da Biblioteca Municipal Urbano Duarte, como *valor de uso* (biblioteca), e *memorial*, ligado a personagem de importância nacional (Urbano Duarte, escritor, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, nascido em Lençóis).

Perante a categorização de valores de Aloïs Riegl (2008), as vontades de embelezamento da cidade denotam o culto ao “valor de contemporaneidade”. A criação da biblioteca aponta para um valor memorialístico: ao batizá-la com o nome de Urbano Duarte, pretende-se perpetuar a existência desse escritor na memória da população e dos visitantes. Mas também, e sobretudo, ao valor que Riegl chamou de “instrumental”, e que Meneses (1992, p. 193) chamou de “pragmático”: o valor de uso.

2.1.2. Articulações políticas na busca de recursos para a restauração dos imóveis

A relação do poder municipal com o IPHAN, nos primeiros anos após o tombamento, dava-se de modo muito deficiente. Os técnicos do órgão de preservação faziam visitas de inspeção muito esporádicas. A maioria da demanda era resolvida por meio de ofícios, cartas e telegramas, mas que nem sempre tinham, na opinião da prefeitura, a devida atenção: “O IPHAN raramente responde aos nossos telegramas e as únicas instruções que recebemos são as de que devemos continuar aguardando” (OLIVEIRA, 1975, p. 32).

Diante disso, uma prática comum nos primeiros anos após o tombamento foi recorrer a instâncias superiores, ou à intervenção de algum conhecido, quando as negociações com o IPHAN não frutificavam, ou não estavam ao contento da prefeitura. Isso já havia ocorrido quanto ao pedido de tombamento, que foi feito diretamente ao ministro da Cultura, e iria acontecer diversas vezes ao longo dos anos.

A partir de 1975, identificamos nos arquivos do IPHAN dois pedidos de intercessão⁶: o primeiro feito pelo prefeito de Lençóis ao governador da Bahia, e o segundo feito a um amigo pessoal, o escritor Fernando Sales⁷ que, ao que parece, era na época assessor de Renato Soeiro⁸, diretor do IPHAN.

Nesse ofício⁹, o então prefeito Helmo Pereira Senna Brito, solicitava ao governador do Estado da Bahia, Roberto Figueira Santos, a inclusão de Lençóis no Plano de Recuperação das Cidades Históricas do Nordeste¹⁰. O governador enviou o ofício recebido a Fernando Sales, com o seguinte recado: “Ao Prof. F. Sales, pedindo acusar recebimento das cópias do expediente e da disposição do IPHAN em enfrentar, em breve, as obras em Lençóis. 22/08/75”¹¹.

Outra troca de correspondências, com o sentido de pedido de intercessão, também envolvia Fernando Sales, além do prefeito e do diretor da 2ª Regional do IPHAN.

Fernando da Rocha Peres, diretor da 2ª Regional do IPHAN, havia enviado telegrama ao então prefeito de Lençóis, Helmo Pereira de Senna Brito, solicitando que respeitasse as normas do IPHAN para aprovação de projetos:

6 Classificamos como “pedido” de intercessão o ofício ao governador do Estado da Bahia, uma vez que o assunto fugia a esta instância, e deveria ser tratado diretamente com o IPHAN, em nível federal.

7 Fernando Sales, natural de Andaraí (município vizinho de Lençóis), e irmão de Herberto Sales, foi um grande conhecedor de Lençóis. Escreveu sobre a cidade, os livros *Evocação de Lençóis e outros Poemas* (Poesia, 1945), *Lençóis, coração diamantino da Bahia* (1964), *Três Poemas de Lençóis* (1971), além de ensaios, crítica e história sobre o escritor lençoense Afrânio Peixoto e sobre o Garimpo de diamantes na prosa da ficção brasileira.

8 Dissemos “ao que parece”, pois a única menção a esse cargo, o de assessor de Soeiro, aparece em um manuscrito dentro da pasta “Obras”. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117..

9 Prefeitura Municipal de Lençóis. Ofício nº 382/75, do Prefeito Municipal de Lençóis, Helmo Pereira Senna Brito, ao governador do Estado da Bahia, Roberto Figueira Santos. Lençóis/BA, 4 de agosto de 1975. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

10 Desenvolveremos considerações sobre esse programa mais adiante.

11 Prefeitura Municipal de Lençóis. Ofício nº 382/75, do Prefeito Municipal de Lençóis, Helmo Pereira Senna Brito, ao governador do Estado da Bahia, Roberto Figueira Santos. Lençóis/BA, 4 de agosto de 1975. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

Estamos informados Vossencia não vem observando limites competência municipal dispositivos legais vigentes que protegem acervo arquitetônico cidade Lençóis consentindo renovadamente reformas et construções residenciais sem consulta e exame legal necessário IPHAN pt Solicitamos atenção aguardamos pronunciamento ou visita Vossencia este 2º Distrito pt Fernando da Rocha Peres chefe 2º Distrito IPHAN.(PERES, 1975).

O prefeito respondeu com o seguinte telegrama:

Resposta telegrama Vossa Senhoria cheio admoestações tão despropositadas vg injustas et descabidas gostaria lembrar ser praxe esta Administração somente tomar medidas que tais depois de devida et justa análise casos pt Esta Municipalidade nunca recebeu aludidos aspas dispositivos legais vigentes aspas anunciado seu telegrama et não fossem providências temos tomado vg dentro nossas fraquíssimas possibilidades vg estaria nosso Patrimônio mais mutilado ainda em que pese insistentes pedidos por nós feitos visando sua salvaguarda pt Nesta Administração nenhum prédio teve sua fachada transfigurada o que poderá ser comprovado com testemunho de altos dignatários deste Instituto que nos visitaram como Doutor Edgar Jacinto et outros pt Helmo Pereira Senna Brito pt Prefeito (BRITO, 1975a).

Depois de dada a resposta a Peres, Helmo Brito enviou uma carta a Fernando Sales, com um bilhete e com as cópias dos telegramas trocados com Peres. O bilhete tinha o seguinte conteúdo:

Meu caro Fernando. Seguem cópias de telegramas trocados entre mim e o Sr. Perez, que só tem prejudicado em sua procrastinação a Lençóis! (Vide caso Banco do Brasil!). Se os elementos do IPHAN forem tão irreverentes quanto este senhor, pobres das cidades tombadas!... Comunique fato ao Dr. Soeiro com meus respeitos e admiração. Abraços, Helmo Senna. (BRITO, 1975b).

Helmo Brito solicitou, também, que Fernando Sales interviesse junto a Renato Soeiro, no sentido de tomar providências para salvar um imóvel de Lençóis:

Face situação precária velho sobradinho Praça da Lira peço insistir junto professor Renato Soeiro sentido salvar tão suigeneris obra irremediavelmente condenada se não forem tomadas imediatas providências pt abrs Helmo Pereira Senna Brito pt Prefeito (BRITO, 1975c).

Renato Soeiro respondeu ao telegrama dois meses depois, diretamente a Helmo Brito, justificando a demora da resposta e prometendo incluir Lençóis no Programa de Recuperação de Cidades do Nordeste, bem como dar mais atenção à cidade:

Compelido internação inadiável operação cirúrgica soh agora retomei atividades direção IPHAN tomando conhecimento seu telegrama solicitando providências recuperação prédio Praça Lira ameaçado ruir pt comunico vossência acabo determinar medidas sentido atendimento seu pedido vg informando mesmo tempo prosseguimento estudos visando atender caráter prioritário obras restauração mais cinco prédios nessa cidade de acordo levantamento aí feito pelos chefes obras et história deste instituto quando inspeção outubro ano passado pt IPHAN espera poder prestar maior assistência seu mais recente conjunto tombado através sua inclusão Programa Recuperação Cidades Nordeste em fase execução pt saudações Renato Soeiro Diretor Instituto Histórico Artístico Nacional (SOEIRO, 1975).

De fato, uma viagem de inspeção havia sido feita em 12 e 13 de novembro de 1975,

pelo arquiteto Eduardo Furtado de Simas, do IPHAN. No entanto, talvez Soeiro se refira a outro levantamento que encontramos nos arquivos, anotações manuscritas assinadas por Mário Mendonça, sem data (provavelmente de 1975, pela ordem do arquivamento na pasta).

No cabeçalho deste documento consta:

IPHAN

Dr. Renato Soeiro – Diretor Geral

Dr. Fernando Sales – Assessor (filho de Andaraí)

Documentos necessários para que seja firmado o convênio entre IPHAN e Prefeitura de Lençóis objetivando a aplicação dos recursos no valor de Cr\$5.400.000,00 na recuperação dos seguintes imóveis:

- 1) Mercado Municipal da sede do município situado à Praça Aureliano Sá;
 - 2) Biblioteca Municipal Urbano Duarte, sita a Avenida Sete de Setembro, na sede do município;
 - 3) Reconstrução da Ponte sobre o Rio Lençóis, ligando o Bairro São Félix à Praça Aureliano Sá (já realizada pela Prefeitura);
 - 4) Reconstrução da Avenida Senhor dos Passos (calçamento, balaústre e muralhas à margem do Rio Lençóis) (já realizada pela Prefeitura)
 - 5) Reconstrução do casarão situado à Praça dos Mineiros (onde será instalado a Cadeia Pública, Delegacia de Polícia e Serviço Militar);
 - 6) Desobstrução [sic] do leito do Rio Lençóis (obra já realizada pela Prefeitura).
- Mário Mendonça¹²

Mas, qual seria a verdadeira ligação de Fernando Sales com Renato Soeiro? Ou como circulava Fernando Sales nos meios governamentais, visto que mais de uma vez aparece como intercessor em prol de Lençóis? Embora não tenha aparecido explicitamente no processo de tombamento, há uma publicação do *Jornal do Comércio* que menciona seu empenho no tombamento da cidade (MORAES, 1973). Vimos também, no capítulo 1, que ele foi o responsável pela criação da Casa de Cultura Afrânio Peixoto, em 1970. Nos documentos acima analisados, aparece como intermediador entre o prefeito de Lençóis, Helmo Pereira Senna Brito, e o diretor geral do IPHAN, Renato Soeiro. Aparecerá também nessa condição em 1978, ligado a Fernando da Rocha Peres e a Augusto da Silva Telles, nos trâmites para levantamento de recursos para obras emergenciais após a destruição da cidade por uma tromba d'água, conforme veremos mais adiante.

A ligação de Fernando Sales a Renato Soeiro, Fernando da Rocha Peres e Augusto da Silva Telles está ainda por ser desvendada. Seria mesmo assessor de Soeiro, como consta nesse documento? Se sim, por que haveria de estar mencionado “filho de Andaraí”? Seria uma referência para auxiliar na sua identificação?

Quanto à “inclusão [no] Programa de Recuperação de Cidades do Nordeste”, mencionado por Renato Soeiro no telegrama anterior (SOEIRO, 1975), de fato houve uma batalha para que Lençóis recebesse recursos. Vamos ver como isso aconteceu, no item seguinte.

¹² Manuscrito assinado por Mário Mendonça. [1975?]. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

2.1.3. O PCH como primeira esperança de investimentos e os bastidores das negociações para inserção de Lençóis no programa

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, ou Programa de Cidades Históricas (PCH), como foi mais comumente chamado, foi criado em 21 de maio de 1973 por meio da Exposição de Motivos 076-B, com dotação específica do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados (FDPI). Foi formulado por um Grupo de Trabalho Interministerial, criado em dezembro de 1972, do qual Renato Soeiro participou, como representante do Ministério da Educação e Cultura. O GT era composto ainda por Ney Tinoco (diretor da Embratur), representando o Ministério da Indústria e Comércio; Edileuza Rocha (da Sudene), representando o Ministério do Interior; e pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Minciplan), representado por Affonso de Lima Vitule (secretário-geral adjunto), Fernando Quintela (coordenador do GT), e Luiz Siqueira (assessor, secretário executivo do GT) (CORRÊA, 2014). Segundo Sandra Corrêa (2014, p. 2), os resultados apresentados pelo GT diziam que

[...] as localidades a serem atendidas prioritariamente seriam as dotadas de infraestrutura adequada ao turismo, constando nesse grupo as cidades de Porto Seguro, Salvador e Cachoeira, na Bahia; São Cristóvão, em Sergipe; Olinda, Igarassu, Itamaracá (Forte Orange), Guararapes e Cabo Santo Agostinho, em Pernambuco. Um segundo grupo seria constituído por monumentos e cidades “em vias de desaparecimento pela destruição”: Laranjeiras, em Sergipe; Marechal Deodoro, em Alagoas; e Alcântara, no Maranhão. Uma terceira classificação dizia respeito aos monumentos e cidades sem infraestrutura adequada, mas em condições não tão precárias quanto às localidades do segundo grupo: Penedo, em Alagoas; Aracati, Sobral e Aquiraz, no Ceará; Oeiras e Piracuruca (Sete Cidades) no Piauí; e São Luís, no Maranhão.

A cidade de Lençóis, juntamente com Santo Amaro, Jaguaribe, Ilha de Itaparica (BA), Tomar de Geru (SE), Porto Calvo (AL), Goiana, Paulista e Vicência (PE) Cabedelo (PB), Natal (RN) e Fortaleza (CE), constavam nos anexos da Exposição de Motivos (CORRÊA, 2014, p. 3).

De fato, no telegrama remetido ao prefeito de Lençóis em 26 de dezembro de 1975, Renato Soeiro afirmava que estava batalhando a inclusão de Lençóis no programa (p. 135). Pelo levantamento que nos mostra Sandra Corrêa (2012, p. 134), Lençóis constava em duas das quatro listas levantadas nos arquivos: na proposta pelo IPHAN na 1ª reunião do GT, e no anexo da Exposição de Motivos 076-B, ambas de 1973¹³.

No entanto, na Exposição de Motivos 076-B, que criou efetivamente o *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos*, Lençóis tem apenas obras de infraestrutura elencadas:

Anexo II – Estradas: Acesso pavimentado à cidade de Lençóis, à partir da BR-242, através da Rodovia Estadual BA-850, extensão de 10km. Valor Cr\$2.000.000,00.

13 As demais listas levantadas pela autora foram: a proposta pelo Minciplan no GT em 1973, e a lista de cidades visitadas pelo GT, também em 1973.

Anexo III – Energia: Linha de transmissão de 13,8 KV da Usina Hidrelétrica existente até a cidade, numa extensão de 18km. Valor Cr\$288.000,00. (BRASIL, 1973).

O programa tinha como objetivo principal “a preservação dos monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso e, com isso, gerar renda advinda da atividade turística” (CORRÊA, 2014, p. 3), mas também estava entre os objetivos o de nº “VI - A complementação da infra-estrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região” (BRASIL, 1973).

Sandra Corrêa (2012) explica que, embora tenha sido apresentada uma lista anexa à EM 076-B, ela serviu mais para compor uma estimativa do montante de recursos que seriam investidos, que propriamente para direcionar os convênios firmados.

De qualquer forma, Lençóis só entrou no PCH em 1979, portanto, na segunda fase do programa. Até ser contemplado, várias foram as tentativas e negociações.

A ausência de documentação nos arquivos revela que todo o esforço do prefeito Helmo Pereira Senna Brito, bem como a intenção de Renato Soeiro em “prestar maior assistência ao seu mais novo conjunto tombado”, inserindo Lençóis no Programa de Recuperação de Cidades do Nordeste (SOEIRO, 1975), não vingou de imediato. A situação dos imóveis que haviam sido indicados para intervenção ainda era precária quando, em 14 de dezembro de 1977, a cidade foi atingida por uma tromba d’água¹⁴ que causou grandes danos.

Por meio dos documentos, notamos o empenho tanto do prefeito de Lençóis quanto, e principalmente, do diretor da 4ª Regional do IPHAN, Fernando da Rocha Peres, em conseguir recursos para a recuperação da cidade. Isso se dava pela insistência junto à diretoria-geral do IPHAN (que no meio desse processo deixa de ser de Renato Soeiro e passa a ser de Augusto da Silva Telles); pelos contatos com o governador do estado e diretamente com a Secretaria de Planejamento da Presidência de República (SEPLAN-PR), que estava dirigindo o Programa Integrado de Recuperação das Cidades do Nordeste; e até mesmo com pedido de intercessão a Fernando Sales. A documentação nos mostra também que o relatório original da 4ª Regional do IPHAN previa uma quantidade de obras bem maior que as que de fato foram levadas a cabo, dois anos depois. Passamos a descrever essa documentação para o entendimento dos trâmites e como se reduziu paulatinamente a quantidade de obras contempladas.

Mediante os danos causados à cidade pela tromba d’água, o prefeito Paulo Pinheiro da Silveira, declarou estado de calamidade pública e acionou o IPHAN (LENÇÓIS, 1977). No dia seguinte ao decreto, e apenas cinco dias após as enchentes, o diretor regional do IPHAN, Fernando Perez e o arquiteto Eduardo Simas viajaram a Lençóis para analisar os danos¹⁵.

14 As trombas d’água são enchentes muito rápidas que ocorrem com frequência na região da Chapada Diamantina e estão associadas às características fisiográficas: o solo rochoso faz com que as águas das chuvas não tenham como se infiltrar no solo e acabem escoando majoritariamente pelos cursos d’água. O relevo montanhoso faz com que a velocidade de escoamento seja muito alta, aumentando a força da água que, literalmente, leva tudo o que estiver pela frente.

15 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada à cidade de Lençóis no Estado da Bahia. Salvador, 21 de dezembro de 1977. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117. Cabe notar aqui a mudança administrativa ocorrida no IPHAN com a Portaria 230, de 26 de março de 1976, que aprovou o regimento interno do IPHAN. Com essa portaria, o 2º Distrito passa a ser a 4ª Diretoria Regional (SPHAN/FNPM, 1980, p. 19).

Pelo relatório preparado na ocasião dessa visita, nota-se que a destruição concentrava-se ao longo das margens do rio Lençóis. Calçamentos e muros de contenções foram totalmente destruídos, assim como a balaustrada às margens do rio. Em relação aos imóveis danificados, o relatório mostra que 14 casas simples desabaram (para as quais Simas sugere total demolição e posterior reconstrução em outro material), dois sobrados das Praças Aureliano Sá e Horácio de Matos foram prejudicados, e outras edificações ao longo do rio, voltadas para a Av. Rui Barbosa e Rua Coronel José Florêncio.

A conclusão era a de que deveriam ser destinadas “verbas para os trabalhos urgentes” na cidade, enfatizando-se “a necessidade de esforço conjunto dos governos federal, estadual e Municipal”.¹⁶

A este relatório seguiu-se um longo trâmite para a alocação dos recursos. Fernando da Rocha Peres, diretor da 4ª Diretoria Regional do IPHAN, enviou o relatório ao diretor-geral, Renato Soeiro, solicitando “as diligências necessárias para o encaminhamento de recursos ordinários e/ou extraordinários, junto ao MEC e SEPLAN, destinados a atender as obras de recuperação em Lençóis”.¹⁷ Remeteu também um ofício diretamente ao delegado regional da SEPLAN-PR, em Recife, com cópia do relatório e as mesmas solicitações, sugerindo ainda visita de um técnico da SEPLAN-PR para avaliação dos danos *in loco*, e pedindo que entrasse em contato com a diretoria-geral do IPHAN.¹⁸

No mês seguinte, a pedido de Renato Soeiro, nova visita a Lençóis foi feita pela equipe da 4ª Regional, para uma estimativa de custos das obras. A nova vistoria, feita com o prefeito, visava levantar os custos para as “obras estritamente necessárias” que pudessem ser feitas com o valor de vinte milhões de cruzeiros.¹⁹

Fernando da Rocha Peres salientava a situação da cidade: “em verdade [...] dramática e das mais precárias”, o que poderia ser comprovado pelas “várias fotografias” enviadas junto ao primeiro relatório que davam “uma pálida ideia do quadro dominante”.²⁰ Rocha Peres citava ainda o apoio conseguido junto ao governador do Estado da Bahia, por meio da cessão de avião do Estado para viagem a Lençóis. O diretor mencionava que contataria o governador “para promover, se possível uma reunião com os órgãos locais (IPAC/BA, Coordenação de Fomento ao Turismo, Conder, dentre outros)”.²¹ Sugeria ainda a Renato Soeiro que estabelecesse contato com a SEPLAN-PR-PIRCHN.

16 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada à cidade de Lençóis no Estado da Bahia. Salvador, 21 de dezembro de 1977. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

17 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 1147/77. Salvador, 23 de dezembro de 1977. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

18 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 1160/77. Salvador, 28 de dezembro de 1977. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

19 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 20/78. Salvador, 9 de janeiro de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

20 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 20/78. Salvador, 9 de janeiro de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

21 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 20/78. Salvador, 9 de janeiro de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

O novo relatório selecionou imóveis e buscou adequar os custos total da recuperação ao valor citado anteriormente.²² Neste, as seguintes obras foram contempladas: sobrado à Praça Aureliano Sá, esquina com Praça Horácio de Matos (o “sobrado imponente de 2 pavimentos e sótão, atual Hotel São José, e um dos mais importantes imóveis da cidade”); mercado municipal; ponte sobre o rio Lençóis; conjunto de imóveis à Praça Horácio de Matos e Rua Rui Barbosa; conjunto de imóveis à Rua José Florêncio, com quintais para o rio Lençóis; sobrado do Ladeirão (que, apesar de ter recebido obras de escoramento emergencial pelo IPHAN, foi muito estragado pela tromba d’água); imóvel da Praça Horácio de Matos esquina com Praça Aureliano Sá (o “imóvel datado de 1929, com platibanda e ornatos neoclássicos”); alvenaria de pedra de contenção da Av. Senhor dos Passos; demolição dos remanescentes das casas (“imóveis frágeis, de taipa”) e reconstrução dessas “casas térreas simples” em alvenaria de tijolos – para as quais se sugeria “convênio do IPHAN com o governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES).

Alguns dias depois, Fernando da Rocha Peres escreve um novo ofício a Renato Soeiro, com fotos da destruição em Lençóis.²³ Sem ter tido resposta, Peres remete no mês seguinte (fevereiro de 1978, dois meses após a tromba d’água) novo ofício a Renato Soeiro, com cópia do expediente que houvera recebido do prefeito de Lençóis no qual cobrava uma resposta do IPHAN em relação à liberação dos recursos, e declara ele mesmo estar “na expectativa de pronunciamento” de Renato Soeiro.²⁴ Envia também uma carta ao governador da Bahia, Roberto Santos, com agradecimentos pelo empréstimo do avião e com cópia do relatório apresentado a Renato Soeiro, com as estimativas de custo das obras de recuperação (PERES, 1978a)²⁵.

A não resposta da diretoria geral do IPHAN fez com que Fernando da Rocha Peres buscasse recursos por outros meios, até mesmo extraoficiais. Em março de 1978, Peres escreve uma carta a Silva Telles, na qual menciona um telefonema de Fernando Sales solicitando que lhe fosse enviado o relatório sobre a situação de Lençóis com a estimativa de custos para sua recuperação (PERES, 1978b). Fica aqui a dúvida, que não conseguimos desvendar pela análise dos documentos: de que modo Fernando Sales e Silva Telles poderiam intervir para que se conseguissem os recursos?

As negociações teriam continuado por telefone, pois em 30 de março de 1978, Fernando Peres remeteu ofício ao assessor da SEPLAN em Pernambuco, arquiteto Helvio Polito, mencionando conversa telefônica na qual teriam acordado o envio de um novo relatório com estimativa de custos destinadas a atender unicamente as obras públicas.²⁶

Este novo relatório apresentava uma estimativa de custo de Cr\$ 4.200.000,00 (Cr\$

22 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 20/78. Salvador, 9 de janeiro de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

23 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 56/78. Salvador, 20 de janeiro de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

24 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 138/78. Salvador, 23 de fevereiro de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

25 Carta de Fernando da Rocha Peres ao governador Roberto Santos. Essa carta não leva o papel timbrado do IPHAN.

26 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 235/78. Salvador, 30 de março de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

15.800.000,00 a menos que a primeira estimativa, ou seja, quase 80%), e considerava apenas as obras para o mercado municipal, a ponte sobre o rio Lençóis, os muros de contenção dos quintais dos imóveis às margens do rio, e a alvenaria de pedra de contenção ao longo da Av. Senhor dos Passos, às margens do rio Lençóis. O arquiteto Eduardo Simas, ao final do relatório, fazia a observação da necessidade de intervenção também nos imóveis particulares, bastante danificados e muito importantes para o conjunto tombado.²⁷

Sandra Corrêa (2012, p. 264) nos mostra que em 3 de abril de 1978, uma carta foi enviada por Hélyvio Polito a Henrique Osvaldo de Andrade encaminhando uma descrição e quantificação de obras de recuperação em Lençóis (dentre outras cidades). Provavelmente se trata do relatório que Hélyvio Polito teria solicitado a Fernando da Rocha Peres. Nesse ano, a continuidade do programa estava em negociação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Corrêa (2012, p. 264) mostra que, em maio de 1978, o ministro de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso solicitava ao BID verba para dar continuidade ao PCH, com previsão de prorrogação até 1983 e contando com recursos dos governos federal e estaduais. A carta de Hélyvio Polito dava exemplos de obras de recuperação para o programa proposto ao BID.

Ao que parece, os dirigentes do programa tinham, de fato, a intenção de contemplar maiores recursos para Lençóis. Em carta ao gerente de operações do BID, Élcio Costa Couto, secretário-geral de Planejamento da Presidência da República, esclarecia que

A terceira fase a que se chegou neste processo evolutivo de preservação do patrimônio arquitetônico é o tratamento global de núcleos históricos como Ouro Preto, São Cristóvão, Laranjeiras, Cachoeira, Alcântara, Lençóis, Diamantina e outros igualmente importantes. Cada núcleo terá um plano específico, compreendendo projetos de restauração de edificações e ambientes, infra-estrutura urbana e equipamento social básico necessário à melhoria da qualidade de vida da população e sua integração nas funções desenvolvidas em cada um. Esta fase inclui medidas legais de preservação, formas de revitalização da área estudada e orientação do fluxo turístico, definindo-se, portanto, como um programa especial na política nacional de desenvolvimento urbano.

[...] Deve-se, portanto, acentuar que o tratamento atualmente proposto pelo Programa de Cidades Históricas é global, com predominância do seu objetivo cultural, qual seja o da preservação de expressões culturais significativas, além do objetivo social de proporcionar condições de trabalho e habitação às populações nos núcleos onde residem. (COUTO, apud CORRÊA, 2012, p. 195-196, grifo nosso).²⁸

Em maio de 1978, novos meios foram buscados: Fernando Peres e Paulo Pinheiro da Silveira, prefeito de Lençóis, minutaram juntos um ofício para que o último remetesse ao ministro do Interior, Mauricio Rangel Reis²⁹. Neste ofício, o prefeito relatava a situação da cidade, enviava cópia do decreto de estado de calamidade pública, bem como do primeiro relatório

27 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Estimativa de custos para atender obras públicas de restauração e reconstrução no Município de Lençóis, estado da Bahia. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 1978. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta Tromba d'água (recuperação da cidade).

28 COUTO. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978, p. 2-3.

29 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Minuta de maio de 1978. Apresenta as seguintes anotações manuscritas: “29/05/78 (segunda-feira)” e “ofício enviado pelo Prefeito de Lençóis e minutado na 4ª. DR IPHAN”. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

de danos elaborado por Eduardo Simas dias após a tromba d'água, e solicitava recursos para sua recuperação:

Em tal emergência é que nos dirigimos a V. Excelência, Sr. Ministro, para formular-lhe, em nome desta Prefeitura, o mais vivo e angustioso apelo, a fim de que, através do GEACAP (Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Pública), possamos obter os recursos financeiros indispensáveis ao que se tem em vista, recompondo-lhe as partes da cidade mais violentadas pela tempestade.³⁰

Após essas tratativas, também sem retorno, foram reiterados os pedidos de resposta a Renato Soeiro e à SEPLAN, por meio de ofícios datados de 20 de julho de 1978.³¹ Fernando Peres aproveitou-se da publicação da matéria “Lençóis, a capital do diamante vive do passado”, no jornal *A Tarde* (BRITO, 1978), para remetê-la a essas instâncias e cobrar a resposta quanto à solicitação dos recursos.

Na publicação, os estragos causados pela tromba d'água eram mencionados, inclusive com uma foto da ponte com sua balaustrada destruída. A situação de abandono e precariedade era ressaltada, e o seu tombamento, criticado:

Parece que esqueceram da importância da cidade e o seu tombamento vem funcionando como uma injeção paralisante. Nem o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e nem mesmo os proprietários dos imóveis vem realizando uma obra digna de destaque. É como estivesse um a espera do outro, num encontro que jamais acontecerá. (BRITO, 1978).

As últimas correspondências que localizamos nos arquivos, assinadas por Peres como diretor da 4ª Diretoria Regional do IPHAN, eram novamente endereçadas a Renato Soeiro e a Henrique Osvaldo de Andrade, assessor especial do SEPLAN. Na primeira delas, Peres reenviava o relatório com estimativas de custos das obras (enviado anteriormente em 30 de março de 1978), e mencionava entendimentos telefônicos com Henrique Osvaldo de Andrade.³² A segunda correspondência trata de ofício a este último, e referia-se ao envio de cópias do “Projeto de Restauração do Mercado Municipal, Agenciamento da Praça Aureliano Sá, Ponte sobre o Rio Lençóis [...] para financiamento pelo Programa das Cidades Históricas, da SEPLAN-PR, no valor de CR\$4.200.000,00 [...], em convênio com o IPHAN”.³³

No mês seguinte, Fernando da Rocha Peres enviava mais um ofício, desta vez ao delegado regional da SEPLAN, Artur Reginaldo Maia Alves, pedindo a inclusão do projeto na lista de prioridades do Programa das Cidades Históricas do Nordeste, “para a feitura de um convênio entre a SEPLAN e o IPHAN com repasse de 100% para o órgão do MEC”.³⁴

30 Prefeitura Municipal de Lençóis. Ofício nº 420/78 de 30 de maio de 1978. Lençóis/BA, 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

31 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 684/78. Salvador, 20 de julho de 1978. IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 685/78. Salvador, 20 de julho de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

32 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 879/78. Salvador, 29 de agosto de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

33 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 180/79. Salvador, 6 de março de 1979. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

34 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Ofício nº 335/79. Salvador, 8 de maio de 1979. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

Quatro meses depois, o prefeito de Lençóis encaminhou ofício a Henrique Osvaldo de Andrade com forte teor de denúncia e de apelo. A denúncia era a de que dez meses haviam se passado sem uma resposta às primeiras solicitações feitas tanto ao IPHAN quanto à SEPLAN-PR. O apelo, para que parte do recurso fosse liberada para complementar as obras já iniciadas com os escassos recursos municipais.³⁵

Apenas em junho de 1979 o convênio fora preparado e estava em vias de ser assinado. Fernando da Rocha Peres ainda estava à frente da 4ª Diretoria Regional, mas a direção-geral do IPHAN já estava com Aloísio Magalhães, até então coordenador geral do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980), tendo sido alterada em 27 de março de 1979. Portanto, o convênio para a realização das obras em Lençóis com recursos do PCH deu-se já na gestão de Aloísio Magalhães, sendo celebrado em 20 de agosto de 1979³⁶.

Figura 37. Matéria anunciando o convênio entre a Prefeitura de Lençóis, a SEPLAN-PR e o IPHAN para restauro dos imóveis danificados pela tromba d'água de 1977. Fonte: Lençóis terá... 1979.

A pergunta que nos cabe diante deste fato é: teria sido Aloísio Magalhães o responsável pela inserção de Lençóis no PCH? Teria Renato Soeiro tido alguma restrição a essa inclusão, visto que não respondia aos ofícios de Fernando da Rocha Peres, mesmo com toda a sua insistência? Ou então, quais teriam sido as dificuldades que impediram que um convênio fosse estabelecido logo após a calamidade em Lençóis, visto que o PCH existia desde 1973 e que Renato Soeiro já houvera expressado, em 1975 (SOEIRO, 1975), (mesmo antes da tromba d'água de Lençóis), vontade em inserir a cidade no programa?

35 Prefeitura Municipal de Lençóis. Ofício nº 461/78. Lençóis (BA), 10 de setembro de 1978. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

36 Não encontramos nos arquivos o termo de convênio assinado nesta data, porém, há diversos termos de aditivo (todos prorrogando a validade do convênio) que se referem ao termo assinado em 20 de agosto de 1979.

Segundo a publicação institucional do MEC/SPHAN/FNPM (1980, p. 26), com a substituição de Soeiro por Aloísio Magalhães “estavam dadas as condições para as profundas mudanças que então iriam se processar no âmbito do Iphan-PCH-CNRC”. Mudanças de ordem conceitual, cujo “catalisador [...] foi, sem dúvidas, o conceito de bem cultural que emergiu [...] e que resulta mais inclusivo do que o dominante até o início da década de 70”. A publicação afirma ainda que

o IPHAN procurou por todos os meios a seu alcance estabelecer desde 1979 um diálogo permanente com os diversos segmentos da sociedade brasileira, convencido de que era preciso estimular de maneira generalizada a solicitude comunitária para com um patrimônio que pertence a todos (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 27).

Apesar de o convênio ter sido firmado em 20 de agosto de 1979, até o final de 1980, as obras ainda não haviam sido iniciadas, conforme *Relatório sobre inspeção efetuada na cidade de Lençóis*³⁷. Segundo Corrêa (2012), as obras relativas ao convênio teriam sido finalizadas em 1982, mas encontramos relatórios de obras em Lençóis datados de 1983.

Não encontramos documentos relativos à finalização do convênio, apenas ofícios e relatórios de obra que fazem menção a ele. Estes documentos nos levam a crer que no meio do processo foi incluída uma nova obra, o restauro da Biblioteca Urbano Duarte, e que as obras originalmente batalhadas por Fernando Peres para inserção no convênio com a SEPLAN não foram contempladas.

No documento *Programa de Cidades Históricas. Especificações das obras de restauração do Mercado Municipal de Lençóis, da Ponte sobre o Rio Lençóis, e Agenciamento da Praça Aureliano Sá e adjacências, situados na cidade de Lençóis, estado da Bahia*, que consta do Projeto enviado à SEPLAN, as especificações são apenas para obras no mercado, os muros de contenção ao longo do rio Lençóis, os passeios e calçamento da Praça Aureliano Sá (CRUZ, 1980). Neste documento não há menção à ponte (a não ser no título), e curiosamente, há, no item 9 – *Estabilização* uma tímida menção à biblioteca:

Estabilização das alvenarias existentes ao longo do rio Lençóis, com o costuramento das fissuras, preenchimento dos vazios com argamassa de concreto ou pedra bruta. Incluir-se-á também nestes serviços a consolidação das paredes da Biblioteca Municipal, excepcionalmente, devido seu estado precário de estabilidade. (CRUZ, 1980).

Segundo a Informação Técnica 105, de Augusto Carlos da Silva Telles,³⁸ a 2ª etapa, apesar de contemplar os quatro imóveis, daria prioridade às obras no mercado municipal e no sobrado à Rua dos Mineiros, “cuja obra representa conclusão das em curso. No ano seguinte seriam finalizadas as obras na Ponte sobre o Rio Lençóis e na Biblioteca Urbano Duarte”.

37 Em relatório de vistoria à cidade, o arquiteto Eduardo Simas faz uma observação de que “a 4ª D. R. da SPHAN iniciará, proximamente, obras de restauração em diversos imóveis da cidade, com verba de Cr\$4.200.000,00, do P.C.H., beneficiando o conjunto tombado”. MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. 4ª Diretoria Regional. Relatório sobre inspeção efetuada na cidade de Lençóis – Estado da Bahia. Salvador, 1980.

38 MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Informação Técnica nº 105, de 11 de setembro de 1981. Assinada por Augusto da Silva Telles (Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1981), Irapoan Cavalcanti de Lyra e Aloísio Magalhães (de acordo), em 15 de setembro de 1981. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

Entretanto, a Biblioteca Urbano Duarte não estava contemplada no projeto original, embora saibamos que era uma aspiração da prefeitura desde 1970.³⁹

Não sabemos se os recursos contemplaram integralmente os planos iniciais⁴⁰. Corrêa (2012) mostra um quadro de obras realizadas pelo PCH no qual consta Lençóis, que teria obras finalizadas em 1982. Porém, vimos que diversos termos de aditivo de convênio foram firmados prorrogando sua validade até 1983.

O que pode ter atrasado por sucessivas vezes o início das obras foram as mudanças administrativas pelas quais o IPHAN passou, muito em função de mudanças no próprio PCH. Este, que pertencia à SEPLAN-PR, foi transferido para o IPHAN, por dois motivos: para reforçar os órgãos técnicos especializados da administração federal, e descentralizar os programas especiais que estavam em vigor na SEPLAN. Essa era uma diretriz do governo federal (conforme Exposição de Motivos 320, de 8 de novembro de 1979), que pretendia também estender o PCH para todo o território nacional e transformá-lo de um “programa para aproveitamento turístico do patrimônio cultural” para um “projeto de desenvolvimento urbano dos núcleos históricos”. (CORREA, 2012, p. 199).

Quanto às mudanças no IPHAN, elas haviam sido indicadas anos antes, por meio de um estudo feito no âmbito do PCH pela Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (SEMOR) e a SEPLAN (CORREA, 2012, p. 199). No âmbito do Ministério da Educação, o IPHAN foi transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mantendo o poder de polícia do IPHAN e o foro privilegiado, e foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão operacional que proporcionava os meios de recursos para a SPHAN (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

Segundo esta publicação, a reestruturação do IPHAN foi consequência da nova postura que o órgão adotara com a posse de Aloísio Magalhães, de

operacionalizar um conceito mais abrangente de bem cultural, a obtenção do comprometimento de outras entidades com o programa de trabalho do Iphan e a instauração de um diálogo franco e leal com a comunidade. (MEC/SPHAN/PRO-MEMÓRIA, 1980, p. 27).

Após a reestruturação, um novo convênio foi celebrado, em relação às obras em Lençóis, “com vista à transferência dos trabalhos em proveito das obras de restauração do Mercado Público Municipal e de agenciamento da Praça Aureliano Sá e Ponte sobre o Rio Lençóis”, para o Pró-Memória.⁴¹

É interessante observar as cláusulas desse convênio, uma vez que dizem muito das atribuições de cada órgão após a reestruturação do Ministério da Cultura:

39 Conforme vimos na p. 132, o anteprojeto de Lei nº 277, de 20 de janeiro de 1970, considerava de utilidade pública o imóvel onde nasceu Urbano Duarte para transformá-lo na Biblioteca Pública Municipal (LENÇÓIS, 1970b).

40 A Biblioteca Urbano Duarte passou a ser alvo de investimentos novamente entre os anos de 1984 e 1985, e para o mercado houve novas demandas de reforma em 1990 (Ver item 3.3.2 do capítulo 3).

41 MEC/SPHAN. Convênio que entre si fazem a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória. Distrito Federal, 7 de julho de 1980. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os trabalhos a que se refere este Convênio, poderão ser executados diretamente pela PRÓ-MEMÓRIA ou através da contratação de serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para o custeio dos trabalhos de que trata o presente Convênio, compromete-se a SPHAN a transferir para a PRÓ-MEMÓRIA a importância de Cr\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros), de acordo com o Plano de Aplicação nº 0010/00, aprovado em 29.05.80 e alocada através do Convênio celebrado em 20 de Agosto de 1979, entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Prefeitura Municipal de Lençóis, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 1979.

CLÁUSULA TERCEIRA

Caberá à SPHAN não só a aprovação das especificações dos trabalhos a serem executados, como também a supervisão e orientação técnica dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA

A PRÓ-MEMÓRIA, como unidade gestora do Convênio, se compromete a:

1. Exercer, a seu nível de competência, a orientação, o controle e a fiscalização dos trabalhos a serem desenvolvidos.
2. Executar ou promover o desenvolvimento dos trabalhos, respeitadas as disposições constantes no Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, referentes a licitação para compras, obras e serviços e legislação complementar.
3. Fornecer à SPHAN o relatório físico-financeiro, conforme a sistemática de acompanhamento em vigor.
4. Efetuar a prestação de contas à SPHAN, na forma regulamentar, das despesas executadas, independentemente de procedimentos normais junto aos órgãos de fiscalização do MEC.⁴²

Os recursos não estavam mais com a SEPLAN-PR, e sim com o SPHAN, uma vez que em 8 de novembro de 1979, o PCH tinha sido transferido à SPHAN. Nota-se também que a FNPM tinha o papel de órgão gestor dos recursos e executor das obras, enquanto a SPHAN ficava responsável pela aprovação, orientação técnica e fiscalização.

O ofício 552/81, de 15 de julho de 1981,⁴³ solicitava dispensa de licitação para as obras da 2ª etapa em “benefício do conjunto arquitetônico da cidade de Lençóis”. Anexo a ele, estava o “Projeto de estabilização de monumentos – Lençóis, Bahia”, contemplando as seguintes obras: mercado municipal, ponte sobre o rio Lençóis, Biblioteca Urbano Duarte e sobrado à Rua dos Mineiros. Nesse relatório, há menção de que o mercado, a ponte e o sobrado à Rua dos Mineiros já haviam recebido obras emergenciais.

42 MEC/SPHAN. Convênio que entre si fazem a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória. Distrito Federal, 7 de julho de 1980. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

43 MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Ofício nº 552/81 de 15 de julho de 1981. Salvador, 1981. De Ary Guimarães, Diretor da 4ª Diretoria Regional da SPHAN-FNPM, a Aloísio Sérgio de Magalhães, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

O mercado, segundo o relatório, tinha sido parcialmente restaurado com obras no telhado, revestimento de parede e instalação de sanitários. As obras da 2ª etapa contemplariam a remoção dos boxes internos que obstruíam as arcadas, e a construção deles internamente, mais centralizados⁴⁴. Quanto à ponte, as obras contemplariam a consolidação de suas fundações em arcos de alvenaria de pedra, erodidas pela ação do fluxo do rio Lençóis. Já a Biblioteca Urbano Duarte passaria por uma restauração integral, uma vez que se encontrava em estado muito precário de estabilidade, inclusive estando fechada. Por fim, o sobrado à Rua dos Mineiros seria restaurado para abrigar o Museu da Cidade.

Ou seja, com a 2ª etapa do convênio passam a ser contempladas as mesmas obras que haviam sido requeridas em 1975, antes da tromba d'água, pelo prefeito Helmo Pereira Sena Brito. Talvez isso corrobore as afirmativas do órgão de um diálogo maior com a sociedade e atendimento das aspirações locais que vieram com a atuação de Aloísio Magalhães (MEC/SPHAN/FNPM, 1980). De qualquer forma, a mudança no quadro de obras contemplado desde a primeira inserção de Lençóis no programa expressa, na prática, o discurso oficial:

A partir de 1979, no nível do discurso, mudou-se a estratégia de atuação, estabelecendo-se uma linha divisória entre o PCH de antes e o de então, isto é, entre um programa de desenvolvimento regional, com ênfase no incremento da atividade turística, e um programa nacional de proteção do patrimônio cultural. (SANT'ANNA, 1995, p. 170).

Nas primeiras listas de cidades a serem contempladas pelo programa, para Lençóis constavam obras de pavimentação da rodovia de acesso e instalação de linha de transmissão⁴⁵. Estas são identificadas claramente com as necessidades mais primárias para desenvolvimento turístico (infraestrutura e acessos), enquanto as obras efetivamente contempladas após a assinatura do primeiro termo de convênio incluíam o mercado, Praça Aureliano Sá e ponte sobre o rio Lençóis, posteriormente sendo englobado o sobrado à Rua dos Mineiros, para sua conversão em Museu da Cidade – obras bem mais afeitas a um programa de “preservação cultural”. Concluídas essas obras, outras seriam contempladas, como o restauro do imóvel que abrigaria o Centro Social e a efetiva restauração da Biblioteca Urbano Duarte (a primeira obra havia sido apenas emergencial).

As obras da 2ª etapa foram iniciadas em março de 1982 e concluídas em setembro do mesmo ano, conforme relatório do arquiteto João da Cruz (1982).

Em agosto de 1983, novo termo de convênio foi firmado entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Lençóis, visando a restauração de dois imóveis da Praça Horácio de Matos (nº 849 e 854). A Pró-Memória forneceria os projetos e os materiais necessários, bem como faria a fiscalização técnica das obras, e a prefeitura forneceria a mão de obra.⁴⁶

44 Essas obras não foram feitas, pois em 1990 foi apresentado um projeto de reforma pelo IPAC que propunha exatamente a mesma ação: remoção dos boxes existentes e construção de novos. (Ver item 3.3.2 do capítulo 3.)

45 BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Ministério da Educação e Cultura. Exposição de Motivos 076-B, de 31 de maio de 1973, Anexo I apud Correa, 2012.

46 Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Cultura. Fundação Pró-Memória. Termo de Convênio que celebram a Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Lençóis, visando a restauração de imóveis integrantes do

No entanto, no ano seguinte foi assinado um “termo de contrato” entre a FNPM e a Prefeitura Municipal de Lençóis, que tinha por objetivo a execução de obras de restauração nos seguintes imóveis: Biblioteca Urbano Duarte (Av. 7 de Setembro), mercado municipal (Praça Aureliano Sá) e Centro Social (Praça Horácio de Matos). A FNPM forneceria os projetos e os materiais de construção, no valor total de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) e a prefeitura, a mão de obra necessária.⁴⁷

Esse vai e vem em relação à inserção de Lençóis no PCH e à escolha das obras a serem contempladas reflete a trajetória do próprio programa. Segundo Sandra Corrêa (2012), a primeira fase do PCH foi marcada por indecisões em relação às cidades a serem contempladas e por incertezas em relação às atribuições de cada um dos participantes (IPHAN e SEPLAN-PR), o que delineou um programa bipartido. Marca também a primeira fase da escolha por intervenções em monumentos e em cidades já dotadas de infraestrutura turística; talvez por esse motivo Lençóis não tenha sido contemplada logo de início: não apresentava nenhum “monumento” isolado de grande importância nacional, aos olhos do IPHAN, e sua infraestrutura turística era praticamente inexistente: o acesso se fazia por uma estrada que sequer era asfaltada, e opções de acomodação e refeição eram escassas.

Já na segunda fase, a partir da EM 024-77, o programa amadureceu e passou por mudanças conceituais: o enfoque antes dado aos monumentos passa a recair sobre os conjuntos históricos, e o uso a ser dado passa a ser enfatizado, conforme colocado no *Manual de Instruções: Programa Cidades Históricas*⁴⁸ como diretrizes de ação:

[...] necessidade da preservação integral de conjuntos de monumentos a compor um determinado espaço, urbano ou rural, e não apenas a preocupação com prédios isolados, muitas vezes desambientados em um espaço descaracterizado. Além do conjunto, do sítio urbano ou rural, melhor representar a produção cultural de um determinado grupo humano, em um dado momento, serve, igualmente, essa preservação, como instrumento capaz de protegê-lo de parciais destruições e mesmo, de descaracterizações de seu entorno.

[...]

A segunda diretriz refere-se ao uso a ser dado ao monumento. Desde alguns anos, tem-se modificado bastante a forma de ser encarado o projeto de restauro dos monumentos e dos sítios, com referência a seu uso posterior, não apenas em seu aspecto de manutenção físico-financeira, mas igualmente quanto à vivência da população local, com relação aos referidos bens culturais.

É essencial que se mantenham as funções existentes compatíveis com o bem cultural e que se propiciem outras novas, viáveis a longo prazo, e que ao mesmo tempo se adaptem ao contexto sócio-econômico, urbano ou rural. (COUTO, 1977, p. 5-6, apud CORRÊA, 2012, p. 184)⁴⁹.

acervo arquitetônico tombado da cidade de Lençóis. Salvador, 17 de agosto de 1983. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

47 Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Cultura. Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Termo de Contrato que entre si fazem a Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Lençóis - Bahia, visando restaurar imóveis do conjunto arquitetônico tombado da cidade de Lençóis. Salvador, 20 de julho de 1984. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

48 Arquivo Central do Iphan em Brasília: Programa de Cidades Históricas: Caixa 84, apud Corrêa, 2012, p. 183.

49 COUTO. Secretaria de planejamento da Presidência da República, 1977, p. 5-6.

Em Lençóis, o restauro do sobrado à Rua dos Mineiros, bem como do imóvel à Praça Horácio de Matos demonstram essa preocupação pelo uso, embora, na prática, elas não tenham ocorrido.

Para Sandra Corrêa (2012), as práticas do PCH, a partir da segunda fase, foram se aproximando cada vez mais do “discurso de pensar o patrimônio cultural dentro da concepção do desenvolvimento urbano”:

As ideias que estavam no ar desde o fim da década de 1960 no campo do patrimônio cultural, especialmente sobre a relação entre turismo e planejamento e desenvolvimento urbanos, foram parcialmente aplicadas na primeira fase do Programa, restringindo-se à preocupação com o implemento da infraestrutura turística.

[...]

Entretanto, tal fato não significa uma mudança imediata na prática do PCH. Ele avança de forma importante nesse sentido, mas as reuniões da Comissão de Coordenação e Acompanhamento apresentam um processo de transformação no qual as concepções que tratam o patrimônio a partir dos monumentos ou seu conjunto convivem com uma preocupação com o desenvolvimento das cidades, em que o patrimônio teria papel importante. Destacamos ainda que a constituição da CCA retomará a ideia inicial de haver uma decisão colegiada, a partir de um conselho deliberativo, o que não foi de fato implementado na primeira etapa do Programa de Cidades Históricas. (CORRÊA, 2012, p. 182).

Ainda segundo esta autora, os novos conceitos iam sendo incorporados ao discurso e, aos poucos, também à prática, devido à “cooperação do Iphan com a Unesco, dos Encontro dos Governadores, da prática institucional do Iphan e da implementação do Programa” (CORRÊA, 2012, p. 182).

Neste tópico, vimos como a inserção de Lençóis nos financiamentos federais foi difícil, marcada por uma luta política tanto do poder local quanto dos técnicos do IPHAN da regional da Bahia contra aqueles que de fato tinham o poder decisório sobre tais recursos. Além de disputá-los com outras cidades tombadas em nível estadual como Cachoeira e Salvador, que ao contrário de Lençóis detinham grande acervo barroco, preferido pelo IPHAN, a cidade teve que enfrentar outros gigantes, como sua própria falta de infraestrutura, sua pobreza e uma catástrofe natural.

Vimos também que a escolha dos imóveis a receberem recursos oscilou entre a necessidade premente de uns – mediante a destruição causada pela tromba d’água e o arruinamento – e o simbolismo de outros. Simbolismo que parece ter sido reafirmado anos depois, quando das demais obras feitas com recursos federais na cidade, conforme veremos ao longo desse capítulo e no próximo.

2.2. Vozes retumbantes e vozes dissonantes

Neste item analisamos a atuação do IPHAN nessa primeira fase (1973-1983), quando ainda não havia uma representação do órgão na cidade. Além das tratativas diretas entre prefeito e diretores do IPHAN, que mostramos no item 2.1., é possível entender a prática de atuação do órgão pelos relatórios de inspeção, elaborados quando das visitas a Lençóis. Neles, estão explícitas as escolhas por determinados bens e a atribuição de valores feita pelos técnicos. Essa primeira fase de atuação do órgão na cidade contribuiu para a formação de uma imagem punitiva, fiscalizadora e de instituição fechada ao diálogo, que se mantém até os dias atuais.

Tratamos, na continuação, da instalação do escritório do IPHAN na cidade (1984-1989) e mostramos como o trabalho do primeiro técnico residente repercutiu positivamente, pois seu entendimento sobre a cidade e sua proximidade da população permitiu que ele identificasse as reais necessidades dessa comunidade. Além disso, ao analisar seu discurso, notamos que seu entendimento em relação aos valores era bem diferente do que prevalecia na prática da instituição, apesar de, nesses anos, a retórica do órgão ser a da abertura do diálogo com a sociedade e contemplação de novos patrimônios culturais.

No entanto, apesar do importante trabalho desse arquiteto, suas propostas caíam no “vácuo institucional” (informação verbal)⁵⁰: sem autonomia e sem apoio e cumplicidade da superintendência regional, as boas iniciativas acabaram todas sucumbindo, predominando apenas as “vozes retumbantes”.

No tópico final, abordaremos um inventário realizado na cidade que buscou contemplar aquela arquitetura deixada à margem pelos órgãos de proteção. Trata-se de trabalho de iniciativa da sociedade civil, uma ONG composta de estudantes de arquitetura e apoiada pela prefeitura. O surgimento desse trabalho corrobora a tese de que outros valores existiam e foram expressos por outras vozes que não as oficiais.

Esse inventário se mostraria como uma complementação do *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia* (IPAC-BA) (BAHIA, 1980) que, embora considerasse alguns exemplares da arquitetura menor como componentes de um conjunto representativo da arquitetura de Lençóis, deteve-se aos imóveis arquitetonicamente ou historicamente mais importantes, do ponto de vista, obviamente, dos técnicos que o elaboraram.

2.2.1. Os Relatórios de Inspeção nos primeiros anos após o tombamento e a anunciação da prática do IPHAN na cidade

O primeiro relatório de viagem que encontramos nos arquivos data de novembro de 1975, dois anos após o tombamento, portanto. Ele traz um retrato do estado geral da cidade e foi apresentado pelo arquiteto Eduardo Furtado de Simas.

Primeiramente, o arquiteto relata o estado de conservação do que ele define como

⁵⁰ O termo usado é do arquiteto José Geraldo Vieira da Costa, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2014.

“imóveis importantes da cidade”. São eles: igrejas de Nosso Senhor dos Passos e de Nossa Senhora do Rosário; Praça do Rosário; Casa de Lapidação; Casa Natal de Urbano Duarte; sede da Sociedade União dos Mineiros; sede da prefeitura municipal (antiga residência da família César Sá); casa na Rua Abelardo Andrea esquina com Rua Urbano Duarte; Casa de Cultura Afrânio Peixoto; sobrado que foi Quartel General das tropas de Horácio de Matos; sobrado à Praça da Lira esquina Ladeirão; Praça Horácio de Matos (incluindo três sobrados).⁵¹(Figura 38 a Figura 50)

Figura 38. Igreja Nosso Senhor dos Passos. Autoria não identificada. Fonte: Arquivo Digitalizado do Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis. S/d.

Figura 39. Igreja Nossa Senhora do Rosário. Autoria não identificada. Fonte: Arquivo Digitalizado do Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis. S/d.

⁵¹ IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

Figura 40. Praça do Rosário, 1972. Autor: Fernando Machado Leal. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

Figura 41. Casa de Lapidação, 1972. Autor: Fernando Machado Leal. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Figura 42. Casa Natal de Urbano Duarte (sobrado no centro da foto). Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

Figura 43. Sede da Sociedade União dos Mineiros. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

Figura 44. Sede da Prefeitura Municipal. Autoria não identificada. Fonte: Arquivo Digitalizado do Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis.

Figura 45. Casa na Rua Abelardo Andrea esquina com Rua Urbano Duarte, década de 1980. Autor: Calil Neto, 1986. Foto gentilmente cedida pelo autor.

Figura 46. Casa de Cultura Afrânio Peixoto. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

Figura 47. Sobrado Praça da Lira esquina Ladeirão. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 02.

Figura 48. Sobrado que foi quartel-general das tropas de Horácio de Mattos. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Figura 49. Praça Horácio de Mattos. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Figura 50. Praça Horácio de Mattos. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Quanto à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Simas aponta que havia sido “totalmente descaracterizada no seu interior, por volta de 1950, através de intervenção de padres holandeses que andaram pela cidade”. Apesar de o relatório ser apenas descritivo, observamos aqui um juízo de valor no qual o arquiteto expressa ressaltar valores de originalidade, o “valor histórico” de Riegl (2008), desconsiderando as intervenções posteriores no edifício. Também destaca tais características na Casa Natal de Urbano Duarte: “Com data antes de 1855 [...]. A casa foi um pouco descaracterizada na fachada e interior guardando porém muitos elementos originais importantes.” Conclui, ainda, que “trata-se de casa historicamente importante, com elementos originais arquitetonicamente expressivos”.⁵²

Valores associados à antiguidade e excepcionalidade também são notados, ao se referir à Casa de Lapidação com a observação “já existia antes de 1880. Talvez a única do país”⁵³. Simas destaca o abandono da Casa e sugere sua restauração total:

Concluindo sobre a casa, faz-se mister que seja levado a efeito, uma total restauração, pois ela é importante exemplar, talvez única no País, pelo instrumental antigo de lapidação nela existente que infelizmente hoje não se encontra mais em atividade, mas deve ser preservado integralmente.⁵⁴

A singularidade também é destacada, como a exemplo do sobrado da SUM:

Belo sobradão de dois pavimentos, de grande qualidade arquitetônica. [...] A casa apresenta ainda grande singularidade e originalidade, na diversificação do tipo de vergas. [...] O sobrado é belíssimo [...] pelo seu valor arquitetônico e originalidade, merece cuidadosa e total restauração.⁵⁵

A preferência por características da arquitetura colonial é visível, pois aos imóveis de estilos de outras épocas, as observações são mais diretas e menos enfáticas, como a respeito da sede da prefeitura municipal (antiga casa da família César Sá):

Casa de recente construção, caracteriza o gosto da época (art Nouveau), possuindo vários ornatos, elementos decorativos, estátuas, platibanda recortada, cunhais imitando colunas de capitéis em folhas de acanto, etc. É casa de térreo e porão, está muito bem conservada, possui bom jardim na frente, e área lateral com bonita escada de acesso (de ferro).

Fachadas possuem ainda janelas de venezianas na parte inferior e caixilhos de vidro na parte superior. Cercaduras de massa e enfeites decorativos (ornatos) complementam os vãos. A casa simboliza uma época recente, e deve ser preservada.⁵⁶

52 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 5. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

53 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 5. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

54 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 5. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

55 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 6. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

56 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e

Após tratar dos “imóveis mais importantes”, Simas passa a analisar a “situação dos logradouros mais destacados do conjunto [...] reportando ainda a imóveis individualmente expressivos nos locais”⁵⁷. É interessante como alguns discursos parecem ser reproduzidos: Simas descreve o sobrado à Praça Horácio de Matos, esquina com Aureliano Sá, como a “casa mais descaracterizada da área. [...] Sobrado é novo, com platibandas e esquadrias de feição moderna. No local existia anteriormente uma casa térrea, que incendiou-se em 1920”.⁵⁸ No levantamento realizado por Fernando Machado Leal⁵⁹ para o processo de tombamento, a foto do referido sobrado aparece com a seguinte legenda: “nota-se o sobrado à direita, edificação nova que substituiu casa térrea”⁶⁰.

Figura 51. Sobrado à Praça Horácio de Matos esquina com Aureliano Sá. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Observa-se que a arquitetura de traços coloniais é sempre enfatizada em relação às outras em estilo eclético. No entanto, não há menção direta da palavra “colonial” por Simas ao referir-se aos imóveis, e a possibilidade de um falso histórico foi veemente criticada por ele ao referir-se ao projeto apresentado pelo Banco do Brasil para construção em terreno na Praça Horácio de Matos:

O banco apresentou inicialmente um projeto que não foi aprovado [...] visto que além de outras falhas o projeto apresentava fachadas com características da arquitetura brasileira do período colonial (Século XVIII). Ora, a cidade de Lençóis é da segunda metade do século XIX, e tal aberração não poderia ser permitida.⁶¹

paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 6. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

57 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 9. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

58 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN, p. 10. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

59 Seguramente o arquiteto traçou seu roteiro de vistoria sobre o trabalho de Fernando Machado Leal, “Estudo com vista ao tombamento da cidade de Lençóis”, que cita no final do relatório.

60 Foto constante na pasta “Inventário” do Arquivo Central do IPHAN.

61 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 11. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

É interessante notar que Simas trata a arquitetura “de estilo recente” como sinônimo de “descaracterizada”, como acontece ao se referir aos imóveis da Av. Ruy Barbosa: “Avenida já desfigurada, com muitas casas de recente construção”(Figura 52 e Figura 53), mesmo que reconheça que existissem “exemplares de importância e originalidade”.⁶² Sobre o prédio dos correios, Simas diz tratar-se de “horrível prédio [...] que prejudica muito a ambiência”.⁶³

Figura 52. “Casas de recente construção” na Avenida Ruy Barbosa. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

Figura 53. Avenida Ruy Barbosa. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

Figura 54. Edifício dos Correios e Telégrafos à Av. Sete de Setembro. Autor: Fernando Machado Leal, 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

62 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 11. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

63 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 13. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

“Horível” também é a adjetivação fartamente usada para um dos imóveis até hoje mais destacados de Lençóis, conhecido como “ex vice-consulado francês”:

Antigamente tinha 2 pavimentos. Foi desfigurado pela aposição de mais 1 pavimento na parte central, e colocação de horrível varanda na frente do acréscimo, varanda esta toda vedada por horríveis vidros, que chegam ao alinhamento da fachada primitiva. O imóvel hoje está com platibanda, em outra descaracterização. Só através de adequada restauração, o imóvel poderá retomar a feição e ambiência primitivas.⁶⁴

Figura 55. Imóvel conhecido como “ex vice-consulado francês”. Autoria não identificada. Fonte: Arquivo Digitalizado Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis. S/d.

O arquiteto analisa também “outros logradouros dignos de nota”, entre eles “o bairro pobre do Tomba Surrão [...] constituindo-se em conjunto belo, pela simplicidade da arquitetura popular da gente humilde”.⁶⁵

Figura 56. Construções no bairro Tomba Surrão. Autor: Fernando Machado Leal. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

64 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 11. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

65 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 13. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

Ao final do relatório, menciona alguns lugares naturais e sugere uma ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal “no sentido de dotar a cidade da Infraestrutura mínima exigida para o atendimento ao Turista, pois é grande o potencial existente.”⁶⁶.

Observamos no discurso de Simas algumas contradições que são, por extensão, as contradições da instituição. Vimos que no parecer de tombamento, elaborado por Pedro Calmon e aprovado por unanimidade na Reunião do Conselho do IPHAN, menciona-se Lençóis “como um nobre e raro modelo de cidade feita, refeita, contrafeita ao sabor do povoamento ambicioso” (CALMON, 1973, p. 26).⁶⁷ Calmon reconhece, portanto, as inúmeras modificações feitas nos imóveis ao longo do tempo. Todos os imóveis aos quais Simas se refere como “descaracterizados”, já tinham essa feição ao se tombar o conjunto histórico. Portanto, ele se refere a uma descaracterização em relação ao estilo colonial, o que se comprova pelo tratamento que ele confere aos imóveis nesse estilo (nunca vistos como descaracterizados).

Ao mesmo tempo em que o arquiteto condena as reconstruções, a exemplo do prédio do Banco do Brasil, ele defende a retomada a um estado “primitivo”, como no caso do imóvel do “ex vice-consulado francês”, para o qual afirma que “só através de adequada restauração, o imóvel poderá retomar a feição e ambiência primitivas”.⁶⁸

É interessante notar aqui, a disparidade na atribuição de valores explícita no caso do prédio do “ex vice-consulado francês”. Eduardo Simas, ao analisá-lo, refere-se exclusivamente a aspectos arquitetônicos, enquanto para a população esse edifício se tornou um dos mais representativos da cidade, não pelo seu aspecto material, mas pelo simbolismo que seu uso passado representava. Não há documentos oficiais sobre o funcionamento de uma representação consular francesa no local,⁶⁹ no entanto, nesse prédio eram feitas as transações de venda de diamantes a compradores europeus, tendo por esse motivo adquirido esse nome. Assim, a edificação simboliza a época áurea do garimpo, em que Lençóis mantinha relações comerciais diretas com a Europa, e na qual foi cogitada a transferência da capital de Salvador para a cidade (MORAES, 1963, p. 68). Para os lençoenses, portanto, o edifício traz à memória a condição de uma das cidades mais importantes da Bahia, com seus habitantes “ligados” ao mundo exterior, em contraponto aos períodos de decadência econômica e abandono, no qual a cidade estava desconectada do mundo.

O segundo relatório encontrado é de 1977, e foi realizado em função dos estragos feitos por uma tromba d’água na cidade.⁷⁰ Este relatório ateu-se aos imóveis danificados, mas

66 Nota-se que o turismo, naquele momento, ainda era uma promessa; Simas aponta que a cidade não contava com infraestrutura adequada à recepção de visitantes. IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 13. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

67 IPHAN/DET. Processo n. 847-T-71, p. 23. Parecer de Pedro Calmon.

68 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 11. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

69 Paulo Ormindo de Azevedo afirma que “o governo francês chega mesmo a abrir um vice-consulado em Lençóis”. (BAHIA, 1980, p. 17).

70 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada à cidade de Lençóis no Estado da Bahia. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 21 de dezembro de 1977, p. 5. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis,

podemos interpretar, seja pela descrição dos imóveis, seja pelas recomendações, a quais bens se atribuía valores mais importantes.

A descrição começava tratando de “14 casas terrivelmente mutiladas” na Av. Senhor dos Passos:

São casas de pobres, que ficaram ao desabrigo [...] em nossa opinião, deve ser demolido o que restou das casas arruinadas e, no futuro, serem construídas casas mais fortes, em alvenaria de tijolos, para serem evitados danos posteriores”.⁷¹

Figura 57. As “casas de pobres” da Av. Senhor dos Passos, destruídas pela tromba d’água. Fonte: MEC/IPHAN/4ª Diretoria. Documentação iconográfica anexa ao Ofício nº 56/78, de 20/01/1978. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Caixa 51, Pasta 013.1.

Dentre todos os imóveis que tiveram partes destruídas ou comprometidas estruturalmente pela enchente, o sobrado de esquina da Praça Aureliano Sá com Praça Horácio de Matos, que abrigava o Hotel São José, era o mais destacado: “Este sobradão carece de imediata e total restauração, evitando que se perca importante imóvel do Conjunto Tombado de Lençóis.”⁷²

Percebe-se pelo relatório as preferências do arquiteto, consoantes à tradicional atuação do IPHAN, que priorizava a arquitetura de traços “coloniais”. Enquanto o sobrado à Praça Aureliano Sá (Hotel São José), “importante e imponente sobradão”, era considerado “um dos mais importantes exemplares da cidade”, ao sobrado de arquitetura eclética coube apenas a seguinte descrição: “Trata-se de construção de 1929, 2 pavimentos, com platibandas ornatos de gosto neoclássico nas fachadas. É uma casa comercial, que foi construída em terreno onde existia a casa original, destruída pelo fogo”.⁷³

Caixa 51, Pasta 013.1.

71 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada à cidade de Lençóis no Estado da Bahia. Eduardo Furtado de Simas. Salvador, 21 de dezembro de 1977, p. 2. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Caixa 51, Pasta 013.1.

72 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada à cidade de Lençóis no Estado da Bahia. Salvador, 21 de dezembro de 1977, p. 2. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Caixa 51, Pasta 013.1.

73 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada à cidade de Lençóis no Estado da Bahia. Salvador, 21 de dezembro de 1977, p. 5. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Caixa 51, Pasta 013.1.

Figura 58. Praça Horácio de Mattos, com os dois sobrados de esquina, com os dois sobrados de esquina a que se refere Simas, no centro da foto. O imóvel da esquerda é o “importante e imponente sobradão”, e o da direita, “construção de 1929 [...] com platibandas e ornatos de gosto neoclássico”. Autoria não identificada. Fonte: Arquivo Digitalizado Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis. S/d.

Figura 59. O “imponente sobradão” nos dias atuais. Fachada para a Praça Aureliano Sá. Foto da autora, 2014.

Figura 60. O sobrado em estilo neoclássico, nos dias atuais. Fachada para a Praça Horácio de Mattos. Foto da autora, 2014.

Figura 61. Os dois sobrados vistos a partir da Praça Aureliano Sá. Foto da autora, 2014.

Ou seja, dentre um conjunto de imóveis igualmente danificados, Simas sugere aqueles que deveriam ser recuperados, bem como o que se recuperar de cada um deles, com base, via de regra, nos valores arquitetônicos, dando especial enfoque ao sobrado na esquina das praças Aureliano Sá e Horácio de Mattos (Hotel São José), ao passo que para “as casas de pobres” sugere demolição para construção “no futuro” em alvenaria de tijolos, desprezando, além do valor de uso (que de fato não é levado em consideração pelos órgãos de preservação), o valor como expressão material de um tipo de construção do local e da época: a arquitetura de taipa.

O terceiro relatório de inspeção é de 1980, elaborado também pelo arquiteto Eduardo Simas. Nele, predominam observações mais técnicas, e os juízos de valor começam a ser mais escassos, embora não ausentes. O destaque para este relatório é que ele anuncia os “problemas” mais enfrentados pelo IPHAN na cidade, que passariam a constituir o alvo das fiscalizações. Em longo prazo, consolidou-se o papel do IPHAN na cidade como fiscalizador dessas questões, principalmente para a população⁷⁴. Trata-se de: construção ou reforma sem aprovação do órgão, uso de materiais não condizentes à arquitetura local (na visão dos técnicos), pintura e instalação de ar condicionado.

Isso foi reafirmado por Eduardo Simas na ocasião de uma entrevista, realizada em 2014, na qual enfatizou que os maiores conflitos sempre foram em relação à pintura e obras ilegais (construção e reforma sem análise prévia ou aprovação do órgão). (informação verbal).⁷⁵

No entanto, não podemos considerar o órgão como homogêneo, uma vez que é composto de indivíduos de origens e pensamentos diversos. Nesse sentido, analisamos a seguir as ideias colocadas e defendidas pelo funcionário José Geraldo Vieira da Costa, responsável pela implantação do escritório técnico do IPHAN em Lençóis, a partir de 1984.

2.2.2. “para não corremos o risco de nos transformar em apenas mais uma sigla não identificada” - a implantação do Escritório Técnico e a voz dissonante de José Geraldo Vieira da Costa

Até a década de 1970, a Bahia possuía, além de vários monumentos isolados, cinco *conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos*⁷⁶ tombados pelo IPHAN: trecho da orla marítima de Salvador (1959), a cidade alta (1968), conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro (1974, ratificado em 2000⁷⁷), e os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Cachoeira (1971) e Lençóis (1973). Na década de 1980, uma série de novos conjuntos foi acrescentada à lista de patrimônio nacional: os conjuntos de Rio de Contas, Mucugê e Itaparica (1980); Santa

74 Ver último item deste capítulo, Figura 120.

75 Informação fornecida por Eduardo Simas em entrevista realizada em Salvador/BA, em 6 de agosto de 2014.

76 Segundo denominação na página de internet do IPHAN. IPHAN. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

77 Na página de internet do IPHAN, há a seguinte nota em relação a este tombamento: “A inscrição foi rerratificada em 2000. O município de Porto Seguro foi erigido em Monumento Nacional, em 1973”. IPHAN. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

Cruz Cabrália (1981); Monte Santo (1983) e Salvador (1984)⁷⁸.

Desses conjuntos, Lençóis foi o único com tombamento de iniciativa local. Mucugê foi tombado visando atender a uma demanda do governo do estado por incremento de atrativos turísticos no interior da Bahia. O pedido fora realizado por Paulo Ormino de Azevedo, responsável pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC-BA). Durante a confecção do inventário, Paulo Ormino teria considerado essa cidade como representativa do ciclo diamantífero da Bahia e visto o risco que corria de ter seus monumentos destruídos. Já os demais conjuntos foram tombados por iniciativa do próprio IPHAN, na gestão de Godofredo Filho junto à 2ª Diretoria Regional.

Vimos que, nos primeiros anos após o tombamento, a negociação entre prefeito e diretores do IPHAN se dava de maneira direta, por cartas e telegramas, pois não havia um técnico na cidade. Já a relação do órgão com a comunidade, antes da instalação de um escritório do IPHAN em Lençóis, dava-se por meio de esporádicas⁷⁹ viagens de inspeção, pelas quais os técnicos fiscalizavam e vistoriavam construções.

No entanto, havia uma grande expectativa da parte local, não apenas por recursos, mas também por regulamentações e assistência técnica para o trabalho com os imóveis que, de ruínas, tornaram-se, de uma hora para outra, “bens da nação”:

A cidade de Lençóis foi tombada no início de dezembro de 1973. Desde então, sucedem-se as caravanas de técnicos e estudiosos⁸⁰, mas até hoje, dois anos depois, a Prefeitura – segundo Helmo Brito – “não dispõe de qualquer documento ou portaria, que regulamente ou estabeleça a obrigatoriedade de o Estado, o IPHAN ou o Município, desenvolverem uma ação com vistas à proteção ao patrimônio tombado. “Nunca recebemos nenhuma orientação, e o pouco que conseguimos fazer baseia-se unicamente na intuição, já que não podemos pagar os serviços de um técnico. (OLIVEIRA, 1975, p. 32).

Para a prefeitura, o IPHAN deveria manter um escritório na cidade:

Entende o prefeito de Lençóis que, mesmo sem a liberação das verbas [...] o Instituto deveria manter, ao menos, um escritório na cidade, “capaz de orientar os pequenos reparos que o município, com suas parcas condições, vai realizando”. (OLIVEIRA, 1975, p. 32).

Para atender a demanda dos novos conjuntos tombados, durante a década de 1980, a então SPHAN/Pró-Memória começa a implantar alguns postos de atendimento nessas cidades, chamados de Escritórios Técnicos, geralmente com a locação de um arquiteto e um secretário administrativo.

78 A ampliação do tombamento do Centro Histórico de Salvador foi exigência da UNESCO (SPHAN, 1983). No ano 2000 foram tombados o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igatu, em Andaraí, e o Conjunto Paisagístico do Morro do Pai Inácio e Rio Mucugezinho, em Palmeiras.

79 Aproximadamente de dois em dois anos. O primeiro relatório é de 1975, o segundo de 1977 (por ocasião da tromba d'água que destruiu parte da cidade) e o terceiro de 1980.

80 Não encontramos outros relatórios ou documentos nos arquivos do IPHAN que mencionassem essas “caravanas”. No entanto, durante a década de 1970, Lençóis recebeu vários técnicos do governo do estado, para levantamentos diversos, a exemplo do levantamento para identificação do potencial turístico, elaborado entre 1973-1974. Talvez essas “caravanas” a que se refere o prefeito sejam do governo do estado, e não do IPHAN.

A ideia de implantação dos Escritórios Técnicos era fundamentalmente dos dirigentes da FNPM e estava muito vinculada ao CNRC (informação verbal)⁸¹.

Segundo o documento da SPHAN/FNPM, *Instalação de Escritórios Técnicos*⁸², a função destes seria de trazer a comunidade para junto do órgão e fortalecê-lo, conforme descrito no “objetivo geral”:

Mobilizar a comunidade para revitalização dos núcleos históricos, preservação dos bens culturais e fortalecer a atuação da SPHAN/Pró-Memória em sua finalidade de conservar e divulgar a memória nacional.

Os objetivos específicos expressavam proposições coerentes às adotadas pela SPHAN após a reformulação do órgão, em 1979, principalmente aquelas almejadas por Aloísio Magalhães, de contribuições de diferentes setores da sociedade na tarefa da preservação.⁸³ Magalhães via na reestruturação do órgão uma maneira do IPHAN deixar de atuar como “elemento restritivo, ou seja, impedidor”, propondo uma inversão que possibilitasse que os proprietários, ao invés de verem seus imóveis diminuídos de valor na medida em que não podiam ser modificados, passassem a ver no tombamento “um valor a mais” (MAGALHÃES, 1997, p. 125). O IPHAN teria que trabalhar ao lado da comunidade, e não impedindo ou restringindo. Magalhães também defendia uma descentralização das atribuições, de forma que o IPHAN não fosse o único responsável pelos bens.

Essas ideias estão expressas nas atividades dos Escritórios Técnicos:

- Estabelecer a presença da SPHAN/Pró-Memória junto à comunidade local;
- Revitalização dos núcleos históricos em colaboração com a comunidade e seus representantes legais, Prefeitura e Câmara dos Vereadores;
- Colaborar com a municipalidade na implantação de legislação específica visando a proteção ambiental dos monumentos tombados;
- Orientar intervenções específicas em imóveis tombados;
- Contribuir no processo educativo da comunidade visando a conscientização do valor de centro histórico que ela habita;
- Executar obras de Preservação e Restauração em edificações de sua propriedade ou de sua responsabilidade;
- Incentivar as manifestações da Cultura Regional;
- Promover estudo de preservação e proteção aos bens culturais em consonância com as aspirações da comunidade;
- Incentivar a restauração e conservação de documentos e obras de valor artístico e histórico;
- Incentivar a Catalogação e Proteção dos Arquivos oficiais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil;

81 Segundo entrevista realizada em 18 de novembro de 2014, via Skype, com José Geraldo Vieira da Costa, a orientação “vinha de Brasília, e não do Rio”, referindo-se à FNPM (locada em Brasília) e ao IPHAN (tradicionalmente locado no Rio de Janeiro).

82 MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. 6ª Diretoria Regional. Instalação de Escritórios Técnicos. Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa, sem data.

83 Em entrevista realizada em abril de 1979, Aloísio Magalhães defende a participação de instituições privadas na preservação, seja no sentido financeiro, seja no educativo, citando o exemplo da Caixa Econômica Federal: “a CEF, pensando nas cidades brasileiras onde vai instalar agências, vai dar prioridade a imóveis de valor de patrimônio cultural, isto é, vai identifica-los e restaurá-los com a metodologia do IPHAN e neles instalar suas agências. Então a comunidade passa a ser seguida na sua ação cotidiana pela CEF, que é um elemento profundamente popular”. (MAGALHÃES, 1997, p. 125).

- Efetuar levantamento cadastral sistemáticos dos imóveis tombados da cidade, bem como documentação fotográfica;
- Efetuar proposições de tombamento de acervos arquitetônicos, paisagísticos, arqueológicos e históricos;
- Manter atividades conjuntas com organismos estaduais e federais atuantes na área;

Atividades

- Realizar exposições culturais de valor histórico, etnográfico e artístico;
- Representar a Diretoria Regional em eventos promovidos pela comunidade;
- Sensibilizar empresas comerciais e industriais instaladas nos municípios para participarem nos projetos de preservação do acervo cultural da região. (grifos nossos).⁸⁴

Em janeiro de 1984, José Geraldo Vieira Costa, Jorge Ricardo Almeida Fonseca e Rita Maria de Oliveira Sacramento, arquitetos da então 5ª Representação Regional da SPHAN/FNPM que seriam direcionados às cidades de Lençóis, Porto Seguro e Rio de Contas, prepararam um documento com a proposta de trabalho dos três escritórios técnicos dessas cidades. A justificativa do trabalho considerava que, diferentemente das “teorias mais modernas sobre preservação”, que defendiam os trabalhos nos monumentos, os autores almejavam uma visão global no intuito de atuar-se para a preservação em conjunto “ao invés de [...] um somatório de intervenções isoladas”.⁸⁵ Somente os “estudos globais” sobre esses centros possibilitariam detectar os problemas de deterioração e as causas da degeneração e, com isso, apontar soluções para os problemas pela elaboração de diretrizes para as administrações municipais elaborarem seus planos de revitalização.

Em parte, os objetivos deste documento coincidiam com os objetivos específicos expostos em *Instalação dos Escritórios Técnicos*, analisado anteriormente, principalmente no concernente a: orientação à municipalidade e à comunidade em geral quanto às intervenções em imóveis do Centro Histórico; elaboração de uma legislação específica de proteção do Conjunto Histórico; execução de obras de preservação e restauração (não foi mencionado, no entanto, se são obras de propriedade da SPHAN ou não); e contribuição para conscientização da comunidade quanto ao valor do Centro Histórico.

Por outro lado, alguns objetivos apareciam ainda mais ligados à nova política de Aloísio Magalhães: “incentivo à cultura regional, através de trabalho conjunto com profissionais da área”, aos conceitos de desenvolvimento econômico dos sítios tombados: “apontar diretrizes para a dinamização sócio-econômica dos respectivos sítios históricos”, e ao planejamento urbano, assumindo papéis tradicionalmente vinculados ao poder público municipal: “legislação de proteção e uso do solo”.⁸⁶

O documento desenvolvido pelos arquitetos salientava que a proposta de trabalho

84 MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. 6ª Diretoria Regional. Instalação de Escritórios Técnicos. Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa, sem data.

85 COSTA, J. G. V.; FONSECA, J. R. A.; SACRAMENTO, R. M. O. Proposta de metodologia de trabalho junto aos escritórios regionais da SPHAN/FNPM. 5ª Superintendência Regional. Salvador/BA, jan. 1984. Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa.

86 COSTA, J. G. V.; FONSECA, J. R. A.; SACRAMENTO, R. M. O. Proposta de metodologia de trabalho junto aos escritórios regionais da SPHAN/FNPM. 5ª Superintendência Regional. Salvador/BA, jan. 1984, p. 4. Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa.

fundamentava-se no reconhecimento dos seguintes itens:

- a. Valor arquitetônico do conjunto
- b. Grau de descaracterização das cidades
- c. Grau de arruinamento do conjunto
- d. Existência de trabalhos ligados ao Patrimônio
- e. Situação das tradições populares como processo cultural e possibilidades de mobilização quanto ao intercâmbio e enriquecimento de valores.⁸⁷

O último item é o que expressa uma certa abertura do órgão, ao propor o “intercâmbio e enriquecimento de valores”. O que esse documento mostra é que esses técnicos buscavam ir além dos aspectos materiais dos edifícios, ao entenderem que os “aspectos de deterioração” estavam dados pela situação socioeconômica da população.⁸⁸ Isso pode parecer óbvio, mas o enfoque dado pelos técnicos diferia substancialmente.

Eduardo Simas, em seu primeiro relatório de inspeção, mencionava que a região estava “muito atrasada e parada”, sugerindo que se desenvolvesse atividade econômica, a exemplo da agricultura.⁸⁹ Já os arquitetos incumbidos dos escritórios técnicos concluem pela

Interpretação de dados de normas e diretrizes que visem orientar o desenvolvimento econômico das cidades.

Elaboração e priorização de Projetos específicos para revitalização sócio/econômica/cultural e dos Monumentos mais significativos do Patrimônio local.⁹⁰

Ou seja, o que estava sendo pensado era o desenvolvimento de diretrizes (no âmbito do patrimônio) que pudessem contribuir com o desenvolvimento social, econômico e cultural.

Há de se destacar que o documento foi elaborado em uma fase de proposta de trabalho, ou seja, antes que esses arquitetos se instalassem, definitivamente, nessas cidades. Estava, portanto, no nível do discurso; na prática, vários entraves seriam encontrados.

Em 1984, após um período de preparação na Diretoria Regional do IPHAN em Salvador, esses técnicos foram destinados às cidades com o objetivo de nelas instalar um escritório técnico do órgão. Para Lençóis, foi locado o arquiteto José Geraldo Vieira da Costa, que havia passado três anos em Porto Seguro⁹¹ e guardava, assim, certa experiência de atuação em um pequeno conjunto tombado.

87 COSTA, J. G. V.; FONSECA, J. R. A.; SACRAMENTO, R. M. O. Proposta de metodologia de trabalho junto aos escritórios regionais da SPHAN/FNPM. 5ª Superintendência Regional. Salvador/BA, jan. 1984. Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa.

88 COSTA, J. G. V.; FONSECA, J. R. A.; SACRAMENTO, R. M. O. Proposta de metodologia de trabalho junto aos escritórios regionais da SPHAN/FNPM. 5ª Superintendência Regional. Salvador/BA, jan. 1984. Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa.

89 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

90 COSTA, J. G. V.; FONSECA, J. R. A.; SACRAMENTO, R. M. O. Proposta de metodologia de trabalho junto aos escritórios regionais da SPHAN/FNPM. 5ª Superintendência Regional. Salvador/BA, jan. 1984. Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa.

91 Em Porto Seguro, Geraldo Costa era funcionário da prefeitura municipal e desenvolveu ações de preservação do patrimônio junto a esse órgão.

Assim que instalou o escritório, Geraldo Costa escreveu um *Projeto de apoio permanente para as obras de emergência/recuperação* no qual solicitava à SPHAN/FNPM a instalação, na cidade, de um galpão com materiais de construção, dois profissionais da construção permanentes (um pedreiro e um carpinteiro), justificados pela falta de mão de obra local, e funcionários para: apoio técnico ao escritório (uma secretária/datilógrafa, um desenhista e uma faxineira), e apoio a projetos (assistente social, sociólogo e historiador).⁹² A requisição desses três últimos profissionais mostra a preocupação do arquiteto em relação aos estudos socioeconômicos aliados às propostas de desenvolvimento cultural. No entanto, essa proposta não foi atendida, e o arquiteto, durante o período em que atuou em Lençóis, era o único técnico e único funcionário da SPHAN/FNPM, contratando às suas expensas somente os profissionais para apoio técnico (faxineira e, mais tarde, jardineiro).⁹³

Essa solicitação foi refeita um ano mais tarde, na ocasião do relatório de trabalho apresentado à 5ª DR, numa clara tentativa de tornar o escritório técnico atuante na cidade:

Acima de tudo, nossa maior reivindicação – agora, assim como há um ano – é a continuidade e ampliação de atividades relacionadas ao aprimoramento das nossas propostas como Escritório Técnico:

“[...] para não corremos o risco de nos transformar em apenas mais uma sigla não identificada que se espalha pelo país, representativa apenas da repressão e da interferência na privacidade dos que passam, se não bem sem ela, muito menos com ela.”⁹⁴

Dentro do item “propostas”, apresentado nesse relatório, Geraldo Costa solicitava a

formação de uma equipe de profissionais de apoio aos Escritórios Técnicos [...] que atuassem a título de orientação e formação de equipes locais – nível médio – de apoio nas suas respectivas áreas, que trabalhariam para ampliação e evolução da comunidade em conjunto com os Escritórios Técnicos e cuja criação resultaria em nova opção de atividade para os concluintes de 2º grau.⁹⁵

Essa “equipe de profissionais” seria composta de economistas, sociólogos, historiadores, advogados, arqueólogos, restauradores de bens móveis e outros de “áreas afins”. Além da atuação dentro do âmbito da SPHAN/FNPM, Geraldo Costa propunha que esses profissionais fossem formadores de agentes locais que estariam trabalhando em prol do patrimônio (este entendido de forma mais ampla que não apenas o material) e, ao formarem os agentes, criando novos postos de trabalho para aquela comunidade diagnosticada como tão carente.

A formação dessa equipe era um dentre quatro itens considerados como “ações prioritárias” dentro das “Propostas idealizadas para desenvolvimento e atuação [...] baseados em nosso conceito da necessidade de elaboração de um Plano Diretor”.⁹⁶

92 MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Escritório Técnico Lençóis. Projeto de apoio permanente para obras de emergência/recuperação. Lençóis, 2 jul. 1984.

93 Informação fornecida por José Geraldo Vieira da Costa em entrevista realizada pelo Skype, em 18 de novembro de 2014.

94 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençóis, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

95 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençóis, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

96 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade –

Os outros três itens pareciam igualmente inovadores, dentro do que hoje conhecemos da atuação do IPHAN. Inovadores no sentido da prática, pois sabemos que no discurso do órgão, notadamente nos escritos de Aloísio Magalhães, todas essas propostas estavam, de alguma maneira, mencionadas.

No primeiro item, Geraldo Costa citava um trecho do *Inventário dos Imóveis do Sítio Urbano em processo de arruinamento*, desenvolvido pelo Grupo GERMEN entre 1984/85 (GERMEN, 1985), trecho que alertava para o fato de os órgãos de preservação voltarem os investimentos apenas para edifícios individuais, deixando os valores históricos e culturais, associados ao conjunto como um todo, em segundo plano. O excerto trazia ainda a consideração de que essa situação devia-se principalmente a aspectos financeiros, e “não apenas por aspectos ideológicos e certamente não por uma noção equivocada de prioridade”.⁹⁷

Como solução a isso, Geraldo Costa propunha a criação de um canteiro de obras permanente, para realização de pequenos reparos que estancassem a deterioração dos imóveis, lembrando que a comunidade não tinha condições para os reparos mais básicos e emergenciais como troca de telhas, conserto de esquadrias, etc., e esse era o principal motivo do arruinamento dos imóveis. Propunha também a

atuação conjunta com a Prefeitura Municipal para:

- Solicitação de recursos oferecidos por outros órgãos, objetivando união de forças na recuperação integrada de mais um monumento nacional, partindo de premissas de que não nos interessa investir apenas em uma carcaça, mas evidentemente é necessário atingir a comunidade como um todo se não quisermos assistir à uma desagregação do conteúdo que lhe proporciona vitalidade.⁹⁸

Com “atingir a comunidade como um todo”, Costa refere-se às pessoas, o “conteúdo que lhe proporciona vitalidade”.⁹⁹ Isso fica claro quando descreve, no item anterior (*Desenvolvimento*), sua preocupação com a situação da comunidade:

O conceito de Preservação/Conservação deveria ser primeiro aplicado ao indivíduo. Isto quer dizer:

- alimentar-se
- vestir-se
- morar em condições saudáveis
- trabalho, remuneração
- possibilidades de desenvolvimento intelectual e profissional (estudo/qualificação) – mais remuneração
- reprocessamento dos critérios que o dominavam até então; renovamento dos seus conceitos sócio/culturais – EVOLUÇÃO

Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

97 GRUPO DE ESTUDOS DE RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL GERMEN. *Inventário dos imóveis do sítio urbano em processo de arruinamento/ Lençóis-BA*. Parte I. Salvador, 1985, p. 12. Mimeo. Citado por COSTA, J. G. V. *Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85*. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

98 COSTA, J. G. V. *Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85*. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

99 COSTA, J. G. V. *Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85*. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

- Consciência Histórica – compreensão da necessidade e utilidade da Conservação e Preservação de um Patrimônio como embasamento para reflexões – Independência na criação do próprio desenvolvimento.¹⁰⁰

Geraldo Costa tinha entendimento de que as relações de trabalho presentes na cultura garimpeira eram constantemente reafirmadas pela tradição e que isso representava um empecilho ao desenvolvimento de novas manifestações culturais e à própria “evolução” da cultura. Isso justifica o item em que defende o “reprocessamento dos critérios que o dominavam até então; renascimento dos conceitos sócio/culturais” (citado anteriormente).

O papel e a inserção do IPHAN nessa comunidade devia ser entendido, segundo o arquiteto, pelo viés dessa cultura:

Como, num país em constante crise sócio-econômica, conseguir o apoio de populações praticamente esquecidas do mundo e esquecidos pelo mundo – com um processo histórico que alimenta-se dos climas de suas influências passadas:

- os desentendimentos políticos, o domínio pelo poder econômico – para Projetos eminentemente culturais que vêm alterar profundamente o lado prático da rotina da comunidade, que por conservar vivas suas bases históricas estão bem determinados quanto à quem detém o poder?¹⁰¹

Prosseguindo o argumento, Geraldo Costa afirma que somente por meio de ações práticas o órgão conseguiria impor-se à comunidade:

Nesse microcosmo social – a lei é do mais forte! – e fazer parte de um Órgão Federal não significa nada para estes indivíduos, desconhecedores da autoridade burocrática – ainda mais se ela não funciona. Eles querem fatos, realizações óbvias, concretas. Se o órgão não realiza, não tem representatividade para essas comunidades, conseqüentemente não tem seu apoio.

Para nos proporcionar esse apoio não lhes basta ver um escritório de portas abertas e alguém sentado prá conversar. A relação pretendida é mais direta. Eles necessitam APALPAR o que vem a ser Cultura – daí vão se conscientizar da existência, em formas concretas, desse conceito e da sua possível utilidade.¹⁰²

Por último, ressalta que apenas o entendimento, por parte da população, de um conceito de cultura do órgão, é que se conseguiria o apoio e o diálogo:

Principalmente – se quisermos implantar os conceitos de Preservação do Patrimônio Histórico – não podemos esquecer da fragilidade dessas cidades que, de repente, passaram a ser consideradas como relíquias, sem que se realize um processo de tradução para que consigam enxergar nisso um benefício.

[...] Para compreender os nossos critérios de cultura o homem precisa estar vivo conforme esses critérios.¹⁰³

100 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

101 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

102 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

103 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade –

O segundo item das “propostas” presente no documento considerava o *turismo cultural* como um projeto de revitalização econômica. Para tanto, Geraldo Costa sugere a elaboração de convênios com a EMTUR/Bahiatursa como uma possibilidade, para a “formulação de eventos turísticos que equilibrassem o fluxo durante o ano inteiro”, a exemplo de feiras, seminários, festivais e grupos de pesquisa que valorizassem o “acervo Histórico, Arquitetônico, Paisagístico e Natural da região”.¹⁰⁴

Costa estava se referindo a um turismo de cunho cultural, mas já menciona o acervo natural como um atrativo.

O terceiro item é o que consideramos mais inovador para a época, ao propor uma espécie de inventário baseado na história oral:

Documentação urgente do arquivo vivo desta cidade, à [sic] nível de entrevistas e documentação fotográfica dos descendentes das famílias que fizeram a história local, eles mesmos tendo vivenciado tal processo, obtendo-lhes o apoio e prestando-lhes a devida homenagem, pois seu maior prazer é a recordação desses momentos que lhe são tão caros e que contém preciosas informações para a memória nacional.¹⁰⁵

Costa estava, aqui, reconhecendo as memórias dos moradores (“preciosas informações”), que tinham importante valor não apenas local, mas para a “memória nacional”. Nesses anos, e principalmente pela atuação de Aloísio Magalhães com o CNRC, as manifestações culturais e o olhar para novos patrimônios estava em voga. Marly Rodrigues relata que, em 1984, técnicos da SPHAN e do Condephaat começaram a desenvolver, em São Paulo, uma pesquisa sobre o tropeirismo, que usava um programa de história oral no levantamento de informações e registrou depoimentos de pessoas e descendentes ligados à atividade na região. (RODRIGUES, 1994, p. 129-130). Essas iniciativas teriam sido levadas a outros estados posteriormente, pelo então IBPC e secretarias de cultura dos estados. Tais ações podem ter influenciado as propostas de Costa que, por ter se graduado em São Paulo e ter trabalhado no Condephaat nos anos de 1980 e 1981, provavelmente mantivesse relações com os ex-colegas do órgão. Mas a ideia de, por si só, registrar em depoimentos e fotografias as histórias “dos descendentes das famílias que fizeram a história local” só seria desenvolvida nos últimos anos, a exemplo do Museu da Pessoa.

Cabe destacar ainda, nesse documento, outras colocações de José Geraldo Vieira da Costa, que nos levam a enquadrá-lo como uma voz dissonante. Referem-se, principalmente, ao reconhecimento que faz dos valores colocados pela comunidade, que não tinham tido o reconhecimento institucional do IPHAN, e a abertura ao diálogo, por meio de uma relação mais horizontal e menos verticalizada:

a. “Tentativa, junto à Administração do Município, para determinação de uma área

Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

104 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

105 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

de grande valor paisagístico no entorno da cidade como Parque Municipal”;¹⁰⁶

b. a necessidade de elaboração de documento onde ficassem claros os compromissos do órgão perante o profissional, e dos dois perante a comunidade, o que demonstra o entendimento de uma relação mais horizontal e menos verticalizada entre o IPHAN e a população;

c. a preocupação com a posterior manutenção e ocupação dos imóveis que recebiam intervenção: “implantada a forma, resta-nos a dificultosa tarefa de realizar o conteúdo – corremos o risco de presenciarmos o esvaziamento de obras como a Biblioteca [Urbano Duarte] ¹⁰⁷, pela ameaça de ausência de manutenção”.¹⁰⁸

d. a afirmação da necessidade da continuidade histórica, pela convivência do “novo” com o “antigo”, visando a manutenção da identidade do indivíduo:

o processo evolutivo normal das nossas cidades é, na maioria das vezes, desrespeitado pela inexistência, nos Órgãos administrativos, de um planejamento que proporcione ao antigo a necessária e simples integração com o novo sem que isso implique na descontinuidade histórica que compromete a identidade cultural do habitante aliando-o de seu meio, exilando-o em seu percurso cotidiano. (grifo original).¹⁰⁹

Essa era uma posição que se referia à prática do órgão em relação às ações de restauro e às permissões e/ou proibições de intervenção nos sítios históricos. A posição defendida por Geraldo Costa ia contra a prática do órgão, analisada por diversos autores¹¹⁰ que estudaram o tema. No geral, o IPHAN atuou prioritariamente no sentido da reconstrução estilística, e incentivou novas construções no estilo “colonial” (chamado de “estilo patrimônio” por alguns autores), a exemplo do que ocorreu nas cidades de Ouro Preto, Diamantina, Goiás Velho e mesmo em monumentos isolados, como as casas bandeiristas.

Como introdução a esse documento, Geraldo Costa faz uma citação do texto de Aloísio Magalhães¹¹¹ que demonstra que ele estava consoante à sua época, atento às novas orienta-

106 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

107 A Biblioteca Urbano Duarte era a única obra até então realizada pela SPHAN/FNPM sob a gestão de Geraldo Costa.

108 COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

109 O texto faz parte do “trabalho *A preservação de Bens Culturais é dever do Estado*, apresentado no I Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais – Julho/81. Arquitetos Cássia Magaldi, José Geraldo Vieira da Costa, Sílvia Finguerut, Waldir César Ribeiro”. Citado por COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençoes, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

110 Antônio Luiz Dias de Andrade (1993), Lya Mayumi (2005), Cristiane Souza Gonçalves (2007, 2010), Livia Romanelli D’Assumpção (1995), Márcia Santa’anna (1995), Antonia Regina Luz Fenerich (2000), Cecília Helena Godoy Rodrigues dos Santos (2007), Cláudia dos Reis e Cunha (2010).

111 “Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens de criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista. Aos primeiros deve-se garantir a proteção que merecem e a possibilidade de difusão que os torne amplamente conhecidos. Deles podem provir as referências para a compreensão de nossa trajetória como cultura e os indicadores para uma projeção no futuro. Quanto aos segundos, basta assegurar-lhes a liberdade de expressão e os recursos necessários à sua melhor concretização. Permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens – precedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objeto de arte.

ções do órgão de preservação para o qual trabalhava. No entanto, ele aparece como o primeiro técnico a olhar para a comunidade local e a colocar o problema da preservação de seu patrimônio para fora dos termos unicamente técnicos.

Todas essas considerações foram feitas após o primeiro ano de trabalho de Geraldo Costa em Lençóis. Além do esforço constante de conseguir condições mínimas para o almejado trabalho – via de regra, sem resposta ou respaldo da diretoria regional do órgão – o arquiteto foi responsável, como mencionado, pela instalação do escritório técnico.

O primeiro escritório foi instalado muito rudimentarmente em uma casa de porta e janela na Av. Sete de Setembro, alugada do Sr. Osvaldo Senna¹¹², “uma pessoa sensível, que havia restaurado a casa e nos alugou” (informação verbal)¹¹³. Constava de uma sala na parte frontal, com uma mesa, um armário de ferro, uma prancheta e uma máquina de escrever. Após essa sala, ficava o quarto do técnico, com uma pequena cozinha e um banheiro nos fundos: o arquiteto residia no mesmo local de trabalho.

Após essa primeira “sede”, o escritório passou por mais dois imóveis até ter a sede definitiva e própria, na rua da Baderna. Por meio de Geraldo Costa, o IPHAN conseguiu negociar a compra de um imóvel muito deteriorado, fazer o restauro e instalar ali, além do escritório, um espaço que viria a ser de extrema importância para a comunidade: um auditório, que ficou conhecido como “centro cultural do IPHAN”. Segundo Geraldo Costa, que elaborou o projeto, havia uma necessidade por parte da sociedade de um espaço para ensaios e apresentações de teatro do grupo da cidade.

Figura 62. Sobrado à Rua Miguel Calmon (rua da Baderna). Autor: Fernando Machado Leal. Fonte: Arquivo Central do IPHAN em Salvador: Série Inventário, Caixa 29, Pasta 02.

Aloísio Magalhães. Proteção e Revitalização de Bens Culturais no Brasil: uma trajetória – p. 46-49.” O texto correspondente pode ser encontrado na edição que estamos utilizando, de 1980 (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 25-26).

112 Trata-se de Osvaldo Pereira Senna, o mestre Osvaldo, a quem já nos referenciamos no capítulo 1.

113 Informação fornecida por José Geraldo Vieira da Costa em entrevista realizada pelo Skype, em 18 de novembro de 2014.

O projeto desenvolvia-se em dois pavimentos mais mezanino. O sobrado era praticamente uma caixa, pois fora incendiado e só contava com as paredes externas. Foi construída uma estrutura que deixou toda a área livre. No térreo, projetou-se um auditório. No pavimento superior, amplo salão com local para exposições, e banheiros externos anexos a ele. No mezanino, que ocupava uma espécie de sótão, acessado por uma escada de madeira, seria o Escritório Técnico do IPHAN.

Naquele ano, 1986, os recursos para construção do escritório técnico vieram da FNPM diretamente para o arquiteto sediado na cidade, que tinha autonomia para a gestão do escritório. Geraldo Costa relata que conseguiu reunir uma equipe de seis pessoas, entre elas um excelente carpinteiro, que construiu a famosa escada¹¹⁴ de acesso ao mezanino.

Embora a reestruturação do IPHAN, ocorrida em 1979 tenha dividido as funções para cada um dos dois componentes – a SPHAN como detentora do poder de polícia, fiscalização e orientação técnica, e a FNPM como responsável pelos recursos financeiros e pelos projetos – na prática, isso não aconteceu em Lençóis. Geraldo Costa menciona que “era uma coisa só” e, na sua atuação, ele era responsável pela elaboração dos projetos, execução e gestão da obra e dos recursos (informação pessoal)¹¹⁵. No caso de Lençóis, as atribuições de cada instância (da SPHAN e da FNPM) reduziam-se à figura de um único técnico.

Por um lado, essa sobreposição de funções fazia com que o arquiteto trabalhasse em regime de “semiescravidão”. Geraldo Costa conta que era solicitado pela comunidade a todo o momento, não tendo privacidade e confundindo a vida profissional com a pessoal (informação pessoal)¹¹⁶. Além disso, as inúmeras atribuições, conforme mencionamos, para uma só pessoa tornavam o trabalho extremamente cansativo e solitário.

Por outro lado, esse isolamento e concentração de funções conferia total autonomia para o técnico tomar decisões de projeto, o que, a nosso ver, foi extremamente positivo. A proximidade do técnico com a população e sua sensibilidade para entender suas demandas, transformá-las em projeto e concretizá-las em obras, rendeu frutos que, embora pequenos, foram importantes para a comunidade e para a relação desta com o IPHAN, a exemplo do espaço cultural.

Como já mencionamos, essa obra teve fundamental importância para a comunidade e foi, durante muitos anos, um dos únicos espaços disponíveis na cidade para uso da população. Com localização central, tanto o salão de exposições no superior quanto o auditório¹¹⁷, no térreo, foram amplamente usados para reuniões, ensaios de teatro, apresentações de filmes do cineclube, exposições e palestras.

114 Essa escada é referência na cidade, justamente pela engenhosidade do carpinteiro em não utilizar pregos ou parafusos e utilizar apenas restos de madeira da obra.

115 Informação fornecida por José Geraldo Vieira da Costa em entrevista realizada pelo Skype, em 18 de novembro de 2014.

116 Informação fornecida por José Geraldo Vieira da Costa em entrevista realizada pelo Skype, em 18 de novembro de 2014.

117 O auditório não tinha cadeiras fixas. Por ser um espaço livre, é muito flexível, servindo a múltiplos usos.

Figura 63. Interior do sobrado da Rua Miguel Calmon já reformado para receber a sede do Escritório Técnico SPHAN/Pró-Memória. Fonte: Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa.

Figura 64. Detalhe da escada em madeira do Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis, 2014. Foto da autora.

Figura 65. Detalhe da placa afixada por Geraldo Costa como agradecimento ao trabalho da equipe que participou da reforma, grafada com os seguintes dizeres: "Está em nossas mãos o poder de começar o mundo novamente. Thomas Paine 1776. Nossos mais sinceros agradecimentos e respeito a todos os operários. Jorge, mestre de obra, Tião [?], Besouro, Edson, Pedro, Ginaldo, Tonho, João, Jaime, H[?] pela união, força e energia e às companheiras Inez, Gina, [?]. Autor: José Geraldo Vieira da Costa, 1987.

Ao que parece, a população apropriou-se do espaço tão logo ele foi inaugurado, além de ele ter sido um catalisador de novos grupos culturais:

Totalmente restaurado durante cerca de um ano, o prédio abriga o escritório da SPHAN/próMemória da cidade do Centro de Cultura da Chapada Diamantina, uma iniciativa da comunidade que se tornou um pólo irradiador da cultura local.

[...]

O espaço é agora dotado de um auditório para 60 pessoas e um salão de exposições, no piso inferior; no intermediário, será montada uma sala para realização de cursos, palestras e debates e, no superior, funciona o Escritório Técnico. A formação desse espaço incentivou a criação de muitos grupos culturais, além de dar oportunidade àqueles já existentes na cidade.

Moradores, comerciantes, pedreiros, mestres-de-obras tem-se reunido todos os meses, convocados pelo Escritório, para discutir as questões sobre o patrimônio de sua cidade. No entanto, as atividades que mais tem se realizado no Sobradão são os ensaios e apresentações de grupos de teatro, dança e música, inclusive de outras cidades, e a exibição de filmes em 16mm, pelo Cine Clube 51, cineclube local que cede o equipamento e organiza a programação. O Escritório Técnico apoiou, recentemente, a realização do Seminário sobre Turismo, Cultura e Ecologia, promovido pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Lençóis. (SPHAN RESTAURA..., 1988).

Durante os anos em que atuou à frente do escritório técnico em Lençóis, com amplo conhecimento da cultura e dos problemas da cidade, José Geraldo Vieira da Costa apresentou sua experiência por meio de palestras e participação em eventos: na *1ª. Semana do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo* (Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico – São Paulo, 17 a 22 de junho de 1985); no *III Encontro de Trabalho sobre Preservação de Bens Culturais dos Municípios* (IBAM – Rio de Janeiro, 28 a 30 de outubro de 1985); na *38ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC* (Curitiba, 9 a 16/ de julho de 1986); e no *Seminário Interno da 5ª Diretoria Regional* (Salvador, 18 a 22 de maio de 1987). Nesses trabalhos, Geraldo Costa tece algumas críticas ao órgão.

Para a apresentação na reunião da SBPC, Geraldo Costa solicitou apoio financeiro do órgão, e a resposta que obteve foi a de que seria preciso conhecer o conteúdo do trabalho antes de conceder o auxílio. Costa enviou, então, um resumo para apreciação da SPHAN/Pró-Memória, mas acabou apresentando outro no evento, mantendo apenas o título, *Cidades Históricas X Cultura: valores em conflito*. O resumo apresentado questiona as intervenções nos centros históricos, revelando que se buscava “forjar” um símbolo que representasse a nação. Nesse processo, os valores eram impostos, e a verdadeira condição das cidades históricas não era revelada:

No que se refere à Preservação do Patrimônio Arquitetônico – Choques de Poder – controle e imposição de valores, [...] pela “urgência” em “produzir” uma “revitalização” desses considerados Centros Históricos – na realidade pretendendo-se “forjar” uma Cultura para esse País – de “qualquer jeito”.

[...] Se as Cidades Históricas são consideradas um símbolo da nossa Cultura, então a nossa Cultura está bastante empobrecida, quando não miserável, marginal e descaracterizada. (COSTA, 1986).

Geraldo Costa sugeria uma “Política Educacional” como forma de reversão desses conflitos. Sua fala aponta não apenas os problemas da “política cultural” do país, classificada como incoerente e um tipo de “faz de conta”, mas também problemas administrativos do órgão de preservação, ao qualificar o técnico responsável pelo escritório, ironicamente, de “polivalente”, “independente como um peixe fora d’água”. Os problemas de ordem social com que se deparava no dia a dia o faziam questionar sua própria função, mas as necessidades impostas pelo trabalho o faziam continuar executando-o, sem poder parar para pensar nessas contradições:

Acompanhando o atual pique Nacional de reivindicação de Reformas, sem pretender ser óbvio – o que temos sugerido é a criação de uma Política Educacional de apoio que proporcionasse maior atenção para a delicadeza que tem sido a interferência dos Escritórios Técnicos, através dos seus forçosamente “polivalentes” representantes, nessas comunidades completamente fora da realidade que lhes é sugerida. [...]

A desarticulação Social que detectamos através da rotina dos contatos, no dia-a-dia com as “gentes” (“figurões” locais e povo/operários) nos impõe o questionamento na realização do nosso trabalho que, como um bom e necessitado assalariado, vamos executando, aos trancos e barrancos, independentes como um peixe fora-d’água, estabelecendo mais uma contradição nesse “Baile à Fantasia”, nesse país cuja maior pretensão de desenvolvimento é poder cultivar sem riscos sua Cultura de Carnaval. (COSTA, 1986).

Essas críticas, aparecidas como forma de reivindicação no relatório de seu primeiro ano de trabalho, foram recorrentes em todos os escritos ou palestras do arquiteto.

No documento final do seminário das Diretorias Regionais e Escritórios Técnicos, realizado pela SPHAN/FNPM em 1986, Geraldo Costa apresenta um manuscrito no qual chama a atenção para o distanciamento entre discurso e prática, que ele nomeia como “indefinições e contradições da instituição”, fruto dos aspectos gerais da política de preservação:

Os escritórios técnicos são postos avançados da SPHAN/PróMemória e, por estarem em contato direto com realidades dinâmicas e sensíveis, neles repercutem mais claramente algumas das indefinições e contradições da instituição.

Percebe-se que vários destes problemas estão ligados, como não poderia deixar de ser, às questões de aspecto geral da política de preservação, bem como à ausência de uma postura mais agressiva no que se refere à manutenção da SPHAN-FNPM como agente catalisador das questões inerentes à defesa e valorização do Patrimônio Cultural brasileiro.¹¹⁸

No ano seguinte, em maio de 1987, no Seminário Interno da 5ª Diretoria Regional, Geraldo Costa apresenta um documento no qual diz refletir sobre os temas apresentados e sobre seu próprio trabalho, traçando considerações, propostas e críticas sobre o trabalho do órgão.

O primeiro questionamento é feito em relação ao trabalho dos técnicos. Nota-se pelo texto, mais uma vez, a crítica a um trabalho solitário, sem equipe adequada e sem instrumentos necessários, movidos unicamente pelo empenho e dedicação do técnico que, na falta de

¹¹⁸ COSTA, J. G. V.; FONSECA, J. R. A.; SACRAMENTO, R. M. O. Proposta de metodologia de trabalho junto aos escritórios regionais da SPHAN/FNPM. 5ª. Superintendência Regional. Salvador/BA, jan. 1984. Arquivo pessoal de José Geraldo Vieira da Costa.

condições de trabalho, resolvia os problemas com a “criatividade”:

Nesta sala conseguimos superar todos os problemas existentes na Instituição. Será?! Afinal resolvemos as situações mais mirabolantes possíveis, onde a criatividade foi colocada à prova com resultados que só o tempo responderá através das nossas mágicas intervenções, esse mesmo tempo que nos responderá se seremos grandes mestres ou operários de gravata, lembrados pela nossa disposição e amor divino por aquilo que “abraçamos defender”. (COSTA, [1987?]).

Esse fato é reiterado nas considerações que passa a fazer. A falta de aparelhamento dos escritórios deveria ser cobrada pelos próprios técnicos:

8. Continuamos mal aparelhados para executarmos os mais diversos trabalhos, para executarmos os vãos mais simples e singelos possíveis.
19. Cabe a nós posicionarmo-nos por melhores condições de trabalho de forma crítica e objetiva sem o paternalismo e o protecionismo existentes. (COSTA, [1987?]).

Além das considerações sobre o trabalho, Costa ressaltava novamente o necessário entendimento e troca com as comunidades locais, atentando para os valores colocados por elas:

5. Que as ideias que se constroem em torno das chamadas comunidades, que sempre estamos colocando, já fazendo parte do Discurso Político da Instituição e que mal sabemos o que seja, deve ser exercitado na DR como forma de diálogo, onde mal conseguimos ensaiar o nosso ABC comunitário.
20. Os objetos históricos que trabalhamos são feitos pelas mãos operárias que constroem e preservam, são artistas anônimos que deixam o futuro responder. O passado, presente e futuro andam sempre lado a lado.
21. O homem deve ser a meta desse trabalho que decifrará a história. Nesse papel encontra-se o dever de ligar para todas as tendências para que possa atingir o melhor nível para a qualidade de vida dos moradores dos núcleos históricos. (COSTA, [1987?]).

Reflete, ainda, sobre o necessário conhecimento e aplicação das novas discussões sobre patrimônio “para que essas discussões se tornem meios mais aceitáveis de entendimento na valorização do mesmo, pelos próprios técnicos”. (COSTA, [1987?]).

Todas as dificuldades relativas ao trabalho, expressadas por Geraldo Costa continuaram a existir ao longo dos anos, até os dias atuais. Suas reivindicações junto à diretoria regional não tinham nenhum retorno. Esses problemas aparecem também em relatórios dos técnicos sucessores.

O arquiteto Cláudio Lisias da Silva Bastos (1988), em relatório apresentado seis meses após o início de seu trabalho no Escritório Técnico de Lençóis, refere-se aos problemas relativos a:

- estrutura de trabalho, como o desaparecimento do escritório e o aumento iminente do volume do trabalho pela incorporação de Rio de Contas como município de responsabilidade do Escritório Técnico de Lençóis;
- conflitos entre a comunidade e a instituição;

- problemas de ordem técnica, como o aumento de construções em “estilo colonial”, que o arquiteto entendia como equivocadas.

A conclusão do relatório trazia à tona uma questão que Geraldo Costa já havia levantado: a definição da “órbita de atuação do escritório, seja no sentido geográfico, com a definição dos limites da área tombada, seja no sentido dos conceitos que orientarão o trabalho” (BASTOS, 1988).

A falta de definição de conceitos claros, para orientação do trabalho dos técnicos, é um dos principais causadores de conflitos entre a população e o órgão. Esse problema é reconhecido pelo IPHAN, mas pouco se tem feito para saná-lo ou minimizá-lo. Na última década, o órgão tem empreendido esforços no sentido de criar normatizações para áreas tombadas, por meio de estudos com metodologia específica, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), e posterior publicação de portarias. De 2010 a 2013 diversas portarias foram criadas para conjuntos históricos e áreas de entorno¹¹⁹.

Geraldo Costa é lembrado ainda hoje pelos moradores da cidade como o melhor técnico que o IPHAN já teve:

Mudou quando veio pra cá Geraldo. Geraldo pra mim foi um excelente profissional. Foi a pessoa que tinha mais visão de restauro, que orientava. Geraldo fez um trabalho bastante interessante. Mas nem todo mundo tem essa mesma visão. Foi excelente. Geraldo fez um trabalho de orientar, de ser mais coerente com o que era realmente. Foi muito interessante o trabalho dele. A população se aproximou, ele tinha um diálogo com a população, ele era duro, mas ele tinha um diálogo, ele orientava, e ele não permitiu nenhum processo de descaracterização. Depois que saiu, foi horrível. (informação verbal).¹²⁰

De fato, Costa relata que buscava envolver a comunidade de forma participativa e não punitiva. Um exemplo simples, mas de grande efeito, é que, ao notar alguma intervenção, como uma reforma sem a devida autorização do órgão, Costa mandava uma carta ao proprietário agradecendo pela manutenção no imóvel, ao invés de puni-lo por não ter buscado a autorização do IPHAN (informação pessoal)¹²¹.

Essa atitude demonstra uma clara aproximação com as ideias colocadas por Aloísio Magalhães em relação à reestruturação do IPHAN, em 1979:

a idéia é de que o IPHAN, em vez de um órgão que se colocasse muito numa posição de intervir, no sentido de impedir e restringir, se transformasse num órgão que trabalha ao lado da comunidade e que valoriza com a comunidade o bem cultural. O atendimento dele tem que ser um atendimento favorável, positivo, e não restritivo e impedidor. Isso é, ao meu ver, uma coisa fundamental porque só isso levará o IPHAN a conscientizar a comunidade, ela mesma, do valor dos seus bens. (MAGALHÃES, 1997, p. 125-126).

¹¹⁹ A página web do IPHAN traz todas as portarias publicadas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15306&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

¹²⁰ Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

¹²¹ Informação fornecida por José Geraldo Vieira da Costa em entrevista realizada pelo Skype, em 18 de novembro de 2014.

Algumas de suas ideias, como a preservação da arquitetura de taipa e adobe, estão recentemente sendo retomadas, de alguma forma. O Departamento de Preservação do Patrimônio Imaterial do IPHAN está confeccionando o Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) com vistas a registrar o conhecimento em relação à arquitetura de terra nos municípios da Chapada Diamantina. Costa, na época em que atuou em Lençóis, propôs a instalação de um canteiro de obras permanente, responsável pela produção de materiais como o adobe, visando a restauração e manutenção dos imóveis da cidade.

Outra proposta de Geraldo Costa digna de nota era o registro, por meio de entrevistas e documentação fotográfica, da “história viva” contada pelos moradores de Lençóis, cujo “maior prazer é a recordação desses momentos que lhe são tão caros e que contém preciosas informações para a memória nacional”.¹²² Costa identificara uma forte oralidade em Lençóis, algo que ainda hoje é extremamente presente e constitui um valor associado à cidade. Em nossa pesquisa recente, aplicamos um questionário aos moradores e turistas no qual uma das perguntas foi *O que você mais gosta em Lençóis?* Respostas como “as histórias dos moradores mais velhos” ou “as histórias que as pessoas contam” apareceram entre as respostas. Embora em pequena porcentagem, atribuem à oralidade uma característica positiva da cidade.

2.2.3. O Inventário dos Imóveis do Sítio Urbano em Processo de Arruinamento – Lençóis/BA e o olhar para a arquitetura de pequeno porte da cidade

No ano de 1983, um grupo de arquitetos recém-formados e estudantes de arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que compunham o Grupo de Estudos de Recomposição Ambiental (GERMEN), reuniu-se para inventariar os imóveis do centro histórico de Lençóis em situação de arruinamento. Eram jovens que não dispunham de recursos específicos para tal fim; gastos com deslocamento e com hospedagem eram doados pelo prefeito, e o trabalho dos jovens era totalmente voluntário (informação verbal)¹²³.

O inventário visava cobrir a lacuna dos órgãos patrimoniais oficiais, objetivo que está implícito na exposição da metodologia e dos critérios adotados para a seleção dos imóveis inventariados. Dentre eles, estavam “importância do conjunto do ponto de vista cultural”, “concentração de edificações de pequeno porte (40.00 m² em média)”, “nível de assistência mantido pelos órgãos oficiais, considerando-se a sua insuficiência” (GERMEN, 1985, p. 12).

A concepção patrimonial exposta pelos autores do trabalho colocava uma visão de patrimônio ligada à cultura de uma maneira mais ampla, e não apenas aquela restrita aos valores associados à cultura erudita. A apresentação da metodologia afirma que a escolha dos imóveis incidiu sobre aqueles que ficavam à margem das escolhas oficiais:

¹²² COSTA, J. G. V. Experiência de atuação para o reconhecimento do Patrimônio Histórico de uma pequena comunidade – Lençóis, BA, 84/85. Mimeo, não datado [1985?]. Arquivo pessoal do autor.

¹²³ Depoimento de Angela Leony, participante do inventário, em entrevista realizada em 9 de abril de 2014 em Lençóis.

[...] foram intencionalmente priorizados os quarteirões compostos pelas edificações de pequeno porte, que compõem a arquitetura popular da cidade, identificadas como as casas dos antigos garimpeiros, que construíram e enriqueceram Lençóis. Estas pequenas construções de taipa e adobe, igualmente importantes do ponto de vista cultural, geralmente não alcançam a mesma atenção dada aos grandes sobrados e edifícios públicos, representantes do apogeu econômico da região, o que se constitui num agravante significativo para um problema que não exclui nem mesmo os imponentes sobrados: a conservação dos bens culturais tombados. (GERMEN, 1985, p. 12).

As casas dos que “construíram e enriqueceram Lençóis”, ou seja, dos garimpeiros, tinham tanta importância cultural quanto os sobrados mais imponentes e representativos do seu apogeu econômico, o que nos mostra que, novamente, outros valores estavam associados ao patrimônio, intimamente ligados à história social.

Outro fato digno de nota é a associação da preservação com o desenvolvimento socioeconômico. No entender do grupo, as condições de vida dos habitantes deveriam ter igual atenção às condições de conservação dos imóveis que habitavam:

A seleção da área de análise e posteriormente dos imóveis cadastrados não se fundamentou, contudo, apenas numa óptica preservacionista. Foi determinante para a escolha, a constatação do nível de precariedade das habitações da cidade e a necessidade de enfocar a questão da preservação também do ponto de vista da erradicação das sub-condições de vida da população, que no caso de Lençóis, literalmente continua a viver no século XIX, sem conforto e condições mínimas de higiene. (GERMEN, 1985, p. 12).

A ficha adotada para o Inventário foi a baseada naquela usada pelo IPAC-BA para o inventário realizado pela secretaria de Indústria e Comércio (BAHIA, 1980), com adaptações, uma vez que o presente inventário, ao contrário do desenvolvido pela secretaria, não enfocava “particularmente monumentos de valor individual” (GERMEN, 1985, p. 13).

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS		GRUPO DE ESTUDOS DE RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL		INVENTÁRIO DOS IMÓVEIS DO SÍTIO ORIGINÁRIO EM PROCESSO DE ARRUINAMENTO	
CADASTRO Nº 058	LOCALIZAÇÃO Rua Urbano Duarte, 482	USO ATUAL	Residência	ÁREA CONSTRUÍDA	23,85 m ²
ÉPOCA Sec. XIX	PROPRIETÁRIO (Nenen Ferro Quente)	OCUPANTE	(Nenen Ferro Quente)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	Própria
SITUAÇÃO E VIZINHANÇA Casa encravada entre outras do mesmo do mesmo porte//Implantação ao nível da rua//Não possui recuo//Quintal ao fundo//Terreno Plano.					
TIPOLOGIA Casa térrea//Planta retangular//Divisões internas: 1 sala, 1 alcova, 1 cozinha//Telhado em duas águas. Beiral encachorrado. Telha canal//Paredes de taipa, rebocadas e pintadas//Piso em terra batida//Vãos com vergas retas. Esquadrias de madeira do tipo calha//Instalações: Água e Energia elétrica.					
SISTEMA CONSTRUTIVO Estrutura autônoma de madeira//Fundação em pedra//Telhado apoiado nas paredes.					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ESTRUTURA PORTANTE	B	ELEMENTOS SECUNDÁRIOS	C	COBERTURA
				B	INTERIOR
				D	INSTALAÇÕES E SERVIÇOS
				C	SALUBRIDADE
				D	
RESTAURAÇÃO NECESSÁRIA Estabilização das paredes com lesões. Reforço da estrutura. Reforma de 50% da cobertura. Revestimento do piso em terra batida. Abertura de vãos para iluminação e ventilação. Construção de instalações sanitárias. Limpeza geral.					
ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA		CORTES		PLANTA BAIXA	
OBSERVAÇÕES		PLANTA TÉRREO		LEGENDA	
				1- SALA 6- LOJA	
				2- QUARTO 7- DEPÓSITO	
				3- ALCOVA 8- PÁTIO	
				4- SANITÁRIO 9- QUINTAL	
				5- COZINHA	
				DATA Maio/84	

Figura 66. Exemplo de ficha adotada para o Inventário. Fonte: Grupo de Estudos de Recomposição Ambiental, 1985.

O capítulo de “caracterização da área” traz importantes contribuições para traçarmos um perfil da cidade no ano de 1984. Destaca-se, por exemplo, que a área em questão – a “parte essencialmente popular” do centro histórico – possuía elementos importantes de infraestrutura urbana, como escoamento de águas pluviais e galeria de esgotamento sanitário, mas que “encontrava-se sub-utilizado pela inexistência de instalações sanitárias das casas que a compõem” (GERMEN, 1985, p. 17). A condição desses imóveis era extremamente precária:

Além de apresentarem sérios problemas de manutenção, 60,71% das casas não possuem quaisquer instalações sanitárias, 46,43% não estão ligadas à rede hidráulica e 55,71% não possuem esgoto. Como recentemente foi ampliado o número de ligações à rede de energia elétrica, esse serviço aparece de forma mais expressiva no atendimento à população: 87,86% das casas possuem energia elétrica. (GERMEN, 1985, p. 17).

É interessante notar que Lençóis, que se destacou por apresentar desde muito cedo vários elementos de infraestrutura urbana, como rede de esgotos, telégrafo, energia elétrica e iluminação pública, tenha chegado até a década de 1980 com moradias, em pleno centro da cidade, desconectadas desses serviços.

Para o “quadro socioeconômico” é ressaltado que carecia de investigação específica, mas há apontamentos em relação à renda dos habitantes, à situação fundiária dos imóveis e às redes de sociabilidade instaladas na cidade. Em relação à renda, o inventário ressaltava que grande parte dos moradores não possuía qualquer renda fixa, vivendo de biscates e da ajuda de terceiros. Quanto à situação fundiária, observava-se que havia uma concentração de imóveis nas mãos de poucos proprietários. E quanto às redes de sociabilidade,

Foi notado grande número de pessoas idosas residindo sozinhas, assistidas por vizinhos ou amigos. Aliás, fato interessante e extremamente importante, é o sistema de ajuda mútua estabelecido entre os moradores, indicador de uma forte coesão social e que pode ser apontado como um dos fatores responsáveis pela sobrevivência desta comunidade diante da estagnação econômica verificada na região nas últimas décadas. (GERMEN, 1985, p. 19).

De qualquer forma, essa situação de extrema pobreza chama ainda mais a atenção se considerarmos que na década de 1980, quando o inventário foi desenvolvido, a cidade apresentava um pequeno “surto econômico” e populacional oriundo da instalação de garimpos mecanizados na cidade.

Voltando ao inventário, vale a pena a transcrição integral dos dois últimos parágrafos da conclusão nos quais estas ideias estão claramente colocadas:

As intervenções do poder público e, em especial, dos órgãos ligados à preservação do Patrimônio Histórico, contribuem para atenuar os efeitos de síndrome causados pelo arruinamento nas construções. Sua atuação, contudo, tradicionalmente voltada para a recuperação de edifícios individualmente importantes ou de grandes conjuntos arquitetônicos onde se concentrem variadas manifestações artísticas, não satisfaz as exigências impostas por um sítio monumental, em que esses valores se apresentem diluídos na complexidade de um conjunto ou se expressem apenas timidamente, encobertos por aspectos histórico/culturais igualmente importantes, porém não tão evidentes.

Essa situação subsiste não apenas por aspectos ideológicos e certamente não por uma noção equivocada de prioridade. Na verdade, a inexistência de uma fórmula econômico-financeira capaz de viabilizar o restauro de bens tombados em propriedade de particulares, sem que isto se dê a fundo perdido e com a perfeita conciliação das partes (o Patrimônio Histórico e o proprietário), dificulta ou mesmo impossibilita ações mais abrangentes visando a recuperação de trechos urbanos. (GERMEN, 1985, p. 69).

As ideias colocadas na conclusão antecipavam em mais de duas décadas ações empreendidas pelo Programa Monumenta na cidade, que em Lençóis teve como diferencial a grande quantidade de imóveis privados atendidos, com empréstimos a fundo perdido, e da sensibilidade dos técnicos em perceber a situação precária de inúmeras habitações da cidade que continuam com os mesmos problemas de 1983 (sem esgotamento sanitário, sem banheiros).¹²⁴ Nota-se que os valores “histórico/culturais” são colocados no mesmo nível de importância que os artísticos.

Algumas considerações acerca do IPAC-BA

O *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia* (IPAC-BA), citado no trabalho do Grupo GERMEN, começou a ser desenvolvido em 1975 com recursos técnicos e financeiros da secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Estado da Bahia, na primeira gestão de Antônio Carlos Magalhães. O trabalho continuou na segunda gestão desse estadista e, cinco anos depois, foi publicado o volume IV, *Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina*, contando com investimentos do Programa de Cidades Históricas, como vimos anteriormente, inicialmente da SEPLAN-PR e que posteriormente passou para a SPHAN, quando da reestruturação do IPHAN em 1979.

O inventário estava inserido no programa de interiorização do turismo da Bahia (PRODETUR-BA), que trataremos na parte 2.5.1 deste capítulo. O programa objetivava incrementar o fluxo turístico no interior da Bahia como forma de desenvolvimento econômico, o que fica claro na apresentação do volume, feito por Manoel Figueiredo Castro, secretário da Indústria e Comércio:

Neste último quartel do século, seguindo o mesmo ciclo de floração “os gerais” prometem um novo impulso. Menos impetuoso que os dois primeiros, todavia mais seguro e duradouro porquanto fundamentado em mais de uma atividade: mineração industrial, cafeicultura extensiva e turismo cultural.

Diante desta perspectiva de transformação sócio-econômica, a Secretaria da Indústria e Comércio procura antecipar-se ao processo, adotando medidas preventivas destinadas a evitar que a prosperidade do futuro venha a destruir a riqueza do passado. (BAHIA, 1980).

A região objeto do inventário é apresentada como “uma das mais interessantes do Estado, não só pela sua riqueza natural como pela sua beleza paisagística e potencial econômico”, anunciando os recursos que viriam a ser fortemente explorados pelo governo do estado (BAHIA, 1980).

¹²⁴ A atuação do Programa Monumenta é tratada no capítulo 3.

Apesar do pioneirismo e da importância desse trabalho, até hoje ele não é muito aceito pelo IPHAN. José Geraldo Vieira da Costa mencionou que ele nunca foi oficialmente adotado pelo órgão, em vista de antipatias entre os técnicos do IPHAN e o professor da UFBA Paulo Ormino de Azevedo, coordenador do inventário (informação verbal)¹²⁵.

Essa não adoção ficou clara em entrevista realizada a uma técnica do IPHAN que participou da Oficina de Planejamento Participativo de Lençóis do Programa Monumenta, em 2001¹²⁶. Segundo a arquiteta¹²⁷, houve um equívoco dos técnicos do programa em adotar a poligonal de proteção, proposta por Paulo Ormino no inventário, como sendo a do IPHAN. Isso logo foi sanado, pois os técnicos do IPHAN acabaram definindo às pressas uma área que nunca havia sido delimitada.

Embora haja resistência do IPHAN em reconhecer o inventário, ele tem sido incorporado pelos técnicos que trabalham com patrimônio e pela população no geral, tornando-se uma “verdade”: os imóveis inventariados são referidos como “tombados” pelo IPAC ou até mesmo por alguns técnicos do IPHAN, por constituírem o inventário.

Na *Revisão do Perfil do Projeto* do Monumenta, o imóvel do arquivo público municipal é citado como sendo “tombado pelo IPHAN e inventariado sob o nº 30619-0.3-F001, com grau de proteção um (GP-1)” (BRASIL, 2004, p. 38); na verdade, o IPHAN não tem nenhum imóvel tombado individualmente em Lençóis, e o número citado corresponde ao inventário do IPAC (BAHIA, 1980, p. 235).

Vale lembrar que o IPHAN nunca realizou um inventário em Lençóis.

As imagens dos imóveis inventariados, todos com graus de proteção 1 e 2, estão no Apêndice E. Nota-se que esses imóveis configuram um conjunto bem abrangente, no sentido de representativo, do patrimônio de Lençóis: contempla desde os sobrados dos coronéis, até exemplares de casas e vendas populares, além de imóveis com significado simbólico para a população de Lençóis, como o Ex Vice-consulado francês. No entanto, as casas e vendas populares são citadas como “arquitetura menor de valor principalmente ambiental” (BAHIA, 1980, p. 217), o que não deixa de ser um valor de cunho formal, voltado à arquitetura e à forma urbana. Essa visão não foi a mesma colocada pelo inventário do Grupo GERMEN, que identificou essas casas como “as casas dos antigos garimpeiros, que construíram e enriqueceram Lençóis” (GERMEN, 1985, p. 12).

É importante notar, além disso, que os dois inventários possuíam funções diferentes, segundo suas próprias apresentações. Em relação ao primeiro deles, o IPAC-BA, Paulo Ormino de Azevedo destacou que esse inventário “não pretende ser apenas um registro. Sua publicação se destina a despertar uma consciência, antes que nosso patrimônio seja apenas uma memória” (BAHIA, 1980, p. 22). Já o segundo, do Grupo GERMEN, foi “concebido como um diagnóstico do estado de conservação do conjunto arquitetônico da cidade” e objetivava

¹²⁵ Informação fornecida por José Geraldo Vieira da Costa em entrevista realizada pelo Skype, em 18 de novembro de 2014.

¹²⁶ Tratamos dessa oficina no capítulo 3.

¹²⁷ Informação fornecida por Nélia Paixão em entrevista realizada em Mucugê/BA, em 8 de setembro de 2014.

“alertar os órgãos competentes do governo e entidades afins para o problema da manutenção do patrimônio tombado e estabelecer canais que possibilitem a sua efetiva recuperação” (GERMEN, 1985, p. 5).

O inventário IPAC-BA acabou influenciando fortemente a imagem da cidade, seja para seus habitantes, seja para os técnicos ligados ao patrimônio. Até hoje, o exemplar dessa publicação presente na pequena biblioteca, de acesso público, do escritório técnico do IPHAN em Lençóis é a principal fonte de consulta para as pesquisas sobre o patrimônio da cidade que, anualmente, jovens da rede pública e particular de ensino primário e secundário realizam. Nos projetos desenvolvidos pelo Programa Monumenta para a cidade, há uma clara e forte semelhança do histórico das cidades e dos imóveis que apresentam, com os textos presentes no inventário IPAC-BA. A influência que o inventário criou sobre a imagem da cidade pode ser constatada ao compararmos os imóveis inventariados, à lista de imóveis presentes na Carta Consulta elaborada pelo Programa Monumenta, a partir de demandas locais¹²⁸. (Ver Apêndice E, p. 433 e Apêndice G, p. 441)

2.3. Novos valores ou a retomada de valores não contemplados? As propostas de preservação da paisagem natural

2.3.1. A natureza domesticada do garimpo

Lençóis! Terra rica e encantadora!... Rica, porque oculta em teus solos os diamantes mais preciosos e carbonatos; encantadora, pela tua topografia que torna estupefático [sic] o observador que tem a dita de te visitar. (SILVEIRA, 1941, p. 1).

O imponente relevo da Serra do Sincorá, na qual se situa Lençóis, sempre foi motivo de admiração dos viajantes e também dos filhos da terra. No entanto, para a atividade garimpeira, a natureza era a guardiã do diamante e fonte das riquezas naturais, devendo ser explorada ao máximo. Era também obstáculo a ser vencido, meio a ser manipulado, domesticado. A extração de diamantes requeria a limpeza do terreno, muitas vezes feita por meio de queimadas, a quebra das rochas, a construção de regos, o desvio e represamento das águas. Requeria a extração de pedras – o cascalho – das grutas, seu amontoado – o paiol – para posterior lavagem, no próprio leito do rio ou com a água desviada. Além disso, fornecia também o alimento, pela caça. Como na agricultura, o ritmo do garimpo era ditado pelas chuvas ou falta delas.

Era nos rios e nas serras que o garimpeiro extraía seus diamantes, mas era na cidade que a sociabilidade acontecia. Conforme descrever Herberto Sales (1955, p. 59),

O garimpeiro é um tipo eminentemente citadino. Ao contrário do trabalhador da

¹²⁸ A leitura das “demandas locais”, no entanto, é questionável. Abordamos este tema no capítulo 3, mais especificamente no item 3.2.

zona rural dos mesmos municípios lavristas, freqüenta ele bilhares, cinema, cabarés, pratica esportes, como o futebol, integrando os times locais. Gosta de vestir-se bem, ou melhor, de ostentar luxo, sempre que o possa. O vestuário, aliás, é uma das maiores preocupações do garimpeiro bamburrado.

Na cidade também se dava o comércio dos diamantes e o abastecimento de víveres do garimpeiro para seu sustento na serra. Dessa maneira eram indissociáveis serra (natureza) e núcleo urbano (cidade). Paisagem natural e urbana estavam entrelaçadas, formando uma única paisagem *cultural*.

Figura 67. *Garimpo Estrela do Céu. Lençóis – Bahia.* Cartão Postal. Fonte: Acervo de Mestre Osvaldo.

Figura 68. *Em visita a garimpos. Lençóis – Bahia.* Cartão Postal. Fonte: Acervo de Mestre Osvaldo.

Figura 69. *Garimpeiros em trabalho. Lençóis – Bahia.* O espaço retratado é o rio Lençóis, após passar a ponte de entrada na cidade. Cartão Postal. Fonte: Acervo de Mestre Osvaldo.

Figura 70. *Garimpeiros trabalhando. Lençóis – Bahia.* Cartão Postal. Fonte: Acervo de Mestre Osvaldo.

A atividade dos garimpeiros alterou substancialmente a paisagem da Serra do Sin-corá e foi responsável por moldar a natureza que viria a servir para o turismo mais tarde:

Devido ao grande fluxo de pessoas e difícil acesso às regiões onde se garimpavam, como a Serra dos Lençóis, a Serra do Veneno e os leitos rochosos dos diversos rios que cortam a região, os garimpeiros abriram diversas picadas, formando a maioria das trilhas percorridas hoje pelos turistas que visitam a cidade. As evidências dessa afirmação, são baseadas nas inúmeras interferências na paisagem observadas ao longo das trilhas. Dentre estas, destacam-se os amontoados de cascalhos fruto do refugo de garimpo, conhecidas localmente como moco-rorô; as escavações nas rochas (grunas) de onde os garimpeiros retiravam os diamantes; os vazios por entre os blocos de rochas, denominados na região de locas ou tocas, que eram utilizados pelos antigos garimpeiros como moradias, já que estes garimpavam a vários quilô-

metros dos centros urbanos da época; e os represamentos artificiais e desvios de pequenos cursos d'água, que eram feitos pelos garimpeiros para lavar os cascalhos que continham os diamantes. (LIMA; NOLASCO, 1997, p. 45-46).¹²⁹

Todos os caminhos e trilhas que hoje servem ao parque foram abertos e construídos pelos garimpeiros. A maior parte das cachoeiras e rios não está, hoje, em seu estado natural: são paisagens produzidas e rearranjadas por quebra ou dinamitação das rochas. Vários poços, hoje usados para banho dos visitantes, foram fabricados pelo garimpo. Das grutas existentes na região, algumas delas também foram abertas por essa atividade. (Figura 71 aFigura 77)

Os garimpeiros tinham total conhecimento da paisagem com a qual trabalhavam. Os valores associados à natureza relacionavam-se, portanto, ao uso que se fazia dela.

Figura 71. Trecho de água represada para o trabalho do garimpo no Ribeirão do Meio, em Lençóis. Foto da autora, 2010.

Figura 72. Trecho de água represada ("poço") para o trabalho do garimpo. Foto da autora, 2014.

¹²⁹ Neste importante trabalho, os autores descrevem as principais trilhas turísticas de Lençóis do ponto de vista de sua formação geológica, mostrando e destacando também aquela *geologia produzida pelo garimpo*. Ver também o interessante trabalho de Marjorie Csekö Nolasco (2002). A pesquisa considera "o homem como agente geológico" e, diante disso, esclarece que os estudos geológicos não podem estar desvinculados da história da ocupação humana, sob pena de acarretarem em interpretações errôneas: "A partir deste trabalho pode-se afirmar que os depósitos recentes, em qualquer região, devem ser estudados tendo, como uma das suas bases, a história de ocupação humana na mesma. Sem este conhecimento prévio, a interpretação sedimentar e estratigráfica pode ficar comprometida, como nos mostrou este estudo das Lavras Diamantinas, onde depósitos tecnogênicos foram classificados como fluviais, e um processo erosivo recente foi confundido com um ciclo erosivo mais antigo, iniciado a 800 m.a.". (NOLASCO, 2002, p. 278).

Figura 73. Antigo rego usado para deslocar água na serra, feito por garimpeiros. Foto da autora, 2014.

Figura 74. Antigo caminho de ligação de Capão a Lençóis. Nota-se, grafado na rocha, "Lençóis a 15km". Foto da autora, 2012.

Figura 75. Trecho do antigo caminho Lençóis-Capão. No fundo da foto, nota-se muro em pedra construído por garimpeiros. Foto da autora, 2012.

Figura 76. Evolução esquemática de um garimpo de fratura (tradicional de serra), associado ao histórico de ocupação da região, elaborado por Marjorie Nolasco. Fonte: Nolasco (2002, p. 157).

Figura 77. Evolução esquemática de um garimpo subterrâneo (de gruna), associado ao histórico de ocupação da região, produzido por Marjorie Nolasco. Fonte: Nolasco (2002, p. 169).

2.3.2. A primeira ressignificação da natureza

Conforme vimos no capítulo 1, em 1961 foi criado o Conselho de Turismo Lençóense, como meio de buscar alternativa para a falida atividade diamantífera. Naquela época, o turismo era vislumbrado por uns e desacreditado por outros. “Lençóis não tem praia, como vamos chamar o pessoal de fora se aqui não tem praia! Chamar eles para ver sobrado caindo, cachoeira no mato e macaco no galho das árvores!” (depoimento citado por BRITO, 2005, p. 118). Essa era a resposta de alguns moradores ao serem chamados para compor o Conselho Municipal de Turismo, criado em 1961. Sua lei de criação, no entanto, permite perceber que a atribuição de valores à paisagem estava mudando, e ficam explícitas nas competências do conselho:

- Parágrafo único – Compete ao referido órgão municipal: Instalar, organizar, dirigir uma exposição permanente, à guisa de um pequeno Museu, com fotografias, livros, documentos, amostras e objetos sobre História, riquezas, produção e lugares pitorescos do Município;
2. Estudar e promover a reconstituição e conservar os edifícios e lugares históricos, bem como o aproveitamento e acesso aos recantos aprazíveis de Lençóis;
 3. Organizar e promover exposições, festas folclóricas, cívicas e religiosas, concursos sobre investigações históricas ou sobre divulgação e aproveitamento das riquezas e produção locais e ainda patrocinar campanhas financeiras para a realização de seus planos;
 4. Incrementar por todos os meios o turismo neste Município;
 5. Orientar e dirigir as Juntas Distritais do CMTL;
 6. Promover por todos os meios a divulgação de tudo que diz respeito à história, vida, paisagem e riquezas do Município. (REPRESENTAÇÃO..., 1973, p. 289-290, grifo nosso).

Nota-se que tanto a natureza, que começava a ser vista como “pitoresca” e “aprazível”, quanto a arquitetura (“edifícios e lugares históricos”), não são elencadas como os carros-chefes dos atrativos do município, e eram apenas mais um item de valor turístico, juntamente com a “história”, as festas folclóricas, cívicas e religiosas, e com a produção e riqueza do município. Ou seja, todos os elementos daquela cultura estavam ali presentes.

Mesmo com o conselho criado, o município não tinha recursos suficientes para promover o turismo, além da resistência dos lençóenses e outras condicionantes que dificultavam sua implantação: a estrada que liga Lençóis à atual BR-242 na época nem existia.

A proposta de tombamento de Lençóis, formulada anos mais tarde, também elencava vários lugares naturais como possíveis “bens” de Lençóis. Rios, cachoeiras, poços, serras eram enfatizados.

No final da década de 1960, uma proposta que associava valores de contemplação e lazer à natureza foi feita por um membro externo à comunidade, o voluntário da organização *Peace Corps*, David Blackburn. David, jovem sociólogo norte-americano da Califórnia,

desenvolveu um trabalho de organização comunitária voltado para a preservação ambiental, pesquisou a flora, a fauna e realizou caminhadas pelos atuais atrativos da Chapada Diamantina com o objetivo de implantar um parque nacional. (BRITO, 2005, p. 120)

Era por meio do *outro*, do *estrangeiro*, que novos valores começavam a ser mostrados e incutidos à comunidade local, com total aceitação de uns poucos, e desdém de outros, o que o levou a confidenciar a mestre Osvaldo que “o povo de Lençóis não havia compreendido a sua proposta, mas em 20 anos o parque sairia” (BRITO, 2005, p. 120).

Embora a proposta de Blackburn não tenha sido compreendida, era a primeira vez que a natureza deixava de ser vista como adversária para ser espaço de fruição e contemplação.

2.3.3. A criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina: de uma ideia cultural, representada pela região das *Lavras Diamantinas*, a uma delimitação aleatória

Após o tombamento, Lençóis começou a ganhar alguma projeção na mídia, mas pouca coisa mudou na cidade. Os investimentos esperados pela população para restauração do casario, e o movimento turístico, não ocorreram. A cidade continuava com aspecto de abandonada, com inúmeros imóveis em ruínas, quando o terceiro voluntário do *Peace Corps* chegou, em 1973. O biólogo americano Roy Funch encontrou “Lençóis e Mucugê mergulhadas numa pobreza absoluta com muita gente migrando, só ficando crianças e velhos” (BRITO, 2005, p. 129).¹³⁰

Roy Funch, biólogo norte-americano, havia chegado ao Brasil no ano de 1977 como voluntário pela *Peace Corps*. Foi trabalhar em Brasília, junto ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) na confecção de planos de manejo para unidades de preservação. Em uma viagem com colegas em 1978, a turismo, para conhecer a famosa cachoeira Glass¹³¹ e passar as festas de São João na Chapada Diamantina, Funch se encantou por Lençóis e decidiu ficar na cidade¹³².

Funch andou muito pelas serras com os garimpeiros e viu na região o mesmo potencial que seu conterrâneo David Blackburn havia visto alguns anos antes: “Se fosse nos Estados Unidos seria um parque”. Como conhecia funcionários do IBDF, começou a escrever para eles, “fazendo propaganda” da ideia de criação de um parque nacional. Também levava todos os técnicos do governo do estado que passavam por Lençóis para passear pela área, o que lhe rendeu grande apoio:

a Pousada de Lençóis tinha aberto recentemente, eu trabalhava como guia na época, então eu pegava esse pessoal e vendia o peixe do parque. Eles gostaram da ideia, acho que ninguém sabia direito o que era parque nacional, a Bahia tinha que ter um parque nacional, então eu tive todo o apoio do pessoal do Estado. (informação verbal).¹³³

¹³⁰ Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2002 por Brito.

¹³¹ A cachoeira Glass, hoje conhecida como Cachoeira da Fumaça, levava o sobrenome do piloto que a registrou, em 1960, e a divulgou, George Glass.

¹³² Roy Richard Funch constituiu família em Lençóis e naturalizou-se brasileiro. Atualmente é pesquisador da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e continua desenvolvendo trabalhos na região da Chapada Diamantina. Publicou diversas obras sobre a Chapada (FUNCH, 1982, 1997, 1999, 2004, 2006, 2007, 2011, 2014). Por sua luta em defesa do meio ambiente, Funch foi contemplado, em 1987, com a Medalha Comemorativa – Unidades de Conservação IBAMA-IBDF, e em 2013, com o 8º Prêmio Go Outsiders, da revista Go Outside, categoria Meio Ambiente. Segundo a revista, o prêmio foi concedido por Funch ser “o principal responsável pela criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA), e por conscientizar a população local da importância de se preservar e aproveitar de forma responsável os recursos da região.”

¹³³ Informação fornecida por Roy Funch em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 5 de setembro de 2014.

Funch começou a escrever o projeto em 1979, e em 1982 lançou *Chapada Diamantina, uma reserva natural*. A publicação é uma apresentação do projeto do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Na apresentação, escrita por Manoel Figueiredo Castro, está explícito todo o esforço e articulações de Funch para conseguir levar a cabo seu projeto:

O esforço de RUY¹³⁴ FUNCH tem sido reconhecido. O jornal “A Tarde” lhe tem emprestado importante apoio. Agora, um grupo de profissionais, tendo conhecimento de suas ideias, colocou seu serviço à disposição de RUY, sem nenhum custo, para a execução deste trabalho. É o caso de Noélio Spinola que coordenou a sua edição; de Pedro Belmonte Fraga que elaborou o projeto técnico e o produziu; de Fauze Midlej e Francisco Sales de Souza Gomes (Chico da Bureau) que foram responsáveis pela composição e impressão; de Manoel Lorenzo e José Eduardo Messeder R. Costa que contribuíram com valiosas sugestões. As fotos que ilustram o trabalho foram cedidas pela EMTUR. (FUNCH, 1982, p. 4-5).

A publicação é dividida em introdução e mais dez partes, quatro delas trazendo características da região (1. Geologia e mineralogia; 2. Clima; 3. Vegetação; 4. Fauna), cinco com análises e propostas (5. Área prioritária para preservação; 6. Uso da terra; 7. Estradas e Caminhos; 8. Posse da terra – habitação; 9. Mapas e fotos aéreas) e a última parte de justificativa (10. A importância de proteger a área indicada).

Na introdução, Funch esclarece as intenções:

Neste relatório, sucinto e despretensioso, tenta-se condensar a essência da Chapada Diamantina e esboçar alguns dos aspectos mais relevantes de sua História Natural e do uso de suas terras. Seu objetivo é sugerir ao IBDF uma delimitação da maior extensão possível da área a ser preservada e talvez institucionalizada como Parque Nacional. (FUNCH, 1982, p. 10).

Todo o relatório é cuidadoso em justificar que, para a área proposta, não há outras alternativas econômicas (que não o turismo de contemplação), tentando mostrar, além disso, que ela não serviria às atividades já instaladas nos arredores:

Está mais do que evidente, tanto para garimpeiros quanto para geólogos, não haver mais possibilidade de exploração de diamantes, em larga escala, na Serra do Sincorá. [...]

Nos leitos dos rios Paraguaçu e Santo Antônio procede-se atualmente a uma exploração mecânica em larga escala, com grandes chances de sucesso. Mas somente nos rios e nas terras baixas, e não na serra, poderão ser encontradas grandes jazidas. Assim, preservando-se as serras, não se estará entervando qualquer possível atividade mineradora.

Também a agricultura é muito pouco desenvolvida na Serra do Sincorá, entre Lençóis e Mucugê, pois o terreno é íngreme, pedregoso e não apresenta as condições mínimas para se levar essa atividade a bom termo. [...]

Os grandes plantios existentes nos “gerais”, ao sul de Mucugê, estão fora da área su-

¹³⁴ Roy adotou a grafia e pronúncia “Ruy”, pois assim era chamado pelos lençoenses. Nas publicações posteriores seu nome aparece como Roy Funch.

gerida neste relatório como digna de proteção, até porque têm pequeno valor cênico ou inexpressíveis recursos naturais para merecer tratamento especial pelo IBDF. (FUNCH, 1982, p. 35-36).

Essas argumentações são usadas para convencer no caso de uma possível argumentação contrária à criação do parque, que usasse como justificativas o entrave ao desenvolvimento econômico da região. Até a consideração sobre estradas e caminhos é feita:

A área prioritária para a preservação sugerida neste documento é um trecho escarpado e pedregoso e apresenta poucos pontos propícios à implantação de rodovias. A BR-242, sinuosa e acidentada, foi implantada com muitas dificuldades técnicas e, à exceção da estrada que vai a Mucugê, 60 quilômetros mais ao sul, não dispõe de qualquer outro acesso. (FUNCH, 1982, p. 37).

Por último, ao tratar da “importância de proteger a área indicada”, fica claro como o projeto de Funch foi pensado sobre uma paisagem histórico-cultural. Apesar de se pretender a proteção de flora, fauna e recursos naturais de uma área de exuberante beleza cênica, tratava-se de preservar também uma “memória histórica”:

Para preservação de uma parcela do patrimônio histórico e natural da Chapada Diamantina, a Serra do Sincorá necessita urgentemente de proteção do Governo Federal, através do IBDF. Essa área guarda uma memória histórica do ciclo diamantífero em seus garimpos abandonados, nas casas de pedra dos garimpeiros, nas centenas de quilômetros abertos nas serras e nos aquedutos antigos.

Ao mesmo tempo, a área apresenta um aspecto selvagem, com suas serras quase inacessíveis, que até hoje abrigam uma enorme variedade de animais cujas espécies estão ameaçadas de extinção no Brasil. Aí encontram-se também milhares de espécies de plantas raras, incluindo-se grande variedade de orquídeas, plantas medicinais e comestíveis. (FUNCH, 1982, p. 45-46, grifo nosso).

O parque proposto por Funch, na Serra do Sincorá, correspondia à região das *Lavras Diamantinas* (municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí e Mucugê), e ele reconhecia sua importância *histórica* e ambiental. Funch entendia a região como um espaço *socioeconômico*; sua proposta buscava conciliar a preservação da natureza a uma nova atividade econômica, o turismo.

Quando a proposta de criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina foi feita, a cidade já estava mais “aberta” ao turismo, que começava a ser uma realidade. Por isso, Funch não encontrou tanta objeção ao seu projeto, como havia encontrado David Blackburn anos atrás¹³⁵. As ressalvas vinham mais frequentemente por parte dos donos das dragas de garimpo, o que teria atrasado, em parte, a criação do parque:

era para o pessoal funcionar o Parque em 1983, veio um pessoal de Brasília, do Estado, mas foi justamente na época áurea do garimpo de draga, aí os dirigentes ficaram desconfiados [...]. Não criaram o parque naquela época, demorou mais de dois anos, só em setembro de 1985 foi criado, empurrado por Brasília, nessas alturas. O pessoal de Brasília não gostou da ideia do garimpo, garimpo mecanizado. (informação verbal).¹³⁶

¹³⁵ Conta Brito (2005, p. 159, nota 25) que, quando Roy Funch apresentou a mestre Osvaldo sua ideia de criação do parque, ele lhe falou que David Blackburn também já queria ter feito aquilo. Quando Funch dá um exemplar de *Chapada Diamantina, uma reserva natural*, a mestre Osvaldo, ele escreve na dedicatória: “Vamos ver se sai em 20 anos”.

¹³⁶ Informação fornecida por Roy Funch em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 5 de setembro de 2014.

A leitura feita por técnicos do IBDF ampliou consideravelmente a área do parque, englobando, além dos municípios das *Lavras Diamantinas*, os municípios de Ibicoara e Itaetê. Segundo Funch (informação verbal)¹³⁷, a ampliação dos limites foi feita de maneira ocasional. Em um sobrevoo na região para análise da área proposta por Funch, o piloto conduziu a equipe até outras cachoeiras localizadas no município de Ibicoara e Itaetê. Os técnicos, encantados com elas, aumentaram em dois terços os limites para englobar também estas atrações.

Figura 78. Mapa da área do parque proposta por Roy Funch. Fonte: Funch, 1982, p. 29.

¹³⁷ Informação fornecida por Roy Funch em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 5 de setembro de 2014.

Figura 79. Mapa da área final do Parque Nacional da Chapada Diamantina, proposta pelo IBDF. Fonte: Léda, 1995, p. 44.

Os limites propostos por Funch se davam pelas estradas que contornavam a área nas porções oeste, norte e sul, e do rio São José a leste. Funch, ao conceber a proposta do parque, teve especial cuidado em não inserir áreas de grande valor econômico, como vimos acima, evitando que conflitos pudessem ser ocasionados, além de prever problemas futuros em relação à regularização das terras. O aumento dos limites da área originalmente proposta para o parque trouxe sérias consequências, uma vez que englobou áreas agricultáveis na região de Mucugê, Ibicoara e Itaetê.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado em 1985, pelo Decreto Federal n. 91.655, de 17 de Setembro, no governo de José Sarney (BRASIL, 1985).

É interessante notar que a proposta de Funch alinhava-se ao conceito norte-americano de parque nacional. O Yellowstone National Park, o primeiro parque nacional dos Estados Unidos, criado em 1872, tinha o duplo objetivo de proporcionar lazer à população e garantir a preservação contra interferências ou exploração de recursos naturais nessa área (SEABRA, 1998, p. 90). Funch também pensou na proteção da beleza cênica da região.

Alinhava-se também, à proposta de outros parques nacionais brasileiros, a exemplo do Parque Nacional do Itatiaia (RJ), o primeiro a ser criado, em 1937, e os parques nacionais de Iguaçu (PR) e da Serra dos Órgãos (RJ), ambos de 1939. Todos eles possuíam em seus decretos de criação a função explícita de preservação dos recursos naturais, da flora e da fauna, mas também a função de constituir-se em atrativo turístico (SEABRA, 1998, p. 91-92). A ideia de transformar o “cenário” da Chapada Diamantina em um parque nacional com o intuito de atrair visitantes, e com isso, criar uma alternativa econômica para Lençóis foi uma preocupação explícita de Roy Funch.

Segundo Scifoni (2006), os parques nacionais no Brasil foram criados atrelados à ideia de monumentalidade, ligada tanto ao conceito de excepcionalidade quanto a de condição de inalterabilidade e ausência de presença humana, segundo o modelo conservacionista norte-americano, apontado por Diegues (1996). Simone Scifoni também faz menção a uma segunda ideia de monumentalidade, oriental, na qual o monumento natural está ligado à tradição, associado aos costumes e lembranças coletivas. (SCIFONI, 2006, p. 32).

Certamente, a ideia de parque que prevaleceu no Parque Nacional da Chapada Diamantina foi a primeira delas. Não obstante, vimos como a proposta de Funch partiu de uma visão de natureza atrelada a uma ação cultural, de paisagem produzida pela ação humana.

Algumas leituras sobre a criação do Parque Nacional

Alguns autores associam a criação do Parque Nacional ao tombamento de Lençóis. Para Senilde Alcântara Guanaes (2006, p. 76), “o primeiro evento que pode ser relacionado com a criação de um parque nacional na região é, sem dúvida, o tombamento do conjunto arquitetônico da cidade de Lençóis”. Segundo a autora,

ao se transformar em patrimônio nacional a cidade passou a atrair turistas de várias partes do mundo que se interessavam por um turismo diferenciado, a maior parte

deles vindos da Europa, atraindo a atenção também do Governo do Estado e de autoridades locais. (GUANAES, 2006, p. 76).

Outra ideia recorrente é que essas ações vieram de forma verticalizada, ou seja, foram instituídas sem o diálogo prévio com a sociedade local (MACIEL, SENNA, GUANAES, 2012). Mostramos que, no caso do tombamento, e mesmo no caso da criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, isso não ocorreu, ou ocorreu apenas em termos. Tanto um quanto outro partiram de iniciativas locais, embora impulsionados por agentes externos. A oficialização desses instrumentos de proteção é que foi imposta nos moldes dos respectivos órgãos de preservação: no caso do tombamento pelo IPHAN, sem levar em conta a demanda dos valores locais, e no caso do parque, sem consultar a população residente na área proposta como unidade de conservação, e ampliando os limites inicialmente propostos.

2.3.4. O Parque Municipal da Muritiba e a proteção dos atrativos naturais não contemplados pelo tombamento

Um ano após o decreto do parque nacional, foi criado em Lençóis o Parque Municipal de Lençóis¹³⁸, também por iniciativa de Roy Funch. Na carta escrita por ele ao prefeito, sugerindo uma regulamentação de uso, Funch justifica a criação do parque diante da crescente “visitação do Serrano, Salão de Areias e Cachoeirinha, por pessoas tanto da cidade como visitantes” (FUNCH, 1986). As “autoridades de Lençóis” deveriam

tomar certas medidas agora para assegurar a integridade deste patrimônio natural do povo lençoense, [...] para evitar qualquer exploração ou outro tipo de ação predatória que poderia descaracterizar a área e prejudicar o direito do lençoense de uma área sadia e bela.

Existe também a necessidade de preservar intacto [sic] a cabeceira da fonte da Muritiba, [...] que irá assegurar a água limpa e pura que a cidade usa para beber. (FUNCH, 1986).

Nas “sugestões para os regulamentos do Parque Municipal de Lençóis”, Funch divide a área em três setores: a) área de preservação; b) área intocável, de preservação integral; e c) área de uso intensivo. A primeira corresponderia ao Serrano, Salão de Areia, Cachoeirinha e Gameleira, ou seja, as áreas mais frequentadas pela população local e pelos turistas. Nesta área, sugeria a proibição de construções, retirada de pedra e areia ou plantas, caça, garimpagem, poluição do ar e da água, bem como a entrada de veículos motorizados e de animais. A única extração permitida seria “de areias coloridas do Salão de Areia para fins artesanais em quantidades compatíveis com trabalhos manuais”. (FUNCH, 1986).

Para a área intocável, que correspondia à cabeceira da fonte da Muritiba, era proibida qualquer incursão ou presença humana e de animais. Já para a área de uso intensivo, Funch propunha a construção do Clube da cidade, de parque para as crianças, hotel, bares, porém “sujeito a normas mais rigorosas de paisagismo e arquitetura para não ferir a estética do

¹³⁸ O parque foi criado com o nome de Parque Recreativo Municipal de Lençóis, pela Lei 353/86, e posteriormente chamado de Parque Municipal da Muritiba e Monumento Natural do Serrano (SANTOS, 2006, p. 96). Iremos chamá-lo de “Parque Municipal da Muritiba (Serrano)” pois é mais conhecido por este nome em Lençóis.

local e proporcionar uma área de lazer dentro do contexto da preservação do meio ambiente” (FUNCH, 1986).

Nota-se a preocupação de Funch em conciliar as necessidades locais com a preservação ambiental e com o uso tradicional da área, permitindo, por exemplo, a retirada de areias coloridas apenas para fins artesanais ou o uso para lavagem de roupas.

A criação do parque municipal veio suprir uma necessidade de preservação colocada já na proposta de tombamento. Como vimos no capítulo 1, entre os bens destacados pelos proponentes estavam os caldeirões do Serrano e o Salão de Areias, que foram inseridos no parque municipal. (Ver Apêndice F, p. 437)

O uso turístico de parte do parque contribuiu para sua ressignificação para os moradores de Lençóis. Na década de 1970 e início de 1980, os caldeirões já eram frequentados como área de lazer, mas apenas por parte da população: a de meninos e rapazes. Com a intensificação dos turistas na área, paulatinamente ela começou a ser frequentada também por mulheres. Hoje, o Serrano é o principal local de lazer da população de Lençóis, de ambos os sexos.

2.3.5. O tombamento do Morro do Pai Inácio

O Morro do Pai Inácio está localizado no município de Palmeiras, próximo às divisas com Lençóis. No entanto, seu acesso se dá pela BR-242, estando mais próximo da sede de Lençóis que de Palmeiras.

Vimos que o Morro do Pai Inácio foi um dos locais mencionados como bens de interesse de preservação pelos proponentes do tombamento de Lençóis, em 1971. No entanto, o tombamento do morro não foi contemplado pela IPHAN.

Em 1995, o Movimento Avante Lençóis solicitou a cinco instâncias – IPHAN, CRA, Ibama, Bahiatursa e ao governador do Estado da Bahia – o tombamento do Morro do Pai Inácio e rio Mucugezinho. Em nome da “comunidade de Lençóis”, os requerentes alegavam que estes eram “espaços reconhecidamente de lazer público” e “cartão postal” de apresentação da Chapada Diamantina. Os ofícios enviados ressaltavam “a importância da preservação paisagística e ecológicas” dos locais. Alegava-se que a “preservação destas áreas” evitaria “o surgimento de Projetos de interesse individual que possam comprometer toda a sua exuberância, magia e encantos, que tanto atraem turistas nacionais e internacionais”.¹³⁹

Os ofícios enviados tinham ligeiras modificações no texto, dependendo do receptor. O ofício de n. 005/95 foi encaminhado à Vera Lúcia Coelho Villar, coordenadora regional Bahia/Sergipe da 7ª CR do IPHAN; o de número 006/95, a Durval Freire de Carvalho Filho, diretor geral do CRA; o de n.007/95 a César Monteiro Pirajá, diretor do IBAMA; o de n. 008/95 ao diretor presidente da Bahiatursa, Paulo Renato Dantas Gaudenzi, e o de n. 009/95 foi endereçado ao governador da Bahia, Paulo Souto. Todos eram datados de 9 de agosto de 1995 e

¹³⁹ MOVIMENTO AVANTE LENÇÓIS. Ofício nº 009/95 de 9 de agosto de 1995. Arquivo do IPHAN em Salvador: Série Lençóis – Patrimônio Natural, Caixa 55, Pasta Morro do Pai Inácio.

acompanhados por um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas. Isso mostra, mais uma vez, o costume dos moradores de Lençóis de recorrerem a diversas instâncias, com um mesmo pedido, no sentido de conseguirem alcançar seus objetivos.¹⁴⁰

A necessidade do tombamento surgiu após a Fazenda Aghapy, onde está situado o Morro do Pai Inácio, ter sido comprada por Washington Setenta Júnior. O proprietário construiu um muro na base do morro, proibindo o livre acesso que acontecia até então, e passou a cobrar uma taxa de visitação (Figura 2.45).

Figura 80. Ingresso cobrado para acesso ao Morro do Pai Inácio. Fonte: MOVIMENTO AVANTE LENÇÓIS, 1995a.

Segundo o jornal *A Tarde*, o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus estava comprando diversas propriedades que compunham a APA Marimbus-Iraquara e que não estavam contempladas pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina. O fato preocupava os moradores da região, que não entendiam como esses locais, com importante valor simbólico, poderiam ser vendidos:

Moradores e frequentadores da região, como Maria Lúcia de Souza, que faz as denúncias, estão indignados com a venda e o destino que esses lugares possam vir a ter. Para os habitantes de cidades como Lençóis, Palmeiras, Iraquara e outros municípios, vender o morro, o rio ou a gruta é algo que soa como negociar o Pão de Açúcar, entre os cariocas, a Lagoa do Abaeté, entre os soteropolitanos, ou mesmo a Estátua da Liberdade entre os Novaiorquinos. (ÁREAS..., 1997).

O Morro do Pai Inácio teria sido vendido a Washington Setenta Júnior por um garimpeiro, por R\$ 50 mil; e o empresário teria comprado também uma área às margens do rio Mucugezinho e a Gruta da Torrinha, anunciando que iria adquirir também o Morro do Camelo (ÁREAS..., 1997).

140 Todos os ofícios referidos estão localizados no Arquivo do IPHAN em Salvador: Série Lençóis – Patrimônio Natural, Caixa 55, Pasta Morro do Pai Inácio.

No ano de 1997, quando estava em discussão o Plano de Manejo da APA Marimbus-Iraquara, da qual o Morro do Pai Inácio faz parte, a comunidade solicitou que os topos de morro – deste e do Morro do Camelo – fossem classificados como Área de Proteção Ambiental Rigorosa:

A medida de preservação é apenas um dos itens incorporados ao Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marimbus-Iraquara, a partir de sugestões da comunidade apresentadas durante reunião técnica promovida pela Secretaria da Cultura e Turismo na região. (PAI INÁCIO..., 1997, p. 6).

A responsabilidade de proteção dessas áreas, segundo a população, era do IPHAN: “A participação do Iphan na administração da APA em função da necessidade de preservação de monumentos históricos, arquitetônicos e arqueológicos [...], foi outro ponto acrescentado ao Plano de Manejo elaborado pela SCT” (PAI INÁCIO..., 1997, p. 6).

Em setembro desse ano, a luta pela transformação do Pai Inácio em uma reserva ambiental foi simbolicamente iniciada, com um abraço coletivo ao morro. No ato, compareceram componentes de vários grupos culturais das cidades de Lençóis e Palmeiras: “Grupos de Reizado, filarmônicas, grupos de teatro, bandas de música pop e até uma apresentação exclusiva do Jarê de Lençóis” (ANDRADE, 1997).

Figura 81. Matéria no jornal A Tarde sobre abraço no Morro do Pai Inácio, ato simbólico requerendo sua preservação. Fonte: Andrade, 1997.

Figura 82. Mobilização da população em prol do tombamento do Morro do Pai Inácio. Autor: Calil Neto, 1997. Foto gentilmente cedida pelo autor.

Figura 83. Grupo de Reizado na mobilização em prol do tombamento do Morro do Pai Inácio. Autor: Calil Neto, 1997. Foto gentilmente cedida pelo autor.

Figura 84. Grupo de Reizado na mobilização em prol do tombamento do Morro do Pai Inácio. Autor: Calil Neto, 1997. Foto gentilmente cedida pelo autor.

Essas ações revoltaram a população local e, em 3 de janeiro de 1998, o Movimento Avante Lençóis enviou novo ofício ao IPHAN solicitando “informações concretas sobre o processo de tombamento do Morro do Pai Inácio”, no qual ressaltavam “a urgência total, devido aos absurdos” que o proprietário estava cometendo no local, entre os quais “cortando árvores” e utilizando “para fim econômico/religioso”¹⁴¹.

No mesmo mês, a Associação Barbado de ONGs da Chapada Diamantina também enviou um fac-símile denunciando que “o monumento natural símbolo da Chapada Diamantina” estava sendo “alvo de depredações comandadas por empresários do turismo”, a saber:

alargamento da trilha de servidão pública que dá acesso ao topo do morro, com desmatamento de vegetação rupestre nativa; a construção de um portal de pedra e cimento na estrada de acesso; a abertura de uma outra estrada entre o Pai Inácio e a Chapadinha; construção de bar, estacionamento e escada de acesso à referida cachoeira; e a cobrança de taxas aos turistas que desejam visitar o morro.¹⁴²

Figura 85. Matéria no *Jornal da Tarde* denunciando a “privatização” do Morro do Pai Inácio. Fonte: Protesto..., 1998, p. 16A.

Outras denúncias haviam sido encaminhadas, dias antes, ao escritório técnico do IPHAN em Lençóis e ao escritório regional do Centro de Recursos Ambientais (CRA), cujas técnicas, juntas, realizaram inspeção e encaminharam ofícios aos seus respectivos superiores.

Nélia Paixão, arquiteta do escritório técnico do IPHAN, alegava que o Morro do Pai Inácio estava já em processo de tombamento, desde 1995, requerido pelo Movimento Avante Lençóis, e justificava a importância de proteção pelo fato de o morro ser um “‘morro testemunho’ da antiga disposição das camadas geológicas”. Solicitava “as providências necessárias para impugnar ação tão desmedida contra este **monumento natural, ecológico, paisagístico e geomorfológico da Chapada Diamantina**”.¹⁴³

¹⁴¹ Fac-símile enviado pelo Movimento Avante Lençóis a Eduardo Simas, coordenador do IPHAN. Arquivo do IPHAN em Salvador: Série Lençóis – Patrimônio Natural, Caixa 55, Pasta Morro do Pai Inácio.

¹⁴² Fac-símile enviado pela Associação Barbados de ONGs da Chapada Diamantina, a Eduardo Simas, coordenador do IPHAN. Arquivo do IPHAN em Salvador: Série Lençóis – Patrimônio Natural, Caixa 55, Pasta Morro do Pai Inácio.

¹⁴³ IPHAN. 7ª Coordenação Regional. Escritório Regional Lençóis/Mucugê. Ofício nº 02/98, de 26 de janeiro de 1998. Arquivo do IPHAN em Salvador: Série Lençóis – Patrimônio Natural, Caixa 55, Pasta Morro do Pai Inácio. Negritos originais.

O coordenador da 7ª CR, Eduardo Simas, repassou a solicitação, junto com os dois fac-símiles recebidos, ao diretor do Departamento de Proteção do IPHAN (DEPROT), Sabino Barroso, que o encaminhou ao responsável pela Área de Patrimônio Natural e Arqueológico, arquiteto Carlos Fernando de Moura Delfim.¹⁴⁴

O memorando com as orientações de Carlos Delfim declarava que a Área de Patrimônio Natural e Arqueológico era favorável ao tombamento “daquele monumento natural, paisagem de indiscutível valor estético e significado simbólico”, e que esperava apenas os trâmites burocráticos serem concluídos para encaminhamento ao Conselho Consultivo do IPHAN, encarregado pelo tombamento. Delfim argumentava que o Morro do Pai Inácio, independentemente do tombamento do IPHAN, apresentava “elevada importância do ponto de vista biológica” e que, portanto, estava sob a responsabilidade legal do IBAMA, e de outras legislações:

Paisagens e bens que apresentem excepcional valor estético, biológico, simbólico, histórico e outros, passam a ter sua função social reconhecida acima do direito de propriedade que passa então a se submeter às restrições que a preservação daqueles valores exige, como é reconhecido por diversos dispositivos Constitucionais e pela Legislação vigente.¹⁴⁵

Por último, Carlos Delfim sugeria que os autores das denúncias ingressassem com Ação Civil Pública, junto ao Ministério Público e IPHAN.

Em 8 de fevereiro de 1998, a população se organizou, sob a coordenação de Rosa Abadia Resende, dona de uma agência de turismo em Lençóis, e de Roy Funch, e promoveu uma manifestação contra a privatização do Morro do Pai Inácio e a favor do tombamento. Além da proibição de entrada no morro e cobrança de ingressos, o proprietário Washington Setenta teria dito que pretendia construir um templo no morro. O ingresso de entrada já definia a área como “morro de oração” (ver Figura 80, p. 199).

O jornal *O Avante* colocava que a cobrança de entrada e proibição de acesso era uma coibição aos espaços da história, e convocava a população a lutar pelo morro:

Daqui a pouco o povo de Lençóis não vai mais andar em locais que fizeram parte de sua história. É o que está acontecendo com o Morro do Pai Inácio. Um local que era visitado há décadas por gente do mundo todo, se tornou o cartão postal da Chapada Diamantina, hoje tem um “DONO” que quer fechar a entrada do morro e está danificando sua paisagem. Nós, que nascemos e vivemos aqui não podemos permitir que isso continue acontecendo. (FIQUE SABENDO, 1998, p. 4).

Em 1999, o CRA demoliu todas as construções existentes no Morro do Pai Inácio com base no artigo 2º, alíneas “d” e “e” do Código Florestal, que considera Área de Preservação Permanente as encostas e topos de morros, montes, montanhas e serras, alegando ainda que, por estar inserido em uma Área de Proteção Ambiental (APA Marimbus-Iraquara), nenhuma construção poderia ter sido feita sem o licenciamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente

144 IPHAN. 7ª Coordenação Regional. Ofício nº 058/98 de 27 de janeiro de 1998. Arquivo do IPHAN em Salvador: Série Lençóis – Patrimônio Natural, Caixa 55, Pasta Morro do Pai Inácio.

145 IPHAN. Departamento de Proteção. Memorando DEPROT/IPHAN/RJ nº 062/98 de 9 de fevereiro de 1998. Arquivo do IPHAN em Salvador: Série Lençóis – Patrimônio Natural, Caixa 55, Pasta Morro do Pai Inácio.

(CEPRAM) (CRA DEMOLIU..., 1999).

O Morro do Pai Inácio foi tombado pelo IPHAN apenas no ano 2000 (IPHAN, 2013). Hoje, ele é o símbolo máximo da Chapada Diamantina, sendo sua imagem, ou a vista que se tem estando em seu topo, amplamente usadas como logotipo para simbolizar a Chapada Diamantina.

2.4. Os conflitos entre o garimpo mecanizado, o garimpo de serra e as novas áreas de preservação natural

No ano de 1975, a secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia começou a desenvolver um projeto de sondagem na Chapada Diamantina, mais especificamente nas regiões de Rio de Contas, Andaraí e Lençóis, com vista a detectar a incidência de ouro e diamante na região. O projeto era noticiado pelo caderno “Nordeste 75”, do Jornal do Brasil, como causador de grande expectativa na população:

Acompanhando o barulho dos motores das sondas e dragas, a população da Chapada, que não usufrui os benefícios da agricultura moderna como a de Irecê, já esquecida das antigas batéias de mineração, embalam o sonho de voltar aos tempos em que o objetivo era viver, e não apenas lutar pela sobrevivência. (CORRIDA..., 1975, p. 30).

O jornal havia publicado, nesse mesmo ano, reportagem sobre pesquisa que estava sendo feita por equipe de sociólogas da UFBA, sobre as condições de trabalho em dois garimpos: no decadente, de Lençóis, e do recém-aberto de esmeraldas, em Carnaíba. Pela matéria, é possível ter um quadro da população garimpeira da época em Lençóis: velhos (50 a 70 anos), “que se limitam a revolver o que já foi revolvido e esgotado no passado. [...] Ali o garimpeiro fica longe da cidade, e o acesso à área é perigoso, tem-se que atravessar locais pedregosos, serra” (EQUIPE..., 1975).

Na reportagem, cita-se empresa explorando a região visando instalar o garimpo mecanizado:

A Eprom (Extração de Produtos Minerais) está testando no município um know-how inédito nesse tipo de extração de minérios, que é garimpo parcialmente industrializado. O cascalho que vem dos rios Utinga, Santo Antônio, Paraguaçu e outros pequenos córregos diamantinos como o Piabas e o Rio Preto converge para a bacia do Paraguaçu, onde está localizada a Eprom. Lá, a indústria de mineração desmonta o barranco até chegar ao cascalho, depois retira parte do entulho com uma bomba hidráulica. (EQUIPE..., 1975).

Nota-se, também, a nova relação de trabalho do garimpeiro no garimpo industrializado:

Com a introdução da tecnologia na região da Chapada, o garimpeiro autônomo se transformou num simples operário que ganha Cr\$ 20,00 diário, “e com todas as garantias trabalhistas”, acrescenta orgulhoso João Socorro. A mentalidade do garim-

peiro assalariado difere da do garimpeiro tradicional. Para Carlos Monteiro – seu pai foi um dos garimpeiros fundadores de Xique-Xique – “a ganância do garimpeiro assalariado se limita à posse de uma casa onde ele possa abrigar a família e criar raízes”. (EQUIPE..., 1975).

Essa diferença de “mentalidade” insinua sutilmente uma diferença *cultural* que viria à tona quando ambas as atividades foram ameaçadas, uma década depois.

Em maio de 1976, o *Diário de Notícias* publicava que pesquisas indicavam a presença de uma grande reserva, o que era recebido com euforia nas cidades:

Imagens do satélite americano Herts revelaram a possibilidade da existência de uma enorme reserva de minerais preciosos, particularmente diamantes, numa área de 150 quilômetros quadrados, na chapada de Diamantina, Bahia, entre os municípios de Lençóis e Andaraí.

[...] no interior da Bahia [...] o conhecimento das indicações do Herts chegou por via indireta, provocando uma certa euforia entre as populações de Lençóis e Andaraí. (BAHIA VIBRA..., 1976, p. 6).

Em novembro do mesmo ano, o *Jornal do Brasil* anunciava a exploração:

Empresa mista vai explorar diamantes no interior baiano

Salvador – Com uma associação entre a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), empresa de economia mista ligada à Secretaria de Minas e Energia e a Mineração Tijucana S/A, empresa mineira, foi criada no Palácio de Ondina, com a participação do governador Roberto Santos, a Paradisa – Diamantes do Paraguaçu S/A, que implantará a lavra mecanizada de diamantes na região do Alto Paraguaçu, nos municípios de Lençóis e Andaraí, Chapada Diamantina. (EMPRESA..., 1976, p. 25).

Segundo Brito (2005, p. 134), a Companhia Tijucana instalou-se na cidade no início da década de 1980, “sendo responsável, pela vinda à região de um significativo contingente de donos de máquinas e garimpeiros provenientes de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e de outros estados”.

Embora tenha reacendido a economia e o imaginário dos habitantes da região, pois se tornou um grande gerador de empregos, movimentação bancária, vendas no comércio, etc., o garimpo mecanizado trouxe vários problemas, sobretudo sociais e ambientais.

Ambientais, sentidos principalmente pela população das cidades às margens do rio Paraguaçu, envolvendo, portanto, vários municípios da Chapada Diamantina. E sociais, na medida em que, com a proibição das atividades na década de 1990, a única atividade que ainda gerava recursos para o município foi interrompida, sem que fosse oferecida alguma alternativa econômica aos inúmeros desempregados.

No final da década de 1980, a pressão popular começava a ser sentida principalmente por meio da participação em eventos, como o seminário realizado pela Empresa Baiana de Saneamento (Embasa) em Ibicoara, em 1989.

A comunidade da Chapada Diamantina está se mobilizando para garantir o cumprimento do decreto governamental 2.876/89, assinado pelo deputado José Armando,

quando assumiu o governo do estado, em outubro desse ano, proibindo a instalação de dragas para exploração de minérios no leitos e margens do rio Paraguaçu e seus afluentes. (CHAPADA..., 1989).

Os principais problemas referiam-se à poluição das águas do rio Paraguaçu, que afetava, sobretudo, as cidades a jusante do rio. Com isso, os grupos ambientalistas, a exemplo do Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA), começaram a reivindicar o fechamento dos garimpos de draga.

Em 1992 foi feita a primeira ação de fechamento dos garimpos mecanizados em Lençóis pelo Ministério Público. Além da pressão de ambientalistas, a questão da exploração irregular e do contrabando também incidiam sobre a proibição da atividade:

Não constitui novidade para quem vive na região de Lençóis, Mucugê e Andaraí a prática do contrabando de diamantes, com a sonegação prejudicando seriamente o erário público. A este crime fiscal junta-se o praticado contra o meio ambiente, com as dragas acionadas pelos garimpos predatórios e ilegais escavando o leito de rios e riachos, desviando seu curso e deixando em seu rastro montes de areia e cascalho. [...]

Em socorro do Ibama, que está fechando os garimpos ilegais, devem ir a fiscalização fazendária, para impedir a continuidade do contrabando de pedras, e os outros órgãos ligados à proteção ambiental, que não podem assistir impassíveis à destruição da natureza, aos desvios de cursos d'água e ao comprometimento de mananciais que abastecem diversas cidades do estado. (A CRIMINOSA..., 1992).

Em 1996, por meio de uma ação conjunta entre o Ibama, o CRA, o Ministério de Minas e Energia, o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Polícia Federal, os últimos garimpos foram fechados na região de modo drástico, com a remoção das dragas pelos garimpeiros, sob as armas da polícia. Cento e três dragas foram fechadas (BRITO, 2005, p. 137). No entanto, o garimpo manual ainda existia nas serras e também era visto, por diversos ambientalistas, como ameaça:

Se em data recente, em março de 1996, [...] conseguiram fechar, ao que se presume, de modo definitivo, os garimpos mecanizados, os manuais continuam a existir em função da própria tradição local, tanto quanto da extrema pobreza de seus habitantes, que insistem em alimentar, por falta de outras opções, a crença no milagre do achado da pedra que um dia poderá torna-los milionários. (EM DEFESA..., 1997).

Entendia-se que se tratava de um processo cultural e de subsistência, até mesmo sobrevivência, mas aos poucos, o imaginário sobre o garimpeiro ia sendo alterado até que sua imagem se transformasse na de criminoso.

A garimpagem em área do parque municipal, criado em 1986, como vimos, também foi alvo da ação da promotoria pública, conforme mostram notas publicadas no Jornal do Brasil:

Inquérito ambiental

Para apurar danos ambientais causados ao Parque Municipal de Muritiba pelos garimpeiros do Serrano, o Promotor Público Carlos Frederico Brito dos Santos, na Comarca de Lençóis na Chapada Diamantina, a 409 quilômetros de Salvador, instaurou inquérito e solicitou uma perícia no local. É a primeira vez que se adota uma

medida judicial em defesa da Chapada Diamantina, hoje alvo de uma grande campanha de preservação. (INQUÉRITO AMBIENTAL, 1988, p. 10).

Senilde Alcântara Guanaes (2001, p. 112-114) relata que, após o fechamento do garimpo mecanizado em Lençóis, os garimpeiros, donos de draga, organizaram-se em torno de uma associação e se apropriaram do discurso dos garimpeiros de serra, mesmo aqueles tendo sido, tradicionalmente, contra os últimos, uma vez que apresentavam resistência ao trabalho no garimpo mecanizado. A população, no geral, apesar de ter ficado ressentida com o fechamento das dragas – que trazia certa movimentação econômica à cidade – sabia que a atividade tinha os dias contados, uma vez que confrontava diretamente com a atividade turística que aos poucos ia se enraizando na cidade.

A proibição do garimpo mecanizado foi, portanto, vista com bons olhos, seja pelos ambientalistas, seja pela população de Lençóis. No entanto, um conflito maior se instalou quando a atividade de garimpo de serra também foi proibida. E, para a defesa dessa atividade, o aspecto cultural foi amplamente ressaltado.

Em 1998, outra operação conjunta dos órgãos ambientais e Polícia Federal foi feita e, encontrando evidências de atividades de garimpo manual na região do Parque Nacional, proibiu definitivamente também este tipo de extração. Os garimpeiros de serra, organizados por meio da Sociedade União dos Mineiros (SUM), antevendo este fato, haviam iniciado uma discussão visando assegurar seu lugar na serra e na cultura de Lençóis.

Uma série de seminários e encontros foi feita, organizada pelos garimpeiros de serra, nos quais participaram, além da SUM, técnicos do Ibama, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (CAR), IPHAN e Secretaria do Trabalho (STR), “para discutir os impactos da mineração em pequena escala e para informar à população os reais riscos e benefícios do garimpo praticado na serra” (GUANAES, 2001, p. 114).

Nessas reuniões, ficava clara a preocupação, por parte dos garimpeiros, de garantir sua subsistência por meio da garimpagem na serra, mas também estava colocado o impacto que sua total extinção traria para a cultura de Lençóis. Os garimpeiros entendiam que, devido ao número reduzido que eram, a atividade duraria apenas mais alguns anos. Dificilmente os filhos dos garimpeiros trabalhariam no garimpo; além de serem atraídos pelos empregos do setor turístico, preferiam o trabalho na cidade ou até migrar para outros locais em busca de melhores oportunidades.

Os garimpeiros buscavam um diálogo pleno com os órgãos ambientais. Entendiam que a atividade trazia, em parte, certa destruição da natureza, mas estavam dispostos a se adequarem, controlando queimadas, extinguindo a caça e fazendo um garimpo mais sustentável.

Através da SUM, os garimpeiros de serra já se reuniram inúmeras vezes sendo que, em uma delas foi promovido um seminário sobre: “Os impactos na cultura e na economia das Lavras Diamantinas com o impedimento do Garimpo de Serra”. Este seminário contou com a presença de mais de 100 cidadãos da comunidade de Lençóis, representante da Prefeitura, do IBAMA, da CAR, do IPHAN, STR e das Associações locais. Neste seminário os garimpeiros demonstraram, através da formulação de

propostas [...], que estão conscientes da necessidade atual de conservação do meio ambiente e certos de que é possível relacionar a atividade do garimpo manual com a preservação do meio ambiente. (SUM, 1998).

Vários técnicos e especialistas envolvidos na questão buscavam defender a atividade dentro da área do parque de modo sustentável, uma vez que viam a iminência de sua extinção, acreditavam que um controle poderia fazê-la sustentável e ainda tinham a preocupação social, ou seja, sabiam que dificilmente esse contingente de homens idosos seria absorvido pelo mercado de trabalho da construção ou do turismo. O próprio idealizador do parque nacional, Roy Funch, enfatizava a importância histórica e cultural do garimpeiro na confecção da paisagem da Serra do Sincorá:

[...] as serras mostram uma malha de caminhos abertos pelos garimpeiros, cortando-as e seguindo os vales fundos. Por esses caminhos e trilhas abertos pela mão do homem pode-se atingir qualquer ponto da Chapada – de Lençóis a Andaraí, de Andaraí até Guiné, de Afrânio Peixoto a Caeté-Açú. Alguns desses caminhos são pavimentados com lajes e estão quase perfeitamente preservados, mesmo após centenas de anos de uso sem qualquer serviço de conservação. (FUNCH, 1982, p. 38).

Para Funch, era fundamental que os garimpeiros fossem incorporados no quadro de pessoal do Ibama e assumissem a função de fiscais do parque. Eles possuem um conhecimento das serras, dos caminhos, da flora e da fauna, que dificilmente outros agentes poderiam ter, mesmo após formação:

se alguém fosse trabalhar com o Ibama no Parque para mim teria que ser o garimpeiro tradicional, o garimpeiro de serra, o velho, o caçador, ou até as pessoas do roçado, as pessoas diretamente envolvidas [...].quando falo de emprego no Parque estou falando de emprego para as pessoas que realmente conheçam e vivem na serra. (GUANAES, 2001, p. 166).¹⁴⁶

Na entrevista concedida a Senilde Alcântara Guanaes, Funch explica que a gestão que o Ibama vinha fazendo do parque era conflituosa, uma vez que este

dobrou a área do Parque sem gastar um tostão e sem empregar uma sequer pessoa da região e assim não se faz, assim o Parque não rola nunca, se não indenizar as pessoas e se não incorporar esse povo da região nos quadros do Ibama nada feito em termos de Parque, isso vai criar resistência. (GUANAES, 2001, p. 166).¹⁴⁷

O economista e geógrafo Carlos de Almeida Toledo¹⁴⁸, que na época desenvolvia pesquisa em Lençóis, em entrevista ao jornal *O Avante* defendia o mesmo ponto de vista:

Não se pode chegar em um lugar e impor uma nova forma de organização, tem que lidar com a organização social existente. Se ela degrada deve agir na transformação, e não violentando-a. [...] Vejo que não estamos dentro de uma paisagem intocada,

¹⁴⁶ Entrevista de Roy Funch concedida a Senilde Alcântara Guanaes em 1999.

¹⁴⁷ Entrevista de Roy Funch concedida a Senilde Alcântara Guanaes em 1999.

¹⁴⁸ Carlos de Almeida Toledo, conforme já mencionado, desenvolveu mestrado e doutorado no Departamento de Geografia da FFLCH – USP, que resultaram respectivamente nos trabalhos *A mobilidade do trabalho nas Lavras Baianas*, de 2001, e *A região das Lavras Baianas*, de 2008. O primeiro estuda a mobilização do trabalho na região das Lavras e, com a crise, a desmobilização, mostrando como o processo criou uma relação de trabalho específica, o fornecimento, que se tornou a forma dominante. Na tese, Toledo debruça-se na formação da região, e na permanência do sentido do processo colonial como organizador das relações de produção regional. (TOLEDO, 2001, 2008).

mas modificada pelo garimpo e o Parque Nacional tem que levar isso em conta. (GARIMPEIROS SÃO..., 2003).

Há também os que entendem a atividade como sendo pouco agressiva, e até “ecológica”. Rino Marconi¹⁴⁹, fotógrafo italiano que chegou na Chapada Diamantina por volta dos anos 1970, afirmava em depoimento que o garimpo não enriquecia ninguém e que o “garimpeiro não destruiu nem destrói a natureza ao seu redor. ‘A Chapada é uma das regiões brasileiras mais bem conservadas, ecologicamente, pelos seus habitantes’” (GARIMPEIRO..., 1975).

A defesa de Marconi em parte faz sentido, pois as construções dos garimpeiros, sejam as casas, os regos, os aquedutos, foram construídos unicamente com materiais locais, predominantemente pedra e barro, e muitas vezes, as pedras eram refugos do material do garimpo. E, como as cidades passaram por uma estagnação econômica relevante, acabaram não vivenciando o “progresso” nos termos do desenvolvimentismo. Assim, foram conservadas.

No tocante à natureza, entretanto, com os primeiros sinais de decadência do garimpo, nas décadas de 1920 e 1930, houve uma atividade madeireira de grande vulto, que derubou praticamente todas as florestas localizadas nos vales. Essa atividade foi primorosamente relatada por Herberto Sales em seu romance *Além dos Marimbus*, ambientado na região de Andaraí, Mucugê e Lençóis.

“O garimpo é uma cultura que corre na veia do lençoense”: a reafirmação constante da cultura local

Voltando a falar dos conflitos envolvendo garimpeiros, turismo e preservação da natureza, é interessante notar que a ideia de extinção da atividade estava associada à perda da memória cultural. Mais que uma defesa de sua subsistência, o garimpeiro e a população no geral estavam preocupados com a defesa de sua cultura.

Isso está claramente colocado quando os garimpeiros de serra se afirmam como “tradicionais” e declaram sua importância sociocultural:

A cultura garimpeira ainda está muito viva no sangue de homens idosos e fortes que sobem a serra e trabalham naquilo que mais sabem e gostam de fazer. GARIMPAR. Neste documento, procuramos apresentar a questão garimpo sob a ótica da sua importância sócio-cultural, por isso defendendo exclusivamente uma saída e negociação para os GARIMPOS DE SERRA, neste município. (SUM, 1998, maiúsculas originais).

Na *Carta de Intenções*, os garimpeiros de serra listaram 13 itens que se propunham a cumprir. A maioria versava sobre o controle do trabalho para evitar danos ao ambiente, e à “regulamentação” dos garimpos e garimpeiros pela própria SUM, fiscalizados pelos órgãos ambientais. Mas também inseriram dois itens – 9 e 10 – que se relacionavam à continuidade da memória do garimpo:

1. Todo garimpeiro deve estar associado a [sic] Sociedade União dos Mineiros.

¹⁴⁹ Rino Marconi, italiano, chegou à região da Chapada Diamantina na década de 1970 e fez diversas fotos, que hoje estão disponíveis no Museu da Imagem e do Som, e que são riquíssimos documentos da época.

2. Só terão autorização para funcionamento os garimpos com mais de cinco anos de funcionamento e cadastrados pela SUM e órgãos competentes.
3. Cada área de garimpo estará encerrada caso não haja descendentes (filhos ou netos) dispostos a continuar o trabalho nos moldes aqui estabelecidos.
4. Cada garimpeiro tem direito a trabalhar apenas uma área, que será definida em conjunto com os órgãos competentes. Caso necessite mudar de área, deve solicitar a SUM para que esta solicite autorização a quem compete.
5. Não poderão ser abertas novas áreas de garimpagem.
6. Só será permitido o uso de ferramentas manuais tradicionais e rudimentares como: enxadas, picaretas, peneiras ou grades, pás, alavanca, calumbé, cunha, marreta, marrão, conjunto grelha e bica, garfo, faracho, ralo, cano (para passagem de nível).
7. Só poderão funcionar os garimpos que forem considerados sustentáveis ecologicamente.
8. Compensação ambiental: garimpeiros terão a responsabilidade de fiscalização da área do Parque Nacional, evitando queimadas, caça e a implantação de garimpos clandestinos, entre outras ações depredatórias.
9. Garimpo como museu vivo: preservação da identidade cultural de Lençóis.
10. Garimpeiro como contador das histórias antigas do garimpo para os mais jovens: manutenção da história.
11. Realizar um estudo, em conjunto com os órgãos competentes, dos impactos ambientais do garimpo para chegar a propostas concretas e viáveis de recuperação do que foi danificado e de diminuição dos prejuízos à natureza, com base na tabela anexa.
12. Após o estudo proposto serão estabelecidos critérios, pelos órgãos competentes e pela SUM, para o funcionamento do garimpo de serra, para área do Parque Nacional e da APA.
13. Os garimpos serão monitorados periodicamente pelos órgãos competentes e SUM, sendo que os garimpos que estiverem descumprindo o acordado serão fechados. (SUM, 1998).

Nessa Carta, os garimpeiros se reconhecem como poucos – cerca de 70 – e, visto que todos eles eram idosos, a atividade iria se extinguir em breve, com previsão de cinco anos.

Membros do jornal *O Avante* contribuíram para escrever a *Carta de Intenções* e saíram em defesa dos garimpeiros de serra. No editorial do n. 24 do jornal, nota-se a indignação mediante o que consideram uma injustiça que provocava um grave problema social:

É decente fazer a injustiça pela lei proibindo o trabalhador de exercer o seu ofício e conseqüentemente mandando-o para a indigência? [...] Ou se pode ficar quieto quando alguém proíbe de um dia para o outro o ofício (de centenas) de pessoas? [...] E toda essa miséria é ainda multiplicada pelo número de familiares que dependem do impedido trabalhador. Todo mundo empurrado pra dentro da marginalidade **pela lei...** (EDITORIAL, 1998, p. 2, negrito original).

Colocavam-se contra o garimpo de draga, a criminalização dos garimpeiros de serra e, como solução ao problema, sugeriam a continuidade – regulamentada – da atividade, até sua extinção, que seria natural devido à idade dos trabalhadores. Podemos deduzir que, mais que uma posição da associação Avante, essas ideias eram compartilhadas pela população, pois se referem ao “raciocínio comum”:

Fazer o que?

Primeiro: diferenciar, e segundo: reconhecer os sinais do tempo.

Diferenciar no sentido de usar o raciocínio comum e dizer nitidamente: Garimpo de dragas? ***Nunca mais***, ponto final!

Garimpo de serras? Aí depende.

Por exemplo, para esses últimos velhos garimpeiros da região e desde muito tempo devidamente registrados na *Sociedade União dos Mineiros (SUM)* seria eticamente correto emitir uma *Carteira de Licença* do *Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM)* para que possam continuar como sempre. E nomeadamente com os garimpos de gruna e nos leitos de determinados rios, atividade que segundo o biólogo *Roy Funch* não são destrutivas. [...]

Reconhecer os sinais do tempo porque é uma mera questão biológica até o último dos mencionados velhos garimpeiros vai haver cessado suas atividades para sempre. (EDITORIAL, 1998, p. 2, negrito e itálicos originais).

Destacavam a importância do garimpeiro na formação histórica e cultural da região:

Ontem ainda orgulhosos representantes de uma raiz cultural e histórica da região e hoje ou tendo fome ou sendo delinquente (por continuar com seu ofício). (EDITORIAL, 1998, p. 2).

A compatibilização da atividade do garimpeiro com o turismo era defendida por meio de duas formas: uma, tornando os garimpos também locais de visitação turística, e outra, absorvendo o contingente de jovens garimpeiros, filhos dos antigos garimpeiros de serra, como trabalhadores do parque nacional:

Esses garimpos poderiam se tornar até atrações eco-turísticas com todos os possíveis benefícios culturais e econômicos.

[...] Ora, quem sabe mais da *Chapada* do que (muitos) dos garimpeiros?

É um sonho, um sonho lindo: os filhos e netos dos velhos garimpeiros da região como *guardas florestais* do *Parque Nacional*. Remunerados, respeitados e satisfeitos com o seu trabalho de protetor do meio ambiente e orgulhosos também da herança cultural e histórica da tradição garimpeira das suas famílias. (EDITORIAL, 1998, p. 2, itálicos originais).

Quando, cinco anos mais tarde, nova investida aos garimpeiros de serra é feita pelo Ibama, *O Avante* dedica boa parte de uma edição a defendê-los, com reiteração das mesmas ideias anunciadas em 1998 na *Carta de Intenções*. Esclarecem que a Carta havia sido desenvolvida após diálogo com os órgãos ambientais – um seminário da SUM com Ibama, CRA e outros órgãos – “com propostas de uma parceria entre os garimpeiros de serra e este órgão no sentido de preservar o Parque Nacional”, mas que a SUM nunca havia recebido resposta (informação pessoal)¹⁵⁰. A capa desta edição trazia uma foto da fachada da SUM, uma de três velhos garimpeiros diante do brasão da entidade e a manchete “Garimpeiros de Serra sofrem com ações do IBAMA” (2003, p. 4). (Figura 86, p. 212)

O título da reportagem principal era “Garimpeiros são discriminados em sua terra” e ela trazia um forte apelo ao reconhecimento do garimpeiro como responsável pela cultura e,

¹⁵⁰ A carta enviada ao Ibama foi engavetada; anos mais tarde, a pedido de Marjorie Nolasco feito a um conhecido, essa questão foi retomada. No entanto, até hoje a SUM não obteve resposta. Comunicação pessoal fornecida por Marjorie Nolasco em Lençóis, dezembro de 2014.

o Avante

O Avante, jornal da comunidade de Lençóis ✧ Agosto/Setembro 2003 ✧ Ano VII ✧ Nº 43

Garimpeiros de Serra sofrem com ações do **IBAMA**

*Os garimpeiros Sr. Anísio, Sr. Cícero e
Sr. Valdir na sede da Sociedade
União dos Mineiros fundada em 1927*

LEIA AINDA NESTA EDIÇÃO

- Saneamento com problemas pag 2
- Abaíra municipaliza água pag 3
- Conselho aprova projetos pag 8
- Sr. Cícero é Nossa Gente pag 8

PROGRAMAÇÃO

- Quinta-feira - 28/08** - 19:00hs Filarmônica
Lyra Popular de Lençóis e Xangai
- Sexta-feira - 29/08** - 19:00hs Peça Mãe Água (Grãos e
Grão), Banda Zion, Rumbaiana e Adriana Calcanhoto
- Sábado 30/08** - 19:00hs Grupo de percussão das
crianças do Grãos, Dane Nascimento, Alceu Valença e Margareth Menezes
- Domingo - 31/08** - 19:00hs Spectrum, Vozes e Acordes, Leo Gadman

Figura 86. Capa da edição do jornal *O Avante*, que trazia publicada a *Carta de Intenções* da SUM. Fonte: *O Avante*, Ago/set. 2003, ano VII, n. 43.

consequentemente, por Lençóis ser patrimônio nacional e ter um parque:

A cidade de Lençóis nasceu, na metade do século XIX, da atividade do garimpo de Diamante, daí o nome Chapada Diamantina, para esta região. O garimpo, é uma cultura que corre nas veias do lençoense, a história e as histórias, a possibilidade de enriquecimento, a serra, as trilhas, o casario tudo em Lençóis tem relação com esta atividade econômica que teve seus momentos de glória e decadência.

A exuberância do estilo de suas casas, da época do garimpo rendeu a Lençóis o título de Patrimônio Histórico Nacional. Também é mérito do garimpo a preservação desta fantástica natureza que, se tivesse sido explorada pela agropecuária, por exemplo, não mais existiria e que possibilitou a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em 1985.

Entretanto, por ironia do destino, estes benefícios acabaram se voltando contra a cultura do garimpo e o garimpeiro de herói passa a ser marginalizado em sua terra. (GARIMPEIROS DA SERRA..., 2003, p. 4).

A importância cultural é reiterada em outro documento, *Em defesa do diálogo democrático para a gestão do Parque Nacional da Chapada Diamantina*, escrito em 2005, com o objetivo de “manifestar-se contra a criminalização dos garimpeiros tradicionais da Serra do Sincorá por parte do IBAMA” (SUM, 2005). Nele, os garimpeiros de serra levantam a necessidade de se fazer uma revisão do termo, dando-lhe a devida importância:

O uso do termo garimpeiro para se descrever população tradicional das Lavras precisa ser qualificado. Quando se fala em garimpeiro a imagem que vem a nossa cabeça é o garimpeiro de rush, hoje em dia envolvido em conflitos constantes com índios, fazendeiros e polícia.

De fato, a Serra do Sincorá também viveu momentos de *rush*, marcados pela violência das disputas entre os coronéis locais e das lutas sangrentas por serviços ricos. Mas com a redução da produtividade da mineração, foi se sedimentando uma sociedade pacata, praticamente voltada à subsistência como afirma Ronaldo Salles Senna (1988:55-6) e Roy Funch (1997:190).

A importância do modo de vida específico da população tradicional da Serra do Sincorá e de sua cultura é mostrado por Orlando Senna no texto **A fundamental importância do garimpeiro no futuro de Lençóis**. Este modo de vida foi descrito em uma literatura de qualidade expressiva, como expressou Fernando Salles em seu artigo, publicado na Revista do Livro número 39 de 1969, **Garimpo do diamante na ficção brasileira**.

Esta riqueza cultural associada a um ambiente específico como o da Serra do Sincorá pode ser visto na culinária, nos remédios naturais, nas expressões linguísticas e nas práticas religiosas. O Jarê, por exemplo, é específico da região, como mostrou Ronaldo Salles Senna em, *Jarê – uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina* (1998), sua tese de doutorado. Ainda há muito a aprender com a população tradicional sobre a serra do Sincorá, como mostram as obras de Ronaldo Salles Senna, Roy Funch e outros.

Cabe ressaltar que as transformações realizadas na Serra do Sincorá tem importante valor histórico, assim como o da cidade de Lençóis, que foi tombada pelo IPHAN: ambas resultam do mesmo processo histórico. (SUM, 2005, negritos originais).¹⁵¹

151 A confecção do documento teve ajuda de Carlos de Almeida Toledo, o que pode ser claramente percebido pela linguagem muito próxima da acadêmica que emprega. Toledo, assim como outros profissionais, radicados ou não em Lençóis, mas com forte ligação com a cidade, engajaram-se em diversas causas concernentes tanto ao meio ambiente quanto à população em geral, atuando ativamente em diversos processos, no auxílio de causas, além de desenvolverem pesquisas acadêmicas sobre Lençóis e a Chapada Diamantina. Informação fornecida por Marjorie Nolasco através de e-mail recebido em 16 de fevereiro de 2015.

É interessante notar como os elementos colocados na proposta de tombamento estão também aqui enunciados, trinta anos depois, e como a serra do Sincorá e a cidade de Lençóis são colocadas como parte de um mesmo processo histórico e cultural, o que reforça nossa tese da dissociação desses elementos nos dias atuais.

Além da ação governamental que primeiro instalou o garimpo mecanizado, e depois o proibiu, causando toda essa ordem de “desestruturação cultural” a que nos referimos anteriormente, o Governo do Estado da Bahia também foi responsável por transformar a Chapada Diamantina em um *produto ecoturístico* que contribuiu para o esgarçamento da cultura garimpeira de Lençóis. Com isso, a paisagem *cultural* foi desmembrada em paisagem *natural* e paisagem *urbana* (MANGILI, 2014). A primeira delas foi destacada e enaltecida, quase que exclusivamente, nos produtos de divulgação tanto do órgão de turismo do governo do estado (Bahiatursa) quanto pela mídia em geral, como pretendemos mostrar nos próximos tópicos.

2.5. “Agora, com a decisão do tombamento, Lençóis tem condições de transformar-se em concorrido ponto de atração turística” – as ações do governo do estado para implementação do turismo na Chapada Diamantina

A frase acima, extraída da reportagem “Lençóis, novo patrimônio público”, do jornal *O Estado de São Paulo* (1973), foi publicada um dia após a inscrição de Lençóis no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* do IPHAN. Ela sugere que o tombamento era a “condição” para a cidade virar “atração turística”.

Vimos que a busca pelo turismo foi, de fato, a principal motivação do tombamento de Lençóis, e alguns autores afirmam que este foi o marco da transformação de Lençóis em cidade turística. No entanto, entendemos que tanto o tombamento quanto a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina foram fatores que apenas contribuíram para uma série de ações do governo estadual que colocaram o turismo, paulatinamente, como um dos carros-chefes da economia baiana.

Já na década de 1970, o governo do estado realizou estudos no sentido de levantar os atrativos turísticos para compor um plano de interiorização do turismo, cujo marco, em Lençóis, foi a construção da Pousada de Lençóis, em 1979. Esse plano, *Caminhos da Bahia*, contava com um turismo de base regional e de cunho cultural (CARVALHO, 2013; BRITO, 2005).

No início da década de 1990, o governo da Bahia formula um programa de desenvolvimento turístico (PRODETUR) que se estruturava na criação de polos regionais de desenvolvimento, muito baseado nas diretrizes do governo federal, e assume o turismo como uma das economias principais do estado. Nesse programa, o turismo na Chapada Diamantina passa a ser direcionado para o público internacional e, visando atendê-lo, é criado um novo produto, o *ecoturismo*. O governo incumbe-se de levar infraestrutura para possibilitar a chegada e per-

manência do turista nos locais e roteiros criados especificamente para esse filão de mercado, responsabiliza-se pela preservação dos cenários e paisagens vendidas, e pela sua divulgação e marketing. Esperava-se, com isso, que a iniciativa privada se encarregasse do restante.

O incremento massivo do turismo em Lençóis dá-se, portanto, na década de 1990 por meio do PRODETUR. No entanto, com esse programa ocorreu uma importante inversão de valores associados à região: deixou-se de destacar os aspectos histórico-culturais para se enfatizar os naturais. A Chapada Diamantina passou a ser divulgada e comercializada cada vez mais como um *produto ecoturístico*.

A concentração de investimentos do governo do estado na cidade de Lençóis, em detrimento das demais cidades da Chapada Diamantina, fez com que a predominância já histórica dessa cidade sobre a região se intensificasse e causasse uma associação direta entre Lençóis e Chapada Diamantina, que são tratados muitas vezes como sinônimos.

Veremos a seguir como se deu esse processo.

2.5.1. O PRODETUR (BA) e o Programa Caminhos da Bahia

O planejamento de interiorização do turismo pelo Governo do Estado da Bahia iniciou-se em 1974, quando uma equipe técnica da Coordenação de Fomento ao Turismo da Bahiatursa realizou um diagnóstico dos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê, dentro do projeto “Identificação do Potencial Turístico do Estado”. O documento resultante deste levantamento, intitulado *Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para a implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê*, de 1976,

além de analisar as principais atividades econômicas dos referidos municípios também efetuou o levantamento fotográfico da área urbana, do artesanato, das manifestações culturais e dos principais casarões da cidade. (BRITO, 2005, p. 124).

Antônio Carlos Magalhães, a partir de seu segundo mandato como governador da Bahia (1979), decide “promover um grande programa de interiorização do turismo – *Caminhos da Bahia* – com ações de marketing, aperfeiçoamento de mão de obra e construção de balneários e hotéis” (GAUDENZI, 1998, p. 10 apud CARVALHO, 2013, p. 135)¹⁵². O programa foi gerido pela Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa) e,

apoiado por uma forte estratégia de marketing junto aos integrantes do negócio turístico, especialmente os agentes de viagens, promoveu o turismo no interior do estado ao tempo em que contribuiu para a criação e efetivação de novas localidades turísticas, que passaram a receber excursões com maior regularidade. (BRITO, 2005, p. 125).

Com este programa, o governo do estado buscou efetivamente implantar o turismo na Chapada Diamantina, tendo como primeira ação a construção de duas pousadas, a de Rio de Contas e a de Lençóis. Nesta cidade, a previsão era construí-la às margens da BR-242, pró-

¹⁵² GAUDENZI, P. *Três momentos e uma decisão*. BAHIATURSA 30 anos 1968-2008. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, mai. 1998, p. 10.

xima ao Morro do Pai Inácio, mas uma reivindicação do prefeito da época, Paulo da Silveira, ao diretor da empresa Empreendimentos Turísticos da Bahia (EMTUR), Alberto de Castro Lima, mudou sua localização para Lençóis.

O levantamento realizado em 1974¹⁵³ subsidiou a escolha do local para a construção da Pousada em Lençóis: o casarão do Sr. Arthur Martins. Francisco Brito relata que a implantação de uma pousada em Lençóis era vista por alguns, principalmente pelos membros das famílias tradicionais, como uma ameaça à perda de poder. Isso causou conflitos em torno da instalação da pousada:

[...] este processo, até chegar ao seu desfecho, teve que enfrentar resistência de parte dos habitantes influentes de Lençóis que se mobilizaram, através de abaixo assinado [sic], contra a venda do imóvel, fizeram uma oferta superior à negociada, colocaram em dúvida a autenticidade do cheque utilizado como forma de pagamento, e mesmo tendo esgotado todas as alternativas para impedir a aquisição do imóvel, segundo Paulo da Silveira, “as pessoas continuavam achando que não havia motivo para construir uma pousada em Lençóis porque não tinha movimento para isso pois, numa cidade acabada como aquela, elas diziam que a pousada se tornaria uma hospedaria de cavalo”. (BRITO, 2005, p. 126).¹⁵⁴

A Pousada de Lençóis foi construída pela EMTUR, órgão de apoio à Bahiaturisa responsável pela construção de meios de hospedagem, dentro do propósito de interiorização do turismo. Diante da escassez desses meios, visto por Antônio Carlos Magalhães como o principal entrave ao aumento da demanda turística, a EMTUR construía os hotéis e os cedia à iniciativa privada para explorá-los por quatro anos (MAGALHÃES, A. C., 1972, p. 4 apud CARVALHO, 2013, p. 140)¹⁵⁵. Decorrido este período, após uma avaliação de desempenho, renovava-se o contrato de arrendamento.

Inaugurada em 20 de fevereiro de 1979, alguns meses depois, a Pousada de Lençóis já estava em pleno funcionamento, conforme matéria publicada no jornal *A Tarde*:

Recentemente foi inaugurada a Pousada Turística, com 17 apartamentos, uma suíte, piscina, bar, restaurante, etc. A pousada está sempre lotada, chegando ônibus especiais com hóspedes. (LENÇÓIS TERÁ..., 1979).

O governo do estado seria também responsável por algumas obras em Lençóis, com o objetivo de dotar a cidade de atrativos turísticos. Em 1980, a Prefeitura Municipal de Lençóis assinou três decretos pelos quais ficava autorizada a firmar convênio com a Bahiaturisa ou a EMTUR para instalação do Teatro de Arena na Praça Otaviano Alves (onde no passado teria sido construída a Igreja da Conceição); implantação do Centro de Artesanato de Lençóis e construção e instalação do Camping Turístico de Lençóis.¹⁵⁶

153 Que originou o documento *Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para a implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê*, de 1976, mencionado anteriormente.

154 O depoimento citado foi colhido por meio de entrevista realizada em 18 fev. 2003. (BRITO, 2005, p. 126, nota 18).

155 “a Bahia, não obstante suas riquezas paisagísticas, arquitetônicas, folclóricas, não desenvolvia suas potencialidades turísticas face à quase total inexistência de acomodações suficientes e apropriadas”. (MAGALHÃES, A. C. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa*. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 31 mar. 1972, p. 4.)

156 Projetos de lei respectivamente n. 324/80; n. 325/80, e n. 326/80, todos de 18 de fevereiro de 1980 (LENÇÓIS, 1980a, 1980b, 1980c).

O Teatro de Arena foi construído no ano seguinte, em 1981. Um primeiro projeto apresentado visava dotar o espaço, que consistia nas fundações da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, de uma arquibancada nas laterais, uma cobertura em telhas cerâmicas na parte que corresponderia à capela-mor da igreja (que seria convertida em palco), e calçamento em pedras em toda a extensão. Essas obras foram realizadas com algumas modificações – o projeto original previa as arquibancadas em estruturas tubulares de ferro e assentos em madeira e foi modificado para estrutura em alvenaria de pedras.

Os técnicos do IPHAN e da EMTUR consideravam que

A recuperação de uma obra inacabada, a transformação de uma ruína existente no meio de uma praça num espaço destinado à realização de atividades artísticas e culturais, merece todos os elogios. A utilização de materiais de construção existentes na região e sobretudo a discrição [sic] com que a intervenção foi realizada, definindo as dimensões da obra inacabada com a elevação das paredes de contorno, são testemunhos da inteligência com que o projeto de restauração foi concebido.¹⁵⁷

A EMTUR apresentou, após a conclusão dessa obra, um projeto de complementação que visava dotar o espaço de equipamentos de projeção e áudio, além de palco e cobertura móveis. Esse projeto não foi executado.

Em relação ao Centro de Artesanato de Lençóis e ao Camping Turístico, não encontramos informações ou documentos sobre eles, o que nos leva a concluir que não foram executados. Mesmo assim, a intenção de contemplação dessas obras revela que os investimentos estavam concentrados no fortalecimento de um turismo de cunho cultural.

Como ação promocional para dinamização do Plano de Interiorização do Turismo, a Bahiatursa criou o programa *Caminhos da Bahia*, por meio do qual divulgava as cidades turísticas junto às agências de viagens e diretamente com o público consumidor, a fim de criar um fluxo turístico regular para o interior. Com isso, obteve-se como principal resultado a consolidação de excursões regulares a diversas cidades, entre elas Lençóis, criou-se novas destinações turísticas, incrementando o turismo interno e permitindo a comunidade regional conhecer sua própria terra. (MARBACK NETO, 1991, p. 48).

Essas primeiras ações do governo estadual foram, contudo, contraditórias. Ao mesmo tempo em que o governo do estado investia no aumento do fluxo turístico em Lençóis, ele implantou na cidade e em Andaraí o garimpo mecanizado, como vimos anteriormente. Essas duas ações eram, por essência, conflitantes, na medida em que a natureza, que começava a se configurar como atração de turistas, era também alvo de exploração econômica cujo meio era altamente destrutivo.

Na década de 1990 essas diretrizes seriam reformuladas.

Em 1995, o PRODETUR (BA) passa a compor o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR/NE I), que tinha recursos do Banco Interamericano de De-

¹⁵⁷ Empreendimentos Turísticos da Bahia EMTUR. Ofício n. 1113/81. Salvador, 21 de outubro de 1981. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Museus/Teatros, Caixa 54, Pasta Teatro de Arena.

envolvimento (BID) e “destinava-se à implantação de infra-estrutura que permitisse a abertura de espaços para o setor privado, num horizonte temporal compreendido entre 1992-2012” (BRITO, 2005, p. 140).

O programa inseria-se em um contexto de internacionalização da economia, integrando diretrizes implementadas pelas agências multilaterais (ONU, FMI, OIT, Banco Mundial e BID) em parceria com o governo brasileiro (BRITO, 2005, p. 140). O governo da Bahia assumia o turismo como a principal diretriz para o desenvolvimento econômico do interior do estado e um dos carros-chefes da economia baiana.

Os projetos que ampararam o desenho do PRODETUR e do *Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina* fizeram uma ampla pesquisa no mercado turístico internacional, identificando concorrentes da Bahia (México e Caribe, Tailândia, Cingapura e Ilhas do Pacífico, Marrocos e Tunísia) e tendências, identificando que o “perfil dos produtos turísticos mais procurados no mercado internacional” eram caracterizados por “culturas exóticas, roteiros ecoturísticos (associados ao chamado lazer ativo), praia e sol/resorts de luxo, lugares paradisíacos, viagens de lazer em geral” (LÉDA, 1995, p. 113).

Os levantamentos baseados no *Perfil do Turista Internacional para a Bahia* identificaram a Chapada Diamantina como “região turística de grandes potencialidades para receber investimentos, visando torná-la competitiva no mercado internacional” (LÉDA, 1995, p. 114). Os principais fatores para priorização dessa região como destino ecoturístico internacional baseavam-se na possibilidade de exploração dos recursos naturais (montanhas, cachoeiras, fauna selvagem, qualidades climáticas próprias, lugares e sítios selvagens) como recursos recreativos, uma demanda que crescia no mercado de turismo. Esses “novos recursos”, diferentemente das matérias-primas submetidas ao processo industrial e valorizadas pelo trabalho humano,

valem pelo que são enquanto uma imagem de 1ª. Natureza, não modificada (valorizada) pela presença e pelo trabalho humanos. Valem pela “imobilidade”, como beleza cênica, enquanto uma qualidade intrínseca de um lugar, de uma paisagem em toda a sua complexidade. A paisagem é um “novo recurso” natural por excelência, porque ele só vale enquanto ele está ali integrado à sua complexidade ambiental, fora desse contexto ele não tem valor do ponto de vista recreativo e, conseqüentemente, não vale nada para a “indústria” do turismo. (LÉDA, 1995, p. 117).

De acordo com diretrizes colocadas pelo governo federal de criação de polos de desenvolvimento turístico, o PRODETUR dividiu o estado da Bahia em oito zonas de expansão e desenvolvimento turístico, sendo sete no litoral (Costa dos Coqueiros, Salvador, Bahia de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Costa das Baleias) e uma no interior, a Chapada Diamantina. Enquanto as zonas do litoral baseavam-se no turismo “sol e praia”, a Chapada Diamantina destacava-se como vocacionada para o desenvolvimento do ecoturismo.

Para pulverizar os recursos entre as várias cidades da região, o *polo turístico da Chapada Diamantina* foi dividido em cinco *circuitos*, o do Diamante, do Ouro, da Chapada

Norte, da Chapada Sul e da Chapada Velha (BAHIA, 1993b, p. 87 apud BRITO, 2005, p. 142).¹⁵⁸ Os circuitos do Ouro e do Diamante foram priorizados “para iniciar e atuar como polos irradiadores do turismo na Chapada Diamantina”, pois eram os que apresentavam maior potencial turístico (BAHIA, 1993b, p. 87 apud BRITO, 2005, p. 142).¹⁵⁹ A cidade de Lençóis estava inserida no Circuito do Diamante, juntamente com Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Iraquara, Seabra e Itaetê.

O objetivo do governo do estado era dotar a região de infraestrutura capaz de atrair os investidores privados, e assim, desenvolver a atividade turística. Com recursos próprios e do PRODETUR,

promoveu a implantação, nos principais municípios integrantes dos circuitos, de infra-estrutura viária, do aeroporto de Lençóis, dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ampliação da rede de energia elétrica, construção, recuperação e ampliação de equipamentos de saúde e educação, coleta de lixo, recuperação do casario e preservação ambiental por intermédio da criação das APAs Marimbus-Iraquara, no circuito do Diamante e da Serra do Barbado, no circuito do Ouro. (BRITO, 2005, p. 142-143).

Apesar da forte ênfase no produto *paisagem e natureza*, o PRODETUR da Bahia também via como recurso a paisagem urbana histórica:

Pequenas e originais, segundo o Programa, as ***idades*** da Chapada têm arquitetura eclética; gastronomia regional (pratos garimpeiros); festas; música popular e comércio de artesanato. O súbito declínio da mineração provocou o êxodo da população e estagnação das comunidades urbanas, cidades tornaram-se monumentos históricos, testemunhos de um período de fausto e riqueza.” (LÉDA, 1995, p. 130, negrito original).

Se, em um primeiro momento houve uma busca pelo governo do estado em criar um programa de interiorização do turismo baseado em atrativos culturais e no mercado turístico regional, com o PRODETUR há uma guinada: busca-se o mercado internacional e a venda de um novo produto: a *paisagem racionalizada*. (LÉDA, 1995, p. 128).

A conservação das paisagens naturais e a compatibilização dos usos eram imprescindíveis para a valorização dos espaços de turismo. Nesse sentido, as cidades tombadas e o Parque Nacional da Chapada Diamantina contribuíam para a composição desse produto. Para incrementar e garantir a preservação, foi necessária a criação de Áreas de Preservação Ambiental nos dois circuitos privilegiados da Chapada Diamantina: a APA Marimbus-Iraquara, no Circuito do Diamante, e a APA Serra do Barbado, no Circuito do Ouro.

158 BAHIA. Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa. Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia. Chapada Diamantina. *Relatório Final*. v. 1. Salvador, 1993b. p. 87.

159 BAHIA. Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa. Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia. Chapada Diamantina. *Relatório Final*. v. 1. Salvador, 1993b. p. 87.

As obras empreendidas pelo PRODETUR

As primeiras obras realizadas em Lençóis foram as de “agenciamento e restauração de fachadas”, e a de construção do aeroporto de Lençóis e do Hotel de Lençóis, todas elas concluídas em 1998.

O “agenciamento e restauração das fachadas”, denominadas obras de “recuperação do centro histórico de Lençóis”, teve início em 1996 por meio de convênio entre o IPAC, o IPHAN e a Prefeitura Municipal de Lençóis. Iniciadas em julho, as obras foram paralisadas no ano de 1997 e concluídas em 1998.

As obras ocorreram justamente no momento do fechamento dos garimpos mecanizados, que deixou um grande contingente de desempregados na cidade¹⁶⁰. Segundo Brito (2005, p. 138) tanto as obras de recuperação das fachadas quanto a da construção da BR-242 foram formas do governo do estado minimizar o problema social advindo desta ação:

O governo estadual comprometeu-se com o fornecimento mensal de uma determinada quantidade de cestas básicas, com a criação de frentes de serviço para aproveitamento da mão de obra desempregada na recuperação da estrada Lençóis-Andaraí e com a abertura de vagas para o trabalho de pintura do casario do município de Lençóis. (BRITO, 1997, p. 25 apud BRITO, 2005, p. 138).

Os relatórios de andamento das obras apontam que a obra iniciou-se com 42 operários, e que aos 40 dias já contava com 57. No entanto, o relatório de setembro de 1996, ou seja, três meses após o início das obras, dizia que o início do serviço de pintura encontrava-se “atrasado por conta da falta de verba para contratarmos pintores pois a mão de obra empregada não dispõe de operários suficientes, capazes, para executar os serviços de pintura”.¹⁶¹

Em dezembro de 1996 as obras foram paralisadas, e até outubro do ano seguinte, não haviam sido continuadas, o que levou o prefeito de Lençóis e o presidente da Câmara dos Vereadores de Lençóis a escreverem uma carta ao IPHAN solicitando medidas para a continuidade. Neste documento, relatam que os

serviços de mão de obra eram exercidos por garimpeiros e pais de família desempregados que, juntamente com uma parte do casario colonial e histórico da cidade, ficaram prejudicados com esta inesperada paralisação.¹⁶²

Os jornais noticiaram a obra. Em *A Tarde*, ela era destacada como pertencendo a um programa do governo do estado de desenvolvimento turístico da região:

A obra, que está levando mais colorido e beleza à paisagem antes desbotada do sítio histórico formado pela sede da cidade, é executada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), da Secretaria da Cultura e Turismo. Ele trabalha em par-

¹⁶⁰ Estima-se que cerca de 3000 pessoas ficaram desempregadas. No entanto, a maior parte desse contingente era de gente de fora, inclusive de outros estados, e foram embora após o fechamento do garimpo mecanizado. (MACIEL, SENNA, GUANAES, 2012)

¹⁶¹ Convênio IPHAN/IPAC PML. Relatório de serviços. Indayá Silva e Silva, arquiteta responsável. Lençóis, 26 de setembro de 1996. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta Obras de recuperação do centro histórico.

¹⁶² Carta da Prefeitura Municipal de Lençóis e Câmara Municipal de Lençóis. Lençóis, 1 outubro de 1997. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta Obras de recuperação do centro histórico.

ceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa é na verdade apenas uma das ações do governo estadual na região, que incluem a construção de um aeroporto este ano.

Além de promover a revitalização histórica da região da Chapada, os serviços absorvem a mão-de-obra ociosa, gente que ficou sem trabalho quando os garimpos predatórios foram fechados pelos órgãos do meio ambiente. Hoje, pelo menos 64 pessoas de Lençóis estão empregadas no projeto. (LENÇÓIS CAMINHA..., 1997, p. 5).

No *Diário Oficial da Bahia*, ela aparece como integrante de um grande esforço do governo estadual de aumentar o fluxo turístico da região:

Lençóis tem hoje cerca de 14 mil habitantes. A metade vive na sede da cidade, na perspectiva de que o crescimento seja retomado com o aumento do fluxo turístico. O Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Luiz Carreira, explica que o governo não está poupando esforços para fazer do sonho da população da Chapada uma realidade.

Ele diz que o projeto de construção do aeroporto já está em estudo. A obra vai dar mais suporte à infra-estrutura de transporte e apoio fundamental ao turismo da região. (BAHIA, 1997).

A construção do aeroporto de Lençóis representou a maior quantia investida pelo PRODETUR/NE I, e ocorreu entre os anos de 1997 e 1998. O *Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina* determinava que o aeroporto fosse construído na cidade de Palmeiras, mas “a disputa política travada pelos municípios para beneficiarem-se dos investimentos governamentais irá ocasionar a mudança no plano” (BAHIA, 1993a, apud BRITO, 2005, p. 148).¹⁶³ A localização inicial foi transferida para a Fazenda Grama, localizada em Lençóis, dentro da recém-criada APA Marimbus-Iraquara.

A criação da APA também estava prevista no *Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina*, considerando que “o desenvolvimento do turismo depende diretamente da conservação dos atrativos naturais e culturais, matérias-primas fundamentais para a existência de um ciclo econômico ligado ao turismo” (BAHIA, 1993 apud BRITO 2005, p. 148)¹⁶⁴. Ela foi criada em 14 de junho de 1993, pelo decreto 2.216, e visava a proteção da área de pantanal dos Marimbus e a área de grutas em Iraquara (BAHIA, 1993). A criação da APA Marimbus-Iraquara protegia uma área de importantes recursos ambientais e cênicos que não estavam contemplados pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, criado em 1985 (Ver tópico na p. 191). No entanto, diferente do parque, a criação da APA foi de iniciativa governamental.

O anúncio da transferência do local para uma área de proteção ambiental provocou forte resistência dos grupos ambientalistas, levando a uma audiência pública, em 1995, para discussão do assunto.

¹⁶³ BAHIA. Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa. Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina. *Circuito do Diamante*. Salvador, 1993a.

¹⁶⁴ BAHIA. CODETUR (BA). *Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia: oportunidades de investimentos*. Salvador, 1993c.

Com a presença de 902 pessoas e oito horas de duração, o evento foi marcado por debates acalorados ao longo do qual ficaram explicitadas duas posições: a primeira que insistia na manutenção da construção do aeroporto no local originalmente previsto. Entre seus defensores estavam representantes de órgãos do governo estadual (inclusive de defesa do meio ambiente), políticos locais, diretores da associação dos hoteleiros e por grande parte da população presente ao evento. A segunda posição defendida pelas entidades ambientalistas, pelos Promotores Públicos de vários municípios da região, técnicos do IBAMA e uma equipe de professores da Universidade Estadual de Feira de Santana, mostrou-se contrária à localização proposta e seus danos ambientais previsíveis e, além de ter proposto a transferência da construção do aeroporto para o distrito Coronel Otaviano Alves (Tanquinho), sugeriram a revisão do EIA/RIMA sob a alegação de que o referido documento analisou somente uma opção de localização quando a própria resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA prevê a indicação de outras alternativas. (BRITO, 2005, p. 148-149).

A audiência teve como desfecho a manutenção pelo local originalmente proposto (Fazenda Grama). No entanto, sete meses depois, conforme aponta Brito (2002, p. 10, apud BRITO 2005, p. 149)¹⁶⁵, o governo do estado, “possivelmente não querendo desgastar sua imagem de defensor do desenvolvimento sustentável, naquele momento, com a contabilização de mais um passivo ambiental”, transferiu a construção para o distrito de Tanquinho, conforme proposto pelo segundo grupo na audiência pública.

No jornal *A Tarde* de 24 de novembro de 1995, sob o título *Deixem Lençóis crescer*, Milton Borba Ribeiro faz uma enfática defesa da construção do aeroporto na área da Fazenda Grama, tendo possivelmente reproduzido as ideias dos defensores da construção nesta área:

Acontece que pseudoambientalistas e ecologistas, tendo à frente, por estranha coincidência, os promotores de quatro das cidades lavristas mais importantes, excetuando Lençóis, estão contra o local escolhido e aprovado pela população da cidade, o secretário Eraldo Tinôco e as pessoas de bom senso que amam Lençóis. Entre inúmeras alegações pueris, avulta a bobagem de que o aeroporto afetará o ecossistema dos “Marimbus”, região pantanosa, formada há mais de um século, pelo assoreamento do rio Santo Antônio, em consequência da intensiva exploração diamantífera em sua cabeceira. Importante economicamente a área não é. A não ser que, turistas masoquistas se disponham a serem picados por milhões de muriçocas, carapanãs e mosquitos das mais variadas espécies existentes no pantanal bastando para que isto aconteça passarem meia hora às margens dele, depois do pôr-do-sol. (RIBEIRO, 1995).

Toda uma desqualificação dos Marimbus em defesa da construção é feita pelo autor do texto, inclusive contando a própria experiência de quando atravessava de balsa o rio Santo Antônio e precisava esbofetear a própria face para não ser devorado pelos insetos. Reflete o autor que “a única coisa até hoje de boa do Marimbus foi ter dado nome a um livro famoso do romancista Herberto Sales” (RIBEIRO, 1995)¹⁶⁶. Faz também a desqualificação dos “ambientalistas de plantão [...] inimigos do progresso de Lençóis” (RIBEIRO, 1995).

Francisco Brito (2005, p. 161, nota 48) relata que os defensores da primeira posição, na

165 BRITO, F. E. M. O movimento ambientalista, organização de interesses e participação social. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, GT 02 – Movimentos sociais no campo, 10., 2002, Salvador. Mimeo.

166 Refere-se a *Além dos Marimbus*, de 1961.

defesa de um suposto desenvolvimento sustentável a qualquer custo [...] forneceram informações enviesadas à população, que acabaram por coloca-la na defesa intransigente do aeroporto e visceralmente contrária aqueles que advogavam a segunda proposta, chegando inclusive a acusa-los [...] de “contrários ao progresso da Chapada Diamantina”. (BRITO, 2005, p. 161, nota 48).

As avaliações do PRODETUR/NE – I feita por alguns autores mostram que as ações implementadas estiveram muito longe daquelas originalmente propostas. Em relação a Lençóis, o fluxo turístico aumentou, e o oferecimento de leitos para hospedagem também, mas a distribuição desigual dos investimentos entre as cidades do circuito, que no caso do Circuito do Diamante se concentraram em Lençóis, acabou por consolidar sua posição de “portal de entrada” da Chapada.

Para as questões que abordamos, de ressignificações, o PRODETUR contribuiu para a sobreposição dos valores naturais sobre os culturais e históricos. Isso não se deu diretamente pelas obras realizadas, mas sim pela divulgação da Chapada Diamantina como um destino ecoturístico e pela venda desse produto, que deu ênfase quase que exclusiva aos atrativos naturais e pouca ou nenhuma aos culturais e históricos.

A cidade de Lençóis deixa de ser, ela mesma, a atração principal que se desloca para o seu entorno: serras, rios, cachoeiras, morros, grutas e passa a se tornar mais propriamente uma cidade de prestação de serviços e de apoio básico ao turista apesar de todo o seu encanto particular, suas histórias e seus mitos. Assim, Lençóis se torna o ponto de referência nodal do ecoturismo na Bahia [...] (LÉDA, 1995, p. 99).

A mídia contribuiu com os esforços do governo da Bahia por meio de pesada divulgação dos atrativos naturais da Chapada Diamantina, conforme veremos no próximo item.

2.6. “Descubra Lençóis e mergulhe no verde”, ou como a mídia transformou Lençóis de patrimônio cultural em paraíso ecoturístico

Durante o processo de tombamento de Lençóis, que durou de 1971 a 1973, e após sua inscrição como patrimônio nacional, os jornais publicaram algumas matérias sobre a cidade e sobre a aspiração e luta da população para que isso ocorresse. Mostramos no capítulo 1 como se deu esse processo. Aqui, pretendemos mostrar qual foi a repercussão do tombamento na mídia, e como Lençóis e a Chapada Diamantina foram veiculados ao longo do tempo.

Logo que a proposta de tombamento foi feita, em 1971, o jornal *A Tarde* publicou uma matéria de uma página intitulada *A capital do diamante deseja ser monumento* (PIRES, 1971). Uma foto da Praça Horácio de Matos estampava meia página, trazendo a legenda “A cidade e seu belo casario em todos os estilos”, e entre o texto havia também a foto de um garimpeiro com a legenda “O garimpeiro carregando cascalho – o profissional típico da região” (Figura 87 e Figura 88). O texto, de Valter Pires, informava sobre a iniciativa “de um grupo de pessoas jovens, interessadas, sobretudo, na preservação dos aspectos culturais e religiosos

da civilização do diamante”. Um tópico da matéria transcorria sobre a história da cidade, destacando que “todo o rosário de formação histórica, cultural e religioso, está relacionado com a sua vida de mineração”. O terceiro tópico, “o que ver”, listava as atrações da cidade, citando, de aspectos naturais, “as grutas de areias coloridas e as lagoas piscosas próximas à sede”, e nos três parágrafos seguintes o “grande número de prédios, cada qual com sua história própria da época do fausto, do coronelismo”, destacando as casas de Horácio de Mattos e Afrânio Peixoto, e as igrejas de Nossa Senhora do Rosário e Nosso Senhor dos Passos.

Figura 87. Foto da matéria “A Capital do Diamante deseja ser Monumento”, com a legenda *A cidade e o belo casario em todos os estilos*. Fonte: Pires, 1971.

Figura 88. Foto da matéria “A Capital do Diamante deseja ser Monumento”, destacando o garimpeiro. Fonte: Pires, 1971.

No ano seguinte, 1972, o *Jornal do Brasil* publicou a reportagem de uma página intitulada *Lençóis de barões, sinhazinhas e garimpeiros* (1972). Quatro fotos ilustravam a matéria, retratando a Rua das Pedras, a Praça Horácio de Mattos, o prédio conhecido como “vice-consulado francês”, e um garimpeiro com uma bateia. A legenda das primeiras era “Nas ruas estreitas de Lençóis estão a lembrança de um passado glorioso e a expectativa de um futuro incerto”; da segunda, “Arcadas góticas misturam-se com telhado de fibra”; e da terceira “o garimpeiro, na eterna esperança de ficar rico”.

O texto noticiava a criação de uma Comissão de Turismo pela administração pública “com o objetivo de tentar sensibilizar o poder público para que a cidade seja transformada em monumento histórico”, contava um pouco do apogeu da cidade, ressaltando principalmente os esbanjamentos dos garimpeiros e a presença de produtos importados de Paris, ensinava como chegar, onde se hospedar e onde comer. No item “sobrados e cultura”, mencionava os passeios turísticos “ao gosto do visitante” que eram feitos com guias da Comissão de Turismo, que normalmente começavam mostrando os “casarões e sobrados onde moravam os barões e coronéis enriquecidos com a venda de diamantes”, sendo os da Praça Horácio de Mattos os primeiros. Depois, cita vários outros sobrados significativos (todos de famílias ricas de Lençóis),

o “quartel general” de Horácio de Mattos, a Casa de Cultura Afrânio Peixoto e a Biblioteca Urbano Duarte (LENÇÓIS DE BARÕES..., 1972).

A matéria sugere, ainda, para aqueles que fossem ficar mais de um dia na cidade, a visita ao Salão de Areias, a Gruta do Lapão, o garimpo do ribeirão do Inferno, a cachoeira Glass, o rio Mucugezinho e o Morro do Pai Inácio (LENÇÓIS DE BARÕES..., 1972). Nota-se pelo texto que o jornalista fez os roteiros que a tal Comissão de Turismo sugeria. De fato, essas eram as atrações enunciadas no primeiro folder promocional elaborado pelo grupo do MCC.

Há o destaque também para os “becos e ruas” e as “festas populares”. Quanto ao primeiro item, o jornalista vai narrando histórias passadas nesses becos, e esclarece:

Nos becos da Baixa da Égua, Tamandaré, Sobral, Chocolateira e Engomado não adianta a Prefeitura colocar uma placa com o nome de Dr. Fulano de Tal pois o povo não adota. As ruas idem: Tomba-Surrão, Baderna, Lava-Pés, Alto da Estrela, Curral, Papagaio, Vai-quem-quer, Palha, Pires, Nêgo, Lajedo e outras, guardando nas esquinas as histórias dos jagunços e sertanejos. (LENÇÓIS DE BARÕES..., 1972).

Quanto às festas populares, destaca os ternos de reis, a Festa de Senhor dos Passos, as marujadas, a lamentação das almas¹⁶⁷ na Semana Santa, o São João e o ciclo do Jarê.

Percebe-se nesta reportagem a menção forte aos aspectos culturais da cidade; entre as atrações naturais, inclui-se um garimpo.

Imediatamente após o tombamento, o *Jornal do Comércio*, *O Estado de São Paulo* e o OJ¹⁶⁸ noticiaram o tombamento e fizeram matérias sobre a cidade nas quais o destaque também se dava aos aspectos culturais. No primeiro, sob o título “O tombamento de Lençóis” (MORAES, 1973)¹⁶⁹, há a transcrição de parte do parecer de Pedro Calmon (destacando os diversos estilos presentes na cidade), a afirmação de que este tombamento respondia “plenamente às diretrizes culturais defendidas no I Encontro de Governadores”, a expectativa de restauro do casario pelo IPHAN, e por fim, a menção a Fernando Sales (colocado como “um dos arquitetos dessa conquista”) e a Afrânio Peixoto.

O Estado de São Paulo trazia a manchete “Lençóis, novo patrimônio público” (1973, p. 36) e um texto contando a história da cidade, destacando seu apogeu e decadência. Uma foto de uma esquina apresentava a seguinte legenda: “Arquitetura, o que restou a Lençóis.”

O jornal OJ publicou uma extensa reportagem sob autoria de Fernando Sales, com o título “O turismo vai fazer de Lençóis uma cidade famosa. Como no tempo em que exportava diamantes” (SALES, 1973). A reportagem dividia-se nos itens *Lençóis* (tratando da geografia), *História*, *Ciclo de crises econômicas*, *Festas tradicionais*, *usos e costumes* e *Atrações turísticas*. A menção aos rios, cachoeiras e paisagens dos arredores é feita neste último item; todos os demais procuravam ilustrar a cultura de Lençóis.

¹⁶⁷ Também chamada de Alimentação das Almas.

¹⁶⁸ Não descobrimos o nome desse periódico. A matéria que encontramos é um recorte com o nome do jornal e a data, apenas. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Processo de Tombamento 847-T-71.

¹⁶⁹ Esse mesmo texto foi publicado em 28 dez. 1973 no Diário do Paraná.

Ficam claros, em todos eles, os valores culturais e históricos de Lençóis, e os associados ao garimpeiro e aos filhos ilustres.

2.6.1. “Visite os monumentos de Lençóis antes que eles se transformem em ruínas”, ou o que seria “uma campanha de turismo honesta” para o município

Esta frase é uma fala do prefeito de Lençóis em 1975, Helmo Pereira Senna Brito, considerando “uma campanha de turismo honesta para o seu município” (OLIVEIRA, 1975, p. 32). Ela foi publicada na reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* cujo título era “O IPHAN abandona Lençóis”.

Nos anos após o tombamento, mais especificamente entre 1974 e 1979, todas as reportagens mencionam a “espera” pelo turismo como meio para resgate da economia, mas destacam o seu estado de abandono, associado, por vezes, à ausência do IPHAN. As fotos mostradas são sempre do casario em ruínas, o uso de palavras como “abandono”, “arruinados”, “ameaçados”, “decadência” e “morte” é constante. (Figura 89 a Figura 91)

Figura 89. Fotos publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* destacando o abandono da cidade. Fonte: Meirelles, 1974.

Figura 90. Foto do mercado, em matéria do jornal *A Tarde*, destacando o abandono. Fonte: Brito, 1978.

Figura 92. Foto da Praça Horácio de Mattos, publicada no jornal *A Tarde* com a legenda “Na praça principal, o movimento de pessoas é insignificante”. Fonte: Brito, 1978.

Figura 91. Foto da ponte, em matéria do jornal *A Tarde*, com a legenda “A velha ponte perdeu a balastrada”. Fonte: Brito, 1978.

A histórica cidade de Lençóis, berço da civilização do diamante na Bahia, está ameaçada de perder o que ainda resta daqueles dias de fausto e riqueza se não for aprovado um plano de obras para a restauração dos velhos sobradões que estão sendo lentamente arruinados pelo tempo. (MEIRELLES, 1974).

Em *Apogeu e decadência da cidade dos diamantes*, do qual foi extraído este excerto, a ruína dos prédios é comparada à dos moradores: “as casas de construção periféricas, de padrões modestos e de estilo espontâneo, amparam-se umas às outras, como os habitantes que abrigam” (MEIRELLES, 1974). À característica do rio, ao marasmo que tomou conta da cidade:

A miséria afinal se instala na cidade e a vida até então agitada de seus habitantes passa a correr lentamente com as águas do rio que lhe deu o nome e os diamantes que um dia a fizeram rica e famosa. (MEIRELLES, 1974).

Era comum a referência a Lençóis, nos livros históricos, como condensadora de uma “civilização”, e esse conceito é repetido também nas matérias dos jornais, como na publicada no *Jornal do Brasil* em 1976, na qual Orlando Senna cita a frase proferida por Aliomar Baleeiro: “Lençóis não é uma velha cidade: é uma velha civilização” (SENNA, 1976, p. 8).

O texto de Orlando Senna traça um histórico da ocupação da Chapada Diamantina debruçando-se principalmente sobre Lençóis. Aqui, como nos vários outros textos históricos sobre a região e a cidade, os fatos são enunciados sucessivamente: descoberta do diamante, ocupação, secas e recessões, Horácio de Mattos, decadência, migração, abandono, agricultura, tombamento. Como parte da cultura, o destacado Jarê, as festas, com destaque para a de Senhor dos Passos. Entre as fotos, a de um garimpeiro, um lapidário, a do presidente da SUM e a de “Gilda, o sangue de Angola” (moradora de Lençóis que estreou como atriz no filme *Diamante Bruto*, de Orlando Senna, em 1977). Também retrata cenas de garimpeiros em trabalho, nas grunas, bem como as casas de alguns deles. O estilo de texto usado é literário, e não descritivo.

Senna chama de “intervenção” o item no qual descreve as ações recém-ocorridas em Lençóis naquele ano de 1976: a construção da BR-242, que ligou a região a Feira de Santana, Salvador e rio São Francisco e fez com que tivesse “suas ‘potencialidades econômicas’ redescobertas, sendo destinada à agropecuária em grande escala” (SENNA, 1976, p. 8); e o tombamento pelo IPHAN em 1973.

“Abandonada” também é a expressão usada na publicação do jornal *A Tarde* em 1978, na qual se relata os estragos feitos por uma tromba d’água que atingiu a cidade em 1977:

Abandonaram Lençóis, a antiga capital das Lavras. Os casarões estão caindo e as ruas estreitas não apresentam movimento dos tempos onde o garimpo era uma atividade lucrativa. Os casarões vazios e sujos refletem apenas a lembrança e a tristeza da ausência dos saraus onde os grandes compositores e escritores europeus eram cantados e festejados. Lençóis está agonizando, principalmente depois que uma tromba d’água desabou em dezembro do ano passado, atingindo vários pontos da cidade. Parece que o destino veio apressar esta morte. Suas pracinhas estão esburacadas, a velha ponte de arcos romanos sobre o Rio Lençóis também perdeu sua bela balaustrada e até o mercado está sendo desvirtuado com a presença de barracas de toda a espécie. (BRITO, 1978).

No item “privilégio”, há a descrição dos atrativos naturais tanto de Lençóis quanto

de seus arredores. O último trecho da reportagem, intitulado “decadência”, traz um lamento e retrata a esperança colocada no turismo e no garimpo mecanizado, em estudo naquele ano para implantação na cidade:

O triste é observar que mesmo com tanta beleza natural o homem está deixando que a cidade morra. A civilização do diamante foi deixando para os pobres a conservação daqueles casarões que em época não muito distante foram palcos de importantes decisões para todo o sertão baiano. [...] São três mil e poucos moradores que vêm sofrendo a decadência de uma cidade, mas continuam esperançosos que o garimpo seja mecanizado, que o turismo chegue para conhecer suas belezas naturais e também que os órgãos responsáveis pela conservação dos monumentos históricos assumam a responsabilidade que lhes cabe. Uma esperança que está prestes a se transformar em realidade já que o turismo vem crescendo em nosso Estado e a pouxada que ora estão instalando poderá ser o primeiro instrumento que possibilite a sobrevivência de Lençóis. (BRITO, 1978).

Neste item, o autor descreve o que fazer na cidade: conversas com garimpeiros, visita às igrejas de Nossa Senhora do Rosário e Nosso Senhor dos Passos, Casa de Lapidação e Casa Paroquial. Há ainda a menção ao prédio da SUM, que conforme relata, estava sendo restaurado pela prefeitura. No final, o autor conclui que “sem dúvida, vale a pena conhecer Lençóis, para você conviver com os casarões coloniais, com os garimpeiros, sentir sua vegetação rica e ouvir o barulho dos rios com suas águas descendo suas serras” (BRITO, 1978).

Nessas reportagens da década de 1970, a não atuação do IPHAN no restauro da cidade é sempre mencionada. A intervenção era colocada como responsabilidade do órgão, e o tombamento nem sempre visto com bons olhos: “Parece que esqueceram da importância da cidade e o seu tombamento vem funcionando como uma injeção paralisante” (BRITO, 1978), “até o momento Lençóis não recebeu um centavo de ajuda, tanto da União quanto do governo do estado” (LENÇÓIS TERÁ..., 1979), “O IPHAN abandona Lençóis” (OLIVEIRA, 1975, p. 32).

Essas matérias revelam que durante a década de 1970 Lençóis se manteve em estado de ruína, não obstante o tombamento. As ações do IPHAN no restauro dos imóveis, bem como a chegada do turismo eram ainda promessas que não se concretizavam.

Mas o mais interessante é que, durante e após o tombamento, houve uma divulgação mostrando como atrativos turísticos da cidade todos aqueles que estavam presentes no dossiê preparado pelos jovens do MCC, para o pedido ao IPHAN. Isso revela que os esforços do grupo estavam surtindo efeito: sem tirar nem por, todos os bens relacionados por eles estavam sendo divulgados, e com o mesmo enfoque cultural que desejavam, com forte apelo à imagem de uma “civilização do diamante na Bahia” e recorrência à cultura garimpeira.

A partir de 1981, é massiva a presença de matérias sobre Lençóis com enfoque à natureza, conforme veremos no tópico seguinte.

2.6.2. “Ecoturismo, a nova riqueza de Lençóis”

Se você ama o contato com a natureza e ostenta um inabalável espírito de aventura, nada melhor do que uma viagem a Lençóis. (QUADROS, 1989).

Até o ano de 1979, Lençóis foi divulgada na mídia muito mais pelos seus atrativos culturais que os naturais. Embora estes estivessem presentes nas matérias, eles ocupavam um lugar similar ao que ocuparam no pedido de tombamento da cidade, estando sempre associados à cultura do garimpo.

Figura 93. Matéria no jornal *A Tarde*, associando a obra de recuperação do centro histórico, pelo governo do estado, à introdução de Lençóis no cenário do ecoturismo. Fonte: *Lençóis caminha...*, 1997.

Essa era a vontade do grupo que propôs o tombamento, e também a intenção do governo do estado, que pretendia interiorizar o turismo usando as qualidades culturais de cidades como as da Chapada Diamantina. Essa proposta revelava-se no documento *Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para a implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê*, de 1976, elaborado no âmbito do PRODETUR (BA). O próprio levantamento dessa avaliação era feito sobre os atrativos culturais, com forte ênfase para o patrimônio arquitetônico, o artesanato e as manifestações culturais locais. Vimos que as primeiras obras

do governo do estado em Lençóis foram todas nesse sentido: aumentar a capacidade de hospedagem e criar espaços culturais.

No ano de 1981, como meio de divulgação dos atrativos turísticos do interior, o governo criou o programa *Caminhos da Bahia*, uma série de folhetos mostrando os atrativos das zonas turísticas do interior. Na Chapada Diamantina, as cidades destaques eram Lençóis e Jacobina.

2ª QUINZENA - FEVEREIRO 1988
TURISMO 33

Bahiatursa
Órgão Oficial de Turismo
Bahia Tourism Authority
Ecoturismo, a nova riqueza de Lençóis

O pólo turístico da Chapada Diamantina retoma o seu espaço no cenário brasileiro

A principal cidade da Chapada Diamantina viveu o seu apogeu econômico durante a época de exploração de suas jazidas de diamantes no século passado e ainda no início do século XX. Lençóis viveu intensamente esse período e ainda hoje guarda em sua arquitetura e nas lembranças de seus moradores mais antigos o tempo de fausto, poder e riqueza. Passada a febre dos diamantes e com seus veios praticamente esgotados, a cidade ressurgiu com uma nova vocação: o turismo, ou melhor, o ecoturismo. Atividade que tem levado para a região pessoas das mais diferentes nacionalidades que encontram em suas trilhas, morros, grutas, cavernas, poços, cachoeira e rios de águas límpidas um dos mais emocionantes cenários brasileiro.

Totalmente tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Lençóis é considerada a Capital do Diamante e uma das maiores referências entre as cidades baianas ligadas ao garimpo. Lençóis e seus arredores devem ser conhecidos sem pressa, explorados em seus detalhes, nas nuances de suas cores, nos "causos" contados por seus moradores, e com uma atitude respeitosa diante de sua maior soberana: a Natureza.

Paisagem cinco estrelas
Para facilitar a demanda turística, a

Vista do morro do Pai Indício

Bahiatursa trilhou duas áreas dentro da Chapada, conforme suas origens: o Circuito do Diamante e o Circuito do Ouro. A cidade é o principal pólo do Circuito do Diamante em termos de infraestrutura turística. É interessante andar pelas ruas, observar o traçado arquitetônico e o calçamento da cidade, feito com pedras da própria região. Para se ter ideia do que foi o comércio de diamantes em Lençóis, basta visitar o sobrado onde funcionou o consulado francês, um antigo entreposto comercial que unia a aristocracia, e negociava diretamente, com a Europa. A antiga residência da família Sá, onde hoje funciona a prefeitura municipal, é um marco da opulência das famílias tradicionais.

Em Lençóis vive-se de música, de preferência ao ar livre, passeios ecoturísticos, artesanatos. Há por toda a cidade hotéis e pousadas diversas que oferecem aos hóspedes além de bons serviços de hotelaria, a boa e velha hospitalidade interiorana. O mais novo deles é o Hotel do Pontal, registrando expressivos índices de ocupação, com excelentes condições de hospedagem. É preciso fazer reservas antecipadas.

Para conhecer esse pedaço de paraíso é preciso, antes de tudo, estar consciente da importância que tem a preservação ambiental para a preservação dos ecossistemas. Contratar um guia, e usar calçados e roupas confortáveis, e levar, sempre, água e lanches é indispensável. O roteiro das cachoeiras pode ser feito em duas etapas: a primeira numa caminhada de 3 km, abrange a Cachoeirinha, a Cachoeira da Primavera, poço Halley, Salão de Areias Coloridas e o Serrano. A

segunda vai até o Ribeirão do Meio, em pouco mais de 3 km.

A Cachoeira da Primavera é a primeira da série de espetáculos que a natureza oferece nesta região fantástica. Com cerca de seis metros de altura, é formada pelo riacho Grisante, um afluente do rio Lençóis, sendo uma cachoeira permanente, com água forte, ótima para massagem ao corpo. O local para banho é completamente concentrado por pedras dizem de energia. Em seguida uma descida ao Poço Halley, formado pelo rio Lençóis situado no meio de um canyon. O rio desce por sobre o leito pedregoso e se espalha para o largo, formando o poço com cerca de três metros de largura por dez de comprimento e profundidade máxima de dois metros. O local é excelente para banho e mergulho, inclusive para criança.

A água é de cor acobreada - como a maioria dos rios da Chapada - por causa da grande quantidade de essência de material orgânico que a correnteza traz das nascentes. Nova subida, desta vez mais suave, e chega-se ao Salão de Areias Coloridas, formado pela erosão de rochas graníticas e conglomerados de arenito, onde artesãos recolhem variados tons de areia para fazer desenhos diversos dentro de garrafas que são oferecidas aos turistas como souvenir, lembranças da chapada.

A descida é agora em busca do Rio Lençóis para um banho reconfortante no Serrano, a menos de 1 km da cidade. No local, de um antigo garimpo formou-se um 'belvedere' natural, de onde se descortina a cidade de Lençóis e o Vale do Rio São José que, mais adiante, se junta ao primeiro para desaguar no Paraguaçu. O nome Serrano vem dos primeiros garimpeiros da área, oriundos da região serrana de Minas Gerais. A queda d'água tem aproximadamente 15 metros de altura, dividida em várias cascatas menores, de águas muito refrescantes. As rochas têm tonalidade rósea e são incrustadas de seixos lembrando painéis em mosaico.

Reservas em hotéis, pousadas e aluguel de casas.
Organização de passeios aos principais pontos turísticos da Chapada Diamantina.

Rua das Pedras, 95, sala 01 CEP: 46.960-000
Lençóis - Bahia - Brasil Tel: (075) 334-1224/334-1376

Arte Lanches
...a gente não quer só comê,
a gente quer comê diversão e arte...

Porque conhecer a Chapada é delicioso!

ABERTO DIARIAMENTE
Praça do Tamandaré, s/nº - Lençóis - Bahia
Tel: (075) 334-1376

5% de desconto na apresentação deste anúncio.

Agência de Turismo

POUSADA RONCADOR
Rua da Baderna, 41 - Lençóis - Bahia - Brasil
Tel.: (075) 334-1133

Figura 94. Informativo da Bahiatursa ressaltando as belezas naturais de Lençóis. Fonte: Ecoturismo, 1998.

As ações de divulgação contemplaram também uma feira internacional, a Primeira Semana da Bahia em Nova York, em 1982. O resultado viria nos anos seguintes: “entre 1985 e 1986 a Bahia foi citada em mais de 10% dos 54 mil anúncios publicados no País” (SANTOS, 2006, p. 155).

Aos atrativos culturais, presentes no levantamento de 1974, vieram juntar-se os atrativos naturais das cidades da Chapada Diamantina, e como forma de engordar essa lista, o governo do estado apoiou a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, cuja proposta, como vimos, foi elaborada em 1979, por Roy Funch, e enviada ao governo federal em 1982, ano em que também foi publicado *Chapada Diamantina, uma reserva natural* (FUNCH, 1982). Além disso, foi por meio de levantamentos financiados por órgãos estaduais que vieram as propostas de tombamento de Mucugê e Rio de Contas, de 1980, e mais tarde, a criação da APA Marimbus-Iraquara (na região das *Lavras Diamantinas*) e Serra do Barbado (na região aurífera da Chapada).

Por um lado, tinha-se o marketing feito pelo governo do estado. Por outro, a mídia impressa e, em menor escala, a televisiva. Tanto um quanto outro, a partir de 1979, passam a enfatizar os atrativos naturais da Chapada Diamantina.

No início da década de 1980, as matérias sobre Lençóis apresentavam, lado a lado, o aspecto cultural/histórico e o natural, continuando a divulgação das “atrações” que haviam sido elencadas pelo grupo proponente do tombamento.

No final da década de 1980, no entanto, começam a ser veiculadas matérias de cunho turístico destacando os aspectos de *aventura* (*Bahia mostra ao turista os novos caminhos da aventura*, 1985), ressaltando a *natureza* (*Descubra Lençóis e mergulhe no verde*, 1989; *Lençóis. A natureza privilegiou a pequena cidade baiana encravada na Chapada Diamantina*, 1991; *Lençóis permanece com as suas belezas naturais*, 1997), associada à *magia* (*A Chapada Diamantina revela toda a sua magia, s/d*; *Mundo mágico da Chapada*, 1992) e ao *ecoturismo* (*Lençóis: uma rica reserva ecológica*, 1987; *Lençóis caminha na trilha do ecoturismo mundial*, 1997; *Ecoturismo, a nova riqueza de Lençóis*, 1998).

Um acontecimento bastante caricato, mas que expressa muito bem o poder de divulgação da mídia, principalmente a televisionada, de maior alcance, foi a reportagem no Fantástico (Rede Globo) sobre a Cachoeira da Fumaça. O programa foi ao ar em agosto de 1987, e no feriado seguinte, de 7 de setembro, um grande contingente de turistas “invadiu” Lençóis, como explica Brito (2005, p. 130):

Essa reportagem acabou constituindo-se num dos eventos de descoberta de Lençóis para o turismo de natureza e cujos efeitos colaterais manifestaram-se nos feriados seguintes como o de 7 de Setembro com a chegada inesperada de uma multidão de turistas da Salvador e demais municípios do interior numa cidade que àquela época dispunha de menos de 300 leitos e de comida insuficiente para suprir tamanha quantidade de pessoas.

Referindo-se a este episódio a ex-dona de pousada e atual proprietária de agência de turismo relembra: “foi um pandemônio, faltou comida, não tinha estoque para fazer

comida pra tanta gente, muitos ficaram dormindo nos ônibus, alguns voltaram por não terem onde ficar e outros pediam para dormir nas casas”. O nível de improvisação foi tamanho que segundo um proprietário de pousada, “com a ocorrência daquela enchente de gente, eu que tinha 12 leitos, acabei recebendo 18 pessoas. Lençóis foi invadida e eu além de hoteleiro fui guia e cozinheiro, não tinha quem fizesse lanche e nem mesmo restaurante. Fui à Cachoeira do Sossego levando 20 pessoas e encontrei mais de 80 no caminho”.

Cabe destacar que a Cachoeira da Fumaça, tema principal do programa exibido pela rede Globo de Televisão, não se situa em Lençóis, e sim no município de Palmeiras. Isso mostra como, com os anos, Lençóis se consolidou como principal cidade da Chapada; é a que apresenta maior infraestrutura turística e acaba sendo, invariavelmente, a primeira senão única cidade associada à Chapada Diamantina pelos turistas que buscam esse destino.

A vinculação desses conceitos a Lençóis, entretanto, não foi unicamente de iniciativa da mídia. O Governo do Estado da Bahia, com o PRODETUR, enfatizava a vocação “ecoturística” da Chapada Diamantina. Assim, tanto os documentos governamentais quanto o material de divulgação usavam um discurso salientando os “atrativos naturais infinitos” que formavam “um conjunto inesgotável para a contemplação” onde a “natureza, praticamente intocada, é a grande atração” (BAHIA, 1993c apud BRITO, 2005, p. 141).¹⁷⁰

Outras palavras ressaltavam o contato íntimo com a natureza que o turista poderia ter, uma natureza colocada, por sua vez, como praticamente virgem, “ideal para os admiradores do trekking e do montanhismo” (BAHIA, 1991, p. 55 apud BRITO, 2005, p. 141).¹⁷¹

A mídia impressa de circulação nacional provavelmente reproduziu, por um lado, os folhetos criados pela Bahiatursa para divulgação; por outro, documentou os passeios realizados pelas agências e a venda de seus produtos. Uma breve análise dos folderes de divulgação das “empresas turísticas de Lençóis”, constantes no *Inventário Turístico de Lençóis - 2003* (BAHIA, 2004), dá a exata noção do que estava sendo divulgado e comercializado. Até mesmo alguns hotéis, a exemplo do Canto das Águas, apresentavam na capa de seu folder uma cachoeira.

Figura 95. Folder de divulgação da agência Andrenalina. Fonte: Bahia, 2004.

Figura 96. Folder de divulgação da agência Andrenalina. Fonte: Bahia, 2004.

¹⁷⁰ BAHIA, 1993c. Citado por BRITO, 2005, p. 141.

¹⁷¹ BAHIA. Novas fronteiras do turismo. Salvador: Fundação Centro de Projetos e Estudos e Empresa de Turismo da Bahia, 1991. p. 55. (Versão Preliminar n. 5).

Figura 98. Folder de divulgação da agência Explorer Brasil. Fonte: Bahia, 2004.

Figura 97. Folder da agência Luck Adventure. Fonte: Bahia, 2004.

Figura 99. Folder de divulgação do Hotel Canto das Águas, em Lençóis. Fonte: Bahia, 2004.

Figura 100. Folder da agência ZenTur. Fonte: Bahia, 2004.

Figura 101. Folder de divulgação da agência Nativos da Chapada. Fonte: Bahia, 2004.

Portanto, a uma vocação cultural, identificada pela população e pelo próprio governo do estado no início da década de 1970 e enfatizada pelo tombamento junto ao IPHAN, começou a se sobrepor outra, a vocação ecoturística, que a presença de um parque nacional possibilitava.

Para alguns grupos, como o dos empresários ligados ao turismo e o dos guias, isso teve resultado positivo, pois atraía turistas para a cidade. Já para a população no geral, essa nova atividade representou uma ameaça à descaracterização da cultura local, como veremos no próximo tópico e ao final do próximo capítulo.

2.7. “Praça Horácio de Matos agora é dos turistas”. Patrimônio, turismo e meio ambiente e a recepção pela população

Praça Horácio de Matos, principal local de Lençóis, agora é dos turistas
Figura 102. Imagem publicada em jornal local, pela qual se insinua um conflito entre moradores e o turismo. Fonte: Lençóis renasce...,1996.

Essa imagem foi publicada na reportagem *Lençóis renasce com a recuperação do centro histórico* (1996), que noticiava as obras de recuperação das fachadas, empreendidas pelo convênio entre IPAC, IPHAN e prefeitura de Lençóis em 1996/1997. O jornal que a publicou, *Correio da Chapada*, é de circulação local, e esse aspecto nos garante tratar-se de uma mídia feita por e para os habitantes da região. A “curiosa” legenda da foto, associada à placa “Proibido estacionar nesta praça”, revela o conflito entre a nova atividade turística da cidade e o uso cotidiano pelos moradores.

Embora os habitantes de Lençóis, na década de 1990, já estivessem bem mais afeitos ao turismo do que quando ele foi primeiramente proposto, no início da década de 1960, algumas disputas seriam inevitáveis, sobretudo aquelas por recursos e por espaços.

Os jornais locais, a exemplo do citado *Correio da Chapada* e principalmente O

Avante, publicado em Lençóis pela associação de mesmo nome, são importantes fontes de entendimento desses conflitos.

Muitos deles se referiam à destinação dos recursos estaduais e federais, feitos quase todos visando aumentar o fluxo turístico à região. Foi o que aconteceu em relação à construção do aeroporto de Lençóis e do Hotel Portal de Lençóis, ambos dentro da abrangência do PRODETUR/NE – I. Vimos que a decisão sobre o local de implantação do aeroporto gerou uma série de discussões travadas entre ambientalistas, acadêmicos, Ministério Público, governos municipais e população (p. 220, neste capítulo).

Além do local de sua implantação, a população parecia ter outros questionamentos sobre o aeroporto. Em nota publicada no jornal *O Avante*, após informar que o CEPRAM havia aprovado a localização do aeroporto no Tanquinho, passa a questionar sobre a estruturação do turismo como um todo, vista com todos os seus componentes:

Mas a população precisa estar alerta para uma coisa: Aeroporto sozinho não traz progresso para lugar nenhum. Se a gente pensar um pouco, vai se perguntar.

As pessoas que tem dinheiro para viajar de avião se hospedam, comem e gastam seu dinheiro onde?

Quantos turistas o aeroporto vai trazer por mês? Quantos a nossa estrada traria se estivesse em boas condições?

Será que o turista que anda de avião vai querer ficar vindo a Lençóis e cidades vizinhas sem que tenham assistência médica?

Será que este turista vai frequentar bares e restaurantes que não tenham um serviço adequado?

Será que eles retornarão, encontrando na região, crianças sem escola, pedindo nas ruas e o lixo espalhado por todo canto? A resposta é NÃO, eles não vão voltar. Se voltarem, estarão fechados em hotéis 5 estrelas e nada deixarão para a população local. (AEROPORTO..., 1996, p. 3, maiúsculas originais).

Essas inquietações mostram que o turismo estava ainda longe de uma boa estruturação, com problemas de infraestrutura e serviços, e que a cidade também carecia de melhorias básicas nas áreas de saúde, educação, coleta e tratamento de lixo (uma preocupação muito presente nesses anos, em vista dos ambientalistas).

A implantação do Hotel Portal de Lençóis, outra obra financiada pelo PRODETUR/NE – I, também causou alguns conflitos que foram relatados pelo jornal *O Avante*. A primeira preocupação da população pela qual *O Avante* chamava a atenção era em relação à água. A cidade, em 1997, passava por uma crise de abastecimento, e a captação de água pelo Hotel Portal de Lençóis, para abastecimento próprio, ameaçava o turismo, visto que poderia “secar” atrações da cidade:

[...] para garantir seu próprio suprimento de água, o novo Hotel Portal de Lençóis já tem planos em andamento para implantar um sistema privado de captação no Cór-

rego do Grizante, córrego que flui para o Rio Lençóis, um pouco acima do Serrano.

[...] Além dos problemas de cunho legal que esses projetos enfrentam, eles batem de cara com a maior fonte de renda que Lençóis tem atualmente – o Eco-turismo. Nossa cidade vive agora em grande parte do turismo. Lençóis é conhecida no Brasil inteiro, como também no exterior, por suas belezas naturais. Assim não parece sensato fazer qualquer obra ou intervenção que possa diminuir esta fonte de renda, especialmente quando existem outras opções perfeitamente adaptáveis às nossas necessidades.

[...] Não é possível que o Hotel Portal queira assegurar seu acesso à água a custo de prejudicar o Ribeirão do Meio e também a Cachoeira da Primavera, sítios que seus próprios hóspedes vão querer visitar. (ÁGUA..., 1996).

As críticas se deram também em relação à abertura de parte da trilha para o Serrano, que o hotel empreendeu:

Causou muita indignação a atitude desrespeitosa que o Governo Estadual, através da URBIS e sobre os olhos do Portal de Lençóis, tomou em relação à trilha do Serrano. Simplesmente eles desmataram, alargaram e calçaram a trilha, sem qualquer planejamento urbanístico e paisagístico e sem consulta à Câmara, ao Prefeito e a Secretaria de Turismo.

Além desta atitude ser totalmente inaceitável, pois ninguém deve chegar na casa dos outros e destruir seu jardim natural para construir o que quer que seja, sem antes haver um acordo entre as partes, também é grande a demonstração de ignorância (falta de conhecimento) dos mandantes da obra, pois não consideraram que ali é uma trilha, e isto é que a torna diferente e especial para o turista. Contraditoriamente, locais como o Alto da Estrela e o Tomba, que realmente precisam de calçamento, estão há anos sem que o governo tenha verba para isto. **Até quando o dinheiro público será usado para beneficiar aqueles que já tem dinheiro?** (ECOLOGIA..., 1997, negritos originais). (Figura 103)

Figura 103. Trilha de acesso ao Serrano, alargada e pavimentada pelo Hotel Portal de Lençóis. Foto da autora, 2014.

Francisco Brito mostra uma foto de um *outdoor* em Salvador com a propaganda do Hotel Portal de Lençóis, em que se lê a frase “ecologia com mordomia”. Segundo Brito (2005, p. 266),

além de saudada, pelos demais donos de meios de hospedagem, como um dos possíveis fomentadores da elevação do padrão de qualidade dos serviços turísticos da Chapada Diamantina, com a introdução do padrão “ecologia com mordomia” significou, sobretudo, a chegada do grande capital – detentor de rede de hotéis e de empresas que operam em aeroportos e estações rodoviárias – abrindo espaço para seus congêneres, num destino turístico marcado, até então, pela presença de capitais individuais de menor magnitude.

A presença de grandes hotéis na cidade é até hoje vista por certos moradores como contrária à ideia de ecoturismo, na medida em que esses hotéis agenciam seus clientes já nas origens, com um pacote completo de refeições, traslados e guias de turismo que impedem que o turista explore a cidade e tenha contato mais direto com a população, o que acaba fazendo com que saia com uma imagem muito equivocada da realidade de Lençóis.

Brito endossa esse conceito:

Diferentemente dos hotéis e pousadas mais sofisticadas que dispõem de equipamentos como piscinas, salas de jogos, saunas que mantêm o turista envolvido na “bolha ambiental” (BOORSTIN, 1987) e com menos contato com a população local, as pousadas, em sua maioria, não contam com banheiros em todos os quartos e são mais rústicas, oferecendo ao visitante uma experiência mais próxima das condições de vida locais e um contato menos formal com o pessoal empregado nos meios de hospedagem. (BRITO, 2005, p. 268).¹⁷²

Boa parte dos questionamentos sobre a implantação do *ecoturismo* na cidade dava-se no contraponto entre a atenção dispensada ao meio ambiente e ao ser humano. “Chega de meio ambiente, queremos um inteiro”, era o que dizia o editorial de *O Avante*, defendendo que

medidas que visam a preservação dos recurso naturais têm que estar sintonizadas com a sobrevivência das populações que vivem destes recursos. [...]

Preservar o meio ambiente é construir formas de fixar o homem ao seu habitat natural sem que ele o destrua. A natureza e o ser humano não são partes separadas de um meio ambiente, formamos um mundo inteiro. (CHEGA..., 1996, p. 2).

Vale lembrar que o editorial foi escrito no ano em que os garimpeiros de serra sofriam as proibições de garimpar, impostas pelo Ibama.

Frequentemente se alertava para as contradições que o termo *ecoturismo* encerrava:

Se aniquila áreas enormes de florestas e/ou mata singular para erguer hotéis para “ecoturistas”. Se racha um caminho amplo e “motociclável” em cima de uma velha trilha em nome do ecoturismo.

[...]

Espera aí, rapaz. A gente está cortando o galho no qual estamos sentados. Pois, o que é isso então, esse ecoturismo? É fazer passeio para o Ribeirão sem jogar mais que duas latas de cerveja na paisagem? Ou é lucrar e apoiar o, destrutivíssimo esporte Rally, num ambiente único no mundo? (OS GRILOS..., 1997, p. 2).

Esses questionamentos estavam colocados sempre em relação a acontecimentos na

¹⁷² BOORSTIN, D. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Atheneum, 1987

cidade ou na região, que ocorriam sem uma consulta à comunidade. No caso do *rally* mencionado, refere-se ao evento ocorrido em junho de 1997 do Bahia Off Road Clube. Geralmente os eventos são aceitos e apoiados pelos prefeitos da região, que buscam a qualquer custo promover as cidades, sendo essa a crítica mais constante de parte da população.

Tal apoio fica claro na matéria *Off Road Clube na Chapada Diamantina*:

Foram várias as cidades visitadas pelos amantes do off-road, dentre elas Itaberaba, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Lençóis, Itaetê e Iguatu [sic], além de locais paradisíacos como Morro do Pai Inácio e o Poço Encantado. Em quase todas as cidades, o off-road foi esperado com uma recepção especial, com direito a alimentação e desfile pelas ruas. Os prefeitos, por sua vez, foram homenageados com troféus e camisas do clube. (ASSIS, 1997).

Em 1997, a associação *O Avante* escreveu um *Manifesto da Comunidade organizada de Lençóis* no qual rogava por participação popular nas decisões governamentais. O manifesto iniciava-se retomando o tema do meio ambiente como combinação do ambiente natural e o fator humano, e afirmando que a comunidade é conhecedora de suas próprias necessidades:

Nascemos em Lençóis ou escolhemos Lençóis para viver. Aqui estamos nos criando e vivenciando o cotidiano. Este é um ambiente inteiro, onde convivem cidadãos, animais, serras, cidade, águas, plantas e um lindo céu azul. Vivemos aqui tanto as coisas boas quanto as ruins, sendo portanto conhecedores de nossa necessidade. (MANIFESTO..., 1997, p. 8).

Logo após iniciava-se um texto que pontuava ações requeridas pela comunidade, deixando clara a reivindicação de participação nas decisões:

Infelizmente, a maioria dos projetos e ações que aqui se instalam não envolvem suficientemente a comunidade.

Queremos decidir sobre os rumos do nosso futuro!

Queremos respeito à nossa história, às raízes culturais de uma cidade que nasceu do DIAMANTE! (MANIFESTO..., 1997, p. 8).

Outras situações demonstraram a mesma reivindicação, como quando da criação do Conselho Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico (CONTUR), em 1998. Segundo publicação em *O Avante*, o conselho havia sido criado “sem ampla divulgação e sem a realização de uma reunião pública para a escolha dos representantes da comunidade”, o que fazia com que o próprio conselho desrespeitasse a Lei, em seu Artigo 6º: “para a instalação do CONTUR, o chefe do Poder Executivo convocará interessados e entidades não governamentais para a reunião pública a que se dará ampla divulgação” (CRIAÇÃO..., 1998, p. 5).

A Associação Comunitária Avante Lençóis dizia não haver sido convidada, juntamente com outras entidades ambientais – premissa da Lei de criação do conselho – que ficaram de fora, como a Associação de Guias e a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Lençóis. Reclamavam, ainda, que apenas os empresários tinham representantes no conselho: dos quatro representantes da sociedade civil que o compunham, todos eram da Associação dos Empresários do Setor Turístico, a ASSET:

Além da ASSET, outras entidades da comunidade devem participar nas discussões das políticas do turismo do município de Lençóis, apresentando recomendações voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável do Município, em especial para o turismo não predatório. (CRIAÇÃO..., 1998, p. 5).

Voltando ao *Manifesto da Comunidade organizada de Lençóis*, é interessante notar a reivindicação constante de respeito à cultura e à história local, colocados no último parágrafo citado. Ao ressentimento em estar sempre de fora das decisões, em não ser consultada, junta-se o que consideravam um descaso com a cultura local e um desrespeito aos cidadãos. No caso da construção do aeroporto, por exemplo, consideravam que este não deveria ser prioridade (conforme vimos na p. 235), e ao elencar o que seria mais importante, colocam como principal o respeito à história e cultural local.

Precisamos de muitas coisas, que deveriam ter vindo ANTES DO AEROPORTO, mais [sic] se para os políticos o aeroporto vem primeiro, nós aceitamos de bom grado. Porém, queremos que venha junto com o aeroporto: EDUCAÇÃO, SAÚDE, INFRA-ESTRUTURA BÁSICA, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE (regulamentação do Parque Nacional da Chapada), EMPREGO, ESTRADAS E PRINCIPALMENTE RESPEITO A NOSSA CULTURA, NOSSA HISTÓRIA E AOS CIDADÃOS QUE NASCERAM E VIVEM AQUI. (AEROPORTO..., 1996, p. 3, maiúsculas originais, grifo nosso).

O jornal noticiou também um manifesto elaborado por alunos secundaristas de Lençóis, lido na ocasião do curso de pós-graduação em Antropologia e Turismo da UEFS, que acontecia na cidade. O curso pretendia discutir o turismo em Lençóis e elaborar diretrizes de desenvolvimento econômico com fortalecimento cultural. Os alunos “invadiram” uma das aulas e apresentaram o documento *Lençóis: o que somos e o que queremos*, cujos “principais pontos” o jornal reproduziu:

Será que é seguro vivermos dependentes de uma única atividade econômica? Como ficaria Lençóis se de alguma forma o turismo viesse a acabar, como aconteceu com o garimpo? Como vamos conviver com a transformação cultural sem destruir a nossa identidade? Como vamos enfrentar objetivamente a pobreza que aumenta em Lençóis?

Queremos **participar** destas transformações como **pessoas ativas**. Queremos definir **conjuntamente** o que queremos para nossa cidade. (CURSO..., 2000, p. 2, negritos originais).

Em cartas dos leitores publicadas no jornal, a preocupação com a perda das tradições também aparece, alertando para uma necessidade de consenso entre as aspirações dos nativos e não nativos, e expressando nas entrelinhas algumas imposições:

[...] Eu acredito que o interesse da comunidade deve ser defendido, a cultura, o respeito aos cidadãos. Mas como? Exageradamente, se corre o risco de barrar o crescimento da cidade, de certo que muitos dos que aqui chegam possam ter práticas e comportamentos que choquem os moradores.

Com uma atitude de defesa exagerada, como acreditar que todos que vem [sic] de fora tem que ser explorados ou vice versa [sic]. “*Você vem de fora, não sabe nada do mato. Você é nativo, é tabaréu. Um serve para dar o dinheiro e o outro para dar o suor*”, estamos repetindo os modelos de exclusão e separação que conhecemos como

Israel x Palestina ou o impedimento da entrada de imigrantes nos Estados Unidos.

O som alto do rock roll [sic], ou da música brega até altas horas, ou mesmo as estruturas criadas como a do festival de Inverno (megalômana e vertical para a comunidade) ou descriadas como a festa do Sr. dos Passos, que mostra uma total falta de respeito às tradições da comunidade, são exageros que devem ser eliminados. (SANTOS, 2002, p. 4, grifos originais).

A tradição e cultura a que se referem correspondem às práticas e modo de vida do garimpeiro. Propostas de alterações desses referenciais, para transformá-los em atrações turísticas, são fortemente rechaçados pela população, a exemplo da Festa de Nosso Senhor dos Passos, citada anteriormente, e da mudança de uso de alguns espaços, como o mercado e o Teatro de Arena. Trataremos mais detalhadamente esses conflitos no próximo capítulo.

A associação Avante expressava uma forte preocupação com o turismo na cidade e o choque cultural, social e econômico que ele poderia provocar. Na seção “Nossa Gente”, publicada sempre na última página de cada edição e na qual se entrevistava uma ou mais pessoas da comunidade (geralmente idosos)¹⁷³, duas perguntas frequentes eram: o que a pessoa achava sobre o turismo, e como era a vida no passado.

No geral, a maioria dos entrevistados via com bons olhos o turismo, associando-o ao “movimento” na cidade. Visto que durante as décadas de 1960 e 1970 a cidade estava esvaziada, com população baixíssima composta na maioria de velhos e crianças, a retomada do movimento remetia às épocas de prosperidade econômica do município.

Para mim o turismo é muito bom, pois se não tem turista não tem movimento. Acho que o turismo não pode trazer coisas ruins. Turismo gera movimento e é melhor para trabalhar.(NOSSA GENTE. JOSEFA GOMES DOS SANTOS, 1999).¹⁷⁴

Em contrapartida, o turismo trazia o contato com o diferente e o desconhecido, naquela comunidade acostumada a ter total controle sobre o grupo. Com eles, vinham também as “doenças”:

Em parte mudou para melhor e em parte para pior. O turismo, por exemplo, tem dado muita vida a Lençóis, mas meio desorganizado. Você vê o número de gente que tem aqui hoje e você não sabe de onde eles vêm. Chegam e vão ficando aí sem você saber quem é. Dava pra saber porque a cidade só tem uma entrada, podia ter um posto na entrada da cidade e todos os ônibus se identificavam. (NOSSA GENTE. SEU CÍCERO, p. 8, 2003).¹⁷⁵

Quando eu era criança a cidade era bem atrasada, agora está bem avançada. A população cresceu e trouxe algumas coisas boas e ruins. De bom veio o turismo, as pousadas que geraram empregos que antigamente não tinha. De ruim veio doenças. A cidade cresceu muito.(NOSSA GENTE. VIVALDINO PEREIRA AZEVEDO, 1999, p. 8).¹⁷⁶

173 Essa seção procurava mostrar pessoas simples e que não tinham, na maioria dos casos, projeção na vida pública. Tratava-se de garimpeiros idosos, professoras, bordadeiras ou líderes de manifestações culturais, como o do reisado no distrito do Remanso, uma comunidade rural quilombola de Lençóis.

174 Josefa Gomes dos Santos ou “D. Zefinha”, segundo o jornal, trabalhava “vendendo café, bolo e beijú na barraquinha que fica exposta na Feirinha de Artesanatos”.

175 “Seu Cícero” é garimpeiro nascido em Lençóis.

176 Com 62 anos, o “Norato”, como é conhecido Vivaldino Pereira Azevedo, “trabalha cortando pedra na serra do Grisante”.

Para os mais velhos, a nova atividade econômica contrapunha-se ao garimpo por não gerar a violência que aquele gerava:

Antigamente todo mundo achava diamante na rua e a violência era muito grande porque os coronéis queriam os diamantes para ficarem mais poderosos. Hoje melhorou muito, pois o turismo trouxe muita paz para Lençóis. Agora as pessoas trabalham sem risco de vida. (NOSSA GENTE. MARIA MINELVINA DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 8).¹⁷⁷

Em 1999, o jornal publicou uma pesquisa elaborada por alunos da rede pública de ensino, *O que a comunidade pensa do turismo*, cujo objetivo era “abrir a discussão para a comunidade e oferecer dados para projetos e iniciativas do setor público, dos empresários e da comunidade organizada”. Um das justificativas era “impedir a destruição da identidade da comunidade local” (COMUNIDADE..., 1999, p. 3). O trabalho fazia parte do estudo “os reflexos sociais do turismo em Lençóis”, da disciplina de sociologia do 2º ano colegial do Centro Educacional Renato Pereira Viana (CERPv).

Algumas das perguntas da pesquisa foram: O que é turismo? Quem é responsável por cuidar do turismo? O turismo pode chegar ao fim? Quais são os problemas que o turismo traz para a cidade? Você aprova o fechamento do garimpo? Qual é o destino dos garimpeiros? Nota-se que o fechamento do garimpo aparece aqui estritamente associado ao turismo, e não à preservação da natureza ou criação do parque nacional. (Figura 104)

Segundo esse gráfico, os principais problemas trazidos pelo turismo eram de cunho social: drogas e violência, doenças e prostituição somavam praticamente metade das respostas. “Poluição” também era vista pela população como uma das principais consequências, associada principalmente ao lixo deixado nas trilhas e rios. É interessante notar, ainda, a indicação da “falta de preservação” como outro problema, que poderia estar agrupado, junto à poluição, aos problemas de cunho ambiental.

Outro aspecto digno de nota refere-se ao resultado da pergunta *O turismo pode chegar ao fim?*, para a qual 36% dos respondentes disseram “não, porque Lençóis é um patrimônio histórico e turístico”, ou “porque é divulgado mundialmente” (COMUNIDADE..., 1999, p. 3). A resposta à pergunta *O que você vai fazer para melhorar a situação da cidade?*, também perpassou pela preservação: “metade respondeu que pode preservar”.¹⁷⁸

As respostas à pergunta *Quem é responsável para cuidar do turismo?*, ao elencarem os órgãos ambientais, como o Ibama e o CRA, além da secretaria de Turismo, Bahiatursa e prefeitura, demonstram que o turismo já estava fortemente associado à natureza.

O fato de, em Lençóis, predominar o turismo de aspecto ecológico desagradava também ao poder público. Em 1989, o jornal *Lampião* publicava que “ex-prefeito prefere turismo cultural”. Apresentando-o como “o primeiro a ter uma visão do potencial turístico da região, a ponto de ter criado em 61 o Conselho Municipal de Turismo”, esclareciam que Olimpio

¹⁷⁷ Maria Minelvina da Conceição ou “D. Preta”, com 100 anos na data desta entrevista, “foi garimpeira, pedreira, agricultora, parteira e doméstica”.

¹⁷⁸ Importante mencionar o grande número de pessoas que não emitiram opinião sobre as perguntas, em torno de 30%.

Comunidade se manifesta sobre o **TURISMO**

Fotos: Sueli Seixas

Os alunos do CERP (Centro Educacional Renato Pereira Viana) entrevistaram pedreiros, domésticas, garimpeiros, guias, recepcionistas, comerciantes, estudantes, professores, aposentados, pessoas ligadas a hotéis e outros, num total de **124 pessoas**. A metade das pessoas entrevistadas esperam que o turismo traga desenvolvimento e melhores condições de vida. Eles tem esperança que o turismo seja

uma saída econômica. A outra metade mostra uma falta de expectativa em relação ao turismo. 47 pessoas (38%) disseram que somente os donos de pousadas, hotéis e os guias são realmente beneficiados. 71 pessoas (57%) não tem opinião sobre isso.

Na opinião da comunidade:

O que é turismo?

- Deslocamento de pessoas
- Fonte de renda
- Pessoas que visitam a cidade
- Lazer
- Trabalho
- Passeios ecológicos
- Uma indústria

Quem é responsável para cuidar do turismo?

- Secretaria de Turismo
- Ibama
- CRA
- Prefeitura
- Bahiatursa

O objetivo da pesquisa

A rapidez da mudança da economia do garimpo para o turismo está gerando fortes impactos sociais em Lençóis, sendo necessário um trabalho efetivo de educação para impedir a destruição da identidade da comunidade local. O objetivo da pesquisa é abrir esta discussão na comunidade e oferecer dados para projetos e iniciativas do setor público, dos empresários e da comunidade organizada.

Como foi feita a pesquisa

Este trabalho fez parte do estudo do tema "os reflexos sociais do turismo em Lençóis", da disciplina sociologia, do curso do 2º Formação Geral do colégio CERP. Os alunos foram divididos em 4 grupos, por região da cidade: Tomba, Alto da Estrela, Lavrado e Centro.

Prof. Márcio Caires. Alunos que organizaram os dados da pesquisa: Davi Rebouças, Erilene Souza, Ilan Iglesias, Pedrina Andrade, Silvio Oliveira, Tiago Pereira e Uyara Castro.

Veja a pesquisa completa na biblioteca do Avante e do CERP

Os problemas que o turismo traz para a cidade:

Sobre o fechamento do garimpo

A comunidade está dividida na opinião sobre o fechamento do garimpo:

O bolo se divide em três partes quase iguais entre as pessoas que *aprovam* o fechamento do garimpo, as que *não aprovam* e as que *não têm opinião* formada.

As pessoas que *aprovam* o fechamento entendem que foi bom por causa da destruição do meio ambiente. E as pessoas que *não aprovam* o fechamento falam que muita gente ficou sem trabalho e muita gente passa fome em nosso município.

E o destino dos garimpeiros?

Procurar outro meio de sobrevivência em outro lugar, ficar desempregado, levar a vida como pode, passar necessidade e viver de aposentadoria. Poucas pessoas (23%) responderam que o destino é trabalhar no turismo.

O turismo pode chegar ao fim?

- **SIM (35%)**
 - Porque nas mãos de pessoas erradas pode acabar
 - Porque depende da administração do prefeito
 - Assim como o ciclo do café, do açúcar e do fumo, o turismo também terá seu fim
 - Porque pode faltar mão de obra na cidade

NÃO (36%)

- Porque Lençóis é divulgada mundialmente
- Porque Lençóis é um patrimônio histórico e turístico
- Porque os turistas ganham muito vindo aqui.

NÃO TEM OPINIÃO (29%)

O que você vai fazer para melhorar a situação da nossa cidade?

- Metade respondeu que pode preservar e a outra metade diz que não pode fazer nada ou não tem opinião.

Figura 104. Pesquisa de estudantes de Lençóis divulgada no jornal O Avante, mostrando o que a comunidade pensa sobre o turismo. Fonte: Comunidade..., 1999, p. 3.

Barbosa Filho estava “preocupado com o rumo” que vinha “tomando o turismo, particularmente em Lençóis”. O ex-prefeito defendia que se desse “mais atividade ao Conselho Municipal de Turismo, para que os conselheiros elaborem um plano, um projeto turístico que venha a modificar completamente esse turismo que estamos vendo acontecer” (EX-PREFEITO..., 1989, p. 2).

Dentre os aspectos destacados por ele, estavam o de “verdadeira civilização” que teria sido Lençóis “antes de Horácio de Matos”; “os imortais Afrânio Peixoto e Urbano Duarte”, além de seu próprio pai, Olímpio Antonio Barbosa, “que foi um dos proprietários do jornal O Sertão [...] e ainda deixou O Pequeno Álbum de Lençóis, que tem dados importantes de nossa história” (EX-PREFEITO..., 1989, p. 2).

Hoje, a associação do turismo à perda cultural¹⁷⁹ ainda é grande. Uma questão bastante levantada nas entrevistas que fizemos foi em relação aos festejos de São João, que vêm perdendo suas características tradicionais. O “São João” era uma festa de grande importância na cidade, mas tinha um aspecto bem diferente do que tem hoje. A pesquisa de Maria Salete Gonçalves, realizada entre 1976 e 1979, descreve como era a festa nessa época:

O São João é comemorado durante uma semana inteira, nas casas e nas ruas. Nas casas, servem-se salgados e doces: bolos de batata, de aipim, doces variados, amendoim cozido, pipoca, mungunzá, canjica de milho verde, acarajé, frango com arroz, quarto de porco assado, batata assada na fogueira. Serve-se também quentão e licor de jenipapo. O povo vai de casa em casa, comendo e bebendo. Cada convidado leva mais dez, o dono da casa põe na rua os onze...

[...] No dia de São João, soltam-se fogos e balões. Fazem-se fogueiras, nas portas das casas. As mulheres perguntam-se entre si: *quem vai tirar sua figueira?* (quem irá trazer a lenha para a fogueira?). Há *fogueira de Ramo*: corta-se uma árvore pequena e finca-se no meio de uma figueira, antes de atear fogo. Na árvore penduram laranjas, milho, bolachas, aipim, garrafas de bebida. À medida que o fogo vai tomando os ramos da árvore, as prendas soltam-se e são disputadas pelas crianças e adultos. (GONÇALVES, 1984, P. 189-190).

Figura 105. São João de Lençóis. Tradicionalmente, a população enfeitava ruas e casas, e fazia a fogueira na rua, defronte às casas. Com a transformação da festa em evento regional, essas formas têm gradativamente se alterado. Autor: Calil Neto, 2008. Foto gentilmente cedida pelo autor.

¹⁷⁹ Entendemos que o termo mais apropriado para qualificar “cultural” seja “transformação”, e não perda, mas o usaremos por representar melhor a sensação da maioria dos entrevistados.

Um dos moradores entrevistados relembrou várias fogueiras de Ramo, descrevendo as feitas pelas pessoas mais pobres e pelas mais ricas:

Ia no mato, cortava uma árvore e enchia de presentes. Botava havaiana, uns colocavam sabonete, rapaz, ganhar um sabonete era uma festa! Colocavam alguma fruta, banana, outros colocavam um pente, que era coisa muito rara né, naquela época. Tinha as fogueiras aqui que eram bem famosas, tinha a de dona Julinha, que era lá em cima, ali de junto da Embasa, o pessoal ia, todo mundo queria ir. Tinha a fogueira de Daniel, que era lá de junto daquela pousada Violeiro, ele colocava muitas coisas também, e tinha a fogueira de seu Cesário, era a mais famosa. E tinha outras também. Pessoal colocava cana, colocava fruta pão, laranja... o pessoal apanhava tudo. As fogueiras de quem não tinha condição, colocava essas coisas, né, essas coisas mais simples, e quem tinha condição colocava outras coisas, sapato, sandália havaianas, sabonete, escova de dente, o pessoal tinha muito interesse, um pente, o pessoal ficava tudo doido pra pegar. (informação verbal)¹⁸⁰

Mais de um entrevistado mostrou-se ressentido pela perda desses aspectos da festa. Um deles associou a “culpa” aos próprios moradores, alegando que as festas “tenham acabado” porque os moradores teriam “fechado suas casas”: “Ninguém quer mais deixar as pessoas entrarem nas casas. Como é que vai ter São João? O Reisado mesmo. Ninguém mais abre a porta pro reisado” (informação verbal).¹⁸¹

Há alguns anos, a festa de São João tem se transformado em um evento turístico, apoiado e incentivado pela Bahiatursa e contando com “fontes do orçamento municipal, vendas de espaço público para instalação de barracas e pontos para ambulantes, captação de patrocínio privado de grandes empresas, de comerciantes locais e apoio do governo estadual.” (BAHIA, 2013, p. 6). Os “atrativos musicais” garantem a atração de turistas e o sucesso econômico do evento. Um relatório recente elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) que avaliou os impactos econômicos e sociais da festa, afirma que

Os shows musicais são o principal atrativo da festa de São João que, nas últimas décadas, deixou de cumprir os ritos tradicionais característicos de cada localidade para se aproximar do estilo das bandas midiáticas que se apresentam em grandes palcos montados pelas prefeituras nas praças centrais das sedes municipais [...]

No caso das atrações artísticas, cada período evidencia um grupo de “estrelas” que, de alguma forma, é associado aos expoentes do Carnaval reconhecidos pela mídia nacional e internacional. As festas de São João são palco certo para nomes como: Aviões do Forró, Adelmário Coelho, Calypso, Flávio José, Calcinha Preta, Estakazerro, mas também para Ivete Sangalo, Chiclete com Banana, Claudia Leite. Uma série de outros artistas de expressão local e regional, sem grande exposição midiática, encontra espaço de trabalho durante o período junino, tanto em suas cidades de origem como na circunvizinhança. (BAHIA, 2013, p. 6).

Como se nota, embora ainda exista “espaço de trabalho” para “artistas de expressão local e regional”, a ênfase é dada aos grupos “de grande exposição midiática”. Pode-se imaginar o contingente de pessoas que um evento como esse atrai para a cidade, principalmente

¹⁸⁰ Informação fornecida por Açony José Santos Silva em entrevista realizada em Lençóis, em 11 de dezembro de 2014.

¹⁸¹ Informação fornecida por Açony José Santos Silva em entrevista realizada em Lençóis, em 11 de dezembro de 2014.

de procedência regional. Nos dias de festa, a população da sede do município dobra. Isso certamente justifica o fato das pessoas fecharem suas casas. Apesar de alguns moradores ainda fazerem as fogueiras nas ruas, defronte às casas, as portas tem que se manter fechadas, diante da inconveniência de estranhos transitando pela cidade.

O relatório da SEI questiona os benefícios econômicos reais da festa, e destaca os prejuízos culturais:

Do ponto de vista cultural, o principal questionamento da passagem de festa tradicional para uma dimensão de evento decorre da ruptura com expressões diversas e lúdicas que, antes, marcavam as celebrações do São João, proporcionavam integração social e fortaleciam a identidade das comunidades. A padronização da festa pela indústria cultural redesenhou as formas de manifestação, dando-lhe formato de evento lucrativo para os empresários e de elevado custo para as prefeituras municipais. (BAHIA, 2013, p. 7).

Alguns aspectos ainda são mantidos, como as tradicionais quadrilhas, executadas no Teatro de Arena. Recentemente, um conflito entre o pároco local e a comunidade fez com que se mudasse o local da festa para o Mercado Cultural, o que contribuiu ainda mais para a sensação de descaracterização cultural da festa de São João¹⁸².

Existiam outras manifestações em Lençóis que estão praticamente extintas, como a Alimentação das Almas, ou que perderam muito sua força após a morte de seus principais líderes, como a Marujada e o Reisado. Em contrapartida, novas manifestações surgiram na cidade nos últimos anos e vêm se consolidando, como o Maracatu Diamante (Figura 108 a Figura 110) e o grupo percussivo Percuhitts (Figura 107). O Maracatu Diamante foi inserido por pessoas vindas de outras cidades que se fixaram em Lençóis, mas contam também com moradores nativos. Já o Percuhitts, é composto de jovens de idade entre 7 e 17 anos, predominantemente nativos.

Outras ainda, foram recentemente resgatadas, como o Boi Esperança (Figura 106), o folguedo do bumba meu boi de Lençóis. Segundo o portal de notícias Cidade dos Diamantes, o bumba meu boi teria existido na década de 1930, com o nome de Boi Janeiro, e se extinguido. A volta do folguedo foi de iniciativa do grupo musical Africana, composto por pessoas de outros estados radicados em Lençóis.¹⁸³

Figura 106. Boi Esperança, de Lençóis. Autor: Calil Neto, 2008. Arquivo do Foto gentilmente cedida pelo autor.

¹⁸² Trataremos desse conflito no item 3.4 do capítulo 3.

¹⁸³ Boi Esperança: o Bumba meu Boi de Lençóis. Cidade dos Diamantes, s/d. Disponível em: <http://www.cidadedosdiamantes.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26%3Aboi-esperanca-o-bumba-meu-boi-de-lencois&catid=176%3Aarte-a-cultura&Itemid=1>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Figura 107. Grupo percussivo Percuhitts se apresentando nas ruas de Lençóis. Foto da autora, 2012.

Figura 108. Grupo Maracatu Baque Diamante de Lençóis. Autoria: Açony Santos. Fonte: Santos, 2013.

Figura 109. Grupo Maracatu Baque Diamante se apresentando nas ruas de Lençóis. Fonte: Grupo Maracatu Baque Diamante.

Figura 110. Grupo Maracatu Baque Diamante nas ruas de Lençóis. Fonte: Grupo Maracatu Baque Diamante.

2.8. As ressignificações de Lençóis causadas pelo turismo

Se a década de 1970 foi marcada pela busca do turismo por meio da preservação do patrimônio histórico, pela destruição de parte da cidade por uma tromba d'água, e pela luta do governo municipal em conseguir investimentos do governo federal, os anos de 1980 seriam de colheita desses esforços.

O turismo começava a tornar-se uma realidade, sobretudo após a construção da Pousada de Lençóis. A cidade começava a receber alguns investimentos do governo federal, por meio das obras do PCH e do SPHAN/Pró-Memória. Este se instalou em Lençóis com um escritório técnico e começou a fazer parte do cotidiano da população.

Paralelamente, a década foi marcada pelos conflitos oriundos da preservação do meio ambiente, em contraposição com um tipo de garimpo alheio à cultura de Lençóis, com alto poder de destruição da natureza e que trouxe, ademais, diversos problemas trabalhistas e tributários.

Duas ações de preservação ambiental foram feitas: a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do Parque Municipal da Muritiba. Vale destacar que, assim como o tombamento, a criação dessas unidades de preservação partiu de agentes locais, e não de técnicos dos órgãos de preservação ou do governo municipal.

Mesmo com um turismo já perceptível e com a retomada da atividade garimpeira, a qualidade de vida de grande parte da população ainda era extremamente precária, como pudemos ver pela análise do *Inventário de Imóveis em Situação de Arruinamento*, de 1985.

Na década de 1990, as ações de desenvolvimento turístico do governo do estado criam o *produto Chapada Diamantina* e passam a divulgá-lo e vendê-lo, sobretudo no mercado internacional, como sinônimo de *ecoturismo* e de *turismo de aventura*. A região recebe alguns investimentos de infraestrutura para levar o turista até a sua atração e para atrair os investimentos privados. Visando preservar este *produto*, o governo estadual cria as Áreas de Preservação Ambiental Marimbus-Iraquara e Serra dos Barbados, englobando “atrações” que estavam fora dos limites do parque nacional. O garimpo mecanizado é extinto por meio de ação conjunta com o governo federal e, alguns anos depois, também o garimpo de serra fica proibido.

Com o ecoturismo, começam a surgir as ameaças de perda de lugares, como o Morro do Pai Inácio. Ambientalistas, ONGs e membros da população em geral se mobilizam, pedem o tombamento do Morro do Pai Inácio e realizam outras ações para transformá-lo em reserva natural ou parque estadual.

A perda cultural também configura-se como ameaça, sobretudo após a proibição do garimpo. Seu fechamento em Lençóis é associado tanto à criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina (MACIEL, SENNA, GUANAES, 2012) quanto às intenções do governo do estado de transformar a Chapada Diamantina em um polo *ecoturístico* (BRITO, 2005). Parque ou *ecoturismo*, o fato é que, com a proibição do garimpo e, sobretudo, com a “taxação” do garimpeiro como “criminoso” – atribuído primeiro ao garimpo mecanizado, mas por extensão

ao garimpeiro de serra – ocorre um deslocamento e um esgarçamento que levou à ruptura dos significados culturais, atribuídos tanto a Lençóis, enquanto paisagem urbana, quanto ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, enquanto paisagem natural.

Tentamos demonstrar que nem as intenções originais da criação do parque, nem da implementação do turismo pelo tombamento, propunham a quebra desse elo. Pelo contrário, vimos que a vocação de Lençóis, assim como de outras cidades da Chapada Diamantina, foi colocada no sentido de um turismo cultural. O que provocou essa destituição de significados foi a divulgação, tanto pelo Governo do Estado da Bahia quanto pelas agências e pela mídia, de um *produto ecoturístico* denominado Chapada Diamantina.

Como essas ações podem ter influenciado na mudança de significados atribuídos a Lençóis por sua população? Com o objetivo de ter algumas pistas de como os moradores veem Lençóis atualmente, a partir da importância adquirida pelas atrações naturais da cidade no cenário turístico, elaboramos um questionário que nos ajuda a desvendar essa questão¹⁸⁴, e complementa os dados extraídos da análise de textos de periódicos e das entrevistas que realizamos com os moradores.

Entre os dados adquiridos por meio do questionário, o que nos interessa, para o assunto em questão, é o cruzamento dos relativos à idade dos respondentes, com as respostas às seguintes perguntas: O que é importante preservar em Lençóis? O que mais gosta em Lençóis? Onde costuma ir em suas horas de lazer?

Para as três questões, ao considerarmos o total dos respondentes, observamos que a natureza é elemento predominante.

Em relação à pergunta “O que é importante preservar em Lençóis?” (Figura 111), ao somarmos as porcentagens das respostas para “natureza”, “rios”, “meio ambiente”, “trilhas” e “paisagens”, elas atingem 49%. O grupo que pode representar o patrimônio material (arquitetura, casarões e patrimônio) e imaterial (cultura, história e manifestações culturais) atinge 44%.

Figura 111. O que é importante preservar em Lençóis? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

¹⁸⁴ Explicações detalhadas sobre esse questionário estão na Introdução deste trabalho.

Quanto à resposta para “O que você mais gosta em Lençóis?” (Figura 112), as palavras associadas à natureza (rios e cachoeiras, paisagem e natureza propriamente dita), somam 59%, enquanto os elementos do patrimônio e cultura, no geral (festas, cultura, arquitetura, praças e ruas) atingem juntos 20%. É interessante notar, nesse gráfico, o apontamento de uma característica – a tranquilidade – que representou 11% do total de respostas.

Figura 112. O que você mais gosta em Lençóis? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

Em relação à questão “Onde costuma ir em suas horas de lazer?” (Figura 113), rios e cachoeiras e trilhas somados, correspondem a 59%, seguidos, em importância, pelo espaço público: ruas e praças, balaustrada, coreto e quadra somam 26%. Espaços semipúblicos de consumo (bares e restaurantes) somam 7%, e os espaços privados (casas de familiares e de amigos) atingem 8%.

Figura 113. Onde costuma ir em suas horas de lazer? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

No entanto, ao analisarmos os dados separadamente por grupo de idade, há uma diferença significativa, conforme apontam os gráficos da Figura 114. Para o grupo de respondentes de 11 a 15 anos, os rios e cachoeiras são os lugares mais frequentados (54%), seguidos predominantemente de espaços públicos (36%). Já para os demais grupos de idade, os rios e cachoeiras prevalecem com uma porcentagem muito maior.

Em todos os casos, os gráficos demonstram que a sociabilidade em Lençóis se dá no espaço público: apenas entre os pré-adolescentes (11 a 15 anos) foram apontadas casas de amigos e familiares, mesmo assim com porcentagem muito reduzida.

Figura 114. Onde costuma ir em suas horas de lazer? Respostas segundo os grupos etários, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

A análise do que as pessoas mais gostam em Lençóis, por grupo de idade, é a que revela mais distanciamento entre as respostas de mais velhos e mais jovens. Para o grupo de 11 a 15 anos, os rios, cachoeiras e paisagens prevalecem. Conforme se analisa sucessivamente

os grupos mais velhos, as características imateriais da cidade vão adquirindo importância: no grupo de 16 a 25, rios e cachoeiras estão em primeiro lugar, seguidos de tranquilidade. No de 26 a 45, a tranquilidade vem em primeiro lugar, seguido de natureza. Respostas como cultura, cidade, arquitetura também são mais recorrentes que no grupo anterior. Isso também acontece no grupo de 46 a 59. Para os maiores de 60, a tranquilidade, as pessoas e natureza apareceram de forma igualitária. (Figura 115)

Figura 115. O que você mais gosta em Lençóis? Respostas segundo os grupos etários, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

É esperado que essas preferências em relação à cidade – o que mais gosta e onde costuma ir – estejam diretamente relacionadas à visão do que se deve preservar em Lençóis. Nas respostas por grupos de idade a essa pergunta, natureza, rios e meio ambiente ficaram sempre em primeiro lugar, seguidos de cultura (Figura 116). No entanto, se agrupamos as respostas relativas ao patrimônio cultural (arquitetura, cultura, história, manifestações cultu-

rais), elas somam, entre todas as idades, 44%, o que nos parece uma relação bem equilibrada entre os elementos naturais e os culturais. (Figura 117)

Esse equilíbrio se nota também nos grupos de idade de 11 a 15 e de 16 a 25; porém, para os grupos de idade de mais de 26 anos (26 a 45, 46 a 59 e mais de 60), os elementos culturais somados atingem a ordem de 62 a 68%. (Figura 117)

Figura 116. O que é importante preservar em Lençóis? Respostas segundo os grupos etários, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

A chave para a interpretação desses dados parece estar mesmo na idade dos respondentes, associado à idade do tombamento da cidade, criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e aumento do fluxo do turismo em Lençóis na década de 1990. O grupo de respondentes de 16 a 25 é o que vivenciou, durante sua formação, digamos, o processo de “ressignificação” que identificamos. A vivência desse grupo já se insere em uma cidade *ecoturística*; a associação de Lençóis com esse tipo de turismo possivelmente é o que faz com que os

Figura 117. O que é importante preservar em Lençóis? Respostas agrupadas segundo patrimônio natural e cultural, segundo os grupos etários, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

elementos naturais sejam os mais indicados como necessários de preservar.

Já para os grupos de pessoas mais velhas, os elementos culturais se sobressaem em relação aos demais, provavelmente devido às perdas culturais oriundas de uma maior divulgação dos atrativos de natureza em relação aos de cultura.

A perda desse vínculo veio à tona em processos de resistência cultural nos anos 2000. Quando o Programa Monumenta estava para se instalar na cidade, um dos “problemas” colocados na Oficina de Planejamento Participativo foi a pouca força do turismo cultural. Esse problema é colocado até hoje pela população.

Quanto ao IPHAN, o órgão tem uma presença bem consolidada em Lençóis: 95% dos respondentes acham que é importante para a cidade (Figura 118). Quanto ao papel do

órgão (Figura 119), nota-se que sua função de preservação ligada ao patrimônio material é relevante: 23% responderam frases que remetem ao construído: preservar os casarões (12%), preservar a arquitetura (8%) e preservar as fachadas (3%). “Preservar o patrimônio” foi a resposta mais recorrente, com 44%, mas ela pode estar ligada à associação direta com o nome do órgão. A ligação do papel do órgão com a cultura, no seu sentido mais amplo, foi pouco mencionada: preservar a história, preservar a cultura, preservar as crenças e garantir identidade do povo somaram apenas 11%. Fiscalizar e punir representou 14% das respostas. (Figura 120)

Figura 118. O IPHAN é importante para Lençóis? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

Figura 119. Qual é o papel do IPHAN em Lençóis? Respostas obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

Figura 120. Qual é o papel do IPHAN em Lençóis? Respostas agrupadas segundo diferentes conceitos, obtidas a partir da aplicação de questionário aos moradores. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2014.

É importante mencionar algumas respostas, mesmo que não sejam maioria quantitativa, como as que apontam para a falta de diálogo do órgão com a população, mencionam a burocratização do órgão e outras que ressaltam alguns aspectos positivos:

O papel do IPHAN é acompanhar a política patrimonial da cidade, no entanto não possui estrutura, e sua postura técnica [sic] o torna muito distante da comunidade. Eu entendo que é importante que exista uma instituição pública com o papel do IPHAN, portanto acho ineficiente sua ação. (pessoa que não quis se identificar).

Eu acho que o IPHAN age de uma maneira que prejudica as pessoas, sei que é o trabalho deles, mas deveria olhar o lado dos habitantes também. (estudante, de 16 a 25 anos, natural da Chapada Diamantina e residente no Alto do Cajueiro).

O IPHAN é um padroeiro de Lençóis, lá se pode encontrar história bem importante sobre a cidade. (estudante de 11 a 15 anos, natural da Chapada Diamantina e residente no Lavrado).

Não deixar que as construções velhas se consertem. (estudante de 11 a 15 anos, natural da Chapada Diamantina e residente no centro).

Não deixar que as velhas construções (patrimônio) se modifiquem. (estudante de 11 a 15 anos, não forneceu dados em relação a nascimento e bairro onde mora).

Imagino que seja importante, mas não posso dizer que vejo esse órgão bastante atuante na cidade. Observo várias irregularidades no próprio centro histórico e não sei dizer se o IPHAN está tentando ou conseguindo inibir isso. (agente de turismo, de 16 a 45 anos, natural de outros estados e residente no centro).

O IPHAN é importante, porém precisa dialogar mais com a comunidade e poderia exercer muito mais um papel educativo que punitivo. (relações públicas, de 26 a 45 anos, natural de outros estados e residente no centro).

Atrapalhar aquelas pessoas que querem fazer uma casa bonita no centro da cidade. (cozinheira, de 26 a 45 anos, natural da Chapada Diamantina e residente no centro).

O órgão é extremamente burocrático. (não se identificou).

É importante porque a nossa cidade é uma cidade histórica. (estudante, de 16 a 25 anos, natural da Chapada Diamantina e residente no Alto da Estrela).

Para mim, o que tem importância é aquilo que dá valor em todos os sentidos em geral e por igual. Para Lençóis foi a pior decepção, humilhação aos pobres. (motorista/músico/segurança, de 46 a 59 anos, natural da Chapada Diamantina e residente no centro).

É importante, porém acho o IPHAN muito burocrático e pouco prático. (estudante, de 16 a 25 anos, natural da Chapada Diamantina e residente no Centro).

Acho importante, apesar de não ter nenhuma informação se o IPHAN desenvolve ação efetiva na cidade. (Turista, artista visual, de 26 a 45 anos, natural da Bahia).

A imagem do órgão como agente fiscalizador ou punitivo, bem como de muito burocrático, foram as mais presentes nas justificativas das respostas à pergunta “O Iphan é importante para Lençóis?”.

Tentamos mostrar ao longo do capítulo que isso se deve à própria postura do órgão na prática de atuação. Embora essa postura não seja homogênea – conforme pudemos ver ao analisar o trabalho do arquiteto José Geraldo Vieira da Costa – prevaleceu a imagem que é a preponderante em todas as cidades onde o IPHAN tem representação. A pesquisa de campo por meio dos questionários confirmou essa visão do órgão pela população de Lençóis, ao mesmo tempo em que endossou sua importância para a cidade.

No próximo capítulo, analisamos a implantação do Programa Monumenta na cidade, que coroou Lençóis duplamente: como patrimônio histórico e como cidade turística. Desde a escolha das obras a serem contempladas, até sua execução, houve aceitações e recusas que revelam uma forma significativa de resistência cultural.

CAPÍTULO 3

Resistências culturais

Resistências culturais

Lençóis chegou ao século XXI com a atividade turística já consolidada, ainda que mal estruturada. Três décadas após o tombamento, seu objetivo principal foi atingido. Graças às ações do governo do estado, Lençóis possuía agora um produto para ser vendido ao mundo todo, capaz de lhe gerar algum recurso: a natureza, presente em sua jurisdição e nos municípios vizinhos.

Esse produto estava relativamente protegido pelas legislações ambientais e principalmente pela fiscalização constante dos grupos ambientalistas e dos promotores públicos em toda a Chapada Diamantina.

A presença do IPHAN também estava consolidada entre os habitantes de Lençóis; toda uma geração já havia nascido na “cidade monumento”. Alguns programas para restauro do patrimônio arquitetônico foram implementados, no entanto, seu status de patrimônio da nação lhe conferia o poder de querer e merecer mais.

O novo programa que se delineava, o Monumenta, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aparecia no horizonte de alguns dirigentes de Lençóis como mais uma possibilidade de recursos para a cidade. Assim, Heraldo Barbosa Filho, antigo membro do MCC, batalharia agora pela inclusão da cidade no programa, com apoio do governo estadual.

O modo como o programa se instalou em Lençóis e a escolha dos imóveis a receberem intervenções não podem ser classificados como participativos, apesar de o Monumenta ser colocado como tal. Essas escolhas, ao longo dos dez anos em que o Monumenta esteve na cidade, resultaram em conflitos entre a população e os técnicos do programa e do IPHAN, que mostraremos nesse capítulo.

Analisamos algumas das obras implantadas tendo por base a repercussão que tiveram e os conflitos que suscitaram. Nota-se que os imóveis escolhidos para receber recursos são, na maioria, reincidentes, ou seja, já haviam recebido investimentos anteriormente, por meio de outros programas, ou, pelo menos, haviam sido incluídos em reivindicações por investimentos.

Os técnicos do programa pareceram contemplar, em um primeiro momento, os mesmos valores atribuídos pela população, os quais eram, até então, ignorados pelo IPHAN. O objetivo geral do Monumenta contribuía para isso: o valor de uso, principalmente associado ao turismo, era o destacado. Nesse sentido, no discurso e na idealização do *Projeto Lençóis*, o pro-

grama se apresenta como inovador. Mas, na prática, e conforme o programa foi se delineando, erros e acertos vão se seguindo; escolhas, decisões e projetos que se apresentavam inovadores no discurso vão se assemelhando cada vez mais à prática já consolidada, ao modo corrente de proteção do “patrimônio da nação”, baseado no entendimento exclusivo dos técnicos, que exclui todas as nuances e envolvidos locais.

Mostraremos ao final deste capítulo dois acontecimentos recentes de disputas em torno do patrimônio: um em relação à Festa de Senhor Bom Jesus dos Passos, entre a Sociedade União dos Mineiros (SUM) e o pároco local, e outro, envolvendo este último e a comunidade, referente ao uso do Teatro de Arena. Nesses conflitos, quando a *perda* se mostra iminente, a necessidade de proteção aflora. No entanto, o órgão de preservação por excelência, em Lençóis, mostra-se omissos; a própria comunidade, já com significados tão arraigados em relação ao IPHAN, não vê nele um aliado.

Por último, faremos uma discussão sobre uma questão muito presente ao longo de toda a pesquisa, nos arquivos e principalmente no campo: o conceito de descaracterização, que surge associado ao *patrimônio histórico cultural*. Termo tão abrangente que é capaz de abarcar tanto a interpretação dos técnicos quanto a do senso comum.

Pela latência com que pulsam ao longo de todo o trabalho, demos o nome a este capítulo de *resistências culturais*.

3.1. A inserção de Lençóis no Programa Monumenta

O MONUMENTA propõe-se a atacar as causas da degradação crônica do patrimônio histórico, situadas, em geral, no baixo nível de atividade dessas áreas e na reduzida participação da comunidade local na preservação. (TADDEI NETO, 2000).

O Programa Monumenta foi um programa desenvolvido pelo Ministério da Cultura (MinC) e pelo BID, com parceria da UNESCO e do IPHAN¹, inspirado em ações anteriores de preservação deste último na cidade de Quito². De âmbito nacional, o programa atuou em 26 cidades brasileiras, tombadas pelo IPHAN ou detentoras de Conjuntos Urbanos tombados, entre 1999 e 2009.

O programa foi elaborado ao longo de quatro anos³, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, e reformulado no governo Lula. Seu principal enfoque era a preservação sustentável, entendida como

1 No governo de Luís Inácio Lula da Silva, o programa passa por uma reformulação, e o IPHAN, que inicialmente tinha apenas a função de orientação técnica e fiscalização, é incorporado a ele.

2 “O MONUMENTA nasceu de uma ideia e de uma experiência quase fortuita. Em 1987 a capital do Equador, Quito, foi devastada por um violento terremoto. Além dos enormes prejuízos sociais e econômicos infringidos ao povo equatoriano, a humanidade viu-se na iminência de perder o Centro Histórico de Quito, um tesouro de valor inestimável. O BID destinou então um empréstimo para mitigar os efeitos da catástrofe.” (TADDEI NETO, 2000).

3 A “ideia” original e início das tratativas iniciaram-se em 1995, e em 4 de dezembro de 1999 foi assinado o Contrato de Empréstimo do BID com o governo brasileiro. (BRASIL, [2007?]).

um conjunto de ações que vão desde as intervenções de conservação e restauro até a implementação de medidas educativas, gerenciais e administrativas, capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados na conservação do patrimônio cultural brasileiro. (TADDEI NETO, 2001, p. 12).

Os objetivos do programa a longo prazo eram: 1. Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob preservação federal, 2. Aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio, 3. Aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para implementação de prioridades de conservação (TADDEI NETO, 2001, p. 12).

A curto prazo, o programa objetivava “aumentar a utilização econômica, cultural e social das Áreas de Projeto”, por meio de

práticas de ação compartilhada entre os níveis do setor público, a comunidade e a iniciativa privada, visando manter permanentemente conservados e socialmente apropriados os bens tombados pelo IPHAN nas áreas atendidas. (TADDEI NETO, 2001, p. 12).

Diversos estudos (TOZI, 2007; DUARTE JR., 2010; REBOUÇAS, 2012) retratam como se deu a constituição do programa, a crise que ele desencadeou, em um primeiro momento, dentro do Ministério da Cultura, que atingiu principalmente o IPHAN, bem como as reconfigurações que o Monumenta sofreu com as mudanças no governo federal. Vamos nos ater a essas análises, ao longo do capítulo, apenas na medida em que refletiram em ações do programa na cidade de Lençóis, nosso objeto de estudo.

Por ora, vamos explicitar o discurso oficial da *escolha* das cidades contempladas por ele, contido na publicação *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste* (BRASIL, 2005c) e pontuar as versões sobre a inserção de Lençóis na *Lista de Prioridades de Conservação do Programa* e na *Lista de Municípios Elegíveis*.

O programa começou atuando nas cidades da *Amostra Representativa*, definidas em acordo com o BID e o IPHAN: Recife, Ouro Preto, Olinda e Rio de Janeiro⁴. No ano 2000, foi contratado um trabalho a um “Comitê de Especialidades”, a elaboração da *Lista de Prioridades de Conservação do Programa*, que elencou 101 sítios brasileiros.

A elaboração dessa lista era uma exigência do Contrato de Empréstimo firmado entre o Ministério da Cultura e o BID:

Durante o primeiro ano de execução do Programa, o Órgão Executor elaborará a lista de Áreas de Projeto prioritárias, que deverá incluir Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. O método a ser utilizado para estabelecer prioridades deverá ser um processo hierárquico analítico aceitável pelo Banco. (BRASIL, 2005c, p. 16).

Ele também estabelecia que a lista seria elaborada por um grupo nomeado pelo MinC, com a seguinte composição:

4 Segundo o catálogo da exposição ExpoMonumenta, o convênio com essas cidades foi firmado no ano 2000. Nesse ano também ocorreu a Oficina de Azulejos em Salvador e a 1ª Oficina de Telhados para mestres-artesãos em Ouro Preto.

- a) pelo menos um terço constituído de especialistas independentes em patrimônio cultural, preferencialmente oriundos de ONGs, fundações e universidades;
- b) especialistas em patrimônio cultural, oriundos de entidades estaduais e municipais;
- c) representantes do Órgão Executor, do IPHAN, da EMBRATUR e do Ministério da Educação, constituindo até um terço do total; e,
- d) a UNESCO, convidada a indicar um especialista. (BRASIL, 2005c, p.16).⁵

Para “subsidiar o trabalho da comissão especial que elaborou a Lista de Prioridades de Conservação do Programa”, foi elaborado um “estudo de classificação tipológica segundo ‘narrativas históricas’, [...] por Professores do Departamento de História da Universidade de São Paulo.”⁶ (BRASIL, 2005c, p. 13). Esse estudo constituiu o *Referencial teórico para a criação de categorias de bens tombados federais a partir de seu significado histórico cultural*. (JANCSÓ, 2000)

Por meio dele, as 101 cidades da lista inicial, elaborada a partir da indicação das superintendências regionais do IPHAN, foram classificadas segundo uma hierarquia determinada pelos seguintes critérios, em ordem de importância:

- 1) Social (valorizar a aparição de novos agentes sociais, tanto segmentares como parcelares, ou seja, com e sem consciência grupal: grupos étnicos, religiosos, sociais, regionais em sua diversidade e na pluralidade que constitui a nação).
- 2) Regional (valorizar os vazios da memória: o Norte, o Sul e o Centro-oeste, ou seja, o que saía do eixo MG, RJ, SP, BA).
- 3) Densidade cronológica (valorizar a inteligibilidade do tempo, a complexidade cronológica, contra o mito e o fantasma da pureza original).
- 4) Vazio cronológico (valorizar o século XVI, pela escassez de monumentos, o século XIX e o XX, pela raridade entre o patrimônio tombado e pela importância para a História presente). (JANCSÓ, 2000, p. 27-28).

O estudo partia de um diagnóstico da lista de *Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais e Sítios Históricos Urbanos Nacionais*, demonstrando que havia concentração geográfica (Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro), cronológica (século XVII) e tipológica (arquitetura religiosa). Também identificava uma dicotomia entre nacional e regional. Nessa lógica, os Sítios Históricos Urbanos Nacionais apresentavam, no geral, valor nacional, por representarem “processos de ocupação do território no período colonial, bem como aos produtos que foram objetos de exploração econômica ao longo da história do Brasil (cana-de-açúcar, ouro, café, borracha)”. Já os Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais exemplificavam “a formação dos núcleos urbanos nos estados brasileiros”, revestindo-se de valores regionais (JANCSÓ, 2000, p. 23).

Após esse diagnóstico, era feito um “esboço histórico da política brasileira de preservação” (JANCSÓ, 2000 p. 24), destacando a já consolidada noção de que o órgão de preservação nacional, IPHAN, priorizou a arquitetura colonial representativa da elite e com valores arquitetônicos e estéticos:

5 Nas páginas 36-37 dessa publicação encontra-se o nome dos componentes do Grupo de Trabalho.

6 A equipe era composta por: Prof. Dr. Istvan Jancsó (coordenação); Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello; Prof. Dr. Pedro Puntoni; João Paulo Garrido Pimenta; Maria Luiza Ferreira de Oliveira e Fábio Joly. Estagiários: Alexandre Bebiano de Almeida; André Roberto Machado; Jorge de Almeida Francisco; Iana Cossoy Paro; Vinicius Albuquerque

O caráter “nacional” do patrimônio, ou seja, o da originalidade da nação frente ao mundo europeu, expressou-se no privilégio concedido às igrejas dos séculos XVII e XVIII. O caráter “estatal”, pela seleção de casas de câmaras e cadeias, fortes e palácios. As elites por suas mansões e sedes de fazendas. A sociedade jamais apareceu como agente desse passado, mas só segmentos seus: o estado, as elites, a igreja e por meio não da norma cotidiana, mas do excepcional, não do coletivo, mas do isolado, do único. Estes foram os escolhidos pelo SPHAN como ícones da nação por sua relação a fatos históricos memoráveis e, sobretudo, por suas qualidades construtivas e estéticas. (JANCSÓ, 2000, p. 25).

Diante disso, colocava-se a pergunta que deveria nortear a escolha das cidades do Programa Monumenta: “Como inserir este patrimônio em uma nova narrativa da história nacional no qual não predomine um ponto de vista totalitário e centralizador?” (JANCSÓ, 2000 p. 25).

De acordo com os critérios elencados na página anterior, o município de Lençóis foi o 5º colocado da lista, entre as 101 cidades.

Elaborado o *ranking*, o Programa Monumenta deu início às Oficinas de Planejamento Participativo nas 20 primeiras cidades. A oficina de planejamento participativo era uma exigência do Regulamento Operativo (RO) do Programa Monumenta, e tinha o objetivo de identificar os anseios da comunidade. O relatório da oficina era a peça fundamental para a confecção da Carta Consulta. Esta, por sua vez, era um “conjunto de informações e proposições que definem o Projeto a ser desenvolvido [...] com vistas ao seu enquadramento nas disposições do Regulamento Operativo do Programa” (BRASIL, 2001b).

Em Lençóis, como veremos no próximo item, a oficina foi realizada em 2001, e o convênio para execução do projeto assinado em 2002.

Apesar de todo o “parâmetro técnico” elaborado para a classificação e inserção das cidades no programa, na prática, a escolha de quem receberia os recursos foi muito mais política que técnica.

Segundo Heraldo Barbosa Filho (informação verbal)⁷, a inserção de Lençóis no programa deu-se graças ao movimento pelo tombamento da Chapada Diamantina na UNESCO⁸. O ministro da Cultura, na época Francisco Weffort, tendo conhecimento desse movimento, teria procurado Heraldo Barbosa Filho para inserir Lençóis na lista de municípios elegíveis. Barbosa, então secretário de Turismo do município, colocou o coordenador federal do programa, Pedro Taddei Neto, em contato com o governo estadual, e a partir disso, começaram as articulações para que a cidade fosse contemplada por ele.

Gabriel Gonsalves, coordenador do programa na Bahia, atribui a entrada de Lençóis na lista às pressões do governo estadual:

7 Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho em Lençóis/BA, em entrevista realizada em 9 de dezembro 2014.

8 A ideia de transformar a Chapada Diamantina em patrimônio da humanidade pela UNESCO surgiu em 1999, por meio de Malcon Forest. Forest, que havia sido o mentor do tombamento de Diamantina/MG, detectou esse potencial em visita à cidade de Lençóis e conversou sobre o tema com Heraldo Barbosa Filho, seu amigo. Iniciou-se então uma campanha, ratificada na época pelo então prefeito de Lençóis, Emanuel Calmon Maciel, com a coleta de assinaturas em um abaixo-assinado. A proposta foi encaminhada ao IPHAN, ICOMOS e ao ministro da Cultura. Até 2014, a campanha estava “parada” e foi retomada na I Festa Literária Internacional da Chapada Diamantina, quando Malcon Forest, Heraldo Barbosa Filho e duas acadêmicas foram convidados a compor a mesa com o tema “Chapada Diamantina Patrimônio da Humanidade”.

[...] houve uma pressão muito forte naquele momento, por parte do governo do estado, porque o Monumenta ia atuar apenas em Salvador. O secretário da Cultura [Paulo Gaudenzi] teve uma conversa com o ministro, que naquela época era Weffort, e lhe trouxe à Bahia para mostrar que precisava incluir pelo menos Cachoeira e Lençóis. Era Salvador e Porto Seguro só. Porto Seguro, o governo achava que não precisava nem inserir, foi tirado depois. O governo achava que já tinha feito muita coisa lá por conta da comemoração dos 500 anos do descobrimento. [...] Com a vinda do ministro e do coordenador da época, que era Pedro Taddei, foi que se conseguiu mostrar a necessidade da inclusão dessas duas cidades. Foi um trabalho político. (informação verbal).⁹

Vale ressaltar que, apesar do programa pautar-se fortemente em uma proposta de gestão compartilhada dos monumentos, por meio de aportes das três esferas de governo e da iniciativa privada, as cidades de Lençóis e Cachoeira, na Bahia, não aportaram recurso nenhum, tendo sido toda a contrapartida dada pelo Estado:

A partir da assinatura do contrato, entre o Estado, o Ministério e o Município, teve que ter um novo desenho para as cidades na Bahia poderem participar, porque as cidades não tinham condições de aportar a contrapartida, então a contrapartida era aportada pelo Estado. (informação verbal).¹⁰

3.2. O discurso: delineação das ações do programa em Lençóis

3.2.1. A “participação” na Oficina de Planejamento Participativo

A delineação do programa em cada município elegível era feita por meio de oficinas participativas locais, pelas quais se identificava os anseios da comunidade. Era uma exigência do *Regulamento Operativo do Programa* (RO)¹¹. Assim, conforme esclarece o Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (BRASIL, 2001a),

a realização da oficina representa uma etapa essencial, que necessariamente precede a carta consulta, e que os seus resultados, deverão expressar efetivamente a participação e anseios da comunidade, sendo a base que comporá a referida carta, quando de sua elaboração.

Apesar de o programa colocar-se como participativo, expressando “efetivamente a participação e anseios da comunidade”, devemos entender como se deu essa participação em Lençóis para avaliar o alcance desses objetivos (BRASIL, 2001a, p. 1).

Em Lençóis, a Oficina de Planejamento Participativo contou com a presença de 34

9 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

10 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

11 O Regulamento Operativo era “um instrumento normativo elaborado pelo Governo Brasileiro e pelo BID, com vistas à definição das relações entre a entidade financiadora e a executora, estabelecendo regras e critérios para a seleção, financiamento e execução dos projetos. Era ainda um instrumento de gestão do programa que contou, na sua elaboração, com a participação do Ministério da Cultura, no caso o mutuário, e do BID na definição dos seus termos”. (REBOUÇAS, 2012, p. 60).

pessoas, sendo: o moderador; seis técnicos do próprio programa (Unidade Central de Gerenciamento – UCG do Ministério da Cultura e IPHAN), quatro membros do IPHAN (um funcionário, duas técnicas da 7ª Superintendência Regional e um do Grupo Tarefa do IPHAN (GT/IPHAN), nove membros da prefeitura municipal (entre secretários, vice-prefeito e funcionários das secretarias), um membro da Câmara de Vereadores, três técnicos do governo do estado, sendo um da Bahiatur, um da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e um do Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA), quatro membros do terceiro setor (entre ONGs ambientais¹² e sociais), três pessoas ligadas ao turismo (uma agência receptiva e duas pessoas de um café/internet) e dois donos de imobiliárias. Apenas uma pessoa não se identificou a nenhuma instituição, e duas pessoas estavam ligadas tanto a ONGs como à prefeitura municipal. Ou seja, quando agrupamos os participantes segundo as instituições a que pertencem, temos a seguinte composição da oficina (Figura 121 aFigura 123):

Figura 121. Porcentagem de participantes da Oficina de Planejamento Participativo. Gráficos elaborado pela autora. Fonte: Brasil, 2001a, p. 2-5.

¹² Núcleo Pró-Parque Nacional (NPPN) e BBIO.

Figura 122. Número de participantes locais e não locais na Oficina de Planejamento Participativo. Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Brasil, 2001a, p. 2-5.

Figura 123. Porcentagem de participantes de órgãos governamentais e sociedade civil na Oficina de Planejamento Participativo. Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Brasil, 2001a, p. 2-5.

Não sabemos quais foram os meios de divulgação da oficina, e por que ela teve tão pouca participação da sociedade civil. Essa questão foi colocada pelos participantes na avaliação final e foi destacada no item “aspectos negativos” do relatório da oficina:

[...] constatei a não participação de alguns segmentos da sociedade. Fica a questão: Foram convidados ou não? Espero, também, que a participação efetiva da comunidade seja maior nos próximos eventos.

A comunidade não foi devidamente convidada para o evento – várias associações representativas não foram convidadas. (BRASIL, 2001a, p. 31).

Além da pouca participação, a metodologia empregada também foi questionada, ao ser vista como pouco participativa:

A metodologia do trabalho não possibilita um processo participativo real, ou seja, existem pré-definições do projeto que impossibilitam a construção coletiva. (BRASIL, 2001a, p. 31).

Segundo o relatório da oficina, o “roteiro metodológico” Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos (ZOPP)

considerou de forma preponderante, o enfoque participativo. [...] Os trabalhos foram realizados em pequenos grupos, utilizando como método básico de coleta e estruturação de ideias a “tempestade de ideias”, complementado com a utilização de técnicas de visualização/documentação, fato que possibilitou o registro de todas as discussões processadas. A estrutura metodológica da oficina permitiu oportunizar a participação ativa de todos presentes. (BRASIL, 2001a, p. 1).

Uma ex-arquiteta do IPHAN, Nélia Paixão, ao ser entrevistada a respeito da oficina, comentou que “a oficina foi totalmente conduzida. Totalmente. Foi um trabalho feito para cumprir tabela, para mostrar que havia sido feito. Não foi participativo” (informação verbal)¹³. Ou seja, o fato de contar com poucas pessoas, a metodologia adotada e o direcionamento por parte dos membros da UCG demonstram que o “enfoque participativo” foi muito limitado.

A oficina foi iniciada com a apresentação de todos os participantes e suas expectativas em relação à oficina. É interessante verificar essas expectativas.

Os membros da UCG pretendiam, no geral, “conhecer as condições do patrimônio”, levantar as “potencialidades e dificuldades para preservação do patrimônio em Lençóis” e “conhecer os problemas da cidade e as expectativas dos participantes”. Os membros do IPHAN, assim como o secretário de Turismo do município, tinham como expectativa “elaborar a Carta Consulta de Lençóis para atingir a meta do Monumenta”. Os representantes dos órgãos do governo do estado ansiavam “colaborar com o desenvolvimento do projeto em Lençóis” e eventualmente “que o projeto possa beneficiar também as comunidades rurais” (expectativa da representante do Centro de Recursos Ambientais e da Área de Proteção Ambiental APA Marimbus-Iraquara) ou, no caso da Bahiatur, adquirir informações sobre o programa “para colocar dentro do PNMT” (Programa Nacional de Municipalização do Turismo). O representante da Câmara dos Vereadores queria “que o programa fosse aprovado”, e um dos representantes de imobiliária, “criar instrumentos para implantação do Projeto Monumenta”. A única pessoa que não pertencia a nenhuma instituição, Osvaldo Senna Ribeiro, tinha como expectativa que fossem “preservados os nossos princípios culturais e a tranquilidade de nossa comunidade” (BRASIL, 2001a, p. 2-5).

Cabe aqui uma observação em relação a Osvaldo Senna Ribeiro: trata-se de “mes-

¹³ Informação fornecida por Nélia Paixão em entrevista realizada em 20 de dezembro de 2014, em Mucugê/BA.

tre Osvaldo”, a quem já nos referimos anteriormente. Enquanto a maioria dos demais participantes preocupavam-se com a execução do projeto, mestre Osvaldo foi o único a mencionar a preservação de características da comunidade.

É interessante também contrapor os participantes da oficina com a planilha Análise de envolvimento, na qual estão “identificados todos os atores (grupos, entidades e/ou instituições) que direta ou indiretamente tem envolvimento com o projeto” (BRASIL, 2001a, p. 16). Estão listadas 34 entidades que foram levantadas pelos participantes da oficina, sendo que apenas dez delas estavam representadas, revelando, mais uma vez, a pouca participação da comunidade. Dentre os atores, são citados: as instituições públicas presentes na cidade (prefeitura, IPHAN, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, CAR, CRA, UEFS, Embasa, Coelba, Correio e Banco do Brasil); a câmara municipal e os conselhos municipais (de Saúde, de Turismo, de Meio Ambiente, da Criança e do Adolescente, além do Conselho Paroquial); ONGs (Núcleo Pró-Parque Nacional [NPPN], Fumac, Barbado, Avante Lençóis, BBIO); associações (de Condutores de Visitantes de Lençóis [ACVL], dos Professores Municipais [Acorde], e dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina [ASSET]); entidades da sociedade civil (Sociedade Filarmônica Lira Popular e SUM); o arquivo público municipal Dom Obá; o Centro Educacional Renato Pereira Viana; a Liga Amadorística de Futebol (LALF); agentes de viagens e agentes imobiliários.

A forma de contribuição no projeto, de alguns desses atores (segundo entendimento dos participantes da oficina), estava ligada ao fomento do turismo cultural e/ou à preservação da memória, bem como ações de educação patrimonial, enquanto ao IPHAN correspondia a fiscalização e contribuições técnicas:

Tabela 4. Ator envolvido, missão e contribuições ao projeto segundo os participantes da Oficina de Planejamento Participativo

Ator envolvido	Missão	Contribuições ao projeto
UEFS (Campus avançado)	Desenvolver ações de ensino, extensão e pesquisa.	Recuperar e revitalizar a memória da Chapada Diamantina; Capacitar profissionais nas áreas de preservação e desenvolvimento cultural.
Sociedade União dos Mineiros (SUM)	Associar ex-garimpeiros e amigos na preservação da memória cultural.	Revitalizar a memória cultural da cidade.
Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis (ACVL)	Oferecer serviço qualificado de guias.	Sensibilizar, orientar e educar o turista quanto ao patrimônio; Participar de campanhas; Fomentar o turismo cultural.

Associação dos Professores Municipais (Acorde)	Mobilizar as políticas públicas de educação no município de Lençóis.	Desenvolver nas escolas projetos de educação patrimonial, ambiental e fortalecimento da autoestima da comunidade.
Liga Amadorística de Futebol (LALF)	Dinamizar o futebol no município.	Organizar eventos esportivos; Promover a conscientização da comunidade para preservação.
Centro Educacional Renato Pereira Viana	Educar e integrar pessoas para a sociedade.	Sensibilizar e conscientizar a comunidade da importância do patrimônio; Criar campanhas educativas; Implantar disciplina de Educação Patrimonial; Realizar palestras para pais de alunos, sobre Educação Patrimonial.
IPHAN	Identificar, documentar, proteger, conservar e promover o patrimônio histórico, artístico e arqueológico nacional.	Orientação técnica; Análise de projetos; Fiscalização; Educação Patrimonial.

Fonte: Tabela organizada pela autora a partir da *Análise de envolvimento*. (BRASIL, 2001a, p. 16-21).

Nota-se que, para a maioria dessas instituições, a forma de contribuição ao projeto sugeria ações muito distantes da missão desses atores, sendo o exemplo mais gritante o da LALF. Outro fato digno de menção é que a “memória cultural” de Lençóis e da Chapada Diamantina estava a cargo, segundo a sugestão dessa tabela, de entidades locais (UEFS - Campus avançado e SUM), enquanto o IPHAN, que tinha a missão de “[...] identificar, documentar, proteger, conservar e promover o patrimônio histórico, artístico e arqueológico nacional” (BRASIL, 2001a, p. 20, grifo nosso) contribuía majoritariamente com o aporte técnico. Parece haver uma cisão entre o que seria a “memória local” e o “patrimônio nacional”, sendo que para este último eram necessárias as ações de *sensibilização* e *conscientização*, que seriam conseguidos por meio de educação patrimonial. Ao não mencionar a preservação da memória cultural entre as contribuições do IPHAN, bem como não falar de “patrimônio” ao referir-se à UEFS ou à SUM, enaltece-se uma distinção entre *memória cultural* e *patrimônio*.

Percebe-se também, nessa tabela, uma visão clara de que a “educação patrimonial” deveria ser desenvolvida pelos agentes de educação, mais que pela instituição de patrimônio.

A pouca participação da comunidade nessa oficina, momento em que se delineariam as ações do programa em Lençóis, bem como a inexistência de espaços de participação durante a execução¹⁴, tiveram sérias consequências, culminando com a “expulsão” do Monumenta da cidade (conforme veremos no item 3.3.4 deste capítulo).

14 Em alguns relatórios do programa, no item “Participação da Sociedade Civil”, encontramos referência a reuniões realizadas com os técnicos da Unidade Executora do Projeto (UEP) e a prefeitura: “A Sociedade Civil vem participando de reuniões com técnicos da UEP e da Prefeitura Municipal, sugerindo ações com vistas a contribuir para o fortalecimento do Programa.” (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, p. 10). Esse texto apareceu em vários relatórios (1º Semestre 2006, p. 7; 1º Semestre 2007, p. 11) parecendo tratar-se de um texto padrão.

Um bom indicativo da participação da comunidade nas decisões governamentais é o jornal *O Avante* que não noticiou nada sobre a oficina. A única menção ao Programa Monumenta é feita em março de 2001. A nota com o título “Patrimônio lençoense receberá dinheiro?” esclarece alguns aspectos do programa, dizendo que Lençóis poderia ser uma cidade selecionada e, nesse caso, receberia recursos para obras de reformas e desenvolvimento de ações nas áreas social e cultural, e que só seriam financiados projetos que garantissem a sustentabilidade. O jornal explica ainda que o Ministério da Cultura receberia recursos do BID e os repassaria para a prefeitura, e chama a população para a fiscalização: “E você também poderá fiscalizar! Será criado um conselho fiscal, com a participação da comunidade” (PATRIMÔNIO..., 2001, p. 3). No final da matéria, há uma observação de que ela era o “resumo de uma carta do curso de pós-graduação em Antropologia e Turismo” (curso do campus avançado da UEFS na cidade), o que demonstra que não foram os órgãos públicos que procuraram o jornal para a devida divulgação.

Na oficina foram definidas todas as bases do Projeto Lençóis, por meio da Matriz de Planejamento. Conforme veremos a seguir, a elaboração dessa matriz esteve pautada mais nas preocupações em enquadrar o projeto no Regulamento Operativo do programa, do que propriamente nos anseios da comunidade.

3.2.2. Uma Matriz de Planejamento forjada

A metodologia ZOPP preconizava a discussão dos seguintes temas em etapas sucessivas: análise de problemas; análise de objetivos; análise de alternativas e análise de envolvimento. Como produto dessas análises, chegava-se a duas matrizes de planejamento do projeto, uma com o objetivo, resultados e detalhamento das atividades, e outra com indicadores e fontes para verificação dos resultados. As duas eram exigências do Regulamento Operativo do programa.

A *análise de envolvimento* corresponde à planilha que citamos anteriormente, na qual foram listados os grupos, entidades e/ou instituições atuantes em Lençóis, suas respectivas missões, contribuições ao projeto e limitações. É importante ressaltar que essa planilha foi elaborada pelos participantes da oficina, sem a presença de todos os grupos/entidades. Portanto, as “missões”, “contribuições ao projeto” e “limitações” não foram ditas pelos respectivos grupos, e sim por terceiros, não correspondendo, às vezes, à realidade.

A *análise de problemas* resultou em uma planilha que partiu do “problema central”, identificado em plenário por meio da metodologia da “tempestade de ideias”, e discutido posteriormente em grupos temáticos.

Todas as análises produzidas na oficina de planejamento participativo por meio da metodologia ZOPP foram registradas no Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (BRASIL, 2001a) e constituíram a base da elaboração de dois documentos: a Carta Consulta (BRASIL, 2001b) e o Perfil do Projeto (BRASIL, 2002a).

O *Perfil do Projeto* é um documento que “consolida uma série de estudos voltados a

garantir a viabilidade do Projeto com vistas aos objetivos, diretrizes e metas do Programa. Demonstra a existência de um conjunto de ações interrelacionadas que correspondem aos investimentos propostos” (BRASIL, 2002a, p. 6). Esses três documentos institucionais (Relatório da Oficina de Planejamento Participativo, Carta Consulta e Perfil do Projeto) era uma sequência exigida pelo BID, que precedia a elaboração do convênio. Enquanto o primeiro era elaborado pela UCG, os dois últimos eram de responsabilidade da Unidade Executora do Projeto (UEP), que era a equipe local do Programa Monumenta. No caso de Lençóis, tanto a Carta Consulta quanto o Perfil do Projeto foram elaborados pela empresa DOMO Projetos Culturais Ltda.

Curiosamente, o problema identificado como central na Oficina de Planejamento Participativo foi *patrimônio histórico cultural descaracterizado*. É importante ressaltarmos esse fato, pois em outros documentos do programa, como no *Perfil do Projeto*, ele não é exatamente um problema: “De uma forma geral, o patrimônio não se encontra desfigurado quanto às [sic] suas características arquitetônicas” (BRASIL, 2002a, p. 22).

Vale ainda mencionar que, após a implementação do Monumenta na cidade e execução das obras, o programa foi visto pela população em geral como “o que mais descaracterizou Lençóis”. (Ver item 3.3 em diante)

As “causas” elencadas para o “patrimônio histórico cultural descaracterizado” na Oficina de Planejamento Participativo foram muitas, distribuídas em cinco grupos: patrimônio arquitetônico descaracterizado; infraestrutura e serviços públicos deficientes; baixa participação da comunidade; gestão ineficaz; utilização econômica, social e cultural da área ineficiente.

A *análise de objetivos* resultou em uma planilha muito similar à da *análise de problemas*, sendo simplesmente seu antônimo. Assim, o problema central do *patrimônio histórico-cultural descaracterizado* transformou-se no objetivo principal *patrimônio histórico-cultural preservado de forma sustentável*, e as cinco “causas” dos problemas transformaram-se, por meio de seus opostos, em cinco “meios”: patrimônio arquitetônico preservado; infraestrutura e serviços públicos eficientes; comunidade atuante e participativa; gestão eficaz; utilização econômica, social e cultural das áreas otimizadas.

É bem provável que essas planilhas, que foram a base para a confecção da *Matriz de Planejamento de Projeto* e que geraram a *Carta Consulta* do município, tenham sido conduzidas pelo moderador e/ou pelos membros da UCG, pois o alinhamento que possuem aos ideais do programa são muito evidentes. Vejamos os objetivos colocados pelo coordenador-geral do programa na época, Pedro Taddei:

São seus objetivos a longo prazo:

- a. Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal.
- b. Aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio.
- c. Aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para implementação de prioridades de conservação.

O objetivo a curto prazo do Programa é aumentar a utilização econômica, cultural e social de Áreas de Projeto. (TADDEI 2001, p. 12).

A letra “c” corresponde ao meio identificado na oficina como “gestão eficaz”, enquanto o objetivo a curto prazo corresponde exatamente à “utilização econômica, social e cultural da área otimizadas”. A “comunidade atuante e participativa” contribuiria para o objetivo da letra “b”, conforme consta na *análise de envolvimento*. Todo o conjunto de causas estava em acordo com as linhas que o programa adotava, colocadas como inovadoras em se tratando de um programa de preservação do patrimônio histórico e cultural no país, ainda mais quando contrapostas às práticas do IPHAN (DUARTE JR., 2010).

Dentre essas inovações, estavam os preceitos das Normas de Quito (OEA, 1967 apud CURY, 2004)¹⁵, que preconizava o uso do patrimônio como meio de desenvolvimento socioeconômico:

o Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social [...] Sua proposta é agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto, além de atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. (PROGRAMA MONUMENTA, 2010 apud DUARTE JR., 2010, p. 77).¹⁶

O programa reconhecia o valor econômico dos bens edificados:

Diferentemente de outros bens dessa categoria, o patrimônio histórico edificado agrega a seu valor simbólico, inerente a todos os bens culturais, valor imobiliário, isto é, seu valor de mercado, que é eminentemente econômico. (TADDEI NETO, 2003, p. 106).

O reconhecimento e a ênfase nesse valor foram uma das linhas mestras do programa, pois era por meio deles que se pretendia a sustentabilidade do patrimônio. Para tanto, o programa servia-se de duas prerrogativas: a criação, nos municípios contemplados, do Fundo Municipal de Preservação, e a atenção voltada ao uso dos imóveis restaurados.

O Fundo Municipal de Preservação seria gerido por um “Conselho Curador, composto paritariamente por representantes das três esferas de governo e por representantes da comunidade e da iniciativa privada locais” (TADDEI NETO 2003, p. 111). Comporiam o fundo, as verbas oriundas dos aluguéis dos imóveis restaurados com recursos do programa, e os pagamentos efetuados pelos particulares contemplados por meio do financiamento de imóveis privados, um grande diferencial do Monumenta. Esse fundo seria usado na manutenção dos edifícios públicos restaurados, além de poder ser emprestado a particulares para recuperação de seus imóveis.

Buscava-se, com isso, desonerar os cofres públicos em relação aos investimentos na recuperação do patrimônio, além de dividir esses gastos com as esferas governamentais estaduais e municipais. Era a base do programa:

15 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. *Normas de Quito*. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico. Quito, novembro/dezembro de 1967.

16 PROGRAMA MONUMENTA. 2010. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br>>. Acesso em: 2010.

Cada projeto implantado no âmbito do Monumenta prescindiria de novos aportes orçamentários para manter as características originais dos bens protegidos. Desoneradas, as esferas governamentais poderiam, assim, atuar com maior eficiência na parcela não sustentável do patrimônio histórico nacional. (TADDEI NETO, 2003, p. 110).

Diante disso, e buscando incrementar o Fundo Municipal de Preservação, o uso dos imóveis restaurados merecia especial atenção, sendo, por isso, objeto de diretrizes que o programa iria estabelecer:

A carteira de investimentos para a realização do programa previa, em seu início, a elaboração de diretrizes para orientar a utilização dos edifícios por parte dos investidores privados; a execução de melhorias urbanas; a oferta de incentivos financeiros aos proprietários de imóveis constantes dos sítios históricos para a efetuação de serviços de restauro e conservação predial associadas a baixas taxas de juros; a determinação da preferência, na adaptação dos imóveis restaurados, a atividades comerciais e turísticas; e o estímulo à instalação nos sítios históricos e à participação na gestão do fundo de instituições de cunho cultural. (DUARTE JR., 2010, p. 61, grifo nosso).

Na Oficina de Planejamento Participativo de Lençóis, um dos meios elencados para atingir o objetivo era o da otimização de utilização econômica, social e cultural das áreas de projeto, mostrando mais um alinhamento aos objetivos gerais do programa.

O “fortalecimento do mercado de turismo cultural” também estava previsto pelo Programa Monumenta (TADDEI NETO, 2001, p. 11), e este item também aparece listado na *análise dos objetivos* da Oficina. Nela, foi detectado que o turismo cultural era pouco explorado na cidade e que deveria ser incrementado.

A tarefa de mudança do olhar do turista (que em Lençóis era massivamente o ecoturismo e turismo de aventura, conforme vimos no capítulo anterior) ficou circunscrita à ACVL, de acordo com a Tabela 4, p. 268. Vale lembrar que não havia nenhum representante dessa associação na oficina, e que, provavelmente, esses resultados não foram repassados, nem se organizaram posteriormente novas oficinas ou reuniões para sensibilizar e/ou garantir a participação de todos os setores da sociedade lençoense.

O relatório da Oficina de Planejamento Participativo foi a base da confecção da *Carta Consulta* do município, que elencava quais imóveis e/ou ações correspondiam aos “anseios” da comunidade (Ver Apêndice G). Após a *Carta Consulta*, elaborada em junho de 2001, foi apresentado em junho de 2002 o *Projeto Lençóis* (perfil executivo do projeto). Todo o trabalho do Monumenta em Lençóis foi pautado nos resultados da Oficina: os relatórios de execução, semestrais, seguem um padrão em que se avalia o alcance dos resultados, que foram definidos na Oficina como:

- R [Resultado]1 – Patrimônio Arquitetônico Preservado
 - R2 – Espaço público qualificado
 - R3 – Comunidade comprometida com a preservação
 - R4 – Gestão eficaz e participativa
 - R5 – Utilização econômica, social e cultural da área otimizada.
- (BRASIL, 2001a, p. 22).

Dentre as atividades listadas para se alcançar cada um desses resultados, estavam:

- a) uma ampla campanha de educação patrimonial junto aos professores de ensino da rede pública;
- b) fortalecimento de associações;
- c) projetos de sinalização turística e de ruas;
- d) fortalecimento das secretarias municipais;
- e) divulgação da cidade e seus eventos, entre outras.

Em relação às obras, propunha-se:

- a) restaurar o antigo mercado municipal;
- b) resgatar as antigas calhas do centro histórico;
- c) recuperar o calçamento do sítio histórico;
- d) adequar o Teatro de Arena com melhorias compatíveis ao seu uso;
- e) construir um novo mercado municipal;
- f) construir nova rodoviária “dentro dos padrões arquitetônicos locais”;
- g) implantar o Museu do Garimpeiro;
- h) criar o Centro de Cultura e Arte;
- i) adequar as instalações do Centro Cultural do IPHAN para eventos culturais;
- j) transformar o antigo matadouro em Oficina de Artesanato.

Apenas algumas dessas indicações realmente seriam contempladas pelo programa; o que mostram a *Carta Consulta* (BRASIL, 2001b), e o *Perfil do Projeto* (BRASIL, 2002a) é que apenas alguns desses imóveis foram cogitados para receber intervenção.

3.2.3. Da Carta Consulta à Revisão do Perfil do Projeto: adequações locais

A *Carta Consulta* foi um documento elaborado pela empresa DOMO Projetos Culturais Ltda., contratada pelo programa, que

contém um conjunto de informações e proposições que definem o Projeto a ser desenvolvido para a referida área elegível, com vistas ao seu enquadramento nas disposições do Regulamento Operativo do Programa. (BRASIL, 2001b, p. 6).

O primeiro item da Carta fazia a *caracterização geral do município*, com dados físicos, geográficos, históricos, populacionais, socioeconômicos e legislativos. O segundo trazia informações da “área elegível” e destacava 29 imóveis como “de interesse de preservação”. (Figura 124)

Comparando o Apêndice G (Imóveis de interesse de preservação pelo Programa Monumenta – Carta Consulta) com o Apêndice E (Imóveis constantes do Inventário IPAC-BA), nota-se uma semelhança muito grande: os mesmos imóveis do Inventário, com poucas exceções, foram os elencados pelo programa na *Carta Consulta* como de interesse para preservação. Os únicos presentes no segundo que não foram listados pelo Monumenta foram: casa popular, venda popular; e casa à Rua Miguel Calmon 315, uma vez que já estava destruída em 2001 (Figura 125); a casa à Rua Urbano Duarte 454 e o edifício à Praça Maestro Clarindo Pacheco. No entanto, a justificativa de escolha dos imóveis da *Carta Consulta* não é feita.

Figura 124. Localização dos bens imóveis de interesse de preservação. Fonte: Brasil, 2001b, p. 17.

Figura 125. Casa à Rua Miguel Calmon 315. Autor: Calil Neto. Fonte: Arquivo do autor.

A terceira parte da Carta correspondia ao *Planejamento Estratégico do Projeto*, e era a reprodução fiel da quase totalidade do relatório da Oficina de Planejamento Participativo de Lençóis.

O quarto item fazia a *demonstração da capacidade financeira do município e do estado*, e o quinto versava sobre a *Participação da Comunidade e do Setor Privado no projeto*, em que esclarecia que

Apesar de ainda não estar organizada, a população de Lençóis se encontra interessada em aderir ao Programa Monumenta, sendo preciso, contudo, esclarecer mais detalhadamente o funcionamento do mesmo. Como comprovação, até o momento já foram compiladas 81 Cartas de Adesão dos proprietários dos imóveis dentro da Área de Projeto. (BRASIL, 2001b, p. 66).

A este esclarecimento se seguia um conjunto de cartas agrupadas em: 1) Proprietários de imóveis; 2) Estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços; 3) ONGs, fundações, sindicatos e associações culturais de moradores, de artesãos, de empresários e afins; 4) Igrejas, ordens terceiras, instituições filantrópicas e afins.

Com raríssimas exceções, as cartas de adesão apresentadas eram um formulário padrão, completado à caneta pelo proprietário com o endereço do imóvel e seus dados pessoais nos campos livres. (Figura 126)

CARTA DE ADESÃO AO PROGRAMA MONUMENTA

Lençóis, 26 de abril de 2001

Ilmo. Sr. Emmanoel Calmon Maciel
Prefeito da Cidade de Lençóis

Senhor Prefeito,

Tomamos conhecimento do Projeto de Lençóis proposto no âmbito do programa MONUMENTA.

Na qualidade de proprietário da edificação na qual moro, que atua na área histórica, sito à Rua ou Avenida Rua Monumenta Barroso 204 vimos manifestar nossa disposição em aderir às ações de promoção de atividades econômicas e culturais compreendidas no referido Projeto.

A edificação citada tem uma importância histórica muito grande, datando aproximadamente de fim do século 19 ou início do século 20, pois se deixarmos de recupera-la estaremos apagando parte de nossa história viva.

Atenciosamente,

Odilia Souza Alves
Nome: Odilia Souza Alves
Endereço: Rua Monumenta Barroso 204
Tel: 334-1353
Fax:
E-mail

Figura 126. Carta de Adesão ao Programa Monumenta. Fonte: Brasil, 2001b.

O preenchimento do formulário padronizado, contendo data e dados gerais sobre as edificações, provavelmente foi o meio encontrado para facilitar a assinatura dos membros da comunidade que desconheciam totalmente o programa.

Márcio Perroni, arquiteto que trabalhou na UEP e morador de Lençóis nos contou que a aceitação do programa pela população teve que ser amplamente trabalhada:

A comunidade não queria [o Programa] nesse primeiro momento pelo distanciamento que tinha do IPHAN. O IPHAN representava naquele momento e talvez até hoje, pra muita gente da comunidade, uma repressão, eles ainda não tinham experimentado nada que viesse do IPHAN que não fosse um processo de repressão ou de contrariação dos desejos, das necessidades da comunidade. No início foi difícil e a gente foi fazendo essa campanha e massificando e falando de pessoa por pessoa e falando com as pessoas. Eu já trabalhava em Lençóis por muito tempo, tinha minha credibilidade como profissional, e consegui convencer muita gente. (informação pessoal).¹⁷

A *Carta Consulta* de cada município era analisada por um Comitê de Avaliação composto por membros da UCG e do GT/IPHAN. O parecer técnico desse comitê passava pelo BID e, diante da sua “não objeção”, a UEP elaborava o *Perfil do Projeto*, que consolidava

uma série de estudos voltados a garantir a viabilidade do Projeto com vistas aos objetivos, diretrizes e metas do Programa. Demonstra a existência de um conjunto de ações interrelacionadas [sic] que correspondem aos investimentos propostos neste documento. (BRASIL, 2002a, p. 6).

A *Carta Consulta* de Lençóis recebeu a “não objeção parcial”, liberando a UEP para confecção do *Perfil do Projeto* e do *Sumário Executivo do Projeto Lençóis*, elaborado pela mesma empresa contratada para a *Carta Consulta*. Esses dois documentos – Perfil do Projeto e Sumário Executivo do Projeto – são muito similares, sendo o segundo um resumo do primeiro e diferindo-se dele por não trazer as especificações técnicas detalhadas.

Analisamos a seguir algumas modificações no projeto em relação às indicações na *Carta Consulta*, principalmente no tocante aos imóveis contemplados e seus usos. Essas modificações revelam as constantes adaptações do Projeto Lençóis às reformulações gerais do Programa Monumenta, que, por sua vez, foram alteradas conforme as orientações das mudanças no governo federal.

Incongruências na definição dos usos

O *Sumário Executivo do Projeto* apresenta algumas contradições em relação ao uso destinado aos imóveis. Primeiramente, na página 37, aponta que o mercado municipal seria transformado em Museu do Diamante e bar, e o imóvel da antiga prefeitura em Museu do Coronelato. Mais adiante, na página 42, é mencionado que o uso futuro do mercado seria o de receptivo turístico e lanchonete, e a prefeitura, Museu do Coronelato, Museu das Pedras e café (BRASIL, 2002b, p. 37, 42).

¹⁷ Informação fornecida por Márcio Perroni, em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 21 de janeiro de 2014.

A comparação dos dois documentos – *Sumário Executivo* e *Perfil do Projeto* – também apresenta contradições em relação aos usos sugeridos. No primeiro, aponta-se a manutenção do uso do edifício do Banco do Brasil (agência bancária no pavimento inferior e Câmara dos Vereadores no superior). No segundo, o uso do pavimento superior passa a ser de Centro de Convenções. Já em relação ao imóvel da prefeitura, o *Perfil do Projeto* aponta sua transformação somente em Museu dos Coronéis e das Pedras, não mais mencionando o café, como no Sumário Executivo.

De qualquer forma, o Museu do Garimpeiro sugerido na Oficina de Planejamento Participativo não foi mencionado em nenhum desses documentos. Embora os museus “do diamante” e “das pedras” sejam temas relacionados ao garimpo, eles evocam mais os aspectos físicos, enquanto este último trataria dos aspectos culturais do garimpo, expressos na figura do garimpeiro. Ademais, podemos considerar a prevalência do Museu dos Coronéis sobre o Museu do Garimpeiro como uma forma simbólica de perpetuação das formas de representação do poder.¹⁸

Como vimos, a questão do uso era um dos pontos fundamentais do programa. A sustentabilidade pretendida pelo Monumenta vinha, de um lado, do Fundo Municipal de Preservação, e de outro, da criação de usos rentáveis. O aluguel da lanchonete e do café, nos dois imóveis contemplados pelo programa em Lençóis, seria revertido em benefício da manutenção dos prédios restaurados:

as propostas de intervenção junto ao patrimônio histórico de Lençóis abordaram além das recuperações físicas dos imóveis e demais espaços, a implantação e adequação de novas funções aos espaços existentes que proporcionem com isso a revitalização desejada. (BRASIL, 2002b, p. 7).

Outra questão confusa tanto no *Sumário Executivo do Projeto* quanto no *Perfil do Projeto* é que primeiramente é apresentada uma lista de atuação do programa com diversos imóveis, além de logradouros, e posteriormente, são mencionadas apenas as obras na ponte, no mercado e na prefeitura. Essa primeira lista era composta de:

1. Mercado Municipal
2. Ponte
3. Prefeitura
4. 22 logradouros
5. Imóveis privados:
 - a) Banco do Brasil
 - b) Ex Vice-consulado da França
 - c) Outros (60)

(BRASIL, 2002b, p. 35)

¹⁸ A reivindicação por um espaço de representação do garimpeiro é constante em Lençóis e demonstra a resistência cultural frente à ameaça de sua perda, após a atividade do garimpo ter sido proibida na região. Trataremos mais intensamente esta questão no item 3.3.3 deste capítulo.

Imóveis Privados Destacados: novos valores?

Apesar dessas incongruências, vale a pena analisarmos os imóveis e usos propostos nessa lista, uma vez que suscitam algumas considerações a respeito da diferente atribuição de valores pelos técnicos do Monumenta, do IPHAN e pela população. Vejamos o caso dos imóveis das letras “a” e “b”, classificados como “imóveis privados destacados”.

O imóvel do Banco do Brasil é uma construção de 1979, aprovada pelo IPHAN (Figura 128). Suas características formais geraram grande polêmica na época da construção, e até hoje o edifício é visto pela população em geral como descaracterizador do patrimônio de Lençóis. A adoção de janelas retangulares, seguindo uma proporção estranha ao comumente usado na cidade, e o uso de grande quantidade de vidro nas esquadrias são os fatores mais criticados.

Figura 127. Construção que existia no terreno onde foi construída a agência do Banco do Brasil. Fonte: acervo de mestre Osvaldo.

Figura 128. A agência do Banco do Brasil em 2014. Foto da autora.

O primeiro projeto apresentado pelo banco ao IPHAN, segundo consta em um relatório do órgão, havia sido reprovado por possuir características do estilo do período colonial:

O Banco apresentou inicialmente um projeto que não foi aprovado pela Seção Técnica do 2º Distrito do IPHAN, visto que além de outras falhas, o projeto apresentava fachadas com características da arquitetura brasileira do período colonial (século XVIII). Ora, a cidade de Lençóis é da segunda metade do século XIX, e tal aberração não poderia ser permitida.¹⁹

Analisando as características do prédio que foi construído, podemos dizer que não apresenta um “estilo” dominante. A predominância de vazios sobre os cheios pode ser considerada uma característica da arquitetura colonial, mas também a daquela praticada na cidade, do “século XIX”. No entanto, as proporções e o desenho desses vazios é que não se adequavam às características locais, assim como sua tipologia: o edifício é muito grande e adota telhado de quatro águas. Mesmo os maiores sobrados de Lençóis, com área mais próxima a esse, possuem telhado em duas águas. Devido a esses fatores, o prédio do Banco do Brasil é chamado de “elefante branco” pela população.

Do ponto de vista das cartas patrimoniais, principalmente da *Carta de Veneza*, o edifício é correto, pois não imita nenhum estilo e tenta harmonizar-se com a paisagem, por meio do seu gabarito (Figura 129).

Essa também era a leitura do técnico do IPHAN na época:

De modo geral, porém, externamente, e do ponto de vista do conjunto da Praça Horácio de Matos, a nova sede se integrará perfeitamente à cidade.²⁰

Figura 129. Praça Horácio de Matos, com agência do Banco do Brasil à esquerda. Autor: Tom Alves, 2011. Fonte: arquivo pessoal do autor.

19 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

20 IPHAN. 4ª Diretoria Regional. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada à cidade de Lençóis no Estado da Bahia. Salvador, 21 de dezembro de 1977, p. 6-7. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

Mas o que surpreende é que os técnicos do Programa Monumenta tenham tido uma percepção mais próxima à da população que à do IPHAN: o edifício do Banco do Brasil é listado com a “característica crítica” de “desfiguração do patrimônio arquitetônico” e a “proposta de intervenção pelo Projeto” para solucioná-la seria a “intervenção no edifício, no sentido de integrá-lo ao contexto urbano da cidade” (BRASIL, 2002b, p. 23).

Em relação à edificação do “Ex Vice-Consulado da França”²¹ (Figura 130 e Figura 131), vale lembrar que os técnicos do IPHAN nunca atribuíram valor a ela, tendo sido descrita como “descaracterizada”:

Antigamente tinha 2 pavimentos. Foi desfigurado pela aposição de mais 1 pavimento na parte central, e colocação de horrível varanda na frente do acréscimo, varanda esta toda vedada por horríveis vidros, que chegam ao alinhamento da fachada primitiva. O imóvel hoje está com platibanda, em outra descaracterização. Só através de adequada restauração, o imóvel poderá retomar a feição e ambiência primitivas.²²

Para a população, entretanto, esta é uma edificação importante, de grande valor histórico, por simbolizar a importância da cidade em nível mundial.

Figura 130. Prédio do “Ex Vice-Consulado da França”.
Autoria desconhecida. Fonte: Arquivo do IPHAN – Lençóis.

Figura 131. Prédio do “Ex Vice-Consulado da França” em
2014. Foto da autora.

21 Os historiadores não encontraram nenhum documento oficial que comprove essa afirmativa. No entanto, é mais provável que a edificação tenha esse nome por ter abrigado um escritório de venda de diamantes muito frequentado por compradores franceses. Conforme já mencionado, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural – Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina (IPAC-BA), coordenado por Paulo Ormino de Azevedo afirma que “o governo francês chega mesmo a abrir um vice-consulado em Lençóis”. (BAHIA, 1980, p. 247-248).

22 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 11. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

A introdução desses dois edifícios na lista de “Acervo de bens imóveis de interesse de preservação na área elegível” está dentro das orientações gerais do Programa Monumenta:

atendendo a um dos princípios básicos da política cultural do governo, a priorização em proteger bens representativos de etnias, regiões e épocas da história pouco valorizadas foi incorporada como um dos objetivos do Monumenta. (TADDEI NETO, 2003, p. 110).

No entanto, apesar das intenções em se contemplar tais imóveis, a indicação final teria que ser validada pelo IPHAN, conforme demonstram alguns documentos.

Em outubro de 2001, a superintendente da 7ª SR do IPHAN, respondendo a uma demanda do coordenador do GT/IPHAN do Programa Monumenta, enviou um ofício com a indicação de uma lista de “monumentos de destaque da cidade de Lençóis”. Nessa lista estavam:

1. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário
2. Mercado Municipal à Praça Aureliano Sá
3. Casa na Rua Urbano Duarte n.º 454
4. Casa na Rua dos Mineiros n.º 817
5. Casa na Praça Horácio de Matos n.º 850
6. Casa na Praça Horácio de Matos n.º 854
7. Sobrado na Rua Sete de Setembro s/n.º, esquina com o Beco que desemboca na Praça Maestro Clarindo Pacheco²³

Em 5 de abril de 2002, um novo memorando foi enviado complementando o documento citado anteriormente, passando a lista de indicação da 7ª. SR do IPHAN a ser composta por mais seis imóveis:

8. Prédio do Ex Vice-Consulado da França – Praça Horácio de Matos
9. Imóvel à Praça Horácio de Matos, 852
10. Imóvel da UEFS – Praça Horácio de Matos
11. Ponte sobre Rio Lençóis
12. Prédio da Prefeitura à Praça Otaviano Alves
13. Prédio da Filarmônica à Praça Clarindo Pacheco, 84.²⁴

Todos esses imóveis integravam a primeira lista de “imóveis de interesse” da *Carta Consulta*, juntamente com mais 16 edificações, totalizando 29 imóveis de interesse. No *Perfil do Projeto*, a lista passa a constar de 22 imóveis.

O *Perfil do Projeto* definiu inicialmente contemplar a ponte sobre o rio Lençóis, o mercado público e o imóvel da prefeitura, que seria convertido em museu. (Ver apêndice G)

23 Ministério da Cultura/IPHAN. 7ª. Superintendência Regional. Memorando 0557/01, de 24/10/2001. Arquivo do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Tombamento, Caixa 65, Pasta Monumenta/BID Lençóis.

24 Ministério da Cultura/IPHAN. 7ª. Superintendência Regional. Memorando 0162/02, de 05/04/2002.

Figura 132. Imóveis e logradouros da área de projeto. Fonte: Brasil, 2002a.

A Revisão do Perfil do Projeto em 2004: consolidação do valor de uso

Em 2003, com as mudanças no governo federal e posse do presidente Lula, o programa passa por uma reestruturação, fruto de uma nova orientação política:

o Monumenta, sempre insistindo na parceria com as prefeituras e os setores privados na preservação dos sítios e conjuntos sob sua gestão e autônomo em relação ao IPHAN, vê paulatinamente esse modelo se esboroar. Originalmente simpático à desregulamentação e à retração da atuação do Estado na área patrimonial, o programa se aproxima dos programas nacionais de desenvolvimento para estimular a contrapartida de estados e municípios, de maneira a aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação. (DUARTE JR., 2010, p. 76).

De um programa “autônomo”, o Monumenta passa a ser um “programa do IPHAN”; e essa mudança é expressa nas publicações do órgão:

O Programa Monumenta do Iphan foi certamente uma das iniciativas governamentais no campo da política de patrimônio cultural e da política urbana que melhor retrataram as questões, os desafios, os limites, as possíveis soluções que se colocam para a gestão do território das cidades brasileiras e, particularmente, de suas áreas centrais. (ALMEIDA, 2010, p. 9).

Com isso, o GT/IPHAN é incorporado à UCG, que passa a exercer a coordenação

técnica do programa. Essa reestruturação refletiu, em Lençóis, na revisão do Perfil de Projeto:

[...] com a disponibilização de mais recursos por parte do Programa MONUMENTA, e considerando a reconhecida importância e extensão do patrimônio cultural da cidade, a UEP do município de Lençóis/BA, num trabalho conjunto com a 7ª Sub-Regional do IPHAN, identificou a necessidade de realizar uma revisão do Perfil do Projeto, ampliando a atuação do MONUMENTA na cidade.

Para tanto, a Revisão do Perfil do Projeto de Lençóis/BA aumenta sua Área de Projeto, acrescenta monumentos e imóveis privados, e aloca mais recursos para as denominadas Atividades Concorrentes do Programa, avaliando em paralelo a viabilidade das modificações propostas. Esta Revisão possui como objetivo final proporcionar a um dos maiores conjuntos históricos do país uma intervenção de porte mais impactante, condizente com sua importância. (BRASIL, 2004, p. 7).

A ampliação da área de projeto (Figura 133) foi proposição dos estudos já da UEP, que tinha uma equipe residente na cidade, e foi feita “tentando englobar novos monumentos, que foram incorporados, e também [...] para se ter maior número de beneficiados nos imóveis privados” (informação verbal).²⁵

Na lista estão os seguintes imóveis, sendo que os que estão marcados com asterisco foram contemplados para receber recursos e tiveram projetos de restauro e intervenção desenvolvidos:

Antiga Sede da Prefeitura Municipal*
Antigo Posto de Saúde*
Arquivo Público*
Banco do Brasil
Biblioteca Urbano Duarte
Casa de Cultura Afrânio Peixoto *
Casa de Horácio de Matos
Cine Teatro Rex*
Ex Vice-Consulado da França*
Igreja de Nossa Senhora do Rosário*
Igreja de Nosso Senhor dos Passos*
Imóvel à Avenida Rui Barbosa, n.º 30
Imóvel à Avenida Rui Barbosa, n.º 827
Imóvel à Avenida Rui Barbosa, n.º 845
Imóvel à Praça Horácio de Matos, n.º 16
Imóvel à Praça Horácio de Matos, n.º 20
Imóvel à Praça Horácio de Matos, n.º 32
Imóvel à Praça Horácio de Matos, n.º 154/854
Imóvel à Praça Horácio de Matos, n.º 852
Imóvel à Rua dos Mineiros, n.º 817
Imóvel à Rua Perilo Benjamin, n.º 178/09
Imóvel à Rua Sete de Setembro, n.º 40
Imóvel à Rua Sete de Setembro, n.º 880
Loja Maçônica Amor e Luz*
Mercado Público Municipal*
Nova Sede da Prefeitura Municipal*
Phylarmônica Popular de Lençóis*
Ponte sobre o Rio Lençóis*

25 Informação fornecida por Eduardo Fucs em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

Sede do IPHAN*
Teatro Arena* (BRASIL, 2004, p. 15-16).

Segundo o documento, a alocação de mais recursos por parte do Programa Monumenta permitia que a área de projeto fosse ampliada, e com isso, mais imóveis fossem contemplados. A justificativa usava o valor histórico desses imóveis e a importância de se abranger também o patrimônio mais modesto:

Inicialmente foi delimitada, pelo Programa, uma poligonal de atuação, onde não foram contempladas algumas edificações importantes como as ruínas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que nunca foi concluída, porém importante como valor histórico, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o casario de algumas ruas que se mantêm originais, entre outras edificações importantes.

Diante do exposto, a ampliação da poligonal da área de projeto da cidade de Lençóis/BA, incluindo os logradouros onde se situam as igrejas, o casario simples dos garimpeiros, as casas das famílias abastadas, que traduzem a manifestação do estilo eclético na cidade, torna-se imprescindível, pois estas construções são edificações de valor histórico, que autenticam o ciclo econômico da mineração, ocorrido na Chapada Diamantina, no século XIX. (BRASIL, 2004, p. 9).

Figura 133. Bens imóveis e áreas de projeto e de influência, antigas e novas, segundo a proposta de ampliação da Revisão do Perfil do Projeto.
Fonte: Brasil, 2004, p. 17.

Nos bastidores, tanto a ampliação da área de projeto quanto a alocação de mais recursos para Lençóis deveu-se, em grande medida, ao desejo pessoal dos coordenadores da UEP. Segundo Gabriel Gonsalves,

Quando se montou a Carta Consulta [...] em Lençóis foi pedido 12, 15, e foi aprovado 2.400 [milhões]. No decorrer do Programa, Porto Seguro saiu, São Paulo mingou, e nós conseguimos pegar mais recursos [...] Lençóis foi pra 9 milhões trezentos e pouco. (informação pessoal).²⁶

Os coordenadores do programa na Bahia explicaram que, por terem especial afinidade pela cidade de Lençóis, iam em busca de mais recursos e que, no entanto, nunca receberam apoio do governo local: “Nós nunca tivemos apoio político de ninguém de Lençóis pra ir batalhar junto com a gente. Muito pelo contrário. A gente sonhava e corria atrás do sonho. [...] Todo mundo só recebia o pacote pronto.” (informação pessoal).²⁷

A recepção dessas demandas pela coordenação geral do Programa Monumenta também ajudou muito a UEP Lençóis:

A gente contava com os nossos sonhos, a nossa vontade de trabalhar e a disposição da equipe técnica de Brasília em aceitar o que a gente propunha. (informação pessoal).²⁸

Tudo o que a gente propunha, o corpo técnico do IPHAN, encabeçado pelo coordenador, que era Luís Fernando (depois presidente do IPHAN), tudo que a gente levava pra ele, ele analisava com muita vontade, porque Lençóis é uma cidade apaixonante. (informação pessoal).²⁹

Para que a ampliação da área de projeto ocorresse, algumas nomenclaturas tiveram que ser adequadas ao RO do programa: no mapa de localização dos monumentos e imóveis contemplados (Figura 134), há a classificação dos monumentos em “nacionais” e “estaduais ou municipais”. Esses “novos status” das edificações, assim como as delimitações dos centros históricos para comporem as áreas de projeto e de influência aconteceram em diversas cidades, e não apenas em Lençóis, sobretudo, por meio de tratativas com o IPHAN. Com o intuito de enquadrar às normas do RO, novos bens foram tombados “a toque de caixa”, como a Estação Júlio Prestes, Pinacoteca, e outros na área da Luz, em São Paulo (TOZI, 2007; MARINS, 2012), áreas de proteção integral foram modificadas ou, onde não existiam, tiveram que ser delimitadas, como o caso de Lençóis.

26 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

27 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014. Em março de 2005, o programa promoveu, em São Francisco do Sul/SC, o Seminário de Integração das Unidades Executoras do Programa (UEPs), no qual estariam presentes o coordenador-geral do programa, Luiz Fernando de Almeida, o presidente do IPHAN, Antônio Augusto Arantes, e o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, devido a inauguração do Museu Nacional do Mar. Naquela ocasião, a UEP de Lençóis já tentava negociar mais recursos para a cidade e, como forma de demonstrar o interesse da prefeitura local e fazer certa pressão, bancou a ida do prefeito e dois secretários municipais para o evento.

28 Informação fornecida por Eduardo Fucs em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

29 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

Figura 134. Mapa de localização dos monumentos e imóveis contemplados na Revisão do Perfil do Projeto. Fonte: Brasil, 2004, p. 18.

Se, por um lado, os Perfis de Projeto buscavam adequar-se ao RO, por outro, este também sofreu alterações no intuito de contemplar uma maior flexibilidade e atender, assim, a demandas colocadas pelas cidades nas quais o programa estava implementado. A primeira mudança no RO foi feita em 2003, com poucas alterações. A segunda, de 2006, é a que traria as alterações mais significativas.

Uma das alterações no RO em 2003 que refletiu em Lençóis foi a nova delimitação das áreas de projeto e de influência, que passaram a ser coincidentes e foram ampliadas em relação à original. Isso porque a revisão do RO de 2003 restringia a atuação do programa apenas à área de projeto, não dando mais a possibilidade de contemplação de imóveis na área de influência. Conforme aponta Thais Rebouças (2012, p. 61-62), havia uma “preocupação em não transformar o projeto numa espécie de ‘guarda-chuva’ para qualquer necessidade de recuperação ou reforma nos Centros Históricos”, uma vez que o RO anterior permitia “financiar investimentos em reparações de emergência em Monumentos Nacionais em perigo de arruinamento e que se encontrassem fora da Área de Projeto, porém, dentro da sua Área de Influência”.

Em Lençóis, o primeiro perímetro da área de projeto proposto ainda na Oficina de Planejamento Participativo adotava o delimitado no Inventário de Proteção do Acervo Cultural – Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina (IPAC-BA), desenvolvido pelo Governo do Estado da Bahia sob a coordenação de Paulo Ormino de Azevedo e publicado em 1980. Para os técnicos do IPHAN que participaram da oficina, foi apontado como um períme-

tro equivocado, uma vez que o IPHAN não o adotava (informação verbal).³⁰ O IPHAN sugeriu então um perímetro, que ficou sendo a área de projeto no primeiro *Perfil do Projeto*, de 2002 (Figura 135).

Em 2004, os técnicos do Monumenta fizeram uma prospecção analisando a de-

Figura 135. Mapa da área de projeto e área de influência do Perfil do Projeto. Fonte: Brasil, 2002a.

manda de intervenção em imóveis privados e verificaram que havia um grande potencial na cidade, pois muitas moradias estavam em condições precárias. No entanto, grande parte delas estava situada fora dos limites da área de projeto. Com a *Revisão do Perfil do Projeto*, esse limite foi ampliado e coincidiu com a área de influência, no intuito duplo de abranger esses imóveis, possíveis beneficiados pelos investimentos em imóveis privados, e também abarcar alguns imóveis públicos que não estavam contemplados no Perfil de 2002, como o Teatro de Arena e as ruínas do antigo colégio, onde foi construída a nova sede da prefeitura municipal.

Outra importante demanda local deu-se em relação à abrangência de investimentos

³⁰ Tanto a ex-técnica do IPHAN, a arquiteta Nélia Paixão (entrevista realizada em 8 de setembro de 2014 em Mucugê/BA), que participou da Oficina de Planejamento Participativo, quanto o arquiteto José Geraldo Viera da Costa (entrevista realizada em 18 de novembro de 2014 via Skype), que atuou no Escritório Técnico do IPHAN em Lençóis entre 1983 e 1987, mencionaram que o IPHAN nunca adotou e/ou reconheceu o Inventário IPAC-BA.

em imóveis privados. Inicialmente, o programa foi desenhado para contemplar as obras apenas em fachadas e telhados. Os estudos desenvolvidos pelos técnicos em Lençóis demonstraram que a situação dos imóveis privados em Lençóis era extremamente precária: “60% dos imóveis não tinham fogão a gás, 70% não tinha banheiro dentro do imóvel e muitas casas não tinham piso, era de chão batido” (informação pessoal).³¹ Com isso, o programa contemplou, em Lençóis, financiamento para recuperação de fachadas, telhados, instalações elétricas e sanitárias.

Uma adequação no RO de 2006, fruto de demandas locais, a exemplo de Lençóis, deu-se em relação à comprovação de propriedade dos imóveis:

Ao definir [...] os beneficiários elegíveis para contratação de empréstimo para recuperação de imóveis privados, a versão de 2006 do Regulamento Operativo, além das pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de imóveis, inclui como elegíveis “promitentes compradores, inquilinos ou ainda aqueles que comprovem a utilização dos referidos imóveis para fins residenciais e/ou comerciais nos últimos cinco anos”. (REBOUÇAS, 2012, p. 63).

Isso porque o RO anterior, de 2000, definia como beneficiários apenas “pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de imóveis situados na Área de Projeto, ou seus parceiros, formalmente constituídos” (RO 2000, p. 57, apud REBOUÇAS, 2012, p. 63) ³². Rebouças mostra, ainda, que na versão de 2006, é retirada do texto a alínea que se refere à “regularidade jurídica da propriedade do imóvel” e substituída por “estado de conservação do imóvel” (REBOUÇAS, 2012, p. 63).

Outra adequação que se fez necessária foi em relação à liberação de recursos de antecipação, ou seja, a primeira parcela do empréstimo adquirido pelo beneficiário da recuperação de imóveis privados era liberada antes mesmo do início das obras:

No início não tinha o valor de antecipação, e no decorrer do programa a gente viu que, [...] as pessoas não tinham nem crédito pra começar, muitas dessas pessoas tinham uma condição de renda familiar tão baixa que não tinha crédito na cidade, pra contratar um pedreiro e pra pagar no fim do mês, ou comprar um cimento [...]. Então o Monumenta fez uma nova adaptação, criando uma antecipação de recurso de até 20 mil reais [...] e com essa antecipação de recursos, você contratava a mão de obra, já comprava o material pra começar fazer, uma vez que você fez, faz a medição e esse dinheiro ia circulando e as pessoas iam tendo a condição de construir, porque se não fosse isso, muitos não iam ter nem como começar. (informação pessoal).³³

Voltando ao tema dos imóveis públicos contemplados pelo programa em Lençóis, a indicação dos imóveis a receberem recursos e de seus usos, apesar de ter sido feita pela equipe da UEP com o aval do IPHAN, demonstra certa proximidade aos anseios da população. Assim, embora esta não tenha sido consultada, ou seja, apesar de essas decisões não terem sido uma construção coletiva, em grande parte os técnicos do Monumenta conseguiram expressar os anseios e necessidades locais. Nossa leitura é a de que essa equipe tenha conseguido traduzir

31 Informação fornecida por Márcio Perroni, ex-arquiteto da UEP Lençóis, em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 21 de janeiro de 2014.

32 IPHAN. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta. *Regulamento Operativo do Contrato de empréstimo N. 1200/OC-BR* (versão de 12 de janeiro de 2000). Brasília, 2000.

33 Informação fornecida por Márcio Perroni em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 21 de janeiro de 2014.

as demandas locais, por residir na cidade e por contar com alguns membros que já eram moradores de Lençóis, portanto, conhecedores da cultura local.

Em relação aos usos existentes e propostos no novo *Perfil de Projeto*, ficaram assim definidos (Tabela 5):

Tabela 5. Usos existentes e críticas e usos propostos para os imóveis a serem contemplados com a *Revisão do Perfil do Projeto*

Imóvel a ser contemplado	Uso existente e críticas	Uso proposto
Antiga sede da prefeitura municipal	Prefeitura municipal; imóvel com espaços subutilizados.	Museu da Cidade.
Antigo posto de saúde	Imóvel sem utilização.	Implantação da secretaria municipal da Cultura e Turismo.
Arquivo Público	Arquivo Público	Reestruturação do Arquivo Público.
Biblioteca Urbano Duarte	Imóvel subutilizado em função do estado precário de conservação.	Reestruturação da biblioteca.
Casa de Cultura Afrânio Peixoto e Anfiteatro	Casa de Cultura Afrânio	Reestruturação da Casa de Cultura; Implantação do Anfiteatro.
Cine Teatro Rex	Imóvel em precário estado de conservação, sendo utilizado como loja de materiais de construção.	Reimplantação do Cine Teatro, incluindo a recuperação interna do imóvel.
ExVice-Consulado da França	-	-
Igreja de N. S. do Rosário	-	-
Igreja de N. S. dos Passos	-	-
Loja Maçônica Amor e Luz	Imóvel subutilizado devido ao seu precário estado de conservação.	Restauração dos elementos arquitetônicos internos do imóvel e adaptação arquitetônica.
Mercado Público Municipal	Imóvel com seus espaços subutilizados.	Implantação de um café; Implantação de receptivo turístico.
Nova sede da prefeitura municipal	Imóvel com espaços subutilizados.	Instalação da sede da prefeitura municipal.
Phylarmônica Popular de Lençóis	-	Restauração dos elementos arquitetônicos internos do imóvel e adaptação arquitetônica.
Ponte sobre o rio Lençóis	-	-
Sede do IPHAN	-	Reestruturação do Escritório Técnico do IPHAN.

Teatro Arena	Equipamento em precárias condições para realização de eventos.	Consolidação do uso do espaço como área de lazer e entretenimento público.
---------------------	--	--

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do *Quadro de Usos e Intervenções* (BRASIL, 2004, p. 35-36).

Todos esses imóveis e os usos propostos eram importantes para a cidade e apareciam como demandas locais, com exceção do uso proposto para o Mercado Público Municipal que, como veremos mais adiante, era controverso.

No entanto, observa-se que o Museu do Garimpo ficou mais uma vez relegado: o uso proposto para o imóvel da antiga prefeitura foi alterado mais uma vez, de Museu dos Coroneis e das Pedras para Museu da Cidade³⁴.

No geral, a justificativa para inclusão desses novos imóveis no programa, expressas no documento, passam pela importância arquitetônica do imóvel, do seu uso ou pela concatenação dos dois, a exemplo da secretaria da Cultura e Turismo, do Arquivo Público, do imóvel sede do IPHAN e do Cine Teatro Rex.

Para a Loja Maçônica Amor e Luz (Figura 136 e Figura 137), edifício descaracterizado em relação ao original, a justificativa é dada visando garantir “as atividades de uma importante instituição histórica da cidade, de caráter filantrópico de utilidade pública” (BRASIL, 2004, p. 46).

Figura 136. Loja Maçônica Amor e Luz. Autoria e data não identificadas. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 30, Pasta 01.

Figura 137. Prédio da Loja Maçônica em 2012. Foto da autora, 2012.

Motivo similar era dado para a inclusão do prédio da Phylarmônica Lyra Popular no programa:

será um ato de significativa importância para a cidade de Lençóis, pois além de preservar as características físicas e arquitetônicas da edificação, contribuirá para manter as atividades desenvolvidas pela Phylarmônica, que após 108 anos de existência, fixou no calendário cultural da Chapada Diamantina, a realização anual de um Encontro Cultural, consciente de que a música é fonte de irmandade universal. (BRASIL, 2004, p. 47).

³⁴ Vale lembrar que em 2004, quando foi feita a *Revisão do Perfil de Projeto* para Lençóis, a obra da prefeitura já estava quase concluída. A proposta de alteração para Museu da Cidade foi feita em virtude do acervo disponível para o museu.

Três dos imóveis a serem contemplados não receberiam as “intervenções restaurativas” como os demais, mas sim, projetos de intervenção com novas construções: o Anfiteatro da Casa de Cultura Afrânio Peixoto, a nova sede da prefeitura municipal e o Teatro de Arena. Para estes, a justificativa era dada por motivos diversos.

Para o Anfiteatro da Casa de Cultura Afrânio Peixoto, proposto em terreno anexo à já existente Casa de Cultura, a reconstituição considerava

ser de fundamental importância o preenchimento da lacuna no tecido urbano histórico da cidade de Lençóis, formada em consequência do imóvel contíguo ao sobrado que sedia a Casa de Cultura ter ruído, propõe-se ainda, nessa Revisão do Perfil do Projeto, a sua reconstrução, retomando a volumetria dessa antiga edificação e resgatando a harmonia da Praça do Rosário. (BRASIL, 2004, p. 39).

Já para o Teatro de Arena tinha-se a “ideia primordial de consolidação do espaço como área de lazer e entretenimento público” (BRASIL, 2004, p. 43).

A construção da nova sede da prefeitura municipal justificava-se pelo fato de ela ter cedido seu prédio para a implantação do Museu da Cidade (BRASIL, 2004, p. 42), deixando a prefeitura sem sede. A inserção de uma reforma de imóvel relativamente novo foi conseguida por meio da UEP:

Como a prefeitura de Lençóis não tinha sede [...] eu prometi ao prefeito da época [...] que eu ia batalhar pra conseguir dar uma sede para o município. E isso a gente conseguiu no apagar das luzes. Eduardo conseguiu inserir aquela ruína atrás do Teatro de Arena, que estava lá acabada, era depósito [...] a gente conseguiu mostrar que a prefeitura não tinha uma sede, que aquilo era importante, que aquilo estava abandonado, estava atrás de uma coisa importante pra cidade que era o Teatro de Arena, e por aí, por esse caminho, embora não fosse um prédio antigo, antigo no sentido de histórico, a gente conseguiu fazer, que é um prédio moderno. [...] (informação verbal).³⁵

Mais uma vez, o valor de uso sobrepôs-se aos demais. Majoritariamente, foi este valor, junto ao histórico e ao simbólico, os contemplados pelo programa para justificar a inserção dos imóveis na nova etapa do projeto.

A *Revisão do Perfil do Projeto* mantinha a intervenção nos logradouros, já proposta pelo *Perfil do Projeto* desenvolvido em 2002, cujo objetivo era “a requalificação destes espaços, considerando-se as atividades pré-existentes e a vocação natural de cada um” (BRASIL, 2004, p. 42). Como não há no documento maiores justificativas, podemos analisar essa “necessidade de requalificação” a partir da *Análise de Problemas do Relatório da Oficina de Planejamento Participativo*, uma vez que este documento pautou todas as ações subsequentes do programa.

Nesse relatório, os problemas elencados em relação aos logradouros referem-se mais ao tráfego do que propriamente ao espaço: “veículos pesados circulando no Centro Histórico”; “intensa circulação de veículos em ruas estreitas”; “estacionamento de veículos desordenado”; “ônibus circulando nas ruas do sítio histórico”; “logradouros (jardins) abandonados”; “passeios (áreas de circulação de pedestres) com conservação precária e utilização inadequa-

35 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

dos”; “vias públicas ocupadas por bares e restaurantes” (BRASIL, 2001a, p. 11-12). Nota-se que são problemas mais relacionados à gestão do espaço público. Não encontramos no texto menção à situação do calçamento em si ou à degradação física dos logradouros. É importante mencionarmos esse fato, pois a obra de requalificação dos logradouros foi o estopim de conflitos que culminaram, em 2001, com a saída do Programa Monumenta da cidade, conforme veremos no item 3.3.5.

A inserção das obras nos logradouros, portanto, pode ter se dado mais no intuito de enquadrar o Projeto Lençóis nas diretrizes gerais do programa, que propriamente por uma demanda do sítio histórico. Em palestra de apresentação do programa, Pedro Taddei Neto, então seu coordenador geral, destaca que “as principais ações propostas pelo Monumenta” na área de obras eram: “conservação e restauro de monumentos históricos; requalificação de ruas, calçadas, praças e adros; conservação de fachadas e telhados de imóveis particulares” (TADDEI NETO, 2000).

3.2.4. As verdadeiras demandas locais

Uma vez constatado que tanto a Oficina de Planejamento Participativo como as demais ações do projeto não tiveram uma participação de fato representativa da comunidade, buscamos outras fontes que nos indicassem quais eram as verdadeiras demandas locais, como os ofícios do prefeito e da Câmara Municipal, direcionados aos poderes estaduais e federal, e os abaixo-assinados de moradores solicitando diversas melhorias ao poder municipal.

Embora elas não correspondam exatamente ao ano de realização da Oficina de Planejamento Participativo do Programa Monumenta (2001), revelam quais eram, alguns anos antes (1997-2000), as necessidades demandadas pela população.

Em 1998, a prefeitura e a Câmara Municipal prepararam um modelo de ofício pelo qual solicitavam diversos melhoramentos para a cidade. O ofício seria endereçado

para várias autoridades do Estado: governador; ex-governador Paulo Souto; Pres. Senado – ACM; Eraldo Tinôco; Dep. Horácio de Matos Neto; Paulo Renato Dantas Galdenzi [sic] – Sec. Cultura e Turismo; Dr. Roberto Cunha, Sec. Energia, Transportes e Comunicações; Dr. Roberto Moussalém de Andrade, Sec. De Saneamento e Recursos Hídricos; Presidente da EMBASA; e outras autoridades, cerca de 60.³⁶

É interessante notar a justificativa para as solicitações, feita pelos poderes municipais, que evoca a construção do aeroporto e o fato da cidade ser um polo turístico – como vimos no capítulo 2, ações do Prodetur:

Na iminência da inauguração de um Aeroporto de nível internacional, às vésperas da virada do milênio, e, na perspectiva do desenvolvimento e tecnologia moderna, crescendo cada vez mais, no dia a dia, os Poderes Executivo e Legislativo deste Município de Lençóis, preocupados, sensibilizados e interessados na necessidade de melhoramentos diversos em benefícios deste importantíssimo Pólo Turístico, vi-

36 Prefeitura e Câmara Municipal de Lençóis/BA. Minuta de ofício. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

mos, solicitar de _____, o decisivo e relevante apoio e interferência, no sentido de viabilizar, se possível, com brevidade, junto aos setores e órgãos competentes, o atendimento aos itens abaixo discriminados: [...]”³⁷

Seguia-se uma lista de 23 itens que abrangia obras de saneamento básico e abastecimento de água, melhorias na saúde, implantação de rádio “comunitária ou comercial, pois não existe nenhuma delas na cidade”, disponibilização de linhas telefônicas e implantação de telefonia celular e até mesmo instalação de aparelhos de TVs ou telões públicos nos bairros do Tomba Surrão, Alto da Estrela e no mercado municipal, “onde existia uma grande TV para o simples lazer e diversão da população”.³⁸

Dentre as obras solicitadas, estavam: “construção de uma ponte no perímetro urbano, ligando o final da Av. Senhor do Passos com a Av. Isaías Pereira (antiga Av. Ruy Barbosa ou Rua Direita), no centro da cidade”; uma rodoviária, “obras de reforma geral do sobradão colonial em ruínas e Mercado Municipal [...] bem como na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário”, além de casas populares, reforma de escolas, construção de quadras poliesportivas e “apoio necessário para obras de calçamento nas vias públicas”³⁹. As vias públicas citadas correspondiam a ruas e becos nos bairros mais pobres do Lavrado, do Alto da Estrela e do Tomba Surrão.

Alguns desses bairros não tinham sequer redes de saneamento e elétrica. Em abril de 1998, a “Comunidade dos Bairros do Lavrado e Loteamento Miguel Ângelo Guerreiro” encaminharam um abaixo-assinado à Câmara Municipal, pleiteando a expansão da rede elétrica, a inclusão desses bairros no Programa de Saneamento Básico do governo estadual (que estava sendo implantado na cidade), e que fosse “solucionado também o grande problema dos esgotos públicos correndo a céu aberto, no Rio Lençóis e no córrego do Lava-Pés, nos fundos de casas residenciais”.⁴⁰

Neste documento, mais uma vez a transformação de Lençóis em cidade turística e a construção do aeroporto são ressaltados como incoerentes à realidade local, destacando-se o contraste entre um elemento moderno e a precariedade desses bairros:

Reconhecemos que é inaceitável e vergonhoso que uma Cidade como Lençóis, histórica e turística, tão divulgada e conhecida, às vésperas da inauguração de um novo Fórum local e grande Aeroporto, de nível internacional; às vésperas da grande virada de mais um século de existência, no ano 2000; e, considerando-se ainda o alto desenvolvimento e tecnologia moderna, é triste, lamentável e inadmissível o que vem ocorrendo em nossos carentes bairros.⁴¹

37 Prefeitura e Câmara Municipal de Lençóis/BA. Minuta de ofício. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

38 Prefeitura e Câmara Municipal de Lençóis/BA. Minuta de ofício. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

39 Prefeitura e Câmara Municipal de Lençóis/BA. Minuta de ofício. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

40 Comunidade dos bairros do Lavrado e Loteamento Miguel Ângelo Guerreiro. Abaixo-assinado encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Lençóis. Lençóis, 20 abr. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

41 Comunidade dos bairros do Lavrado e Loteamento Miguel Ângelo Guerreiro. Abaixo-assinado encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Lençóis. Lençóis, 20 abr. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

O documento elenca as situações às quais os moradores são submetidos por não terem essas benfeitorias, como “andar pelas ruas totalmente às escuras”, a impossibilidade de usufruírem “dignamente de benefícios e conforto do mundo moderno, como liquidificador, televisão, ventilador, geladeira”, fazer uso dos “fifós” para as crianças poderem fazer as tarefas, ou para espantar muriçocas, ou ainda

Pelo simples fato de não termos também, sanitários ou banheiros em nossas humildes e carentes residências, somos obrigados a executar as necessidades fisiológicas básicas em nossos quintais, dentro do mato, sem higiene e com o risco de sermos mordidos, a qualquer momento, por alguma cobra venenosa; e, nos banhamos com o auxílio de um pequeno balde d’água em casa, ou, na beira de algum rio.⁴²

Tal situação fazia com que parecesse que não estivessem “no perímetro urbano de uma cidade, pois, sentimo-nos como se estivéssemos isolados e esquecidos dentro de uma roça ou fazenda, com várias precariedades públicas”.⁴³

Além das mencionadas precariedades, muitas casas, construídas de taipa e sem manutenção, corriam o risco constante de arruinamento devido às chuvas de verão. Em 1997, um ofício da Câmara enviado ao prefeito relatava os problemas causados pelas recentes chuvas e alertava para essa perda:

Além dos inúmeros estragos e prejuízos causados pelas recentes chuvas e “trombas d’água”, nos monumentos, vias e logradouros públicos, informamos e esclarecemos a V. Exa., em tempo hábil, para os devidos fins que, verificamos que existe também nesta Cidade de Lençóis, várias casas e sobrados velhos com rachaduras nas paredes e piso, infiltrações, telhados com madeira podre, telhas velhas e rachadas, provocando pingueiras, e, algumas delas, infelizmente caíram e outras estão prestes a desabar a qualquer momento, em virtude das últimas chuvas caídas, que têm sido fortes e constantes, ocasionando o estado de emergência.⁴⁴

Como vimos, a falta de sanitário no interior das casas, de piso ou a precariedade da construção no geral eram problemas não apenas desses bairros, mas também das residências mais pobres bem próximas ou mesmo dentro da área de projeto do Monumenta, e que o programa tentou, de algum modo, minimizar.

Outra demanda identificada refere-se à criação de espaços públicos e embelezamento da cidade.

Em abril de 1998, a Câmara Municipal enviou ofício ao prefeito com o propósito de “colaborar” com a administração pública “desta histórica e turística Cidade, principalmente o seu visual que é muito importante”, solicitando

serviços de limpeza e conservação necessária dos jardins públicos deste Pólo Turís-

42 Comunidade dos bairros do Lavrado e Loteamento Miguel Ângelo Guerreiro. Abaixo-assinado encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Lençóis. Lençóis, 20 abr. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D’África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

43 Comunidade dos bairros do Lavrado e Loteamento Miguel Ângelo Guerreiro. Abaixo-assinado encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Lençóis. Lençóis, 20 abr. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D’África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

44 Câmara Municipal de Lençóis. Ofício nº 030/97. Lençóis, 24 mar. 1997. Arquivo Municipal Dom Obá II D’África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

tico, com a plantação e cultivo de flores ou gramas nos mesmos, e inclusive, a reforma e construção de suas bancadas e passeios, com jardineiros e fiscais eficientes e atuantes.⁴⁵

Em julho de 2000, um abaixo-assinado da “comunidade de Lençóis”, principalmente “moradores [...] circunvizinhos ou próximos da Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, padroeiro dos garimpeiros” foi levado à Câmara solicitando

a importante e necessária implantação completa de uma pracinha no terreno baldio existente nos fundos da referida Igreja, que, vem sendo utilizado, indevidamente, para a prática de sexos e depósitos de entulhos e de lixos; cuja área, de uso e servidão pública, deverá ser beneficiada e mantida em prol da coletividade, inclusive, propiciando, em consequência, melhor lazer, ventilação, iluminação, visual e circulação aos moradores e visitantes deste tão divulgado Pólo Turístico, especialmente, nos seus períodos de festejos religiosos, o que é público e notório! [...].⁴⁶

Portanto, verifica-se que as demandas locais eram diversas, e apenas algumas poderiam ter sido contempladas por um programa de “recuperação do patrimônio histórico”: reformas do “sobradão colonial em ruínas”, do mercado municipal e da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário; recuperação de imóveis abalados pelas chuvas; melhorias nos canteiros e construção da pracinha da Igreja de Nosso Senhor dos Passos.

Obviamente essas reivindicações se davam sobre necessidades iminentes, urgentes. Caso o processo de identificação dos “anseios da comunidade” pelo Programa Monumenta fosse uma construção coletiva, certamente outras demandas surgiriam, seguramente diversas das contempladas pelo programa na *Carta Consulta*, ou talvez coincidentes apenas em parte.

Figura 138. Rua sem calçamento no bairro Alto da Estrela. Observa-se que no ano da foto (2014) o sistema de esgotamento sanitário já havia sido feito. Foto da autora, 2014.

45 Câmara Municipal de Lençóis. Ofício n.º 032/98. Lençóis, 20 abril 1998. Arquivo Público Municipal. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

46 Abaixo-assinado da Comunidade de Lençóis ao Presidente da Câmara Municipal de Lençóis. Lençóis, 13 jul. 2000. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

Figura 139. Rua sem calçamento no bairro Alto da Estrela. Observam-se os lajedos protuberantes, que dificultam a pavimentação, e o cano de abastecimento de água que, em alguns locais, fica aparente. Foto da autora, 2014.

Figura 141. Rua parcialmente calçada no bairro Alto da Estrela, com quadra recém-construída. Os equipamentos públicos de esporte, principalmente as quadras, são importante demanda da população. Foto da autora, 2014.

Figura 140. Rua sem calçamento no bairro Alto da Estrela. Foto da autora, 2014.

3.3. Velhos valores, novos conflitos. A prática do Monumenta e a recepção pela população

Vimos até aqui o *discurso* do Programa Monumenta em Lençóis: como se instalou na cidade, como se deu a seleção dos imóveis a serem contemplados e os valores atribuídos a cada um deles. Neste tópico analisaremos a recepção dessas ações na prática, mostrando os conflitos gerados em torno de algumas delas. Alguns foram oriundos das decisões do programa, enquanto outros, de origem mais antiga, tiveram nas ações do Monumenta apenas um estopim para acontecer.

3.3.1. Recuperação da ponte sobre o rio Lençóis: o valor arquitetônico priorizado em relação ao valor de uso

A ponte sobre o rio Lençóis foi construída em 1860 para ligar os dois núcleos populacionais primitivos da cidade: o Serrano, situado à margem direita, e o São Félix, da margem esquerda, onde se encontra a Igreja de Nosso Senhor dos Passos.

A primeira obra que localizamos em relação à ponte é de 1979, conforme relatamos no capítulo 2. Foi a primeira executada na cidade após o tombamento, esteve inserida no Programa de Cidades Históricas do Nordeste (PCH) e deu-se após a ponte ter sido danificada por uma tromba d'água em 1977.

As demandas posteriores em relação às obras na ponte estão relacionadas ao crescimento da cidade e à sua transformação em cidade turística, no final da década de 1990.

A primeira delas refere-se à construção de um passeio de um metro na parte interna da ponte, bem como a construção de nova ponte no final da Av. Senhor dos Passos, fazendo ligação com a Av. Rui Barbosa. O pedido de reforma, feito pelo prefeito da época, Emmanoel Calmon Maciel, foi enviado para análise do IPHAN em 1997. Embora não tenhamos encontrado documentação adicional, por meio de conversas com moradores verificamos que, com o crescimento da feira, inicialmente confinada no mercado municipal, houve sua expansão para a Praça das Nagôs (praça adjunta ao mercado), e com isso, o acesso à cidade nos dias do evento ficou prejudicado. Uma solução vislumbrada foi a construção de uma nova ponte, no final da Av. Senhor dos Passos, que faria a ligação com a cidade, além de ser uma possibilidade de desafogar o tráfego sobre a antiga ponte que, pelas suas dimensões, só possibilita a passagem de um veículo por vez.

Essa solicitação foi negada pelo IPHAN⁴⁷, que alegou que as intervenções iriam descaracterizar a ponte existente, bem como o sítio histórico tombado⁴⁸.

A segunda demanda refere-se à construção de uma nova ponte, ligando o final da

47 IPHAN. Ofício 018/97, de 7 de agosto de 1997. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta 175.8. Rio Lençóis – Ponte de Arcos Romanos.

48 IPHAN. Informação Técnica 004/97. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta 175.8. Rio Lençóis – Ponte de Arcos Romanos.

Av. Senhor dos Passos com a Av. Ruy Barbosa⁴⁹, conforme vimos na p. 294. O intuito era desafogar o tráfego na ponte antiga e desviar a circulação de veículos das praças das Nagôs (Aureliano Sá) e Horácio de Matos.

Embora, como vimos, a ponte não tenha aparecido entre as necessidades colocadas na Oficina de Planejamento Participativo, ela foi o “projeto de arranque” do Monumenta na cidade.

O partido projetual foi o de restauro, com demolição dos elementos acrescentados ao longo do tempo, e nenhuma consideração sobre a nova demanda de uso. Contemplava-se, assim, as orientações dadas pela representante técnica do IPHAN em Lençóis, que proibira a reforma em 1998, e mencionara que a ponte carecia mesmo era de restauro, apoiando-se no inventário de Paulo Ormino de Azevedo:

O livro do inventário de proteção do acervo cultural da Bahia – IPAC-BA – da Secretaria de Indústria e Comércio – convênio IPHAN coordenado pelo arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo, perito em restauração de monumentos históricos, sugere na página 212 como restauração necessária a “eliminação dos anexos sem mérito arquitetônico, como os pilares que suportam um cano de adução de água”.⁵⁰

Essa foi uma das especificações do Projeto de Recuperação da ponte sobre o rio Lençóis elaborado pela empresa Domo Projetos Culturais para o Programa Monumenta. O projeto previa, ainda, a remoção do reboco na parte externa da ponte, a substituição do guarda-corpo em balaústre de concreto⁵¹ por mureta de concreto, a remoção dos postigos de iluminação junto aos guarda-corpos e instalação de iluminação junto às novas muretas de proteção, a substituição do calçamento asfáltico pelo calçamento similar ao antigo, em pedras, e a iluminação cênica.

No entanto, os projetistas reconheciam a insuficiência da ponte em Lençóis, como único acesso, e recomendavam a construção de uma nova ponte:

A velha ponte sobre o rio Lençóis continuará sendo o único ponto de acesso viário à área central da cidade e elemento de destaque do Centro Histórico de Lençóis. Assim, deverá atender ao fluxo de veículos, inclusive de carga, que acontece nos dois sentidos simultaneamente ao fluxo de pedestres, sem perder seu caráter de cartão postal da cidade.

Recomenda-se, contudo, a construção de uma nova ponte de maiores dimensões em outro local do rio. Com isso, a circulação de veículos seria feita de forma mais organizada, sem prejuízo para a ponte centenária, que poderia ficar restrita ao fluxo de carros em uma só direção ou até mesmo só à passagem de pedestres. (PROGRAMA MONUMENTA, 2002).

Gabriel Gonsalves tentou negociar com a Companhia de Desenvolvimento Urbano

49 Prefeitura e Câmara Municipal de Lençóis/BA. Minuta de ofício. 1998. Arquivo Municipal Dom Obá II D’África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores.

50 IPHAN. Informação Técnica 004/97. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta 175.8. Rio Lençóis – Ponte de Arcos Romanos.

51 Uma entrevista elaborada pelo jornal *O Avante* ao coordenador do Programa Monumenta em Lençóis sugere que essas modificações foram vistas com alguma estranheza pela população, ao perguntarem: “Que estudo foi feito para chegar a este modelo da ponte que está sendo reformada? E por que a primeira mureta foi derrubada?” (REFORMA..., 2002).

do Estado da Bahia (CONDER) para conseguir a construção da nova ponte, visto que era uma demanda do município que, contudo, não era da natureza do programa contemplar (informação verbal).⁵²

Embora essa tratativa demonstre um esforço no atendimento das demandas locais, notamos que o projeto de recuperação da ponte existente considerou apenas valores de cunho arquitetônico e simbólico (“seu caráter de cartão postal da cidade”), e não o de uso, uma vez que uma possível ampliação não foi contemplada.

3.3.2. De Mercado Municipal a Mercado Cultural

A feira livre como expressão da cultura lençoense

O edifício destinado ao Mercado Municipal de Lençóis começou a ser construído no final do século XIX, passou por mais de 50 anos incompleto e só foi finalizado na década de 1940, quando a economia do diamante teve um ligeiro aquecimento. Antes da existência do mercado, a feira da cidade acontecia na Praça Horácio de Matos, denominada então de Praça do Comércio (Figura 142 e Figura 143)

A retomada das obras, em 1941, foi noticiada com a expressão “antes tarde do que nunca” pelo jornal local *O Sertão*. A prefeitura havia conseguido recursos do governo estadual para a finalização da obra. Em 1949, o edifício ainda não tinha recebido pavimentação, sendo esta uma requisição da Câmara ao prefeito. A justificativa do pedido demonstrava que o edifício já era considerado uma das obras mais importantes da cidade:

Não precisa maior explanação para justificar a indicação acima. Basta considerarmos que o Mercado referido constitui uma obra de alta relevância para o distrito sede deste Município, quer do ponto de vista econômico, quer sanitário, visando sua pavimentação preservar a saúde do povo, vez que, os gêneros de primeira necessidade, em contato com o chão, se acham expostos a poeira, e assim, suscetíveis de fácil deterioração. Ademais, trata-se de uma obra antiga e que, concluída, representa um dos maiores empreendimentos do Município. (CÂMARA MUNICIPAL DE LENÇÓIS, 1949, p. 6).

Nota-se que, nesse ano, o edifício já abrigava a feira da cidade.

A feira é, até hoje, o maior evento semanal de Lençóis, a despeito de não ocorrer mais no mercado construído para tal fim. O seu dia, segunda-feira, era tão importante a ponto de, há algum tempo, ser considerado o “feriado” na cidade, com as repartições públicas fechadas, apenas funcionando nesse dia, o comércio (informação verbal)⁵³.

⁵² Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

⁵³ Informação fornecida por Jânio Azevedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 10 de dezembro de 2014.

Figura 142. A praça da cidade de Lenções em dia de feira. Cartão Postal. Fonte: Acervo de Mestre Osvaldo. Antes da construção do edifício do mercado, a feira acontecia na Praça do Comércio, atual Praça Horácio de Mattos.

Figura 143. Feira na Praça do Comércio (atual Horácio de Mattos). Fonte: Cartão postal do acervo de mestre Osvaldo.

Figura 144. Feira no mercado e na Praça das Nagôs na década de 1980. Autor: Calil Neto. Fonte: Acervo do autor.

Uma tentativa de mudança do dia da feira, pelo prefeito, em 1996, ilustra a importância dessa tradição. A feira ocorreu durante muitos anos às segundas-feiras, agregando-se, posteriormente, também o dia de sexta-feira, sendo a do primeiro dia maior e a mais importante, e a de sexta menos expressiva⁵⁴. Tentando evitar que diversos servidores públicos deixassem de trabalhar às segundas-feiras, como tradicionalmente ocorria, o prefeito mudou o dia de segunda para sábado. Essa mudança gerou revolta na população, e as negociações com o prefeito para que a feira voltasse a acontecer às segundas foram bastante difíceis.

Conforme noticia o jornal *O Avante*, o tema havia sido levantado em uma reunião de Planejamento das Ações Municipais e, diante do pedido dos presentes para que a feira vol-

54 Segundo entrevistas com moradores da cidade, a feira às sextas visava atender a uma necessidade das pousadas e restaurantes que surgiram com o incremento do turismo na cidade, uma vez que tinham maior movimento aos finais de semana. No entanto, até hoje muitos estabelecimentos fazem suas compras às segundas-feiras, uma vez que às sextas poucos feirantes participam.

tasse a acontecer às segundas, o prefeito pediu que lhe mostrassem “pesquisa com amostragem de aproximadamente 200 entrevistados”, e caso a maioria quisesse a mudança, ele iria atendê-los. Formou-se, então, um grupo de voluntários que fizeram as entrevistas, concluindo que quase 70% dos entrevistados optavam pela feira às sextas e segundas. O prefeito não aceitou a pesquisa. O grupo, então, recolheu mais de 500 assinaturas de moradores de Lençóis e de povoados, e a Câmara dos Vereadores posicionou-se oficialmente favorável à mudança para o dia original, mas mesmo assim, o prefeito não cedeu (A FEIRA..., 1996). Novas requisições foram feitas e após algum tempo, a feira voltou a acontecer às segundas e sextas.

A feira reúne produtores de Seabra, Caeté-Açu, Irecê, Lençóis e outros municípios da região. Tradicionalmente, o dia da feira era o dia do garimpeiro fazer “o saco”: comprar os víveres com os quais passaria a semana na serra. Local de encontro entre moradores da sede, dos distritos e da zona rural, a feira é o espaço de sociabilidade por excelência da cidade.

Ao longo dos anos, o prédio do mercado, que abrigava a feira desde 1944, foi objeto de vários projetos, alguns parcialmente realizados, outros não.

Em 1978, como vimos no capítulo 2, o mercado municipal foi contemplado pelos recursos do PCH. O projeto “Mercado Municipal, Agenciamento Praça Aureliano Sá e adjacências” previa a remoção dos boxes junto às arcadas das extremidades e a construção de 17 novos boxes em fileira, no centro, dispostos longitudinalmente, além de ações de conservação de fachada e telhado. Apenas essas foram executadas, e a demolição e construção de novos boxes não foram feitas.

Em 1991, o mercado sofreu um incêndio por causa da explosão de um botijão de gás em seu interior (INCÊNDIO..., 1991). O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) apresentou um projeto de recuperação emergencial, no qual propunha a reconstrução de trecho do telhado, reparos gerais nas instalações elétricas, nos sanitários e nos revestimentos. Apesar de a obra ser apenas emergencial, “para reestabelecimento das condições mínimas de funcionamento”, o projeto alertava para a necessidade de um “Projeto de Restauração e Conservação detalhado”, que removesse as intervenções descaracterizadoras, como os boxes construídos junto às arcadas e o piso em cimentado, “face a seu grande valor urbanístico”.⁵⁵

Quando ocorreram as obras de restauro das fachadas do centro histórico de Lençóis, entre 1996 e 1998, por meio de convênio IPHAN/IPAC/PML, o Movimento Avante enviou ofício ao IPHAN solicitando também a inclusão do restauro do mercado municipal no convênio, “por entender que este é um dos mais belos monumentos arquitetônicos da nossa cidade” (NOTÍCIAS DO MOVIMENTO, 1996, p. 4). O mercado não foi incluído, mas o fato revela o significado do edifício para os moradores de Lençóis.

As ações do governo local em relação à feira e ao mercado foram sempre conflituosas, o que enfatiza a importância cultural desse espaço. Com o incremento da atividade turística no município, a feira começou a ser mal vista pelos dirigentes de Lençóis. A “sujeira” que

55 IPAC. Proposta de conservação e de recuperação do Mercado Público Municipal, p. 8. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Salvador, Lençóis, Série Projetos, Caixa 59.2, Pasta 175.3. Mercado Municipal.

ficava na praça após a feira e a obstrução da passagem de veículos na Praça das Nagôs eram os principais problemas.

Em junho de 1998, a feira foi pela primeira vez removida do mercado e Praça das Nagôs e passou a acontecer no final da Av. Senhor dos Passos, em virtude da instalação de um moinho na praça para os festejos juninos. A partir de 19 de julho do mesmo ano, a prefeitura anunciou a volta da feira para a Praça das Nagôs (A MUDANÇA..., 1998, p. 4), o que, no entanto, não aconteceu, devido à instalação de telões no local para exibição dos jogos da Copa do Mundo (A COMUNIDADE..., 1998, p. 1). A comunidade se organizou e entregou à Câmara Municipal um abaixo-assinado solicitando a volta da feira para o mercado, mas não obteve resposta (A COMUNIDADE..., 1998, p. 1).

Além do fato em si, a remoção da feira do mercado, a comunidade estava sensibilizada com a forma como a prefeitura agiu com os ocupantes dos boxes, pedindo, sem maiores explicações, que os desocupassem em dois dias.

A prefeitura havia cedido o prédio do mercado para a empresa automobilística FIAT, que iria usá-lo para o lançamento do carro *Adventure*. O edifício passaria por uma reforma, segundo o prefeito, subsidiada pelo governo do estado, que também construiria um novo prédio para o mercado (A COMUNIDADE..., 1998, p. 1).

Os benefícios que o acordo com a FIAT traria à comunidade não foram divulgados pelo prefeito, apesar de ter sido alvo de cobranças da população. As informações sobre o novo mercado tampouco foram reveladas; a prefeitura informava apenas que em outubro de 1998 as obras seriam iniciadas (BENEFÍCIOS..., 1998, p. 1).⁵⁶

Nos dois anos seguintes, a feira continuou localizada no final da Av. Senhor dos Passos, com muitos problemas, que continuaram a ser reclamados pela comunidade. A falta de segurança e limpeza eram os principais, segundo nota publicada no jornal *O Avante*. Em maio de 1999, ainda não se vislumbrava a construção do novo mercado, pois o prefeito afirmava que iria “fazer um trabalho de conscientização com os feirantes e conseguir dinheiro do Banco do Nordeste para fazer novas barracas”. Segundo ele, os recursos anteriormente conseguidos para a construção do novo mercado não haviam sido liberados em virtude do governo do estado ter fechado o órgão que o financiaria (URBIS). O prefeito afirmava, ainda, que estavam “sem um local para colocar a feira” (OS PROBLEMAS..., 1999).

Em dezembro desse mesmo ano, novamente a população reivindicou a construção do novo mercado, visto que, com a época das chuvas, os problemas se agravavam. A prefeitura alegava, no entanto, que ele seria construído com recursos estaduais, e que o órgão responsável estava passando por reestruturação, ocasionando os atrasos no projeto.

No ano 2000, iniciaram-se os projetos do novo mercado, com implantação prevista em terreno na Av. Senhor dos Passos, adjunto ao Clube Social de Lençóis. Nos arquivos do IPHAN, consta um projeto da CONDER, submetido para análise em 3 de julho de 2000.

56 O jornal *O Avante* publicou em dois números seguidos essas reivindicações: em set/out. 1998, ano IV, n. 23, p. 1 e nov/dez. 1998, ano IV, n. 24.

O AVANTE

JORNAL DO MOVIMENTO AVANTE LENÇÓIS - SET/OUT/98 - ANO IV - Nº 23 - Rua das Pedras, s/n - Lençóis-BA

Mercado é desocupado e sua reforma estará pronta para a Fiat

A Prefeitura não emitiu nenhum comunicado oficial sobre a desocupação dos boxes do Mercado. No dia 24 de agosto, Segunda-feira, o secretário de turismo, Eraldo Barbosa, anunciou que a desocupação deveria ser feita no prazo de dois dias. No outro dia, na terça-feira, os ocupantes dos boxes solicitaram uma reunião com o prefeito Manu, na qual estiveram presentes, além do próprio prefeito, o secretário da administração Delmar Araújo e representantes do Movimento Avante Lençóis. Nesta reunião, o prefeito Manu prorrogou o prazo para mais quatro dias e já no sábado só uma ocupante continuava no box. Enquanto acontecia toda essa discussão, andaimes eram erguidos nas paredes e telhas eram colocadas no centro do mercado. O Prefeito Manu declarou que já havia pessoalmente dado conhecimento a todos os ocupantes dos boxes sobre a futura desocupação.

Durante a reunião no Mercado, no dia 25/08, Manu se comprometeu que em torno de 40 dias, ou seja, no início de outubro, o Governo do Estado estaria construindo um galpão no lugar que será o novo Mercado para funcionar a feira livre, porém a construção dos boxes ainda seria negociada com a Fiat.

órgão", diz Nélia. "Por se tratar de uma cidade tombada como patrimônio cultural, o IPHAN, como órgão federal, deve tomar conhecimento oficial de todos os projetos arquitetônicos", acrescenta Nélia. A proposta do projeto é transformar o Mercado num Espaço Cultural de múltiplo uso, principalmente para realização de eventos temporários, sejam exposições, apresentações teatrais, projeção de filmes, exibições de manifestações artísticas, etc. A reforma será feita em duas etapas: a primeira etapa, que está para ser concluída, refere-se a uma reforma geral da estrutura do Mercado. A segunda etapa ainda não tem previsão.

Mercado já foi espaço de venda de escravos

Benefícios ainda não divulgados

Entre os dias 09 e 13 de outubro, a cidade estará superlotada para o lançamento do carro da Fiat no mercado, mas ainda não foi divulgado pela prefeitura os benefícios que a Fiat deixará para a comunidade. Os recursos para a reforma do Mercado virão do Governo do Estado, que incluirá também a reforma do sobrado da Praça das Nagô, segundo informou o prefeito Manu. Foi divulgado também que será o Governo do Estado que realizará a construção do novo mercado, mas o prefeito não soube informar quando será construído.

Projeto Arquitetônico

Segundo Nélia Paixão, arquiteta representante do escritório regional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), não houve nenhum comunicado oficial do projeto do Mercado. "Eu sei que existe um convênio entre a prefeitura e o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico Cultural), que é um órgão estadual, mas toda reforma na cidade de Lençóis deve passar pelo IPHAN, independentemente de aprovação de outro

que estão ocupando mais de 01 box terão direito apenas a 01 espaço no novo mercado.

Outra Ponte em Lençóis

Com o objetivo de proteger a arquitetura do Centro Histórico e melhorar o trânsito da Praça das Nagô, o prefeito divulgou durante a reunião no Mercado que pretende construir uma outra ponte no prolongamento da Av. Senhor dos Passos, porém não foi firmado nenhum prazo para a obra.

A comunidade buscou informações do prefeito

No dia 27 de julho, o Avante organizou uma reunião no salão do IPHAN entre os feirantes e a prefeitura para esclarecer a mudança da feira do mercado para a Av. Nosso Senhor dos Passos. Na ocasião, o representante do prefeito, o secretário da administração Delmar Araújo, anunciou que existia um projeto para reformar o mercado, mas não soube informar a data do início da reforma e como seria conduzida a remoção dos ocupantes dos boxes. "O que posso afirmar é que o projeto vai ser realizado" declarou Delmar na ocasião. Foi enfatizado ainda pelo secretário que todos os boxes são de propriedade da prefeitura e que as pessoas não podiam alugá-los ou vendê-los, como vinha acontecendo.

Primeiro foi o São João

Ainda na reunião, o representante do prefeito informou que a mudança do local da feira foi inicialmente em função da instalação de um moimho em frente ao mercado, como parte dos festejos juninos. As festas juninas terminaram,

o moimho foi retirado e a feira não voltou para o mercado. Neste caso, o que a prefeitura alegou foi a instalação do telão para a transmissão dos jogos da copa do mundo. Próximo ao término dos

A Feira ocupava toda a Praça das Nagô

jogos da copa, o secretário Delmar informou para o jornal O Avante que a feira retornaria no dia 29 de julho, mas a feira novamente não voltou para o mercado. "Houve um engano da minha parte em tal informação", admitiu mais tarde o secretário. Ainda na mesma época, um abaixo-assinado solicitando o retorno da feira para o mercado foi encaminhado para um posicionamento da Câmara dos Vereadores, porém nada foi decidido. Mas o incômodo de alguns feirantes já não se restringia à mudança da feira em si, mas na forma como a prefeitura estava conduzindo todo o processo. "Foi feito um edital e entregue aos feirantes", disse o secretário Delmar. "Eu não recebi o edital" rebate um feirante presente. "Eu também não recebi o edital", afirma o Sr. Esmeraldino, responsável da prefeitura pelo mercado, e pessoa que deveria entregar o edital.

Declaração do Movimento Avante Lençóis

Acompanhamos passo a passo a mudança da feira e a desocupação do mercado. Passaram-se 29 dias entre a reunião convocada pelo Avante (27 de julho), e a reunião convocada pelos ocupantes dos Boxes com o prefeito (25 de agosto). Neste período não foi convocada nenhuma reunião por parte da Prefeitura para no mínimo anunciar com um certa antecedência a desocupação do mercado. Também na época da mudança da feira para a Av. Senhor dos Passos, os feirantes não foram devidamente informados. Se não podemos contar com uma administração participativa, que tenha como prioridade diminuir a exclusão social, ao menos precisamos contar com um mínimo de justiça e eficiência na informação. Foi claramente injusta a forma com que as pessoas foram mudadas dos lugares que ocupavam lutando pelo sustento de suas famílias. Não temos dúvida que o "desenvolvimento econômico de Lençóis" está acelerado por interesses que caminham muito mais rápido do que as medidas para proteger nossa comunidade de sérios impactos sociais, econômicos e ambientais, mas não podemos ficar parados diante disto.

Figura 145. Notícia sobre o mercado no jornal O Avante. Fonte: A comunidade..., 1998.

Figura 146. A feira no final da Avenida Senhor dos Passos, em 2004. Fonte: Brilhante, 2005.

A técnica do IPHAN em Lençóis encaminhou o projeto para análise do Colegiado da Superintendência, uma vez que considerava “a análise dessa obra de alta complexidade, sobretudo por tratar-se de PROJETO PADRÃO, a ser implementado em uma cidade histórica”⁵⁷. A arquiteta observava, ainda, que considerava “bizarro o fato de, os responsáveis pelo projeto, tentarem adequá-lo ao padrão da cidade, cobrindo a estrutura metálica com telhas cerâmicas, tipo canal”.⁵⁸

O projeto propunha a construção de dois galpões contíguos, cobertos por estrutura metálica e telhas cerâmicas por dois telhados de duas águas, implantado rente à rua, sem recuo frontal, e uma área anexa, na lateral, de 1.558m², descoberta e com piso de pedra, para implantação da “feira”. Um dos galpões teria 22 boxes de pouco mais de 7m² cada um, além de uma sala de administração e um pequeno depósito. O outro galpão contaria, em uma metade, com 8 boxes de igual metragem, dispostos em seus limites e delimitando uma área de alimentação central. A outra metade seria composta de 11 “lojas”, com área igual à dos boxes, porém sem instalação de pias. Entre os dois galpões ficava uma área de circulação, com sanitários em uma extremidade e a “área de grãos” na outra.

O colegiado da 7ª. SR do IPHAN aprovou o referido projeto. Contudo, ele não foi construído no local proposto, e sim em um bairro novo de Lençóis, relativamente afastado do antigo mercado e de difícil acesso, visto que foi implantado no topo de uma ladeira íngreme.

Figura 147. Lateral do prédio do mercado. Nota-se, em primeiro plano, a caixa de isopor com “peixe fresco”: pequenos pescadores locais, principalmente do povoado do Remanso, vêm à feira vender seus pescados. Foto da autora, 2014.

Figura 148. Área de barracas de hortifrúti, em primeiro plano, e o mercado ao fundo. Foto da autora, 2014.

57 IPHAN. 7ª Superintendência Regional. Escritório Técnico Lençóis/Mucugê. Memorando s/n, de 3 de julho de 2000. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Salvador: Lençóis, Série Projetos, Caixa 59.2, Pasta 175.3. Mercado Municipal.

58 IPHAN. 7ª Superintendência Regional. Escritório Técnico Lençóis/Mucugê. Memorando s/n, de 3 de julho de 2000. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Salvador: Lençóis, Série Projetos, Caixa 59.2, Pasta 175.3. Mercado Municipal.

Figura 149. Escada de ligação entre a área de barracas de hortifruti e o prédio do mercado. Foto da autora, 2014.

Figura 150. Vista da área de barracas de hortifruti a partir do platô do prédio do mercado. Há uma constante reivindicação dos feirantes para construção de uma cobertura para essa área. Foto da autora, 2014.

Figura 151. Interior do prédio do mercado. Nota-se que os boxes são subutilizados. Foto da autora, 2014.

Figura 152. Área de circulação do mercado, com venda de grãos e farinhas, queijos e manteigas, e CDs ao fundo. Na lateral esquerda, a área de alimentação. Foto da autora, 2014.

Não conseguimos informações sobre a mudança do local de construção do novo galpão do mercado. A técnica do IPHAN na época, Nélia Paixão, quando entrevistada, não se lembrou do tema, e o secretário de Cultura e Turismo (municipal) da época disse desconhecer a referida proposta de implantação em terreno na Av. Senhor dos Passos.

Alguns moradores e feirantes, quando entrevistados, disseram que a construção no bairro afastado deveu-se a interesses econômicos e teria beneficiado o dono do terreno que o vendeu para a construção do mercado. “Isso aqui é uma terra ruim, quem ia querer comprar essa terra aqui? Toda cheia de buraco do garimpo” (informação verbal)⁵⁹. De fato, a área corresponde a um antigo garimpo e foi transformada em um loteamento urbano (Figura 153).

⁵⁹ Informação fornecida por Jason de Oliveira Belo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 8 de dezembro de 2014.

Figura 153. Aspecto dos terrenos da área onde foi construído o novo mercado. Foto da autora, 2014.

Até 2002, a feira continuava a acontecer no final da Av. Senhor dos Passos, e esse local desagradava aos feirantes:

a mudança para o local onde hoje está funcionando foi péssima, muito ruim, prejudicou a todo mundo, a mudança foi feita sem comunicação e não houve acordo nenhum com os feirantes. (FEIRA..., 2002, p. 3).⁶⁰

Quando a feira era no mercado antigo eu vendia bastante, Manú, o prefeito, pediu para mudar a feira pra perto do clube, desde então não consigo vender mais nada, nem mesmo conseguia tirar o dinheiro da passagem, tive que parar tudo. (FEIRA..., 2002, p. 3).⁶¹

Figura 3.31 Notícia sobre os problemas da feira no jornal *O Avante*. Fonte: Feira..., 2002, p. 3. (fev 2002 ano VII n 36 feira livre)

O novo prédio para o mercado estava em construção, mas devido à sua localização, criava nos feirantes uma expectativa ainda pior:

Se for longe como dizem, vai ficar difícil. Acredito que vai ficar pior do que aqui, o cliente que não vem já faz falta. (FEIRA..., 2002, p. 3).⁶²

Se for um mercado sem acesso como estão falando vai ficar pior ainda, se não der pra caminhão entrar como é que vamos colocar as mercadorias nas barracas? (FEIRA..., 2002, p. 3).⁶³

60 Elizeu, feirante há 12 anos.

61 Dona A.M., feirante há 26 anos.

62 Elizeu, feirante há 12 anos.

63 Dona A.M., feirante há 26 anos.

Pelas falas dos feirantes, nota-se que a feira era frequentada também por turistas: “O turista reclama muito”; “Lençóis, por ser uma cidade turística, deveria ter uma feira mais organizada com barracas padronizadas” (FEIRA..., 2002, p. 3).

O novo mercado foi inaugurado no final de 2004. Até hoje, os reais motivos da remoção da feira são desconhecidos entre os feirantes e a população no geral. Um dos feirantes entrevistados alegou que no antigo mercado, assim como na Av. Senhor dos Passos, “havia o problema da tromba d’água” (informação verbal)⁶⁴. Outros feirantes, mais antigos, disseram tratar-se de interesses pessoais de famílias da cidade, em relação à venda do terreno para o novo mercado, ou ainda que “quiseram esconder a feira, disseram que fazia muita sujeira, que o povo jogava as verduras no rio” (informação verbal).⁶⁵

A maioria dos feirantes, no entanto, não concordou com a nova localização. “Dificultou muito o acesso, se a gente não tiver um caminhão bem potente, não consegue subir essa ladeira” (informação verbal).⁶⁶. Alegam também que o movimento diminuiu: “muita gente, os velhos, por exemplo, não conseguem chegar até aqui. Lá era um ponto central, eu gostava se a feira voltasse a ser na praça como antigamente. Lá era muito bom” (informação verbal).⁶⁷

Figura 154. Ladeira de acesso à feira de Lençóis. É comum a contratação de mototaxis e de carregadores (com carrinhos de mão, na foto) para o transporte das mercadorias. Foto da autora, 2014.

Figura 155. Ladeira de acesso à feira de Lençóis, com moradores voltando com mercadorias. Foto da autora, 2014.

Hoje, alguns moradores ainda defendem que a feira deveria voltar para o antigo mercado, ainda mais depois do restauro executado pelo Programa Monumenta. “A cultura de Lençóis morreu com a retirada da feira do mercado”, é uma frase constantemente repetida.

Nabil Bonduki, na publicação em que faz uma avaliação do Programa Monumenta, reconhece essa “perda cultural” com a remoção da feira do antigo mercado de Lençóis:

64 Informação fornecida por feirante em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 8 de dezembro de 2014.

65 Informação fornecida por Valdir Ferreira Brandão em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 8 de dezembro de 2014.

66 Informação fornecida por Jason de Oliveira Belo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 8 de dezembro de 2014.

67 Informação fornecida por Valdir Ferreira Brandão em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 8 de dezembro de 2014.

O caso de Lençóis exemplifica, de maneira clara, que quando se retira uma função tradicional de um monumento, para enxertar uma atividade supostamente destinada a favorecer o turismo no processo de preservação de um núcleo histórico, pode-se subtrair parte significativa de sua importância – rebaixando seu potencial simbólico, cultural, econômico e, até mesmo, turístico. (BONDUKI, 2010, p. 170).

Bonduki avalia que as intervenções do Programa Monumenta em mercados públicos foram acompanhadas de muitos conflitos e reconhece como um equívoco a mudança de uso, no caso de Lençóis. Um dos fatos que mais gerou conflitos, segundo o autor, foi em relação à concessão de espaços públicos para particulares que, devido à antiguidade e ao favoritismo político ao longo dos anos, acabou compondo uma privatização desses espaços. Ao se reestruturar os mercados, as concessões foram refeitas, por meio de licitações, e isso teria gerado grandes conflitos.

No caso de Lençóis, o edifício do mercado já não abrigava a feira desde dois anos antes da intervenção pelo Programa Monumenta⁶⁸, e o mercado já havia tido seus “boxes” – os espaços ocupados por particulares dentro do espaço público que é o mercado – removidos pela reforma da FIAT. A desocupação dos boxes gerou conflitos, mas como os ocupantes não eram organizados, não conseguiram se articular e colocarem-se contra o poder público. O mesmo aconteceu com os feirantes, que ocupavam as barracas montadas na praça.

Alguns moradores atribuem a retirada da feira do mercado à situação em que se encontravam esses espaços. “Os boxes eram uma bagunça, tinha gente que morava lá dentro com a família, aquilo era uma sujeira”.⁶⁹

Quando o Programa Monumenta iniciou a obra no mercado, a feira livre já estava há quatro anos acontecendo na Av. Senhor dos Passos, e a construção do mercado novo, no bairro do Lavrado, havia sido iniciada, de forma que já havia um certo consenso de que a feira não voltaria para o mercado. Isso pode ter esvaziado qualquer tentativa de reivindicação nesse sentido. Além do mais, com a feira ocorrendo relativamente próxima do mercado antigo, embora vários problemas fossem percebidos – segurança, falta de higiene, chuvas – a questão cultural ainda não havia sido substancialmente afetada.

Quando o mercado cultural foi inaugurado pelo Programa Monumenta, e a feira foi definitivamente instalada no novo mercado, ficando, portanto, “escondida”, essa perda foi sentida. Percebe-se pelas conversas com moradores que a distância e a dificuldade de acesso são problemas que têm grande peso, mas a “perda cultural” também é muito enfatizada.

Tradicionalmente, um espaço multiúso

A análise do material levantado nos mostra que a feira livre não foi o único uso abrigado pelo mercado ao longo do tempo. Na verdade, ele já tinha uma vocação “multiúso”, servindo como um espaço de lazer e de eventos na cidade.

68 Gabriel Gonsalves afirmou que, antes da reforma do Monumenta, o edifício abrigava a feira, mas as matérias no jornal *O Avante* não condizem com essa afirmação. Entrevista realizada em Salvador, 7 de agosto 2014.

69 Informação fornecida por Jânio Azevedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 10 de dezembro de 2014.

Antes mesmo de estar totalmente concluído, serviu para abrigar o primeiro cinema da cidade, o Cinema Brasil, em 1918, e novamente na década de 1920, o Cinema Ideal (GANEM, 2001).⁷⁰

No projeto do IPAC de 1990, a descrição do piso do mercado mostra que ele era usado também pelo clube social:

O piso original é de paralelepípedos, formando figuras planas retangulares, existindo no vão central grande trecho em cimentado liso, construído sobre o piso original, para facilitar o uso a que se destinava aquele espaço, tempos atrás, com a implantação do clube social da cidade.⁷¹

Provavelmente, o piso de cimento, mais liso, no centro do edifício, era o espaço dos bailes (Figura 156).

Figura 156. Piso do mercado com parte em “cimentado” (no canto superior direito da foto). Fonte: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1991.

Além de servir ao clube social, o mercado também era usado como espaço de lazer e de eventos pela população. Na década de 1980, possuía uma televisão que durante muito tempo foi uma das únicas da cidade (informação verbal)⁷², e eventualmente abrigava reuniões e eventos diversos, como a exibição de filmes – a exemplo de “Diamante Bruto”, de Orlando Senna (1977) exibido nesse ano (Figura 157 a Figura 160), e “A lenda do Pai Inácio” (Pola Ribeiro, 1987).

⁷⁰ Cf. Capítulo 1, p. 84.

⁷¹ IPAC. Proposta de conservação e de recuperação do Mercado Público Municipal, p. 2. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Salvador: Lençóis, Série Projetos, Caixa 59.2, Pasta 175.3. Mercado Municipal.

⁷² Entrevistas realizadas em Lençóis/BA, em 13 de janeiro de 2014 com Fábio Jesus do Nascimento e 8 de dezembro 2014 Nelson Oliveira. Os entrevistados contaram que a outra televisão ficava em uma casa de “família rica” da cidade, na Av. Sete de Setembro, e que sempre nos finais de tarde a “molecada” se acercava às janelas que davam para a rua para assistir.

Figura 157. Cena do filme *Diamante Bruto* no mercado, mostrando a Bugrinha (Gilda) dentro de um box, conversando com Zé (José Wilker). Fonte: *Diamante Bruto*, 1977.

Figura 158. Cena do filme *Diamante Bruto* no mercado, mostrando Bugrinha (Gilda) correndo os boxes para procurar por Rita (Conceição Senna). Fonte: *Diamante Bruto*, 1977.

Figura 159. Preparação para a exibição do filme *Diamante Bruto* no Mercado. Fonte: Brilhante, 2005.

Figura 160. Moradores carregando cadeiras e bancos para o mercado, para assistirem a estreia do filme *Diamante Bruto*. Fonte: Brilhante, 2005.

Esses usos culturais foram, de certa maneira, lidos e interpretados por arquitetos que elaboraram projetos para o mercado, a exemplo do próprio Programa Monumenta.

Em 2001, o Centro de Referência Cultural da Bahia, ligado à secretaria de Cultura e Turismo, apresentou um projeto para análise do IPHAN, que propunha a transformação do mercado em um centro de convenções.

O projeto previa a construção de um mezanino, em estrutura metálica, que abrigaria salas de reuniões e espaços administrativos. No térreo, 1/3 da área situada na entrada do mercado seria para exposições, e nos 2/3 restantes, que correspondiam à área abaixo do mezanino, ficaria um grande auditório.

Esse projeto foi analisado pelo IPHAN e foi arquivado. Não encontramos mais informações a respeito, como por exemplo, quem teria solicitado o projeto ou como se chegou a esse programa. No entanto, sabemos que a construção de um centro de convenções era uma aspiração do *trade* turístico de Lençóis, visando atrair também o turismo de negócios e de eventos e com isso minimizar a oscilação turística de Lençóis.

Na Oficina de Planejamento Participativo do Programa Monumenta, a *Matriz de Planejamento de Projeto* determinava, entre as atividades para se alcançar os objetivos, a “restauração do mercado municipal” (dentro do objetivo “patrimônio arquitetônico preservado”) e a elaboração de um “projeto visando à utilização do mercado para uso múltiplo, com atividades diárias e programações artísticas e culturais frequentes” (no objetivo “utilização econômica,

social e cultural otimizada”) (BRASIL, 2001a, p. 28). Vale lembrar que quando essa oficina aconteceu, o mercado já não estava mais sendo usado para a feira.

Já na *Carta Consulta*, o mercado é citado como “subutilizado”. Nas atividades para se alcançar os objetivos, menciona-se, assim como no relatório da Oficina, “restaurar o antigo mercado municipal”; “construir um novo mercado municipal” e “promover pesquisa histórico-cultural e reativar o mercado municipal”. O restauro estaria enquadrado no objetivo “patrimônio arquitetônico preservado”; a construção de um novo mercado, em “espaço público qualificado” e a promoção de pesquisa correspondia a “comunidade comprometida com a preservação”. Para isso, propunha-se

- Discutir com a comunidade os anseios;
- Mobilizar os setores interessados (artesanos, músicos, capoeira, restaurantes, cinema, bares, teatro);
- Criação de um espaço infantil;
- Solucionar estacionamento. (BRASIL, 2001b, p. 45-46).

Conforme mencionamos anteriormente, o mercado municipal foi um dos imóveis contemplados já na primeira fase do programa, e seu projeto executivo transformou-o em receptivo turístico. A justificativa para esse uso baseava-se no fato de Lençóis ter “seu principal eixo econômico no turismo” e receber crescente fluxo de visitantes.

Assim, é fácil compreender a necessidade de haver em Lençóis um receptivo turístico com estrutura suficiente para atender esta demanda crescente de visitantes, e com o porte correspondente à importância que a cidade possui dentro do circuito turístico da Chapada Diamantina. (BRASIL, 2002c, p. 6).

O receptivo turístico seria composto pela “sala do receptivo turístico”, para atendimento ao turista, informações e fornecimento de mapas e folders da cidade; de “café”, “concebido para dar suporte às atividades do receptivo”, “sanitários”, “depósito” e de um espaço multiuso,

grande área livre concebida para abrigar exposições, apresentações, festivais, projeções de vídeo, coquetéis, encontros, vernissages, etc., podendo ser subdividida por painéis móveis, configurando opções diversas de espaço, de acordo com a necessidade. Funcionando como um grande salão do Receptivo Turístico, servirá ainda de ponto de encontro para os turistas antes ou após os passeios. (BRASIL, 2002c, p. 6).

Embora na *Carta Consulta* constassem diretrizes de “discussão com a comunidade” dos “anseios” e “mobilização dos setores interessados”, isso não ocorreu, resultando em um projeto que, embora atendesse a uma demanda já existente por um espaço multiuso, apresentou-se pouco funcional na prática.

Um bom exemplo é o uso do mercado feito pelo grupo de capoeira da cidade, que fazia suas rodas aos finais de semana, como forma de apresentação aos turistas. O grupo constantemente solicitava ao IPHAN autorização para construção de parte do piso em cimento, ou outro material liso e homogêneo, que possibilitasse uma prática mais segura e confortável do jogo. A alteração de parte do piso foi, contudo, sempre negada, evitando a “descaracterização” do piso do mercado.

Figura 161. Grupo de capoeira Estiva apresentando-se no mercado. Foto da autora, 2012.

Outra incongruência de projeto refere-se à instalação do café. Após inaugurado, a prefeitura fez a concessão de uso para um café que foi logo instalado, o “Café.com”, que contava ainda com serviços de internet. No entanto, como o projeto previa que o café ficasse contíguo ao espaço multiúso, seus proprietários tiveram muita dificuldade em estabelecer os limites entre o que seria um espaço público para um espaço de uso público controlado. Outro grande problema era a presença de pombos, em grande número e em todas as horas, uma vez que o mercado não era fechado nos vãos das laterais. Os pombos frequentavam também o espaço do café, tornando a limpeza difícil, além de apresentar-se como anti-higiênico. Os relatórios anuais de conservação e manutenção⁷³ revelam que a partir de 2008 o café não estava mais funcionando.

Figura 162. Fotos do mercado em 2014, com painéis expositivos (no alto). Foto da autora, 2014.

Figura 163. Barracas de artesãos locais, que expõem seus produtos à noite. Foto da autora, 2014.

⁷³ Relatórios elaborados pelo IPHAN, que serviam como indicativos para o Programa Monumenta, exigência do Regulamento Operativo. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Série Projetos (Programa Monumentos/Prefeitura), Caixa 62.

Figura 164. Lateral do mercado que ladeia o rio. Ao fundo ficava localizado o café, fechado há alguns anos. Foto da autora, 2014.

Figura 166. Área do receptivo turístico (à direita, fechada com vidro), que atualmente abriga a Secretaria de Turismo. Foto da autora, 2014.

Figura 165. Área fechada do antigo café, atual Secretaria de Turismo. Foto da autora, 2014.

Os sanitários, que poderiam configurar-se como “banheiros públicos” (existentes no antigo mercado, em parte anexa, junto ao rio), foram relocados para a parte posterior do mercado, configurando-se como de uso apenas do receptivo e do café.

A sala do receptivo turístico funcionava, nos primeiros anos, de maneira muito precária, visto que a prefeitura não tinha funcionários e material de divulgação suficientes. A partir de 2008, a secretaria de Cultura e Turismo do município passou a dividir o espaço com o receptivo. Em 2010, no lugar do receptivo funcionava uma lanchonete.⁷⁴ Hoje, após reforma de adequação, o local está abrigando a secretaria de Turismo.

Os painéis móveis, propostos para configurar os diferentes espaços, foram confeccionados em treliças de madeira de qualidade ruim, o que fez com que rapidamente se deteriorassem e não fossem mais usados. Isso também aconteceu com as treliças de fechamento dos vãos, e as vigas de suporte aos vidros dos guarda-corpos, na porção do mercado junto ao

⁷⁴ Relatórios anuais de conservação e manutenção, anos 2007 a 2010. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Série Projetos (Programa Monumentos/Prefeitura), Caixa 62.

rio.⁷⁵ Problemas de manutenção também foram constantemente relatados, principalmente em relação a telhas quebradas, infiltrações e pintura.

Uma análise mais sensível e um conhecimento maior dos usos da população poderia ter originado um projeto de espaço multiúso mais adequado às necessidades locais. A justificativa do projeto fala, por exemplo, do encontro de turistas antes e após os passeios. No entanto, um mínimo conhecimento das dinâmicas locais seria suficiente para perceber que isso não ocorre, pois o ponto de encontro tradicional é em frente a cada agência ou, nos passeios de carro, o turista é buscado e levado diretamente ao hotel ou pousada. Além do mais, o projeto não previu nenhum espaço de permanência no interior do mercado ao não contemplar um banco sequer. Nota-se, contudo, com grande frequência, pessoas sentadas defronte ao mercado, no passeio, ou nas demais calçadas da Praça das Nagôs. (Figura 167)

Figura 167. Pessoas sentadas no passeio defronte ao mercado. Foto da autora, 2014.

Essas análises nos levam a concluir que, embora os técnicos do programa tenham tentado priorizar um valor de uso, atribuindo ao mercado um uso turístico e, em parte, cultural, não foram considerados os “anseios” da população e grupos interessados, destinando-se um uso que não possibilitou que o objetivo, de “utilização otimizada do espaço” fosse atingido.

Além disso, embora a intervenção feita pelo Monumenta não tenha sido a responsável por remover a feira do mercado, sendo esse um desejo de alguns dirigentes da cidade⁷⁶,

75 Relatórios anuais de conservação e manutenção, anos 2007 a 2010. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Série Projetos (Programa Monumentos/Prefeitura), Caixa 62.

76 Bonduki (2010, p. 169) deixa claro os responsáveis pela remoção: “A administração municipal resolveu remover o mercado de lá [do belo edifício de pedras da Praça das Nagôs] e transformar a construção no Mercado Cultural, nome sugestivo que foi dado ao antigo edifício do século XIX.”

para alguns moradores o resultado que se produziu, de um espaço recuperado, mas sem uso, ou subutilizado, chamou a atenção para o seu esvaziamento, enfatizando ainda mais a “perda cultural” associada à ausência da feira no local. “Belo edifício sem alma: o espaço esvaziado” é a frase usada por Nabil Bonduki (2010, p. 169) para sintetizar a intervenção do Monumenta no mercado público de Lençóis.

A “alma” do mercado refere-se à dimensão imaterial da cultura, os “momentos de trocas não materiais que abasteciam outras esferas da vida em sociedade” (PINTAUDI, 2006, apud BONDUKI, 2010, p. 157)⁷⁷. Embora o prédio mantenha-se presente no traçado urbano e com forte carga simbólica, as relações de “trocas culturais” que aconteciam nesse espaço não mais existem. No novo prédio, a feira continua a existir como abastecimento da cidade e é também hoje um espaço de trocas não materiais, mas ao ser desassociada de seu *loci* original, muito de seu significado cultural esgarçou-se.

Figura 168. Comércio de carnes em frente ao mercado em dia de feira. Autor: Calil Neto, 1986. Fonte: arquivo do autor.

Figura 170. Rua das Pedras em dia de feira, quando a feira acontecia no mercado antigo. Autor: Calil Neto, 1986. Fonte: arquivo do autor.

Figura 169. Venda de frutas na praça em frente ao mercado em dia de feira. Autor: Calil Neto, 1986. Fonte: arquivo do autor.

⁷⁷ PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

Esse *loci*, mais que o prédio em si, era a praça. A feira acontecia bem no coração da cidade, na sua entrada, ponto de reunião de pessoas vindas da zona rural, dos povoados, e próxima ao comércio da cidade, que no dia da feira fervilhava. Isso conferia o valor adquirido como ambiente

onde se desenvolveram formas próprias de sociabilidade e de cultura popular que, muitas vezes, estão relacionadas com o próprio processo produtivo local – agrícola e artesanal –, o que os torna estruturas importantes associadas ao patrimônio imaterial. (BONDUKI, 2010, p. 157)

Talvez a mudança da feira para um local bem próximo do antigo mercado, como de fato planteou-se com o projeto previsto para a Av. Senhor dos Passos, não surtisse tanto impacto cultural.

De qualquer forma, apesar do prédio do antigo mercado ser atualmente um espaço relativamente ocioso, não se pode negar sua extrema importância como espaço público na cidade, sendo o único que permite a realização de eventos e exposições de diversos tipos, embora não se constitua como o espaço ideal para tal. (Figura 171 a Figura 175)

Figura 171. Realização de audiência pública do Ministério Público no Mercado, em 28/08/2014. Fonte: Bahia, 2014a.

Figura 172. Exibição de vídeo no mercado. Fonte: Kinema Di Novo, 2011.

Figura 173. TV Griô no mercado. Fonte: Grãos de Luz e Griô, 2013.

Figura 174. Apresentação do grupo de Reisado no mercado. Autor: Calil Neto, 2005. Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 175. Apresentação do grupo de Marujada no mercado. Autor: Calil Neto, 2005. Fonte: arquivo pessoal do autor.

3.3.3. Nem do Garimpo, nem do Coronel, tampouco Museu da Cidade. A ocupação da “Prefeitura” pelo IPHAN e a perda da cultura de Lençóis

A cidade de Lençóis possui hoje o turismo como principal eixo econômico, em torno do qual se desenvolvem as atividades de comércio e serviços. Entretanto, boa parte deste volume de visitantes usa a cidade como ponto de partida para conhecer a Chapada Diamantina, e despende proporcionalmente pouco tempo na visita da cidade em si, adquirindo um conhecimento relativamente pequeno sobre a história e a cultura local. Assim, se tornam bastante interessantes ações que promovam uma maior disseminação deste patrimônio, trazendo o turismo cultural como uma alternativa e uma complementação ao eco-turismo, além de contribuir para a educação patrimonial dos moradores de Lençóis. (BRASIL, 2002c, p. 6).

Os fatos expressos nesse texto, constante do memorial descritivo do projeto da prefeitura municipal, condizem com as preocupações da população de Lençóis em relação aos rumos tomados pelo turismo na cidade. Vimos que os proponentes do tombamento buscavam o turismo de cunho cultural para a cidade, mas que ao longo dos anos, Lençóis consolidou-se como porta de entrada para a Chapada Diamantina para prática do ecoturismo.

De certa forma, isso é sentido como uma perda cultural. Conforme vimos no capítulo 2, apesar da paisagem ter sido moldada pelos garimpeiros, houve um processo conduzido pelo governo do estado de associar à Chapada Diamantina o “mito” da natureza intocada, desvinculando por completo as “atrações naturais” da cultura e da ação do garimpeiro sobre a natureza. Soma-se a isso o fato dessa cultura não ter nada de visível, palpável, algo material que a evoque: a arquitetura da cidade é mais enfatizada pelos “casarões dos coronéis” que pela residência humilde dos garimpeiros; e as demais formas de expressão dessa cultura são imateriais: demonstram-se pela culinária, pelo jarê, pela Festa de Nosso Senhor dos Passos, pelo vocabulário próprio, pelas lendas e mitos.

Com isso, a necessidade de um museu que representasse materialmente essa cultura foi sendo sentida ao longo dos anos, bem como a da preservação da Casa de Lapidação. Vimos, no capítulo 1, que a Casa de Lapidação era um dos bens elencados na proposta de tombamento, enquanto o garimpo era mencionado na sua expressão, uma vez que ainda era “vivo” na região.

As propostas de criação de museus na cidade, como representativos da cultura, seja ela do garimpo ou do coronel, ocorrem a partir da década de 1980. Na década de 1940 houve, por parte do governo federal, uma proposta de museu de mineralogia, mas no intuito de conhecimento das riquezas minerais dos municípios.

De todas essas propostas nenhuma vingou. Entretanto, é importante resgatá-las para entendê-las como demandas de preservação cultural.

Museu de mineralogia: conhecimento e controle do Departamento Nacional de Produção Mineral

A primeira proposta de criação de um museu na cidade é de 1948, e refere-se a “um

pequeno museu de mineralogia”. Foi solicitada pelo governador da Bahia visando atender ao pedido da secretaria de Agricultura do governo federal:

Sr. Prefeito:

De ordem do Exmo. Snr. Secretário, estamos juntando cópia do ofício datado de 5-7-48, encaminhado a esta Secretaria pelo Exmo. Snr. Ministro da Agricultura, recomendando seja atendida a solicitação no mesmo contida quanto à criação de pequeno museu de mineralogia, junto a essa prefeitura.

Atenciosamente,

Waldemar de Castro Moreira – Diretor do S.A. (MUSEU..., 1948, p. 4).

Na carta ao governador, o ministro dizia seguir recomendação do Departamento Nacional de Produção Mineral

sobre a conveniência de ser recomendado a todos os Prefeitos desse Estado que providenciem a criação de pequenos museus de mineralogia [...] a fim de incrementado o intercâmbio de amostras de minerais, rochas e de exemplares fósseis, entre o Público e o Departamento Nacional de Produção Mineral. (MUSEU..., 1948, p. 4).

Os referidos museus deveriam

remeter ao citado Departamento, para classificação e análise, um exemplar de cada amostra de mineral que lhe for entregue por qualquer pessoa, conservando em seu mostruário duplicatas de tais amostras. (MUSEU..., 1948, p. 4).

O intuito era declarado: “para o maior conhecimento das nossas riquezas minerais, inclusive quanto à descoberta de jazidas”, esclarecendo que fosse “certo que a maioria das amostras que fossem enviadas ao D.N.P.M.” seriam de “substâncias comuns e de limitados valor econômico, mas é bem possível que de quando em vez se trate de minérios valiosos.” (MUSEU..., 1948, p. 4).

Nota-se que, nesse caso, o museu serviria para o controle e conhecimento do governo federal da produção mineral do município. Não encontramos nenhuma evidência da criação do museu no material pesquisado.

Museu Coronel Horácio de Matos: a perpetuação da memória do caudilho do sertão

A segunda proposta partiu do Departamento das Municipalidades do Governo do Estado da Bahia. Em 1985, esse departamento encaminhou para análise do IPHAN o projeto do *Centro Artesanal e Museu Coronel Horácio de Matos*.⁷⁸ Seu diretor, quem assinou o ofício, era Horácio Matos Neto.

O neto do “caudilho do sertão” empenhava-se para que a memória do avô, e por consequência, da família, fosse perpetuada por meio de um museu, a ser locado no prédio à

⁷⁸ Bahia. Departamento de Municipalidades. Ofício n. 0058/85 DIR. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Série Museus/Teatro, Caixa 54, Pasta Museu Coronel Horácio de Matos.

praça de mesmo nome, Horácio de Matos, onde funcionava o Centro Social.

Por meio da informação técnica elaborada por técnico do IPHAN, é possível afirmar que o Departamento de Municipalidades havia feito acordo com o Centro Social para uso do edifício. No pavimento superior se instalaria o Museu Horácio de Matos, e no inferior ficaria implantado o Centro de Artesanato, com uma das salas, de acesso independente, destinada ao grupo do Centro Social.⁷⁹

Não encontramos evidências da instalação desse museu.

Museu do Garimpo: a *Casa de Cultura de Lençóis*

A terceira proposta visava a criação do *Museu do Garimpo – Casa de Cultura de Lençóis*. Foi elaborada pelo IPAC em 1984. Nesse ano, o órgão encaminhou para análise do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC)⁸⁰ um projeto que seria implantado no mesmo imóvel para o qual se havia proposto o *Centro Artesanal e Museu Coronel Horácio e Matos*.

No memorial descritivo, era justificado que se tratava de “recuperar um imóvel semi-arruinado e semiocupado, [...] dando-lhe uma função de real importância para o município e para toda a região da Chapada Diamantina”.⁸¹

O projeto museológico havia sido elaborado por Ronaldo de Salles Senna, então secretário de Educação, Cultura e Desporto da prefeitura de Lençóis. A proposta buscava “agrupar fragmentos de três importantes seguimentos da formação socioeconômica e cultural da região”: o garimpo, o jarê e a “questão dos coronéis que exerceram um importante papel político-econômico em todo o processo de formação das cidades da Chapada”⁸², dividido, portanto, em Museu do Garimpo, Museu do Jarê e Museu do Coronel.

O Museu do Garimpo seria composto de quatro salas, abrigando respectivamente: 1) mapas dos garimpos do município, amostras de areias e outros minérios da região; 2) utensílios e objetos usados no processo de exploração de minerais; 3) exposição do processo de lapidação de diamantes e outros minerais; 4) exposição do processo de comercialização.

O Museu do Jarê teria apenas uma sala, com “peças e utensílios místicos que expressam a presença da cultura africana na região”.⁸³

O Museu do Coronel, com também apenas uma sala, abrigaria “objetos, móveis e

79 SPHAN/Pró-Memória/Escritório Técnico Lençóis-Bahia. Informação Técnica n. 028/85. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Museus/Teatro, Caixa 54, Pasta Museu Coronel Horácio de Matos.

80 Em 1990, a SPHAN e a FNPM são extintas e cria-se o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, o IBPC passa a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro (IPHAN). (IPHAN COMEMORA..., 2007).

81 Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Memorial descritivo – Projeto do Museu do Garimpo – Lençóis/BA. Dezembro de 1993, p. 1. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Museus/Teatro, Caixa 54, Pasta Museu do Garimpo.

82 Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Memorial descritivo – Projeto do Museu do Garimpo – Lençóis/BA. Dezembro de 1993, p. 1. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Museus/Teatro, Caixa 54, Pasta Museu do Garimpo.

83 Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Memorial descritivo – Projeto do Museu do Garimpo – Lençóis/BA. Dezembro de 1993, p. 1. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Museus/Teatro, Caixa 54, Pasta Museu do Garimpo.

utensílios herdados dos coronéis que tiveram presença marcante na história político-social da região”. O complexo abrigaria ainda uma biblioteca especializada e um auditório, além de sala técnico-administrativa e estrutura de apoio (sanitários, copa, depósito, reserva técnica e circulação). O museu seria “montado pela Prefeitura em convênio com universidades”.⁸⁴

Observa-se a “abordagem bastante ampla e singular, [...] dentro do conceito contemporâneo do que deva ser o real papel de um museu”⁸⁵, evidentemente muito condizente ao seu proponente: Ronaldo Salles de Senna. Senna é antropólogo, atualmente professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, nascido em Lençóis, com diversos trabalhos sobre a cidade e a Chapada Diamantina, dentre os quais se destacam *Lençóis, um estudo diagnóstico* (1996) e *Jarê: uma face do candomblé – manifestação religiosa na Chapada Diamantina* (1998), fruto de seu doutoramento.

Nota-se, ademais, que a proposta de museu contemplava a representação dos bens que haviam sido colocados na proposta de tombamento: o garimpo, desde a extração até a lapidação e comercialização, passando pelos utensílios de trabalho, o jarê e a exaltação dos coronéis, aqui no plural, e não apenas sintetizados na figura de Horácio de Mattos. Interessante notar também o “sobrenome” do museu, “Casa de Cultura de Lençóis”, que tão bem expressa a proposta de uma abordagem mais ampla e reforça o vínculo com o garimpo.

Museu da Lapidação

A quarta proposta refere-se à criação do Museu da Lapidação, no imóvel onde funcionava a Casa de Lapidação de Lençóis.

Conforme vimos no capítulo 1, a Casa de Lapidação foi um dos bens mencionados como de importância para Lençóis, e consequentemente, como “patrimônio nacional”, pelos proponentes do tombamento, que a associavam à “arte de lapidar que era mantida em Lençóis”. Fernando Machado Leal, arquiteto que realizou um levantamento histórico e fotográfico para instruir o processo de tombamento, destacou-a como “talvez única do país” a manter ainda todo o maquinário, movido a água.

No início de 1984, a Casa de Lapidação foi alvo de uma disputa em torno da posse de água, envolvendo a Pousada de Lençóis, já adquirida do governo do estado pela empresa Adventur Hotéis Turismo Ltda., e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa).

Em virtude dessa disputa, seu valor como patrimônio cultural de Lençóis “emergiu”, e foi concebida a assinatura de um convênio entre IPHAN, Prefeitura de Lençóis e a empresa Adventur Hotéis para restaurá-la e transformá-la em Museu da Lapidação. Naquela ocasião, a Casa de Lapidação estava ainda com todo seu equipamento instalado, original.

84 Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Memorial descritivo – Projeto do Museu do Garimpo – Lençóis/BA. Dezembro de 1993, p. 3. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Museus/Teatro, Caixa 54, Pasta Museu do Garimpo.

85 Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Memorial descritivo – Projeto do Museu do Garimpo – Lençóis/BA. Dezembro de 1993, p. 1. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Museus/Teatro, Caixa 54, Pasta Museu do Garimpo.

Devido à implantação do novo sistema de abastecimento de água da cidade, a Embasa havia desativado a caixa de areia de decantação das águas que serviam a antiga Casa de Lapidação e antiga casa de Arthur Sá, que houvera sido adquirida pelo governo do estado para construção da Pousada de Lençóis, e em cujo terreno ficou a Casa de Lapidação. Com isso, se extinguia a servidão de água para a Pousada de Lençóis.

A Adventur envia, então, uma carta à Embasa explicando que se tratava de um antigo “caminho de água” de Lençóis, similar a muitos outros que ao longo do tempo foram desativados e passaram a servir de “trilhas para garimpeiros, viajantes e turistas”. A empresa alegava ser “mais do que secular” o sistema de água que abastecia os terrenos da pousada, sendo, inclusive, “construído por um escravo que teve em troca sua carta de alforria” (MARTINS, 1984a).

O argumento final recorria à importância histórica, social e cultural da Casa de Lapidação para defender o direito ao uso da água:

Diante do exposto fica evidente a servidão das águas do sistema em foco. Mas isso não é o importante. O importante é o valor desse sistema de águas para a Cidade. Em primeiro lugar, estas águas têm um valor histórico e social. Histórico, porque além de ser plano deste Município reativar a Casa de Lapidação de Lençóis, estas águas têm papel social quando servem a um sistema de esgotos urbano. Em segundo lugar, existe um valor econômico para este sistema de água – o turismo. Por muitos anos este sistema de água vem movimentando uma roda d’água (réplica da antiga roda da Casa de Lapidação de Lençóis) principal atração da Pousada de Lençóis. Por estranho que pareça, a roda d’água da Pousada de Lençóis transformou-se numa espécie de símbolo do hotel e uma exigência de quantos visitam a cidade ou se hospedam na Pousada. (MARTINS, 1984a).⁸⁶

A carta citava, ainda, a presença do imóvel no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, inventariado e sob grau de proteção proposto como 1 (proteção integral)⁸⁷.

Em 26 de abril de 1984, a Adventur leva a questão ao conhecimento do IPHAN e reitera seu desejo de elaboração de um convênio entre a empresa, a prefeitura e o IPHAN “no sentido de reconstruir o maquinário e colocar em funcionamento a antiga Casa de Lapidação”. Informa que já havia recuperado o imóvel e o convênio seria estabelecido no sentido de “reconstruir o maquinário e transformar o local em um museu vivo de lapidação de diamantes” (MARTINS, 1984a).

Solicitava, ao final, que o IPHAN intercedesse “junto aos órgãos competentes”, considerando que

para que a antiga Casa de Lapidação volte a funcionar e o museu de lapidação passe a existir, é necessário que a Embasa considere o direito secular da Pousada de Lençóis com relação ao veio de água que deverá movimentar a roda d’água da lapidação. (MARTINS, 1984b).⁸⁸

86 Carta assinada por Rebecca Stephenson Martins, sócia-gerente da Adventur Hotéis Turismo Ltda, ao Dr. Ney Pires Torres, polo da Embasa em Itaberaba. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta Casa de Lapidação.

87 O Inventário sugeria o “tombamento em nível Estadual e atribuições de uso social” e a “recuperação das máquinas de lapidação e roda d’água” como “restauração necessária” (BAHIA, 1980d, p. 251-252).

88 Carta assinada por Rebecca Stephenson Martins, sócia-gerente da Adventur Hotéis Turismo Ltda, ao Dr. José Geraldo

Nota-se que havia um interesse declarado em reaver a servidão de água para a pousada. Entretanto, possivelmente o interesse em preservar a Casa de Lapidiação fosse legítimo, uma vez que a prefeitura municipal compartilhava desse mesmo desejo. É o que mostra uma carta enviada pelo então prefeito ao escritório do IPHAN em Lençóis:

Levamos ao conhecimento deste órgão que no dia 28 de abril deste ano, a Empresa Baiana de Saneamento (EMBASA) cercou a entrada da Casa de Lapidiação desta cidade, com o propósito de ali construir um escritório, segundo fomos informados extra oficialmente.

Como se trata de sítio tombado pelo SPHAN, vimos solicitar a sua intervenção, no sentido de proibir qualquer trabalho que possa modificar a paisagem ou a estrutura do imóvel, que faz parte integrante da história de Lençóis.

A propósito, estamos estudando, juntamente com o SPHAN e a Pousada de Lençóis, a possibilidade de reinstalar naquele local a lapidação outrora existente, criando assim o Museu da Lapidiação. (MACIEL, 1984).⁸⁹

Nessa carta, nota-se que o prefeito, além de delatar ao IPHAN o fechamento do acesso à Casa de Lapidiação, recorreu a uma possível irregularidade por parte da Embasa, para solicitar a intervenção do órgão.

Em maio de 1984, o arquiteto responsável pelo Escritório Técnico do SPHAN/Pró-Memória em Lençóis, José Geraldo Vieira da Costa, elaborou as bases do convênio solicitado pela prefeitura e pela Adventur, estabelecendo os deveres de cada entidade. Na Informação Técnica que preparou para enviar à Diretoria Regional, as questões da posse da água e do fechamento do acesso à casa de lapidação foram colocados como “contratempos devido à interferência causada quando da instalação da estação de tratamento de água da Embasa no Município”⁹⁰. Ou seja, neste documento está explícito que o desejo de preservação da casa de lapidação antecede aos conflitos pelo uso da água:

Esse imóvel ficou bastante tempo relegado ao abandono, tendo sido recentemente recuperado por iniciativa de Administração da referida Pousada, já empenhada na realização desse projeto que há muito é uma aspiração da população local, o que está bem expresso pelo apoio da Prefeitura, e que vem a ser um grande atrativo de caráter turístico e cultural.⁹¹

O Termo de Convênio chegou a ser elaborado, mas não encontramos mais informações acerca de sua assinatura e da realização da obra.

Atualmente, a Casa de Lapidiação está destituída de todo seu equipamento, inclusive da roda d'água, que foi deslocada para o espaço do hotel.⁹² Fica localizada dentro da pro-

Vieira da Costa, da SPHAN/Pró-Memória. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta Casa de Lapidiação.

89 Prefeitura Municipal de Lençóis. Carta de Emmanuel Calmon Maciel, prefeito, ao arquiteto José Geraldo Vieira da Costa, da SPHAN/Pró-Memória. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta Casa de Lapidiação.

90 SPHAN/Pró-Memória. Escritório Técnico Lençóis – Bahia. Informação Técnica n. 005/84, de 2 de maio de 1984. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta Casa de Lapidiação.

91 SPHAN/Pró-Memória. Escritório Técnico Lençóis – Bahia. Informação Técnica n. 005/84, de 2 de maio de 1984. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Série Logradores [sic], Caixa 51, Pasta Casa de Lapidiação.

92 A Pousada de Lençóis atualmente se chama Hotel de Lençóis.

priedade do hotel, porém está fechada, tomada pela vegetação, sem acesso direto do público e sem visibilidade. Quando fomos visitá-la, os funcionários da recepção do hotel não sabiam de sua existência, e apenas após perguntar a vários deles é que um comentou: “Será que ela não está falando daquela casinha?”.

Além da roda d’água, que enfeita o restaurante, ao lado da piscina, o hotel conta em seu saguão com uma pequena exposição de objetos referentes ao garimpo. Quanto aos demais maquinários da Casa de Lapidação, eles se encontram, segundo informou Heraldo Barbosa Filho, “com a família de Toniquinho, Seu Tonico”, em Lençóis, visando serem recuperados para integrar a Casa, caso ela venha a ser restaurada⁹³.

Figura 176. Casa de Lapidação. Foto da autora, 2014.

Figura 177. Cena do filme *Diamante Bruto*, com a roda d’água da casa de lapidação em primeiro plano. Fonte: *Diamante Bruto*, 1977. Foto da autora, 2014.

Figura 178. Restos da antiga roda d’água na casa de lapidação. Foto da autora, 2014.

Figura 179. Vista da antiga casa de lapidação. Na parte frontal estava situada a roda d’água. Foto da autora, 2014.

93 Heraldo Barbosa Filho mencionou que manteve conversações com o dono do Hotel no sentido de reativarem a Casa de Lapidação e abrirem pra exposição, podendo inclusive “ser um ganho pro hotel”. Mencionou também que os móveis estariam com o senhor Dionísio, dono do Hotel de Lençóis. Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho durante a palestra *Do diamante ao turismo: o espaço produzido no município de Lençóis*, de Lílían Andrade, em 9 dez. 2014, no auditório da Casa de Cultura Afrânio Peixoto.

Figura 180. Acervo em exposição no saguão do Hotel de Lençóis. Foto da autora, 2014.

Figura 181. Acervo em exposição no saguão do Hotel de Lençóis, composto predominantemente por objetos de trabalho do garimpeiro. Foto da autora, 2014.

Figura 182. Objetos em exposição no saguão do Hotel de Lençóis. Em primeiro plano, balança de pesar diamantes. Foto da autora, 2014.

Figura 183. Coleção de amostras de areias coloridas do Salão de Areias de Lençóis, em exposição no saguão do Hotel de Lençóis. Foto da autora, 2014.

Recentemente, essa vontade foi expressa publicamente, por vários moradores, inclusive Heraldo Barbosa Filho e integrantes da ACVL, que estavam presentes em uma palestra da qual também participamos. Nesse evento, quando se mostrou a Casa de Lapidação como um dos símbolos da cultura lençoense, várias pessoas questionaram por que o poder público não fazia nada para restaurá-la. Dentre as colocações dos presentes, destacamos a seguinte fala, que expressa que elementos da cultura estariam sendo “destruídos” pelo turismo:

O que o garimpo construiu, não é que o turismo destruiu, mas o que foi feito em função do turismo levou à descaracterização da cultura de Lençóis. Por exemplo, a casa de Lapidação, ela hoje só existe a casa, a roda [d’água] está lá enfeitando a piscina do hotel. A gente pensa: “está preservando...” Não está preservando nada! A casa ainda existe, mas desmembrada da roda d’água. Então você descaracteriza o que seria uma casa de lapidação. (informação verbal).⁹⁴

Ao mesmo tempo, a preocupação ali colocada expressou certa reivindicação pela preservação da Casa de Lapidação como representativa da cultura lençoense, ressaltando seus valores simbólicos para os presentes.

⁹⁴ Informação fornecida por ouvinte durante a palestra *Do diamante ao turismo: o espaço produzido no município de Lençóis*, de Lílian Andrade, em 9 dez. 2014, no auditório da Casa de Cultura Afrânio Peixoto. A palestra foi a discussão sobre as conclusões de seu trabalho de mestrado em geografia, com o mesmo título, desenvolvido na UFBA.

Da proposta do Monumenta à ocupação pelo IPHAN

A implantação de um Museu das Pedras e do Coronelato trará ao contato do público duas das principais fases pelas quais passou a cidade: a mineração e o domínio dos coronéis. A atividade mineradora, centrada principalmente na extração e comercialização de diamantes, foi o grande catalisador do surgimento e desenvolvimento da cidade de Lençóis, e a fonte de riqueza com a qual se construiu boa parte do seu patrimônio arquitetônico e urbano. No início do século XX, época da decadência da mineração, tornaram-se bastante comuns disputas entre famílias abastadas de região da Chapada Diamantina, chefiadas pelos Coronéis, que viriam a se tornar importantes figuras na história da cidade e da região, como o Coronel Horácio de Matos. (BRASIL, 2002d, p. 6).

O Memorial Descritivo do Projeto *Prefeitura Municipal* do Programa Monumenta assim justificava a implantação, neste edifício, do Museu das Pedras e do Coronelato: mostrar as duas “fases” da história da cidade. Vimos anteriormente que, da Oficina de Planejamento Participativo à *Revisão do Perfil Executivo do Projeto*, o uso proposto para este imóvel oscilou entre Museu do Garimpeiro, Museu das Pedras e do Coronelato, e por fim, Museu da Cidade.

No entanto, a obra da antiga prefeitura tardou anos até ser entregue; gerou conflitos durante sua execução e continua sendo alvo de controvérsias após a ocupação do prédio pelo Escritório Técnico do IPHAN de Lençóis.

Os primeiros conflitos deram-se em torno da escolha da cor e do restauro das estatuetas decorativas. A edificação era conhecida na cidade por sua cor amarela, e inclusive associada ao fato (lendário ou não, mas do imaginário dos moradores) de que seu proprietário prometeu à sua esposa erguer “a casa mais bonita da cidade” e pintá-la “com ouro”. Por esse motivo, a casa era amarela, e no imaginário dos moradores, ela jamais poderia ter sido pintada de cinza (cor com que foi pintada após a obra). As estatuetas situadas nos quatro cantos da edificação, nas platibandas (figuras de ninfas, cada qual representando uma das estações do ano) e os dois leões junto ao portão principal, foram pintados por um artista local, após reivindicações de participação dos moradores nas obras. O resultado foi uma pintura altamente colorida, que desagradou os técnicos do IPHAN e do Monumenta e os levou a especificar uma nova pintura em cores mais neutras, dessa vez por “restaurador” vindo de fora. O fato entristeceu, obviamente, o artista local, e mais uma vez interferiu na autoestima dos moradores “nativos”, ao fazer com que se sentissem incapazes de fazer um trabalho “ao gosto do técnico”. Em conversa posterior com o artista, ele argumentou, tentando justificar-se: “mas eu me lembro bem, essas estátuas eram bem coloridas!”⁹⁵

Após a restauração, o prédio ficou durante alguns anos desocupado, à espera do museu que seria implantado pelo Programa Monumenta. Uma museóloga havia sido contratada pelo programa para elaborar o projeto museográfico; ela percorreu a casa de moradores solicitando doações e, no final, decidiu-se que o acervo seria o doado por mestre Osvaldo, que manteve, enquanto vivo, uma espécie de museu em sua casa.

95 Informação fornecida por Gilmas Lopes dos Santos em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 15 de janeiro de 2014.

Figura 184. Antiga prefeitura com estatuetas pintadas. Cena do filme *Diamante Bruto*. Fonte: *Diamante bruto*, 1977.

Figura 186. Detalhe do leão. Foto da autora, 2014.

Figura 185. Prefeitura com todos os elementos decorativos pintados em branco. Foto da autora, 2014.

Segundo Heraldo Barbosa Filho⁹⁶, “quando mestre Osvaldo foi conhecer o prédio, após a conclusão das obras, ele falou que não iria ceder o acervo dele, pois o prédio tinha duas coisas que são incompatíveis com um museu: tinha umidade e tinha cupim”⁹⁷.

O edifício esteve em obras de 2002 a 2004; após a finalização das obras, de fato descobriu-se grande umidade nas paredes no subsolo. Com isso, os técnicos do programa tiveram que buscar novas soluções. Algumas propostas, como o uso de ar condicionado e fechamento com vidro, não foram aprovadas pelo IPHAN. Mesmo com a impermeabilização dos jardins, construção de falsa parede e drenos na parte interna, a umidade persistiu.

Nos anos em que a obra já estava concluída, porém aguardando a resolução do problema da umidade, o edifício ficou fechado. A prefeitura, na época, ainda não tinha sede própria e alugava prédios para suas secretarias. Isso fez com que muitos moradores fossem a favor da reocupação do prédio pela prefeitura.

⁹⁶ Heraldo Barbosa Filho foi secretário de Turismo durante muitos anos, em várias gestões, entre elas, a de 2004 a 2008.

⁹⁷ Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 8 de dezembro de 2014.

Em 2010, o IPHAN e a UEP do Programa Monumenta passaram a ocupar provisoriamente o prédio, enquanto era reformada a sede do escritório técnico do órgão, na rua da Baderna. Na gestão do prefeito Marcos Airton Alves de Araújo (2009-2013), a prefeitura cedeu o prédio para uso do IPHAN, em um contrato de comodato de 30 anos. O antigo prédio do órgão passaria a abrigar a Casa do Patrimônio de Lençóis, e continuaria a ser usado como espaço de reunião e eventos, como era desde sua inauguração em 1989.

O fato gerou um duplo descontentamento: por um lado, o prédio da antiga prefeitura é muito grande para a demanda do escritório técnico do IPHAN, o que faz com que os espaços fiquem subutilizados. Por outro, a transformação da antiga sede do órgão em Casa do Patrimônio burocratizou sua gestão, e aquele espaço historicamente muito usado pela população tornou-se de difícil acesso, passando a maior parte do tempo fechado.

A falta de participação nessa decisão foi um dos focos de conflito: “não houve consulta da comunidade nem por parte do IPHAN e nem da prefeitura”⁹⁸. Outro, foi a falta de transparência, e mesmo de conhecimento das decisões governamentais, o que muitas vezes leva a comunidade a visões distorcidas. Alguns entrevistados, não sabendo do contrato de comodato entre prefeitura e IPHAN, consideram que “isso é apropriação indevida, pois existe um convênio com a prefeitura que não está sendo cumprido”⁹⁹. A acusação pela “apropriação indevida” era feita ao IPHAN, e o “convênio firmado” era o relativo entre prefeitura e Programa Monumenta para instalação do museu. Outros questionam a legalidade da concessão: “a decisão não passou pela câmara, então a câmara, ou a prefeitura, tem que recuperar esse prédio como patrimônio do município”¹⁰⁰. Há ainda os que atribuem a concessão à “troca de favores”:

o IPHAN foi para o prédio da antiga prefeitura porque queria maior visibilidade, e o prédio está num ponto melhor situado, então o BID/Monumenta negociou restaurar algumas obras em troca da prefeitura ceder esse prédio para o IPHAN. (informação verbal).¹⁰¹

o prefeito cedeu o prédio da prefeitura em troca da liberação de instalação de ar condicionado no prédio do Banco do Brasil. Aquela parte de cima é dele, e para alugar para o SENAC ele precisava instalar ar condicionado. Está lá, uma parede inteira de ar condicionado numa cidade histórica. (informação verbal).¹⁰²

98 Informação fornecida por ouvinte durante a palestra *Do diamante ao turismo*: o espaço produzido no município de Lençóis, de Lillian Andrade, em 9 dez. 2014, no auditório da Casa de Cultura Afrânio Peixoto.

99 Informação fornecida por ouvinte durante a palestra *Do diamante ao turismo*: o espaço produzido no município de Lençóis, de Lillian Andrade, em 9 dez. 2014, no auditório da Casa de Cultura Afrânio Peixoto.

100 Informação fornecida por ouvinte durante a palestra *Do diamante ao turismo*: o espaço produzido no município de Lençóis, de Lillian Andrade, em 9 dez. 2014, no auditório da Casa de Cultura Afrânio Peixoto.

101 Informação fornecida por ouvinte durante a palestra *Do diamante ao turismo*: o espaço produzido no município de Lençóis, de Lillian Andrade, em 9 dez. 2014, no auditório da Casa de Cultura Afrânio Peixoto.

102 Informação fornecida por Ramiro Barbosa em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 10 de dezembro de 2014.

Figura 187. Equipamentos de ar condicionado instalados no prédio do Banco do Brasil. Este é um dos únicos imóveis do centro com ar condicionado junto à fachada. Foto da autora, 2014.

Mas o problema mais relevante para a população foi o de não ver implantado o Museu da Cidade: “a cidade precisa de um museu. A cultura da cidade está indo pelo ralo, o turista vem pra cidade pra fazer as trilhas e não sabe nada de Lençóis” (informação verbal).¹⁰³

Essa necessidade é reafirmada diante do fato do surgimento de pequenos museus particulares na cidade. Um deles é o já mencionado, do mestre Osvaldo¹⁰⁴, cujo acervo iria, segundo Heraldo Barbosa Filho, compor o Museu da Cidade:

Mas um Museu já quase existia em Lençóis; Oswaldo Senna Pereira, o Mestre Osvaldo, tem exercido a função de museólogo amador, colecionando e guardando peças e documentos valiosos (alguns carecendo de conservação especializada), objetos curiosos ou não, livros, ferramentas, várias pedras preciosas ou não. [...]

Ao Núcleo Museológico ocorre grande número de turistas que ouvem de mestre Osvaldo os fatos mais notáveis da história da cidade e da época dos diamantes [...]. Os quase dois séculos de história da Chapada Diamantina podem ser vistos através das mais variadas peças. Pequenas balanças para pesar diamantes, picuás, carbonatos, documentos valiosos, livros raros, estandarte bordado em ouro, postais do século passado e início deste produzidos na França, a partir de fotos os garimpos lençoenses e outras peças raras, pedras preciosas e estranhas misturam-se num conjunto harmonioso, que já aproveita “o material disponível na região”. É uma pro-

¹⁰³ Informação fornecida por ouvinte durante a palestra *Do diamante ao turismo: o espaço produzido no município de Lençóis*, de Lillian Andrade, em 9 dez. 2014, no auditório da Casa de Cultura Afrânio Peixoto.

¹⁰⁴ “Sua casa é um ponto de encontro importante na cidade, um entra-e-sai continuado, pessoas que procuram alguma coisa, pedem ajuda ou querem conversar. Mestre Osvaldo ganhou nome muito cedo. Seu pai foi garimpeiro, dono de garimpo, político, e capangueiro de muitos recursos, homem rico e ilustre. Mestre, porém, não se interessou pelo ensino de escola, que o pai podia proporcionar. Preferiu desenvolver suas artes, e muito jovem ainda, conseguiu construir uma balança para pesar diamantes. Tratando-se de obra de muito engenho, o sucesso na sua execução deu-lhe o direito de mestre. Com o passar dos tempos, sua ponderação e modos muito comedidos fizeram dele também mestre-conselheiro, Sua palavra é sempre ouvida e tem valor.” (GONÇALVES, 1984, p. 58).

posta baseada no “típico” que reforça a ideia do museu, estabelece uma unidade conceitual e se apresenta como solução econômica [...]”¹⁰⁵

Parte do acervo do museu de mestre Osvaldo foi vendida pela família após sua morte, em 2013.

Outra iniciativa é a do ex-garimpeiro Seu Cori, (Coriolano Rocha de Oliveira), que criou no quintal da sua casa o “Rancho do Garimpeiro”. Neste espaço, estão expostos utensílios e peças utilizados no trabalho do garimpo. Há uma réplica do que seria uma casa de garimpeiro, com paredes de pau a pique, cobertura de palha e fogão à lenha, e o visitante pode ver uma demonstração da técnica do garimpo de serra, encenada até pouco tempo atrás pelo próprio Cori, vestido a caráter. O pequeno museu funciona há nove anos e tem entrada gratuita.

Figura 189. Escultura e quadro de garimpeiro na entrada do Rancho do Garimpeiro. A pessoa representada na pintura é Seu Cori (Coriolano Rocha de Oliveira). Foto da autora, 2014.

Figura 190. Escultura e quadro de garimpeiro na entrada do Rancho do Garimpeiro. A pessoa representada na pintura é Seu Cori (Coriolano Rocha de Oliveira). Foto da autora, 2014.

Figura 188. Seu Cori (Coriolano Rocha de Oliveira) apresentando aos visitantes um modelo de casa de garimpeiro. Fonte: Família Müller, 2014.

¹⁰⁵ Embrião do Museu da Chapada. Jornal não identificado encontrado no Arquivo Público Municipal de Lençóis, na pasta “Jornais Antigos”. Vamos aqui infringir as normas acadêmicas e usar esta citação, mesmo sem a devida referência completa, pois consideramos rica a descrição feita do Museu de Mestre Osvaldo. Acreditamos que a publicação seja do final da década de 1980, pois há menção no texto à ideia da criação do Museu do Garimpo, que descrevemos anteriormente.

Segundo o próprio Coriolano Rocha, a abertura do Rancho do Garimpeiro surgiu da necessidade de mostrar sua história e manter-se ocupado, após a proibição da atividade. Seu Cori hoje se encontra doente e não dedica a mesma atenção que dedicava ao espaço há alguns anos, recebendo pessoalmente os visitantes, cantando as cantigas dos garimpeiros, fazendo as demonstrações e contando as histórias. O espaço vem se consolidando e tomando reconhecimento: já foi noticiado em jornais e há vídeos na internet com gravações de Seu Cori contando histórias e cantando.¹⁰⁶ A SUM também planeja, há tempos, instalar um museu em sua sede, com exposição de objetos de trabalho dos garimpeiros, vestuário, fotos de seus antigos dirigentes, e material relacionado à Festa de Senhor dos Passos. Nos meses de maior movimentação turística na cidade, é possível encontrar, em frente à SUM, expostos na calçada, objetos como a bateia e a onça de pano, usada para representação na Festa de Nosso Senhor dos Passos.

Figura 191. Estandarte de Senhor Bom Jesus dos Passos presente na sede da Sociedade União dos Mineiros.

Figura 192. Roupas de trabalho do garimpeiro exposta na sede da Sociedade União dos Mineiros. Foto da autora, 2014.

Figura 193. Panô com pintura de garimpeiro com bateia, pertencente à Sociedade União dos Mineiros. Foto da autora, 2014.

Figura 194. Objetos de uso do garimpeiro pertencentes à Sociedade União dos Mineiros. Foto da autora, 2014.

¹⁰⁶ Na plataforma YouTube: Seu Cori e o garimpo na Chapada Diamantina <https://www.youtube.com/watch?v=bgoZfXsU_rU> e Seu Cori, o garimpeiro da Chapada Diamantina <https://www.youtube.com/watch?v=Sjgt3R_fn-U>. Por ocasião da Copa do Mundo de 2014, a Família Müller publicou matéria turística sobre a Bahia, incluindo Lençóis, na qual destaca o Rancho do Garimpeiro (FAMÍLIA MÜLLER, 2014).

Conclui-se, portanto, que a identificação da demanda de um Museu do Garimpeiro ou, em última instância, do Museu da Cidade, pelo Programa Monumenta, foi acertada, em se tratando de identificar os anseios da população. Porém, a não instalação do museu apresenta-se hoje como uma ferida aberta na cidade, enquanto a ocupação do prédio que seria destinado ao museu, pelo IPHAN, simboliza a supremacia deste sobre a cultura de Lençóis e contribui ainda mais para denegrir a imagem do órgão perante a comunidade.

3.3.4. As obras de reforma do calçamento

O Projeto de Requalificação da Avenida Senhor dos Passos: “a maior descaracterização de Lençóis”

O *Projeto de Requalificação da Avenida Senhor dos Passos* foi elaborado pelo Escritório de Projetos e Obras do Programa Monumenta (EPROM), criado especialmente para a elaboração dos projetos que seriam contemplados pelo Programa Monumenta nas cidades de Cachoeira e Lençóis.¹⁰⁷

O projeto, em acordo às práticas de elaboração de projetos de restauro, partiu de um levantamento cadastral e mapeamento de danos, e de um breve histórico sobre a cidade e sobre a avenida. Neste, apresenta muitas imprecisões, como ao afirmar que “não existem registros oficiais que atestem o ano de sua implantação” e ao referir-se à construção do primeiro trecho, defronte à Capela de Senhor dos Passos, entre 1951/1955 (BRASIL, 2005a, p. 22), ou ainda, após mencionar a implantação da avenida em três diferentes períodos, ao afirmar que “a implantação da avenida foi a maior intervenção urbana na história da cidade” (BRASIL, 2005a, p. 24).

Apesar dessas incongruências, o projeto faz uma relevante análise dos elementos urbanos e paisagísticos da avenida existente, pela qual parece ter identificado importantes valores dessa avenida para a população.

No item *Apropriação dos espaços urbanos e usos culturais*, afirma-se que “pode ser considerada como um dos espaços da cidade mais apropriados pela população, juntamente com a Ponte, a Praça das Nagôs e a Rua das Pedras” (BRASIL, 2005a, p. 25). Segundo essa análise,

[a] apropriação se dá a partir da utilização do espaço como área de lazer e convivência, visto que, como já dito, trata-se de uma área central e próxima à faixa composta de elementos naturais (rio, margens com vegetação ou lajedos de pedra) que corta a cidade. Estes elementos, tornam a área aprazível e são de forte apelo visual, o que facilita a concentração de pessoas. (BRASIL, 2005a, p. 26).

¹⁰⁷ Inicialmente, em Lençóis, a UEP tentou integrar os profissionais da cidade ao projeto, partindo de uma reivindicação dos próprios arquitetos da cidade, contratando-os para a realização dos levantamentos cadastrais dos imóveis indicados para receber intervenções e até para a elaboração de alguns projetos. No entanto, a qualidade tanto dos levantamentos quanto dos projetos não esteve à altura do exigido pelo programa e pelo IPHAN. Na segunda etapa do programa, montou-se um escritório, sediado em Salvador, que foi o responsável pela elaboração dos projetos. Alguns projetos elaborados anteriormente por profissionais locais, a exemplo da nova sede da prefeitura municipal, do arquiteto Márcio Perroni, foram executados; outros foram dispensados e novos projetos foram elaborados, como o do auditório da Casa de Cultura Afrânio Peixoto.

Ressalta-se ainda, o uso da área da avenida defronte à Igreja Senhor dos Passos, utilizado durante os festejos ao padroeiro dos garimpeiros, a Festa de Nosso Senhor dos Passos, cujo “ponto alto”, com “maior concentração de pessoas”, ocorria nesse local.

É elaborada também uma *análise paisagística* por meio da qual é feita rigorosa leitura da espacialidade da avenida, dividida em três trechos que foram determinados pelas próprias espacialidades e pelos usos e apropriações predominantes.

Toda a concepção do projeto é pautada nessas análises, e a partir delas, procurou-se “tratar de questões existentes mal resolvidas, assim como fazer novas proposições que se julguem pertinentes e necessárias para que o espaço em questão seja realmente dignificado e responda às demandas atuais existentes” (BRASIL, 2005a, p. 71). Não são explicitadas claramente quais seriam as demandas atuais e nem as questões mal resolvidas, mas podemos ler no *relatório técnico* relativo ao *mapeamento de danos* algumas observações que podem elucidá-las:

- drenagem da via;
- danos gerais no calçamento, passeios, balaustrada e postes de iluminação, referentes à manutenção;
- situação “extremamente precária” do mobiliário urbano, relativo ao estado de conservação, à “adequabilidade destes em relação aos seus usufrutos, bem como a quantidade não atende[r] minimamente a demanda que este importante espaço urbano requer” (BRASIL, 2005a, p. 69). Os bancos são considerados inadequados pela equipe de projeto, além de antiestéticos:

Os bancos existentes (conjunto de três pedras brutas, duas como pé e uma como assento) não atendem requisitos mínimos do ponto de vista do conforto ergonômico (são curtos, sem encostos e com superfície de assento irregular dura), bem como estéticos. (BRASIL, 2005a, p. 69).

A única lixeira existente também é classificada como tendo a “forma e tamanho inadequados esteticamente”. De “aspecto estético questionável em relação ao entorno” também eram, segundo o projeto, os quiosques localizados na avenida: um de venda de sorvete, fixo e “padrão da empresa”, e outros de bebidas, desmontáveis, “equipamentos precários do ponto de vista estético e funcional (estrutura de perfis metálicos com tabuleiro de placa de madeira e cobertura com lona plástica)” (BRASIL, 2005a, p. 69).

As linhas gerais adotadas pelo projeto basearam-se em quatro itens:

1. Consideração do “significado da implantação da avenida para a cidade bem como os valores e ideais propostos desde a época em que foi implantada até os dias atuais” (BRASIL, 2005a, p. 71). Os autores referiam-se ao “sentimento de transformação e mudança em relação ao passado com um sinal de novos tempos, sinal de modernidade que se impôs às pré-existências”. Com isso, pretendia-se justificar a intervenção que explicitasse claramente sua condição de novidade. Quanto a essa afirmação, o projeto apresenta outra contradição, pois mais adiante

afirma que existem na área de projeto “falsos históricos’ em que soluções técnicas, desenhos, aspectos formais e utilização de materiais procuram sugerir um certo tempo que não o tempo exato em que este foi realizado” (BRASIL, 2005a, p. 71). A “linguagem a ser adotada pela intervenção em relação aos materiais e aspectos formais” também estava enumerada como uma das linhas gerais a serem adotadas (n. 4).

2. “[A] grande faixa de elementos naturais existente que cruza o núcleo urbano de Lençóis”, considerada como “elementos que estão, de maneira indiscutível, no imaginário da população de Lençóis e dos visitantes”.

3. “Utilizações e modos de apropriação da avenida por parte da população e turistas”. Os autores do projeto identificaram tais utilizações e modos de apropriação, contudo, fizeram a leitura de que as mesmas “não foram contempladas no projeto original da avenida [...] pois se percebe um descompasso entre o que foi previsto [...] e o que é realmente utilizado” (BRASIL, 2005a, p. 71)¹⁰⁸, referindo-se à carência de espaços de permanência e de percurso pedonal, e excesso de leito carroçável.

Atendendo a estes quatro itens, o projeto buscava (BRASIL, 2005a, p. 71):

- “não apenas manter como reforçar a importância da avenida em relação à cidade assim como suas características principais”, dotando a mesma de “quantidade minimamente necessária de elementos e equipamentos” e conservando e recuperando a balaustrada como elemento de unidade, “signo mais marcante e que remete ao seu tempo”;
- revitalização e fortalecimento da faixa de elementos naturais, “com a ampliação do número de árvores implantadas, tanto ao longo da avenida, quanto na margem direita do Rio Lençóis, nos fundos de lotes”;
- tratamento “de maneira diferenciada de cada trecho de acordo com suas peculiaridades”, no sentido de otimizar “os usos e espaços”.

As propostas do projeto e a “descaracterização” da avenida

Nota-se que a análise elaborada pela equipe de projeto conduziu a uma intervenção que, em linhas gerais, optava por manter a espacialidade existente. No entanto, algumas decisões de projeto, bem como mudanças no decorrer da obra, causaram diversos conflitos que levaram a intervenção a ter pouca aceitação na cidade. No geral, a população classifica a intervenção como descaracterizadora.

A população desconhecia o projeto antes da sua implantação¹⁰⁹:

¹⁰⁸ É interessante notar o anacronismo dessa afirmação, uma vez que se desconsidera que a avenida foi implantada em diversas etapas, como o próprio histórico apontou. Além disso, no histórico é ressaltado o caráter modernizador da implantação da avenida, visando atender ao automóvel, portanto, isso era “o que foi previsto”, sendo a apropriação gerada posteriormente pela população.

¹⁰⁹ Na audiência pública para apresentação das 2ª e 3ª etapas do projeto de requalificação do calçamento, o secretário de Turismo mencionou ter havido uma audiência pública e que o projeto teria ficado exposto na Câmara dos Vereadores por um tempo, à disposição dos que quisessem vê-lo. Não confirmamos essa informação.

a comunidade recebeu assim, “foi jogado”, algumas pessoas interviram mas não conseguiram porque já estava em cima [...]. A comunidade não sabia, não foi informada, ninguém perguntou o que a comunidade achava. E olha que a gente está aqui na associação [Avante Lençóis]. Foi um projeto “enfiado goela abaixo” como a gente realmente fala. (informação verbal).¹¹⁰

O projeto propôs a remoção das árvores existentes nos canteiros centrais e implantação de novas árvores junto ao passeio ao longo da avenida, que por sua vez foi alargado. Essas árvores, ipês roxos, sucupiras e guapuruvus, substituiriam as antigas amendoeiras, e deveriam ser implantadas já com porte médio, ou seja, aproximadamente 6 metros de altura.

Figura 195. Trecho da Avenida Senhor dos Passos na sua antiga configuração. Fonte: Diamante Bruto, 1977.

Figura 196. Avenida Senhor dos Passos na sua antiga configuração, em dia de festa. Notam-se as antigas amendoeiras. Autor: Calil Neto, 2007. Fonte: arquivo do autor.

Figura 197. Avenida Senhor dos Passos na sua antiga configuração, no canto superior direito da foto. Autor: Calil Neto, 1986

¹¹⁰ Informação fornecida por Pedrina Fernandes Andrade em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 26 de junho de 2014.

Figura 198. Avenida Senhor dos Passos com as amendoeiras (direita da foto). Autor: Calil Neto, 1986 [?].

Figura 199. Placa de obra na Avenida Senhor dos Passos. Autor: Calil Neto, 2007.

Figura 200. Nova Avenida Senhor dos Passos, vista a partir da Fonte da Muritiba. Autor: Angela Cavalcante, 2014.

Figura 201. Nova Avenida Senhor dos Passos, vista a partir da entrada da cidade. Foto da autora, 2011.

Figura 202. Nova Avenida Senhor dos Passos, vista do final. Foto da autora, 2014.

A derrubada das árvores foi um dos fatos mais criticados. Quando as primeiras amendoeiras foram ao chão, a revolta se instalou na cidade: “foi muito chocante. Muito chocante pra comunidade, as pessoas até hoje falam” (informação verbal).¹¹¹

Na antiga avenida, as amendoeiras se concentravam no trecho próximo à ponte e entre a ponte e o hospital. Estavam situadas no canteiro central, e sob suas sombras haviam bancos de pedra. Essas árvores eram um importante ponto de encontro e referência na cidade que, como vimos, os autores do projeto haviam identificado. Porém, a derrubada das árvores extinguiu temporariamente esse importante referencial:

a comunidade ficou assim, sem saber onde esperar carro, muita gente que mora na zona rural, ficou sem um ponto de apoio. E já estavam acostumados há muito tempo a aguardar ali debaixo. Porque é o ponto de apoio das pessoas, ficarem sentadas ali debaixo, e ver o movimento da rua na sombra, as amêndoas caindo, muitos pegavam, chupavam, pode ver aí, a maior parte da população vai dizer que não gostou não. (informação verbal).¹¹²

As novas árvores, que deveriam ser transplantadas já em idade adulta, foram plantadas como mudas, e tanto o canteiro central quanto os bancos foram removidos.

Porque as amendoeiras, [existiam] do início até o final, e fizeram aquilo ali, aquele negócio vasto, colocaram aquelas árvores que [disseram] “ah dentro de dois, três anos as árvores estarão grandes, darão sombras; vão ter outras bancadas pras pessoas se sentarem” (informação verbal).¹¹³

Em frente ao posto médico, as amendoeiras demarcavam o ponto de encontro da população rural e de outras cidades: ali chegava e dali saía o transporte para a zona rural. A equipe de projeto entendeu que o trecho situado entre o hospital e a ponte deveria ser totalmente destituído dessa vegetação, para ter uma maior continuidade visual entre a igreja e a praça do mercado, bem como favorecer a contemplação. Com isso, esse trecho ficou sendo um espaço árido, sem vegetação, e perdeu o canteiro central. Além da destituição daquele importante ponto de referência representado pelas árvores e pelos bancos, tal amplidão espacial constituiu-se, para a população, como um elemento descaracterizador, que alterou a ordem de circulação de veículos e que causou, ainda, a perda de um espaço de sociabilidade:

pra mim o que mais me incomodou [foi que] tirou um movimento social que era no centro, que ela [a avenida] sempre teve. Como ela tinha um canteiro central, (e tinha um passeio largo na lateral que facilitava ao pedestre), ela tinha entrada e saída, como uma circulação, e aquela avenida, na nossa época de jovens, que não tinha muita circulação de carros, era o nosso lugar de ficar nas noites ali, tocando. E tinha uma outra lógica, no período da festa essa lógica ajudava bastante. Hoje [...] a circulação de carro, a entrada e a saída é pelo mesmo lugar, e de maneira perigosa. (informação verbal).¹¹⁴

111 Informação fornecida por Pedrina Fernandes Andrade em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 26 de junho de 2014.

112 Informação fornecida por Pedrina Fernandes Andrade em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 26 de junho de 2014.

113 Informação fornecida por Pedrina Fernandes Andrade em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 26 de junho de 2014.

114 Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

Novos bancos, de ripas de madeira, foram colocados junto ao passeio, mas apenas no trecho entre a ponte e o final da Av. Senhor dos Passos. Atualmente, os bancos são bastante utilizados durante a noite, mas ao longo do dia ficam vazios, uma vez que estão ao sol. Talvez, se as árvores tivessem de fato sido implantadas já na idade adulta, com seis metros de altura, como previa o projeto, a sensação de perda do ponto de referência junto à ponte não teria sido tão grande, e o espaço, hoje, estaria sendo mais utilizado.

O uso de materiais estranhos à cidade de Lençóis, como a madeira e o aço, também é criticado e visto como descaracterização. Para alguns, o uso desses materiais tirou “o senso de pertencimento ao local” e provocou depredação:

o mirante, indo pro serrano, no final da balaustrada, aquele negócio de madeira. Por que não fizeram de pedra? É um rio ali do lado. Ali o rio passa, ó, enche de água, com a pedra com certeza ele ia manter, durar mais. Já está todo deteriorado ali. Aqueles quiosques que estão parados ali. Pra que aquilo? Tudo errado, na verdade. Podia ser uma coisa diferente, um quiosque com banquinhos, aberto pra praça, que fosse usado por todo mundo. E não o que está lá, que está sendo quebrado, destruído. (informação pessoal).¹¹⁵

[...] duas coisas que considero absurdas: primeiro trabalharam com madeira à vista em determinados setores; incluíram ferro, aço, coisas que não eram utilizadas nas obras daqui naturalmente. Existem dois quiosques abandonados na Av. Senhor dos Passos. Eles fizeram vários coneizinhos de madeira com uma coisa de ferro na cabeça, aquelas estacas de madeira que colocaram no passeio, entre a via de circulação de veículos e pedestres, a maioria deles já foram arrancados. Eles estão lá horripelmente instalados e não tem diálogo nenhum com a comunidade, as pessoas se acidentam neles. Parece que na avenida as pessoas perderam o senso de pertencimento por aquele espaço. (informação pessoal).¹¹⁶

Figura 203. Deck de madeira no final da Avenida Senhor dos Passos. Foto da autora, 2014.

Figura 204. Bancos em madeira e concreto instalados na Avenida Senhor dos Passos. Foto da autora, 2014.

115 Informação fornecida por Pedrina Fernandes Andrade em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 26 de junho de 2014.

116 Informação fornecida por Alexandre Aguiar em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

Figura 205. Quiosques em concreto e madeira instalados na Avenida Senhor dos Passos, já depredados. Foto da autora, 2014.

Figura 206. Balizadores de madeira e aço inox instalados na Avenida Senhor dos Passos. Foto da autora, 2014.

Em várias falas, é possível identificar que esse “senso de pertencimento” foi alterado, tanto no referente à obra de requalificação da Av. Senhor dos Passos, quanto da Praça do Rosário, que também recebeu intervenção:

Parece uma cidade de praia, ficou parecendo uma cidade qualquer, não parece mais Lençóis. O turista vem aqui pra ver Lençóis, chega aqui se depara com isso, igual a uma cidade qualquer. (informação pessoal).¹¹⁷

A praça da casa Afrânio Peixoto [Praça do Rosário], que foi feita, não tem nada a ver! A praça não tem nada a ver com nossa cara, com nossa origem. (informação pessoal).¹¹⁸

Essas obras, por sinal, deixam um resultado negativo no convívio nos espaços [...]. Esse espaço em frente da casa Afrânio Peixoto, ninguém fica lá. Ninguém vai lá. Ninguém utiliza, parece que a obra deixou um senso de perda do pertencimento daquele espaço no cotidiano da cidade. (informação pessoal).¹¹⁹

Por exemplo, aquela construção ali, na frente da Casa Afrânio Peixoto. Que construção é aquela ali? Que loucura, uma praça, uma construção daquele tipo [...] sem nenhuma proteção pra criança, e um mirante. Nada a ver, aquilo ali! Nada a ver. Eu passo por ali fico pensando “gente, acho que não estou em Lençóis não”. Em frente à igreja antiga, à Afrânio Peixoto, que é um ponto bastante antigo. (informação pessoal).¹²⁰

117 Informação fornecida por Açony José Santos Silva em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 8 de dezembro de 2013.

118 Informação fornecida por Alexandre Aguiar em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

119 Informação fornecida por Alexandre Aguiar em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

120 Informação fornecida por Pedrina Fernandes Andrade em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de abril de 2013.

Figura 207. Praça do Rosário após intervenção do Monumenta. Foto da autora, 2014.

Figura 208. Detalhe de deck e bancos em madeira na Praça do Rosário, após intervenção do Monumenta. Foto da autora, 2014.

Figura 209. Detalhe de banco em madeira e pavimento em piso ecológico da Praça do Rosário, após intervenção do Monumenta. Foto da autora, 2014.

Figura 210. Praça do Rosário, com destaque para os desníveis dos pavimentos, sem proteção contra quedas. Foto da autora, 2014.

Quanto aos quiosques, conforme vimos na descrição do projeto, eles foram feitos visando atender a uma demanda existente: abrigar uma barraca de venda de sorvetes e outra de bebidas. No entanto, a prefeitura não abriu licitação para o uso dos quiosques, relegando-os ao abandono. Segundo os coordenadores do programa na cidade, esse abandono se deu por questões de rixas políticas: “como a avenida foi feita na gestão de Luiz Senna, Marcão não quis ocupar os quiosques. Falou que não ia ocupar obra feita pelo outro prefeito” (informação pessoal).¹²¹ Atualmente, as duas barracas ainda estão na avenida, e os quiosques estão destruídos.

Figura 211. Novos quiosques instalados na Avenida Senhor dos Passos, e a permanência da barraca de venda de bebidas ao fundo. Foto da autora, 2014.

Figura 212. Detalhe de quiosque instalado na Avenida Senhor dos Passos, depredado. Ao fundo, vê-se a antiga barraca de venda de bebidas, para a qual os projetistas propuseram os quiosques. Foto da autora, 2014.

¹²¹ Informação fornecida por Gabriel Gonsalves e Eduardo Fucs em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 7 de agosto de 2014.

Outro elemento associado à descaracterização, pela população, foi o novo padrão de calçamento, entendida também como a desconsideração do “saber fazer” tradicional da cidade:

Cometeram uma descaracterização imensa, violenta, um impacto terrível na composição social e arquitetônica da avenida. A obra que foi feita ali, ela difere do que foi proposto e realizado por Lençóis e pelas pessoas de Lençóis em 1950 quando a avenida ganhou aquela forma que tinha. Mudou todo o calçamento dos passeios, mudou a laje dos passeios, a maneira como ela era colocada naturalmente pelos pedreiros daqui, ela era colocada na diagonal, eles agora fazem um mais estreito, mudam, quer dizer, é uma outra coisa, é uma coisa nova. Isso desagrada a comunidade aqui, esse desagrado que Rilza sente, a comunidade também sente. [...] O que nós queríamos era que a praça e os demais espaços fossem restaurados, mexidos de maneira a qualificar acessibilidade etc. e tal, mas sem perder as características originais dos empreiteiros daqui, que foram eles que fizeram. (informação pessoal).¹²²

Alguns elementos implantados também foram criticados por não atenderem à funcionalidade e costumes locais, a exemplo do cruzeiro que foi substituído por um novo:

Aquele cruzeiro era de cimento, rústico, e eram dois patamares, porque na Festa de Senhor dos Passos, todo mundo que vem com vela, coloca ali, então agora ficou um só patamar, não dá mais pra colocar vela.¹²³

Tiraram aquele patamar de por a vela, agora a pessoa ajoelha onde bota a vela, e aí a vela mela tudo, esculhamba tudo, não dá certo.¹²⁴

Figura 213. Vista do novo cruzeiro da Avenida Senhor dos Passos. Foto da autora, 2014.

Figura 214. Vista do cruzeiro no adro da Igreja de Senhor dos Passos, que se estende até o outro lado da avenida. Foto da autora, 2014.

Apesar de todas as críticas e das mudanças provocadas no uso da avenida pela intervenção, ela continua sendo um espaço importante de sociabilidade da população, principalmente de crianças e adolescentes.

¹²² Informação fornecida por Alexandre Aguiar em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

¹²³ Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

¹²⁴ Informação fornecida por Alexandre Aguiar em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

Alguns usos foram alterados. Conforme mencionamos, durante o dia, devido à falta de sombra, a avenida é pouco utilizada como espaço de permanência. À noite, entretanto, e nas primeiras horas da manhã, seu uso parece ter sido intensificado, pois se tornou um espaço para realização da prática da caminhada e corrida, e de brincadeiras infantis, como velocípede, bicicleta e futebol, sobretudo na sua porção mais larga, junto à fonte da Muritiba.

Figura 215. Avenida Senhor dos Passos na altura da Fonte da Muritiba, onde o passeio é alargado para possibilitar brincadeiras infantis. Autor: Angela Cavalcante, 2014.

A negação das obras da 2ª e 3ª etapas de Requalificação de Logradouros públicos e a “expulsão” do Programa Monumenta da cidade

Em maio de 2010, prestes a serem iniciadas as obras da 2ª etapa do *Projeto de Requalificação dos Logradouros de Lençóis*, o prefeito convocou uma audiência pública com o propósito de apresentar à comunidade o projeto pela equipe do Monumenta, uma vez que assim estabelece a Lei Orgânica do Município.

Essa primeira audiência foi marcada por cobranças em relação aos considerados equívocos de projeto na Av. Senhor dos Passos, como os quiosques e os elementos em madeira (decks e bancos), que apresentavam, naquele momento, um estado de deterioração bem avançado. A essas questões, segundo consta na ata da audiência, o responsável pelo projeto em Lençóis, Gabriel Gonsalves, respondeu tratar-se de problemas não de projeto, mas de manutenção. Mais adiante, na segunda audiência que seria realizada, Gonsalves reconhece que houve erros de projeto, mas que, justamente por serem de projeto e não de obra, não seria possível a correção.

A ata da reunião é bastante sucinta, mas possibilita vislumbrar o calor das discussões, conforme relatado por alguns participantes. Na primeira audiência, além das críticas às obras na Av. Senhor dos Passos, percebe-se os presentes descontentes com o projeto e questionando sobre a possibilidade de mudança, “se existe condição de mudar alguma coisa no projeto em pauta”. A resposta de Gonsalves é a de que “nós não viemos aqui para impor nada”, a qual acorre o condutor da audiência, Delmar Alves de Araújo, secretário de Turismo de Lençóis,

esclarecendo que “a comunidade valoriza as intervenções que estão sendo feitas, mas querem entender como que elas serão realizadas” (BAHIA, 2010a).

Sobre o projeto, além dos pedidos de alteração, é colocada a “necessidade de não tirar a originalidade das ladeiras de Lençóis”, enfatizado que a mudança das pedras “falseará a pavimentação histórica”, e questionado “sobre as árvores que serão retiradas, sobre os decks que serão colocados e sobre a recuperação da área do Teatro de Arena.” (BAHIA, 2010a).

Apenas uma pessoa manifestou-se favorável ao projeto, segundo consta na ata: “Emiliano Segatto agradeceu e falou que gostou do projeto e que o caminho é esse.” (BAHIA, 2010a).

Diante do insucesso da primeira audiência, uma segunda foi marcada, com maior representação: estiveram presentes alguns vereadores, o padre da cidade e o representante da maçonaria, além de maior número de moradores. A ata da segunda audiência revela uma reunião bem mais tensa que a primeira. Já no início, Delmar Araújo (secretário de Turismo e moderador da audiência) pede aos participantes que “evitassem argumentos emocionais, redundâncias e reações agressivas” (BAHIA, 2010b).

O arquiteto inicia a apresentação do projeto com a afirmação de que

em todos os projetos, a equipe procura conhecer a realidade dos locais para não cometer equívocos. Diz ainda conhecer um pouco da região de Lençóis, e que gostaria que a discussão fosse antes do projeto para que tivesse uma maturação maior, portanto [sic, no entanto] o projeto já foi feito. (BAHIA, 2010b).

Vamos transcrever a ata no referente ao projeto apresentado, para saber quais pontos foram explicitados pelo arquiteto:

Falou da recuperação do desenho que há no chão da Praça das Nagôs, justificando a mudança de desenho que será feita, procurando dar continuidade ao desenho que já havia na cidade. Cita a intervenção que terá no alargamento das calçadas. Em relação às calçadas, ele diz que usará as mesmas pedras, de acordo [com] o calçamento antigo, sendo apenas restauradas as pedras que já estão. Alexandre dá detalhes da intervenção que será feita nos calçamentos, justificando-as em cada rua que terá requalificação. Diz que manterá o eixo central e fará um calçadão na Rua Ruy Barbosa, pensando no fluxo grande de pedestre da cidade. Explica que decidiu optar pela proposta apresentada, pensando na possibilidade da ponte que poderá ser construída na cidade, ligando a rua à balaustrada. Falando da Praça do coreto, disse que foi feito um estudo paisagístico; mantendo o desenho com uma nova interpretação, modificando o canteiro tornando-o mais alto. Disse que foi feito um pequeno nivelamento abaixo das árvores do coreto, proporcionando melhor visão e conforto aos moradores. Na rua da prefeitura se fará apenas uma requalificação. Na rua das Pedras, será feito um calçamento sutil, mudando o tipo de calçamento antigo que não segue um alinhamento dos desenhos. Na Praça Afrânio Peixoto foi colocado um desenho onde terão quatro árvores e bancos, plataformas niveladas abaixo. (BAHIA, 2010b).

Figura 216. Novo padrão de calçamento para os passeios, realizado na Praça do Rosário. Foto da autora, 2014.

Figura 217. Padrão antigo de calçamento dos passeios, junto à Avenida Sete de Setembro. Foto da autora, 2014.

Figura 218. Novo padrão de calçamento executado no Beco da UEFS pelo Programa Monumenta. Foto da autora, 2014.

Figura 219. Exemplo de padrão antigo de calçamento na Rua dos Negros (Rua São Benedito). Foto da autora, 2014.

Figura 220. Exemplo de padrão antigo de calçamento na Rua Afrânio Peixoto. Foto da autora, 2014.

Após essa apresentação, começaram as discussões. Curiosamente, a única pessoa que havia se mostrado a favor do projeto na primeira audiência, passa a questionar os reais motivos da mesma: se era para apresentar o projeto, ou para que as pessoas decidissem sobre ele e opinassem, contemplando, portanto, a possibilidade de mudança. Gabriel Gonsalves responde que “a reunião é para apresentação”, explica que “leu sobre o assunto” e diz que a “audiência pública é para apresentação de projeto” (BAHIA, 2010b).

A impossibilidade de opinar e alterar o projeto parece ter sido uma das coisas que mais incomodou os participantes. Questionou-se “por que a audiência pública não foi convocada antes da assinatura do projeto e por que [a] audiência pública deve ser apenas para apresentação de projeto”, perguntou-se “se o grupo fez pesquisa com a população, se tem o resultado da pesquisa”, “se foi feito [sic] alguma pesquisa com as pessoas”, afirmou-se que “não houve consulta pública” e foi explicitado que não se concordava “com a postura do arquiteto em dizer que o projeto não seria modificado” (BAHIA, 2010b).

A fala de um dos presentes resume o que parecia ser a opinião geral:

deve-se levar em conta o aspecto social, e que deve ter consulta prévia, pois a cidade é histórica e as ações aqui na cidade de Lençóis tem um impacto nacional. Acha que a participação da comunidade é de importância nas decisões. Diz que talvez se houvesse uma consulta à população, seria mais fácil decidir e resolver as questões. Acha que qualquer cidadão tem o direito garantido de participação nas ações coletivas. Parabeniza a atitude da audiência pública; reforça a postura da comunidade de opinar nos processos, e diz que o centro da discussão é manter a estrutura da cidade. Diz que desde que sejam resguardados a caracterização original do calçamento, se for assegurado a originalidade do calçamento, não vê problema na requalificação. [...] Sugere a Delmar que se democratizem mais as decisões sobre os projetos para a cidade, de que todos os instrumentos de formulação de políticas públicas sejam informados à população, e que toda a população seja integrada nas decisões. (BAHIA, 2010b).

Em relação ao projeto, o que mais alarmava os presentes era a mudança “na estrutura da cidade”, que iria “desfazer o trabalho dos garimpeiros”. Muitos colocaram que não entendiam a necessidade daquela obra, pedindo “que se restaure, mas não modifique a estrutura”. Questionava-se, ainda, se a equipe tinha o conhecimento da técnica empregada no calçamento antigo (BAHIA, 2010b).

A esta indagação o arquiteto respondeu defendendo a alteração dos desenhos de piso, esclarecendo que “não pode fazer técnicas que não existem mais [...], mas atualizar, pois o mundo vai modificando” (BAHIA, 2010b).

Segundo a ata da audiência, a reunião é finalizada com Delmar Araújo solicitando que as reclamações e sugestões fossem feitas via ouvidoria da prefeitura, e que “quem representar a comunidade organizada apresente suas opiniões atendendo às exigências administrativas através de documentos” (BAHIA, 2010b).

Gabriel Gonsalves e Eduardo Fucs, em entrevista, dizem ter sido “enxotados” de Lençóis na segunda audiência: “a gente quase apanha. Tinha uma meia dúzia de pessoas que não entendiam *patavinhas* do projeto, e simplesmente, as pessoas execraram a nossa equipe”

(informação verbal).¹²⁵

Nas entrevistas a alguns participantes, foi destacada a irredutibilidade dos técnicos do programa, além de certa arrogância. Quando questionado sobre os bancos da Av. Senhor dos Passos, por exemplo, “o arquiteto falou que aquele banco era a marca dele, que em toda a cidade que ele fazia projeto, colocava aquele banco, e que por isso ele não ia tirar”¹²⁶. A inflexibilidade é confirmada pelo próprio Gabriel Gonsalves ao afirmar que, se “a população não quer, eu pego meus paninhos, boto debaixo do braço e vou embora”. Segundo ele, sua postura não foi apenas defensiva: “toda vez que alguém dava uma pancada, eu batia mais forte; estava com o microfone na mão, então não aliviei” (informação verbal)¹²⁷, frases que remetem a uma verdadeira “batalha” entre os técnicos do Monumenta e os membros da população presentes.

Diante disso, algumas pessoas presentes na audiência se revoltaram e decidiram “entrar com outra ação”, visando modificar o projeto:

O arquiteto se sentiu muito ofendido, foi muita briga porque, [...] acho que era grande o ego dele, ele disse que era impossível fazer qualquer mudança e que já estava aprovado. Se é assim a gente vai ter que entrar com outra ação. E a gente não entrou pra tirar tudo, a nossa proposta foi pontuar. [...] Precisa consertar alguns passeios, rearrumar, tem lugares que tem mais cimento do que devia, deveria limpar, pra realçar a pedra, isso é que pra mim compreendia um projeto e não tirar tudo. (informação verbal).¹²⁸

O projeto proposto

O *Projeto de Requalificação dos Logradouros* – 3ª etapa abrangia a Praça Afrânio Peixoto (Praça do Rosário), Rua Miguel Calmon (rua da Baderna), Rua Almirante Barroso (rua das Pedras), Largo do Tamandaré e becos adjacentes. No geral, era proposto o refazimento do calçamento seguindo o desenho original, introduzindo, porém, novas pedras de granito para compor as linhas mestras dos desenhos. (Figura 221 e Figura 222)

A alteração de maior porte era prevista para a Praça Afrânio Peixoto, que seria totalmente reformulada. A árvore centenária existente, de grande vulto, seria derrubada, e a reconstituição da “massa arbórea” proposta se daria pelo plantio de quatro novas árvores agrupadas, porém de espécie diferente. A praça original, que acompanhava o desnível do terreno, seria reconstruída em patamares “de permanência”, decks em madeira que avançavam sobre o desnível do terreno, formando espécie de “mirantes”.

As lajes de pedra dos passeios seriam substituídas por outras com novo padrão de desenho, a fim de conferir a “unidade projetual” da intervenção.

A 2ª etapa contemplava as mesmas diretrizes para todos os passeios e o refazimento do calçamento das ruas com os desenhos originais. A Praça das Nagôs, Av. Ruy Barbosa, e

125 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves e Eduardo Fucs em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

126 Informação fornecida por Roy Funch em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 11 de dezembro de 2014.

127 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

128 Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 7 de agosto de 2014.

Figura 221. Mapa de localização das Poligonais de trabalho dos Logradouros – 3ª etapa. Fonte: Brasil, 2005a, p. 11, 2005b, p. 11.

Figura 222. Mapa de localização das Poligonais de trabalho dos Logradouros – 2ª etapa. Fonte: Brasil, 2005a, p. 11, 2005b, p. 11.

o Largo da lateral do Correio, teriam a inserção de decks de madeira e metal como “espaços de permanência”. Para a Av. Ruy Barbosa, se propunha uma intervenção muito similar à da Av. Senhor do Passos: remoção da vegetação existente e plantio de nova, alargamento do passeio, proposição de uma faixa de estacionamento de veículos e colocação de deck junto ao passeio, em apenas uma das laterais. As duas mãos atualmente existentes seriam substituídas por uma única, de duplo sentido de circulação.

A Praça do Coreto teria um dos canteiros removidos para permitir “uma digna visão do Teatro de Arena” (BRASIL, 2005b, p. 82). Seria reconstruída com patamares em níveis, e a vegetação seria substituída.

Os trâmites para barrar o projeto

a. A carta ao governador enviada por membros do antigo MCC

Após ter conhecimento do projeto por meio da audiência, algumas pessoas buscaram se articular para suspendê-lo, ou então, alterá-lo. Heraldo Barbosa Filho conta que saiu da reunião arrasado, que todo o trabalho do tombamento iria “pelo ralo” caso a obra fosse executada, e que ele teria que fazer alguma coisa (informação verbal)¹²⁹. Preparou, então, uma carta endereçada ao governador Jaques Wagner, solicitando a intervenção do mesmo “para a revisão do Projeto, que segue a tendência de city marketing (entendido como a aceleração da taxa de transformação de certas localidades)” (BARBOSA FILHO; BARBOSA; ROLA 2010)¹³⁰. Alegava que o projeto não lhes parecia

ter legitimidade, tanto do ponto de vista técnico, por desrespeito à história, à pluralidade das ações dos construtores da Cidade e sua bela, nobre e rara estrutura, e consequente desvirtuamento do tombamento, quanto do próprio procedimento, pois não houve consulta à população de forma adequada. (BARBOSA FILHO; BARBOSA; ROLA 2010).

Rilza Ribeiro Rola, que assim como Heraldo Barbosa Filho, havia sido do movimento pelo tombamento da cidade, sentia que todo o trabalho se perderia com o projeto proposto e estava disposta a continuar, por outros meios, a reivindicação de contenção das obras, caso elas fossem iniciadas:

O arquiteto fez do jeito que ele achava que a cidade ia ficar linda, bonita, mas ia perder toda a nossa história, então pra que que a gente fez, lá na década de 70, todo o trabalho do tombamento?

[...] eu tinha decidido, se isso não desse certo, ia acampar no meio da praça. Fazer um movimento, ia chamar imprensa, fazer qualquer coisa, mas eu ia tentar impedir das formas que eu tinha. Se isso não acontecesse. Senão, não valeria a pena o trabalho de 70. Foi um trabalho de muita doação, numa época que ninguém fazia, sem dinheiro, a população se envolveu. Como é que eu ia permitir isso? Pra mim era uma inconsequência. (informação verbal)¹³¹

¹²⁹ Informação fornecida por Heraldo Barbosa Filho em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 8 de dezembro de 2014.

¹³⁰ Carta ao governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, assinada por Heraldo Barbosa Filho, Rená Rola Barbosa e Rilza Ribeiro Rola. Cópia fornecida à autora por Heraldo Barbosa Filho no dia 11 de dezembro de 2014. A carta está reproduzida no Anexo B.

¹³¹ Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

Na carta enviada ao governador, era mencionado todo o movimento em prol do tombamento da cidade, o apoio dado pela prefeitura na época, e eram ressaltadas várias passagens do parecer elaborado por Pedro Calmon, principalmente as que faziam alusão ao calçamento.

Contrapondo conceitos do projeto proposto para Lençóis, ao texto de divulgação do Programa Monumenta, classifica-se o projeto como “inacreditável”, “famigerado”. Na visão dos assinantes da carta, os conceitos do projeto – padronização da pavimentação, dos passeios e do mobiliário urbano – iam contra as definições do próprio programa, que valorizava a “pluralidade étnica, cultural e histórica” do país. Criticava-se fortemente, também, a introdução de elementos contemporâneos em madeira e estrutura metálica, uma das “soluções mais marcantes paisagística e morfologicamente”, segundo as definições contidas no projeto (BARBOSA FILHO; BARBOSA; ROLA 2010).

Também eram tecidas críticas à intervenção precedente, na Av. Senhor dos Passos, sob o título de “desfiguração da cidade”, alegando que “para quem conhece a história da Cidade e o resultado das intervenções anteriores, esta terceira fase é preocupante”, assim descrita:

A “requalificação urbana” da Avenida Senhor dos Passos resultou em erradicação de árvores antigas, construção de calçada com altura insuficiente, substituição de calçamento e construção de um deck de madeira ao seu final, totalmente desapropriado para a Cidade, estando já em adiantado estado de deterioração! (BARBOSA FILHO; BARBOSA; ROLA 2010).

Comparava-se a afirmação do relatório do projeto, de que “antes da intervenção realizada pelo Programa Monumenta a Avenida Senhor dos Passos carecia de espaços de permanência, de percurso pedonal e de lazer”, para se contrapor ao resultado: “Não é o que consta, com a falta de sombra e a elevação da temperatura ambiente” (BARBOSA FILHO; BARBOSA; ROLA 2010).

Apesar de várias pessoas terem colocado essas críticas ao projeto na audiência, apenas três pessoas assinaram a carta, todas elas participantes do movimento pelo tombamento: Heraldo Barbosa Filho, Rilza Ribeiro Rola e Rená Rola Barbosa.

Para alguns, o fato de apenas três terem endossado a carta, fortalece a afirmativa de que essa reivindicação era, na verdade, de cunho partidário. Um morador da cidade que entrevistamos¹³², afirmou que o que moveu Heraldo Barbosa Filho a barrar o projeto foram questões políticas: “Heraldo era contra o prefeito, e não queria que a obra saísse, queria desqualificá-lo. Ele levou pra audiência algumas pessoas de fora, recém-chegadas na cidade, que ele sabia que iam ser contra e fazer barulho” (informação verbal).¹³³

Do outro lado, as pessoas que eram contra o projeto também afirmam que a audiência pública foi pouco divulgada, e de que o prefeito na época, que era a favor do projeto, teria chamado para a audiência apenas pessoas favoráveis:

¹³² Trata-se de Jânio Azevedo, que concorreu ao cargo de prefeito nas últimas eleições, competindo tanto com o grupo político de Heraldo Barbosa Filho quanto de Marcos Alves de Araújo, até então prefeito.

¹³³ Informação fornecida Jânio Azevedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 10 de dezembro de 2014.

Pra audiência pública, ele não chamou a comunidade, foi uma audiência pública com as pessoas do lado dele, pra aprovar. Quando a população tomou conta, que viu o projeto, aí ela se manifestou. (informação pessoal).¹³⁴

A carta ao governador foi entregue pessoalmente, por Rilza Ribeiro Rola, que também fez com que ela chegasse nas mãos do ministro da Cultura:

Eu pessoalmente entreguei a carta ao governador. Como eu conheço de outras épocas, [...] essas coisas facilitaram. E a gente tinha uma pessoa que era secretária de Juca [Ferreira], que era secretário de Cultura. Como Juca conhecia, e Juca veio muito aqui, e participava de um processo¹³⁵, então ele sabia o que a gente estava falando. Por isso, eu acredito, que a gente conseguiu. Ao mesmo tempo [em] que ela foi entregue ao governador, foi entregue ao ministro. A gente conseguiu. O universo providencia, né?¹³⁶

A resposta a esta carta, do diretor-geral do IPAC, encaminhada ao secretário de Cultura do Estado da Bahia, e que tinha o intuito de relatar sobre a correspondência de “Rená Rola e outros [...] protocolada no Gabinete do Governador”, mencionava o abaixo-assinado entregue pelo prefeito Marcos Airton Alves de Araújo, descrevendo que contava “com cerca de 290 assinaturas e manifestações de vereadores, Loja Maçônica, Secretários Municipais e outros”.¹³⁷

É interessante notar que essa carta menciona uma reunião realizada entre a equipe do IPAC e a coordenação da UEP Monumenta, na qual esta afirma que houve “uma grande confusão nas críticas, misturando as três etapas¹³⁸” e que “a 2ª etapa dependeria de uma avaliação mais cuidadosa do estado de conservação das vias, o que seria feito durante viagem do Diretor Geral à cidade, no início de junho”.¹³⁹ Ou seja, Gabriel Gonsalves, que havia afirmado nas audiências que o projeto estava pronto e que não seria mudado, parece ter relativizado a real necessidade da obra nessa reunião com a equipe do IPAC.

Nesse ofício, também é citado que o IPAC teria informado à Rilza Ribeiro Rola que iria “atender a demanda pela substituição dos bancos projetados por outros mais confortáveis”¹⁴⁰, referindo-se aos bancos em madeira implantados na Av. Senhor dos Passos, em uma solicitação informal que Rilza teria feito por causa de seu encontro com o diretor do IPAC em uma reunião em Lençóis.

Rilza Ribeiro Rola reconhece que há moradores que atribuem a suspensão do projeto a questões partidárias, mas afirma que sua luta era independente:

134 Informação fornecida por Roy Funch em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

135 Rilza Ribeiro Rola foi uma das fundadoras do Movimento SOS Chapada, em prol da preservação ambiental da Chapada Diamantina, do qual Juca Ferreira fazia parte.

136 Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

137 IPAC. Ofício OF. GAB. n. 504/2010, de 28 de junho de 2010, enviado pelo diretor-geral do IPAC, Frederico A. R. C. Mendonça, ao secretário de Cultura do Estado da Bahia, Márcio Meirelles. Cópia cedida por Heraldo Barbosa Filho. (Anexo C)

138 A 3ª etapa estava em execução e se referia à reforma da Praça do Rosário, rua da Baderna (Miguel Calmon), rua das Pedras e becos adjacentes. A 2ª etapa compreendia as avenidas Ruy Barbosa, Sete de Setembro e todas as ruas adjacentes, até o Teatro de Arena. Esse foi o projeto apresentado nas duas audiências públicas realizadas em Lençóis. Com a suspensão da 2ª etapa, a 3ª foi parcialmente concluída, realizada apenas na Praça do Rosário.

139 IPAC. Ofício OF. GAB. n. 504/2010, de 28 de junho de 2010, enviado pelo diretor-geral do IPAC, Frederico A. R. C. Mendonça, ao secretário de Cultura do Estado da Bahia, Márcio Meirelles. Cópia cedida por Heraldo Barbosa Filho.

140 IPAC. Ofício OF. GAB. n. 504/2010, de 28 de junho de 2010, enviado pelo diretor-geral do IPAC, Frederico A. R. C. Mendonça, ao secretário de Cultura do Estado da Bahia, Márcio Meirelles. Cópia cedida por Heraldo Barbosa Filho.

entra uma questão de política partidária da cidade, tem um grupo que estava no poder na época, e aí a compreensão é curta, parece que você está contra a administração. A administração não tem compreensão do que é isso. Pra mim, independe de quem esteja no poder; se estiver fazendo certo, eu aplaudo, se estiver fazendo errado, eu vou puxar a orelha. (informação verbal).¹⁴¹

As obras foram suspensas após “vistorias e discussões entre a Unidade Executora do Projeto/UEP Monumenta e a equipe técnica do IPAC”, que a consideraram “inadequadas”.¹⁴²

Isso rendeu a Rilza Ribeiro Rola uma má fama na cidade, demonstrando que muitas pessoas eram ou a favor do projeto, ou da verba:

A população queria me linchar, “aquela ali foi a responsável por não vir os dois milhões pra Lençóis”, e não está preocupada com essas questões, está preocupada com o dinheiro. Nossa sorte é que três meses depois ele [o prefeito] foi encarcerado¹⁴³. Aí a população falou: “opa!” a população percebeu. (informação pessoal).¹⁴⁴

b. A carta de Roy Funch ao BID

Além da iniciativa de Heraldo, Rilza e Rená, outra ação foi feita para a suspensão do projeto. Roy Funch, através de um amigo em comum, conseguiu o contato de um funcionário do BID em Washington¹⁴⁵, e enviou uma carta explicitando os acontecimentos e pedindo a intervenção do BID para a revisão do projeto. Esta carta está reproduzida na íntegra no Anexo E deste trabalho.

Para os coordenadores do Monumenta em Lençóis, isso chamou muito a atenção: “fizeram uma denúncia em Washington dizendo que nós estávamos barbarizando na cidade, chegou ao ponto de dizer, praticamente estava quase dizendo que a gente ia asfaltar a cidade.” (informação verbal).¹⁴⁶

Roy Funch diz que sua carta circulou pela cidade. “Eu andava pela rua e via as pessoas com a carta na mão, lendo. Eu acho que foi pelo próprio Monumenta que ela ‘vazou’, pois eu só enviei ao BID, ninguém tinha conhecimento”¹⁴⁷. Por esse motivo, ele foi demitido do cargo de secretário do Meio Ambiente que ocupava na prefeitura.

Funch relata que o prefeito já havia feito um abaixo-assinado em favor da obra, e que obrigara todos os funcionários da prefeitura a assinar. “Eu tive que assinar pra não perder meu emprego”¹⁴⁸. Diante disso, sem que ninguém a princípio soubesse, Funch enviou a carta ao BID.

¹⁴¹ Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

¹⁴² IPAC. Ofício OF. GAB. nº 505/2010, de 28 de junho de 2010, enviado pelo diretor-geral do IPAC, Frederico A. R. C. Mendonça, ao presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, com cópia para o superintendente do IPHAN na Bahia, Carlos Amorim, e Marcos Airtton Alves de Araújo, prefeito de Lençóis. Cópia cedida por Heraldo Barbosa Filho. (Anexo D)

¹⁴³ O prefeito Marcos Airtton Alves de Araújo foi preso pela Polícia Federal, pela operação Carcará, por desvio de verbas federais e fraudes em licitações, destinadas à compra de merenda escolar, medicamentos e realização de obras públicas.

¹⁴⁴ Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

¹⁴⁵ Trata-se de Pablo Bachelet, assessor de comunicação do BID.

¹⁴⁶ Informação fornecida por Eduardo Fucs em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 7 de agosto de 2014.

¹⁴⁷ Informação fornecida por Roy Funch em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 11 de dezembro de 2014.

¹⁴⁸ Informação fornecida por Roy Funch em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 11 de dezembro de 2014.

Na carta, os procedimentos de implantação dos projetos pelo Monumenta são destacados como autoritários; a participação da comunidade nas decisões, nula; as diretrizes projetuais “modernas demais” e sem relação com a história local; e as decisões sobre onde investir, equivocadas (FUNCH, 2010)¹⁴⁹. Vejamos como esses conceitos foram postos por Funch ao longo do documento.

Funch inicia a carta descrevendo sucintamente o histórico de Lençóis, afirmando que a pobreza conservou seus edifícios inalterados, e situando as ações de preservação, referindo-se à criação do Parque Nacional como o responsável pelo florescimento do turismo: “A cidade foi declarada Sítio Histórico Nacional em 1973 e, com a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina em 1985, o turismo criou raízes e floresceu.”¹⁵⁰. Descreve esse turismo como de cunho local, sem a ação de “grandes fomentadores” (FUNCH, 2010, tradução nossa).

Passa então a falar das ações do BID, introduzindo o problema. Descreve as primeiras ações como “bem feitas e bem-vindas” (obras do Mercado Público Municipal, ponte e antiga sede da prefeitura), mas alega que depois “eles mudaram a marcha, e os projetos (e o que se suspeita, o dinheiro envolvido) tornaram-se mais importantes que a cidade histórica em si. (FUNCH, 2010, tradução nossa).¹⁵¹

Funch menciona a obra realizada na Av. Senhor dos Passos como o precedente que deixou a população insatisfeita. Os aspectos que destaca são os mesmos criticados pelos moradores que entrevistamos e os constantes na carta enviada ao governador do estado pelos antigos membros do MCC, a remoção das árvores e transformação da avenida em um local árido:

A próxima fase do projeto pegou um bulevar rústico, bem sombreado e o transformou em um trecho moderno e aberto, queimado pelo sol, que não tem a menor relação com a história ou arquitetura de nossa cidade – ao custo de US\$500,000.

[...] a comunidade ficou extremamente revoltada porque as antigas árvores que davam sombra foram substituídas por arbustos nativos mirrados, conhecidos por não produzirem quase nenhuma sombra (e por abrigarem lagartas!?). Esses arbustos foram substituídos apenas quando todos eles morreram (nunca tendo se recuperado dos efeitos de seus brutos transplantes) (FUNCH, 2010, tradução nossa).¹⁵²

E a não participação da comunidade nas decisões:

Quando a avenida principal foi recriada há mais de dois anos, o coordenador do BID Monumenta nem mesmo apresentou o projeto à cidade antes de começar os trabalhos (muito menos consultou a comunidade na fase de planejamento).

[...] Esse é o foco da nossa reclamação mais chocante: houve nenhuma, repito, zero

149 Cópia cedida por Roy Funch.

150 “The town was declared a National Historical Site in 1973 and, with the creation of the Chapada Diamantina National Park in 1985, tourism took root and flourished.”

151 “they shifted gears, and the projects (and one must suspect, the money involved) became more important than the historical town itself.”

152 “The next phase of the project took a rustic, well-shaded old city boulevard and turned it into a sun-scorched wide-open modern stretch that has not the slightest relation to our town’s history or architecture - at the cost of US\$500,000. [...] the community was extremely upset that the old shade trees had been replaced by large scrawny local shrubs known to produce almost no shade (and to harbor rather large caterpillars!?). These shrubs were replaced only when they all died (never having recovered from the effects of their crude transplanting).”

consulta prévia à comunidade para entender e incorporar suas visões, opiniões, sugestões ou desejos em relação a esses projetos.

[...] Duas reuniões públicas realizadas no início desse mês foram apenas para apresentar o projeto de reforma do centro da cidade – mas não houve nenhuma intenção de discuti-lo, muito menos alterá-lo. O arquiteto que encabeçou o projeto foi muito claro nesse ponto. Era o projeto dele e não seria alterado. [...]

O coordenador do projeto no início assumiu a postura de que nós teríamos que aceitar o projeto como ele era, ou ele o colocaria embaixo do braço e iria embora [...] (FUNCH, 2010, tradução nossa).¹⁵³

Em relação ao novo projeto (2ª e 3ª etapas da requalificação dos logradouros), Funch (2010) enfatiza a remoção de toda a pavimentação das ruas e reassentamento, porém com uso de pedras novas; a substituição de lajes de pedra dos passeios por novos padrões; o uso indiscriminado de madeira em decks e em bancos quadrados; uso de lâmpadas halógenas modernas, “numa cidade que tem como marca os antigos lampiões a óleo”.

Os planos abrangem a remoção de pedras originais de mais de 100 anos (tamanho de punho, irregulares, arenitos duros) e desenho de escama de peixe (feitos com macadame de pedras irregulares) e, então, sua reorganização de forma plana e perfeita, mas fazendo uso de novas pedras de granito de macadame para refazer o desenho original. Eles também vão substituir ruas completas de pedras de macadame por pedras do tamanho de punho [“cabeça de nego”] dispostas em um “falso histórico”. (FUNCH, 2010, tradução nossa).¹⁵⁴

Além disso, Funch destaca o uso de uma espécie de chantagem por parte do coordenador do Monumenta para que o projeto fosse aceito, em que dizia que a não aceitação do projeto estaria tirando empregos da cidade:

E o ruim ficou pior, quando o coordenador do BID Monumenta na Bahia transformou a questão em uma prova de fogo de lealdade, criando uma situação desconfortável e extremamente polarizada, em que ou você está a favor do projeto dele, ou você quer negar emprego à população carente. A preservação histórica e o direito da comunidade de ser consultada não são mais problemas, uma vez que as discussões sobre o projeto tornaram-se um teste de lealdade a favor ou contra os trabalhadores pobres. (FUNCH, 2010, tradução nossa).¹⁵⁵

Por último, destacamos algumas colocações na carta que questionam a atuação do

153 “When the main boulevard was being re-created 2+ years ago, the coordinator of BID-Monumenta never even presented the project to the town before starting work (much less ever consulted the community in the planning phase). [...] That is the focus of our most shocking complaint: there was no, I repeat, zero, previous consultation of the community to understand and incorporate their views, opinions, suggestions, or desires into these projects. [...] Two public meetings held earlier this month were only to present the project reforming the city center - but there was never any intention of discussing it, and even less of altering it. The head architect was very clear on that point. It was his project and it would not be altered [...]”
The project coordinator at first assumed the stance that we had to accept the project as it was, or he would put it under his arm and walk away [...]

154 “The plans call for the removal of the original 100+ year old stones (fist-sized, irregular, hard sandstone) and fish-bone designs (made with rectangular cobble-stones) and then re-laying them nice and flat and perfect - but using new granite cobblestones to make the original designs stand out. They will also replace full cobble-stone streets with the fist-sized rocks in a display of “false-history”.

155 “And bad has gotten worse, as the coordinator of the BID-Monumenta program in Bahia has turned the argument into a litmus-test of loyalty, creating a very uncomfortable and extremely polarized situation in which either you are in favor of his project, or you want to deny the local poor people a job. Historical preservation and the right of the community to be consulted are no longer issues as discussions about the project have turned into a loyalty test for or against the poor workers.”

IPHAN na cidade, e colocam as ações de preservação como contraditórias, bem como a falta de percepção para com as demandas locais de investimento:

Não é que não haja necessidade de reformas reais na cidade. Todos imediatamente apontaram a necessidade de instalação de linhas de energia elétrica subterrâneas no centro velho da cidade. Entendo que os fundos eram destinados para trabalhos de conservação histórica, mas uma grande porção de ruas da cidade não está totalmente pavimentada e, para muitas pessoas parece sem sentido que se arranque o que está bem colocado (e tem um forte valor histórico) e se recoloque exatamente como estava.

Cerca de 12 anos atrás, a câmara municipal requereu ao IPHAN (a agência histórica federal mais importante) que permitisse à cidade colocar uma lombada na velha avenida para evitar acidentes de carro, como o que aleijou um de seus membros. O pedido foi negado pelo IPHAN baseado no argumento de que não havia lombada quando a cidade foi declarada um monumento histórico, e nesse caso, não poderia haver tal intervenção agora – e, então, dois anos atrás o BID-Monumenta arrancou o bulevar inteiro e o refez em sua própria moderníssima imagem.

Quando as tubulações de esgoto foram instaladas na cidade toda, há cinco anos, o IPHAN não permitiu à companhia de serviço público mexer no pavimento histórico do centro velho, então as tubulações novas não foram instaladas; mas agora, eles vão permitir que o centro histórico inteiro seja descascado e então repavimentado (sem provisão de modernizar as galerias antigas de pedra de drenagem subterrânea/esgotos). Você poderia justificar o refazimento de uma estrada romana ou de um pátio medieval para fazê-los “o mesmo, porém melhor”?

A lista de “afrontas” continua. Fundos sendo gastos naquilo que eram, outrora, projetos proibidos, e restaurações necessárias sendo substituídas por grandes renovações que vão reescrever (e não preservar) a história local; projetos mais valiosos (que a população inteira aplaudiria) são ignorados. (FUNCH, 2010, tradução nossa).¹⁵⁶

Nota-se que Funch refere-se basicamente aos problemas de gestão, ou seja, quais imóveis são eleitos para receberem recursos e quais são relegados, apontando que essa questão é ainda contraditória dentro do próprio órgão de preservação. (Figura 223 e Figura 224)

Tivemos acesso a essa carta quando já estávamos finalizando o capítulo, em dezembro de 2014, o que foi uma boa surpresa, uma vez que ela resume muitas das constatações que obtivemos ao analisar a recepção das ações do Monumenta pela população e os conflitos gerados.

156 “It is not as if there is no need for real reforms in the town. Everyone immediately pointed out the necessity of putting the power lines in the old city center underground. I understand that the funds were earmarked to be used for historical conservation works, but a large portion of the town’s streets are not paved at all, and it seems to many people of little sense to tear up what already is quite well in place (and has a strong historical value) and lay it back down again “exactly” as it was. About 12 years ago the city council petitioned IPHAN (the top federal historical agency) to allow the city put a speed bump in the old boulevard to avoid car accidents such as the one that crippled one of their members. The request was denied by IPHAN based on the argument that that there was no speed-bump when the town was declared a historical monument and so there could be no such intervention now - and then two years ago BID-Monumenta uprooted the entire boulevard and redid it in their own very modern image. When sewer lines were installed in the entire town about 5 years ago, IPHAN did not permit the public service company to disturb the historical pavement in the old town center, so new sewers were not laid - but now they will allow the entire historic center to be stripped and then re-paved (with no provision to modernize the underlying old stone drainage/sewer galleries). Could you justify “re-doing” a Roman road or a medieval courtyard to make them “the same, only better”? The list of “grievances” goes on. Funds being spent for what were formerly prohibited projects, and needed restorations are being substituted by major overhauls that will re-write (not preserve) local history; more worthy projects (which the entire population would applaud) are ignored.”

Figura 223. Mapa mostrando as áreas carentes de infraestrutura urbana (pavimentação, esgoto e limpeza urbana) em Lençóis.
 Fonte: Brasil, 2001b, p. 21.

3.4. Formas de resistência da cultura lençoense e a ausência do IPHAN como mediador e defensor da cultura

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com dois acontecimentos que chamaram a atenção em relação à forma como as demandas culturais locais estavam sendo atendidas ou não pelo IPHAN. Nos dois casos, instauraram-se conflitos envolvendo a igreja, na figura do padre local, a SUM e a população.

Já mostramos no capítulo 2 (item 2.4, p. 209) como, diante de uma crise vivida pela proibição da atividade do garimpo nas serras de Lençóis, a SUM acorreu à sua representatividade cultural como forma de reivindicação dessa atividade, ainda que de forma negociada com os órgãos ambientais.

Diante de um dos acontecimentos que vamos relatar, a SUM mais uma vez sentiu a “cultura garimpeira” ameaçada, e é a defesa da tradição que será reivindicada. Dessa vez, ainda mais evidente que na década de 1990, acorreram junto à SUM pessoas de origens diversas, não apenas garimpeiros ou seus filhos e netos. Diversas pessoas que não são da SUM saíram em defesa de uma tradição, representada pela SUM, mas que também as representa.

Esses acontecimentos referem-se às alterações na Festa de Nosso Senhor dos Passos, pelo padre local, e à ocupação do Teatro de Arena, também pelo padre, destituindo um espaço tradicionalmente público da cidade de Lençóis.

3.4.1. *Amo Lençóis e defendo suas tradições* – a SUM e a luta pela Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos

No início do ano de 2014, um grupo de moradores de Lençóis saiu às ruas portando cartazes e adesivos colados nas roupas com os dizeres “Amo Lençóis e defendo as suas tradições!”. Ambos traziam a mesma imagem, um desenho de um garimpeiro sobre fundo amarelo, vestindo calça curta e chapéu, com uma bateia nas mãos, dentro de um curso d’água, e uma foto de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos carregando sua cruz, com a legenda “Senhor dos Passos Padroeiro dos Garimpeiros”. Havia ainda na imagem o logotipo da SUM, duas mãos entrelaçadas em um gesto de cooperação e acordo. (Figura 225)

O grupo se reuniu na frente da sede da SUM, desceu a Av. Sete de Setembro, passou pela Praça Horácio de Matos e pela Praça das Nagôs, e dirigiu-se, pela Rua do Rosário, para defronte da igreja de mesmo nome, ao lado da qual está situada a casa paroquial. Entoaram durante todo o trajeto o grito “o povo na rua, ô padre a culpa é sua”¹⁵⁷.

¹⁵⁷ Diversas páginas publicaram um vídeo da manifestação, entre elas, a G1 (de O Globo): Grupo pede saída de padre durante manifestação na Bahia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/01/grupo-pede-saida-de-padre-durante-manifestacao-na-bahia-veja-video.html>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

Figura 225. Adesivo usado na manifestação contra o pároco local, a favor da preservação das tradições da SUM. Fonte: Arquivo da autora, 2014.

Nos dias anteriores, havia sido distribuído um folheto pela cidade trazendo o mesmo título dos cartazes e do adesivo, uma espécie de convocação da comunidade para a luta da SUM:

Figura 226. Folheto distribuído à comunidade pela Sociedade União dos Mineiros. Fonte: Sociedade União dos Mineiros, 2014.

Como dizia o texto do folheto, a Festa em louvor a Nosso Senhor dos Passos¹⁵⁸ é uma festa tradicionalmente organizada pela SUM. A Igreja de Senhor dos Passos foi durante muito tempo apenas uma capela, mantida pelos sócios da SUM, que até hoje são responsáveis pelo pagamento mensal de pessoa para limpar a igreja, cuidar das vestes e dos cabelos do santo. Assim como o padre, a SUM possui uma chave da igreja.

A importância da festa para a cidade pode ser dimensionada pelo texto a seguir:

Festa nenhuma em Lençóis pode igualar aos festejos em louvor ao Senhor dos Passos, organizados [sic] pelos Garimpeiros. Basta dizer que, ainda não terminaram as comemorações, já estão pensando como organizarão [sic] no ano vindouro a festa do seu Patrono. Os garimpeiros sentem satisfação e júbilos nestes dias. Nas suas fisionomias nota-se a fé, acompanhada de alegria, alegria esta motivada em poderem celebrar com pompa os dias 1 e 2 de Fevereiro, consagrados a Senhor dos Passos. Nestes dias, garimpeiro nenhum fica na serra. Todos eles descem, vem à cidade enfeitá-la e enchê-la de ruído e contentamento. E então, ruas e Igreja como por um encanto se transformam. As ruas engalanadas parecem sorrir com os Garimpeiros. A Igreja de Senhor dos Passos, toma logo um aspecto festivo. Os altares são ornamentados com esmero. Há fulgores em todas as partes e alegrias em todos os corações. (NOTÍCIAS DE MAMAPE, 1943, p. 2).

Mesmo nos anos mais difíceis, a festa não deixava de acontecer:

Não obstante as vicissitudes da crise oriunda da baixa do principal produto da Zona, da sua patente escassez pela falta de grande número de garimpeiros que iludidos foram para Piauí, pela seca inclemente, e a alarmante alta de preços de tudo, mesmo assim, a fé religiosa do povo de Lençóis, não quedou, pois no dia 2 de Fevereiro do corrente foi realizada com brilhantismo que excedeu a nossa expectativa, a festa em louvor ao Senhor Bom Jesus dos Passos, promovida como de sempre pela Sociedade “União dos Mineiros” que O tem como seu Divino Patrono. (FESTA..., 1947, p. 4).¹⁵⁹

A Festa de Senhor dos Passos constitui-se em uma novena e mescla elementos pagãos e religiosos. Tem início no dia 24 de janeiro e estende-se por nove dias, quando são feitas as novenas, finalizando no dia 2 de fevereiro, comemorado em Lençóis como o dia de Senhor dos Passos¹⁶⁰. Após a missa de cada um dos nove dias, são comemoradas com música, dança, comida e bebida, as *noites*, que vão até as *alvoradas*. Cada noite é dedicada a um grupo da sociedade: noite das crianças, das moças, das casadas, dos funcionários, do movimento comunitário, dos negociantes, dos fazendeiros, dos artistas (alfaiates, barbeiros, ferreiros, artesãos), e a última noite, dos garimpeiros (GONÇALVES, 1984, p. 193).

Essa é uma das dimensões variáveis da festa e que incorpora as mudanças na sociedade; a sequência de noites anteriormente apresentadas é do início da década de 1980. Nota-se que o “movimento comunitário” (MCC), que ainda existia, tinha uma noite dedicada a ele.

158 Recomenda-se a consulta ao trabalho de Maria Salete Petroni de Castro Gonçalves, *Garimpo, devoção e festa em Lençóis*, BA. São Paulo: Escola de Folclore, 1984. A autora faz uma rica descrição da Festa ao Senhor Bom Jesus dos Passos na p. 193.

159 A baixa da produção do diamante e carbonado e a alta dos preços se devem ao término da Segunda Guerra, durante a qual Lençóis viveu um período de bonança pelos bons preços desses produtos no mercado internacional.

160 Em Lençóis comemora-se no dia da chegada do santo na cidade, em 1852. Contam os moradores que a imagem veio de Portugal, em navio, entrou pelo rio Paraguassu de barco e foi levada até Andaraí. De lá, foi carregada até Lençóis pelos garimpeiros. Duas imagens vieram no mesmo “carregamento”, uma no tamanho natural de um homem médio, e outra menor. A menor iria para Lençóis e a maior ficaria em Feira de Santana. Por descuido (ou milagres, como preferem atribuir os moradores), a imagem maior foi para Lençóis.

Em 1942, a penúltima noite foi dos “músicos e soldados” (FESTA..., 1942a, p. 1), tendo havido também neste ano a novena “dos negociantes” (FESTA..., 1942b, p. 1). No ano de 1944, a sequência de novenas seria: das crianças, das moças, das casadas, dos empregados do comércio, dos negociantes, dos artistas, dos compradores de diamantes, da Filarmônica Lyra Popular e dos garimpeiros (FESTEJOS..., 1943, p. 2). Em 1949, uma das noites foi “dos bancários” (NOVENAS..., 1949, p. 6), e provavelmente, coincida com a época da abertura da agência do Banco do Brasil na cidade. Em 1999, a sequência foi: crianças, jovens, casais, funcionários, filarmônica, aposentados, comerciantes, artistas e garimpeiros. Nota-se que as noites das “moças” e das “casadas” transformou-se em dos “jovens” e dos “casais” (BAHIA, 1999).

As *alvoradas* constituem-se no encerramento de cada noite ou novena; é feita uma passeata pela cidade “aos sons estridentes do repicar dos sinos, aos estalidos dos foguetes do ar, e dos maviosos acordes da Lyra Popular” (FESTA..., 1947, p. 4), que termina nas portas da Igreja Senhor dos Passos. A presença da Filarmônica Lyra Popular é constante durante toda a festa, principalmente nas *alvoradas* e nas missas. Tanto na noite quanto na *alvorada* dos Garimpeiros, no último dia, ocorre o auge da festa:

As novenas que começaram no dia 24 de Janeiro foram todas bem solenizadas pelos seus dignos mordomos, com especialidade a última, a Noite dos Garimpeiros, que então foi esplêndida, pois a passeata da madrugada, traz às ruas da Cidade, toda a sua população, a ostentar alegremente as simbólicas bandeirinhas. (FESTA..., 1947, p. 4).

A abertura da festa ocorre no dia 24 de janeiro¹⁶¹ com uma lavagem das escadarias pelas baianas, com flores e água de cheiro. A lavagem pelas baianas é relativamente recente¹⁶², e logo que foi instaurada, ela acontecia como preparativo para a festa: a lavagem era feita dentro e fora da igreja. Há alguns anos, o pároco proibiu a lavagem; mesmo assim ela é feita, na parte da fora, embora com as portas da igreja fechadas. O evento é acompanhado pela apresentação da Filarmônica Lyra Popular. Após a lavagem, o grupo de capoeira da cidade, Grupo Estiva, faz uma roda no adro da igreja.

Na tarde do dia 2 de fevereiro é feita uma procissão que mantém um trajeto mais ou menos fixo, como o de 1946:

Saindo da sua Capela o andor passará pela Praça Aureliano Sá, entrando na rua José Florêncio, subindo a rua Francisco de Melo passando pela frente da Igreja do Rosário, entrando na Travessa Manoel Alcântara, descendo pela rua 11 de Março, voltando o Jardim da Praça 24 de Outubro descendo pela Avenida 7 de Setembro, voltando a Praça Horácio de Matos, subindo novamente a Avenida 7 entrando na rua Miguel Colmom [sic] entrando pela rua do Papagaio saindo pela rua da Maçonaria na rua José Florêncio e daí para a Capela. (FESTA..., 1946, p. 1).

¹⁶¹ Encontramos menção à lavagem também no dia 22 de janeiro, como preparativo para o início, que seria dia 24 (BAHIA, 1988).

¹⁶² Encontramos periódicos da década de 1980 que já anunciavam a lavagem.

Figura 227. Procissão da festa em louvor a Senhor Bom Jesus dos Passos. Os membros da SUM, com opa roxa, estão ao redor do andor. Fonte: Diamante bruto, 1977.

Figura 228. Garimpeiros carregando a onça na alvorada dos garimpeiros. Fonte: Diamante Bruto, 1977.

Figura 229. Baianas saindo para lavagem da igreja de Senhor dos Passos. Autor: Calil Neto, 2010. Fonte: arquivo do autor.

Figura 230. Grupo de Reisado no dia da lavagem da igreja de Senhor dos Passos. Autor: Calil Neto, 2009. Fonte: arquivo do autor.

Figura 231. Grupo de marujada em direção à igreja de Senhor dos Passos no dia da lavagem. Autor: Calil Neto, 2009. Fonte: arquivo do autor.

Figura 232. Grupo de Capoeira no dia da lavagem da igreja de Senhor dos Passos. O grupo faz a roda no adro da igreja, ao lado do cruzeiro, após a lavagem. Autor: Tom Alves, 2014. Fonte: arquivo do autor.

Os conflitos com o pároco local já haviam se iniciado há alguns anos, quando ele proibiu a lavagem da igreja, por exemplo. Mas o estopim para o descontentamento da SUM deu-se em 2014, quando ele a excluiu da organização da festa e fez algumas mudanças: atribuiu o último dia do novenário aos “garimpeiros e turistas”; proibiu os garimpeiros de abrirem a procissão, como tradicionalmente faziam, situando-se em frente ao andor, e os ordenou que ficassem no final da procissão; não dobrou os sinos na *alvorada* dos garimpeiros (informação verbal)¹⁶³, também uma tradição da festa, e proibiu que os garimpeiros carregassem a “onça” na passeata da alvorada (informação verbal)¹⁶⁴. Também criou conflitos com a Filarmônica Lyra Popular, sociedade “irmã” da SUM, ao exigir que ela tocasse gratuitamente nas festas.

Tradicionalmente, cada “noite” tinha uma comissão de organização, recebia recursos da SUM e organizava a sua “noite” à sua maneira, contratando a Lyra Popular para tocar. Havia também uma comissão geral da festa, com presidente e juízes, que elegiam a “melhor noite”.

¹⁶³ “Mas batemos a sineta lá na Mineira. Nós batia na marra. Tinha uns garimpeiros daquele tempo, era revoltado viu. Hoje só tinha uns velho por aí meio caduco que nem eu”. Informação fornecida por Anísio Alves de Macedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 6 de janeiro de 2014, por Alexandre Aguiar.

¹⁶⁴ Edson Oliveira Costa falou sobre a proibição de carregar a onça, mas o garimpeiro Anísio não confirmou essa informação. Informação fornecida por Anísio Alves de Macedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 6 de janeiro de 2014, por Alexandre Aguiar.

Figura 233. Lavagem das escadarias da igreja de Senhor dos Passos. Observa-se a porta da igreja fechada. Autor: Tom Alves, 2014. Fonte: arquivo do autor.

Figura 234. Lavagem das escadarias da igreja de Senhor dos Passos pelas baianas. Autor: Tom Alves, 2014. Fonte: arquivo do autor.

Figura 236. A onça usada pelos garimpeiros nas alvoradas. Foto da autora, 2014.

Figura 237. Vestimenta da imagem de Senhor dos Passos usada pelo santo nos dias da festa. Foto da autora, 2014.

Figura 235. Altar com a imagem de Senhor dos Passos e o estandarte da SUM, na sede da associação. Foto da autora, 2014.

Figura 238. Garimpeiro com o estandarte da SUM na porta da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, durante a lavagem das escadarias pelas baianas. Foto: Tom Alves, 2014. Fonte: arquivo do autor.

A presença da “onça” está fortemente relacionada ao cotidiano do trabalho e ao imaginário do garimpeiro. É uma onça de pano, morta, carregada em uma vara de madeira, amarrada pelos pés. Os garimpeiros exibem a onça que “mataram, porque ela comeu a noite” (informação verbal).¹⁶⁵ “Quando a festa não era boa, que não tinha muito movimento, diz-se que a onça *comeu a noite dos garimpeiros*” (informação verbal)¹⁶⁶, que pode ser qualquer uma das noites (das crianças, dos negociantes, etc.). Associa-se também a onça a qualquer coisa ruim, “se a onça não tivesse comendo, estava tudo ok”, referindo-se ao fim do garimpo (informação verbal).¹⁶⁷

Outra restrição aconteceu em 2014, quando o padre não deixou que os membros da SUM trocassem a roupa da imagem de Senhor dos Passos, outro gesto tradicional na comemoração: “Quando os membros [da SUM] entraram na igreja, ela já estava lavada e a roupa já estava trocada”, declarou a presidente da SUM ao jornal *Bahia Notícias* (MARQUES, 2015).

Ao que parece, em outras ocasiões a Igreja já havia tentado tomar exclusivamente para si os festejos: em 1989, “a Igreja pretendia fazer alterações no horário, mas a SUM não concordou” (FESTA..., 1989, p. 2). Membros da SUM relatam que já houve conflitos também com outro pároco, “já teve [divergências] com outros padres, mas esse foi o pior que já teve. Porque nós viemos aí pra fazer o conserto da Igreja, ele não deixou, diz que ia fazer depois” (informação verbal).¹⁶⁸

Quando os conflitos começaram, e diante da falta de diálogo do pároco, um dos integrantes da SUM, Edson, procurou o IPHAN para que interviesse na questão, no sentido de preservar a tradição da festa (informação verbal)¹⁶⁹. O funcionário lhe pediu que formalizasse o pedido, mas que nada podia fazer. “O IPHAN só pode intervir se tiver descaracterização do patrimônio”, comentou (informação verbal).¹⁷⁰

Para alguns moradores, o restauro da Igreja de Senhor dos Passos pelo Programa Monumenta concorreu para que o padre “se sentisse dono da Igreja”:

o Bid Monumenta chegou e desconsiderou a entidade que a vida inteira cuidou da capela, não procurou saber da SUM. Na cerimônia de inauguração da Igreja, com o governador e todas as autoridades, a chave foi entregue ao padre, então ele se sentiu dono. (informação verbal).¹⁷¹

Em dezembro de 2014, a SUM, antevendo mais conflitos, convocou seus membros

165 Informação fornecida por Anísio Alves de Macedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 6 de janeiro de 2014, por Alexandre Aguiar.

166 Informação fornecida por Anísio Alves de Macedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 6 de janeiro de 2014, por Alexandre Aguiar.

167 Informação fornecida por Anísio Alves de Macedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 6 de janeiro de 2014, por Alexandre Aguiar.

168 Informação fornecida por Anísio Alves de Macedo em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 6 de janeiro de 2014, por Alexandre Aguiar.

169 Informação fornecida por Edson Oliveira Costa em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 10 de janeiro de 2014.

170 Informação fornecida por Manoel Messias Alcântara em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 10 de janeiro de 2014.

171 Informação fornecida por Rilza Ribeiro Rola em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

para reunião em sua sede, para discutir que medidas poderiam tomar como meio de resgatar o direito de participar na organização da festa. Uma possibilidade levantada foi a de entrar com pedido na justiça pela sua não alteração. Outra, a de solicitar o seu tombamento como patrimônio imaterial.

As previsões da SUM estavam certas: a igreja não permitiu a participação dos garimpeiros na organização da festa de 2015, não mencionou, no material de divulgação da festa, que Senhor dos Passos é o padroeiro dos garimpeiros, e colocou um novo hino para a festa, excluindo o tradicional hino dos garimpeiros. Por esses motivos, a SUM moveu uma ação civil contra o pároco e o bispo. A matéria da qual extraímos essa notícia mostrou também as falas do padre em relação às alterações da festa:

O padre Gercival afirmou que a Igreja não excluiu os garimpeiros da participação da festa dentro do contexto religioso. A instituição apenas decidiu organizar a festa em conjunto para que não houvesse confusões na parte sacra da comemoração. “A parte religiosa diz respeito à igreja e a cultural é mais específica deles, com vínculo religioso”, definiu. O padre acrescentou ainda que os mineiros continuam com participação nos festejos, como na lavagem da escadaria que dá acesso ao santuário e com exclusividade de comemoração na última noite da novena. (MARQUES, 2015).]

3.4.2. *O Manifesto Popular da Cidadania para garantir o uso público do Teatro de Arena*

Outro conflito que se deu recentemente, de moradores de Lençóis com o padre, foi em relação ao Teatro de Arena. O padre, dizendo tratar-se de um imóvel pertencente à Igreja, o ocupou com uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e um cruzeiro, instalou placas dizendo que era um local sagrado, de propriedade da Igreja, e proibiu todos os eventos que aconteciam ali: desde uma brincadeira de velocípedes de crianças pequenas, passando pelo tradicional “baba”¹⁷² de jovens rapazes, até os festejos de São João, cujas quadrilhas e forró “pé de serra” o teatro abrigava.

Figura 239. O teatro de arena com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Foto da autora, abril de 2014.

Figura 240. Placas instaladas pelo pároco no teatro de arena. Na placa da esquerda está escrito: *Memorial de Nossa Senhora da Conceição – Padroeira de Lençóis/Ba – Espaço sagrado*; na da direita lê-se: *uso exclusivo de atividades litúrgicas da Igreja Católica de Lençóis/Ba – Propriedade particular*. Foto da autora, abril de 2014.

¹⁷² Gíria baiana para partida de futebol.

Figura 241. Teatro de arena ocupado por evento da Diocese de Irecê. Foto da autora, abril de 2014.

Segundo informação de alguns moradores, o prefeito Marcos Airton Alves de Araújo resolveu “restituir a posse” de alguns imóveis que estavam em poder da prefeitura, aos seus antigos donos. Alguns afirmam que o prefeito tenha tido essa atitude em virtude de uma vingança política: dessa forma, desalojou de vários prédios membros e simpatizantes do grupo político oposto e retomou para sua família e amigos alguns bens.

Conforme tratamos no capítulo 2, foi comum em Lençóis a prefeitura receber, como doação de seus proprietários, imóveis em situação de ruína, ou mesmo “confiscar” terrenos ou casas cujos donos haviam abandonado e não se comprometiam em conservá-los. Provavelmente, o prefeito Marcos Araújo tenha usado dessas posses para restituí-las aos antigos donos. Uma das posses restituídas foi a da antiga fundação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que há muitos anos passara a ser o Teatro de Arena.

Também vimos no capítulo 2 que o Teatro de Arena havia recebido intervenção em 1981; nesse ano, já estava consolidado como um espaço público por excelência, tendo sido inclusive decretado como “de utilidade pública” pela prefeitura municipal com aval da Câmara de Vereadores (BAHIA, 1980a).

Figura 242. Cartão postal de Lençóis em que se veem as fundações da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, abandonadas. Fonte: acervo de Mestre Osvaldo, Lençóis.

Na Oficina de Planejamento Participativo do Programa Monumenta, o Teatro de Arena havia sido elencado como um dos imóveis a receberem intervenção (“adequar o Teatro de Arena com melhorias compatíveis ao seu uso”). Assim, ele passou a constar na *Revisão do Perfil do Projeto* em 2002, tendo sido necessário, para isso, que o programa expandisse a área elegível de projeto.

A inclusão do Teatro de Arena na *Revisão do Perfil do Projeto* tinha a “ideia primordial de consolidação do espaço como área de lazer e entretenimento público” (BRASIL, 2004, p. 43). O projeto previa a instalação de uma cobertura, o fechamento da área da abside e a criação de uma estrutura de sanitários de uso público (BRASIL, 2004, p. 43).

Segundo os coordenadores do Monumenta em Lençóis, o projeto do Teatro de Arena não chegou a ser executado por essas questões:

Quando estava tudo pronto [projeto executivo, aprovado pelo IPHAN], nos 45 do segundo tempo, a prefeitura, que se dizia dona do Teatro de Arena, houve uma mudança na Paróquia[...] aquilo ali nunca foi da prefeitura, aquilo ali é da paróquia. E o padre disse que não ia autorizar obra nenhuma ali, o que ele queria ali realmente era que fosse construída, ou seja, que se retomassem as obras inacabadas [...] disse que só autorizava construção ali se ali fosse construída uma Igreja Matriz pra cidade.

[...] Pra você ter uma ideia, ele dizia que ali era sagrado, ele queria botar uma grade e ele proibiu os meninos de jogar bola. (informação verbal).¹⁷³

A gente conseguiu convencer ele que aquele equipamento era importante pra cidade, que ali eram realizadas as festas, aí ele me disse: “mas aquilo é um local sagrado”. E a gente só pode fazer se for autorizado, se não tiver autorização do proprietário a gente não pode fazer. A gente partiu pra um projeto mais simples, ele falou: “eu autorizo, a propriedade é minha, sendo minha vou alugar pra prefeitura”. Eu disse não, o objetivo do projeto não é esse, nós já reformamos duas igrejas pro senhor, o senhor quer ganhar dinheiro em cima? Negativo. Daí tiramos. (informação verbal).¹⁷⁴

A proibição de uso do Teatro de Arena, além de extinguir um espaço de lazer cotidiano da população, alterou a Festa de São João, que tradicionalmente acontecia ali. Esse foi um dos fatores que mais revoltou a população:

[...] foi o que aconteceu na mudança da festa do teatro de arena pra cá, na Avenida Senhor dos Passos. Até hoje muita gente não se conforma, a maior parte da comunidade não se conforma de perder o espaço pra Igreja. A Igreja pegou de volta, diz que tinha muitos padres enterrados lá, e perdemos. Perdemos identidade. A partir do momento que o São João saiu de lá, daquele local, do Teatro de Arena, e foi pra avenida Senhor dos Passos, perdeu totalmente a identidade cultural. Ficou mais uma vez, todo mundo, sem entender realmente o que estava acontecendo. A apresentação das quadrilhas agora é no Mercado Cultural, em frente, na Praça das Nagôs, e o forró tradicional, pé de serra, fica sendo lá, no Mercado. (informação verbal).¹⁷⁵

173 Informação fornecida por Eduardo Fucs em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

174 Informação fornecida por Gabriel Gonsalves em entrevista realizada em Salvador/BA, em 7 de agosto de 2014.

175 Informação fornecida por Pedrina Fernandes Andrade em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 26 de junho de 2014.

Figura 243. Espaço do Teatro de Arena sendo usado como campo de futebol em 1977. Fonte: Diamante bruto, 1977

Figura 244. Espaço do Teatro de Arena sendo usado como campo de futebol em 1977. Nota-se, ao fundo, os espectadores sentados nas antigas fundações. Fonte: Diamante Bruto, 1977.

Figura 245. Teatro de Arena sendo usado para apresentação do grupo dinamarquês de ginástica, que anualmente se apresenta em Lençóis nesse espaço, há mais de uma década. Autor: Calil Neto, 2008. Fonte: arquivo do autor.

Um advogado morador da cidade, Alexandre de Almeida Aguiar (informação verbal)¹⁷⁶, entrou com uma Ação Popular pela retomada da posse do Teatro de Arena como bem público. Paralelamente, a comunidade organizou um abraço simbólico ao teatro, convocado para o dia 2 de julho de 2014, não coincidentemente, o “dia da independência da Bahia”.

Figura 3.125 – Folheto de divulgação do abraço simbólico distribuído pela comunidade pelo Manifesto Popular da Cidadania. Fonte: Pau de Anun on line, 2014.

Foi elaborado também um abaixo-assinado, no site de petição online AVAAZ (BRASIL, L. P., 2014). A petição evocava “À PML, CAM. de Vereadores de Lençóis, Governador do Estado da Bahia e ALBA: defenda o Teatro de Arena de Lençóis como bem público do Povo da Bahia”. O texto da petição online era o seguinte:

¹⁷⁶ Alexandre Aguiar é natural de Vitória da Conquista, mas seu pai, Itamar Aguiar, nasceu e foi criado em Lençóis, por isso o forte vínculo de Alexandre com a cidade. Informação fornecida por Aguiar em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

A Praça do Teatro de Arena é bem público de uso comum do povo de Lençóis e da Bahia desde quando construída com recursos públicos, no final dos anos 1970. Acontece que em 02/02/2011 o bem incorporado à vida do povo e afeto ao interesse público foi transferido a uma instituição privada. Por isso, uma ação popular movida na justiça almeja anular esta transferência já tendo conquistado decisão liminar neste sentido, nos autos do processo nº 218-60.2014.805.0151. Assim se faz necessário o amparo dos governantes e parlamentares a esta causa de repercussão social, dada a importância cultural da Praça do Teatro de Arena nas manifestações teatrais, cinematográficas, musicais, poéticas, literárias, educacionais, esportivas e de lazer do dia a dia da cidade turística de Lençóis, reconhecida como patrimônio histórico, artístico e cultural nacional do Brasil. (BRASIL, L. P., 2014).

O juiz da Comarca de Lençóis deferiu a Ação Popular, emitindo liminar antecipatória para a desocupação do Teatro de Arena, ao que o padre recorreu com Agravo de Instrumento e não foi contemplado, sendo a liminar do juiz de Lençóis mantida (BAHIA, 2014b).

A decisão de retenção do Agravo trazia a seguinte justificativa:

Ora, nenhum dano irreparável ou de difícil reparação poderá advir aos agravantes, caso a utilização do espaço permaneça como sempre foi. A comunidade local, ao que consta, nunca se manifestou contrário aos festejos e diversas manifestações populares no local. É bem verdade que os espaços que congregam atividades e liturgias religiosas devem ser preservados; não menos verdades é a necessidade de se manter a identidade cultural de um povo, formada pela consciência popular, cuja manifestação rotineira dos atos que a compõe exerce um maior peso, no caso em análise, na balança de ponderação. Não se pode pretender seja enxergada ofensa ao sentimento religioso, se a população assim não entende a questão. O poder pertence ao povo e em nome dele será exercido, não se deve esquecer dessa inescapável cláusula república. (BAHIA, 2014b).

A manutenção da liminar foi muito comemorada pela população e, claro, anunciada na Diocese como uma violabilidade ao Art. 5º - VI da Constituição, que garante o direito de culto e a proteção aos locais de culto e liturgia. O informe bimestral da Diocese de Irecê anunciou a derrota perante a justiça como “Nossa Senhora e o Cruzeiro expulsos, em Lençóis, da sua casa”:

Sabe-se que desde 1810 já existia uma capelinha na praça da Conceição, que foi erigida para abrigar a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Sabe-se, também, que as ruínas de pedras dessa capelinha guardam elementos preciosos da história de Lençóis. Sabe-se igualmente, que neste local, já no século XIX, os párocos celebravam os sacramentos e outras devoções a Nossa Senhora. (DIOCESE DE IRECÊ, 2014, p. 1).

As palavras usadas para demonstrar a indignação passavam pela desqualificação dos moradores de Lençóis que argumentavam que o lugar era um bem público, e pela falsa informação¹⁷⁷ de que tinha “mais de duzentos anos”:

[...] Como justificar como sendo um bem público um local que, como qualquer morador sério de Lençóis pode testemunhar, é um local pertencente a mais de duzentos anos à igreja? (DIOCESE DE IRECÊ, 2014, p. 1).

¹⁷⁷ A cidade de Lençóis comemorou 169 anos em 2014, contados desde 1845, quando foi elevada à categoria de cidade. A informação de que em 1810 “já existia uma capelinha na Praça da Conceição” é, portanto, igualmente falsa.

O processo ainda será instruído; a Igreja terá que provar a propriedade sobre o imóvel e mesmo assim, pelo que anuncia o julgamento do Agravo, “ainda assim com as considerações e garantias previstas na Constituição Federal” (BAHIA, 2014b).

Questionados sobre se em algum momento recorreram ao IPHAN para tratar dessa questão, tanto o movente da Ação Popular quanto o advogado afirmaram que “o IPHAN foi omissos”. No entanto, foi usado como argumento na Ação Popular que o espaço era protegido pelo órgão por meio de tombamento.

Em uma ocasião, em 1976, a prefeitura de Lençóis iria doar o terreno onde hoje se localiza o Teatro de Arena ao Banco do Brasil para construção de uma agência. Fernando da Rocha Peres, diretor do 2º Distrito do IPHAN, encaminhou então, ofício ao prefeito, afirmando que “em virtude do tombamento que incide sobre a área urbana de Lençóis e paisagem que a delimita, o IPHAN não poderá, de modo algum, aprovar qualquer projeto de edificação para o local em apreço” (grifo original). No documento, Rocha Peres diz dirigir-se ao prefeito, “apelando para o seu patriotismo e alto espírito público”, a fim de que ajudasse a “buscar a revalorização das aludidas ruínas, eventualmente aproveitando-as como área de lazer, alternativa que estamos dispostos a considerar”.¹⁷⁸

De fato, as “ruínas” receberam obras da SPHAN/Pró-Memória em 1981 (cap. 2, p. 217). Podemos avaliar que essa intervenção do órgão em 1981 foi extremamente positiva, transformou a área em espaço de lazer e deu novos significados à ela, que perduraram e fizeram com que, diante da ameaça de perda do espaço, a comunidade se mobilizasse para defendê-lo, mostrando como os valores de uso público e uso cultural se consolidaram. É estranho que, em 2014, o mesmo órgão que propôs a transformação do espaço em área de lazer décadas antes tenha se omitido em relação à sua “privatização”.

3.5. *Patrimônio histórico descaracterizado* ou cultura descaracterizada?

Vimos neste capítulo que o principal problema elencado na Oficina de Planejamento Participativo do Programa Monumenta em Lençóis foi “patrimônio histórico cultural descaracterizado”. Também foi mostrado ao longo do texto que, paradoxalmente, o programa foi apontado pela população como “o que mais descaracterizou Lençóis”.

Isso nos leva a pensar, de imediato, que técnicos e leigos não falam a mesma língua. Quais são, então, as diferentes acepções para descaracterização? Vamos resgatar aqui como o termo foi usado por cada grupo.

1. tornar-se diferente do estágio anterior ou primitivo...

¹⁷⁸ IPHAN. 2º Distrito. Ofício n. 635/76 de 6 de outubro de 1976. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN em Salvador: Lençóis, Caixa 72, Pasta Escritório Técnico de Lençóis.

Essa acepção é a mais usada pelos técnicos do IPHAN e pelos arquitetos no geral. No processo de tombamento, Fernando Machado Leal refere-se à “casas desfiguradas” completando que as “edificações descaracterizadas” poderiam “voltar à feição mais antiga” (LEAL, 1978, p. 141).

Eduardo Simas também expressa esse conceito ao descrever as modificações efetuadas ao longo do tempo em alguns edifícios, como no interior da Igreja Nossa Senhora do Rosário (“totalmente descaracterizada no seu interior, por volta de 1950, através de intervenção de padres holandeses que andaram pela cidade”), na Casa Natal de Urbano Duarte (“A casa foi um pouco descaracterizada na fachada e interior guardando porém muitos elementos originais importantes”) e no “ex vice-consulado francês”¹⁷⁹:

Antigamente tinha 2 pavimentos. Foi desfigurado pela aposição de mais 1 pavimento na parte central, e colocação de horrível varanda na frente do acréscimo, varanda esta toda vedada por horríveis vidros, que chegam ao alinhamento da fachada primitiva. O imóvel hoje está com platibanda, em outra descaracterização. Só através de adequada restauração, o imóvel poderá retomar a feição e ambiência primitivas.¹⁸⁰

Uma questão, no geral, apontada como descaracterizadora do patrimônio por Simas e outros técnicos do IPHAN é a alteração da pintura das fachadas ou uso de cores fortes, instalação de placas, antenas parabólicas e caixas d’água aparentes nos imóveis (informação verbal).¹⁸¹

Para a população, a proibição de algumas dessas ações vai contra suas demandas. A instalação de placas e a pintura, por exemplo, são vistos como uma necessidade diante do novo caráter turístico da cidade:

O que estamos vivendo hoje também é história, então temos que adaptar a cidade. Ela não pode ser como há 50 anos atrás. O IPHAN não permite placas, coisas nas fachadas, vasos, mesas nas calçadas. Mas hoje a cidade é turística, tem que ter essas coisas. (informação verbal)¹⁸²

2. ... estar fora de um padrão hegemônico:

Eduardo Simas descreve o sobrado à Praça Horácio de Matos, esquina com Aureliano Sá, como a “casa mais descaracterizada da área”, afirmando que “no local existia anteriormente uma casa térrea, que incendiou-se em 1920” e descrevendo o sobrado existente como “novo, com platibandas e esquadrias de feição moderna.”¹⁸³

179 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 5. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

180 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 11. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

181 Informação fornecida por Eduardo Furtado de Simas em entrevista realizada em Salvador/BA, em 6 de agosto de 2014.

182 Informação fornecida por Audrey Baldez em entrevista realizada em Lençóis/BA, em 6 de maio de 2014.

183 IPHAN. 2º Distrito. Relatório sobre viagem de inspeção efetuada na cidade de Lençóis, cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado pelo IPHAN. Eduardo Furtado de Simas, arquiteto. Salvador, 17 de novembro de 1975, p. 10. Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro: Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras Lençóis/BA, Caixa 043, Pasta 0117.

Simas trata a arquitetura “de estilo recente” como sinônimo de “descaracterizada”, como acontece ao se referir aos imóveis da Av. Ruy Barbosa: “Avenida já desfigurada, com muitas casas de recente construção”. Na verdade, a Av. Ruy Barbosa foi construída na década de 1950, e a partir daí é que se construíram essas casas. Não se trata, como outros muitos imóveis de Lençóis, de melhoramentos de estilo, costume comum e inclusive incentivado pelo poder público municipal, conforme vimos no início do capítulo 2. Ou seja, entende-se que o conceito de descaracterização nesse contexto refere-se a estar fora de um padrão estilístico hegemônico.

Simas refere-se a uma descaracterização em relação ao estilo colonial, o que se comprova pelo tratamento que ele confere aos imóveis nesse estilo. Estes nunca são descritos como descaracterizados, ao passo que o termo é atribuído aos imóveis em outros estilos, embora já fossem portadores dessa feição no momento do tombamento.

Diversos estudos que analisam a prática da atuação do órgão em conjuntos históricos tombados têm apontado para essa mesma problemática. Em Goiás Velho, a pesquisa de Carolina Fidalgo de Oliveira vem mostrando que as intervenções do IPHAN em busca de uma homogeneização estilística têm transformado a imagem da cidade para uma Goiás que nunca existiu¹⁸⁴. O trabalho pioneiro de Antônio Luiz Dias de Andrade (1993) e o de Lya Mayumi (2005), específico sobre as casas bandeiristas em São Paulo, e o de Livia Romanelli D’Assumpção (1995) sobre a prática do órgão em Diamantina, e os de Cristiane Souza Gonçalves sobre São Paulo (2007) e Diamantina (2010) mostram que a busca por uma unidade estilística estiveram presentes na prática do órgão na sua “fase heroica”. A tese de Cláudia dos Reis e Cunha (2010) mostra que a cisão entre um discurso com referência às teorias da restauração e a prática deram-se também em outras fases do órgão. Tais trabalhos, em conjunto, revelam que tanto nas obras empreendidas pelo IPHAN quanto na conduta de aprovação de projetos de obras particulares, essa postura foi uma constante.

Em algumas ocasiões, essas acepções (relativas à descaracterização estilística) foram usadas pela população, como a exemplo da reforma do coreto da Praça Otaviano Alves, ocorrida em 2001-2002:

A Prefeitura fala sobre a reforma da Praça Otaviano Alves

A Prefeitura está adequando o coreto existente no meio da praça, resgatando o aspecto colonial e sua identidade com as edificações antigas do entorno. A cobertura foi substituída por telha sobre estrutura de madeira, pois era anteriormente de laje de concreto armado completamente fora da realidade colonial. A intenção do Prefeito é embelezar a praça, preparando para uma boa equiparação arquitetônica colonial e também ter mais um ponto turístico recuperado e caracterizado historicamente. (A PREFEITURA..., 2001, p. 2).

É interessante que as “edificações antigas do entorno” sejam mencionadas como coloniais: nessa praça, todas as casas que a envolvem são no estilo eclético.

¹⁸⁴ “A cidade de Goiás como Patrimônio cultural mundial: descompassos entre discurso e práticas de preservação”. Pesquisa de doutorado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Figura 247. Coreto com cobertura de telhas e beiral, em 2014. Foto da autora, 2014.

Figura 246. O coreto em 1972, com laje de concreto e cobertura de telhas, porém sem beiral. Autor: Fernando Machado Leal. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Série Inventário, Caixa 29, Pasta 03.

Em outros momentos, a busca por uma homogeneidade estilística foi vista por moradores como fator de descaracterização, como no caso da reforma do casarão de Arthur Martins para construção da Pousada de Lençóis:

Em 1980 [sic], quando Lençóis já era tombado como patrimônio histórico, Arthur Martins vendeu sua propriedade, onde havia uma residência e uma oficina de lapidação. Naquele mesmo ano, a casa foi transformada em pousada, sendo eliminada toda sua decoração. (A ORIGEM..., 2000, p. 5).

Figura 248. Hotel de Lençóis em 2014. Foto da autora, 2014.

Figura 249. Casarão de Arthur Sá, vendido para construção da Pousada de Lençóis (atual Hotel de Lençóis). Fonte: Bahia, 1980d, p. 252.

As decisões do IPHAN em relação aos projetos têm confundido a população. Em muitas ocasiões, o órgão negou pedidos de alterações em imóveis alegando sua “descaracterização”, como no caso do piso do mercado ou da ampliação da ponte para construção de um passeio de pedestres, conforme vimos no capítulo 2. Na reforma feita pelo governo do estado, propôs-se a remoção do piso do mercado, que o descaracterizava, assim como dos boxes, mas também se propôs a construção de novos boxes distribuídos na parte central, com arcos ogi-

vais. Cabe a questão: por que se considerou o piso cimentado e os boxes antigos como descaracterizadores, mas não os novos boxes? Os arcos ogivais nesses novos elementos, não seriam um falso histórico, assim como a construção da cobertura do coreto em telhado de madeira e telhas cerâmicas?

Nas intervenções do Monumenta, o prédio do mercado teve o reboco das fachadas totalmente removido e foram acrescentadas treliças de madeira para fechamento dos arcos. A ponte teve um dos guarda-corpos, constituído por balaústres, demolido e substituído por mureta de concreto com iluminação embutida. Nesses três casos, foram feitas alterações em relação ao estado anterior, mas o estado a que se chegou não foi o primitivo, o original.

Outra justificativa comum e constante dos técnicos ao não permitir alterações em imóveis e espaços públicos é a de que estes “já tinham essa característica no momento do tombamento”. Muitas vezes, trata-se de demolição ou alteração de acréscimos que não eram originais, mas que o fato de estarem presentes no momento do tombamento “congelou” o bem naquele estado.

Essas incongruências provocam na população leiga a leitura de que o IPHAN tem uma conduta extremamente seletiva, resumida na frase constantemente repetida “alguns podem, outros não”, que associa, ainda, que os agraciados são endinheirados ou poderosos (aí incluindo-se também, e principalmente, o poder público).

3. ou não possuir as características da cultura construtiva local.

Mas há outra acepção que é relativa à noção mais ampla de “patrimônio cultural”: a descaracterização da cultura. Pelas falas dos moradores, é possível apreender que o termo “descaracterização”, para eles, denota o quão diferente das características da cidade algo se tornou, considerando não apenas seus aspectos materiais, mas sim costumes, técnicas e tradições, e sua memórias da e sobre a cidade.

Nas críticas aos projetos de requalificação dos logradouros do Programa Monumenta, vimos como essa segunda acepção fica clara: o uso de materiais estranhos à técnica construtiva tradicional da cidade é fortemente rejeitado, assim como o “apagamento” das técnicas construtivas tradicionais, ou de elementos com forte apelo simbólico, como a iluminação a lampiões.

A perda de alguns elementos ligados às manifestações culturais também é visto como descaracterização. O jornal *Lampião*, em 1989, chamava a atenção para a retirada de cruzeiros espalhados pela cidade. Os cruzeiros, “geralmente colocados para exorcizar períodos de seca, pragas e outras calamidades” e que “foram usados durante muito tempo para servir de local de penitência para os Lamentadores das Almas”¹⁸⁵, estavam sendo destruídos em vista da compra de terrenos por pessoas de fora da cidade que, não conhecendo a tradição, ou simplesmente por “não concordarem com esse símbolo”, os derrubavam (CRESCIMENTO..., 1989, p. 3).

¹⁸⁵ Também encontramos a denominação “Alimentadores das Almas”.

O jornal explicitava, ainda, a opinião de diferentes agentes públicos ligados à preservação:

Para a secretária de turismo, Maiza Andrade, o cruzeiro “deveria ser respeitado como um ponto de manifestação cultural”. Já o diretor regional do Sphan, Eduardo Simas não considera a derrubada do cruzeiro um crime contra o patrimônio, contra o que não concorda o arquiteto José Carlos da Matta, do IPAC. Para ele, “o cruzeiro também é um patrimônio da cidade, ele faz parte da história dos eventos”. (CRESCIMENTO..., 1989, p. 3).

Figura 250. Cruzeiro existente na confluência das avenidas Tomba Surrão e General Viveiros. Foto da autora, 2014.

Pudemos notar, também, que a ideia de “original” para a população não se refere à construção primitiva, mas sim àquela que povoa os imaginários. Nesse sentido, as fotografias de Lençóis, amplamente difundidas entre os moradores, são um importante suporte. Elas estão nas paredes das repartições públicas, dos hotéis, dos bares e restaurantes. São reproduzidas de dois acervos principais: a coleção do mestre Osvaldo (Osvaldo Senna Ribeiro), composta principalmente de cartões postais de datas anteriores ao tombamento, e as fotos de Steve Horman, tomadas no ano de 1971 para comporem o pedido de tombamento de Lençóis. Embora existam outros, como o de Rino Marconi, do final da década de 1970, atualmente no Museu da Imagem e do Som (MIS), esses dois “conjuntos” são os que de fato estão presentes no imaginário dos lençoenses por serem constantemente reproduzidos.

A importância desse imaginário, mantido pela iconografia de Lençóis, pode ser atestada quando conversamos com as pessoas mais jovens da cidade. No city tour oferecido pelos condutores de visitantes de Lençóis, no qual se realiza um passeio pela cidade ouvindo histórias de seus moradores e seus edifícios, o guia, de 37 anos, chama a atenção para o edifício

do Banco do Brasil apontando a descaracterização da cidade. Esse jovem já nasceu na “cidade tombada” e durante toda sua vida conviveu com o edifício do Banco do Brasil tal como é, portanto, só conhece a situação anterior por meio de imagens. A descaracterização a que se refere está baseada na comparação com os edifícios que haviam ali anteriormente, que conhecem pelas fotos, e da história oral que os que viveram contam.

Figura 251. Cartaz anunciando as comemorações do 168º aniversário de Lençóis e dos 40 anos de seu tombamento. Nota-se o uso comparativo de imagens de Steve Horman, de 1971, e de imagens atuais. Fonte: Pau de Anun on line, 2013.

Meneses (2006) defende que a imagem da cidade, feita pelos seus moradores, é uma das dimensões em que a cidade se realiza:

a cidade não é apenas um artefato socialmente produzido, nesse campo de forças, como numa máquina. As práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem. A imagem que os habitantes se fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade. (MENESES, 2006, p. 36)

As outras dimensões da cidade são o artefato (a materialidade da cidade) e o campo de forças, as relações que os homens desenvolvem uns com os outros. Para entender a cidade como bem cultural, “é preciso enfrentá-la nas três dimensões”, afirma Meneses (2006, p. 36).

Nesse sentido, Lençóis é, para seus moradores, os artefatos, os bens materiais produzidos por eles e por seus antepassados, mas também a imagem que eles fazem da cidade, permeada de significados simbólicos. Por isso a ideia de “descaracterização”, na acepção dos habitantes, perpassa não apenas pelas mudanças nos objetos materiais existentes, mas sim pela imagem de cidade presente nas memórias individuais e coletivas.

No caso da reforma da Av. Senhor dos Passos, essa questão foi claramente colocada: a mudança física e espacial excluiu o suporte da memória, eliminando os sentidos do lugar. Conforme apontou Toledo (1984, p. 29), “a perda das manifestações arquitetônicas e paisagísticas expressivas, impossíveis de serem recriadas fora dos quadros que as geraram, leva à perda justamente dos referenciais que permitem a identificação do cidadão com sua cidade”.

Além disso, a inserção de elementos visando a produção de um espaço de consumo, como os quiosques e os decks de madeira, projetados para servir de suporte a bares e restaurantes, estava visivelmente voltada não para a população, mas para os turistas. A destruição dos “referenciais de identificação” desse espaço da avenida, a “balaustrada”, tradicionalmente um dos espaços de encontro e sociabilidade de Lençóis, e sua iminente transformação em espaço de fruição turística, gerou revolta na população, expressa mais drasticamente pela destruição dos quiosques. A possibilidade de que ainda outros espaços viriam a se tornarem dos turistas, ou seja, a mercantilização de espaços públicos de Lençóis, acabou provocando a “expulsão” do Programa Monumenta da cidade.

As afirmativas de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses refletem qual teria sido, nesse caso, a melhor forma de atingir o sucesso:

o cotidiano e o universo do trabalho são a melhor bússola para assegurar o rumo legítimo e eficaz nas ações governamentais no campo do patrimônio ambiental urbano – inclusive para colaborar com as políticas públicas de inclusão social. (ME-NESES, 2006, p. 53).

Foram justamente a ruptura e a destituição dos significados desses universos que conduziram aos conflitos com o Programa Monumenta na cidade, demonstrando a forte *resistência cultural* da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uso, recurso, memória: o lugar da preservação para os lençoenses

Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia.

(Liev Tolstói, 1828-1910)

Lençóis foi o primeiro conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN cuja proposta de preservação partiu da comunidade local, mais especificamente de um grupo de moradores organizados sob o nome de Movimento Criatividade Comunitária (MCC), influenciados pelo ativismo do norte-americano Steve Horman, voluntário do Corpo da Paz (ligado ao programa Aliança para o Progresso), e liderados pelo então jovem lençoense Heraldo Barbosa Filho.

Mostramos, no capítulo 1, o início de um processo de reconhecimento e atribuição de significados, no qual a cidade passava a ser vista como recurso (ARANTES, 2006) e a ser valorada como patrimônio nacional. O MCC foi capaz de inserir-se nos espaços oficiais de discussão do turismo e do patrimônio (I Reunião de Turismo e II Encontro de Governadores), mobilizar a mídia, conquistar adeptos e finalmente atingir um de seus objetivos, com a declaração da cidade como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pelo IPHAN, em 1973.

Os documentos preparados pelo MCC elencavam uma série de bens que abrangiam bens materiais, imateriais e naturais. Dentre os bens materiais, estava o casario urbano “dos garimpeiros e dos coronéis”; dentre os bens imateriais, as festas, o ofício do garimpo e da lapidação e o Jarê (manifestação religiosa típica da Chapada Diamantina), e entre os bens naturais, a paisagem, composta de grutas, morros, rios e quedas d’água. Procurou-se valorizar um conjunto bem representativo da cultura, atrelando a ele valores culturais, memoriais, históricos, simbólicos, arquitetônicos e de uso.

A atuação do MCC foi duplamente pioneira: primeiro, ao requererem o tombamento, em uma época em que o julgamento do que deveria ser patrimônio era feito quase que exclusivamente pelos técnicos do IPHAN; segundo, por anteciparem em mais de duas décadas o reconhecimento de patrimônios de outras qualidades, como os imateriais.

Esse conjunto de bens e valores foi em parte referendado pelo arquiteto Fernando

Machado Leal, cuja pesquisa histórica e levantamento iconográfico serviram de base para a análise dos técnicos do IPHAN. Na proposta de tombamento de Leal, estavam incluídas a Casa de Lapidação e exemplares da arquitetura eclética, além da menção de proteção de elementos naturais do entorno pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), como os caldeirões do Serrano, no rio Lençóis.

Por parte dos técnicos do IPHAN, no entanto, prevaleceram os valores históricos, estéticos e arquitetônicos, associados a uma parte do conjunto urbano, que foi tombado em sua totalidade, sem definição de um perímetro. Não houve nenhuma consideração por tombamentos individuais, assim como não houve menção aos elementos naturais.

Ao longo do capítulo 2, mostramos a transformação de uma cidade em esvaziamento e em ruínas, para uma cidade turística, com todos os conflitos que o processo gerou.

Os primeiros anos da década de 1970 foram marcados por uma luta constante, por parte do poder executivo municipal, em melhorar o aspecto da cidade, por meio de leis de incentivos aos proprietários para novas construções, reformas e pinturas de fachadas, e de punições àqueles que deixassem seus imóveis arruinarem. Nesse sentido, identificamos a ação também pioneira de adoção de um instrumento muito similar ao IPTU progressivo, instituído pelo Estatuto da Cidade em 2001 (BRASIL, 2001c).

Dentro dessas tentativas, teve lugar uma intensa negociação por parte do prefeito de Lençóis, Helmo Pereira de Senna Brito, e de Fernando da Rocha Peres, diretor da regional do IPHAN na Bahia, para inserir o município no Programa de Cidades Históricas (PCH). A expectativa do prefeito era que o programa contemplasse prédios arruinados da cidade, o que foi reforçado após a tromba d'água que destruiu boa parte dos imóveis e logradouros situados ao longo do rio Lençóis.

Após muitas idas e vindas – os trâmites iniciaram-se em 1975, a tromba d'água ocorreu em 1977, e apenas em 1979 as obras foram iniciadas – os imóveis que foram selecionados pelo PCH o foram tendo como critério o uso cultural do patrimônio. Ou seja, deu-se prioridade às premissas estabelecidas em nível federal pelo programa, e não às demandas locais, não obstante uma premente necessidade, agravada pela destruição provocada pela devastação meteorológica.

Tal ação remete à problemática colocada por Ulpiano Bezerra de Meneses (1996) de que “os conceitos restritivos e deformantes de cultura, de valores culturais, de bens culturais” se projetam também em “um tipo específico de ‘uso’, restritivo e gerador de deformidades, ainda que apresentado como nobilitante, mas, na realidade, desqualificador de outros usos e funções” (1996, p. 88). Assim, foram definidos inicialmente pelo PCH, em nível federal, parâmetros que privilegiavam o uso turístico dos bens culturais. Para que Lençóis fosse inserida no programa, foram necessárias negociações por meio das quais imóveis mais representativos da cultura local naquele momento tivessem que dar lugar a outros que pudessem servir a um “uso cultural”.

Nos primeiros anos após o tombamento, as relações entre o IPHAN e a população

oscilaram entre entendimentos e enfrentamentos. Oscilação que se deve atribuir muito ao entrosamento (e ausência de) entre os agentes, principalmente o diretor da regional do IPHAN na Bahia e o prefeito da cidade.

Evidenciamos que foi nessa fase que se formou junto à população a imagem do IPHAN como órgão fiscalizador, punitivo e fechado ao diálogo. Nesses anos, deu-se o primeiro grande embate entre os valores atribuídos pelos moradores e pelos técnicos em torno da construção do prédio da agência do Banco do Brasil. O projeto, aprovado pelo IPHAN, foi visto pela população como inadequado para Lençóis ao introduzir materiais considerados alheios à cultura construtiva local (o vidro) e apresentar tipologia formal arquitetônica também estranha ao sítio. Esse caso ratifica que não apenas a constituição do patrimônio é campo de conflitos: também o modo de se intervir no patrimônio é questão controversa.

A instalação de uma representação do IPHAN em Lençóis foi desejada pela população, mas ocorreu onze anos após o tombamento. O escritório técnico contava com um único arquiteto residente, responsável por atender a todas as demandas e ainda executar projetos e obras.

Mostramos, ao analisar a conduta e as ideias do primeiro técnico do IPHAN em Lençóis, o arquiteto José Geraldo Vieira Costa, que houve um alinhamento inicial ao que os estudos sobre o IPHAN nomeiam como “abertura do órgão para as questões culturais mais amplas” (SANT’ANNA, 1995; FONSECA, 1997; MEC/SPHAN/FNPM, 1980), com Aloísio Magalhães na direção. Uma mudança relevante delineou-se no discurso de Geraldo Costa, mais atento às necessidades e à cultura locais, que transformou aquela imagem que a população fizera do órgão nos anos anteriores. A conduta desse técnico, na prática, parece ter espelhado seu discurso: ele foi lembrado, nas entrevistas, por seu diálogo com a comunidade. O projeto e obra de Geraldo Costa para o prédio que abrigaria o escritório técnico, e que contemplou também um espaço cultural, mostraram-se extremamente adequados às necessidades locais, fato constatado pela intensa apropriação desse espaço pela comunidade.

No entanto, podemos afirmar que esse foi o único momento em que o diálogo com a comunidade apareceu como uma realidade. Isso mostra que a instituição não é homogênea e, na maior parte das vezes, o que se evidencia para a comunidade são mais as posturas individuais dos técnicos que propriamente a linha de atuação institucional.

Uma das demonstrações de nossa pesquisa é a de que a não observação pelo IPHAN de todos os valores já presentes na proposta de tombamento fez com que novos meios de proteção fossem buscados. Isso se reafirma com as ações de preservação propostas por Roy Funch: criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do Parque Municipal da Muritiba (Serano), bem como a proposta de tombamento do Morro do Pai Inácio, solicitada pelo Movimento Avante Lençóis e pela Associação Barbados de ONGs da Chapada Diamantina.

Evidenciamos que a proposta de Funch para o parque nacional contemplava bens que já estavam relacionados na proposta de tombamento do MCC, o que nos leva a discordar de Guanaes (2006, p. 30), uma vez que a autora menciona que “o movimento pelo tombamen-

to de Lençóis não citava em nenhum momento a vocação paisagística do entorno da cidade”. Discordamos também da afirmação de que “os discursos e movimentos para a preservação da natureza e, conseqüentemente, as demandas pela criação do Parque Nacional, aconteceram dissociados daqueles que engajavam-se na preservação da cultura e história local” (GUANAES, 2006, p. 30). A proposta de Roy Funch reconhecia a paisagem produzida pelo garimpo, uma paisagem cultural e histórica, portanto.

Ademais, as propostas de Roy Funch alinharam-se à do MCC: o uso do patrimônio como recurso econômico (ARANTES, 2006). Isso não significava que estivessem vinculadas “ao mundo da especulação e dos grandes negócios”, nas palavras de Arantes (2006, p. 57), mas sim que servissem como atrativos turísticos capazes de movimentarem a economia e a própria vida no município. Nesse sentido, esses ativistas atingiram seus objetivos: o turismo realmente movimentou a economia e “deu vida” ao município. No entanto, não se esperava ou se desejava, com isso, que os bens tombados tivessem seus usos convertidos em usos culturais, mas sim que a cultura, o espaço culturalmente produzido de Lençóis, e a paisagem produzida pelo garimpo, fossem por si só um atrativo.

As análises desenvolvidas no capítulo 2 apontam para um fator conjuntural como mais relevante no seu processo de ressignificação: as ações do governo do estado. A primeira delas contribuiu para a ressignificação da paisagem e sua dissociação entre urbana e natural: a implantação do garimpo mecanizado e sua posterior proibição. Ele foi implantado em Lençóis e Andaraí em 1980, causando grande destruição ambiental e problemas de ordem tributária e trabalhista. Esses problemas, aliados às novas intenções do governo em transformar a Chapada Diamantina em um destino ecoturístico, bem como às pressões cada vez mais crescentes dos grupos ambientalistas da região, tornaram sua existência insustentável, fazendo com que fosse proibido pela primeira vez em 1992 e sucessivamente até sua total extinção em 1998.

Nesse ano, também proibiu-se o garimpo de serra. Mostramos como essa ação causou uma ordem de “desestruturação cultural” entre os garimpeiros, e como a comunidade mobilizou-se em sua defesa que, em última instância, era também a defesa da sua cultura.

A segunda ação refere-se ao planejamento da interiorização do turismo, desde o final da década de 1970, quando o governo criou o Programa Caminhos da Bahia, investindo inicialmente na construção da Pousada de Lençóis. Esse programa contava com um turismo de base regional e de cunho cultural (CARVALHO, 2013; BRITO, 2005). No início dos anos 1990, no governo de Antônio Carlos Magalhães, a política de turismo do estado é reformulada e colocada como um eixo de desenvolvimento econômico estadual, com a criação do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA). Em 1995, o PRODETUR-BA é incorporado ao Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR-NE), do governo federal e com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Após pesquisas de mercado feitas em nível internacional, a Chapada Diamantina, uma das oito zonas de expansão e desenvolvimento do turismo da Bahia, passa a ser conduzida para o desenvolvimento do ecoturismo. A partir daí, a Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa) inicia uma forte campanha de divulgação e marketing que passa a associar a paisagem produzida pelo garimpo ao mito

da natureza intocada (LÉDA, 1995). A mídia contribui para a formação e venda dessa imagem.

Obviamente, as ações de preservação dos anos 1970 (tombamento pelo IPHAN) e 1980 (criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina pelo IBDF), de iniciativa local, contribuíram para que Lençóis fosse privilegiada, entre as demais cidades da Chapada Diamantina, para receber recursos. Juntou-se a isso algumas negociações políticas para que certos empreendimentos, como a Pousada de Lençóis (1979) e o Aeroporto da Chapada Diamantina¹ (1998) fossem construídos em Lençóis.

A transformação da Chapada Diamantina em *produto ecoturístico* contribuiu para o esgarçamento da cultura garimpeira de Lençóis. Com isso, a paisagem *cultural* foi desmembrada em paisagem *natural* e paisagem *urbana*. Mostramos que a primeira delas foi destacada e enaltecida, quase que exclusivamente, nos produtos de divulgação tanto do órgão de turismo do governo do estado (Bahiatursa) quanto pela mídia em geral. Lençóis, que tinha a melhor infraestrutura turística instalada, de “Capital das Lavras” tornou-se a “capital do ecoturismo”.

A recepção de toda essa mudança pela população foi vista com muitas ressalvas e interpretada como ações verticalizadas que não consideraram os anseios locais. O turismo, originalmente desejado, conforme ia se instalando como *ecoturismo* mostrava sua face destruidora do meio ambiente, o mesmo que os garimpeiros haviam construído e conservado; provocava lutas pela ocupação dos espaços urbanos e, no entendimento da população, desviava recursos que deveriam ser usados para melhoria de vida da população.

Todo esse processo foi provocando as ressignificações. Não em uma ação de causa e efeito, mas em contínuas e sucessivas interferências, cada uma delas alterando e realterando valores. No final do capítulo 2 reafirmamos essas alterações, mostrando que atualmente a natureza aparece em primeiro lugar na lista do que os grupos mais jovens da população consideram importante preservar em Lençóis, enquanto a “cultura” é apontada em primeiro lugar pelos grupos mais velhos.

No capítulo 3, analisamos os conflitos causados entre o Programa Monumenta e a população e os discursos e práticas dos técnicos do programa em Lençóis. Esse discurso mostrou-se inovador na fase inicial, no sentido de contemplar valores atribuídos pela comunidade e não reconhecidos pelo IPHAN. Isso pode ser vislumbrado no Apêndice G (p. X), na lista de imóveis de interesse para receberem recursos pela *Carta Consulta*, na qual constam a Casa de Lapidação, o Ex Vice-Consulado francês, e até o Banco do Brasil, indicado para receber reformas de “adequação” em vista de ser “descaracterizador” (BRASIL, 2001b).

Vimos que, na primeira revisão das ações do programa (a *Revisão do Perfil do Projeto*), o conhecimento das necessidades locais de alguns técnicos (Márcio Perroni e Itana Miranda de Lima) e o empenho dos coordenadores (Gabriel Gonsalves e Eduardo Fucs) junto à direção do programa em Brasília (Luiz Fernando de Almeida) possibilitaram que alguns parâmetros definidos em nível nacional pudessem ser adequados à realidade local. O maior mérito da sensibilidade desses técnicos em terem reconhecido as demandas específicas de Lençóis foi

¹ Denominado Horácio de Mattos.

o fato de, juntamente com Cachoeira (sob a mesma coordenação), terem sido duas das localidades com maior número de imóveis privados contemplados para financiamento (BONDUKI, 2010), e também o fato de terem sido construídas duas obras novas na cidade com recursos do programa (inicialmente destinado apenas para intervenção em imóveis existentes).

No entanto, o balanço final da atuação do programa na cidade não pode caracterizá-lo como inovador e, menos ainda, como participativo. Mostramos que, embora tenha havido na cidade uma oficina de planejamento participativo que era uma exigência do programa para todos os municípios elegíveis - a presença de lençoienses foi extremamente baixa, devido à falta de divulgação. Isso foi apontado como um problema na avaliação da oficina pelos próprios participantes, assim como a metodologia empregada, que era menos uma construção coletiva e muito mais a condução do moderador.

A falta de espaços participativos ficou ainda mais evidente durante as obras finais do programa, provocando sérios conflitos e desacordos com as decisões de projeto, que levaram alguns moradores à mobilização. Trata-se dos mesmos moradores envolvidos em outras ações de preservação: Heraldo Barbosa Filho, Rilza Ribeiro Rola e Rená Rola Barbosa, antigos membros do MCC que propuseram o tombamento, e Roy Funch, o responsável pela criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do Parque Municipal da Muritiba. Reivindicaram, junto a autoridades (governador Jaques Wagner, na época, e Juca Ferreira, secretário do ministro da Cultura, Gilberto Gil, e a Pablo Bachelet, assessor de comunicação do BID), que o projeto fosse revisto, baseado em diálogo com a população e adequando-se às necessidades locais. A não revisão do projeto e, ao invés disso, o encerramento das atividades do Monumenta na cidade, corroboram que a participação não estava mesmo colocada como premissa da ação realizada.

Fica evidente, pelos conflitos que mostramos no capítulo 3, que a cidade não tinha um “patrimônio socialmente inapropriado” e nem “comunidade não participativa”, “problemas” que haviam sido apontados pelo Programa Monumenta. Vimos, ao longo do trabalho e especialmente no último capítulo, que a sociedade de Lençóis possui forte capacidade de mobilização para defesa de questões de interesse comum em torno do patrimônio, seja por meio de indivíduos, como aconteceu em torno do projeto de reforma dos logradouros, seja por meio de grupos, como mostraram as análises dos conflitos em torno do Teatro de Arena e da Festa de Senhor dos Passos.

O conjunto desse trabalho nos mostra que os programas de preservação que alcançaram Lençóis tinham como premissa de intervenção, para eleição dos imóveis a receberem recursos, o “uso cultural da cultura” (MENESES, 1996; 2006), acepção que direciona os bens culturais prioritariamente para a fruição do turista. Meneses situa a cultura como uma dimensão específica da vida social referente a todos os seus níveis, espaços e campos: a dimensão da mediação simbólica. A cultura não deveria ser compreendida como um “segmento compartimentado, privilegiado”, e sim como localizada “na totalidade da vida social”. Ao entender um bem cultural como um aspecto privilegiado da cultura, ele é alijado de suas formas de “pro-

dução, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descarte de *sentidos*, de *significações*”, tornando-se apenas “representação cultural” (MENESES, 1996, p. 89, *italico original*). Dessa maneira, ainda segundo o autor, ele é destituído do espaço de habitualidade, e inserido no espaço de contemplação, a apreensão limitada pela visão.

Esse fato muitas vezes se chocou com as prioridades de preservação dos lençoenses, que demonstraram anseios de recuperação de bens distintos aos que foram oficialmente contemplados. Podemos entender essas contradições por meio da identificação dos significados dos bens para a população de Lençóis.

Para tanto, cabe retomarmos rapidamente os acontecimentos dos primeiros anos pós-tombamento: a cidade possuía muitos imóveis em situação de ruína; os prefeitos tentaram reverter, ou no mínimo conter, os processos de arruinamento dos imóveis, com a criação de leis e editais incentivando os proprietários, por meio de isenção fiscal, ou até punindo-os, por meio do confisco das posses; a cidade foi atingida por uma tromba d’água que destruiu parte dos imóveis e áreas públicas ao longo do rio Lençóis, além da ponte de acesso à cidade. A situação de ruína parecia ser, de fato, algo extremamente indesejável.

Ronaldo Senna (1998) defende que o garimpo não pode ser visto como uma economia organicista, uma vez que não cumpre o ciclo vital de nascer, crescer, decair ou morrer. Essa sociedade já “nasce no apogeu e depois cai”. Isso explica, segundo Senna, a formação de uma sociedade com “mentalidade retrógrada”, seja dos que sobreviveram aos tempos de auge, seja nos seus descendentes:

O passado é uma referência constante, o presente uma lamentação profundamente impregnada do sentido de perda e o futuro algo fugidio, confuso, ausente como projeto. Este saudosismo projeta-se em todas as direções da cultura, não apenas possibilitando como, também, quase que fatalizando a existência do culto constante da memória, impregnando todos os segmentos sociais e reorientando os patrimônios simbólicos, tanto os elitizados quanto os populares. (SENNA, 1998, p. 43).

Isso fica mais evidente quando Senna contrapõe a região das Lavras (na qual se insere Lençóis) à zona agrícola, que, por não ter vivido um passado baseado no garimpo,

não é impregnada de saudosismo, posto que mais facilmente encontramos projetos para o futuro a curto, médio e longo prazos, do que a referência constante a um tempo melhor do que já foi ou a um passado de “glórias”. (SENNA, 1998, p. 43).

A chave para compreendermos a defesa constante de imagens do passado pela sociedade lençoense parece estar nessa justificativa. Não qualquer passado, mas sim o passado de glórias, o apogeu, que coincide com o nascimento da cidade. Sendo o próprio passado um projeto, o pedido de tombamento da cidade é justificado.

O entendimento dessa nuance da cultura lençoense nos parece fundamental para entender boa parte dos conflitos que se instauraram em relação à intervenção nos imóveis, principalmente as realizadas pelo Programa Monumenta.

Sob a luz da teoria do culto moderno aos monumentos de Alois Riegl (2008), se-

riam os valores de contemporaneidade os mais importantes para essa comunidade? Aqueles que, quando contemplados, fazem com que os monumentos estejam iguais aos seus “estados de gênese”? Parece que sim. A imagem que se busca preservar é a do antigo, porém sempre renovada, nem que esta renovação esteja apenas na casca, na aparência externa.

As obras empreendidas pelo Monumenta, que se constituíram basicamente de restauro arquitetônico, ou seja, recomposição das formas existentes, como o Arquivo Público Municipal, o antigo Posto de Saúde, a Biblioteca Urbano Duarte, não causaram nenhum conflito (pelo menos não foi identificado). Os conflitos se deram sobre aquelas intervenções em que imperaram modificações mais drásticas, apagando os valores afetivos, aqueles atrelados à noção de pertencimento ao lugar (MENESES, 1992).

Segundo os partidos projetuais explicitados pelos técnicos do programa, em relação à reforma dos logradouros (Avenida Senhor do Passos, Praça do Rosário e 2ª e 3ª fases), à construção do Auditório Casa Afrânio Peixoto e ao mercado municipal, as intervenções basearam-se no uso de novos materiais e releituras dos padrões de calçamento e modinaturas existentes, com o objetivo de evitar-se um falso histórico. Conforme mostramos, esses foram os pontos que mais desagradaram os moradores. A inserção de elementos construtivos que não da cultura construtiva da cidade foi apontada como descaracterização e associada à perda cultural, por causar a sensação de não pertencimento. Para a comunidade de Lençóis, a manutenção da imagem da cidade é de extrema importância.

Essa imagem é uma das dimensões nas quais a cidade se realiza (MENESES, 2006). A cidade é, então, o conjunto de artefatos, produzidos pelos moradores e por seus antepassados, mas também são as imagens presentes nas memórias individuais e, principalmente, coletivas (HALBWACHS, 2006).

No caso de Lençóis, é importante a consideração de dois fatores ao se falar na imagem da cidade. O primeiro é o de que há dois acervos muito reproduzidos na cidade: um de imagens mais antigas, composto de fotos e cartões postais da coleção de mestre Osvaldo (que, como mencionamos, foi um importante personagem em Lençóis, que manteve em sua casa um museu particular), e o outro são as fotografias feitas por Steve Horman para o pedido de tombamento da cidade, levado a cabo pelo MCC. Essas imagens estão congeladas nas memórias dos moradores, e qualquer alteração nessa forma de cidade constitui, para eles, uma descaracterização.

O segundo fato é o da forte oralidade dessa cultura. Por se tratar de uma sociedade com forte predomínio da palavra nas relações, e nenhuma burocratização (SENNA, 1998), a imagem da cidade também é feita por meio das histórias contadas e recontadas pelos mais velhos.

Além desse valor de contemporaneidade que parece imperar entre os moradores de Lençóis, identificamos que há outro valor imperativo: o que Riegl classificou como instrumental (uma das categorias do valor de contemporaneidade), e o que Meneses (1992) e a Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 2013) denominaram valor de uso. Podemos ver que o valor

imperativo para a comunidade de Lençóis, em quase todas as ocasiões em que se investiu em imóveis, foi o valor de uso. Mas não o uso cultural, e sim o uso cotidiano, aquele que atende às necessidades diárias da população, e sobre o qual estão dadas as bases de produção da cultura (MENESES, 2006).

Se, por um lado, os três programas que tiveram lugar em Lençóis – o PCH, o “Agenciamento e restauração das fachadas” do Prodetur e o Programa Monumenta – visavam claramente o uso cultural do patrimônio para fins turísticos, por outro lado, a conduta do IPHAN na gestão das minúcias cotidianas do patrimônio não coabitava com o uso turístico. Isso é claramente identificado por meio dos conflitos constantes em torno das pinturas das fachadas, instalação de elementos publicitários e ocupação do espaço público para fins de lazer, que constituem uma verdadeira batalha entre os donos de estabelecimentos comerciais e os técnicos do órgão.

Há, ainda, um terceiro valor que emergiu principalmente quando as obras de reforma da Av. Senhor dos Passos foram levadas a cabo: o valor afetivo, conforme a classificação de Meneses (1992), aquele que dá a noção de pertencimento dos indivíduos a um determinado sítio. Conforme mostramos no capítulo 3, esse sentimento foi fortemente alterado mediante a reforma da avenida e também da Praça do Rosário.

Essas questões nos conduzem à conclusão de que a pesquisa histórica e antropológica nos parece de fundamental importância para o reconhecimento dos significados simbólicos que uma sociedade imprime aos seus bens materiais, conclusão essa que pode contribuir para o desenvolvimento das metodologias de identificação de valores e ações em defesa e valorização do patrimônio cultural.

Outra conclusão que surge dessa pesquisa, ao se analisar os capítulos de forma transversal, é a de que houve recorrência de investimentos em certos imóveis por parte dos programas de preservação, assim como uma persistência da demanda pela preservação de outros, por parte da população. O mercado municipal, por exemplo, foi alvo de projetos e/ou recebeu recursos diversas vezes, assim como a Biblioteca Urbano Duarte e o sobrado à Praça Horácio de Mattos, esquina com Praça Aureliano Sá. Por outro lado, a Casa de Lapidiação ou o Museu do Garimpo, elencados diversas vezes como uma demanda, nunca foram de fato contemplados, embora chegassem a constituir a lista de intenções, algumas vezes.

A memória dos garimpeiros não perpassa por nenhum objeto material inserido em Lençóis: mostramos que as referências mais marcantes do trabalho do garimpeiro se deram na natureza, pela modificação da paisagem. Constatamos que esse fato tem gerado conflitos e formas de resistências, como a criação de museus particulares: o museu do mestre Osvaldo (desativado após sua morte) e o recente Rancho do Garimpeiro, criado por Coriolano Rocha de Oliveira (Seu Cori, ex-garimpeiro).

A iminência da perda de referências a essa cultura é uma sensação constante que foi agravada pela proibição do garimpo e pela ressignificação da paisagem produzida pelos ga-

rimpeiros. A oralidade, muito relevante na sociedade lençoense, é o que tem mantido a memória desses grupos e o que permite a reprodução de suas imagens da cidade. Conforme aponta Senna (1998), a oralidade nessa cultura também pode ser explicada pela influência do coronelismo, entendido como um sistema de relações na qual o coronel, de poder absoluto e acima das leis e regras burocráticas do Estado, delibera com a palavra suas ações.

A fuga da burocratização e a tradição de ter um soberano que tudo resolve e delibera, explica a prática dessa comunidade de solicitar as resoluções às suas demandas não pelas vias ordinárias – as burocráticas – mas sempre a um interventor, uma pessoa de maior poder, hierarquicamente acima dos técnicos ou gestores imediatos. Observamos isso no caso das demandas de preservação (pedido de tombamento, inserção da cidade no PCH, tombamento do Morro do Pai Inácio) e quando do conflito em torno das obras de reforma dos logradouros. Possivelmente esse comportamento ocorra também em relação a outras reivindicações.

A ausência de burocratização e a força da palavra nas relações dessa sociedade também explicam as dificuldades que os grupos e agentes sentem nas solicitações e manifestações da defesa de seus interesses. Isso aconteceu no caso da festa de Senhor dos Passos e do Teatro de Arena, quando representantes da Sociedade União dos Mineiros (SUM) e da comunidade solicitaram intervenção do IPHAN no sentido de “defender a tradição”, mas o fizeram verbalmente. O pedido não pôde ser levado adiante e seguir o natural caminho burocrático desse órgão, não tendo mesmo chegado à superintendência ou ao Departamento do Patrimônio Imaterial, instâncias do órgão que poderiam receber e abordar melhor essas questões.

Essa pesquisa mostrou que há uma continuidade no modo de atuação do IPHAN, seja na escolha dos bens a serem contemplados nos programas de preservação do patrimônio, seja na postura de intervenção, conforme o *modus operandi* instituído no processo de constituição e de intervenção no patrimônio histórico e artístico nacional². Embora os estudos defendam que após a década de 1960³ ou de 1970⁴ inicia-se uma maior participação da sociedade naquilo que se constituiria como o conjunto patrimonial do país, baseado na diversidade cultural⁵, no caso de Lençóis isso se esboçou no discurso, mas não se delineou na prática.

A população considera o IPHAN um órgão importante na cidade, mas pouco aberto ao diálogo, coercivo e sem parâmetros claros quanto à orientação das intervenções. Também revelamos que está consolidada e prevalece entre os moradores a visão de que ao IPHAN compete a preservação do patrimônio material de Lençóis.

Fica explícita com as demonstrações ao longo da pesquisa, a necessidade premente de diálogo tanto entre os órgãos e programas de preservação com a comunidade quanto entre

2 Para citar alguns: Santos, 1992; Chuva, 1998; Mayumi, 2005 e Gonçalves, 2010.

3 Conforme Falcão, 1984.

4 Conforme Fonseca, 1997.

5 Conforme Falcão (1984), Fonseca (1997), Castriota (2009), Brasil (2005c), e também, internacionalmente, Choay (2001) e Poulot (2009).

as esferas de planejamento e gestão do patrimônio, para os processos direcionados às ações de proteção do patrimonial cultural e natural.

Mostramos que os espaços de participação são constantemente requeridos pela população, e que a ausência deles pode ser considerada o princípio de todo conflito. O patrimônio é uma construção coletiva, apreensão, apoderamento; se as decisões não consideram os valores e os significados que todos atribuem, e não os negocia, a preservação é insuficiente ou pode representar o seu reverso. Diante disso, uma gestão concebida fora do âmbito participativo está destinada ao fracasso.

Concluimos que os grandes programas de preservação, como o Programa de Cidades Históricas ou o Programa Monumenta, foram muito generalistas, e ao que parece, concebidos para cidades de maior porte ou a partir de concepções das grandes cidades; não raramente elaborados por técnicos das grandes cidades. Como abarcam núcleos urbanos de escalas muito distintas e estabelecem parâmetros preconcebidos não necessariamente fundamentados na existência, acabam muitas vezes forçando encaixar uma realidade numa matriz reducionista, como ficou claro quando analisamos a atuação do PCH e do Monumenta em Lençóis.

Mas como um programa de patrimônio dessa escala poderia contemplar, em sua concepção, tanta diversidade? Parece-nos que um caminho possível em nível de política pública de patrimônio seriam os programas com linhas de crédito ou editais, nos moldes de programas nacionais de saneamento ou de habitação, nos quais cada município requer conforme sua necessidade, e não soluções universais vindas de cima, decididas por um técnico de gabinete que desconheça as “dores e as delícias” de cada localidade. Seja como for, urge a criação de alternativas novas tanto para a gestão quanto para os programas de preservação.

A chave para a minimização dos conflitos em torno do patrimônio e para o repensar das políticas e programas de preservação parece estar, definitivamente, no local, no lugar, como insinua Tolstói.

FONTES E REFERÊNCIAS¹

- AÇÃO contra a garimpagem em área ecológica da Bahia. **O Liberal**, 19 mar. 1989.
- AEROPORTO de Lençóis será construído no Tanquinho. **O Avante**, Lençóis, ano 2, n. 9, p. 3, maio 1996.
- ÁGUA para Lençóis. **O Avante**, Lençóis, ano 2, n. 12, out/nov. 1996.
- ALBUQUERQUE, T. Imagem logotipo da Prefeitura de Lençóis. 2013. Disponível em: < <https://www.behance.net/gallery/7633837/Logotipo-da-Prefeitura-de-Lencois-BA>>. Acesso em: 13 jan. 2010.
- ALMEIDA, L. F. Apresentação. In: BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília/DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010. 376p.
- ANDRADE, A. L. D. **Um Estado completo que pode jamais ter existido**. 1993. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- ANDRADE, M. “Abraço” deflagra o início da luta para preservar Morro do Pai Inácio. **A Tarde**, Salvador, 22 set. 1997.
- ARANTES, A. A. (Org.) **Produzindo o Passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARANTES, A. A. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio**, n. 22, 1987.
- ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos na cidade contemporânea. In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (Orgs.). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: Iphan, 2006. p. 54-58.
- ARAÚJO, D. A. Realidade imaginária e concretude representada: garimpando as trilhas do cotidiano. In: ARAÚJO, D. A.; NEVES, E. F.; SENNA, R. S. **Bambúrrios e quimeras** (Olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 167-188.
- ARAÚJO, D. A.; NEVES, E. F.; SENNA, R. S. Anotações sobre “Memória histórica e descritiva do município de Lençóis (Lavras – Diamantinas)”. In: _____. **Bambúrrios e quimeras** (Olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). Feira de Santana: UEFS, 2002.
- ARAÚJO, D. A.; NEVES, E. F.; SENNA, R. S. **Bambúrrios e quimeras** (Olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). Feira de Santana: UEFS, 2002.
- ARAÚJO, G. M. Os valores do patrimônio cultural. Uma contribuição teórica para as políticas de conservação. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 145.00, Vitruvius, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.145/4387>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
- ARAUJO, G. M.; CASTRIOTA, L. B. Patrimônio e Valores: A Questão da Reabilitação do Mercado Distrital de Santa Tereza em Belo Horizonte/MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITETOS DO BRASIL - Arquivemória 3, 3., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: IAB-BA, 2008.
- ÁREAS protegidas da Chapada Diamantina são privatizadas. **A Tarde**, Salvador, 1 abr. 1997.
- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ASSEIO da cidade. **O Sertão**, Lençóis, p. 1, 17 ago. 1941.
- ASSIS, D. Off Road Clube na Chapada Diamantina. **A Tarde**, Salvador, 12 jun. 1997.
- ASSISTIREMOS ao esplêndido soerguimento das Lavras. **O Sertão**, ano 28, n. 12, p. 1, 18 abr. 1948.

¹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

ASSOCIAÇÃO BARBADOS DE ONGS DA CHAPADA DIAMANTINA. [Fac-símile] 29 jan. 1998, Palmeiras [para] SIMAS, E. Lençóis. Denúncia sobre depredações no Morro do Pai Inácio. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN, Caixa 72, Série Lençóis – Tombamentos.

ASSUNÇÃO, P. **História do Turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX**. Barueri: Manole, 2012.

ATHAYDE. Morte e Vida do Sertão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1971.

ATLAS. **Ranking todo o Brasil – 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

AULETE Digital. Disponível em: <www.aulete.com.br>. Acesso em: 31 jan. 2015.

AUSTRALIA ICOMOS. **The Burra Charter**: The Australian ICOMOS Charter for places of Cultural Significance. 1999. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA_CHARTER.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2012.

AUSTRALIA ICOMOS. **The Burra Charter**: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance. 2013. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

AUSTRALIA ICOMOS. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/publications/charters/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

AVELLAR, J. C. Trabalhar na Pedra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 87, n. 348, p. 10, 26 mar. 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=177386>. Acesso em: 1 nov. 2014.

AVENIDA Senhor dos Passos. **O Sertão**, Lençóis, p. 1, 7 set. 1941.

AVRAMI, E.; MASON, R.; DE LA TORRE, M. (2000). Research Report. In: GETTY CONSERVATION INSTITUTE (GCI). **Values and Heritage Conservation**: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/valuesrpt.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

A ADMINISTRAÇÃO de Lençóis e os administrados definidos num gesto. **O Sertão**, Lençóis, p. 3, 11 jul. 1943.

A CHAPADA Diamantina revela toda a sua magia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, s/d.

A COMUNIDADE buscou informações do prefeito. **O Avante**, Lençóis, ano 4, n. 23, p. 1, set/out. 1998.

A CRIMINOSA exploração de diamantes nas Lavras. **A Tarde**, Salvador, 22 set. 1992.

A CRUZ vermelha dos monumentos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 16 dez. 1971. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Pasta Compromisso de Salvador.

A FEIRA livre de Lençóis. **O Avante**, Lençóis, ano 2, n. 11, p. 3, ago/set. 1996.

A IMPRENSA e o poder. **O Sertão**, Lençóis, ano 28, n. 1, p. 1, 1 fev. 1948.

A LENDA do Pai Inácio. Direção: Pola Ribeiro. Produção: Ana Nossa. Interpretes: Kal Santos; Meran Vargens; Rui Funch; Tote Rocha; Moisés Augusto; Roberto Woolf; Rai Alves; Godi; Gina Paduska. Roteiro: Pola Ribeiro. Brasil: Cheneclube 51; Lumbra Filmes, 1987. 1 curta-metragem (18min), son., color, 35mm.

A MISÉRIA nas lavras. **O Sertão**, Lençóis, ano 12, n. 15, p. 1, 17 julho de 1932.

A MUDANÇA da feira. **O Avante**, Lençóis, ano 4, n. 22, p. 4, jun/jul. 1998.

A NATUREZA privilegiou a pequena cidade baiana encravada na Chapada Diamantina. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 mar. 1991.

A ORIGEM da arquitetura de Lençóis. **O Avante**, Lençóis, ano 6, n. 33, p. 5, nov. 2000.

A PHENIX das lavras. **O Sertão**, Lençóis, ano 12, n. 2, p. 1, 5 ago. 1934

A PREFEITURA fala sobre a reforma da Praça Otaviano Alves. **O Avante**, Lençóis, ano 6, n. 35, p. 2, ago. 2001

BAHIA MOSTRA ao turista os novos caminhos da aventura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1985.

BAHIA VIBRA com diamantes. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1976, Economia, p. 6.

BAHIA. Decreto nº 2216 de 14 de junho de 1993. Cria a Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara, nos Municípios de Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 1993a.

BAHIA. Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa. Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia. **Chapada Diamantina. Relatório Final**. v. 1. Salvador, 1993b.

BAHIA. Lençóis entra no ecoturismo mundial. **Diário Oficial da Bahia**, Salvador, ano 81, n. 16427, 16428, p. 4, 18/19 jan. 1997a.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **2014 08 28_Audincia Pblica FPI Lencois_Maiama.jpg**. 2014a. Altura: 427 pixels. Largura: 647 pixels. 212 kb. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/adm/conteudo/arquivos/imagens/Imgnot/image/2014/2014%2008%2028_Audincia%20Pblica%20FPI%20Lencois_Maiama.jpg>. Acesso em: 25 dez. 2014.

BAHIA. Prefeitura Municipal de Lençóis. IPAC. Programa Monumenta. BID. Casa Afrânio Peixoto. **Ata da primeira reunião de apresentação do Projeto de Requalificação do Centro Histórico de Lençóis realizada** em 12 de maio de 2010a.

BAHIA. Prefeitura Municipal de Lençóis. IPAC. Programa Monumenta. BID. Casa Afrânio Peixoto. **Ata da audiência pública sobre a requalificação da cidade de Lençóis coordenada pela Prefeitura de Lençóis e os representantes do BID/MONUMENTA/ IPAC** em 21 de maio de 2010b.

BAHIA. PRODETUR. **Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para a implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê**. Salvador, 1976.

BAHIA. Secretaria da Educação. Universidade Estadual de Feira de Santana. **Inventário turístico de Lençóis – 2003**. COELHO, L.; SENNA, R. S. (Orgs.). Lençóis: Campus Avançado da UESF, 2004.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural: monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina**. Salvador, 1980.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Efeitos da festa de São João em municípios selecionados**. Salvador: Publicações SEI, 2013, p. 6. Relatório. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/relatorios/relatorio_sao_joao.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.

BAHIA. Tribunal de Justiça. Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Decisão Agravo de Instrumento nº 0010560-98.2014.8.05.0000. Agravantes: Gercival Vieira, Diocese de Irecê - Paroquia Nossa Senhora da Conceição. Agravado: Octaviano Jose de Almeida Junior. Relatora: Desembargadora Sara Silva de Brito. Salvador, 29 de julho de 2014. **TJBA Diário da Justiça Eletrônico**, Salvador, caderno 1, n. 1242, p. 192, 30 jul. 2014b. Disponível em: < http://www.tjba.jus.br/diario/internet/inicial.wsp?tmp.diario.nu_edicao=1242&tmp.diario.cd_caderno=&tmp.diario.cd_secao=&tmp.diario.dt_inicio=30/07/2014&tmp.diario.dt_fim=01/08/2014&tmp.diario.id_advogado=&tmp.diario.pal_chave=>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BAHIA: um patrimônio dilapidado. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 24 out. 1971. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Pasta Compromisso de Salvador.

BALLART, J. **El patrimonio historico y arqueologico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 1997.

BARBOSA FILHO, H.; BARBOSA, R. R.; ROLA, R. R. [Carta] 4 jun. 2010, Lençóis [para] WAGNER, J., Salvador. Solicita intervenção do governador na revisão do projeto.

BASTOS, C. L. S. **Relatório**. Lençóis, 8 janeiro 1988. Arquivo da 7ª SR do IPHAN, Caixa 72, Lençóis.

BENEFÍCIOS ainda não foram divulgados. **O Avante**, Lençóis, ano 4, n. 24, nov/dez. 1998.

BOITO, C. **Os Restauradores**. Tradução Paulo e Beatriz Mugayar Kühl. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília/DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010. 376p.

BOSI, V. Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, 1987, p. 138-144.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl; apresentação Giovanni Carbonara; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL, L. P. **À PML, Cam. de Vereadores de Lençóis, Governador do Estado da Bahia e ALBA**: Defenda o Teatro de Arena de Lençóis como bem público do povo da Bahia: abaixo-assinado, 2 jul. 2014. Disponível em: < https://secure.avaaz.org/po/petition/A_PML_Cam_de_Vereadores_de_Lençois_Governador_do_Estado_da_Bahia_e_ALBA_Defenda_o_Teatro_de_Arena_de_Lençois_como_bem_pu/?mbXjAeb > . Acesso em: 6 jan. 2014.

BRASIL. Constituição (1967). Emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 out. 1969, p. 8865. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Decreto Federal nº 91.655, de 18 de setembro de 1985. Cria o Parque Nacional da Chapada da Diamantina. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 1985. Seção 1, p. 13593.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial** (DOFC), Rio de Janeiro, RJ, 6 de dezembro de 1937, p. 24056. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 ago. 2000. p. 2. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm >. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 55 de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. **Diário Oficial** (DOFC), Brasília, DF, 21 de novembro de 1966. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm >. Acesso em: 22 jan. 2015.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm >. Acesso em: 19 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. **Diário Oficial** (DOFC), Brasília, DF, 7 de novembro de 1962. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4132.htm >. Acesso em: 16 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Oficina de Planejamento Participativo Município Lençóis/BA**: Lençóis, relatório da oficina. Lençóis: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, fev. 2001a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Projeto Lençóis/BA**: Carta Consulta. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, jul. 2001b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Projeto Lençóis/BA**: Perfil do Projeto. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, jun. 2002a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Projeto Lençóis/BA**: Sumário Executivo do Projeto. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, jun. 2002b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Projeto Lençóis/BA**: Mercado Público Municipal. Projeto Executivo. Parte I – memorial descritivo e especificações técnicas. Brasília, p. 6, jul. 2002c.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Projeto Lençóis/BA**: Prefeitura Municipal. Projeto Executivo. Parte I – memorial descritivo e especificações técnicas. Brasília, p. 6, jul. 2002d.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Projeto Lençóis/BA**: Revisão do Perfil do Projeto. Salvador, v. 1, caderno principal, p. 42, nov. 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Projeto Lençóis/BA**: Logradouros de Lençóis: Proposta de Requalificação. Salvador, Caderno de Estudos e Projeto Executivo, p. 11, ago/set. 2005a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. BID. **Projeto Lençóis/BA**: Logradouros de Lençóis □ Proposta de Requalificação. Salvador, Caderno de Estudos e Projeto Executivo, p. 11, nov/dez. 2005b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. IPHAN. **Monumenta**: catálogo. Brasília, [2007?]. 28 p. Catálogo da exposição ExpoMonumenta. Disponível em: <<http://www.iadb.org/developmentimpacthonors/Monumenta/Documents/CatalogoMonumenta.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005c.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Ministério da Educação e Cultura. **Exposição de motivos 076-B**, de 31 de maio de 1973. Arquivo Central do IPHAN em Brasília. Programa de Cidades Históricas: Caixa 89, camisa 76G.

BRILHANTE (2005). Direção: Conceição Senna. Brasil: MP2 Produções Ltda./Araça Azul Ltda. 1 filme (83 minutos), son., color, digital.

BRITO, H. P. S. **[Telegrama]** 28 out. 1975a, Lençóis [para] PERES, F. R., Lençóis. 1f. Resposta ao telegrama de 27 out. 1975. Prefeitura Municipal de Lençóis. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043.

BRITO, H. P. S. **[Bilhete]** out. 1975b, Lençóis [para] SALES, F., Lençóis. 1f. Recado sobre cópias dos telegramas enviados. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043.

BRITO, H. P. S. **[Telegrama]** 31 out. 1975c, Lençóis [para] SALES, F., Lençóis. 1f. Sobre o salvamento do sobradinho da Praça Lira. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043.

BRITO, R. Lençóis, a “Capital das Lavras” vive do passado. **A Tarde**, Salvador, 20 jul. 1978.

BRITO, F. E. M. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDUFBA, 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE LENÇÓIS. 20ª e 21ª Sessões extraordinárias, realizadas em 25 de Outubro de 1º de novembro de 1949. **O Sertão**, Lençóis, 20 nov. 1949, p. 6.

CAMPOFIORITO, I. Muda o mundo do patrimônio: notas para um balanço crítico. **Revista Brasil**. Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria de Ciência e Cultura: Rio de Janeiro, s/d.

CARTA aberta ao Sr. Cel. Prefeito da cidade de Lençóis sobre Horácio de Mattos. **O Sertão**, Lençóis, ano 11, n. 15, p. 1, 21 jun. 1931.

CARVALHO, A. **A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado**. Feira de Santana: UEFS editora, 2013.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.

CASTRIOTA, L. B.; ARAÚJO, G. M.; CARDOZO, K.; SOUSA, V. P. PAC Cidades Históricas: oportunidade para a conservação integrada? **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, 2010, p. 93-117.

CASTRIOTA, L. B. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, M. A. A. F.; CORRÊA, E. L. (Orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CHAGAS, A. **O chefe Horácio de Matos**. São Paulo: Bisordi, 1961.

CHAPADA quer cumprimento de decreto contra dragas. **A Tarde**, Salvador, 9 nov. 1989.

CHEGA de meio ambiente, queremos um inteiro. **O Avante**, Lençóis, ano 2, n. 10, p. 2, jun. 1996.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). 1998. 519 f. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1998.

CLEERE, H. **Approaches to the archaeological heritage**: a comparative study of world cultural resource management systems. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

COMO evitar canivete de turista em monumentos. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 27 out. 1971. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Pasta Compromisso de Salvador.

COMUNIDADE DE LENÇÓIS. **Abaixo-assinado da Comunidade de Lençóis ao Presidente da Câmara Municipal de Lençóis**. Lençóis, 13 jul. 2000.

COMUNIDADE se manifesta sobre o turismo. **O Avante**, Lençóis, ano 5, n. 28, p. 3, dez. 1999.

CONJUNTO de formas preciosas. Riqueza arquitetônica e geográfica ampara a variedade de programas na região de Lençóis, na Chapada Diamantina. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2001.

CONY, C. H. Revisitando a obra de Herberto Sales. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2005, Folha Ilustrada. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2810200530.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

CORRÊA, S. R. M. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. 2012. 288 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CORRÊA, S. R. M. Formulação e implementação do programa de Cidades Históricas (PCH): 1972/1979. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, 5., 2014, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: FCRB/MinC, 2014. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Sandra-Rafaela-Magalh%C3%A3es-Corr%C3%AAa.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2014.

CORRIDA ao ouro e ao diamante é retomada com fé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1975, Caderno Nordeste 75, p. 30.

COSTA, E. B. A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG). 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo São Paulo, 2009.

COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.) **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras expressões, 2012.

COSTA, F. R. **Turismo e Patrimônio Cultural**: interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac; Edições SESC SP, 2009.

COSTA, J. G. V. Cidades Históricas X Cultura: valores em conflito. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA – SBPC, 38., 1986, Curitiba. **Resumos...** Curitiba: SBPC, 1986.

COSTA, J. G. V. Texto do Seminário Interno da 5ª Diretoria Regional Coordenação de Preservação. In: SEMINÁRIO INTERNO DA 5ª DIRETORIA REGIONAL COORDENAÇÃO DE PRESERVAÇÃO, 1., 1987. **Resumos...** Arquivo pessoal de Geraldo Costa. Mimeo, [1987?].

CRA DEMOLIU obra irregular no Pai Inácio. **A Tarde**, Salvador, 22 out. 1999.

CRESCIMENTO urbano modifica o patrimônio de Lençóis. **Lampião – Jornal da Chapada Turístico e Ecológico**. Lençóis, ano I, n. 2, p. 3, fev. 1989.

CRIAÇÃO do Conselho Municipal de Turismo não respeita a lei. **O Avante**, Lençóis, ano 4, n. 24, p. 5, nov/dez. 1998.

CUNHA, C. R. **Restauração**: diálogo entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN. 2010. 171 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CURSO da UEFS discute turismo. **O Avante**, Lençóis, ano 5, n. 30, mai 2000.

CURY, I. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CRUZ, A. J. **Especificações das obras de restauração do Mercado Municipal de Lençóis, da Ponte sobre o Rio Lençóis, e Agenciamento da Praça Aureliano Sá e adjacências, situados na cidade de Lençóis, estado da Bahia**. Salvador: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4ª. Diretoria Regional. Programa de Cidades Históricas, 1980. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043.

CRUZ, A. J. **Relatório sobre a conclusão das obras de estabilização e reconstrução do Sobrado da Rua dos Mineiros e da Biblioteca Urbano Duarte, ambos na cidade de Lençóis, neste Estado**. Salvador: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 5ª Representação Regional, 1982. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043.

D'ASSUMPÇÃO, L. R. **Preservação Urbana em Diamantina**. Aspectos teóricos e a prática institucional (1938-1970). 1995. 266 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

DE LA TORRE, M. (Ed.). **Assessing the values of cultural heritage**: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/assessing.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

DE LA TORRE, M.; MAC LEAN, M. G. H.; MYERS, D. **Chaco Culture National Historic Park: A Case Study**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2003. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/chaco.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

DESAPROPRIAÇÃO das minas. **O Sertão**, Lençóis, ano 30, n. 84, p. 1, 21 mai. 1950.

DIAMANTE baiano. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 set. 1996.

DIAMANTE Bruto. Direção: Orlando Senna. Fotografia: João Carlos Horta. Brasil: Pilar Filmes Ltda./ Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes S.A., 1977. 1 filme (100 minutos), son., color, 35 mm.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIOCESE DE IRECÊ. **A Semente**: Comunicação Bimestral. Irecê, p. 1, set/nov. 2014.

DUARTE JR., R. Programa Monumenta: uma experiência de preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out. 2010.

DURHAM, E. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 10, out. 1984.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ECOLOGIA. Invasão de ambiente. **O Avante**, Lençóis, ano 3, n. 14, fev/mar. 1997.

ECOTURISMO, a nova riqueza de Lençóis. Já! Bahiatursa, 2ª quinzena, fev. 1998.

EDITORIAL. **O Avante**, Lençóis, ano 4, n. 24, p. 2, nov/dez. 1998.

EMPRESA mista vai explorar diamantes no interior baiano. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1976. Economia, 1º Caderno, p. 25.

EM CENA, a beleza de Lençóis. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 out. 1991.

EM DEFESA da chapada. **A Tarde**, Salvador, 26 out. 1997.

ENCONTRO DE GOVERNADORES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL NACIONAL, 2., 1971, Salvador. **Anais...**, Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Educação e Cultura, 1973.

EQUIPE baiana faz pesquisa no garimpo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1975.

ESCRITÓRIOS técnicos: SPHAN amplia sua ação nos núcleos tombados. **Boletim SPHAN/Pró-Memória**, mar/abr., 1984. p. 11-19.

EX-PREFEITO prefere turismo cultural. **Lampião – Jornal da Chapada Turístico e Ecológico**. Lençóis, ano I, n. 2, p. 2, fev. 1989.

FALCÃO, J. Políticas de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984, p. 45-49.

FALCÓN, G. A. O.; DULTRA, C. M. M. **A inserção da Bahia na evolução nacional**. 1ª Etapa: 1850-1889. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978. Fundação de Pesquisas – CPE.

FAMÍLIA MÜLLER. Bahia – #destinocopa2014 #copa #copa2014 #bahia. **Revista Trust Me**. Publicado em 23 abr. 2014. Disponível em: <<http://revistatrustme.com.br/bahia-destinocopa2014-copa-copa2014-bahia/>>. Acesso em: 3 jan. 2015

FEIRA Livre em Lençóis: um problema. **O Avante**, Lençóis, ano 7, n. 36, p. 3, fev. 2002.

FELIPPI, A. J. A situação atual de Lençóis. **O Sertão**, Lençóis, ano 17, n. 28, 20 fev. 1938.

FENERICH, A. R. L. **Preservação em São Paulo**: análise de procedimentos metodológicos. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FESTA de Senhor dos Passos. **O Sertão**, Lençóis, p. 1, 8 fev. 1942a.

FESTA de Senhor dos Passos. Novena dos negociantes. **O Sertão**, Lençóis, p. 1, 15 fev. 1942b.

FESTA do Senhor Bom Jesus dos Passos do ano de 1946. **O Sertão**, Lençóis, p. 1, 1 jan. 1946.

FESTA do Senhor dos Passos em Lençóis. **O Sertão**, Lençóis, p. 4, 9 fev. 1947.

FESTA do Sr. dos Passos mantém as tradições. **Lampião – Jornal da Chapada Turístico e Ecológico**. Lençóis, ano 1, n. 2, p. 2, fev. 1989.

FESTEJOS do Glorioso Senhor dos Passos. **O Sertão**, Lençóis, p. 2, 24 dez. 1943.

FIQUE sabendo... **O Avante**, Lençóis, ano 3, n. 21, p. 4, abr/mai. 1998.

FLÔRES, R. J. C. (2007). **São João del-Rey**: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso. 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

FOGO ameaça reserva da Chapada Diamantina. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 out. 1987.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FREEMAN, R. E. **Strategic Management**: a stakeholder approach. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. (1ª edição de 1984).

FUNCH, R. R. **Chapada Diamantina, uma reserva natural**. Salvador: Bureau Gráfica e Editora Ltda., 1982, p. 4-5.

FUNCH, R. R. [Carta] 19 fev. 1986, Lençóis [para] MACIEL, E. C., Lençóis. Criação do parque de Lençóis. Documento do arquivo público de Lençóis/BA.

FUNCH, R. R.; ALVES, A.; Chapada Diamantina: Uma Visão Panorâmica. In: ALVES, A. (Org.). **Chapada Diamantina**. Salvador: SEPLANTEC, 1997a.

FUNCH, R. R. **Um guia para o visitante à Chapada Diamantina**: o circuito do diamante. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 1997b.

FUNCH, R. R. **A Visitor's Guide to the Chapada Diamantina**. V. 1. 2. ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1999.

- FUNCH, R. R.; FUNCH, L. S.; HARLEY, R.M.; GIULETTI, A.; MELO, E. **Plantas úteis da Chapada Diamantina**. V. 1. São Carlos: RIMA, 2004.
- FUNCH, R. R. **As Leis do Meio Ambiente do Município de Lençóis, Bahia**. V. 1. Seabra: Editora Seabra, 2006.
- FUNCH, R. R. **Um guia para a Chapada Diamantina**. 4 ed. rev. atua. Salvador: Gráfica Contraste, 2007.
- FUNCH, R. R. [E-mail] 27 May 2010, [para] BACHELET, P. A. A problem in Brazil.
- FUNCH, R. R. O Serrano – Parque Municipal da Muritiba. In: FUNCH, L. S.; MIRANDA, L. A. P. (Orgs.). **Serrano, Parque Municipal da Muritiba**. Feira de Santana: Print Mídia, 2011, p. 13-25.
- FUNCH, R. R.; FUNCH, L. **100 flores nativas no Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Feira de Santana: Print Mídia, 2014.
- GANEM, N. **Lençóis de outras eras**. Brasília: Thesaurus, 2001. 2 v.
- GARIMPEIRO não destrói a natureza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1975.
- GARIMPEIROS DE SERRA sofrem com ações do Ibama. **O Avante**, Lençóis, ano 7, n. 43, p. 4, ago/set. 2003.
- GARIMPEIROS são discriminados em sua terra. **O Avante**, Lençóis, ano 7, n. 43, ago/set. 2003.
- GOMES, M. A. A. F.; CORRÊA, E. L. (Orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011. Coleção Arquimemória; v. 1.
- GONÇALVES, C. S. **Restauração Arquitetônica**. A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- GONÇALVES, C. S. **Experimentações em Diamantina**. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no Conjunto Urbano Tombado 1938-1967. 2010. 228 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GONÇALVES, M. S. P. C. **Garimpo, devoção e festa em Lençóis, BA**. São Paulo: Escola de Folclore, 1984.
- GRÃOS DE LUZ E GRIÔ. **543682_543956945640517_602725836_n.jpg**. 2013. Altura: 540 pixels. Largura: 720 pixels. 78,5 kb. Disponível em: <<https://www.facebook.com/GraosdeLuzeGrio/photos/a.403731129663100.79775.403047413064805/543956945640517/?type=1&theater>>. Acesso em: 25 dez. 2014.
- GRUPO DE ESTUDOS DE RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL GERMEN. Prefeitura Municipal de Lençóis. **Inventário dos imóveis do sítio urbano em processo de arruinamento/ Lençóis-BA**. Parte I. Salvador, 1985, p. 12. Mimeo. Arquivo Central do IPHAN, Caixa 30, Pasta 02.
- GRUPO MARACATU BAQUE DIAMANTE. Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MaracatuDiamante/photos_stream>. Acesso em: 3 fev. 2002.
- GUANAES, S. A. **Nas trilhas dos garimpeiros de serra**. Garimpo e turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina – Ba. 2001. 213 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- GUANAES, S. A. **Meu quintal não é parque!** Populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA. 2006. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- GUIA CHAPADA DIAMANTINA. **3830_416126008449867_1192383338_n.jpg**. 2012. Altura: 960 pixels. Largura: 844 pixels. 200 kb. Disponível em: <http://www.guiachapadadiamantina.com.br/wp-content/uploads/2012/09/3830_416126008449867_1192383338_n.jpg>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- HAGAR, K. Toward a New Approach to Recent-Past Preservation Planning. In: “LOOKING FORWARD” SYMPOSIUM HISTORIC NEW ENGLAND, Oct. 2011, Philadelphia. **Proceedings...**Philadelphia: University of Pennsylvania, 2011.

HAJIALIKHANI, M. A Systematic Stakeholders Management Approach for Protecting the Spirit of Cultural Heritage Sites. In: GENERAL ASSEMBLY AND SCIENTIFIC SYMPOSIUM, 16th, 2008, Quebec. **Proceedings...** Quebec: ICOMOS, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALLAL, D. R. et al. O contexto de criação dos cursos de bacharelado em turismo no Brasil. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICA DEL SUR, 10., Mar Del Plata. **Resumos...** Mar Del Plata: dez. 2010.

HASSARD, F. **Heritage, Hermeneutics and Hegemony A Study of Ideological Division in the Field of Conservation-Restoration**. 2006. Tese [Doutorado em Filosofia] Buckinghamshire Chilterns University College, Brunel University 2006.

HASSARD, F. Towards a new vision of restoration in the context of global change, **Journal of the Institute of Conservation**, v. 32, n. 2, Sept. 2009, p. 149-163.

HORÁCIO Mattos é o nome do centro da nossa urbs antiga Praça do Mercado. **O Sertão**, Lençóis, ano 11, n. 19, p. 1, 19 jul. 1931.

HORMAN, S. Carta aos vereadores de Lençóis. Anápolis/GO, 26/04/1974. In: ARAÚJO, D. A.; NEVES, E. F.; SENNA, R. S. **Bambúrrios e quimeras** (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). Feira de Santana: UEFS, 2002, p. 207-208.

HOUAISS Eletrônico. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INCÊNDIO destrói mercado de Lençóis. **A Tarde**, Salvador. 28 jan. 1991.

INQUÉRITO ambiental. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 10, 15 ago. 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Lençóis, Bahia. Em comemoração ao 1º. Centenário. In: _____. **Coleção de monografias**, nº 129. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Bahia, Lençóis**: infográficos: despesas e receitas orçamentárias e PIB. 2009. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/16P6>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Bahia, Lençóis**: síntese das informações. 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1as4>>. Acesso em 20 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Bahia, Lençóis**. 2015. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/28L>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. LIMA, F. H. B.; MELHEM, M. M.; POPE, Z. C. (Orgs.). **Guia Bens Móveis e Imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-2009)**. 5. ed. rev. e atualiz. [Versão Preliminar]. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. (Brasil). Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Conjunto Paisagístico do Morro do Pai Inácio. Nome atribuído: Morro do Pai Inácio: conjunto paisagístico e Rio Mucugêzinho. Inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Nº inscrição 120, v. 2, f. 030, em 5 de maio de 2000. In: _____. **Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

INTERIOR tem opções de maior charme. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1985.

IPHAN COMEMORA 70 anos de atuação no Brasil. **Revista Museu**. Publicado em 17 jan. 2007. Disponível em <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=11653>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

JANCSÓ, I. (Coord.). Referencial teórico para a criação de categorias de bens tombados federais a partir de seu significado histórico-cultural. 2000. p. 19-30. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

JARDIM de Plástico. Roteiro, direção e produção: Delmar Alves de Araújo. Brasil: Montanha Filmes, 2008. Produzido na terceira edição do projeto Revelando os Brasis: Ministério da Cultura, Instituto Marlin Azul.

JOKILEHTO, J. Conceitos e ideias sobre conservação. In: ZANCHETI, S. M. (Org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

JOKILEHTO, J. (2006). World Heritage: Defining the outstanding universal value. **City & Time**, v. 2, n. 1. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

JOKILEHTO, J. **What is OUV?** Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties. Paris: ICOMOS, 2008.

KERR, J. S. **Conservation Plan**: A guide to the preparation of conservation plans for places of Europe Cultural Significance. 7th ed. Australia: ICOMOS, 2013.

KINEMA DI NOVO. **p1020235-12.jpg**. 2011. Altura: 2800 pixels. Largura: 4976 pixels. 864 kb. Disponível em: <<https://kinemadinovo.files.wordpress.com/2011/08/p1020235-12.jpg>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

KONIJNENDIJK, T. **Forget About World Heritage**: What Are the Values? A Research Into Lay People's Heritage Perception in World Heritage Nominations. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana e Planejamento) □ Universidade de Utrecht, Utrecht, 2010.

KRUMBEY, W. E.; BRIMBLECOMBE, P.; COSGROVE, D. E.; STANFORTH, S. (Orgs.). **Durability and Change**. The Science, Responsibility, and Cost of Sustaining Cultural Heritage. Chichester: John Wiley and Sons, 1994.

KÜHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

KÜHL, B. M. (Org.). **Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc** - Restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KÜHL, B. M. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. In: BOITO, C. (Org.). **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KÜHL, B. M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: Problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 18, n. 2, jul./dez 2010, p. 287-320.

KÜHL, B. M. (Org.). **Gustavo Giovannoni**. Textos escolhidos. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

LARSEN, K. E. **Architectural Preservation in Japan**. Trondheim, Norway: Tapir Publisher, 1994.

LAVEN, D.; VENTRISS, C.; MANNING, R.; MITCHELL, N. Evaluating U.S. National Heritage Areas: Theory, Methods, and Application. **Environmental Management**, v. 46, n. 195, 2010, p. 212.

LEAL, F. M. A Antiga Comercial Vila dos Lençóis. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 18, 1978, p. 115-159.

LÉDA, R. L. M. **A sedução da paisagem**: a Chapada Diamantina e o turismo ecológico. 1995. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Editora UFS, 2007.

LENÇÓIS, Bahia. Muitos passeios e o cenário antigo de quando a cidade foi milionária. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1986.

LENÇÓIS CAMINHA na trilha do ecoturismo mundial. **A Tarde**, Salvador, 24 jan. 1997. Municípios, p. 5.

LENÇÓIS DE BARÕES, sinhazinhas e garimpeiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 abr. 1972.

LENÇÓIS de tradições e diamantes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1990.

LENÇÓIS, na Bahia, cidade patrimônio, é a porta de entrada para um mergulho na diversidade do país. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 out. 1998.

LENÇÓIS, NOVO patrimônio público. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 94, n. 30284, p. 36, 18 dez. 1973.

LENÇÓIS PERMANECE com as suas belezas naturais. **A Tarde**, 22 jul. 1997.

LENÇÓIS RENASCE com a recuperação do centro histórico. **Correio da Chapada**, Lençóis, dez. 1996.

LENÇÓIS tem as marcas do garimpo, lutas e política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 set. 1996.

LENÇÓIS tem rio de areia colorida. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 ago. 1989.

LENÇÓIS TERÁ, finalmente, os monumentos restaurados. **A Tarde**, Salvador, 11 jul. 1979.

LENÇÓIS, um diamante lapidado na serra baiana. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1984.

LENÇÓIS. Um pedaço da Bahia pouco desvendado, com florestas e velhos garimpeiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 fev. 1988.

LENÇÓIS: UMA RICA reserva ecológica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 1987.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. Lei nº 190 de 30 de novembro de 1961. Criou o Conselho Municipal de Turismo de Lençóis. In: REPRESENTAÇÃO DA PREFEITURA DE LENÇÓIS. Proposição. In: ENCONTRO DE GOVERNADORES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL NACIONAL, 2., 1971, Salvador. **Anais...**, Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Educação e Cultura, 1973.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Anteprojeto de Lei nº 276**, de 20 de janeiro de 1970. Doa terreno para construção e isenta de pagamento do imposto predial a quem venha edificar casas residenciais e de comércio e indústria e dá outras providências. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores, 20 jan. 1970^a.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Anteprojeto de Lei nº 277**, de 20 de janeiro de 1970. Cria a Biblioteca Municipal com o nome URBANO DUARTE e dá outras providências. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores, 20 jan. 1970^b.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Projeto de Lei nº 278**, de 18 de agosto de 1970. Considera de utilidade pública para fins de melhoramentos urbanísticos, prédios em estado de completa ruína, e dá outras providências. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores, 18 ago. 1970^c.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Projeto de Lei nº 299**, de 29 de outubro de 1972. Considera de utilidade pública para fim de desapropriação, prédio em estado de completa ruína e dá outras providências. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores, 29 out. 1972.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Edital**. Lençóis, 11 de novembro de 1975. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores, 11 nov. 1975.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Decreto nº 11**, de 19 de dezembro de 1977. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores, 19 dez. 1977.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Projeto de Lei nº 324**, de 18 de fevereiro de 1980. Dispõe sobre o Teatro de Arena como sendo de utilidade pública. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Atas da Câmara de Vereadores, 18 fev. 1980^a.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Projeto de Lei nº 325**, de 18 de fevereiro de 1980. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores, 18 fev. 1980b.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Projeto de Lei nº 326**, de 18 de fevereiro de 1980. Documento do Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis: Documentos da Câmara de Vereadores, 18 fev. 1980c.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Festa dos Garimpeiros**. Informe Administrativo da Prefeitura de Lençóis, ano II, n. 12, 01/88, 1988.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. **Jornal da Festa**. Lençóis, ano 1, n. 1, jan. 1999. Arquivo Municipal Dom Obá II D'África, Lençóis.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. PLANARQ. Mapa 5.1-01 Pacto Territorial. In: _____. **Plano Diretor do Município de Lençóis/Ba**: Relatório do Plano Estratégico. Lençóis, 2004. Arquivo digital fornecido pela Secretaria de Tributos do Município.

LENÇÓIS (município). Prefeitura Municipal de Lençóis. PLANARQ. Mapa de Desenvolvimento Territorial. In: _____. **Plano Diretor do Município de Lençóis/Ba**: Relatório do Plano Diretor. Lençóis, 2004b. Arquivo digital fornecido pela Secretaria de Tributos do Município.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEONY, A. **Turismo em área periférica protegida**: o caso de Lençóis e arredores, Chapada Diamantina, Bahia. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

LEONY, A. Circuito do Diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Ambiente**: reflexões e propostas. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

LIMA, C. C. U.; NOLASCO, M. C. **Lençóis, uma ponte entre a geologia e o homem**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Exatas, 1997.

LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. F. (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogo e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LIPE, W. D. Value and meaning in cultural resources. In: CLEERE, H. **Approaches to the archaeological heritage**: a comparative study of world cultural resource management systems. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LOWENTHAL, D. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LOWENTHAL, D. **Possessed by the Past**. The Heritage Crusade and the Spoils of History. New York: The Free Press, 1996.

LOW, S. M. Anthropological-Ethnographic Methods for the Assessment of Cultural Values in Heritage Conservation. In: DE LA TORRE, M. (Ed.) **Assessing the values of cultural heritage**: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999.

MACHADO, C. N. **Os olhares a Fortaleza de São José do Macapá**: do tombamento (1950) aos dias de hoje (2001). 2001. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MACIEL, A.; SENNA, R.; GUANAES, S. **Lençóis, um altar de granito**. Fragmentos de paisagens. Feira de Santana: UEFS, 2012.

MACIEL, E. C. **[Carta]** 30 abr. 1984, Lençóis [para] COSTA, J. G. V., Lençóis. Solicita intervenção para proibição de trabalhos que descaracterizem o imóvel da Pousada de Lençóis. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Caixa 51, Pasta Casa de Lapidação. (Série Logradores [sic]).

MAC LEAN, M. G. H.; MYERS, D. **Grosse Île and the Irish Memorial National Historic Site: A Case Study**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2003. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/grosse_ile.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MAGALHÃES, A. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Editora Nova Fronteira, 1997.

MANGILI, L. P. O processo de tombamento da cidade de Lençóis/BA: Valores envolvidos e seus discursos sobre patrimônio. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: IAB-BA, 2013.

MANGILI, L. P. As ressignificações da paisagem cultural em Lençóis (BA). In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO: desafios e perspectivas, 3., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IEDS; MACPS; IPHAN, 2014. DVD-ROM: son., color ; 4 ¾ pol.

MANIFESTO da comunidade organizada de Lençóis. **O Avante**, Lençóis, ano 3, n. 18, p. 8, set/dez. 1997.

MARBACK NETO, G. Interiorização do turismo na Bahia: uma tentativa de planejamento governamental. **Revista Turismo em Análise**, v. 2, n. 2, nov. 1991, p. 48. Disponível em < <http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/755/528>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MARINS, P. C. G. Do Luz Cultural ao Monumenta: sobre a opção pela escala monumental na preservação de uma área de São Paulo. In: BAPTISTA, D. M. T.; GAGLIARDI, C. M. R. (Org.). **Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália em discussão**. São Paulo: EDUC/PUCSP; CNPq, 2012. p. 145-169.

MARQUES, E. Briga entre mineiros e igreja gera debate na festa de Nosso Senhor dos Passos, em Lençóis. **Bahia Notícias**, Salvador, 26 jan. 2015. Municípios. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/654-briga-entre-mineiros-e-igreja-gera-debate-na-festa-de-nosso-senhor-dos-passos-em-lencois.html>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

MARTINS, R. S. [**Carta**] 3 jan. 1984a, Lençóis [para] TORRES, N. P., Itaberaba. Sobre o sistema de água da Pousada de Lençóis. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Caixa 51, Pasta Casa de Lapidação. (Série Logradores [sic]).

MARTINS, R. S. [**Carta**] 26 abr. 1984b, Lençóis [para] COSTA, J. G. V., Lençóis. Sobre um convênio entre a empresa, a prefeitura e o IPHAN para restabelecimento do veio d'água do hotel. Arquivo da 7ª. Superintendência Regional do IPHAN, Caixa 51, Pasta Casa de Lapidação. (Série Logradores [sic]).

MASON, R. (Ed.). **Economics and Heritage Conservation: A Meeting Organized by the Getty Conservation Institute**, December 1998. Los Angeles: J. Paul Getty Trust, 1999. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/econrpt.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MASON, R. Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. In: DE LA TORRE, M. (Ed.). **Assessing the values of cultural heritage: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/assessing.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MASON, R. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance". **Places**, v. 1, n. 16, 2004, p. 64-71.

MASON, R. **Economics and historic preservation: a Guide and review of the literature**. Philadelphia: University of Pennsylvania, Sept. 2005.

MASON, R. Theoretical and Practical Arguments for Values-Centered Preservation. **CRM Journal**, summer 2006.

MASON, R.; MAC LEAN, M. G. H.; DE LA TORRE, M. **Hadrian's Wall World Heritage Site: A Case Study**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2003. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/hadrians_wall.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MASON, R.; MYERS, D.; DE LA TORRE, M. **Port Arthur Historic Site: A Case Study**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2003. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/port_arthur.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MAYUMI, L. **Monumento e Autenticidade**: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MAYUMI, L. **Taipa, canela preta e concreto**. Um estudo sobre a restauração das casas bandeiristas em São Paulo. 2005. 329 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MCDONALD, H. Understanding the antecedents to public interest and engagement with heritage. **European Journal of Marketing**, v. 45, n. 5, 2010, p. 780-804.

MCHARG. **Design with Nature**. New York: John Wiley & Sons, 1992.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil**: uma trajetória. Brasília: MEC, 1980. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531>. Acesso em: 30 jan. 2014.

MEDEIROS, A. **img_2570-1024x768.jpg**. 2009. Altura: 683 pixels. Largura: 1024 pixels. 172 kb. Disponível em: <http://imazul.org/circuitoarevelando/files/2009/05/img_2570-1024x768.jpg>. Acesso em: 25 dez. 2014.

MEIRA, A. L. G. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MEIRELLES, D. Apogeu e decadência da cidade dos diamantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1974.

MENESES, U. T. B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 189-194.

MENESES, U. T. B. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, E. (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 88-99.

MENESES, U. T. B. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (Orgs.) **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: Iphan, 2006. p. 35-76.

MILLER, S. R. Historic signs, commercial speech, and the limits of preservation. **Journal of land use**, v. 25, n. 2, Spring 2010, p. 227-263.

MONUMENTOS e turismo hoje. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p. 3, 27 de out. de 1971. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Pasta Compromisso de Salvador.

MORAES, S. O tombamento de Lençóis. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 23 dez. 1973.

MORAES, W. **Jagunços e Heróis**. A civilização do diamante nas Lavras da Bahia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

MORGADO, N. I. M. **O espaço e a memória**: Santana de Parnaíba. 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

MOTTA, L. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987, p. 108-122.

MOVIMENTO AVANTE LENÇÓIS. **Ofício nº 009/95** de 9 de agosto de 1995. Arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN. Caixa 55. Pasta Morro do Pai Inácio. Lençóis, 1995a. (Série Lençóis – Patrimônio Natural).

- MOVIMENTO AVANTE LENÇÓIS. O que é ser cidadão. **O Avante**, Lençóis, 18 set. 1995b.
- MOURATO, S; MAZZANTI, M. Economic Valuation of Cultural Heritage: Evidence and Prospects. In: DE LA TORRE, M. (Ed.). **Assessing the values of cultural heritage**: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.
- MUNDO mágico da chapada. **A Tarde**, Salvador, 22 jan. 1992.
- MUÑOZ VIÑAS, S. **Teoría contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.
- MUSEU de mineralogia. **O Sertão**, Lençóis, p. 4, 8 ago. 1948.
- MYERS, D.; SMITH, S. N.; SHAER, M. **A Didactic Case Study of Jarash Archaeological Site, Jordan**: Stakeholders and Heritage Values in Site Management. Los Angeles: Getty Conservation Institute and Department of Antiquities, Hashemite Kingdom of Jordan, 2010. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/jarash_case_study.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.
- NA PELE.... **Diário de notícias**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1974. Nota.
- NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.
- NEVES, E. F. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: Editora da UFBA; Feira de Santana: editora da UEFS, 1998.
- NEVES, E. F. Narrativas e interpretações: da corografia à história regional e local. In: ARAÚJO, D. A.; NEVES, E. F.; SENNA, R. S. **Bambúrrios e quimeras** (Olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 17-38.
- NOLASCO, M. C. **Registros geológicos gerados pelo garimpo, Lavras Diamantina – Bahia**. 2002. 363 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- NOSSA GENTE. Josefa Gomes dos Santos. **O Avante**, Lençóis, ano 5, n. 28, dez. 1999. Nossa Gente.
- NOSSA GENTE. Maria Minelvina da Conceição. **O Avante**, Lençóis, ano 6, n. 29, p. 8, mar. 2000. Nossa Gente.
- NOSSA GENTE. Seu Cícero: parte da história de uma cidade que nasceu do Garimpo. **O Avante**, Lençóis, ano 8, n. 43, p. 8, ago/set. 2003. Nossa Gente.
- NOSSA GENTE. Vivaldino Pereira Azevedo. **O Avante**, Lençóis, ano 5, n. 97, p. 8, out. 1999. Nossa Gente.
- NOTÍCIAS DE MAMAPE. Reportagem sobre os festejos em honra do Glorioso Senhor Bom Jesus dos Passos – excelso patrono da Sociedade “União dos Mineiros” nessa cidade. **O Sertão**, Lençóis, p. 2, 7 fev. 1943.
- NOTÍCIAS DO MOVIMENTO. **O Avante**, Lençóis, ano 2, n. 11, p. 4, ago/set. 1996.
- NOVENAS da Festa do Senhor dos Passos no ano de 1949. **O Sertão**, Lençóis, p. 6, 9 jan. 1949.
- OLIVEIRA, C. O IPHAN abandona Lençóis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 30.880, p. 32, 23 nov. 1975.
- O ASPECTO da Praça Cel. Bezerra. **O Sertão**, Lençóis, ano 13, n. 29, p. 1, 10 mar. 1935.
- O CINE-REX torna-se mais digno de Lençóis. **O Sertão**, Lençóis, ano 24, n. 160, 6 ago. 1944.
- O NOSSO verdadeiro tesouro ainda não foi explorado. **O Sertão**, Lençóis, ano 28, n. 13, p. 4, 25 abr. 1948.
- O POVO sertanejo está orfão. **O Sertão**, Lençóis, ano 11, n. 12, 24 mai. 1931.
- O TURISMO vai fazer de Lençóis uma cidade famosa. Como no tempo em que exportava diamantes. **OJ Reportagem**, 18 fev. 1973.
- OS GRILOS de ardaga. **O Avante**, Lençóis, ano 3, n. 18, p. 2, set./dez. 1997.
- OS PROBLEMAS da feira. **O Avante**, Lençóis, ano 5, n. 25, mai. 1999, ano V.

- PACHECO, L. **Pedagogia Griô**: a reinvenção da Roda da Vida. Grãos de Luz e Griô: Lençóis/BA, 2006.
- PAI INÁCIO. Topo do morro integra zona de proteção ambiental rigorosa. **Correio da Bahia**, Salvador, p. 6, 2 jul. 1997.
- PALMILHANDO a mesma trilha. **O Sertão**, Lençóis, ano 21, n.1, p. 1, 27 jul. 1941.
- PATRIMÔNIO HISTÓRICO está desaparecendo em Lençóis. **A Tarde**, Salvador, 11 mai. 1999.
- PATRIMÔNIO histórico e natural. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 fev. 2003.
- PATRIMÔNIO LENÇOENSE receberá dinheiro?. **O Avante**, Lençóis, ano 6, n. 34, p. 3, mar. 2001.
- PAU DE ANUN ON LINE. **Cartaz dos 168 anos de Lençóis**. Comunidade no Facebook. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/165675720168999/>>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- PAU DE ANUN ON LINE. **Folheto abraço simbólico**. Comunidade no Facebook. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/165675720168999/>>. Acesso em: 2 jul. 2014.
- PEARCE, S. (Org.). **Interpreting Objects and Collections**. Londres: Routledge, 1994.
- PEDROSA, P. C. **Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial**. 2011. 223 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- PEIXOTO, A. **Bugrinha**. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1944.
- PEREIRA, G. A. **Memória história e descritiva do Município de Andaraí**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. 88 p.
- PEREIRA, G. A. Memória histórica e descritiva do município dos Lençóis (Lavras – Diamantinas) [reprodução da obra de 1910]. In: ARAÚJO, D. A.; NEVES, E. F.; SENNA, R. S. **Bambúrrios e quimeras** (Olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). Feira de Santana: UEFS, 2002, p. 39-128.
- PEREIRA, H. N. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In: GOMES, M. A. A. F.; CORRÊA, E. L. (Orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011. Coleção Arquimemória; v. 1.
- PERES, F. R. **[Telegrama]** 27 out. 1975, Salvador [para] BRITO, H. P. S., Lençóis. 1f. Solicitação de respeito às normas do IPHAN para aprovação de projetos. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2º Distrito. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043.
- PERES, F. R. **[Carta]** 15 fev. 1978a, Lençóis [para] SANTOS, R., Salvador. Agradecimentos pelo empréstimo do avião e cópia do relatório enviado a Renato Soeiro. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043.
- PERES, F. R. **[Carta]** 28 mar. 1978b, Lençóis [para] TELLES, A. C. S., Salvador. Menciona telefonema de Sales pedindo relatório sobre Lençóis e custos. Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043.
- PIRES, V. A capital do diamante deseja ser monumento. **A Tarde**, Salvador, 30 out. 1971.
- PLENDERLEI, H. J. A History of Conservation, Studies. **Conservation**, v. 43, n. 3, 1998, p. 129-143.
- PODEREMOS cultivar quasi todas as plantas. **O Sertão**, Lençóis, ano 28, n. 11, p. 1, 11 abr. 1948.
- PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente**, séculos XVIII-XXI: do monumentos aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRAZERES garantidos para quem for à Bahia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1981.
- PRINCIPIAM a morrer as Lavras Diamantinas. **O Sertão**, Lençóis, ano 28, n. 30, p. 4, 12 set. 1948.

PROGRAMA MONUMENTA. Domo Projetos Culturais. Ponte sobre o Rio Lençóis – Projeto executivo. In: _____. **Volume I** – Memorial Descritivo e Caderno de Especificações. Salvador, 2002.

PROGRAMA MONUMENTA. Relatório de Progresso Semestral. In: _____. **Projeto Lençóis**. 1º semestre 2005, p. 10.

PROGRAMA MONUMENTA. **Relatório de cumprimento de objeto**. Salvador, 12 de mar. 2012.

PROTESTO em santuário ‘privatizado’. **Jornal da Tarde**, p. 16A 8 fev. 1998.

QUADROS, M. J. Descubra Lençóis e mergulhe no verde. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1989.

QUAL será a melhor forma de o município de Lençóis homenagear de modo indelével sua memória? **O Sertão**, Lençóis, ano 11, n. 12, p. 1, 7 jun. 1931.

QUEIROZ, L. M. A. **A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas**: a experiência da cidade de Salvador. 2005. 631 f. Tese (Doutorado em Planejamento territorial e desenvolvimento) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2005.

REBOUÇAS, T. M. **Costurando escalas**: 7ª etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, Programa Monumenta e BID. 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

REFORMA DA PONTE CUSTA 79 MIL REAIS. **O Avante**, Lençóis, ano 7, n. 40, p. 3, nov/dez. 2002.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

REPRESENTAÇÃO DA PREFEITURA DE LENÇÓIS. Proposição. In: ENCONTRO DE GOVERNADORES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL NACIONAL, 2., 1971, Salvador. **Anais...**, Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Educação e Cultura, 1973.

REUNIÃO DE TURISMO, 1., 1972, Brasília. **Anais...**, Brasília, 1972.

RIBEIRO, M. B. Deixem Lençóis crescer. **A Tarde**, Salvador, 24 nov. 1995.

RICÉUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos**. 3. ed. Madrid: A. Machado Libros S.A., 2008.

RODRIGUES, M. **Alegorias do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. 1994. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia: Atelier Editorial, 2008.

SALES, F. **Lençóis, coração diamantino da Bahia**. Salvador: EGBA, 1973a.

SALES, F. O turismo vai fazer de Lençóis uma cidade famosa. Como no tempo em que exportava diamantes. **OJ Reportagem**, 18 fev. 1973b.

SALES, F. **A Bahia de Afrânio Peixoto**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001. Coleção Afrânio Peixoto, 60.

SALES, H. **Cascalho**. 2 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1951.

SALES, H. **Garimpos da Bahia**. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955. Documentário da vida Rural, n. 8.

SALES, H. **Além dos Marimbos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SAMPAIO, T. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Org. José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. 268 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, A. **1379584_631155223601696_1041436764_n.jpg**. Altura: 480 pixels. Largura: 720 pixels. 60 kb. 9 out. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/guiachapadadiamantina1/photos/a.238473509536538.78410.238052286245327/631155223601696/?type=1&theater>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

SANTOS, A. S. Referências sobre a preservação de patrimônios culturais. In: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. 5., 2009, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19156.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2010.

SANTOS, C. H. G. R. **Mapeando os lugares do esquecimento**: ideias e práticas na origem da preservação do Patrimônio no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, C. N. F. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. **Revista Projeto**, 1986, p. 59-63.

SANTOS, L. M. A. **Do diamante ao turismo**: o espaço produzido na cidade de Lençóis. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTOS, M. V. M. **O tecido do tempo**: a ideia de patrimônio cultural no Brasil, 1920-1970. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

SANTOS, V. Bairrismo em Lençóis. **O Avante**, Lençóis, ano 7, n. 40, nov/dez. 2002.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEABRA, G. F. **Do garimpo aos ecos do turismo**: o Parque Nacional da Chapada Diamantina. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SEGAWA, H. Santana de Parnaíba. In: PESSÔA, J.; PICCINATO, G. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 158-163.

SENAC. **Chapada Diamantina**: culinária e história. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013. Publicado em parceria com o Senac Bahia. Pesquisa e texto histórico: Delmar Alves Araújo.

SENNA, O. Os diamantes não são eternos na Cordilheira Azul. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 ago. 1976.

SENNA, O. Olhos e ouvidos bem abertos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 87, n. 112, 29 jul. 1977, Caderno B, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=164994>.

Acesso em: 16 jan. 2015.

SENNA, O. O tortuoso caminho de um cineasta brasileiro até chegar às telas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1978.

SENNA, O. **Os lençóis e os sonhos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SENNA, R. S. **Lençóis**: um estudo diagnóstico. Feira de Santana: UEFS/Prefeitura de Lençóis, 1996.

SENNA, R. S. **Jarê – uma face do candomblé**. Manifestação religiosa na Chapada Diamantina. Feira de Santana: UEFS, 1998.

SENNA, R. S. Passado projeto e presente anterior: o século XX que foi possível, regionalmente, traduzir. In: ARAÚJO, D. A.; NEVES, E. F.; SENNA, R. S. **Bambúrrios e quimeras** (Olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). Feira de Santana: UEFS, 2002, p. 215-249.

SEM CUIDAR DA CAPITAL, A BAHIA CUIDA DE INTERIORIZAR SEU TURISMO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 set. 1980.

SILVA, E. Um príncipe negro nas ruas do Rio. **FolhaOnline**, [2000?]. Disponível em < http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/zumbi_32.htm>. Acesso em: 23 jan. 2015.

SILVA, I. S. **Relatório de serviços**. Lençóis, IPHAN/IPAC/PML, 26 set. 1996.

SILVEIRA, M. I. Lençóis e os seus encantos. **O Sertão**, Lençóis, ano 21, n. 69, p. 1, 9 fev. 1941.

SIMILA, K.; ZANCHETI, S. M. (Orgs.) **Measuring heritage conservation performance**. Olinda: CECI; Roma: ICCROM, 2012.

SOARES, C. P. **Repensando o Patrimônio**: novos dilemas e potencialidades nas políticas de preservação. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SOCIEDADE de Beneficência “Socorros Mútuos”. **O Sertão**, Lençóis, ano 23, n. 104, p. 2, 13 ago. 1944.

SOCIEDADE UNIÃO DOS MINEIROS – SUM (Bahia). **Carta de Intenções do Garimpeiro de Serra**. Lençóis, 1998.

SOCIEDADE UNIÃO DOS MINEIROS – SUM (Bahia). **Em defesa do diálogo democrático para a gestão do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Uma manifestação pública da Sociedade União dos Mineiros (SUM). Lençóis, 2005.

SOCIEDADE UNIÃO DOS MINEIROS – SUM (Bahia). **Folheto de divulgação**. 2014.

SOCIEDADE “União Fraternal” – Sua Fuzão com a “Sociedade União dos Mineiros”. **O Sertão**, Lençóis, ano 12, n. 15, 17 jul. 1932.

SOEIRO, R. [**Telegrama**] 26 dez. 1975, Rio de Janeiro [para] B. H. P. S., Lençóis. 1f. Determina medidas para atender ao pedido do prefeito. Pasta 0117, Módulo 049, Caixa 0043, Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro).

SOMENTE a lavoura é capaz de fazer esta zona prosperar de um modo jamais visto. **O Sertão**, Lençóis, ano 28, n. 10, 4 abr. 1948.

SPHAN. **Boletim SPHAN**, n. 26, set/out. 1983.

SPHAN RESTAURA monumentos dos séculos XVII e XIX na Bahia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 mar. 1988.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981. 3v.

TADDEI NETO, P. Apresentação. In: CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DE LANÇAMENTO OFICIAL DO PROGRAMA MONUMENTA, 1999, Brasília. **Anais Eletrônicos...** Brasília: Ministério da Cultura, 2000. Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/TaddeiVPT.htm>> Acesso em: 7 jan. 2015.

TADDEI NETO, P. O Programa Monumenta: uma nova política para o patrimônio. In: DIAS, M. C. V. L.; WEFFORT, F. et al. (Orgs.). **Patrimônio azulejar brasileiro**: aspectos históricos e de conservação. Brasília: Ministério da Cultura, 2001. 200p.

TADDEI NETO, P. Preservação sustentada de sítios históricos: A experiência do Programa Monumenta. In: CANCLINI, N. et al. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

TERMO de responsabilidade. **O Sertão**, Lençóis, p. 5, 21 mar. 1943.

TETTAMANZY, A. L. L.; ZALLA, J.; D’AJELLO, L. F. T. (Orgs.) **Sobre as poéticas do dizer**: pesquisas e reflexões em oralidade. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE. **Heritage Values, Stakeholders and Consensus Building**. 2010. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/our_projects/field_projects/heritage/index.html>. Acesso em: 26 jul. 2012.

THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE. **Mission and Values**. 2012. Disponível em: <<http://www.getty.edu/conservation/about/mission.html>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

TOLEDO, B. L. Bem cultural e identidade cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984, p. 29-32.

TOLEDO, C. A. **A mobilidade do trabalho nas Lavras Baianas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TOLEDO, C. A. **A região das Lavras Baianas**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TOZI, D. R. **Primavera de estações: o Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural na região do bairro da Luz/São Paulo**. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TUAN, T. H.; NAVRUD, S. Capturing the benefits of preserving cultural heritage. **Journal of Cultural Heritage**, n. 9, 2008, p. 326-337.

TYLER, N. **Historic Preservation: An introduction to Its History, Principles, and Practices**. New York: W.W. Norton & Company, 1994.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION □ UNESCO. World Heritage Committee. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 1984.

VAMOS cuidar da nossa terra e da nossa gente!. **O Sertão**, Lençóis, ano 13, n. 29, p. 1, 10 mar. 1935.

VELHO, G. Patrimônio: negociação e conflito. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. F. (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogo e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 249-262.

VIANA, R. P. A fraternidade dos lavristas. **O Sertão**, Lençóis, ano 29, n. 71, p. 3, 20 nov. 1944.

VIANA, R. **Ofício nº 26/1951**. Arquivo Central do IPHAN. Caixa 29. Pasta 01, envelope 07. Lençóis, 1951. (Série Inventário – Lençóis-Bahia),

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

VIVA LENÇÓIS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vivalencois?fref=ts>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

VÕSU, E.; SOOVÄLI-SEPPING, H. Smoking Out Local Traditions? Identity and Heritage Production in Southeast Estonian Rural Tourism Enterprises. **Folklore: Electronic Journal of Folklore**, n. 51, 2012, p. 77-108.

VOUDOURI, D. Law and the Politics of the Past: Legal Protection of Cultural Heritage in Greece. **International Journal of Cultural Property**, v. 17, 2010, p. 547-568.

WANDERLEY, G. Moradores de Lençóis fora de decisão sobre patrimônio. **Jornal A Tarde**, Salvador, 25 jun. 2010. Caderno Cidades. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=4711204>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

WELLS, J. C. Valuing Historic Places: Traditional and Contemporary Approaches. **School of Architecture, Art, and Historic Preservation Faculty Papers**, n. 22, 2010. Disponível em: <http://docs.rwu.edu/saahp_fp/22>. Acesso em: 30 jan. 2015.

WELLS, J. C. **Historical Significance through the Lens of Contemporary Social, Cultural, and Experiential Values**. Disponível em: <<http://heritagestudies.org/Wells%20-%20Contemporary%20Values%20in%20HP.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

ZANCHETI, S. M.; HIDAKA, L. T. F.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B. Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage. **City & Time** v. 4 n. 2, 2009, p. 5. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Entrevistas

Açony José Santos Silva, Lençóis/BA, 11 de dezembro de 2013.

Alexandre Aguiar, Lençóis/BA, em 12 de dezembro de 2014.

Angela Leony, Lençóis/BA, 9 de abril de 2014.

Anísio Alves de Macedo, Lençóis/BA, em 6 de janeiro de 2014, realizada por Alexandre Aguiar.

Audrey Baldez, Lençóis/BA, 6 de maio de 2014.

Delmar Alves de Araújo, Lençóis/BA, 15 de janeiro de 2014.

Edson Oliveira Costa, Lençóis/BA, 10 de janeiro de 2014.

Eduardo Simas, Salvador/BA, 6 de agosto de 2014

Fábio Jesus do Nascimento, Lençóis/BA, 13 de janeiro de 2014.

Gabriel Gonsalves, Salvador/BA, 7 de agosto de 2014.

Gilmar Lopes dos Santos, Lençóis/BA, 15 de janeiro de 2011.

Heraldo Barbosa Filho, Lençóis/BA, 8 e 9 de dezembro 2014.

Jânio Azevedo, Lençóis/BA, 10 de dezembro de 2014.

Jason de Oliveira Belo, Lençóis/BA, 8 de dezembro de 2014.

José Geraldo Viera da Costa, 18 de novembro de 2014 (via Skype)

Manoel Messias Alcântara, Lençóis/BA, 10 de janeiro de 2014

Márcio Perroni, Lençóis/BA, 21 de janeiro de 2014.

Marjorie Nolasco, Lençóis/BA, 11 de dezembro de 2014.

Nélia Paixão, Mucugê/BA, 8 e 20 de dezembro de 2014.

Nelson Oliveira, 8 de dezembro de 2014.

Pedrina Fernandes Andrade, Lençóis/BA, 26 de junho de 2014.

Ramiro Barbosa, Lençóis/BA, 10 de dezembro de 2014.

Rilza Ribeiro Rola, Lençóis/BA, em 7 de agosto de 2014 e 12 de dezembro de 2014.

Roy Funch, Lençóis/BA, 5 de setembro de 2014; 11 e 12 de dezembro de 2014.

Valdir Ferreira Brandão, Lençóis/BA, 8 de dezembro de 2014.

ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES CONSULTADOS

Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro

Arquivo do IPHAN em Lençóis

Arquivo do IPHAN em Salvador

Arquivo do Programa Monumenta em Brasília

Arquivo pessoal de Heraldo Barbosa Filho

Arquivo pessoal de José Geraldo Viera da Costa

Arquivo Público de Lençóis Dom Obá II D'África

Associação Movimento Avante Lençóis

Biblioteca da Casa Afrânio Peixoto (Lençóis/BA)

Biblioteca da Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS) – campus avançado Lençóis

Biblioteca Nacional (hemeroteca digital)

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Instituto Histórico e Geográfico da Bahia

Prefeitura Municipal de Lençóis

O tombamento proposto pelo grupo MCC

O grupo Movimento Comunidade Criatividade elaborou uma apresentação de fotos e de slides para apresentar ao IPHAN, e nos eventos I Reunião de Turismo (Brasília, 1972) e II Encontro de Governadores (Salvador, 1971).

Estas foram as imagens, apresentadas junto com um áudio através do qual se citava também o Jarê e as Festas. Na sequência, a transcrição do áudio apresentado.

Todas as imagens são de autoria de Steve Horman, 1971, e pertencem ao arquivo de Heraldo Barbosa Filho.

Transcrição do áudio

Lindas paisagens com vistas agradáveis. É uma região que envolve, pelo seu aspecto natural, qualquer pessoa que por lá se encontre, ou que por lá tenha a oportunidade de observar. As águas provenientes das chuvas que caem sobre as montanhas rochosas formam várias correntes, riachos, córregos e quedas que alimentam o solo rico e fértil de toda a região.

O município de Lençóis incorpora várias localidades que já começam a desenvolver em suas terras um novo meio de vida, a lavoura. As águas que descem pelas montanhas deslizam pelos rochedos formando rios de variáveis dimensões. Aqui, não há quem resista ao convite para um mergulho rápido e refrescante.

A cachoeira Glass, descoberta no ano de 1960, é uma das mais espetaculares quedas da Bahia. Cai numa altura de 450m e pode ser vista tanto de sua base quanto do seu ápice. Os ventos sacodem as águas da queda formando nuvens, e quando o sol bate, essas se partem, dando uma vista completa da cachoeira.

Com a distância de 2km da cidade de Lençóis, você encontra uma gruta de proporções imensas chamada Gruta do Lapão. É uma caverna dentro da qual se encontram praias de areias alvas trabalhadas por milhões de anos pelas águas claras do rio Lapão. Belas formações de cristais e grandes salões de pedras de enormes extensões. Atravessando a gruta, se sai do outro lado e se pode observar uma paisagem espetacular da serra, onde hoje, como há cem anos passados, garimpeiros trabalham precariamente procurando sua fortuna nos rios e cachoeiras que correm de grandes alturas, sem princípio e sem fim.

Aqui, o garimpeiro leva sua carga. Depois, lavando o cascalho, elimina as pedras maiores. Feito isto, procura nas pedras menores se sua sorte lhe trouxe algum diamante. A arte de lapidar diamantes é mantida aqui em Lençóis. Trabalhando em uma oficina em cima de um monte, os lapidários examinam meticulosamente as pedras brutas que são talhadas para uso na indústria e joalheria fina. Mais uma vez as águas do rio trazem vida. Derramando-se sobre o rio, batendo-se e espalhando a madeira ume-decida, fazem girar rapidamente a maquinaria com suas formas cortantes e rodas que brilham.

Há milhões de anos passados, uma ação vulcânica produziu areias coloridas. Usando habilidade e criatividade de artista, um estudante chamado Manoel Reis, aproveita dessas areias para decorações de garrafas com lindos desenhos geométricos. Essas garrafas, produto de paciência e muita dedicação, são aproveitadas como lembranças da cidade de Lençóis.

(música)

Lençóis dos diamantes

Terra onde nasci

De casarões sobre a cascata

Tenho saudades de ti

No sopé da grande cordilheira, surgiu Lençóis como que por encanto, com templos e casarões. Aí culminou o esplendor dos povoados, com largas praças cercadas de sobrados, tradicionais solares com alpendres, enfeitados de flores e brasões. A fama recoou a todo canto, e senhores poderosos do sertão, famílias seculares do recôncavo, com escravos, cavalcadas e baixelas, transpondo os altos píncaros das serras, traziam na alma um mundo de ambição. Do alto apique dos rochedos luz, os pioneiros, num deslumbramento entre o gargalhar constante de cascatas, julgaram entrever na branca espuma do rio, a espalhar-se num perder de vista, alvos lençóis estendidos pelo vale para as primícias do descobrimento. Ao sol canicular que doira a serra e arranca faúlhas da pedra irregular, nas marcas centenárias das ruas do passado, que faz lampear vidraças multicores de sólidas moradias que a tradição guardou, eu canto com orgulho a grandeza de Lençóis. Lençóis das noites líricas de ricos responsais, com bandas de músicas e casacas de Paris implantando civilização, das manhãs despertadas pela voz de Cesar Zama, ecoando nas montanhas em vésperas de eleição; Lençóis de ruas entrecruzadas, ainda salpicadas de sangue, na confusão de lutas políticas. Tomba surrão, Baderna, Lava-pés, Alto da estrela, Rua Direita, agitadas pelas campanhas políticas e cheirando a incenso nas visitas pastorais. Lençóis tradicional das festas de 2 de julho, com bandeirolas de papel de cor nas ruas, arcos de bambu e discursos patrióticos, de damas solarengas rezando o ofício na tarde azulada, morrendo na serra, de sinhazinha sobral chegando à janela, vestida de ampinha, à véspera de noivo. Dos bairros modestos de ruas compridas, de casas de taipa branquinhas de cal, as águas estagnadas nas sarjetas, têm pingos luminosos de sol. E quando a tarde morre azul e doce, e a treva se debruça sobre a serra, passam mocinhas de braços dados e atrás tímidos namorados, em busca de pelo menos um sorriso. Na tranquilidade de parques solitários, os velhos soares do Tomba Surrão, são fantasmas de uma era que se foi. Essas antigas mansões envoltas na mística da lenda e do mistério são marcas de uma época de fausto turbilhonante de ouro e pedrarias, a disputar o fulgor do próprio sol. Em seus sobrados com retângulos de luz, sobre as praças quietas que adormecem, plasmou a sua gente pioneira à sociedade que fez a sua história. Lençóis, tão simples na aventura e ativa no infortúnio, benção de Deus para a glória dos homens, que vencendo a muralha em que a natureza lhe enfeixou, riscara os horizontes azuis do seu destino. E os carros de bois, levantaram a poeira dos caminhos, da manhã à noite, carregados de baixelas, carregados de orgulho, carregados de brasões. Lençóis, plantando vilas e aldeias, criando freguesias e cidades, desbravando os sertões.

A cordilheira cerra as pálpebras de sombras ao embalo das cantigas dos riachos e ao uivar do som de pianos e pregões. Rebentam de flores as moitas dos caminhos, enquanto a noite desce de mansinho, abafando o rumor das picaretas. Sinos que tangem a Ave Maria, placidamente com ressonâncias sentimentais. Passam velhas devotas a caminho da capela, pés mirrados, corcovados pelos anos, arranhando rosários enegrecidos pelo tempo. Regressam banhistas do Serrano, arrastando tamancos, tagarelando rumo à cidade. Velas desertas, ruelas dormindo à luz do luar. Uma serenata passa gemendo pelas ruas, modinhas

▼ Figura 252. Sobrado à Praça da Lira.

▼ Figura 263. Sobrado à Av. Sete de Setembro, s/n (antigo prédio da SUM, atual Arquivo Público).

▲ Figura 264. Sobradão à Praça da Lira.

▼ Figura 253. Imóvel à Rua Samuel Sales.

▼ Figura 257. Edifício à Praça Horácio de Mattos, 850.

▼ Figura 265. Casa à Praça Octaviano Alves.

▼ Figura 258. Ex-Vice Consulado Francês.

▲ Figura 266. Sobrado à Av. Rui Barbosa, 827.

▲ Figura 267. Casa à Av. Sete de Setembro, 880.

▼ Figura 259. Casa à Rua da Baderna (Miguel Calmon), esquina com final da Rua Almirante Barroso.

▲ Figura 270. Casa no Beco do Papagaio, 13.

▲ Figura 271. Casa à Av. Sete de Setembro, 880.

◀ Figura 254. Prédio da Maçonaria.

▼ Figura 255. Antiga Prefeitura Municipal.

▼ Figura 260. Casa de Horácio de Mattos.

▼ Figura 261. Casas à Rua Tomba Surrão.

▲ Figura 268. Estação meteorológica localizada no atual Teatro de Arena.

▼ Figura 262. Rua Afrânio Peixoto.

▲ Figura 269. Posto de Higiene.

▲ Figura 273. Antigo Posto de Saúde.

▲ Figura 272. Casa de Horácio de Mattos.

◄Figura 274. Ponte e sobrado à Praça Aureliano Sá (Praça das Nagôs).

▼Figura 275. Casa à Rua Miguel Calmon, 361.

▼Figura 276. Sobrado à Rua Miguel Calmon, s/n (atual Casa do Patrimônio, antigo IPHAN).

▼Figura 286. Imóvel à Rua dos Mineiros, s/n.

▼Figura 287. Chalé à Av. Rui Barbosa, 30.

▼Figura 288. Igreja de Senhor dos Passos.

▼Figura 277. Mercado Municipal.

▼Figura 278. Ruína à Rua Tomba Surrão.

▼Figura 279. Casa de Arthur Sá (atual Hotel de Lençóis).

▼Figura 289. Sobrado à Praça Aureliano Sá esquina com Praça Horácio de Mattos.

▲Figura 290. Av. Sete de Setembro.

▼Figura 291. Imóvel à Rua Miguel Calmon (Rua da Baderna) esquina com Av. Sete de Setembro.

▼Figura 280. Sobrado à Av. Rui Barbosa, s/n.

▼Figura 281. Sobrado à Av. Rui Barbosa, 845.

▼Figura 282. Chalé à Av. Rui Barbosa, 30.

▼Figura 283. Casa à Rua Afrânio Peixoto.

▲Figura 292. Primeiro Posto de Informações Turísticas.

▲Figura 293. Antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição.

▼Figura 294. Rua Miguel Calmon (Rua da Baderna).

▲Figura 284. Interior da Casa de Lapidação.

▲Figura 285. Interior da Casa de Lapidação.

▲Figura 295. Rua Almirante Barroso (Rua das Pedras).

▲Figura 296. Antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição.

▲Figura 297. Casas na Rua Tomba Surrão.

▲Figura 298. Imóveis à Rua Almirante Barroso (Rua das Pedras).

do passado. Rua das Pedras, Lavrado, Rosário, Boa Vista ressoam o avanço das horas. Lençóis garimpeiro que fita o céu na grande noite iluminada, contempla o Cruzeiro do Sul, adormece sorrindo, e sonha com diamantes que são estrelas. A morena que eu gosto suspira baixinho de olhos insones buscando o luar, que beija as janelas abertas do quarto. Lençóis adormece na imensidão da noite lavrista.

Canto da velha Lençóis (Fernando Sales)

No período de 1925 a 1930, coronel Horácio de Mattos, o famoso chefe da Chapada Diamantina e cidadão de Lençóis, começou a sua famosa revolução. O campo de armas das grandes lutas finais e decisivas ficava perto de Lençóis. Chega-se em poucos minutos a esse local através de uma estrada.

A Bahia é famosa pelo seu candomblé. Lençóis é única a esse respeito porque lá existe uma forma de candomblé típico dessa região, o Jarê. Enquanto muitos escravos trazidos da África estabeleceram-se em Salvador e adjacências, alguns foram enviados diretamente para Lençóis para servirem nas casas dos coronéis. E é aqui em Lençóis que eles desenvolveram sua própria seita religiosa regional com várias características do seu cerimonial. A Bahia quando exalta o candomblé, pode também apontar o Jarê como parte de sua intrincada herança cultural.

O Brasil é rico em tradições. É a tradição dos homens procurarem horizontes mais amplos avançando em direção oeste pelo vasto interior. Lá adiante, nas montanhas, será encontrado o futuro do Brasil, e uma grande parte de seu futuro será encontrado no seu passado. É com pensamento nisso, que nós, orgulhosamente afirmamos com nossas esperanças que o que existe aqui em Lençóis e em todo o Brasil pode ser e será mantido para as futuras gerações.

Na região da Chapada Diamantina, município de Lençóis, existem pontos que, pelo seu aspecto natural, oferecem condições ao desenvolvimento do turismo, tais como: o Morro do Pai Inácio, um dos pontos mais altos da Chapada, atualmente servido pela BR-242. Esta zona proporciona paisagens espetaculares ao que encantadora. Serve também como acesso à queda Glass, de 400m de altura, localizada em uma das serras que circunda a cidade de Lençóis. O Morro do Pai Inácio possui várias localidades próprias para área de camping. Descendo a Chapada Diamantina com destino a Salvador, encontraremos a queda do Mucugezinho, local famoso na região e muito apreciado pelos banhistas. Aí também será colocada uma área de camping. A BR-242, a futura Bahia-Brasília, passando pela cidade de Lençóis numa estrada de 11km, que será asfaltada em poucos meses, chegar-se-á numa gruta de proporções imensas, chamada Gruta do Lapão. É uma caverna dentro da qual se acham praias de areias alvas, belas formações de cristais e salões de enormes extensões. Atravessando a gruta, sai-se do outro lado, onde hoje, como há cem anos passados, garimpeiros trabalham precariamente nos rios e cachoeiras. Propomos a localização, aqui, de uma outra área de camping, com acesso

à gruta. Sendo tombada a cidade de Lençóis, inclusive a cascata que deu o nome à mesma, o conselho municipal de turismo de Lençóis sugere a implantação de mais outra área de camping. Nesse rio, ainda se pode apreciar o trabalho do garimpeiro em busca da sua fortuna e cachoeiras que caem das serras altas que cercam a cidade de Lençóis. Nessa região, há milhões de anos passados, uma ação vulcânica criou aí areias coloridas que hoje são colhidas dessas grunas e aproveitadas para este trabalho de artesanato. No bairro da Muritiba, área urbana, criaremos um parque que servirá também para as atividades do camping. No vale do rio Lençóis, em zona florestal, pretendemos desenvolver outra área com acesso de carro e capacidade para mais de 50 sítios individuais de camping. Essa área tem localização privilegiada, em virtude da proximidade de outros pontos turísticos, como lagoa de Marrecos, que oferece condições para a pesca. O rio Ribeirão proporcionando aos banhistas uma oportunidade de refrescar o corpo nas águas cristalinas ricas em ferro, típicas das Lavras Diamantinas; a Serra do Rio Capivara, que apresenta também vários locais para o banho.

O turismo entre nós não está bem conceituado como a maior de todas as indústrias, aquela que mais oferece emprego, integração e expansão de conhecimentos. A criação da EMBRATUR, uma empresa estatal do CNDU como órgão de cúpula, foi uma experiência pioneira que necessita ser amplamente desenvolvida e amparada. O objetivo claro e preciso da descentralização do turismo se faz dia a dia mais imprescindível à integração do país, pois como é constatado, esta indústria turística, além de ser um fator de entendimento entre os homens e propagação da cultura, é uma extraordinária fonte de riqueza. Dentro da complexa estrutura reclamada pelo turismo, o que o Brasil possui de autêntico, de característico, representa um acervo de valores naturais e culturais que nos compete proteger e utilizar com inteligência. Com base nisso, é que o Conselho Municipal de Turismo de Lençóis, com o auxílio das agências turísticas estaduais e nacionais, levará o desenvolvimento como ato de descentralização e integração turismo na Chapada Diamantina, no Estado da Bahia.

(música)

Lençóis dos diamantes

Terra onde nasci

De casarões sobre a cascata

Tenho saudades de ti

Vejo de tão distante me que vi

A turma toda lá na praça

Batendo papo com ti

A saudade que tenho

Vai vai

Vai se acabar

Pois eu sei que um dia

Lençóis eu irei te encontrar

◀Figura 299. Garimpeiro lavando o cascalho.

▲Figura 300. Garimpeiro em trabalho no rio.

▼Figura 301. Garimpeiro.

▼Figura 306. Garimpeiro no rio Lençóis.

◀Figura 307. Rio Mucugezinho.

▼Figura 308. Rio Mucugezinho.

▼Figura 309. Paisagem do vale do Rio Lençóis.

▼Figura 310. Garimpeiro com bateia.

▼Figura 302. Gruta do Lapão.

▼Figura 303. Escarpas de serra nos arredores de Lençóis.

▼Figura 311. Paisagem próxima à Gruta do Lapão.

▲Figura 312. Cachoeira do Sossego.

▲Figura 313. Rio nas serras de Lençóis.

▼Figura 304. Gruta do Lapão.

▲Figura 305. Cachoeira Glass (Cachoeira da Fumaça).

▲Figura 314. Paisagem dos arredores de Lençóis, vista do Morro do Pai Inácio.

▲Figura 315. Rio Ribeirão.

▲Figura 316. Lagoa de Marrecos.

▲Figura 317. Cachoeira Glass (Cachoeira da Fumaça).

APÊNDICE B

O tombamento proposto por **Fernando Machado Leal**

A pesquisa que instruiu o processo de tombamento de Lençóis foi feita pelo arquiteto Fernando Machado Leal, contratado pelo IPHAN. Ela foi a base para a análise dos técnicos do órgão, uma vez que nenhum deles esteve na cidade antes do tombamento.

Aqui, os imóveis propostos para receberem proteção, por Fernando Machado Leal.

Todas as imagens estão no Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro): Série Inventário, Caixas 29 e 30, Pastas 01 a 03.

ELEMENTOS NATURAIS DO ENTORNO (A SER FEITO PELO IBDF)

▲ Figura 318. Morro do Camelo (ao fundo), e Morro do Pai Inácio (lateral esquerda).

◀ Figura 330. Serrano.

◀ Figura 329. Vista de Lençóis desde a entrada da cidade, com destaque para o enquadramento da cidade proporcionado pela serra.

► Figura 320. Vista do fundo das edificações da Praça Horácio de Mattos e Av. Rui Barbosa (mais à direita).

EDIFICAÇÕES SITUADAS À AV. RUI BARBOSA, COM FUNDO PARA O RIO LENÇÓIS

▲ Figura 319. Edificações da Av. Rui Barbosa (avenida que se inicia junto com o canteiro central).

▲ Figura 321. Edificações da Av. Rui Barbosa, "de data recente [...]", compõem o conjunto, até mesmo pelo contraste que assinala épocas de construção" (LEAL, 1976, p. 142).

▲ Figura 327. Maquinário da Casa de Lapidação.

▲ Figura 331. Interior da Casa de Lapidação, com maquinário em funcionamento.

CASA DE LAPIDAÇÃO E SEUS PERTENCES

◀ Figura 328. Casa de Lapidação.

SOBRADO N.27 DA AV. RUI BARBOSA

► Figura 322. "construção extremamente graciosa, com caixilhos de guilhotina finamente trabalhados" (LEAL, 1976, p. 142).

PRAÇA HORÁCIO DE MATOS E BECOS ADJACENTES

▲ Figura 323. Praça Horácio de Mattos e Beco do Sobral (à esquerda).

▲ Figura 324. Praça Horácio de Mattos, beco de ligação com a Rua Almirante Barroso (à direita) e vista do mercado ao fundo, na Praça Aureliano Sá.

▲ Figura 325. Praça Horácio de Mattos e becos adjacentes.

▲ Figura 326. Vista geral da Praça Horácio de Mattos e becos que lhe dão acesso.

CASA NATURAL DE URBANO DUARTE

► Figura 332. Casa natural de Urbano Duarte (sobrado do meio), “tendo em vista a importância deste vulto” (LEAL, 1976, p. 142)

EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA A SOCIEDADE UNIÃO DOS MINEIROS

► Figura 334. Edificação que abriga a SUM, “por suas qualidades arquitetônicas” (LEAL, 1976, p. 142).

CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PRAÇA AURELIANO SÁ

▼ Figura 335. “Sobradão” que faz esquina com a Praça Horácio de Mattos.

▼ Figura 336. Praça proposta para ser tombada “em virtude da qualidade do sobradão que faz esquina com a Praça Horácio de Mattos.” (LEAL, 1976, p. 143).

CASA DA FAMÍLIA CÉSAR SÁ

▲ Figura 337. Prédio do mercado, “poderá ser recomposto e ter-se-á dessa forma uma Praça de aspecto extremamente agradável” (LEAL, 1976: 143).

◀ Figura 338. Casa da família César Sá, “exemplar significativo de uma época” (LEAL, 1976, p. 142).

► Figura 339. Fachada da praça com “sobrado descaracterizado” (LEAL, 1976, p. 141).

APÊNDICE C

Proteções incidentes em Lençóis

O Mapa de Desenvolvimento Territorial do Plano Diretor Urbano de Lençóis (2004) mostra os limites municipais, áreas urbanas (Lençóis, Otaviano Alves e Afrânio Peixoto), áreas rurais fora das Unidades de Conservação e as áreas do município no interior da APA Marimbus-Iraquara e do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Os pontos verdes correspondem aos “atrativos turísticos”. No detalhe, o destaque para os “atrativos” que já estavam presentes na proposta de tombamento.

Figura 340. Mapa de Desenvolvimento Territorial do Município de Lençóis - BA. Fonte: Lençóis, 2004b.

Figura 341. Mapa de Desenvolvimento Territorial do Município de Lençóis - BA. (Detalhe). Observa-se, em destaque, os lugares (atrações naturais*) que haviam sido elencados na proposta de tombamento, e como ficaram, alguns deles, inseridos em outras áreas de preservação. Em rosa: lugares, mencionados na proposta de tombamento, nos arredores imediatos de Lençóis. Em azul: Lugares, mencionados na proposta de tombamento, fora do entorno imediato de Lençóis (sede) ou em outros municípios. Observa-se que há um equívoco no mapa em relação à Cachoeira da Fumaça, que na verdade se localiza no limite municipal entre Lençóis e Palmeiras. Fonte: Elaborado pela autora a partir de Lençóis, 2004b.

As obras contempladas pelo Programa de Cidades Históricas

Inserir Lençóis no Programa de Cidades Históricas (PCH) foi uma luta que se iniciou em 1975 e só teve resultados em 1980. Na Exposição de Motivos 076-B, que criou efetivamente o *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos*, Lençóis inicialmente seria inserida com a contemplação de duas obras de infraestrutura: acesso pavimentado à cidade de Lençóis, à partir da BR-242 e linha de transmissão de 13,8 KV da Usina Hidrelétrica existente até a cidade (BRASIL, 1973).

A demanda local inicial era para recuperação do “sobrado à Praça da Lira, esquina com Ladeirão”. Em 1977, a cidade fica parcialmente danificada devido a uma tromba d’água. Iniciam-se, então, as tratativas para a recuperação emergencial dos imóveis destruídos, por meio do PCH: sobrado à Praça Aureliano Sá, esquina com Praça Horácio de Mattos; mercado municipal; ponte sobre o rio Lençóis; conjunto de imóveis à Praça Horácio de Mattos e Rua Rui Barbosa; conjunto de imóveis à Rua José Florêncio, com quintais para o rio Lençóis; sobrado do Ladeirão; imóvel da Praça Horácio de Mattos esquina com Praça Aureliano Sá; alvenaria de pedra de contenção da Av. Senhor dos Passos; demolição dos remanescentes das casas de taipa da Av. Senhor dos Passos e reconstrução em alvenaria de tijolos.

Somente em 1980, depois de muitas “idas e vindas” e muito esforço de Fernando da Rocha Peres, foi assinado o convênio para obras de restauração do mercado municipal, da ponte e agenciamento da Praça Aureliano Sá e adjacências. Sutilmente foi adicionado ao texto a consolidação das alvenarias da biblioteca Urbano Duarte.

As imagens deste apêndice referem-se aos imóveis que foram contemplados.

MERCADO MUNICIPAL

◀Figura 342. Mercado municipal, vista externa.
Fonte: Cruz, 1980.

▶Figura 343. Mercado municipal, fachada para a Praça Aureliano Sá. Fonte: Cruz, 1980.

◀Figura 344. Mercado municipal, vista externa.
Fonte: Cruz, 1980.

PONTE SOBRE O RIO LENÇÓIS

▶Figura 345. Ponte sobre o Rio Lençóis.
Fonte: Cruz, 1980.

PRAÇA AURELIANO SÁ E ADJACÊNCIAS

►Figura 346. Mercado municipal e Praça Aureliano Sá. Fonte: Cruz, 1980.

◄Figura 347. Muro de contenção ao lado do leito do rio. Fonte: Cruz, 1980.

BIBLIOTECA URBANO DUARTE

▲Figura 348. Fachada da biblioteca municipal (em dois pavimentos). Fonte: Cruz, 1980.

APÊNDICE E

Imóveis presentes no Inventário IPAC-BA

O *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia* (IPAC-BA) começou a ser desenvolvido em 1975 com recursos técnicos e financeiros da secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Estado da Bahia. Em 1980 foi publicado o volume IV, *Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina*, contando com investimentos do Programa de Cidades Históricas.

Os imóveis inventariados, com graus de proteção propostos 1 e 2¹ configuram um conjunto bem abrangente, no sentido de representativo, do patrimônio de Lençóis: contempla desde os sobrados dos coronéis, até exemplares de casas e vendas populares, além de imóveis com significado simbólico para a população de Lençóis, como o Ex Vice-consulado francês.

A importância deste inventário como referência para pesquisadores e técnicos se comprova pelo fato de, continuamente, os imóveis inventariados serem confundidos com “imóveis tombados”, tanto pelo Instituto de Preservação do Acervo Cultural da Bahia (IPAC) quanto pelo IPHAN.

1 Grau 1: Preservação integral. Grau 2: Preservação de volumetria e fachadas.

▼Figura 349. Casa à Rua Silva Jardim, 791 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 249.

▼Figura 350. Casa à Rua dos Mineiros, 817 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 222.

▲Figura 351. Casa à Rua Sete de Setembro, 880 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 215.

▲Figura 352. Casa à Rua Urbano Duarte, 454 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 214.

▼Figura 353. Sobrado à Rua Sete de Setembro, s/n (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 235.

▲Figura 354. Ex Vice-Consulado da França (Grau 2). Fonte: Bahia, 1980, p. 247.

▼Figura 355. Igreja matriz Nossa Senhora do Rosário (Grau 2). Fonte: Bahia, 1980, p. 207.

▼Figura 356. Casa à Rua Miguel Camon, 315 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 227.

▲Figura 357. Casas populares urbanas (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 217.

▲Figura 358. Mercado público municipal (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 210.

▲Figura 359. Ponte sobre o rio Lençóis (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 212.

▲Figura 360. Chalé à Av. Rui Barbosa (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 223.

▼Figura 361. Ed. à Praça Horácio de Mattos, 850 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 229.

▲Figura 360. Casa da Lapidação (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 251.

▲Figura 362. Sobrado à Av. Rui Barbosa, 827 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 243.

▲Figura 363. Ed. à Praça Horácio de Mattos, 854 (Grau 2). Fonte: Bahia, 1980, p. 233.

▲Figura 364. Ed. à Praça Maestro C. Pacheco, s/n (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 239.

▲Figura 365. Prefeitura Municipal (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 225.

► Figura 367. Casa de Horácio de Mattos (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 253.

▲ Figura 368. Ed. à Rua Perilo Benjamin, 166 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 245.

▲ Figura 369. Ed. à Praça Horácio de Mattos, 849 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 237.

▲ Figura 373. Comercial Vila de Lençóis (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 203.

▲ Figura 370. Ed. à Praça Horácio de Mattos, 852 (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p. 241.

▲ Figura 371. Venda popular (Grau 1). Fonte: Bahia, 1980, p.220.

▼ Figura 372. Mapa da área histórica especificando o grau de proteção proposto para os imóveis. Observa-se o predomínio do grau de proteção 2. Fonte: Bahia, 1980, p. 206.

APÊNDICE F

Parque Municipal da Muritiba - Serrano

Com o intuito de proteger as atrações turísticas naturais de Lençóis que haviam ficado fora do tombamento pelo IPHAN e fora da área do Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado, em 1986, o Parque Recreativo Municipal de Lençóis (Lei Municipal 353/1986) e regulamentado em 1997. Em 1998, os limites do parque foram aumentados, e uma série de regulamentos foi definida (Lei n. 484/98) (FUNCH, 2011).

Constituem-se atrações turísticas do parque: os caldeirões do Serrano, o Salão de Areias Coloridas, o Poço Halley, a Cachoeirinha e a Cachoeira da Primavera/Grizante .

O parque visa, ainda, a proteção da mata onde se situa uma importante nascente de Lençóis (Fonte da Muritiba) e o uso sustentável (barragem da Embasa, Baixo Serrano e lajedos e Poço das Lavadeiras).

▲Figura 374. Mapa do Parque Municipal da Muritiba (mais conhecido por parque do Serrano) com localização das atrações turísticas, área de conservação, área de uso sustentável e área de proteção rigorosa. Fonte: Funch, 2011, p. 21. (roy serrano 001)

▼Figura 379. Poço Halley.
Foto da autora, 2012.

▼Figura 375. Cachoeirinha.
Autor: Tom Alves, 2013.

▲Figura 376. Salão de Areias Coloridas. Autor: Tom Alves, 2013.

▲Figura 377. Caldeirões do Serrano, com vista da cidade ao fundo. Autor: Tom Alves, 2013.

◄Figura 378. Cachoeira da Primavera. Autor: Tom Alves, 2013.

► Figura 380. Caldeirões do Serrano. Autor: Tom Alves, 2013.

▼ Figura 381. Poço das Lavadeiras. Autor: Calil Neto, 2007.

► Figura 382. Tubulação de captação de água da Embasa, passando acima dos Caldeirões do Serrano. Foto da autora, 2014.

▲ Figura 385. Área de uso sustentável. Na foto, a secagem de roupas nas pedras, após lavagem no rio Lençóis. Autor: Calil Neto, 2007.

► Figura 383. Área de uso sustentável, usada principalmente para lavagem de roupas. Foto da autora, 2014.

▼ Figura 384. Baixo Serrano, com lavadeiras e crianças brincando. Foto da autora, 2012.

APÊNDICE G

O Programa Monumenta em Lençóis

O “Projeto Lençóis” – que contém as ações do Programa Monumenta nesta cidade – teve alterações desde a intenção de inserção de Lençóis no Programa, até seu término.

A intenção de inserção foi documentada pela *Carta Consulta* (BRASIL, 2001b), a inserção, no *Perfil do Projeto* (BRASIL, 2002a) e sua alteração na *Revisão do Perfil do Projeto* (BRASIL, 2004).

Mostramos, nesse apêndice, quais foram as obras que se intencionou contemplar em cada etapa, e quais obras foram efetivamente realizadas. Apresentamos também, como anexo, o *Relatório de Cumprimento do Objeto* (PROGRAMA MONUMENTA, 2012), que descreve todas as ações realizadas pelo programa na cidade e recursos investidos.

▲Figura 386. Banco do Brasil.

▲Figura 387. Beco do Papagaio, n.13.

▲Figura 388. Casa de Horácio de Mattos.

▲Figura 389. Casa da Lapidação.

▲Figura 390. Ex-vice Consulado da França.

▲Figura 391. Av. Rui Barbosa, n.30.

▲Figura 392. Av. Rui Barbosa, n.827.

▲Figura 393. Av. Rui Barbosa, n.845.

▲Figura 394. Av. Sete de Setembro, n.880.

▲Figura 395. Av. Sr. dos Passos, n.176.

▲Figura 396. Praça Horácio de Matos, n.16, 20, e 852.

▲Figura 397. Praça Horácio de Matos, n.154-854.

▲Figura 398. Rua Perilo Benjamin, n.178-09.

▲Figura 399. Rua Perilo Benjamin, n.166.

▲Figura 400. Rua dos Mineiros, n.817.

▲Figura 401. Rua Silva Jardim, n.79.

▲Figura 402. Filarmônica Lira Popular.

▲Figura 403. Loja Maçônica.

▲Figura 404. Teatro de Arena.

▲Figura 405. Arquivo Público.

▲Figura 406. Biblioteca Pública.

▲Figura 407. Casa Afrânio Peixoto.

▲Figura 408. Igreja do Rosário.

▲Figura 409. Igreja Senhor dos Passos.

▲Figura 410. Antiga Prefeitura.

▲Figura 411. Mercado.

▲Figura 412. Ponte.

▲Figura 413. IPHAN.

▲Figura 414. Cine Teatro Rex.

▲Figura 415. Antigo Posto de Saúde.

▲Figura 416. Sede Nova Prefeitura.

▲Figura 417. Av. Senhor dos Passos.

▲Figura 418. Praça do Rosário.

LEGENDA

- Imóveis listados na *Carta Consulta* (BRASIL, 2001b)
- Imóveis listados na *Revisão do Perfil do Projeto* (BRASIL, 2004)
- Imóveis/logradouros que efetivamente receberam intervenção

ANEXO A

Documentos que constam no Processo n. 847-T-71.
Disponível no Arquivo Central do IPHAN (Rio de Janeiro).

Página	Documento
1-2	Ofício nº 03/71. De Walfrido Moraes ao ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho. 25/06/1971.
3	Carta de Heraldo Barbosa Filho ao ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho 25/06/1971.
4	Prefeitura Municipal de Lençóis. Declaração. Assinada pelo prefeito de Lençóis Joaquim Pereira de Macedo e secretário Helmo Pereira Senna Brito, apoiando iniciativa “popular” de proteção do patrimônio de Lençóis. Lençóis, 31/05/1971.
5-6	Plano da reportagem histórico e cultural sobre a cidade de Lençóis – Bahia. Junho de 1971.
7	Folder de divulgação da primeira semana Afrânio Peixoto 13 a 20 de dezembro de 1970.
8	IPHAN. Ofício nº 1876. De Renato Soeiro, diretor do IPHAN, ao chefe do 2º distrito, Godofredo Filho. 30/08/1971.
9	IPHAN. Ofício nº 1877. De Renato Soeiro, diretor do IPHAN, a Heraldo Barbosa Filho. 30/08/1971.
10	IPHAN. 2º Distrito. Ofício nº 119. Do chefe do 2º distrito do IPHAN, Godofredo Filho, ao diretor do IPHAN, Renato Soeiro. 20/10/1971.
11-15	II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Compromisso de Salvador. Salvador, 25 a 29/10/1971.
16-19	II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural Nacional [sic]. Prefeitura municipal de Lençóis. [Proposição]
20	Informação nº 47. Assunto: Tombamento do acervo urbanístico e paisagístico da Cidade de Lençóis – Ba. Augusto da Silva Teles. Salvador, 22/02/1972.
21	IPHAN. Ofício nº 655. De Renato Soeiro, diretor do IPHAN, a Godofredo Filho, chefe do 2º. Distrito. Assunto: Tombamento da cidade de Lençóis. Rio de Janeiro, GB, 21/03/1972.
22	IPHAN. 2º Distrito. Ofício 171/72. De Godofredo Filho, chefe do 2º. Distrito do IPHAN, a Renato Soeiro, diretor do IPHAN. Salvador, 13/10/1972.
23-24	Informação n. 295. Assunto: Tombamento de Lençóis – Ba. De Lygia Martins Costa, chefe da divisão de Arte, ao diretor do IPHAN. Rio de Janeiro, 06/12/1973.
25	IPHAN. Distribuição. Ao Conselheiro Pedro Calmon. De Renato Soeiro. 10/12/1973.
26-27	Parecer. Pedro Calmon, relator. Rio de Janeiro, 14/12/1973.
28-29	IPHAN. Conselho Consultivo. Ata da Sexagésima Segunda sessão ordinária do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
30	O Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico tombou ontem a cidade baiana de Lençóis (recorte de jornal). Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15/12/1973.
32	CFC. Ofício nº 26/74 SG-CFC. De Manoel Caetano Bandeira de Mello, secretário-geral do Conselho Federal de Cultura, ao diretor do IPHAN. 29/01/1974.
33	IPHAN. Ofício nº 601. De Renato Soeiro, diretor do IPHAN, a Manoel Caetano Bandeira de Mello, Secretário-geral do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, 15/03/74.
34-35	IPHAN. Notificação 1086/74. De Renato Soeiro, diretor do IPHAN, ao Prefeito de Lençóis, Heleno [sic] Pereira Senna Brito. Assunto: Tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico. Rio de Janeiro, Gb, 06/02/1974.
36	IPHAN. Ofício nº 337. De Renato Soeiro, diretor do IPHAN, ao chefe do 2º Distrito do IPHAN, Godofredo Filho. Faz comunicação. Rio de Janeiro, Gb, 11/02/1974.

37	Prefeitura Municipal de Lençóis. Ofício nº 186/74. De Helmo Pereira Senna Brito, Prefeito de Lençóis, a Renato Soeiro, Diretor do IPHAN. Lençóis, 15/02/1974.
38	Prefeitura Municipal de Lençóis. Acusa recebimento. Helmo Pereira Senna Brito, Prefeito de Lençóis, a Renato Soeiro, diretor do IPHAN. Lençóis, 15/02/1974.
39	Em defesa de Lençóis. [recorte de jornal]. Jornal de Letras, fev/mar. 1974.
40	IPHAN. Ofício nº 2.759. De Renato Soeiro, diretor geral do IPHAN, a Fernando da Rocha Peres, Diretor da 4ª. DR. Rio de Janeiro, 22/11/1977. Encaminha certidão de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Lençóis.
41	Certidão de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Lençóis. Rio de Janeiro, 22/11/1977.
42	SPHAN. 4ª Diretoria Regional. REMETEC nº 112. Para Renato Soeiro, diretor da SPHAN. Solicita cópia e/ou decreto do registro de tombamento de Lençóis. Salvador, 21/11/1977
43	SPHAN. 4ª Diretoria Regional. REMETEC nº 25. Para Edson Brito Maia, arquivo da SPHAN. Solicita certidão de tombamento de Lençóis. Salvador, 28/01/1980.
44	SPHAN. Certidão de Tombamento. Rio de Janeiro, 29/01/1980.
45	SPHAN. Ofício nº 232. Do chefe do arquivo do IPHAN, Edson de Brito Maia, a Eduardo Furtado de Simas, Diretor substituto da 4ª. Diretoria Regional do IPHAN. Rio de Janeiro, 29/01/1980.

ANEXO B

Carta de Heraldo Barbosa Filho, Rená Rola Barbosa e Rilza Ribeiro Rola ao governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, solicitando intervenção para revisão do projeto de reforma de logradouros do Programa Monumenta em Lençóis.
(Cópia fornecida por Heraldo Barbosa Filho).

EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
Dr. JAQUES WAGNER

SENHOR GOVERNADOR,

Vimos à presença de V.Exa. para expor os seguintes fatos, preocupantes para o futuro de Lençóis:

Programa Monumenta

- Como sabe V.Exa., o **Monumenta** é um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura;
- atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (**Iphan**) e segundo informação do próprio *site*, entre seus objetivos está o de conservar os imóveis da área do projeto;
- o Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o apoio da Unesco;
- o Monumenta está sendo implementado em Lençóis, cidade escolhida por seu patrimônio histórico tombado pela União, onde está sendo executado sob a denominação “Projeto de Revitalização do Patrimônio Cultural de Lençóis”.

Tombamento

- o tombamento de Lençóis foi solicitado ao Ministério da Educação e Cultura em junho de 1971 por dois de seus cidadãos, Heraldo Barbosa Filho e Walfrido Moraes;
- A Prefeitura de Lençóis endossou o pedido, expressando o valor dos “**sobrados coloniais, as ruas de calçamento rústico, o lampião de azeite**”, que constituíam “as marcas de uma civilização que o diamante impetuosamente fez surgir no centro da Bahia, nos idos do século passado (século XIX);
- os estudos para o tombamento foram realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- informação datada de 6 de dezembro de 1973 dá-nos conta do valor encontrado pelos técnicos:
 - o “*Lençóis se nos apresenta como cidade fantástica, sob todos os ângulos. Não só pela luz cortante a despeito das nuvens pesadas, mas pela topografia, inserida como é em natureza pouco acidentada mas cheia de imprevistos, com Lages de nudez agressiva, grutas coloridas, locas sombrias em que se faz o garimpo, vegetação rala nas cercanias, densa nos quintais e praticamente nula na trama urbana; mas sobretudo pela própria cidade, que conjuga harmoniosamente os remanescentes setecentistas com a predominância arquitetônica do século XIX, de particular interesse pelo casario ritmado das praças e ruas evidenciando o domínio dos*

vasados, em sobrados e casas térreas com exemplares de grande leveza e elegância, as vergas em arco de pleno centro ou repetidamente de ogivas, retas em menor número, telhados à vista ou disfarçados por platibandas, o **calçamento especial de pedra em feição própria** (grifo nosso), tudo formando um conjunto de unidade cadenciada e limpeza arquitetônica...”

- o "Impressiona Lençóis por sua beleza inusitada, tanto no todo como no particular, do caráter quase irreal da Praça Honório de Matos ao detalhe animalista de um buzinode ou perfil sóbrio de um lampião; de ruas acolhedoras embora menos dignas de nota, como trecho da Avenida Rui Barbosa do fim do século passado, a sobrados de pureza clássica da entrada dos oitocentos...”
- o parecer do relator Conselho Consultivo do IPHAN de 10 de dezembro de 1973, Pedro Calmon, assim afirmava:
- o "porque Lençóis merece ser preservada em **sua arcaica e bela estrutura...porque Lençóis deve ser conhecida como nobre e raro modelo** (grifos nossos) de cidade feita, refeita, contrafeita ao sabor de um povoamento ambicioso, repetindo no século romântico (o XIX) a aventura mineira do século barroco (o XVIII)...”
- Em face da aprovação unânime do Conselho, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Lençóis foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 17 de dezembro de 1973, com fundamento no Decreto Lei nº 25/1937, especialmente seus artigos 4º e 5º;
- no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, são inscritas "as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- o tombamento de Lençóis, portanto, é de seu conjunto, estendendo-se também ao seu calçamento, feito pelos antigos moradores com pedras pequenas arredondadas entremeadas com listas de pedras lisas;
- o fato de haver necessidade de reparos, não autoriza sua substituição e descaracterização;
- não se pode admitir, também, os chamados "elementos contemporâneos", que o projeto pretende introduzir.

Os famigerados conceitos do Projeto

A "proposta de requalificação" da área tombada de Lençóis é inacreditável:

"Dentre as soluções gerais, existem quatro que são implantadas em diferentes espaços, no caso de semelhança e correlação de situações, com o intuito de denotar o conjunto de intervenção de maneira integrada. São elas: utilização de **único padrão de calçamento de passeios** (com três variações a depender da largura do mesmo); utilização de **único padrão de pavimentação** (com variações de desenho) das áreas onde foi proposta a **substituição** de paralelepípedos por maticões de pedra ou de áreas onde a pavimentação estiver desfigurada; utilização de **único padrão de mobiliário** urbano; e implantação de elementos

arquitetônicos superpostos a infra-estrutura existente, a nível de piso, como decks e passarelas de madeiras para as áreas vocacionadas a espaços de permanência."

Num momento histórico em que a diversidade de culturas, de espécies da natureza, é valorizada, o Projeto vem com esta estapafúrdia noção da necessidade de padrão único de calçamento e pavimentação?

Segundo divulgação do próprio Programa Monumenta,

*"o Brasil possui um dos mais ricos acervos patrimoniais da América do Sul. Esse patrimônio é uma mostra da **pluralidade étnica, cultural e histórica que caracteriza a formação do país**. É um registro da herança arquitetônica e urbanística deixada pelos diferentes povos e culturas que aqui aportaram. Por meio desse conjunto de magníficos monumentos é possível visitar o passado e resgatar parte de nossa história, entendendo o presente e construindo um futuro melhor sobre novas bases."*

Por isto não se entende o que pretende o Projeto de Revitalização do Patrimônio Cultural de Lençóis, com o objetivo de alterar as características do calçamento e construção de decks de madeira que não se coadunam com o ambiente da Cidade.

Segundo o Memorial Descritivo da Proposta,

...o projeto se preocupa em não reproduzir um "falso histórico" ao propor nova linguagem, com a formação de linhas de desenho, não a partir de pedras diferenciadas, mas apenas dos lados mais retilíneos dos matacões (modo de diagramação nunca realizado na cidade).

Além disto, ali se afirma:

" a solução mais marcante paisagística e morfologicamente, entretanto, é a implantação de decks de madeira ..."

O deck de madeira é descrito como "uma estrutura mista de madeira e perfis metálicos"

" ...cuja "linguagem é também contemporânea e segue um partido integrado às demais intervenções, em que novos elementos arquitetônicos propostos revelem seu tempo, que são realmente inseridos e como são inseridos."

Diante da necessidade de preservar as florestas e da própria conservação dos decks, essa escolha parece-nos um desastre.

Desfiguração da Cidade

Para quem conhece a historia da Cidade e o resultado das intervenções anteriores, esta terceira fase é preocupante. A "requalificação urbana" da Avenida Senhor dos Passos **resultou em erradicação de árvores antigas, construção de calçada com altura insuficiente, substituição de calçamento e construção de um deck de madeira ao seu final, totalmente desapropriado para a Cidade, estando já em adiantado estado de deterioração!**

- Segundo Relatório do Projeto,

"Antes da intervenção realizada pelo Programa Monumenta a Avenida Senhor dos Passos carecia de espaços de permanência, de percurso pedonal e de lazer."

Não é o que se constata, com a falta e sombra e elevação da temperatura ambiente.

Pedido

Assim, Senhor Governador, solicitamos sua intervenção para a revisão do Projeto, que segue a tendência de city marketing (entendido como a aceleração da taxa de transformação de certas localidades) e não nos parece ter legitimidade, tanto do ponto de vista técnico, por desrespeito à história, à pluralidade das ações dos construtores da Cidade e sua bela, nobre e rara estrutura, e conseqüente desvirtuamento do tombamento, quanto do próprio procedimento, pois não houve consulta à população de forma adequada.

Lençóis merece ser preservada, mas ser preservada de forma correta!

Lençóis, 4 de junho de 2010.

HERALDO BARBOSA FILHO

PRESIDIU A COMISSAO DE TOMBADORES DA CIDADE EM 1973.

RENÁ ROLA BARBOSA

INTEGRANTE DA COMISSAO DOS TOMBADORES

RILZA RIBEIRO ROLA

INTEGRANTE DA COMISSAO DOS TOMBADORES

ANEXO C

IPAC. Of. GAB. 504/2010, de Frederico A. R. C.
Mendonça, Diretor Geral do IPAC, a Márcio Meirelles,
Secretário de Cultura do Estado da Bahia, sobre o Projeto
de Requalificação Urbana de Lençóis.
Salvador, 28 de junho de 2010.
(Cópia fornecida por Heraldo Barbosa Filho).

OF. GAB Nº 504/2010

Salvador, 28 de junho de 2010

Exmo. Sr.
Márcio Meirelles
DD. Secretário de Cultura do Estado da Bahia
Nesta

Ref: Projeto de Requalificação Urbana de Lençóis

Senhor Secretário.

Em atenção à correspondência assinada pela Senhora Rená Rola e outros, relativa ao Projeto de Requalificação Urbana de Lençóis, protocolada no Gabinete do Governador sob o nº 8510100068009, esclareço:

1. A requalificação de logradouros em Lençóis, cujos projetos foram aprovados pelo IPHAN e Prefeitura Municipal (anexos) é composta por três etapas: a Avenida Senhor dos Passos - inaugurada em 17.05.2008 -, 2ª etapa (compreendendo as Avenidas Sete de Setembro e Rui Barbosa, as Praças dos Nagôs e Horácio de Matos) e a 3ª etapa, atualmente, em execução, compreendendo as ruas da Baderna, das Pedras e a Praça onde se situam a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Casa de Cultura Afrânio Peixoto;
2. A requalificação da Avenida Senhor dos Passos foi objeto de um relatório de danos pós-inauguração (anexo) e encaminhado ao Prefeito para adoção de providências, que não foram adotadas até a presente data, conforme Informação Técnica nº 02/2010, anexa;
3. Atendendo solicitação do Prefeito, a Coordenação da Unidade Executora do Programa / UEP MONUMENTA e o arquiteto fiscal do IPAC compareceram a duas audiências públicas para apresentação da 2ª e da 3ª etapa do projeto de requalificação, uma dia 12 e outra dia 21.05.2010, cujo resumo segue anexo;
4. Em 31.05 p.p., o Prefeito Marcos Airton Alves de Araújo compareceu à sede do IPAC onde entregou Ofício nº 210, datado de 28.05.2010, "referendando a execução da obra de Requalificação do Centro Histórico de Lençóis" (cópia anexa), acompanhado de abaixo-assinado com cerca de 290 (duzentas e noventa) assinaturas e manifestações de vereadores, Loja Maçônica, Secretários Municipais e outros, bem como ata das duas reuniões públicas realizadas para tratar do assunto;

5. Em reunião realizada pela equipe do IPAC e a Coordenação da UEP MONUMENTA, avaliou-se que havia uma grande confusão nas críticas, misturando as três etapas, sendo que a execução da 3ª etapa se justificava pela situação da pavimentação, enquanto a 2ª etapa dependeria de uma avaliação mais cuidadosa do estado de conservação das vias, o que seria feito durante viagem do Diretor Geral à cidade, no início de junho;
6. Em 17 de junho p.p., durante reunião realizada na Casa de Cultura Afrânio Peixoto tendo como objeto a implementação do Projeto "Circuitos Arqueológicos da Chapada Diamantina" - fruto de Convênio do IPAC com a UFBA -, a irmã da Senhora Rena Rola, Sra. Rilza Rola, foi informada pelo Diretor Geral do IPAC que a instituição havia autorizado a execução da 3ª etapa, mas não realizaria a 2ª etapa, tendo em vista a boa qualidade da maior parte da pavimentação das principais avenidas e praças da cidade;
7. Na oportunidade, o IPAC informou atender a demanda pela substituição dos bancos projetados por outros mais confortáveis, além de se comprometer a envidar esforços junto à Prefeitura e ao IPHAN, para articular aos serviços em curso a realização das obras de implantação da rede subterrânea de iluminação pública, previstas no PAC de Cidades Históricas, o que atenderia, em parte, a recuperação do calçamento prevista na 2ª etapa.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se façam necessários

Atenciosamente,

Frederico A. R. C. Mendonça
Diretor Geral do IPAC

IPAC <small>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA</small>		CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO	
Recebido por <u>Daya</u>			
Data <u>20/06/10</u>		Hora <u>09 20</u>	
Assinatura <u>[assinatura]</u>			

ANEXO D

IPAC. Of. GAB. 505/2010, de Frederico A. R. C. Mendonça,
Diretor Geral do IPAC, a Luiz Fernando de Almeida,
presidente do IPHAN. Salvador, 28 de junho de 2010.
(Cópia fornecida por Heraldo Barbosa Filho).

OF. GAB Nº 505/2010

Salvador, 28 de junho de 2010

Ilmo Senhor
Dr. Luiz Fernando de Almeida
Presidente do IPHAN
Coordenador Nacional do Programa MONUMENTA
Setor Bancário Norte Quadra 2
Edifício Central Brasília – 2º andar
70040-904 Brasília - DF

PROGRASSO	MONUM
MINC	
SAD Nº 23956/2010	
DATA 02/07/2010	
Rubrica	

Senhor Presidente.

Cumprimento-o cordialmente ao tempo em que informo a V.Sa. que, após vistorias e discussões entre a Unidade Executora do Programa / UEP MONUMENTA e a equipe técnica do IPAC, consideramos inadequada a realização da 2ª etapa do Projeto de Requalificação Urbana da Cidade de Lençóis pelas razões expostas no ofício cuja cópia segue anexa. Não foi anexado o relatório de danos pós-inauguração da Avenida Senhor dos Passos por já ter sido encaminhado à UCG MONUMENTA e à Superintendência do IPHAN na Bahia.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários, ao tempo em que reitero meus protestos de estima e consideração

Atenciosamente,

Frederico A. R. C. Mendonça
Diretor Geral do IPAC

CC/ Carlos A. Amorim – Superintendente do IPHAN na Bahia
Marcos Airton Alves de Araújo – Prefeito de Lençóis

ANEXO E

Carta de Roy Funch enviada a Pablo Bachete, assessor de
comunicação do BID. [e-mail], 27 de maio de 2010.
(Cópia fornecida por Roy Funch)

From: Roy Funch [mailto:funchroy@yahoo.com]
Sent: Thursday, May 27, 2010 3:19 PM
To: Bachelet, Pablo A.
Subject: a problem in Brazil

Senhor Pablo Bachelet,

I was given your addresses by our mutual friend Chris Kraul, who I believe has already spoken to you and introduced our problem.

Lençóis is a small ex-diamond mining town in Bahia State, Brazil, that was founded in the mid 1800's. It grew from nothing into a major commercial center in just a few years, and the income from the diamond trade allowed a rather striking city center to be built (which was then "preserved" by one hundred years of near poverty that prevented the buildings from being greatly altered). The town was declared a National Historical Site in 1973 and, with the creation of the Chapada Diamantina National Park in 1985, tourism took root and flourished.

Tourism helped the local population prosper directly as it grew slowly and mostly unnoticed by large developers, and the town folks built their little shops and rooms-to-rent into good incomes.

The first IADB projects here were well done and welcome - reforming the old market, the bridge, and the mayor's office. But then they shifted gears, and the projects (and one must suspect, the money involved) became more important than the historical town itself.

The next phase of the project took a rustic, well-shaded old city boulevard and turned it into a sun-scorched wide-open modern stretch that has not the slightest relation to our town's history or architecture - at the cost of US\$500,000. Now, for US\$1.5 million they will dig up and then re-pave existing streets and squares and completely alter the old town center.

The plans call for the removal of the original 100+ year old stones (fist-sized, irregular, hard sandstone) and fish-bone designs (made with rectangular cobble-stones) and then re-laying them nice and flat and perfect - but using new granite cobblestones to make the original designs stand out. They will also replace full cobble-stone streets with the fist-sized rocks in a display of "false-history".

The square in front of the old market will have new paving and a wooden deck (this is a town of stones!) on the river side; there will be another wooden walk (and new lay-out) on the main avenue off the main square, and another deck on a short street near the post office. There are three other small squares to be re-done with more wooden decks. These wooden walks and altered pavements are accompanied by modern metal halogen lamps (in a town whose trademark is the old oil lamps that still decorate the city center) and cubic wood/cement benches (very uncomfortable and very modern).

It is not as if there is no need for real reforms in the town. Everyone immediately pointed out the necessity of putting the power lines in the old city center underground. I understand that the funds were ear-marked to be used for historical conservation works, but a large portion of the town's streets are not paved at all, and it seems to many people of little sense to tear up what already is quite well in place (and has a strong historical value) and lay it back down again "exactly" as it was.

About 12 years ago the city council petitioned IPHAN (the top federal historical agency) to allow the city put a speed bump in the old boulevard to avoid car accidents such as the one that crippled one of their members. The request was denied by IPHAN based on the argument that that there was no speed-bump when the town was declared a historical monument and so there could be no such intervention now - and then two years ago BID-Monumenta uprooted the entire boulevard and redid it in their own very modern image.

When sewer lines were installed in the entire town about 5 years ago, IPHAN did not permit the public service company to disturb the historical pavement in the old town center, so new sewers were not laid - but now they will allow the entire historic center to be stripped and then re-paved

(with no provision to modernize the underlying old stone drainage/sewer galleries). Could you justify “re-doing” a Roman road or a medieval courtyard to make them “the same, only better”?

The list of “grievances” goes on. Funds being spent for what were formerly prohibited projects, and needed restorations are being substituted by major overhauls that will re-write (not preserve) local history; more worthy projects (which the entire population would applaud) are ignored.

That is the focus of our most shocking complaint: there was no, I repeat, zero, previous consultation of the community to understand and incorporate their views, opinions, suggestions, or desires into these projects. And bad has gotten worse, as the coordinator of the BID-Monumenta program in Bahia has turned the argument into a litmus-test of loyalty, creating a very uncomfortable and extremely polarized situation in which either you are in favor of his project, or you want to deny the local poor people a job. Historical preservation and the right of the community to be consulted are no longer issues as discussions about the project have turned into a loyalty test for or against the poor workers.

When the main boulevard was being re-created 2+ years ago, the coordinator of BID-Monumenta never even presented the project to the town before starting work (much less ever consulted the community in the planning phase). The city council (Câmara Municipal) had to demand a public meeting when the project was in its final phase because the community was extremely upset that the old shade trees had been replaced by large scrawny local shrubs known to produce almost no shade (and to harbor rather large caterpillars!?). These shrubs were replaced only when they all died (never having recovered from the effects of their crude transplanting).

Two public meetings held earlier this month were only to present the project reforming the city center - but there was never any intention of discussing it, and even less of altering it. The head architect was very clear on that point. It was his project and it would not be altered. (These two meetings were filmed in their entirety, and this information can be verified).

The project coordinator at first assumed the stance that we had to accept the project as it was, or he would put it under his arm and walk away; now we have to accept it as is - or the town’s workers will starve.

This is surely not what IADB had in mind for these resources.

It is quite possible that this communication will not arrive in time to alter the momentum of the current project for Lençóis, but better mechanisms for true community participation must be built in to these resources (not just listening patiently to the scruffy locals for a few hours to satisfy legal requirements, and then going off and mounting the project as the architect sees fit).

One more thing - would it be possible for the people in our community to talk to an IADB project or country manager and possibly even request a public hearing to discuss these problems?

I will try to get back to you in a week to accompany this issue.

Thank you for your time and attention,

Roy Funch

Fundação Chapada Diamantina
May 27, 2010

ANEXO F

Programa Monumenta. Relatório de cumprimento
do objeto - Convênio no. 395/2002. [Projeto Lençóis].
Salvador, 12 de março de 2012.
Arquivo do Programa Monumenta em Brasília.

MONUMENTA

EM BRANCO

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DE OBJETO

MONUMENTA

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

UNIDADE CONVENIENTE: GOVERNO DA BAHIA

CONVÊNIO Nº 395/2002

1. AÇÕES QUE ENVOLVERAM A EXECUÇÃO DO PROJETO:

O Convênio 395/2002, firmado entre o Ministério da Cultura e o Governo da Bahia, com interveniência do Município de Lençóis e executor o IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia foi aditivado 08 (oito) vezes, tendo início em 04/07/2002 e término em 04/12/2011.

O valor total do Convênio 395/2002 até o final de sua execução foi de R\$ 9.389.171,51, sendo que R\$ 6.386.054,09 corresponde à parte Concedente e R\$ 2.001.104,22 à parte Conveniente.

Para execução do convênio, o Programa Monumenta dividiu o plano de trabalho do convênio em 4 (quatro) metas: 1-Manutenção da Equipe da UEP; 2-Estudos e Projetos; 3-Investimentos Integrados e 4-Atividades Concorrentes.

1.1 Ações das Metas 1 e 2 previstas no Plano de Trabalho:

META	ETAPA / FASE	ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	VALOR PREVISTO DA AÇÃO		
			TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
1	1.1	Manutenção da Equipe UEP	550.000,00	-	550.000,00
SUBTOTAL META 1			550.000,00	-	550.000,00

META	ETAPA / FASE	ESTUDOS E PROJETOS	VALOR DA AÇÃO		
			TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
2	2.1	Proj. Executivos e Detalhamentos	430.000,00	-	430.000,00
SUBTOTAL META 2			430.000,00	-	430.000,00

1.1.1 Manutenção da Equipe da UEP

Esse componente do Programa destinou-se a manutenção da equipe técnica responsável pelo acompanhamento, gerenciamento e fiscalização das ações de intervenção nos monumentos e logradouros contemplados pelo Programa, e de todas as despesas necessárias para o exercício das atividades.

Durante todo o período de execução do Programa, foram mantidos 2 escritórios técnicos, um central em Salvador, e outro no município de Lençóis. O escritório central era responsável pela Coordenação geral da UEP, cuja equipe executava o acompanhamento e gerenciamento do Convênio. Também nesse escritório, a partir de 2005 foi mantida uma equipe de arquitetos responsável pela elaboração dos projetos executivos das novas intervenções incluídas na Revisão do Perfil do Projeto. O escritório de Lençóis era responsável pelo acompanhamento e fiscalização diária das intervenções nos monumentos, logradouros e imóveis privados.

A UEP/Lençóis contou com a participação dos seguintes profissionais:

- Engenheiro Gabriel Rodrigues Gonsalves - Coordenador da UEP(até dezembro/2011)
- Engenheiro Eduardo Fucs-Coordenador (a partir de janeiro/2011)
- Arquiteta Etelvina Rebouças Fernandes - Especialista em Patrimônio

9

- Arquiteta Itana Miranda de Lima - Especialista em Patrimônio
- Engenheiro Paulo Maciel - Especialista em Obras
- Arquiteto Márcio Túlio Santana Perrone - Especialista em Obras
- Arquiteto Adriano Melo - Especialista em Obras
- Engenheira Fabioana Seixas - Especialista em Obras
- Economista Virgínia Guimarães- Especialista Financeira
- Administradora Carolina Tolentino Amorim- Especialista Financeira
- Administradora Alessandra de Campos Silva- Especialista Financeira

1.1.2 Projetos Executivos e Detalhamentos

A execução desse componente do Programa pode ser dividida em 2 Fases:

-1ª Fase: contemplou a elaboração dos estudos e projetos que deram origem ao Perfil do Projeto, e dos projetos executivos e orçamentos de intervenções na Ponte sobre o Rio Lençóis, Mercado Público Municipal e Prefeitura Municipal. A Domo Arquitetura e Projetos Culturais Ltda foi a empresa responsável pela execução dos serviços.

- 2ª Fase: iniciou-se em 2005 com a Revisão do Perfil do Projeto, e contemplou a elaboração dos projetos executivos e orçamentos de intervenções no Imóvel Sede do IPHAN, Biblioteca Urbano Duarte, Arquivo Público Municipal, Antigo Posto de Saúde, Casa de Cultura Afrânio Peixoto e Anfiteatro, Nova Sede da Prefeitura, Igreja de Nosso Senhor dos Passos, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Teatro de Arena e da Requalificação Urbana dos Logradouros de Lençóis.

Para a elaboração dos projetos arquitetônicos foi montada, sob a coordenação da arquiteta Etelvina Rebouças, uma equipe composta pelos 10 arquitetos a seguir relacionados:

- Fernando Magno Pereira Ferreira
- Alexandre Prisco Paraíso Barreto
- Cláudia Prates Públio
- Lara Oliveira Vieira
- Raimara Gama da Luz
- Maima Souza de Sá Adami
- Carlos André Oliveira Daniel
- Honório Nicholls Pereira
- Elisa Fialho Moura
- Manuela Nunes Santana

A PCL Projetos e Consultoria Ltda foi responsável pela elaboração dos projetos complementares de engenharia.

Para a elaboração dos orçamentos executivos das intervenções foi montada a seguinte equipe técnica:

- Engenheira Rita de Cássia Oliveira Fernandez
- Engenheira Suzana Flores
- Estagiária de Engenharia Mirna Diniz

1.2 Ações da Meta 3 previstas no Plano de Trabalho:

A Meta 3 foi subdivida em 17 Etapas/Fases de intervenção em espaços públicos e imóveis privados. Foi alcançado o percentual de 85,38% de execução total sobre o orçamento do Convênio.

ETAPA / FASE	INVESTIMENTOS INTEGRADOS AÇÃO	VALOR DA AÇÃO		
		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
3.1	MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL	312.818,58	312.818,58	-
3.2	PONTE SOBRE O RIO LENÇÓIS	79.998,37	79.998,37	-
3.3	PREFEITURA MUNICIPAL	300.055,01	300.055,01	-
3.4	IMÓVEL SEDE DO IPHAN	168.956,20	168.956,20	-
3.5	NOVA SEDE DA PREFEITURA	927.909,85	-	927.909,85
3.6	ANTIGO POSTO DE SAÚDE	100.826,79	100.826,79	-
3.7	TEATRO DE ARENA	-	-	-
3.8	IGREJA DE N. SRª DO ROSÁRIO	605.812,85	555.677,14	50.135,71
3.9	IGREJA DE N. SRª DOS PASSOS	414.285,01	253.664,28	160.620,73
3.10	IMÓVEL DA BIBLIOTECA PÚBLICA	178.939,20	178.939,20	-
3.11	IMÓVEL DO ARQUIVO PÚBLICO	163.941,62	163.941,62	-
3.12	CASA DE CULTURA AFRÂNIO PEIXOTO E ANFITEATRO	359.987,83	359.987,83	-
3.13	EDITAL DE IMÓVEIS PRIVADOS	2.683.626,01	2.683.626,01	-
3.14	MELHORIAS EM LOGRADOUROS	2.090.000,99	1.227.563,06	862.437,93
3.15	IMÓVEL DA PHYLARMÔNICA POPULAR DE LENÇÓIS	-	-	-
3.18	CINE TEATRO REX	-	-	-
3.19	LOJA MAÇÔNICA AMOR E LUZ	-	-	-
Total Meta 3		8.387.158,31	6.386.054,09	2.001.104,22

Neste componente do Convênio foram executadas 11 obras em imóveis públicos e 02 obras em logradouros públicos todas concluídas integralmente, utilizando tanto recursos da Concedente como do Proponente.

Foram financiadas também com recursos da Concedente 70 obras em imóveis privados, das quais 57 encontram-se concluídas integralmente, 10 em andamento e 3 paralisadas.

A seguir são detalhados os aspectos envolvidos em cada uma das obras.

1.2.1 Monumentos e Logradouros

1.2.1.1 Monumentos

a. Mercado Público Municipal

- Valor da Obra: R\$ 312.818,58
- Tipo de intervenção: Restauração
- Uso Proposto: Público(Espaços para exposição de artesanato e realização de eventos, lanchonete).
- Data do início: Dezembro/2002
- Data de término: Novembro/2003
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Recuperação da cobertura, recuperação e tratamento das fachadas em pedra aparente da região, restauração das esquadrias em madeira, recuperação do revestimento interno em argamassa das alvenarias, restauração de elementos arquitetônicos, recuperação de piso em pedra, imunizações e tratamento de madeiramento, pintura interna das alvenarias, dos elementos arquitetônicos em argamassa e esquadrias, e instalações prediais, entre outros.

b. Ponte sobre o Rio Lençóis

- Valor da Obra: R\$ 79.998,37
- Tipo de intervenção: Restauração e recuperação
- Uso Proposto: Espaço público
- Data do início: Agosto/2002
- Data de término: Dezembro/2002
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Recuperação das arcadas estruturais da ponte em pedras da região, recuperação do piso em pedra tipo "cabeça-de-nego", recuperação dos guarda-corpos e pintura, revisão do sistema de captação de águas pluviais e iluminação.

c. Antiga Sede da Prefeitura Municipal

- Valor da Obra: R\$ 300.055,01
- Tipo de intervenção: Restauração arquitetônica
- Uso Proposto: Sede do IPHAN.
- Data do início: Dezembro/2002
- Data de término: Novembro/2004
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Recuperação da cobertura, recuperação de assoalho e estrutura de sustentação em madeira, recuperação de escada, esquadrias e forros em madeira, recuperação do revestimento em argamassa das alvenarias, restauração de elementos arquitetônicos, restauração de escada em mármore de Carrara, recuperação de piso em, tijoleira, imunizações e tratamento de madeiramento, pintura interna e externa das alvenarias e esquadrias, e instalações prediais, entre outros.

d. Imóvel Sede do IPHAN

- Valor da Obra: R\$ 168.956,20
- Tipo de intervenção: Restauração arquitetônica do monumento e de seu anexo.
- Uso Proposto: Espaço cultural do IPHAN e residência do técnico (imóvel anexo).
- Data do início: Dezembro/2005
- Data de término: Junho/2006
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Recuperação da cobertura, recuperação de assoalho e estrutura de sustentação em madeira, recuperação de escada e esquadrias de madeira, recuperação do revestimento em argamassa das alvenarias, restauração de elementos arquitetônicos, recuperação e tratamento de piso em pedra da região, restauração e tratamento de revestimento em pedra aparente, execução de forro em madeira, imunizações e tratamento de madeiramento, pintura interna e externa das alvenarias e esquadrias, e instalações prediais, entre outros.

e. Nova Sede da Prefeitura

- Valor da Obra: R\$ 927.909,85
- Tipo de intervenção: Recuperação e adaptação arquitetônica
- Uso Proposto: Espaço público (Prefeitura Municipal e Câmara Municipal)
- Data do início: Novembro/2007
- Data de término: Dezembro/2008
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.

9

- Principais serviços executados: Estruturas e estabilizações, recuperação da cobertura, recuperação de paredes de pedra aparente, execução de alvenaria de bloco cerâmico, revestimentos, execução de forro plano de madeira de lei, restauração de esquadria de madeira, execução de piso em lajota de pedra, execução de passeio em pedra, recuperação de rampas de acesso e construção de novas rampas, pintura interna e externa das alvenarias e esquadrias, instalações prediais, entre outros.

f. Antigo Posto de Saúde

- Valor da Obra: R\$ 100.826,79
- Tipo de intervenção: Restauração arquitetônica
- Uso Proposto: Secretaria Municipal de Educação e Setor de Tributos da Prefeitura.
- Data do início: Janeiro/2006
- Data de término: Julho/2006
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Recuperação da cobertura, restauração de esquadrias de madeira, recuperação de escada e assoalho de madeira, imunizações e tratamento de madeiramento, recuperação do revestimento em argamassa das alvenarias, restauração de elementos arquitetônicos, do piso em tijoleira, de elementos em cantaria, pintura interna e externa das alvenarias e esquadrias, e instalações prediais, entre outros.

g. Igreja de Nossa Senhora do Rosário

- Valor da Obra: R\$ 605.812,85
- Tipo de intervenção: Restauração e adaptação arquitetônica.
- Uso Proposto: Religioso
- Data do início: Fevereiro/2008
- Data de término: Novembro/2008
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Recuperação da cobertura, restauração de esquadria de madeira, recuperação de assoalho de madeira, imunização de madeiramento, recuperação do revestimento em argamassa das alvenarias, restauração de elementos arquitetônicos, do piso em ladrilho hidráulico, pintura interna e externa das alvenarias e esquadrias, e instalações prediais, entre outros.

h. Igreja de Nosso Senhor dos Passos

- Valor da Obra: R\$ 413.083,58
- Tipo de intervenção: Restauração
- Uso Proposto: Religioso
- Data do início: Novembro/2007
- Data de término: Agosto/2008
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 99,71%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Fundações, estruturas e estabilizações, recuperação da cobertura, recuperação de pilares de madeira de sustentação do coro, execução de alvenaria de bloco cerâmico, restauração de esquadria de madeira, imunização de madeiramento, recuperação do revestimento em argamassa das alvenarias, restauração de elementos arquitetônicos, do piso em ladrilho hidráulico, dos pináculos e do balaústre em argamassa, pintura interna e externa das alvenarias e esquadrias, e instalações prediais, entre outros.

i. Imóvel da Biblioteca Pública Urbano Duarte

- Valor da Obra: R\$ 178.939,20
- Tipo de intervenção: Restauração
- Uso Proposto: Secretaria de Cultura e Turismo e Museu.
- Data do início: Janeiro/2006
- Data de término: Agosto/2006
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Recuperação da cobertura, recuperação de assoalho e estrutura de sustentação em madeira, descupinização e imunização do madeiramento, recuperação de revestimentos das alvenarias, restauração dos elementos arquitetônicos, restauração de esquadrias, pintura interna e externa das alvenarias, pintura das esquadrias, instalações prediais, entre outros.

j. Imóvel do Arquivo Público de Lençóis

- Valor da Obra: R\$ 163.941,62
- Tipo de intervenção: Restauração
- Uso Proposto: Arquivo Público e Associação de Guias de Turismo.
- Data do início: Abril/2006
- Data de término: Setembro/2006
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Fundações, recuperação da cobertura, recuperação de assoalho e estrutura de sustentação em madeira, imunização do madeiramento, recuperação das alvenarias de adobe, recuperação de revestimentos das alvenarias, recuperação dos elementos arquitetônicos, restauração de esquadrias, pintura interna e externa das alvenarias, pintura das esquadrias, execução de alvenaria de blocos, instalações prediais, entre outros.

k. Casa de Cultura Afrânio Peixoto e Anfiteatro

- Valor da Obra: R\$ 359.987,83
- Tipo de intervenção: Restauração do imóvel antigo da Casa de Cultura Afrânio Peixoto e reconstrução de edificação para implantação do Anfiteatro.
- Uso Proposto: Manutenção do uso original da Casa de Cultura e inclusão do uso de um Anfiteatro.
- Data do início: Abril/2006
- Data de término: Maio/2007
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: Na Casa de Cultura foram executados: recuperação da cobertura, das esquadrias e assoalho em madeira, do revestimento em argamassa das alvenarias e elementos arquitetônicos, imunização do madeiramento, pintura das alvenarias e esquadrias, instalações prediais, entre outros. Para construção do Anfiteatro foram executados: fundações e superestrutura (estrutura metálica, e laje treliçada), alvenaria, cobertura, revestimentos diversos, incluindo acústico, esquadrias, pavimentação, assoalho de madeira, instalações prediais, pintura das alvenarias e esquadrias, entre outros.

1.2.1.2 Melhorias em Logradouros

a. Requalificação Urbana da Av. Senhor dos Passos

- Valor da Obra: R\$ 1.468.848,41
- Tipo de intervenção: Requalificação urbana com a construção de vias para veículos e espaço de convivência e lazer.

- Uso Proposto: Espaço Público
- Data do início: Dezembro/2006
- Data de término: Junho/2008
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: recuperação e execução de pavimentação em paralelepípedos, pedra portuguesa e pedra da região, execução de passeios em pedra, construção de rampas, canteiros, recuperação de balaustre e mureta, drenagem de águas pluviais, construção de quiosques, de deck em estrutura metálica e madeira e de nova escada de acesso ao rio, recuperação de chafariz e cruzeiro, instalação de mobiliários urbanos (lixeiras, bancos), paisagismo, instalações elétricas com a implantação de novos postes de iluminação, instalações hidrossanitárias, entre outros.

b. Requalificação Urbana dos Logradouros de Lençóis-3ª Etapa

- Valor da Obra: R\$ 621.152,58
- Tipo de intervenção: Requalificação urbana compreendendo a recuperação de pavimentação e calçadas, organização espacial, criação de espaços de convivência e lazer.
- Uso Proposto: Espaço Público
- Data do início: Abril/2010
- Data de término: Dezembro/2010
- Percentual de execução com relação ao orçamento: 100,00%
- Execução da obra: Obra completamente executada.
- Principais serviços executados: recuperação de pavimentação em pedra tipo “cabeça de nego”, recuperação da pavimentação em paralelo, paisagismo, passeio em pedra da região, iluminação pública, e a requalificação total da Praça Afrânio Peixoto.

1.2.2 As ações previstas em Imóveis Públicos realizadas:

Nome da Obra	Data de Conclusão Física da Obra	Valor Total Executado (R\$)	Uso Proposto (conforme perfil do projeto)	Grau de Utilização do Uso Proposto %	Observação:
Mercado Público Municipal	Nov/2003	312.818,58	Receptivo Turístico e Café/Bar	100,00%	Atualmente, o Monumento abriga um espaço para exposições de artesanato, um espaço para a realização de eventos e uma lanchonete. Está previsto pela Secretaria de Turismo do Estado a implantação de um Receptivo Turístico no local.
Ponte sobre o Rio Lençóis	Dez/02	79.998,37	Público	100,00%	
Antiga Sede da Prefeitura	Nov/2004	300.055,01	Café e Museu da Cidade.	100,00%	Tendo em vista que a Prefeitura não instalou o museu proposto para o imóvel, o mesmo foi cedido em comodato para o IPHAN que instalou no local a sede do seu escritório técnico.
Sede do IPHAN	Junho/06	168.956,20	Público	100,00%	A edificação principal está funcionando como Espaço Cultural do IPHAN. O imóvel anexo continua funcionando como residência do técnico do IPHAN.
Nova Sede da Prefeitura	Dez/2008	927.909,85	Prefeitura Municipal e Câmara Municipal	100,00%

<i>Nome da Obra</i>	<i>Data de Conclusão Física da Obra</i>	<i>Valor Total Executado (R\$)</i>	<i>Uso Proposto (conforme perfil do projeto)</i>	<i>Grau de Utilização do Uso Proposto %</i>	<i>Observação:</i>
Antigo Posto de Saúde	Julho/06	100.826,79	Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal	100,00%	Como o uso proposto para o imóvel era institucional, a Prefeitura decidiu instalar no local a Secretaria Municipal de Educação e o Setor de Tributos, ao invés da sua Secretaria de Obras.
Melhorias em Logradouros					
Requalificação Urbana da Avenida Senhor dos Passos	Junho/2008	1.468.848,41	Público	100,00%	
Requalificação Urbana dos Logradouros da Cidade de Lençóis-3ª Etapa	Dez/2010	621.152,58	Público	100,00%	
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Nov/2008	605.812,85	Religioso	100,00%	A igreja encontra-se aberta ao público realizando casamentos, batizados e missas/cultos.
Igreja Nosso Senhor dos Passos	Agos/2008	413.083,58	Religioso	100,00%	A igreja encontra-se aberta ao público realizando casamentos, batizados e missas/cultos.
Biblioteca Urbano Duarte	Agosto/06	178.939,20	Público	100,00%	Estão em funcionamento no imóvel a Secretaria de Cultura e Turismo e Museu.
Arquivo Público de Lençóis	Set/2006	163.941,62	Público	100,00%	Encontram-se instalados no imóvel o Arquivo Público e Serviço de Guias.
Casa de Cultura Afrânio Peixoto e Anfiteatro	Maior/2007	359.987,83	Público	100,00%	A Fundação Cultural Pedro Calmon está em funcionamento na edificação.
Subtotal META 3		5.702.330,87			

Pelo quadro acima nota-se que todos os imóveis públicos previstos no objeto do Convênio, tiveram suas obras de recuperação e/ou requalificação executadas integralmente, e os usos propostos para os imóveis foram respeitados. Aqueles imóveis cujos usos propostos não foram mantidos passaram a ter novos usos compatíveis com os previstos, sem comprometer as suas características físicas, nem o êxito das intervenções.

1.2.3 Ações previstas em Imóveis Privados selecionados em Edital e relevantes:

Em novembro de 2005 foi realizado pelo IPAC- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, órgão executor do Programa Monumenta da cidade de Lençóis – Bahia, o Processo de Seleção Pública Nº 002/2005 para financiamento da recuperação de imóveis privados. 232 propostas foram selecionadas e 232 proponentes convocados, havendo 162 desistentes e/ou reprovados. Foram celebrados 70 contratos de financiamento, totalizando R\$ 1.458.342,00 (hum milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais) de financiamento, dos quais 57 obras já foram concluídas integralmente, 10 encontram-se em andamento e 3 paralisadas.

<i>Nome do Beneficiário</i>	<i>Localização do Imóvel</i>	<i>Data de Concessão do Financiamento</i>	<i>Tipo de Intervenção</i>	<i>Valor do Financiamento aprovado em R\$</i>	<i>Valor da Contrapartida R\$</i>	<i>Situação da Obra</i>
1-Geralda Rodrigues de Oliveira	Rua do Cajueiro, 39	18/04/2007	Restauo	R\$ 10.000,00	-	Obra concluída.
2-Humberto Brito Rodrigues	Pç Horácio de Matos, 20	04/05/2007	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída.
3-Josemar Lima Carvalho	Rua das Pedras	16/04/2007	Restauo	R\$ 12.000,00	-	Obra concluída.
4-Manoel Alcântara C. Neto	Rua São Benedito, 23	25/04/2007	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída.
5-Maura Alves do Nascimento	Rua Francisco de Mello, 250	19/04/2007	Restauo	R\$ 18.200,00	-	Obra concluída.
6-Michele Guedes Ganem	R. Urbano Duarte, 140	19/04/2007	Restauo	R\$ 15.000,00	-	Obra concluída.
7-Mario Souza Santos	Rua Lajedo, 69	19/09/2007	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída.
8-Arnaldo Xavier de Oliveira	Rua Almirante Barroso, 183	19/10/2007	Restauo	R\$ 18.000,00	-	Obra concluída.
9-Astelina Pereira Santana	Rua Cajueiro, 379	22/10/2007	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída.
10-Jonísio Botelho de Souza Santos	Rua Almirante Barroso, 230	22/10/2007	Restauo	R\$ 17.000,00	-	Obra concluída.
11-Maria de Jesus Nascimento Costa	R Domingo Batista, s/n	19/10/2007	Restauo	R\$ 10.000,00	-	Obra concluída.
12-Sônia Batista dos Santos	Rua do Lajedo, s/n	16/10/2007	Restauo	R\$ 7.000,00	-	Obra concluída.
13-Hercília Batista dos Santos	Rua do Lajedo, 11	17/01/2008	Restauo	R\$ 7.000,00	-	Obra concluída.
14-Helena Satela Santos Fernandes	R General Viveiros, 41	13/11/2007	Restauo	R\$ 8.000,00	-	Obra concluída.
15-Sinvaldo Vieira de Souza	Rua Maria Adilson, 02	16/01/2008	Restauo	R\$ 5.000,00	-	Paralisada-20% executado.
16-Cristiane Almeida de Jesus	Rua Alto da Bela Vista, s/n	03/01/2008	Restauo	R\$ 10.000,00	-	Obra concluída.
17-Janete Soares dos Santos	Rua Pires, 217	11/03/2008	Restauo	R\$ 16.000,00	-	Obra concluída.
18-Ney Edmilson Pereira dos Santos	Rua São Benedito, 14	16/01/2008	Restauo	R\$ 15.000,00	-	Obra concluída.
19-Cristiane Santos Pereira Pinto	Rua Urbano Duarte, 196	15/02/2008	Restauo	R\$ 8.400,00	-	Obra concluída.
20-Rita Carla Alves Oliveira	Rua Urbano Duarte, s/n	06/03/2008	Restauo	R\$ 18.000,00	-	Obra concluída.
21-Catão Pereira Dourado	R. Vai Quem Quer, 106	05/05/2008	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída.

Nome do Beneficiário	Localização do Imóvel	Data de Concessão do Financiamento	Tipo de Intervenção	Valor do Financiamento aprovado em R\$	Valor da Contrapartida R\$	Situação da Obra
22-Lucia Pinto Cunha	R. Armando Pereira, 67	06/05/2008	Restauo	R\$ 30.022,00	-	Obra concluída.
23-Eduardo R. de Brito -	R Armando Pereira, 360	06/05/2008	Restauo	R\$ 30.000,00	-	Obra concluída.
24-Mariaida Almeida Silva	Pç Samuel Sales, 32	28/03/2008	Restauo	R\$ 14.800,00	-	Obra concluída.
25-Hilda de Souza Oliveira	R Sete de Setembro, 880	21/05/2008	Restauo	R\$ 11.000,00	-	Obra concluída.
26-Gilbertino Batista Santos	Rua Vai Quem Quer, 43	13/05/2008	Restauo	R\$ 14.000,00	-	Obra concluída.
27-Josemar Lima Carvalho	Av Rui Barbosa, s/n	12/08/2008	Restauo	R\$ 18.000,00	-	Obra concluída
28-Alciomar Santos Silva	Rua José Florêncio,° 36	13/08/2008	Restauo e ampliação	R\$12.000,00	-	Obra concluída
29-Arlindo Batista dos Santos Filho	Rua das Pedras, 104	19/08/2008	Restauo	R\$ 10.000,00	-	Obra concluída
30-Marco Antônio Dória Santos Junior	Afrânio Peixoto	13/08/2008	Restauo e ampliação	R\$ 10.000,00	-	Obra concluída
31-Marco Antônio Dória Santos Junior	Afrânio Peixoto	13/08/2008	Restauo e ampliação	R\$ 10.000,00	-	Obra concluída
32-Maria Rodrigues de Souza	Urbano Duarte nº 90	03/12/2008	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída.
33-José Carlos Lopes de Araújo	R. Alto do Cajueiro, 68	12/09/2008	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída
34-Antônio Martins da Silva	R. São Benedito, 263	16/09/2008	Restauo	R\$ 19.000,00	-	Obra concluída
35-Luzia Rodrigues de Souza	Miguel Calmon, nº 147	17/09/2008	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída
36-Carlos Eduardo Martins Rodrigues	R. Miguel Calmon, 112	28/08/2008	Restauo e ampliação	R\$ 31.000,00	-	Obra concluída
37-Hélia Regina Barbosa Soares	R. Samuel Sales, 15	17/09/2008	Restauo	R\$ 38.500,00	-	Obra concluída
38-Angelina Ramos de Souza	R. Alto do cajueiro, s/n	26/09/2008	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída
39-Maria das Graças Matias de Sá	Alto da Bela Vista, 717	29/10/2008	Reforma	R\$ 25.000,00	-	Proponente comunicou à CEF sua desistência em 17/08/09
40-Neuzita Lopes de Souza	R. Alto do Cajueiro s/n	18/12/2009	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída
41-Leticia Britto de Almeida	São Benedito, 164	02/04/09	Restauo e ampliação	R\$ 25.000,00	-	Obra concluída
42-João Nascimento Lima Filho	Rua 1, Tv. Do Cajueiro, 43	01/04/09	Restauo	R\$ 45.000,00	-	Obra concluída
43-Alcina Teixeira Sá	R. Mineiros, 25	13/05/09	Restauo	R\$ 48.000,00	-	Obra concluída
44-Maria Raimunda Tita dos Santos	São Benedito s/n	28/04/09	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída
45-Esterlina Ferreira de Araújo Neto	R. do Rosário, 80	27/04/09	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída
46-Patricia Conceição de Oliveira G. de Souza	Pç Samuel Sales, 68	12/05/09	Restauo	R\$ 30.000,00	-	Obra concluída

<i>Nome do Beneficiário</i>	<i>Localização do Imóvel</i>	<i>Data de Concessão do Financiamento</i>	<i>Tipo de Intervenção</i>	<i>Valor do Financiamento aprovado em R\$</i>	<i>Valor da Contrapartida R\$</i>	<i>Situação da Obra</i>
47 – Geraldo Félix Furtado	Av. Sr. dos Passos s/n	18/12/09	Restauo	R\$ 10.000,00	-	Obra concluída
48 – Joana Pereira da Cruz	R. das Pedras, 209	18/12/09	Restauo	R\$ 15.000,00	-	Obra concluída
49 – Suelly Costa dos Anjos	R. das Pedras	18/01/10	Restauo	R\$ 40.000,00	-	Obra concluída
50 – Benedita Costa Alves	Beco da Chocolateria s/n	26/01/10	Restauo	R\$ 24.000,00	-	Obra concluída
51 – Maura Lima Carvalho	R. Urbano Duarte, 100	10/02/10	Restauo	R\$ 16.200,00	-	Obra concluída
52 – Salvador Santos Saraiva	R. Altina Alves s/n	11/02/10	Restauo	R\$ 10.000,00	-	Obra concluída
53 – Mauricio Ribeiro de Carvalho	R. Voluntários da Pátria, 83	02/03/10	Reforma e Ampliação	R\$ 30.000,00	-	Obra paralisada- 20% executado
54 – Luzinete Lopes de Souza	R. do Cajueiro s/n	10/03/10	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída
55 – Manoel Castro Souza de Jesus	R. Ciriaco	19/03/10	Restauo	R\$ 40.000,00	-	Obra concluída
56 – Trajano de Souza Alcântara	R. General Viveiros, 43	30/03/10	Restauo	R\$ 33.000,00	-	Obra concluída
57 – Ivanice Nascimento dos Santos	Rua Domingos Batista s/n	06/07/10	Reforma	R\$ 40.000,00	-	Obra concluída
58 – Evilásio Souza Santos	Rua do Lajedo, nº 37	12/08/10	Reforma	R\$ 22.000,00	-	Obra concluída
59 – Flaviana Santos	Alto da Bela Vista, 62.	03/09/10	Restauo e Ampliação	R\$ 20.000,00	-	Obra concluída
60 – Sebastiana Batista dos Santos	Lajedo	09/11/10	Restauo e Ampliação	R\$ 22.000,00	-	Obra concluída
61 – Elson Azevedo Santiago	Alto do Cajueiro	02/03/11	Restauo	R\$ 20.000,00	-	Obra em fase inicial
62 – Anna Claudia Peixinho Leal	Urbano Duarte, nº 146	02/03/11	Restauo e Ampliação	R\$ 50.000,00	-	Obra em fase inicial
63 – Beatriz Santos Barbosa	Rua Professor Assis, 48	04/08/11	Reforma	R\$ 20.000,00	-	Obra em fase inicial
64 – Romério Costa Alves	R. Perilo Benjamim 166	29/11/11	Reforma	R\$ 40.000,00	-	Obra em fase inicial
65 – Delmar Alves de Araujo	Rua do Cajueiro, 72	01/12/11	Reforma	R\$ 20.000,00	-	Obra em fase inicial
66 – Isailda Leonídia Alves de Araújo	Rua do Rosário, 68	01/12/11	Reforma	R\$ 20.000,00	-	Obra em fase inicial
67 – Sandoval Amorim Santos	R. Armando Pererira, 64	01/12/11	Reforma	R\$ 10.000,00	-	Obra em fase inicial
68 – Osvaldo Oliveira Almeida	Rua Miguel Calmon, 10	01/12/11	Reforma	R\$ 20.000,00	-	Obra em fase inicial
69 – Raimundo de Oliveira Dourado	Rua do Rosário, 85	02/12/11	Reforma	R\$ 30.000,00	-	Obra em fase inicial
70 – Renata Maria Alves Rebouças	Rua Urbano Duarte, s/n	02/12/11	Reforma	R\$ 30.220,00	-	Obra em fase inicial
TOTAL EXECUTADO				R\$ 1.458.342,00

1.2.4 Ações previstas no Plano de Trabalho de Meta 3 não realizadas

Etapas/ Fase	Ação	Valor Total Previsto (R\$)	Justificativa
3.7	Teatro de Arena	0,00	Com a celebração do 5º Termo aditivo em 2007, resultante da 2ª Revisão do Perfil do Projeto, o Teatro de Arena foi excluído do Projeto/Lençóis pelo fato de existir divergências quanto à sua propriedade. Tanto a Prefeitura Municipal de Lençóis quanto a Arquidiocese afirmam serem proprietárias do imóvel. Assim, em virtude desta indefinição de propriedade, a obra de recuperação do Teatro de Arena ficou impossibilitada de se executar.
3.13	Edital de Imóveis Privados	1.225.284,01	Foram selecionadas 232 propostas no Processo de Seleção Pública Nº 002/2005, e todos os proponentes foram convocados, porém 162 desistiram por não poderem pagar as parcelas do financiamento e/ou foram reprovados nas análises realizadas pela Caixa Econômica. Do valor total previsto para o Edital, R\$ 1.458.342,00 foram aplicados na recuperação de 70 imóveis privados, existindo um saldo de R\$ 1.225.284,01.
3.15 3.18 3.19	Imóvel da Phylarmônica Popular de Lençóis Cine Teatro Rex Loja Maçônica Amor e Luz	0,00	Com a celebração do 5º Termo aditivo em 2007, resultante da 2ª Revisão do Perfil do Projeto, esses imóveis classificados como Privados Destacados foram excluídos do Projeto/Lençóis porque as contratações dos financiamentos não obtiveram êxito em virtude da incapacidade dos seus proprietários ou representantes em pagar as parcelas de financiamento, e/ou da não apresentação da documentação exigida. Os recursos destinados inicialmente para esses imóveis foram remanejados para o Edital de Seleção.
	Subtotal META 3	1.225.284,01

1.3 Ações da Meta 4 previstas no Plano de Trabalho:

META	ETAPA/ FASE	ATIVIDADES CONCORRENTES	VALOR PREVISTO DA AÇÃO		
			TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
4	4.1	Campanha de Divulgação e Informação do Patrimônio	22.013,20	-	22.013,20
SUBTOTAL DA META 4			22.013,20	-	22.013,20

A UEP-Lençóis, com o apoio da UCG-Brasília, levou para apresentação no stand do Programa Monumenta na V Bienal de Arquitetura-São Paulo (período de 09 a 13/10/2003), 30 componentes da Phylarmônica Lyra Popular de Lençóis, que teve importante papel na história da cidade, e 09 componentes da Banda Zion, um grupo de reggae formado, na sua maioria, por garotos de famílias humildes da cidade, ambas manifestações culturais importantes no panorama local.

1.4 Ações “Extra-Programa” previstas no Perfil do Projeto da Cidade:

AÇÃO	OBSERVAÇÃO
Sistema de Esgotamento Sanitário de Lençóis	Ação executada em 2006 pela EMBASA.
Construção do Novo Mercado Municipal	O governo do Estado construiu o novo Mercado Municipal de Lençóis.
Instalação Subterrânea	Foi aprovado pelo MINC no ano de 2006 o projeto Cultural para a execução da Rede de Distribuição Subterrânea da cidade de Lençóis, mas o projeto foi arquivado em função de ter expirado o prazo de captação do recurso.
Ponte de ligação das Avenidas Senhor dos Passos e Rui Barbosa	Na elaboração do Projeto da 2ª Etapa de Requalificação Urbana dos Logradouros de Lençóis existia a previsão para a interligação da Av. Rui Barbosa com a Av. Senhor dos Passos, mas a idéia não foi adiante, pois não contou com a aprovação do IPHAN.
Sinalização Histórica	Ação executada em 2004 pela Prefeitura Municipal em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo.

2. CONCLUSÃO

A atuação do Programa Monumenta na cidade de Lençóis veio proporcionar a um dos maiores conjuntos históricos do país uma intervenção de porte impactante, condizente com sua importância.

Através do Convênio 395/2002, firmado entre o Ministério da Cultura e o Governo da Bahia, com interveniência do Município de Lençóis, tendo como executor o IPAC, foram executadas 11 obras de recuperação e revitalização em imóveis públicos e 02 obras em logradouros públicos. Foram financiadas também, 70 obras em imóveis privados. Foi alcançado o percentual de 85,38% de execução total sobre o orçamento do Convênio.

Todos os imóveis públicos previstos no objeto do Convênio tiveram suas obras executadas integralmente, e os usos propostos respeitados. Essa estratégia em manter ou estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados, teve como objetivo a geração de recursos para se obter o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantivessem conservados os imóveis da área de intervenção do Programa. Isso

vem facilitar a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos.

Os fins propostos foram alcançados, pois conseguiu-se conjugar a recuperação e preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano de Lençóis, com ações que estimulassem o aumento da consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente. O Programa Monumenta proporcionou à cidade de Lençóis resultados que contribuíram direta e indiretamente para o seu desenvolvimento sócio-econômico por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos, facilitando a inclusão cultural, social e econômica da população. A integração entre as equipes da UCG, UEP e IPHAN ajudou muito a superar as dificuldades enfrentadas no cumprimento das metas do Programa Monumenta na cidade de Lençóis.

Uma das formas de se avaliar o despertar da comunidade para o conhecimento do seu patrimônio e a consciência da necessidade de sua preservação, foi a partir do lançamento do Edital de Seleção de imóveis privados, quando um grande número de proprietários, um total de 232, foram selecionados para o financiamento da recuperação de seus imóveis. Outra forma de se observar o interesse da comunidade local com relação ao Patrimônio Cultural, foi através de propostas apresentadas pelas instituições locais à UNESCO, para criação de oficinas de formação de artífices e programas de formação de guias turísticos e educação patrimonial, que foram aprovadas pela UNESCO. A Sociedade Civil também participou de reuniões com técnicos da UEP-Lençóis e da Prefeitura Municipal, sugerindo ações com vistas a contribuir para o fortalecimento do Programa Monumenta na cidade. Foi executado o projeto “Cooperativa Grãos de Luz e Griô” da Associação Grãos de Luz e o Projeto Mulheres que Acreditam.

Uma das prerrogativas do Monumenta é estimular ações compartilhadas entre governo, comunidade e iniciativa privada. Para isso, foi criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, mais uma estratégia para garantir a sustentabilidade do Programa. O objetivo do Fundo Municipal é o de financiar ações de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do Programa. De acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira – Das obrigações do Conveniente letra “b” do Convênio nº 395/02, o Governo do Estado vem anualmente aportando o valor de R\$ 30.000,00 à conta do Fundo de Preservação, conforme demonstrado nos Extratos Bancários e Ordens Bancárias anexos. Atualmente, o saldo da conta do Fundo é de R\$ 382.544,09.

Todas essas ações contribuíram para o fortalecimento do Programa Monumenta e por consequência, a valorização do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Salvador, 12/03/2012.

UNIDADE CONVENIENTE	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SECRETARIA DE CULTURA
ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM Secretário	EDUARDO FUCS Coordenador da UEP

„garimpeiros
dos
bons
Sentimentos„